ACTAS
DO
CONGRESSO HISTÓRICO DE PORTUGAL MEDIEVO

PROMOVIDO PELA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
EM COLABORAÇÃO COM
A DELEGAÇÃO BRACARENSE DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL, A FACULDADE DE FILOSOFIA DE BRAGA E O CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

TOMO I

NÚMERO ESPECIAL DA REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

BRACARA AUGUSTA

VOL. XIV-XV JANEIRO - DEZEMBRO DE 1963 N.os 1-2 (49-50)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XIV-XV — FASCÍCULOS 1-2 (49-50)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1963

Directores { DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO, Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo

Redactor principal: DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOSO

Serviços de Secretaria e da Secção «Arquivo Municipal» a cargo de
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Conservador do Arquivo

Serviço de Administração a cargo de JOSÉ HENRIQUE SOARES PEREIRA

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMARIO

Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo (1.ª parte) . 1 a 381

Um ciclo de Estudos sobre o Ultramar Português . . . . . Redacção 382

Problemas actuais da África Negra . . . Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha 383

Relações entre os Municípios Portugueses daquém e dalém-mar . . . . . Prof. Dr. Sérgio da Silva Pinto . . . 397

Arquivo Municipal . . . . . Redacção 406

Efemérides Bracarenses . . . . . Redacção 418

Nota da Secretaria Geral do Congresso

Os Secretários Gerais do Congresso Histórico de Portugal Medievo, depois de muitas diligências a fim de poderem ser editadas as Actas do mesmo Congresso, acolheram-se à boa vontade da Revista BRACARA AUGUSTA *que assim continua o seu plano de promover a publicação das actas de todos os congressos realizados em Braga e promovidos pelo Município Bracarense, ou sob os seus auspícios. Cabe dizer que essa boa vontade, expressa pela Direcção da mencionada Revista, teve a necessária homologação do ilustre Presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco de Araújo Malheiro, a quem, por este facto, são devidos rendidos louvores.*

O grande número de trabalhos apresentados ao Congresso levou a Secretaria Geral a dividi-los por três volumes que se incorporam na sequência da Revista que os edita. Neste, como introdução, se estampam a Crónica, ou Resenha do Congresso, elencos das Comissões, Temário e Programa Geral.

Para o último tomo se reservam os dircursos oficiais proferidos durante o Congresso, a relação de todas as Universidades, Academias e Institutos Culturais que se fizeram representar, o Catálogo da Exposição Bibliográfica e as recensões dos órgãos da Imprensa.

Procurou a Secretaria Geral, com o máximo escrúpulo, promover a publicação de todos os trabalhos apresentados a esta reunião científica. Não são da sua responsabilidade quaisquer omissões que se notem em relação às comunicações constantes do Guia Oficial, pois que derivam da falta de cumprimento do estabelecido nas diferentes circulares enviadas a todos os congressistas. Ainda assim, preocupou-se a Secretaria Geral com incluir os resumos dos originais não enviados.

Quanto às intervenções ou debates registam-se apenas aqueles de que ficou referência especial nos relatos dos Secretários das Mesas das Secções ou nas notas da equipa que teve por incumbência arquivar essas discussões. A Secretaria Geral limitou-se a inserir esses informes.

A revisão das primeiras provas é da responsabilidade essencial dos autores, e sobre elas se fizeram todas as necessárias revisões imediatas.

Os Secretários Gerais protestam o seu reconhecimento a todas as entidades que se dignaram prestigiar o Congresso: autoridades civis, mili-

tares, universitárias, académicas e eclesiásticas; corpo consular; congressistas em geral, e a todos os elementos que, pelos mais diversos modos, concorreram para o bom êxito desta iniciativa. E não desejam terminar esta nota sem expressar o seu especial protesto de agradecimento e admiração ao grande Presidente do Congresso, Prof. Doutor Marcelo Caetano, e pela Edilidade que tornou possível a realização de tão notável Assembleia.

OS SECRETÁRIOS GERAIS

Resenha do Congresso

De 6 a 10 de Novembro, de 1959 realizou-se em Braga, o Congresso Histórico de Portugal Medievo, notável ajuntamento científico, que reuniu na referida cidade mais de 150 estudiosos de muitos países, notadamente especialistas e professores universitários, dos mais repuaados centros europeus e extra-europeus.

Seis Universidades espanholas, três francesas, duas italianas, uma polaca, uma inglesa, duas belgas, uma brasileira, pelo menos, tiveram neste conclave de cultura historiográfica, seus representantes. Idênticamente, o Instituto de França, o Instituto de Investigaciones Cientificas de Madrid, e muitos outros Institutos e Academias do Velho Continente. De Portugal, como era de contar, não faltaram as nossas Universidades, Academias e Sociedades Científicas. O Congresso foi promovido pela Câmara Municipal de Braga, com a colaboração da Faculdade de Filosofia desta cidade e Associação Jurídica de Braga, e da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, à qual se deve a ideia desta magna reunião cultural. Teve também a cooperação do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto. O Instituto de Alta Cultura deu-lhe o seu patrocínio. Teve a Presidência de Honra do Chefe do Estado, a Presidência Científica do Professor Marcelo Caetano e a Presidência Executiva do Comendador António Maria Santos da Cunha, presidente do Município Bracarense. Os Secretários Gerais do Congresso, que o planearam e orientaram, foram o Dr. Sérgio da Silva Pinto e o Coronel José Baptista Barreiros.

A Organização e a condução do Congresso unânimemente louvadas, constituíram um padrão de prestígio para Braga e Portugal. E a alta e eficiente Presidência do Professor Marcelo Caetano, deu-lhe imperecível relevância, no plano da ciência histórica. Merece também, destaque a cooperação especial do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto, cujo Presidente, Professor Doutor Luís de Pina, foi Vice-Presidente do Congresso, cujo Secretário, Dr. António Cruz, foi elemento activo da Comissão da Exposição Bibliográfica, e cujo prelector, Dr. Sérgio da Silva Pinto, foi um dos Secretários Gerais; outros professores e prelectores estiveram presentes e apresentaram comunicações. Correia

Marques escreveu: «Seja permitido a um jornalista bracarense felicitar o Presidente da Câmara Muncipal de Braga por mais esta grandiosa realização de natureza cultural. Honrou-se e honrou o País».

Os objectivos do Congresso — estudar e esclarecer problemas da Idade Média lusitana e da Ciência Histórica Medieval — foram devotadamente prosseguidos. Bem disse, no seu discurso de encerramento, o Prof. Doutor Marcelo Caetano: «...vamos separar-nos, os mestres, que à História Medieval têm dado o melhor da sua inteligência e do seu labor; e os simples discípulos, ou interessados,... que com eles tanto puderam aprender nestes cinco dias de sério estudo, e de ampla revisão de tão grande número de problemas da Idade Média Portuguesa».

Historiemos, fugazmente estes cinco dias do Congresso.

Dia 6

Às 10 horas, realizou-se a sessão de boas-vindas, nos Paços do Concelho. Coube ao Presidente, Santos da Cunha, saudar os Congressistas. Em nome destes, responderam, pelos nacionais, o Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, representante da Academia Portuguesa de História, e, pelos estrangeiros, o Prof. Doutor Otero Pedrayo, representante da Real Academia Galega, glória das letras galegas e da oratória espanhola. Encerrou a sessão o Conselheiro Dr. António Abranches de Lemos e Menezes, Chefe do Distrito. Na mesa, a ladear o representante do Governo, achavam-se: o Presidente do Congresso, Prof. Doutor Marcelo Caetano; o Presidente da Câmara; o General Comandante da 1.ª Região Militar; o representante do Instituto de Alta Cultura e da Universidade do Porto, Prof. Doutor Luís de Pina; o representante da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares; o representante da Real Academia Galega; e o Prof. Doutor Paulo Durão, Reitor da Faculdade de Filosofia de Braga e também Vice-Presidente do Congresso.

Às 11 horas, no Salão de Conferências da Biblioteca Pública — edifício onde o Congresso iria normalmente funcionar — efectuou-se a sessão inaugural e primeira plenária sob a presidência do Reitor da Universidade de Lisboa, Presidente do Congresso. A ladeá-lo, encontravam-se: o Prof. Doutor Luís de Pina, Prof. Doutor Juan Beneyto, de Madrid, Prof. Doutor Moralejo Laso, decano da Universidade de Compostela, e Prof. Doutor Mário Brandão, da Universidade de Coimbra. Em lugares especiais: o Arcebispo Primaz, o Bispo de Telmissus, o Governador Civil, o Comandante da 1.ª Região Militar e o Presidente da Câmara. Apresen-

taram comunicações, sujeitas a debate: O Prof. Doutor Luís de Pina, sobre *Medicina medieval portuguesa — razões e programa para uma revisão histórica;* o Prof. Doutor Juan Beneyto, *La fundamentación del poder de los obispos medievales como principes terrae;* e o Prof. Doutor Mário Brandão, *A presença da escola pública do Mosteiro de Alcobaça.* O Prof. Doutor Torquato Soares comentou a tese do Prof. Doutor Beneyto; e na discussão do trabalho do Prof. Doutor Mário Brandão intervieram o Prof. Doutor Hernâni Cidade, o Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares, a Prof.ª Doutora Virgínia Rau, Dr. Sérgio da Silva Pinto e o Doutor Avelino de Jesus da Costa. No começo da sessão, o Presidente propôs que o Congresso enviasse um telegrama de respeitosa homenagem ao grande medievalista português, Prof. Doutor Paulo Merêa, da Universidade de Coimbra, ausente por doença.

No final, foi lido um telegrama de Sua Eminência o Cardeal Cerejeira do teor seguinte: «Com espírito em Braga, sinto muito não poder assistir ao Congresso Histórico de Portugal Medievo».

De tarde, desde as 16,15 horas, houve nas salas da Biblioteca Pública sessões de trabalho das 3 secções do Congreso. Na 1.ª Secção — Fundamentação da Ciência Histórica e Filosofia Medieval — sob a presidência do Prof. Doutor Paulo Durão, leram as suas comunicações: o Dr. António José Aguiar Alves de Brito, sobre a *Tese idealista da identidade entre a História e a Filosofia*; Prof. Doutor Vitorino de Sousa Alves, sobre *A História e a função do espaço e tempo humano*; e Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, em colóquio com o Prof. Doutor O'Farrel, da Universidade Gregoriana, sobre *Fundamentação do Conceito de História.*

Na 2.ª Secção — História Política — sob a presidência da Prof.ª Doutora D. Virgínia Rau, da Universidade de Lisboa, leram seus trabalhos: Dr. Eugénio da Cunha Freitas, sobre *Vila do Conde. As origens do topónimo;* Dr. Fernando Castelo Branco, sobre *O problema historiográfico do feito de Martim Moniz,* e P.e António Brásio, representado, sobre *Influência do Cisma Castelhano na solução da crise de 1385.*

Na 3.ª Secção A — Instituições — sobre a presidência do Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida Costa, da Universidade de Coimbra, expuseram suas teses: A. L. de Carvalho sobre *Corporativismo medieval;* Dr. António Ambrósio de Pina, sobre *Os bens da Capela de D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga;* Dr. António Gonçalves Losa, sobre *Os mouros de Entre Douro e Minho no século XIII;* e Prof. Doutor António de Oliveira Marques, sobre *A moeda portuguesa durante a Idade Média.*

Na 3.ª Secção B — Civilização Medieval Portuguesa — sob a presidência, ora do Dr. Ruy Pinto de Azevedo, ora do Prof. Doutor Arnold Steiger, da Universidade de Zurich, ora do Prof. Doutor Hernâni Cidade, ouviram: Dr. António de Castro Xavier Monteiro, sobre *O rito nupcial medievo bracarense;* o P.e António Maria Mourinho, sobre *Documentos medievais de carácter régio, eclesiásticos e particulares dos séculos XII, XIII e XIV, referentes ao nordeste português...*; e Prof. Henri Chao Espina sobre *Portugal nas letras espanholas durante o Medievo.*

À noite, no Seminário de Filosofia de Santiago, sob a presidência do Reitor da Universidade do Brasil, Prof. Doutor Pedro Calmon, efectuou-se a 2.ª sessão Plenária. Apresentaram nela comunicações: Dr. Rui Pinto de Azevedo, sobre *Alguns dados críticos sobre a carta ou memória De Expugnatione Lysbonensi;* Prof. Doutor Peter Russel, da Universidade de Oxford, sobre *Os ingleses em Aljubarrota, através de documentos do Public Record Office de Londres;* Prof. Doutor Abelardo Moralejo Laso, decano da Universidade de Santiago de Compostela, sobre *Versos del Codice Calistino relativo a hechos de la História Medieval de Portugal;* e Dr. Giuseppe Chica, de Perugia, sobre *Des aperçus d'une nouvelle Histoire dans l'oenore des Limpeurs Ibericus de Rome.*

Dia 7

Pelas 10 horas recomeçaram, nos salões da Biblioteca Pública, as sessões de trabalho das 3 secções.

Na 1.ª Secção, sob a presidência do Prof. Doutor Paulo Durão, falaram: Dr. Manuel Duque Vieira, sobre a *História e o Método Experimental;* Dr. João Ferreira, sobre *A relevância de Pedro Hispânio na Filosofia Medieval,* e Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, sobre *O Agostinismo político de Álvaro Pais no Speculum Regum.*

Na 2.ª Secção, sob a presidência do Prof. Dr. Moralejo Laso, expuseram as suas teses: D. Eugénio Sarrablo, do Instituto Superior de Investigaciones científicas de Madrid, sobre *Contribucion à la biografia de la Infanta D. Beatriz de Portugal, segunda mujer de Juan I, Rey de Castilla;* Dr.ª Francisca Solsona Climent, de Barcelona, sobre *Aspectos de la dominación angevina em Cataluña* (1466-1472). *La participacion portuguesa en la revolucion contra Juan II;* e Dr. Gilberto Monteiro, sobre *D. Gilberto, 1.º bispo de Lisboa reconquistada.*

Na 3.ª Secção A, sob a presidência do Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida Costa, o Dr. Oliveira Ramos, em nome de 24 alunos do Centro

de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, apresentou um estudo sobre *A Peste Negra em Portugal;* foi também lida a comunicação da Dr.ª Irisalva Nóbrega Moita, sobre *O Foral da portagem de Lisboa.*

Na 3.ª Secção B, sob a presidência do Prof. Doutor Arnold Steiger, da Universidade de Zurich, expuseram os seu strabalhos: Prof. Doutor Hernâni Cidade, sobre *O problema da cultura dos trovadores luso-galaicos;* e o Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, sobre *O Mito da Sereia na Idade Média.* Em todas estas sessões houve fartas intervenções destacando-se as do Prof. Doutor Marcelo Caetano, Prof.ª Doutora Virgínia Rau, Prof. Doutor Torquato Sousa Soares, Prof. Doutor Pedro Calmon, Prof. Doutor Otero Pedrayo, Prof.ª Doutora Maria Helena Rocha Pereira, Prof. Doutor Oliveira Marques, e Prof. Doutor Hernâni Cidade.

Às 15,30 horas, realizaram-se novas sessões de trabalhos, nos mesmos locais. Na 1.ª Secção falaram: Dr.ª D. Maria dos Remédios Castelo Branco, sobre *D. Duarte, Ensaísta;* Prof. Doutor Eduardo Alexandre Borges Nunes, da Universidade de Lisboa, sobre *Raízes da Lusitanidade em Paulo Orósio* e Eng.º Fernando Seisdedos Velasco Condesso sobre *Contribuição do Método Arquitectónico para a História.*

Na 2.ª Secção apresentaram comunicações: Leandro Quintas Neves, sobre *O Sucessor de D. Paio Mendes na prelazia de Braga;* o Prof. Doutor Ramón Otero Pedrayo, sobre *O carácter de Gelmirez* e Manuel Boaventura, sobre *De onde brotou Vila Chã-Aldeamento castrejo? Criação suevo-goda?* Destacado desta secção formou-se um colóquio sobre *Batalha de Aljubarrota,* presidido pelo Prof. Doutor Peter Russell. Intervieram, o Capitão Gastão de Melo e Matos, sobre *Três posições defensivas Medievais;* o Tenente Coronel Afonso do Paço, sobre *Escavações de carácter histórico realizadas no campo de batalha de Aljubarrota;* Prof. Doutor Luís Suarez Fernandez, sobre *La crisis de 1383 desde el punto de vista castellano.*

Na 3.ª Secção A, falaram: Dr. João Albino Pinto Ferreira, sobre *Alguns aspectos das casas medievais do Porto* (século XIV) e P.e José Manuel Semedo Azevedo, sobre *Albufeira Medieval.*

Na 3.ª Secção B, sob a presidência do Prof. Doutor Hernâni Cidade, apresentaram comunicações: Dr. José Maria Alvarez Blasquez, sobre *A mulher na lírica medieval galego-portuguesa. Vida e andanzas de Maria Balteira;* Dr. José Pedro Machado, sobre *Os mais antigos arabismos da línguas portuguesa* (*Séculos IX-XII*) e Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida Costa, sobre *Romanismo e Bartolismo no Direito Português.*

Às 18,30, inaugurou-se a Exposição Históriográfica, com cerca de

duzentos documentos dos séculos IX ao XV, no Salão Medieval Superior da Biblioteca Pública, sendo os congressistas obsequiados com um catálogo adrede preparado da mesma exposição. Na organização da exposição e na do seu catálogo, como na publicação deste, tiveram papel de relevo o Director interino de Biblioteca, António Luís Gomes Moreira e o 1.º Bibliotecário Dr. Egídio Guimarães. À noite, no Teatro Circo, houve um concerto regido pelo maestro Frederico de Freitas, com a Orquestra Sinfónica do Porto e a pianista Vasso Devetzi, de nacionalidade grega.

Dia 8

Pelas 10 horas, em caravana automobilística, o Congresso, seguiu para S. Frutuoso de Montélios, a vetusta capela pré-românica do ciclo suévico-visigótico, reconstruída na época moçárabe. Ali se efectuou um Colóquio sobre os problemas que o monumento tem suscitado, no qual intervieram: o Dr. Sérgio da Silva Pinto,, Prof. Doutor Georges Gaillard, o Marquês de Lozoya, da Universidade de Madrid, o Dr. Chamoso Lamas, Comissário Nacional do Património Artístico de Espanha, e o Prof. Luís Reis Santos, da Universidade de Coimbra. O Congresso percorreu depois o triângulo turístico (Falperra, Sameiro, Bom Jesus). Pelas 12 horas, no Templo do Bom Jesus do Monte, celebrou-se missa, em rito bracarense, e fez a homilia o venerando Arcebispo Primaz das Espanhas. Às 13 horas, realizou-se um almoço regional no Casino do Bom Jesus. Aos brindes usaram da palavra, pelos congressistas nacionais, o Dr. Fernando de Castro Pires de Lima; pelos estrangeiros, o Prof. Doutor Otero Pedrayo e, em remate, o Governador Civil do Distrito.

No final, na esplanada, houve uma exibição folclórica pelo grupo Gonçalo Sampaio.

Pelas 17 horas, recomeçaram os trabalhos das secções na Biblioteca Pública.

Na 2.ª Secção, sob a presidência do Prof. Doutor Miranda Barbosa, apresentaram comunicações: Coronel Mário Cardozo, sobre *Era Mumadona tia de Ramiro II?* o Prof. Dr. Miguel Cruz Hernandez, sobre *Los arabes al norte del Duero;* e General Nicolás Benavides Moro, sobre *Relación historica del reino de Leon con Portugal.*

Na 3.ª Secção A, sob a presidência do Prof. Doutor Prieto Bances falaram o Dr. João Pinto Ferreira, sobre *Terras de Numão;* a Dr.ª Mariana Amélia Machado Santos, sobre *As muralhas de Faro na Idade Média;* Coronel José Ribeiro da Costa Júnior, sobre *Exemplo de Portugal Medievo*

na Agricultura, Comércio e Indústria; e Dr. Chamoso Lamas, sobre *Valores historicos que intervienen en la formación de las ciudades.*

Na 3.ª Secção B, falaram: Arquitecto Octávio Lixa Filgueiras, sobre *Entre Normandos e Árabes nas margens do Douro;* P.e Pascoal Kallemberg, sobre *Fontes Medievais da Liturgia Carmelita;* o Eng.º Porfírio Rebelo Bonito, sobre *Reminiscências populares da lírica trovadesca,* e Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida e Costa, sobre *Para a história da cultura jurídica medieva em Portugal.*

Na 3.ª Secção B-1 (Arte), sob a presidência do Prof. Reis Santos, apresentaram trabalhos: Dr. António Coelho de Sousa Oliveira Júnior, sobre *Um passo da História Portuguesa num capitel românico;* Dr. António Manuel Gonçalves, sobre *Da ourivesaria medieval portuguesa,* e o Prof. Luís Reis Santos, sobre *Belas Artes e Humanismo português medieval.*

Às 21,30 horas, no Salão de conferências da Faculdade de Filosofia, sob a presidência do Senhor Arcebispo Primaz, realizou-se uma Sessão Académica Solene, na qual usaram da palavra: o Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares, sobre *Factores Económicos da Formação da Nacionalidade,* e o Prof. Doutor Marcelo Caetano, sobre *Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas.*

Na presidência e nas cadeiras de honra, viam-se, além das autoridades, todos os representantes dos vários Claustros Universitários Europeus.

Dia 9

Pelas 9,30 horas, reuniram-se as sessões de trabalhos na Biblioteca Pública.

Na 3.ª Secção A, presidida pelo Prof. Doutor Juan Beneyto, falaram: Dr. Vicente Martinez Morellá, sobre *El puerto internacional de Alicante en el siglo XIII.* Intervieram: o Prof. Doutor Beneyto e o Eng.º Gouveia Neves.

Na 3.ª Secção B, sob a presidência do Prof. Doutor Hernâni Cidade, expuseram as suas teses: Prof. Doutor Arnold Steiger, sobre *Aspectos da vida e linguagem árabes no Portugal Medievo.* Intervieram: Prof. Doutor Torquato Soares, Dr. Maurício Gomes dos Santos, Dr. Rui Pinto de Azevedo, Dr. José Pedro Machado (Secretário da Mesa), e o Presidente.

Prof. Doutor Ramon Prieto Bances, sobre *El Derecho Peninsular y el Derecho Cristiano en la Edad Média.* Intervieram: Prof. Doutor Mário Almeida e Costa, Prof. Doutor Juan Beneyto, Prof. Doutor Torquato Soa-

res e o Presidente. Pelas onze horas o Congresso, em caravana automóvel, partiu para Guimarães, onde pelas 12,15 foi recebido na Câmara Municipal. Aí, falaram o Presidente da Câmara de Guimarães e o da Câmara de Braga.

Junto da estátua de D. Afonso Henriques, o Congresso, depois de ter deposto no monumento uma heráldica de flores representando o Escudo Nacional, ouviu alocuções proferidas pelo vereador da Câmara de Guimarães, Pinto de Almeida, e Prof. Doutor Torquato Soares. Seguiu-se uma visita ao Paço dos Duques de Bragança.

Em seguida efectuou-se o almoço no restaurante Jordão, onde, aos brindes, falaram: o Presidente da Câmara de Guimarães, o Coronel Mário Cardozo, Frei João Ferreira, e o Governador Civil de Braga.

Pelas 16 horas fez-se uma visita ao Museu Alberto Sampaio.

Pelas 17 horas efectuou-se, sob a presidência do Reitor da Universidade do Porto, representado pelo Prof. Doutor Luís de Pina, a quarta sessão plenária, no Ginásio da Escola Técnica. Foram oradores: Professor Doutor Sebastião da Silva Dias, da Universidade de Coimbra, sobre *As Bibliotecas Portuguesas Medievais;* o Prof. Doutor Emile Lousse, da Universidade de Lovaina, sobre *Le Portugal et l'Europe,* e a Prof.ª Doutora Virgínia Rau, sobre os *Brandões do Porto.*

Dia 10

Pelas 10 horas, começaram as últimas sessões de trabalhos das 3 secções na Biblioteca Pública.

Na 3.ª Secção A, sob a presidência do Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida Costa falaram: Luís de Castro Pinheiro, sobre *As paróquias rurais no norte de Portugal;* Marquês de Sampayo, sobre *Sobrevivências no século XVII de direitos paroquiais medievais;* Dr. Rui Pinto de Azevedo, sobre *O Foral de Santarém de Maio de 1179, padrão dos Forais de Lisboa e Coimbra, da mesma data,* e o Prof. Doutor Otero Pedrayo sobre *Uña interpretación literária do Conde de Ourém.*

Entre as muitas intervenções, avultaram as do Prof. Doutor Marcelo Caetanoe Prof. Doutor Torquato Soares, durante a apresentação da tese do Dr. Rui de Azevedo, e as do Prof. Doutor Luís Fernandez Suarez, da Universidade de Valladolid, Prof. Doutor Torquato Sousa Soares e Prof. Henri Chao Espina, da Real Academia Galega, em relação à comunicação do Prof. Doutor Otero Pedrayo, que no final, por proposta do Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, foi unânimemente homenageado

pela assembleia, como patriarca das letras e da historiografia galega. Sob a presidência do Prof. Luís Reis Santos, na 3.ª Secção B-1 (Arte), apresentaram trabalhos: José Rosa de Araújo, sobre *O Pórtico da Igreja Matriz de Viana;* Dr. Francisco Fernandez del Riego, de Vigo, sobre *Considerações Sobre a Existência duma Pintura Primitiva Galego-Portuguesa;* P.e Maur Cocheril, sobre *Les abbayes cisterciennes portugaises au XII siècle,* e Prof. Doutor René Crozet, da Universidade de Poitiers sobre *Remarques sur l'Architecture Cistercienne au Portugal.*

Pelas 15,30 horas, fez-se a concentração das autoridades, representantes de Universidades, Academias e Institutos Culturais, Corpo Consular e dos Congressistas, na Capela de Nossa Senhora da Glória, anexa à Sé Primacial. Pouco depois chegavam Sua Excelência Reverendíssima o Arcebispo Primaz e o bispo de Telmissus. Feita a recepção a Sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, efectuou-se a romagem aos túmulos dos Condes D. Henrique e D. Teresa, proferindo neste acto, junto aos referidos túmulos, eloquente oração o Rev.º Dr. P.e Domingos Maurício Gomes dos Santos.

Organizou-se então imponente cortejo, policromado pelas vestes episcopais, doutorais e académicas, em direcção ao Salão Medieval da Biblioteca Pública.

Aqui teve lugar a sessão solene de encerramento do Congresso, que reuniu uma das mais selectas e numerosas assistências, encontrando-se o vasto salão completamente cheio. Presidiu ao acto Sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, tendo à sua direita o Presidente do Congresso, Prof. Doutor Marcelo Caetano, e o General Comandante da 1.ª Região Militar, e à esquerda o Governador Civil de Braga e o Presidente da Câmara da mesma cidade. Em lugares de honra sentaram-se os prelados presentes. Nas doutorais achavam-se Reitores e Professores Universitários, os Representantes das Academias e Institutos Culturais, Corpo Consular, Autoridades e os Secretários Gerais. Apresentaram trabalhos: o Reitor da Faculdade de Filosofia, Prof. Doutor Paulo Durão, S. J., sobre *Tensão Dialéctica da História e Pensamento Cristão;* e o Marquês de Lozoya sobre *O Brazão de Portugal.*

O Secretário Geral, Dr. Sérgio da Silva Pinto, leu os votos do Congresso, e o Secretário Geral, Coronel José Baptista Barreiros, leu a proposta sobre o I centenário de Maximiliano de Lemos, da autoria do Prof. Doutor Luís de Pina, e o telegrama enviado pelo Congresso ao Chefe do Estado.

Seguiram-se o discurso de encerramento, pelo Presidente do Congresso e o de Sua Ex.ª o Ministro da Educação Nacional. Após este último foi encerrada a sessão.

À noite, pelas vinte horas, houve recepção e jantar no Palácio dos Falcões, sede do Governo Civil de Braga, onde, num ambiente de alta distinção, se proferiram notáveis brindes. Foram oradores o Governador Civil de Braga, Presidente da Câmara, Brigadeiro Abreu Sotto Maior, Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Prof. Doutor Marcelo Caetano, e, por último, o Ministro da Educação Nacional.

Comissão de Honra Nacional

Presidente — Sua Excelência o Presidente da República

Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa. Suas Excelências: Presidente da Assembleia Nacional, Presidente da Câmara Corporativa, Ministro da Defesa Nacional, Ministro do Interior, Ministro do Exército, Ministro da Marinha, Ministro da Educação Nacional, Subsecretário de Estado da Educação Nacional. Excelentíssimos: Presidente da Junta Nacional de Educação, Presidente do Instituto de Alta Cultura, Reitor da Universidade de Coimbra, Reitor da Universidade de Lisboa, Reitor da Universidade do Porto, Presidente da Academia das Ciências, Presidente da Academia Portuguesa de História, Presidente da Academia Nacional de Belas Artes, Presidente da Academia Brasileira de Letras, Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Presidente do Instituto Histórico de Geografia do Rio de Janeiro, Director do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto, Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Comissão de Honra Regional

Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz. Excelentíssimos Governador Civil do Distrito de Braga, Comandante da 1.ª Região Militar; Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Telmissus; Excelentíssimos: Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Presidente do Tribunal da Relação do Porto, Presidente da Junta de Província do Minho, Procurador da República no Tribunal da Relação do Porto, Deputados da Nação pelos Círculos de Braga e Viana do Castelo, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Procuradores à Câmara Corporativa residentes no Distrito de Braga, Presidente do Cabido da Sacrossanta Basílica Primacial Bracarense, Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Comandante Militar de Braga, Corregedores dos Círculos Judiciais de Braga e Viana do Castelo, Ajudantes do Procurador da República em

Braga e Viana do Castelo, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Reitor do Liceu Nacional de Braga, Reitor do Liceu Nacional de Guimarães, Delegado do I. N. T. P., Delegado de Saúde, Director da Escola Industrial e Comercial de Braga, Reitor do Seminário Conciliar, Reitor do Seminário de Filosofia, Director da Escola do Magistério Primário de Braga, Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, Reitor do Seminário de N.ª S.ª da Conceição, Director da Escola Industrial e Comercial de Guimarães, Director da Escola Industrial e Comercial de Barcelos, Director da Escola Industrial e Comercial de Vila Nova de Famalicão, Director da Sociedade Martins Sarmento de Guimarães, Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública do Distrito de Braga.

Comissão para os Trabalhos Científicos

Presidente — Professor Doutor Marcelo Caetano; *Vice-Presidentes* — Professor Doutor Luís de Pina e Professor Doutor Paulo Durão, S. J.; *Secretários* — Prof. Doutor Luís Filipe Lindley Cintra e Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa.

1.ª SECÇÃO

Presidente — Professor Doutor Arnaldo de Miranda Barbosa; *Secretário* — Professor Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, S. J.

2.ª SECÇÃO

Presidente — Professora Doutora D. Virgínia Rau; *Secretário* — Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa.

3.ª SECÇÃO

Presidente — Professor Doutor Guilherme Braga da Cruz; *Secretário* — Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida Costa.

Comissão Executiva

Presidente — António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; *Vice-Presidentes* — Prof. Doutor Paulo Durão, S. J., Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia; Juiz Corregedor Dr. Francisco Sieuve Seguier de Campos e Castro Azevedo Soares, Presidente da Associação Jurídica de Braga; Coronel José Baptista Barreiros, Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; *Vogais* — Dr. José Maria Ferreira de Araújo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga; Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha; Dr. Olindo Casal Pelayo; Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães; Dr. António Gonçalves Losa Júnior; Dr. Américo Forte Rodrigues Barbosa; Prof. Rafael de Barros Soeiro.

Secretaria Geral

Secretários Gerais — Dr. Sérgio da Silva Pinto, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga e Prelector do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto; Coronel José Baptista Barreiros, Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. *Secretário Adjunto* — Alberto Jorge de Carvalho Moreira de Matos, Secretário da Presidência da Câmara Municipal de Braga.

Comissão para a Exposição Bibliográfica

Dr. António Cruz, António Luís Gomes Moreira, Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães, Francisco Bacelar Ferreira.

Comissão de Recepção e Instalação

António Leitão de Carvalho, Eng.º Alberto Valle Rego Amorim, José Henrique Soares Pereira.

Temário do Congresso

O Congresso Histórico de Portugal Medievo desdobra-se em três Secções:

1.ª SECÇÃO

Problemas de Instrução Geral e fundamentação da Ciência Histórica

1 — Plano geral: Sobre a natureza de História e a sua fundamentação metodológica. Sobre a fundamentação filosófica da História.

2 — Plano aplicado: Questões especiais concernentes à História Medieval geral e local.

2.ª SECÇÃO

História política interna e externa

1 — 1) A dominação árabe. 2) A reconquista. 3) Individuação pré-henriquina de Portugal. 4) O condado portucalense. 5) Fundação do Estado.

2 — Conquista do território até ao Algarve. Participação das Ordens monástico-militares, dos cruzados e doutros agentes.

3 — Papel da Marinha na 1.ª dinastia; expedições de guerra e empresas comerciais. Navalismo fernandino.

4 — Política internacional, relações com o Papado, com os Reinos Peninsulares e com outros países. Colaboração de Portugal na defesa da Península Ibérica. Início da Aliança inglesa.

5 — A crise de 1383-1385. Consolidação da independência e maturação da consciência nacional.

6 — Aspectos regionais.

3.ª SECÇÃO

Instituições e Cultura

1 — Elementos da população (cristãos e não cristãos). Povoamento do território.

2 — Instituições Sociais: A família. Servos e homens livres. Clero, Nobreza e Povo. A cidade, o concelho, a freguesia.

3 — Instituições económicas: agricultura, comércio e indústria. A marinha mercante. Seguros marítimos. Vias de comunicação. Moeda.

4 — Instituições religiosas: Organização eclesiástica. Ordens religiosas. Ordens monástico-militares. Relações entre o poder espiritual e o temporal. Judeus e mouros.

5 — Instituições militares: Exército. Marinha de Guerra. Chefes militares. Operações de Guerra. Sistema defensivo.

6 — Instituições políticas e jurídicas: Organização do Estado. Rei e Nação. Justiça e fazenda. Cortes Municipalismo. Regime senhorial. Leis gerais e direito consuetudinário. Forais. Vida jurídica.

— Civilização medieval portuguesa: Língua. Literatura. Filosofia. Ciências. Ensino. Arte. História.

8 — Aspectos regionais.

Programa Geral do Congresso

O Congresso terá a duração de 5 dias, de 6 a 10 de Novembro de 1959

DIA 6 — SEXTA-FEIRA — BRAGA

Às 10 horas — Sessão de boas-vindas nos Paços do Concelho.

Às 11 horas — Sessão inaugural e primeira Sessão plenária, na Biblioteca Pública.

Às 15,15 horas — Reunião das mesas para distribuição dos trabalhos.

Às 16,15 horas — Sessões de trabalho das três Secções, na Biblioteca Pública.

Às 21,30 horas — Segunda Sessão plenária no Seminário de Filosofia de Santiago.

DIA 7 — SÁBADO — BRAGA

Ás 10 horas — Sessões de trabalho das três Secções, na Biblioteca Pública.

Às 15,30 horas — Sessões de trabalho das três Secções na Biblioteca Pública.

Às 18,30 — Inauguração da Exposição Historiográfica na Biblioteca Pública.

Às 21,30 horas — Espectáculo no Teatro Circo.

DIA 8 — DOMINGO — BRAGA

Às 10 horas — Visita a S. Frutuoso e ao Triângulo Turístico.

Às 12 horas — Missa em Rito Bracarense no Templo do Bom Jesus do Monte.

Às 13 horas — Almoço regional no Bom Jesus — Exibição folclórica.

Às 16,30 horas — Sessões de trabalho das três Secções, na Biblioteca Pública.

Às 21,30 horas — Sessão Académica solene na Biblioteca da Faculdade de Filosofia.

DIA 9 — SEGUNDA-FEIRA — BRAGA E GUIMARÃES

Às 9,30 horas — Sessões de trabalho das três Secções, na Biblioteca Pública.

Às 11,30 horas — Passeio a Guimarães.

Às 12,15 horas — Recepção e almoço no Hotel da Penha (Guimarães) (1).

Às 16 horas — Sessão plenária nos Paços dos Duques de Bragança (2).

DIA 10 — TERÇA-FEIRA — BRAGA

Às 10 horas — Sessões de trabalho das três Secções, na Biblioteca Pública de Braga.

Às 15,30 horas — Concentração das Autoridades, Representantes de Universidades, Academias e Institutos Culturais e dos Congressistas na Capela de N.ª S.ª da Glória (anexa à Sé). Romagem aos túmulos dos Condes D. Henrique e D. Teresa, visita à Sé e Museu de Arte Sacra. — Alocução pelo P.e Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos. — Cortejo da Sé para o Salão Medieval da Biblioteca Pública.

Às 17 horas — Sessão solene de encerramento do Congresso, no Salão Medieval da Biblioteca Pública de Braga.

Às 20 horas — Recepção e jantar no Palácio dos Falcões (Governo Civil de Braga).

---

(1) Realizou-se no Restaurante Jordão.

(2) Transferida para o Ginásio da Escola Técnica de Guimarães por não ter sido possível efectuá-la nos Paços dos Duques.

Municipalismo e Regime Senhorial

Por Fernando de Aguiar

Desde cedo, à parte a necessária migração de alguns povos dentro da Península, as nossas gentes estabelecem-se para formarem a Grei, assentando-se ruralmente em aldeias sempre protegidas muito possìvelmente por pequenos e senhoriais castelos. Vivem em economia doméstica escassa, só contactando com os vizinhos mais achegados, sobretudo dedicados à pastorícia e ao desenvolvimento do agro, chegando esta agricultura e a ganadoria, a alcançarem grande importância como fonte de riqueza.

Já se reconhece, e de há muito, o nascimento e a jerarquia das pessoas como símbolo social para sua diferenciação, sendo os *nobiles* de casta distinguidos, no geral homens ricos e fortes no seu reduto. O povo de forma alguma admite no seu grémio a qualquer cativo de liberdades, antes todos eles sendo homens livres integrados em camponeses, pastores e mesteirais, estes ainda em lenta formação nos seus futuros ofícios.

Posto em estado de cultura rudimentar, o seu direito balbuciante ainda, já sente o seu apego à Tradição, gentes fiéis às mais antigas instituições de povos comuns seus antepassados, tirando destes grande parte do seu antiquíssimo sistema jurídico, mesmo de antes da sua chegada à Península. Fundidos os direitos, surgem outros novos, onde a influência recebida os converte em fiéis mensageiros da mesma Tradição, a consciência a mantê-la acesa no fervor inspirado de princípios de direitos ainda não formulados, mas que expressarão mais tarde, na linha do seu direito, todo um sistema jurídico já próximo da perfeição.

Assim, em toda a Península o Direito será em sua origem essencialmente popular e consuetudinário, onde a Religião empresta ao homem o perfume bendito duma compreensão cristã. Neste sentido, grande virá a ser a influência de S. Martinho de Dume, na pregação salutar dos seus princípios, para estruturação política de um sistema já vincadamente

peninsular e atlântico, a voltar as costas aos movimentos de além Pirenéus.

Como melhor que nós salientará Francisco José Veloso (no seu conscienciosо trabalho sobre *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum*) o factor económico é, porém, «a principal determinante da conversão de um sistema antigo, que a força da tradição faz respeitar» entre «gente arreigada ao solo, de hábitos mui sedentários, só perturbados pela emigração» e onde «várias famílias agricultam as terras baixas, em regime de propriedade individual».

Não existirá comunitarismo, antes encontramos em seu lugar uma instituição de carácter familiar a organizar e a agremiar os povos sob o mesmo interesse geral, das gentes, de sorte a todos se juntarem para a defesa do comum.

Teríamos tido influência de todos os povos que até à Península vieram, como também poderá ter sucedido não as termos tomado de nenhum, apenas para se receberem e transmitirem influências mútuas, sem no entanto se nos imporem origens comuns.

Queremos aqui salientar apenas como, em nosso entender, o nosso municipalismo, consentidor de largas liberdades às nossas repúblicas de povos, se terá autorizado e fortalecido ainda mais como regime senhorial tìpicamente peninsular, quando as famílias se reúnem em redor do Município ou dos barões para com estes caminharem até à guerra em defesa do seu terrunho e para mantença viva das suas legítimas liberdades de independência.

Um dia, com mais vagar, e arrimando-nos à lição da História, procuraremos desenvolver este nosso ponto de vista, aqui apresentado apenas em esboço. Será até curioso fazer-se este estudo.

Por hoje apenas queremos sumariar a íntima aliança possìvelmente existente entre o Senhor, sustentáculo e integrador de um regime que foi senhorial, sem ser feudal, e a arraia miúda, a futura grei, o Povo, garantidor de uma certeza nacional com a justiça das suas legítimas liberdades, fortalecidas em cada foral pela autoridade e majestade do Príncipe.

Senhor e Povo, em comum, terão fins a cumprirem — defensor da fé e da Igreja, do Território e da Justiça; fortalecimento das leis do concelho para fomento e economia doméstica dos moradores do lugar. O Senhor, a par de uma autoridade mutilada nos limites do poder régio, terá para com as gentes o dever de sua assistência e de condução dos seus moradores à guerra, onde as regras e a ética da arte de fazer a guerra lhe impõem o primeiro lugar na linha do combate. Os homens válidos,

a obrigação de acudirem ao chamamento do Senhor sempre que as hostes tenham de pelejar, prestarem-lhe ajuda em todos os momentos graves da sua vida social.

Assim, os seus meios facilitadores manifestam-se principalmente na prestação por parte da arraia miúda, que no Concelho como povo encontrará sempre o máximo de suas liberdades, do seu auxílio militar pessoal físico, no Município, ou no senhor do seu lugar, esforçado e nobre cavaleiro na defesa do chão onde se implanta o seu concedido privilégio de soberania e, mais, do solo sagrado de todos os vizinhos.

Se o Município, onde domina o concílio, reduz as atribuições do Senhor à defesa do território e mantença da paz e da justiça nos seus muros, — a paz do Rei, — também é certo ser o Município quem autorizará na guerra os seus homens bons, sempre ciosos das prerrogativas das suas liberdades, a acompanharem esse Senhor à guerra, a cujo encargo cumpre alimentá-los e armá-los, e sem não prèviamente este providenciar no mais indispensável à família dos moradores do lugar que o acompanham e ficam nos seus lares entregues ao amanho das terras ou à sua exploração silvo-pastoril.

Do que expomos, depreende-se como não somos de opinião que Municipalismo e Regime Senhorial se repilam. Muito pelo contrário é nossa convicção que mùtuamente se ajudaram, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade que viveram, cimentando amizades e reparando injustiças, sempre que juntos teriam de as enfrentar para defesa de liberdades e de privilégios em uso nos termos do Concelho.

Quer dizer: assim como os povos se juntaram em Concelhos (*civitates*), em cujo centro era o Município, também temos certo como nalguns Concelhos exercer a autoridade, em vez do Município, o Senhor.

O Rei tanto podia conceder foral ao Concelho organizado em Município, como doar a sua soberania a um Senhor (temos exemplo na ordem dos Templários).

Indiscutìvelmente que houve predomínio da cidade sobre as aldeias, salienta-o e muito bem Garcia Gallo no seu meritório *Curso de Historia del Derecho Español* (Tomo I), especialmente a pág. 299. Mas também é certo ter o Município sofrido grandes transformações, especialmente em aqueles casos em que havia núcleo urbano (pág. 299 deste *Curso*). É assim que os homens deste núcleo, cedo se dão conta da sua importância e querem gozar da situação de privilégio em relação aos vizinhos. Será nestes casos o Senhor do núcleo, o seu poder moderador governando por

derivação do Rei, sempre obrigado no entanto ao respeito das leis concedidas e das liberdades dos foros.

O Município será ele mesmo, em si, um Senhorio, «cujo coto viene a ser el antiguo término Municipal (*alfoz, tierra*) y su señor la *villa*» (Garcia Gallo, *lug. cit.*, pág. 300).

Parece-nos termos explicitado bem o nosso pensamento, esperando um dia voltarmos a este assunto documentados nas melhores fontes e na companhia dos melhores Mestres como Alberto Sampaio e outros.

As Muralhas de Idanha-a-Velha

RESUMO (1)

Por Fernando de Almeida

Na campanha de escavações arqueológicas realizadas no corrente ano, foram postas a descoberto várias torres semi-cilíndricas adossadas à muralha, além de outras de planta rectangular. O autor pôs em relevo a importância do achado que apreciou comparando-o com outras fortificações romanas da Galiza e de outras Províncias do Império. O trabalho é acompanhado de projecções de uma fita (8 mm.).

(1) Publicam-se os resumos das comunicações cujos textos não foram remetidos à Secretaria Geral do Congresso pelos seus autores.

A História: Função do Espaço e Tempo Humanos

(RESUMO)

Por Victorino de Sousa Alves, S. J.

O tema dominante deste Congresso é a historicidade de Portugal Medievo... Ora, se reflectirmos nos próprios limites oscilantes desse período e da topologia geográfica, vemos que eles dependem da relatividade da acção livre humana. A História, sendo uma ciência descritiva e explicativa dos acontecimentos humanos e suas leis de conexão causal, é, pois, uma função de duas variáveis analíticas: o Espaço e Tempo.

Mas o Espaço e Tempo da relatividade histórica tem ainda um sentido mais profundo do que o matemático das coordenadas cartesianas ou topológicas. É o cosmológico ou metafísico do «puro acontecer», *enquanto que acção do ser humano* no espaço-tempo, ou conexo com o seu conhecimento. O problema metafísico da História (historiologia) pode enunciar-se assim: quais são as condições de possibilidade do seu objecto formal e domínio, isto é, a essência, valor e limites da historicidade? Para o resolvermos, não basta conhecer a temática puramente histórica (historiografia); é preciso dominar também a perspectiva metafísica do horizonte do ser: pensante e pensado. Ora, a dialéctica do conceito científico de história leva-nos à análise dos seus fundamentos lógicos e ontológicos.

Dividimos, pois, a Filosofia da História em dois parágrafos: a Lógica e a Ontologia da História.

§ 1 — *Lógica da ciência histórica:* a Lógica formal e material (epistemologia ou teoria do conhecimento) investiga as condições de possibilidade do conhecimento, enquanto que histórico e o seu valor e limites...

Determina, pois, os pressupostos operatórios, legalidade e método para a concepção e construção da História, como sistema científico. Será possível, *a priori*, por dedução transcendental, ou só *a posteriori*, pelo processo fenomenológico? A História, como ciência descritiva e explicativa, implica no seu *fieri* dois aspectos correlativos: o *formal* do objecto e

método e o *material* do sistema ou síntese ordenada dos conhecimentos humanos.

O conhecimento dos acontecimentos humanos e das suas leis de conexão causal implica também as sínteses subjectivas do Espaço e Tempo... E a crítica da verdade e certeza históricas revela-nos a relatividade de valor dos seus juízos sintéticos *a posteriori*. Por exemplo: a questão medieval da fundação de Portugal como Estado independente... Não se pode axiomatizar nem formalizar o saber histórico, mas as suas proposições obedecem ao cálculo lógico trivalente...

§ 2 — *Ontologia da Ciência histórica:* — A metafísica (ontologia e psicologia) investiga o puro objecto enquanto que ser histórico: isto é, o devir da acção humana (individual e universal) no Espaço e Tempo.

Determina, pois, a essência, causas e sentido da Ciência histórica. Discussão das várias teorias de sentido imanente ou transcendente: a concepção cristã de Santo Agostinho, a dialéctica idealista de Hegel, a naturalista de Marx, a relativista de Dilthey, etc.

A solução crítica.

Relaciones de Aragón y Portugal durante el siglo XII

Por Antonio Ubieto Arteta

Hay un evidente paralelismo en la evolución histórica de los medievales reinos de Aragón y Portugal durante la Edad Media. Los dos tienen un pequeño núcleo geográfico, que había sido antes condado; presentan ciudades intimamente relacionadas con el surgimiento de los mercados — Coimbra y Jaca —; presentan una clerecía débil en los momentos del surgimiento de las nacionalidades; se convierten en potencias marítimas, basando en ello su grandeza posterior; acaban la Reconquista casi al mismo tiempo, ocupando los aragoneses Biar en 1253, y los portugueses Faro y Albufeira en 1249.

Pero, además, Portugal y Aragón alcanzan su mayoría como Estados casi en el mismo tiempo, con Alfonso Enríquez en Portugal, al mismo tiempo que el conde de Barcelona Ramón Berenguer IV contraía esponsales con la princesa aragonesa doña Petronila (1137), dando origen a lo que se ha conocido con el nombre de Corona de Aragón.

Hacia 1137 atravesaba Portugal un mal momento con motivo de las luchas de Alfonso Enríquez y Alfonso VII de León-Castilla, al mismo tiempo que Aragón se enfrentaba con el mismo monarca ante la separación de las tierras de Navarra, tras la muerte de Alfonso I el Batallador.

Este paralelismo se encuentra también en el desarrollo de la reconquista portuguesa y aragonesa, que alcanza su momento cumbre cuando se domina la cuenca de los ríos más importantes que atraviesan sus Estados; el Tajo, con la ocupación de Santarem, Lisboa y Almada (1147); y el río Ebro, con la captura de Tortosa (1148).

Las luchas civiles producidas en Portugal durante el reinado de Alfonso III tienen un paralelismo en su contemporáneo Jaime I, que vió luchar a sus vasallos durante los primeros años de su reinado. Y esta

similitud y paralelismo tan continuado llegará a culminar más tarde en el excepcional matrimonio del gran rey portugués don Dinis con la que primero fué ejemplar princesa aragonesa y luego ejemplo de madres y reinas, conocida comúnmente en Aragón con la denominación de Santa Isabel de Portugal.

★

Las relaciones entre Aragón y Portugal, comenzaron en los primeros momentos del siglo XII. El día 29 de junio de 1109 moría el rey de León-Castilla Alfonso VI, el que tomó Toledo. Se había ya planteado con anterioridad el problema de su sucesión, ya que no dejaba hijos varones.

Una narración coetánea señala que poco antes de morir Alfonso VI, su yerno el conde don Enrique «se partió ayrado del rei, e por aquesta causa, quando el rei quería morir e disponía la suçesión del reyno, este conde no era presente» (1). Efectivamente, la documentación portuguesa señala la presencia de don Enrique y su mujer doña Teresa en Coimbra el día 29 de junio del mismo año 1109, donde donaban el monasterio de Lorvão a la sede catedral (2). Y en tierras portuguesas permanecía todo el resto del año, y primeros meses de 1110 (3), siendo su última mención del 21 de julio (4). Mas a los pocos días se separaba de su mujer para encaminarse a Francia. El día 24 de julio doña Teresa otorgaba un documento «cum consensu viro meo comiti Henrico», pero el conde no estaba presente pues su confirmación falta en el final (5). Y la ausencia del conde Enrique en la documentación todavia se nota en noviembre de 1110 (6), reapareciendo por vez primera en texto del 9 de mayo de 1111 (7).

---

(1) *Las Cronicas anónimas de Sahagún*, edición de Julio PUYOL Y ALONSO (Madrid 1920), p. 41.

Sobre los problemas que plantea la muerte del monarca castellano, vid. José M.ª RAMOS LOSCERTALES, *La sucesión de Alfonso VI*, en «Anuario de Historia del Derecho Español», XIII (Madrid 1936-1941); y José M.ª LACARRA, *Dos documentos interesantes para la historia de Portugal*, en «Revista Portuguesa de História», III (Coimbra 1945), p. 291-305.

(2) Cfr. Rui PINTO DE AZEVEDO, *Documentos Medievais Portugueses*, vol. I, tomo I (Lisboa 1958), n.º 15. En lo sucesivo lo citamos abreviadamente como *Documentos*.

(3) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.º 16, 17, 18 y 19.

(4) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.º 19.

(5) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.º 20.

(6) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.º 23.

(7) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.º 24.

El conde Enrique había tomado partido en los problemas que se debatían sobre la posesión de los reinos de León y Castilla, encaminándose a Francia, donde buscaría ayuda entre sus compatriotas. Sólo sabemos que cayó prisionero, estuvo algún tiempo en cadenas y luego recobró la libertad ([8]). Mientras, la castellana reina doña Urraca había contraído matrimonio con Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134), hacia octubre de 1109 ([9]).

Las reacciones contra tal matrimonio se produjeron pronto. En Galicia un núcleo nobiliario se levantaba en torno al hijo de Urraca, el futuro Alfonso VII ([10]). Alfonso el Batallador actuaba durante el verano de 1110 en Galicia, siendo acogido bien en Lugo, tomando luego el castillo de Monterroso ([11]). Todavía actuaba el día 13 de julio en Samos ([12]), si bien la reina Urraca se había marchado a León ([13]). Poco a poco tomaba cuerpo la idea de la próxima disolución del matrimonio real ([14]). Alfonso I el Batallador durante el aludido mes de julio ya estaba de regreso en Aragón ([15]). Y por entonces se señala por vez primera la nulidad del matrimonio de Alfonso I el Batallador con la reina Urraca ([16]).

Por esos momentos, aunque la fecha no podemos precisarla más, el conde don Enrique volvía de la prisión, pasando los Pirineos. Quizás fuese a finales del verano de 1110. El conde don Enrique y Alfonso I el Batallador concertaron un pacto para luchar contra doña Urraca, acordando repartirse por mitad cuanto conquistasen ([17]). El ejército aliado se encaminó hacia Castilla; pasaron por Osorno de Pisuerga, en Tierra de Campos, ya en el mes de octubre de 1110 ([18]); y el día 26 de octubre se

---

([8]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 41.

([9]) Cfr. artículo de RAMOS LOSCERTALES citado en nota 1. «Era entonçes tienpo de las bendimias», según *Las Crónicas anónimas*, p. 36.

([10]) Cfr. Antonio LOPEZ FERREIRO, *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, III (Santiago 1900), 330, que presenta una visión un tanto exagerada, a base de la *Crónica Compostelana*.

([11]) Cfr. LOPEZ FERREIRO, *Historia*, III, 336-337.

([12]) Cfr. AHN, *Samos*, carp. 1240, n.° 4, visigótica. Documento de Alfonso I el Batallador.

([13]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 37.

([14]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 39.

([15]) Cfr. José M.ª LACARRA, *La conquista de Zaragoza por Alfonso I (18 diciembre 1118)*, en «Al-Andalus», XII (Madrid 1947), 71.

([16]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 40; LOPEZ FERREIRO, *Historia*, III, 339.

([17]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 41.

([18]) Cfr. Jaime VILLANUEVA, *Viage literario a las iglesias de España*, XV (Madrid 1851), p. 367-368.

enfrentaban con el ejército castellano en Casdespina, donde era derrotada la reina Urraca y muerto su favorito el conde Gómez ([19]). Poco después Alfonso I el Batallador y don Enrique acampaban en Sepúlveda.

Con motivo de esta expedición se acuñó una interesante moneda, hace tiempos conocida, pero sólo ahora identificada por don Pío Beltrán. Se trata de un ejemplar publicado por Heiss entre la moneda aragonesa, pero que presenta una tipología castellana en su anverso, con la leyenda ANFUS REX; en el reverso se lee ARAGONES, presenta una cruz con el pie inclinado hacia la izquierda, un círculo concéntrico, y dos grandes EE, iniciales de Enricus.

Estando en Sepúlveda, el conde Enrique entró en negociaciones con la reina Urraca, llegando a un acuerdo y abandonando al aragonés ([20]). A partir de este momento don Enrique participará algún tiempo en la lucha al lado de Urraca de Castilla; inmediatamente se incorporó a este grupo doña Teresa de Portugal, que todavía estaba en Braga el día 9 de noviembre ([21]). Y pronto se dividían ambas hermanas la herencia de Alfonso VI, correspondiendo a Teresa y Enrique la ciudad de Zamora y el castillo de Cea ([22]). Debió producirse este reparto a fines de 1110.

Mas la reina Urraca no estaba dispuesta a cumplir este acuerdo, para lo que ordenó a los habitantes de Zamora que no la entregasen a don Enrique, y realizó gestiones con Alfonso I el Batallador para recomenzar su vida matrimonial. Urraca y Alfonso I se unieron en León, después de haber entrado Alfonso I en Sahagún, de donde huyó rapidamente la condesa Teresa ([23]).

Comenzada la lucha entre don Enrique de Portugal y los condes leoneses contra Alfonso I el Batallador y Urraca, éstos fueron cercados a primeros de febrero en Carrión de los Condes ([24]). El aragonés continuó en Carrión, mientras la reina Urraca se trasladaba a Aragón para ocu-

---

([19]) Para esta batalla vid. *Las Crónicas anónimas*, p. 41. El día lo dan los *Anales Complutenses*, en *ES*, XXIII, 314, que dicen: «Rex Adefonsus Aragonensis et comes Enricus occiderunt comitem domno Gomez in Campo de Spina».

([20]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 41.

([21]) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 23.

([22]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 42; y LACARRA, *Dos documentos*, citado en nota n.° 1.

([23]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 43-44.

([24]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 47. Para la fecha vid. documento otorgado por el Batallador en José M.ª LACARRA, *Documentos para el estudio de la reconquista y repoblación del valle del Ebro*, en «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón», V (Zaragoza 1952), n.° 298.

parse en los asuntos del reino pirenaico ([25]). El día 26 de marzo de 1111, domingo de Ramos, después de celebrada la fiesta correspondiente, Alfonso I salió de Carrión camino de León, pasando por Sahagún ([26]). Permaneció en León hasta el 2 de abril, día de Pascua, en que volvió a Sahagún ([27]). El día 14 de mayo entraba en Toledo ([28]). Y la documentación nos dirá ahora que reinaba Alfonso en Castilla y Aragón, y la reina Urraca su mujer con él ([29]).

En el verano de 1111 se produjo un movimiento interesante: los vasallos de Urraca, entre los que se contaban los de Burgos, Carrión y Sahagún, se unieron al rey de Aragón contra la misma reina Urraca, produciendo una revolución en las tierras comprendidas entre el río Esla y la frontera de Aragón ([30]). Quizás responda a este movimiento la presencia de un emisario aragonés en la corte de Enrique y Teresa de Portugal: en junio de 1111 presenciaba el otorgamiento del foral de Soure un personaje con nombre tipicamente pirenaico y extraño a la onomástica portuguesa: me refiero a García Iñiguez (Garsia Ennekiz) ([31]) ¿Era un exiliado? ¿Era un emisario de Alfonso I? Su mención única en este documento no permite de momento precisar más.

Las relaciones de Urraca y Alfonso I se agriaron por momentos. La administración de los bienes aragoneses no parece que fuese muy correcta por parte de la castellana ([32]). Los de Sahagún, Burgos y Carrión no aceptaban la autoridad de Urraca ([33]). Y a los que vivían en esos momentos les causa la impresión de que la autoridad la tenían solamente dos hombres: el conde don Enrique y el rey Alfonso I el Batallador. Aquél

---

([25]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 47.

([26]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 49.

([27]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 51.

([28]) Cfr. *Anales Toledanos Primeros*, en *ES*, XXIII, 387.

([29]) Cfr. documento publicado por Ricardo DEL ARCO, *Huesca en el siglo XII* (Huesca 1921), p. 133.

([30]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 54.

([31]) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 26. Años más tarde (noviembre de 1140), el mismo García Iñiguez y su hermano Pelayo Iñiguez recibían una donación de Alfonso Enríquez (Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 181).

Hay varios señores en Aragón a principios del siglo XII con el nombre de García Iñiguez.

([32]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 56.

([33]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 56-57.

gobernaba en Zamora, Astorga y Portugal; éste, en León, Carrión y Aragón, según un documento del día 21 de diciembre de 1111 ([34]).

Mientras, en Santiago de Compostela, el día 17 de septiembre de 1111 era coronado rey el hijo de Urraca, el futuro Alfonso VII el Emperador ([35]). El día 1 de marzo de 1112 aparecen juntos en Astorga el conde Enrique, su mujer doña Teresa, la reina Urraca y su hijo el futuro Alfonso VII ([36]).

En estos momentos se alcanza el punto culminante en la relaciones entre los personajes que han aparecido hasta ahora. El 27 de marzo siguiente la reina Urraca y su hijo Alfonso (VII), juntamente con el conde Enrique y doña Teresa, confirmaban a la iglesia de Oviedo todos los privilegios y donaciones que tenían, otorgando además la ciudad de Oviedo. Y lo hacían «ut... eleves nos in hoc seculo ad solium bonorum regum avorum nostrorum». Poco después añadían que hacían tal documento «pre nimia infestatione gentis extranee in tempore belli ad tuicionem regni nostri» ([37]).

Los habitantes de sus Estados — los burgueses y comerciantes, y los nobles y clérigos, ya que esta luchas constituyen quizás la primera revolución social de la Edad Media — conminaron a la reina Urraca para que se juntase con su marido, pues de lo contrario quedaría «enbiudada del reino» ([38]), esto es, dejarían de reconocerla como reina.

Doña Urraca tuvo que someterse a la voluntad de sus vasallos y unirse con Alfonso I el Batallador en Carrión de los Condes ([39]). Mientras, los obispos se agrupaban en torno al conde Enrique, y el día 12 de abril Diego, obispo de Santiago, Alfonso, de Tuy, Diego, de Orense, y Pedro, de Lugo, confirmaban un documento condal ([40]).

Los dos grupos se preparaban para la lucha, acercándose Alfonso I el Batallador y la reina Urraca a Astorga, para luchar con el grupo nobiliario encabezado por el conde Enrique y doña Teresa ([41]). Pero en esos

---

([34]) Cfr. LACARRA, *Dos documentos*, p. 297, nota 13. El texto procede de la zona leonesa.

([35]) Cfr. LOPEZ FERREIRO, *Historia*, III, 364.

([36]) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 28.

([37]) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 29; antes había sido publicado en *ES*, XXXVIII, 347.

([38]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 58.

([39]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 58.

([40]) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 30.

([41]) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 58.

momentos murió el conde Enrique, el día 1 de mayo de 1112 (42). Y la futura batalla terminó en la concordía de Teresa, Urraca y Alfonso I, que el 22 de mayo aparecían juntos al confirmar un documento (43). Pronto Urraca se alejó de Astorga, y quedaron sólos Teresa y Alfonso I el Batallador, que hicieron «entre sí pleitesía y concordia» (44).

A partir de este momento, Alfonso I el Batallador acaba sus relaciones con Portugal, y se dedicará a salvar sus diferencias con Urraca de Castilla. Pero estos problemas no nos interesan momentáneamente (45).

Los primeros contactos de Portugal y Aragón en el siglo XII están en relación con la primera revolución social que se produce en la España cristiana medieval, en la que comerciantes y burgueses siguen a Alfonso I el Batallador, mientras que la nobleza clerical y civil se agrupa en torno a doña Urraca. El conde Enrique y luego doña Teresa actúan, mas que solapadamente en esta ocasión, actuaron con la indecisión propia del que no tiene convicciones definidas sobre el problema que se ventila.

A partir de este momento los contactos políticos entre Aragón y Portugal desaparecen. Unos y otros se dedican a sus empresas reconquistadoras, procurando ocupar la cuenca de los ríos Ebro y Taja, que logran casi en los mismos momentos. Por otro lado, ambos se enfrentarán con las pretensiones de Alfonso VII de Castilla-León, hasta conseguir la abolición del sistema feudal que éste había instaurado anacrónicamente (46).

Pero a mediados del siglo XII se producen una serie de circunstancias que van a relacionar Portugal y Aragón constantemente, de manera especial a base de una serie de matrimonios, con los que ambos Estados procurarán relacionarse como reacción anti castellana.

A principos del año 1146 Alfonso Enríquez contraía matrimonio con doña Matilde (47). Mientras que entre agosto y septiembre de 1150

---

(42) La muerte del conde Enrique ha sido frecuentemente discutida. Pero figura vivo en documento de 12 de abril de 1112 (Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 30). Ya había muerto el día 22 de mayo siguente (idem n.° 34). El día 1 de mayo lo da la *História dos Godos* (Cfr. Alfredo PIMENTA, *Fontes medievais da História de Portugal*, I (Lisboa 1948), 26, aunque equivoca el año.

(43) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 34. A Alfonso I de Aragón corresponde la confirmación que aparece a nombre de «Rex Anfus Aronggones».

(44) Cfr. *Las Crónicas anónimas*, p. 59.

(45) Cfr. José M.ª LACARRA, *Semblanza de Alfonso I el Batallador* (Zaragoza 1949).

(46) Sobre estos puntos vid. mi trabajo *Navarra-Aragón y la idea imperial de Alfonso VII de Castilla*, en «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón», VI (Zaragoza 1956), p. 41-82.

(47) Cfr. documento de febrero de 1146, en el que todavía no se cita la reina

consumaban su matrimonio el conde Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona y príncipe de Aragón, con la reina aragonesa doña Petronila ([48]). Del matrimonio del monarca portugués con doña Matilde nacieron tres hijos y tres hijas. Dos de los varones murieron, al parecer, jóvenes; el tercero es conocido en la Historia Portuguesa con el nombre de Sancho I el Poblador. De las tres hijas, una se llamó Urraca y casó con Fernando II de León; la segunda, Teresa, casó con el conde de Flandes; y la última, cuyo nombre desconoce el autor de la *História dos Godos*, murió muy joven ([49]). De esta nos ocupamos más abajo.

Como Sancho I el Poblador nació a finales del año 1154 ([50]) y la reina doña Matilde murió en diciembre de 1158 ([51]), precisamos admitir que alguna de las hijas de los reyes portugueses nacieron antes que el heredero. Con todo, la anónima última hija deberemos aceptar que pudo nacer entre 1154 y 1158. Por esos mismos años nacía en Huesca el que mas tarde pasaría a la nómina de los reyes aragoneses con el nombre de Alfonso II: su fecha de nacimiento está comprendida entre el día 1 y el 24 de marzo de 1157 ([52]).

Todos estos personajes van a jugar un papel importante en la historia peninsular al poco tiempo de nacer. A los dos meses de su nacimiento, Alfonso II de Aragón era comprometido en matrimonio por su padre Ramón Berenguer IV con doña Sancha, hija de Alfonso VII de León-Castilla; al mismo tiempo aragoneses y leoneses se ponían de acuerdo para repartirse el reino de Pamplona ([53]).

Pero este proyectado matrimonio formaba parte de la política de Alfonso VII y su desgraciada idea imperial. Y al morir este monarca en el verano del mismo año 1157, todo el armazón feudalizante se deshizo.

(PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 213); y otro de 23 de mayo siguiente, en el que ya aparece en la intitulación la esposa de don Alfonso Enríquez (Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 214). La *História dos Godos* (edic. citada, p. 38) sitúa este matrimonio en 1145.

([48]) Cfr. Antonio UBIETO ARTETA, *El nacimiento de Alfonso II de Aragón*, en «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón», IV (Zaragoza 1950), p. 420-421.

([49]) Cfr. *História dos Godos*, edic. citada, p. 38.

([50]) Cfr. *História dos Godos*, edic. citada, p. 41.

([51]) Cfr. *História dos Godos*, edic. citada, p. 42.

([52]) Cfr. trabajo aludido en la nota 48; y Jaime CARUANA GOMEZ DE BARREDA, *Sobre el nacimiento de Alfonso II de Aragón*, en «Teruel», n.° 11 (Teruel 1954); y Antonio UBIETO ARTETA, *De nuevo sobre el nacimiento de Alfonso II de Aragón*, en los aludidos «Estudios», VI (1956), p. 203-209.

([53]) Cfr. UBIETO ARTETA, *Navarra-Aragón*, p. 68-70.

Su sucesor Sancho III el Deseado firmaba en febrero de 1158 el pacto de Nájima ([54]) con Ramón Berenguer IV, que practicamente anulaba el de Lérida de mayo de 1157, ya aludido. Al mismo tiempo, el monarca castellano Sancho III el Deseado terminaba sus querellas con el rey de Navarra, Sancho el Sabio (1150-1194) ([55]).

Libre Ramón Berenguer IV de sus preocupaciones castellanas, pudo dedicarse a los asuntos del Midí francés. Y en agosto de 1159, junto con el rey inglés Enrique II Plantagenet (1154-1189), atacaban Toulouse ([56]). Las relaciones de la Corona de Aragón con Inglaterra se afianzaron el año siguiente 1160 mediante el pacto firmado en el castillo de Blavia por Ramón Berenguer IV y Enrique II Plantagenet, que, entre otras cosas, acordaban el matrimonio de una hija de aquél con el principe inglés Ricardo, que se conocería en la Historia con el nombre de Ricardo Corazón de León (1189-1199) ([57]).

Por los mismos momentos, la Corona de Aragón iba a establecer relaciones con Portugal. A principios del año 1160 se acordaba en Túy el matrimonio del futuro rey Alfonso II de Aragón con esa hija innominada del rey de Portugal, Alfonso Enríquez. Este proyectado matrimonio lo conoce la historiografía portuguesa desde hace tres siglos ([58]), aun cuando la aragonesa no se ha hecho eco, quizás por desconocer la obra de Brandão. Bien es verdad que algunos historiadores portugueses modernos han puesto en duda tal matrimonio. Pero el documento en que se basa es absolutamente auténtico. El día 30 de enero de 1160 el conde Ramón Berenguer IV recibía de Alfonso Enríquez de Portugal a la reina Mahalda como esposa de su hijo Raimundo, el futuro Alfonso II de Aragón. Ramón Berenguer daba como arras la ciudad de Gerona con todos sus términos y condado, y el castillo de Cabrera con sus términos. Se establecía que la reina Mahalda poseería tales arras durante su vida; si dejaba hijos de su matrimonio con el futuro Alfonso II, Gerona y Cabrera pasarían a tales

---

([54]) Denomino así al que generalmente se denomina pacto de Haxama, indudablemente por equivocación en la lectura de la N mayúscula de letra carolina, que parece una H. Sobre *El mal llamado pacto de Haxama* aparecerá próximamente una nota.

([55]) Sobre estos puntos cfr. UBIETO ARTETA, *Navarra-Aragón*, p. 75-76.

([56]) Un documento hecho el 18 de agosto de 1159 está datado «anno illo quo fuerunt Raimundus Berenguer, cum illo rex Englensis super Tolosa» (AHN, códice 691, fo. 161-161 v.º). Esta empresa ya la conoció ZURITA (*Anales*, lib. II, cap. XVII).

([57]) Cfr. ZURITA, *Anales*, lib. II, cap. XVII.

([58]) Cfr. Antonio BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, III (Lisboa 1632), fol. 195 v.

hijos; si moría sin ellos, los lugares pasarían a la familia de Ramón Berenguer IV ([59]).

Este documento responde a la cancillería de Ramón Berenguer IV en todas sus fórmulas, y es absolutamente auténtico. Quienes creen en su falsedad por el hecho que Ramón Berenguer IV llame a su hijo Raimundo en vez de Alfonso, deberán comprobar que efectivamente el conde catalán denominó Raimundo a su hijo primogénito, aun cuando nosotros lo conozcamos bajo el nombre de Alfonso. Los testimonios son abundantes: en el pacto de Lérida de 1157 aparece con el nombre de Raimundo en vez del de Alfonso; la misma reina madre, doña Petronila, nos habla de que su hijo Alfonso (II) era denominado Raimundo en el testamento del conde Ramón Berenguer IV ([60]).

Esta princesa Mahalda es la tercera hija cuyo nombre desconocía el autor de la *História dos Godos*. Nacida — como hemos supuesto — entre 1154 y 1158, podemos ahora concretar algo más, pues vemos su nombre entre los confirmantes de un documento real datado en junio de 1155 ([61]). El mismo autor de la aludida *História dos Godos* nos dice que murió muy joven («mortua est in primeva etate»); y la documentación confirma tal aserto, pues sólo presenta su nombre hasta marzo de 1164 ([62]), debiendo fallecer por entonces.

En el año 1160 quedaron por vez primera establecidas las alianzas que se perpetuarán a lo largo de toda la Edad Media entre Inglaterra, Portugal y Aragón, que jugarán un papel importante frente al complejo diplomático Castilla-Francia.

Un suceso más de estas incipientes relaciones político-diplomáticas de Portugal y Aragón fué el matrimonio del futuro rey Sancho I el Poblador con la princesa aragonesa doña Dulce, hija del aludido conde Ramón Berenguer IV, y hermana del entonces ya rey Alfonso II, el prometido en 1160 a la infanta Mahalda.

La misma *História dos Godos* precisa que el año 1174 se produjo

---

([59]) BRANDÃO dió una versión de este documento conservado en el *Liber Fidei*. Una reedición no muy correcta puede verse en *Cronica de D. Afonso Henriques* de frei António Brandão (Porto 1945), p. 175.

La documentación de Fernando II de León acusa el paso de Ramón Berenguer por sus estados durante los primeros meses del año 1160 (Cfr. Julio GONZALEZ, *Regesta de Fernando II*, Madrid 1942).

([60]) He recogido algunos textos en mi trabajo *El nacimiento de Alfonso II de Aragón*, p. 254.

([61]) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 254.

([62]) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 286.

el matrimonio aludido (63). La documentación real no es muy abundante para ese período. Pero en un texto de marzo de 1175 todavía aparece don Sancho como soltero (64), mientras que en septiembre del mismo año aparece doña Dulce al lado de su marido don Sancho (65), lo que nos permite afirmar que si el matrimonio de produjo en 1174, solo estuvo junta la pareja de recién casados pasado el mes de marzo de 1175.

Las relaciones entre ambas cortes, portuguesa y aragonesa, aumentan al estabelecerse tal parentesco. A principios de 1188 embajadores portugueses aparecían en la corte de Alfonso II de Aragón, que resídía en Zaragoza (66). Poco más tarde, el 12 de mayo de 1191 los embajadores portugueses y los del rey de León Alfonso IX firmaban en Huesca un pacto con Alfonso II de Aragón, pacto que constituía una fuerte amenaza contra el reino de Castilla (67). Mas tal coalicción se deshizo pronto, al declarar el Papa incestuoso el matrimonio del rey leonés Alfonso IX con la princesa portuguesa Teresa, hija de Sancho I de Portugal y sobrina del rey aragonés (68).

La presión de los almohades y su éxito en la batalla de Alarcos (julio de 1195) sirvió para dividir más a los poco unidos reyes cristianos de la Península. Comenzaron las luchas entre Alfonso IX de León y Alfonso VIII de Castilla; el leonés se alió con los almohades, mientras el rey de Navarra Sancho el Fuerte vendía a los mismos almohades su neutralidad.

En estos difíciles momentos el rey aragonés, por instigación del papa Celestino III, se propuso unir a todos los reyes cristianos peninsulares para luchar contra los almohades y arrojarlos al otro lado del Estrecho de Gibraltar. El día 29 de octubre de 1195 salía de Jaca camino de Santiago de Compostela, en plan de pergrino (69). En noviembro pasaba por Huesca, según denota un documento del archivo catedralicio oscense (70). A fines de diciembre debía visitar las tierras leonesas y gallegas, entrevistándose con el rey de León, Alfonso IX. Todo son suposiciones para la cronología de este viaje. Sólo conocemos su paso por

(63) Edic. citada, p. 44.
(64) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 323.
(65) Cfr. PINTO DE AZEVEDO, *Documentos*, n.° 324.
(66) Cfr. ZURITA, *Anales*, lib. II, cap. XLIII.
(67) Cfr. Julio GONZALEZ, *Alfonso IX* (Madrid 1944), I, 63-64, II, 70, n.° 43.
(68) Cfr. GONZALEZ, *Alfonso* IX, I, 65-69.
(69) Cfr. Antonio UBIETO ARTETA, *La peregrinación de Alfonso II de Aragón a Santiago de Compostela*, en «Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón», V (Zaragoza 1952), p. 438-452.
(70) Cfr. UBIETO ARTETA, *La peregrinación*, p. 441-444, nota 24.

Huesca en noviembre de 1195, y la llegada del rey aragonés a Coimbra en febrero de 1196, quizás a principios de dicho mes ([71]).

El viaje de Alfonso II hasta Coimbra tuvo un carácter pacífico: lo resaltan los *Anales Conimbricenses* y los *Gesta Comitum Barcinonensium* ([72]). Pretendió unir a todos los reyes cristianos contra el Islam, para desembocar en una cruzada, que hubiese hecho innecesaria la famosa batalla de las Navas de Tolosa (1212). Pero Alfonso II de Aragón, después de entrevistarse con todos los reyes cristianos peninsulares (Alfonso VIII de Castilla, Alfonso IX de León, Sancho I de Portugal y Sancho el Fuerte de Navarra), moría a los pocos meses (abril de 1196) en Perpiñán ([73]).

La historiografía portuguesa parece que no ha interpretado acertadamente el carácter de este viaje de Alfonso II de Aragón. Se habla una coalicción de Aragón, Castilla y Portugal contra el reino de León, relacionando tal expedición con el comienzo de la guerra entre Portugal y León a mediados de 1197, con motivo de la bula de Celestino III («Cum auctores et factores»). Si bien la equivocación es explicable, ya que tales autores suponen que comenzó la lucha en agosto de 1196, en vez de el verano de 1197, como en realidad debió ser. En otros casos — Herculano —, se creyó que el viaje lo hizo el rey Pedro II. Pero la documentación aragonesa está conforme con el texto cronístico portugués. Y la peregrinación de Alfonso II de Aragón a Santiago de Compostela, con su visita a sus hermanos doña Dulce y Sancho I de Portugal, está dentro de la línea seguida por ambos Estados — Portugal y Aragón — con respecto a su política mantenida a partir de 1160 durante lo que resta de siglo y aun toda la Edad Media.

([71]) Los *Anales Conimbricenses* dicen: «In era M.ª CC.ª XXXIIII.ª rex Aragonensis venit usque ad Colimbriam ad mittendam pacem inter christianos in mense februario». Hay una amplia narración de esta peregrinación en los *Gesta Comitum Barcinonensium* (edic. BARRAU DIHIGO, Barcelona 1925).

([72]) Cfr. texto aludidos en la nota anterior.

([73]) Cfr. UBIETO ARTETA, *La peregrinación*, p. 451-452.

Albufeira Medieval

Por José Manuel Semedo Azevedo

Entre as terras de Portugal Medievo há uma que, mercê da sua situação geográfica, se evidencia entre muitas: é Albufeira. Situada no centro do antigo Reino dos Algarves, no alto de um monte, era ela cingida por um braço de mar, como diria mais tarde Fr. João de S. José, que a distinguia de todas as outras e de onde derivou o seu nome árabe. Ignora-se o seu nome do tempo dos romanos ou quando o Algarve fazia parte da antiga Turdetânia. O Padre Carvalho da Costa foi talvez o primeiro que afirmou tratar-se da antiga *Baltum* dos Romanos. O certo é que tudo à sua volta indica a dominação romana. Há provas monumentais de que o seu «*Termo e Distrito*» como diz a carta de doação à Ordem de Aviz, foi povoado por povos muito antigos.

Da época romana ou ainda muito mais anterior é a necrópole da *Retorta*, conforme a minha comunicação ao I Congresso Nacional de Arqueologia.

Há anos foi descoberto no alto da Sesmaria, a mil e quinhentos metros a ocidente da Vila, um pote grande de moedas romanas. Pena foi que não houvesse alguém que tomasse conta desse achado.

A dois ou três quilómetros, a nascente da vila, há o sítio de Santa Eulália, onde existiu uma igreja dedicada a essa Santa. Prova-se a sua antiguidade pelo material romano há pouco encontrado nas suas ruínas: tégulas, bocados de ânforas de diferentes feitios e parte de uma coluna formada por tijolos romanos, etc. Este espólio encontra-se no Museu Arqueológico-Histórico de Albufeira. Em 18 de Abril de 1372 é feita em Aviz escritura de doação a Domingues Anes de uma herdade que a Ordem de Aviz tinha «*no termo da Vila da Albofeira no vale de Santa Eulália e logar que chamam Mosqueira*». Seguem as confrontações que estão certas. Por aqui se observa que já nessa altura a igreja existia e dava nome ao vale que lhe fica perto. Esta igreja foi objecto de estudos da Academia

Real da História Portuguesa em sessão de 12 de Fevereiro e 1 de Março de 1722. Foi ventilada nessa sessão uma notícia que se prendia com a ocupação árabe e que era a seguinte:

«Q' distante da V^a de Albofeira meya legoa havia uma Ermida de St^a Eulalia, cuja Imagem fora levada duas vezes pelos Mouros a Berberia: na primr^a foi resgatada por aquele Povo por excessivo preço: na segunda ajustousse o resgate pl^o. pezo da St^a Imagem, a qual posta de huma parte na balança, e da outra o dinheiro pezou uma so pataca. Pede-se noticia se existe ainda a Imagem, e aonde? Visto dizer-se q ainda existem as paredes da Ermida, e haver gente q ainda se lembra della, e de ter ali Ermitão».

Rodeada esta vila por tantas provas documentais romanas fácil é supor o que seria nesse tempo. Por aí passava a estrada roma que ligava as povoações marítimas, indo daqui para Quarteira onde havia, segundo Augusto Carlos Teixeira de Aragão, um caminho directa para o *Milreu*. Desta estrada ainda se encontram vestígios nalguns lugares.

Do tempo dos visigodos é uma pedra há pouco encontrada nas escavações para a construção do Grande Hotel e que extraída junto aos alicerces da antiga muralha, a cinco metros do nível actual nos revela ser anterior aos reparos que se fizeram no castelo.

Documento incontestável da dominação árabe é o seu nome de *Albufeira*, derivado de «pequeno mar», pois este entrando pelo ribeiro vinha inundar o largo da «meia laranja» formando aí uma lagoa de águas tranquilas», onde por certo se faziam, naquele tempo, as cargas e descargas do seu porto. Quem observar o nome por que eram conhecidas as portas do seu castelo e a sua localização verá que eram três: *«Porta da Praça»* que ficava junto à actual torre do relógio; *«Porta de Santana»*, que dava para o cais actual (Bairro de Santana); *«Porta do Norte ou da Praia»* que, por meio de uma rua antiga que ainda hoje existe, comunicava com a «Meia Laranja». Este nome de *«Porta da Praia»* vem dizer-nos bem claro onde se faziam naqueles tempos os trabalhos do seu porto piscatório.

Segundo o Cruzado autor de *A Relação da Derrota Naval* Albufeira entregou-se quando da primeira tomada de Silves por D. Sancho I. Como prova disto existe no Museu Arquelógico-Histórico de Albufeira uma pedra com um escudo da fundação onde se nota a cruz destruída pelos mouros depois de retomada a Vila.

D. Afonso III a subjugou definitivamente após a conquista de Faro o a doou à Ordem de Aviz em 1 de Março de 1250. Para mantença do seu castelo o mesmo rei lhe enviou de Faro, dez moios de trigo e vinte de

milho, emprestados, conforme consta de uma escritura que se encontra na Torre do Tombo, com a cota antiga 161.

Contra o que talvez muita gente suponha e já tem sido afirmado, era muito importante o comércio de Albufeira nesses tempos antigos. Várias escrituras exaradas nos manucritos da Ordem de Aviz nos indicam isso mesmo. Assim em 1320 D. Dinis manda que não se cobrem direitos sobre o esparto colhido no termo de Albufeira pois era da Ordem de Aviz.

Em 1329 D. Afonso IV deu-lhe privilégio de vizinhança com o Concelho de Loulé, que segundo Baptista de Lima: «*se pode considerar um foral antigo*».

Em 1346 D. Afonso IV teve uma demanda com a Ordem de Aviz sobre a posse de um moinho nas Lezírias de Quarteira.

Por carta de 29 de Novembro de 1376 mandou D. Fernando que os Concelhos de Lagos, Silves, Faro e Tavira partissem com Albufeira do pão que lhes viesse de fora.

Sempre Albufeira tomou parte nas grandes causas! O Algarve foi a terra que mais ajudou o Mestre de Aviz na defesa do Reino. Assim Tavira e Faro ajudaram o Mestre com 9 fidalgos; Loulé e Silves com 5; Albufeira com 4: *Rodrigo Alvarez Bamzam; Fernando Peres Banha; Gonçalo Navarro* e *João Delgado*.

Com a guerra da reconquista e o passar dos séculos teve o seu castelo várias reparações pois que em 20 de Julho de 1401 notou-se que a despesa «*no castelo e muro da dita Vila*» era de «*dezasseis mil, novecentas e quarenta e seis libras e meia, quinze soldos e quatro dinheiros*». Tendo a Ordem gasto das rendas da comenda e de dinheiro que dera Dom Martins de Avelar: «*doze mil novecentas e quarenta e tres libras, quinze soldos e quatro dinheiros*»; e o Concelho gastou: «*quatro mil e tres libras e meia*». (Torre do Tombo cota antiga N.º 49).

Praça de armas tinha debaixo da sua jurisdição, da parte do nascente: os fortes de Quarteira, Valongo, Torre da Medronheira e a bateria de S. João; do lado poente: bateria da Baliera, fortes da Torre Nova e Torre Velha.

O seu brasão antigo era constituído por uma vaca de ouro em campo azul. Com a doação à Ordem de Aviz tomou por brasão: um escudo, tendo no centro uma ave em atitude de voo e a cruz da Ordem de Aviz. O todo está compreendido num rectângulo contornado por uma bordadura. Muito se tem dito sobre este escudo. Chamaram à ave «*bufo*» para fazer derivar a palavra Albufeira. Disseram que este escudo era Manuelino por causa da bordadura em forma de corda.

Quanto a nós trata-se de um escudo da Ordem de Aviz. Também esta usava como escudo uma ave ou duas em memória das aves que deram nome a Aviz bem como a cruz. Sobre a bordadura notamos que nas armas de D. Nuno Álvares Pereira que existem em Barcelos na chamada «*Casa do Condestável*» há uma bordadura igual.

Albufeira foi terra importante na idade média e não ficou aniquilada por ter passado para o domínio português. Muitas outras escrituras nos provam isto mesmo.

A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147 [1]

Por Ruy Pinto de Azevedo

SUMÁRIO — 1. Tradição diplomática do documento. — 2. O problema da sua autoria. — 3. Fontes orais e manuscritas nele utilizadas. — 4. Restauração da diocese de Lisboa em 1147. Primórdios do episcopado de Gilberto de Hastings.

1. O ponto que me proponho aqui abordar diz respeito à tradição diplomática desta fonte narrativa. Trata-se do original ou de uma cópia? As opiniões são discordantes:

N. E. Hamilton, cerca de 1856, considerou o MS. como cópia de mão mais do séc. XIII do que do XII.

William Stubbs, em 1864, reputou-o original, apoiado nos seus caracteres extrínsecos (rasuras, correcções e notas marginais).

Reinhold Pauli, em 1885, perfilhou a opinião de Stubbs.

Charles David, em 1932 (Rev. americana *Speculum*), opinou que o MS. não seria o texto escrito em 1147, mas sim um exemplar reformado e corrigido em fins do séc. XII. Em 1936, na obra aqui citada em nota, pronunciou-se no sentido de que o MS. é uma cópia do último quartel do séc. XII, a qual reproduz com fidelidade de contexto o original escrito *in loco*.

---

(1) O documento está contido nos fols. 125-146 do cód. 470 da Biblioteca do Corpus Christi College de Cambridge. Foi já várias vezes editado (vid. minha nota bibliográfica em *DMP., Documentos Régios*, vol. I, p. 717 e s.), contudo só pode reputar-se edição crítica a do professor americano Charles Wendell David, *De Expugnatione Lyxbonensi (The Conquest of Lisbon)*, Nova Iorque, 1936.

PIERRE DAVID, em 1947, classificou-o como original escrito em Inglaterra entre 1160 e 1175 sobre reminiscências e apontamentos colhidos pelo autor em 1147 (opinião muito semelhante à de C. DAVID em 1932).

De todos estes autores, apenas C. DAVID fez estudo profundo do MS. nos seus aspectos externo e interno, na obra apontada. Afirma ele (p. 32) que, com base nas características paleográficas, o MS. deve atribuir-se à 2.ª metade do séc. XII, e com maior probabilidade ao último quartel desse século.

O emprego, aí frequente, do *i* caudato [*j*], mormente quando aparecem juntos dois *ii* [*jj*], e do *v* em vez de *u*, além do sistema braquigráfico, são as principais características paleográficas em que C. DAVID se baseia. E cita também em seu apoio a opinião do Prof. americano E. K. Rand, da Universidade de Harvard, segundo a qual o MS. não pode ser anterior a 1175 ou ano muito próximo.

Contudo, C. DAVID, logo depois de atribuir ao MS. a data acima apontada, acrescenta: «Mas é este um ponto sobre o qual se torna necessário falar com cautela, podendo admitir-se que o MS. seja, na verdade, contemporâneo dos acontecimentos que narra, como também que ele se situe no começo do séc. XIII».

O exame das rasuras, correcções e notas marginais, elementos esses que levaram STUBBS e PAULI para a hipótese de original, tornam ainda mais firme no espírito de DAVID a convicção de que o MS. não é o arquétipo, mas sim obra de um copista descuidado e inexperiente (p. 34).

Mesmo que se não tenham em conta — observa DAVID — os motivos de ordem paleográfica que levam a atribuir ao MS. uma data um tanto posterior aos meados do séc. XII, a sua simples aparência exterior afigura-se irreconciliável com a hipótese de se tratar do próprio original de uma carta com notícias enviadas em plena campanha para um correspondente no seu país. Pelo contrário — prossegue o A. — assemelha-se, antes, a um pequeno volume destinado a ser um documento definitivo (p. 35).

Parece, assim, que nesta altura DAVID tinha já uma opinião firme sobre a tradição do MS. Todavia, mais adiante, observa que a última data mencionada na narrativa é 1 de Novembro de 1147 (purificação da catedral e restauração da Sé de Lisboa no dia de Todos os Santos); que tudo o que nela se conta se explica admitindo que o cruzado inglês passou o inverno de 1147-48 em Lisboa, e se ocupou demoradamente na composição do seu trabalho, antes de continuar viagem para Jerusalém (p. 39); que ele teve, sem dúvida, facilidade de consulta dos documentos que cita,

embora não seja fácil explicar como lhe chegou às mãos a *Collectanea Rerum Memorabilium* de SOLINO; que enfim — para reproduzir as próprias palavras de DAVID — *he had time to perform his task with care and deliberation.*

E acrescenta em nota (p. 40):

«Em tal hipótese é admissível que o MS. existente seja o autógrafo do cruzado, como disse STUBBS, mas pelas razões acima expostas parece-me isso muito improvável».

É justo reconhecer que as hesitações de DAVID denotam grande ponderação e cautela da sua parte, ao formular juízo sobre este ponto importante, e que não deve capitular-se de defeituosa tal faceta da sua magnífica obra.

Subsistiam, assim, dúvidas quanto à tradição diplomática dos MS. sobre a conquista de Lisboa. Os caracteres extrínsecos não permitiam marcar data aproximada a um documento cujo autor e letra não estavam identificados. Os 28 anos que medeiam entre 1147 e 1175 (sendo este último ano o *terminus post quem* admitido pela crítica americana) pareciam-me insuficientes para estabelecer ou diferenciar dois períodos na evolução paleográfica, além de que é sabido poderem coexistir notários e *scriptoria* em fases distintas dessa evolução.

Sem dúvida, os elementos paleográfricos apontados por DAVID conferiam maior probabilidade a que os documentos deles providos fossem do fim do séc. XII ou princípio do séc. XIII. No entanto, eu conhecia escribas e notários portugueses dos meados do séc. XII que empregaram o *i* caudato [*j*] e o $v = u$ com alguma frequência.

Os outros dados de ordem externa alegados por DAVID também me não pareciam incompatíveis com a hipótese de se tratar de um original, desde que se admitisse haver o MS. sido elaborado sobre um borrão e notas soltas tomadas no decorrer da viagem e durante o cerco. Todos esses elementos teriam estado ao alcance do cruzado, quando com seus vagares ele presumìvelmente veio a escrever a Memória em Lisboa, entre Novembro de 1147 e Janeiro do ano seguinte.

Se a frota estrangeira tivesse largado do Tejo poucos dias depois da tomada da cidade é que haveria fraca probabilidade de o original ter sido composto em Lisboa. Outra razão impeditiva seria, claro está, versar a Memória matéria que tivesse forçosamente de se considerar posterior a 1147. DAVID não a encoutrou, e eu também não.

A indicação, aí feita, dos novos limites da diocese de Lisboa e das suas confrontações com a de Coimbra, tudo leva a crer que tenha sido

ajustada logo a seguir à conquista da cidade, tanto mais que se encontravam ali os respectivos prelados e o arcebispo de Braga. A tarefa pode ter sido facilitada por reminiscências bem vivas da divisão eclesiástica anterior à ocupação muçulmana, inteiramente admissíveis entre as populações moçárabes.

A pressa em realizar tudo isso justifica-se bem pela intenção do Rei e de D. João Peculiar de colocarem sob a égide deste, como de facto se fez, a Cátedra olisiponense, que de direito pertencia a Santiago, visto nos tempos antigos ter andado adstrita à província eclesiástica de Mérida.

Não se me afigura, portanto, anacrónica em 1147 esta matéria, nem qualquer outro dado intrínseco da Memória do cruzado inglês. Sob este aspecto, quanto a mim, o MS. poderia muito bem ser o arquétipo, hipótese para que fortemente me inclinava. É certo que vim a modificar esse juízo, após exame minucioso de uma magnífica reprodução fotográfica do MS. recentemente adquirida pela Academia Portuguesa da História. Ao proceder através dela à revisão do texto publicado nas obras de J. AUGUSTO DE OLIVEIRA e de CHARLES DAVID compenetrei-me, em face do sistema braquigráfico adoptado no MS., sobretudo a partir de determinada altura, de que este não deveria datar dos meados do séc. XII. O número muito avultado de abreviaturas e a adopção frequente de siglas em frases inteiras denunciavam-no como execução mais tardia.

Antes, porém, de me ter chegado às mãos essa fotografia, tentei recolher a opinião duma autoridade inglesa em Paleografia sobre a tradição do MS., pois eu desconhecia a documentação original desse país, dos séculos XII e XIII. Elaborei, para isso, um questionário com as principais dúvidas de ordem externa.

A consulta fez-se por intermédio dos Professores Paulo Merêa e Costa Ramalho, da Universidade de Coimbra, e foi dirigida a Mr. T. C. Skeat, Conservador da Secção de Manuscritos do Museu Britânico de Londres, que por sua vez a endossou a dois peritos paleógrafos do instituto universitário onde se guardava o MS. Foram eles: o Prof. C. R. Cheney, Bibliotecário do «Corpus Christi College» da Universidade de Cambridge, e o seu colega Dr. Richard Vaughan.

O primeiro já muito antes se ocupara da memória *De Expugnatione Lyxbonensi*, pois foi a sua crítica arguta e pertinente ao problema da autoria dessa fonte, tratado por C. DAVID em 1932, que concorreu para o esclarecimento do mesmo, como iremos ver no parágrafo seguinte.

Eis agora a resposta do Prof. Cheney ao meu questionário, contida

em carta de 29 de Outubro de 1959 para o Sr. Skeat, que dela forneceu cópia ao Prof. Paulo Merêa:

Corpus Christi College,
Cambridge,
29-10-59

Dear Mr. Skeat,

I have at last been able to examine pretty closely with my colleague Dr. Richard Vaughan the Corpus MS. 470 ff. 125-46: it has been at the University Library for rather a long time awaiting instructions for photography from Professor Paulo Merêa.

On the first point in the questionnaire Vaughan and I independently came to the same conclusion: the hand could not be as early as 1147. One hates to be dogmatic on a point of paleography, but really this little booklet seems to be written in a neat small book-hand of a sort very common in England around 1200. From my acquaintance with English synodal statutes and chronicles of the early thirteenth century I shouldn't have been surprised if internal evidence proved this MS. to have been written as late as 1220. I cannot believe (and Vaughan, who is a better palaeographer than I, agrees) that it could be earlier than 1180 or 1190.

The second question about mid XII century documents from East Anglia is, I think, irrelevant — David may have exaggerated the rarity of these features in mid XII century MSS. — but I am not in a position here to look at a lot of comparable MSS. of the right date. In the Museum you can doubtless take soundings fairly easily if you think it is worth doing.

As regards the quality of parchment and preparation — it is not quite so fine as that of the Laurence of Durham which immediately precedes it, but the difference is not great and there is nothing about it which would make it seem unusual in England c. 1200.

I am not aware of any critical work upon the work published since David's edition. Prestage reviewed that edition in EHR 52 (1937) 505-6, but this is not very important.

I hope that these comments may help you to reply to Professor Merêa. Please accept my apologies for taking so long.

Yours sincerely
(Signed) C. R. Cheney.

Dada a autoridade das pessoas ouvidas, acrescida da circunstância de ambos os peritos terem independentemente um do outro examinado o códice e haverem chegado a conclusão idêntica, parece-me dever renunciar-se definitivamente à hipótese de que o exemplar existente da carta do cruzado inglês seja o arquétipo elaborado em Lisboa em 1147. Não pode, segundo eles, haver dúvidas de que o MS. está escrito numa letra de pequeno formato, usada em códices, muito vulgar em Inglaterra à volta de 1200, devendo a feitura deste não ser anterior a 1180 nem posterior a 1220.

2. Outro ponto há que, embora já cabalmente esclarecido, me parece oportuno rever aqui (2), porquanto alguns autores modernos portugueses insistem em manter sobre ele uma opinião que se afigura hoje insustentável. Quero referir-me ao facto de continuar a atribuir-se a «Osberno», ou supor-se ser legítimo fazê-lo, a autoria da Memória do cruzado inglês.

Tal paternidade, conforme provou C. DAVID, só se regista a partir do séc. XVI, na tábua de matérias do códice em que está encadernada a Memória. Repete-se depois em três catálogos sucessivos dos mss. da Biblioteca do Corpus Christi College, onde o referido códice entrou como peça do legado do arcebispo Matthew Parker. Foi pela primeira vez dada a público em 1832 (3).

Todos os autores, quer nacionais quer estrangeiros, que subsequentemente se ocuparam da Memória aceitaram essa autoria, sem que nenhum deles em seu abono aduzisse razões de qualquer ordem. Até mesmo C. DAVID — como ele próprio relata na Introdução da sua obra — preso ainda à tradição apontada, julgou ter identificado o autor da Memória com *Osbertus clericus de Baldreseia* que subscreve um documento inglês de 1171 ao lado de três membros da família Glanvill. Um deles chama-se Herveu de Glanvill, nome do chefe dos cruzados anglo-normandos sob cujas ordens o cronista da *De Expugnatione Lyxbonensi* combateu em Lisboa no ano de 1147.

Firmou-se o professor americano na grande semelhança do nome acima indicado com o que figura nas palavras iniciais do MS. — *OSB. de baldr. R. sal.* — as quais, embora em forma abreviada, a ninguém oferece

---

(2) Este parágrafo reproduz integralmente o que sobre o assunto escrevi para os *Documentos Régios*, vol. I, Ap. nota XLVII, onde analiso no aspecto diplomático o pacto (conforme está inserto na Memória) que D. Afonso Henriques celebrou com os cruzados que vieram à conquista de Lisboa.

(3) Cfr. C. DAVID, *op. cit.*, p. 44.

dúvida indicarem os nomes de destinatário e autor, ou vice-versa, da carta ou memória, seguidos da fórmula de saudação. A hipótese foi defendida na revista americana *Speculum, a Journal of mediaeval studies*, vol. VII (Nova Iorque, 1932), pp. 54-57. Entretanto, no mesmo vol. pp. 395-397, C. R. CHENEY, em crítica ao artigo de DAVID, contestou essa interpretação, alegando que se o primeiro nome mencionado na carta podia identificar-se com o de Osberto, clérigo de Bawdsey, do doc. de 1171 — sugere-se aí outra identificação que veio a ser rejeitada por motivos plausíveis — deveria ele corresponder ao do destinatário e não ao do autor da carta. (Idêntico ponto de vista manifestara já o Dr. J. C. Russel, por via epistolar, conforme declara DAVID em nota final às observações de CHENEY).

Com base numa obra clássica desta especialidade diplomática (L. ROCKINGER, *Briefsteller und Formelbücher des* XI *bis* XIV *Iahrhundert*, Munique, 1863) pronunciaram-se os referidos críticos do modo seguinte, que sumàriamente traduzo e com a devida vénia transcrevo da própria exposição de C. DAVID, pp. 44-45:

«Era regra da epistolografia medieval que o autor de uma carta antepusesse o nome do destinatário ao seu no endereço, a não ser quando se dirigia a um subordinado. No caso presente, como o autor não era de certeza pessoa de categoria muito elevada, tanto na esfera da Igreja como do Estado, não se encontra razão plausível para supor que ele estava escrevendo a um seu inferior. Pelo contrário, são maiores as probabilidades de que se dirigia a um amigo em termos de igualdade. Além disso — prossegue DAVID — os críticos citados chamaram a sua atenção para o contraste bem acentuado entre a simples inicial *R.*, que na carta está a representar um dos nomes, e a forma muito menos abreviada *OSB. de baldr.* que representa o outro nome. E acrescentaram haver muito fraca probabilidade de que o autor de uma carta da época medieval designasse o seu correspondente por uma simples letra ao escrever o seu próprio nome quase por extenso».

Esta argumentação convenceu C. DAVID da inconsistência da sua anterior conjectura, e por isso não hesitou, ao editar a *De Expugnatione Lyxbonensi*, em traduzir a fórmula inicial, acima transcrita, por *To OSBERT of Bawdsey R., greeting.*

Terá bom fundamento esta interpretação, ou deverá manter-se a leitura adoptada a partir do séc. XVI, em que Osberto ou Osberno figura como autor; ou então reconhecer-se que a redacção textual confere tanta plausibilidade à primeira como à segunda hipótese?

J. A. OLIVEIRA (4) dá preferência ao que ele chama opinião comum, isto é, considera *OSB.* no nominativo e, portanto, o autor ou remetente, pelo facto de vir em primeiro lugar. Em reforço do critério que seguiu aponta na Nota A uma razão que não é exacta em epistolografia medieval:

«De facto era essa a norma corrente nas cartas latinas, e o autor, que se mostra entendido e versado no uso dessa língua, bem poderia tê-la seguido neste caso, como a seguiu noutros».

Não deixou, todavia, prudentemente, de apontar exemplos em contrário.

Mais recentemente, emitiu opinião sobre o ponto debatido um categorizado medievista francês há poucos anos falecido — PIERRE DAVID (5). Perfilhando a opinião de C. DAVID, com base nas praxes medievais já atrás enunciadas e na autoridade das obras clássicas da especialidade, PIERRE DAVID conclui: «Il faut renoncer à designer l'auteur de notre relation sous le nom d'Osbernus, bien que cette erreur ait été dejá commise au XVI^e siècle...».

No mesmo ano de 1947, ALFREDO PIMEMTA, também já falecido, veio à liça do debate com a fogosidade e feição polemista que lhe eram peculiares, estabelecendo certa confusão no arraial. No vol. I das *Fontes Medievais da História de Portugal*, pp. 107-109, pronunciou-se sobre o assunto, declarando categòricamente «que as abreviaturas não autorizam ninguém aos desdobramentos até agora propostos. Tanto pode ser: A Osberno (ou Osberto)... R., como Osberno (ou Osberto)... a R.». E no aditamento a esse volume, p. 333 e s., corrobora essa opinião, ao contestar o ponto de vista de PIERRE DAVID, já aqui recolhido. Partindo da asserção de que em assuntos medievais não há regras, observa que nas cartas desse tempo tanto pode vir à frente o nome do destinatário como o do autor, sem que nisso entre em conta a «eminência da dignidade» de qualquer deles. Reputa, por isso, inconsistentes os fundamentos alegados pelo crítico francês e abona-se com exemplos de cartas: em que é difícil destrinçar qual a dignidade eminente entre o destinatário e o autor; em que, sendo o destinatário a mesma personagem, umas vezes vem à frente o seu nome, outras o do autor; em que, apesar de autor e destinatário serem os mesmos, a ordem de precedência varia; finalmente, em que o destinatário vem sempre em primeiro lugar. E conclui:

---

(4) *Conquista de Lisboa aos Mouros*, 2.ª ed. melhorada, Lisboa, 1936.

(5) «Sur la relation de la prise de Lisbonne (1147) rédigée par un clerc anglo-norman», in *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal* (Coimbra, 1947), t. XI, p. 242.

«Isto basta para provar que não há regra, onde há tantas excepções. Acresce ainda que sendo inidentificáveis o autor do Relatório e o destinatário deste, a ninguém é lícito indicar ou sugerir a ordem relativa dos dois personagens».

À primeira vista, a argumentação e esteio documental trazidos a terreno por A. PIMENTA afiguram-se de uma solidez indiscutível, de modo a cortar cerce qualquer veleidade ou tentativa de descobrir na *De Expugnatione Lyxbonensi* quem serão o autor e o destinatário. Devo, contudo, advertir que este ponto específico foi já no século passado e no presente estudado à luz da boa crítica diplomática, com base nos mestres da *ars dictandi* da Idade Média e tal profusão de fontes que tornou possível aos tratadistas da matéria assentar em certas regras, no sentido, claro está, que a palavra *regra* assume no campo das ciências históricas, especialmente no sector medieval.

Assim, em qualquer manual moderno de Diplomática pode ver-se definido e articulado o costume e uso da epistolografia medieva na fórmula do endereço ou saudação. Citarei, ao acaso, um mestre consagrado, onde o assunto é tratado de forma bastante condensada: CESARE PAOLI, *Diplomatica*, ed. actualizada por G. C. BASCAPÉ (Firenze, 1942), pp. 140-142. As normas geralmente seguidas na fórmula de abertura de uma carta medieval são aí enunciadas deste modo:

«1. il nome dell'autore si prepone quando la lettera è indirizzata da un maggiore a un minore;

2. si prepone invece il nome del destinatario, quando questo è di maggior grado;

3. c'è una certa libertà nelle lettere tra uguali; ma la maggior parte dei maestri dettatori opina che, in tali casi, il nome del destinatario per cortesia debba premettersi.»

Apontam-se em seguida, muito sucintamente, algumas excepções a essas normas em documentos reais e pontifícios.

Ora a carta do cruzado inglês, conforme judiciosamente opinou C. David, deve ajustar-se com grande probabilidade à última alínea das referidas normas. Na verdade, os próprios termos em que esta se encontra aí definida admitem certa irregularidade na precedência de destinatário e autor. Atente-se, porém, nas pertinentes e ponderosas objecções apresentadas a C. DAVID por J. C. RUSSEL e C. R. CHENEY, já acima indicadas:

Como aceitar que no endereço o autor escrevesse o seu nome quase

por extenso, e o do destinatário reduzido a uma inicial? Com efeito, a identificação de Osberto ou Osberno de Bawdsey, pequena povoação inglesa do condado de Suffolk, não deveria ser coisa difícil no tempo da carta; ao passo que decifrar quem fosse *R.*, só tratando-se do remetente se tornaria fácil, pelo menos ao principal interessado, o destinatário, que era pessoa da sua intimidade (cfr. o período inicial da carta).

É, portanto, esse dado textual, de carácter objectivo, em que ALFREDO PIMENTA não atentou, apesar de conhecer a obra de C. DAVID, que nos descobre e certifica — naquele grau de certeza que se torna possível atingir em matéria de história — qual dos dois nomes corresponde ao do autor e qual ao do destinatário.

E em apoio dessa interpretação, que é a da crítica americana e inglesa, apontarei — last but not least — uma prática um tanto generalizada noutra espécie de cartas do séc. XII, emanadas de autoridades eclesiásticas (priores, abades, etc.): outorgarem estas nos actos ou transmissões aí contidas simplesmente pela inicial dos seus nomes. Pode isso verificar-se em vários fundos monásticos do nosso país. Citarei aqui um exemplo extraído de *PMH., Leges*, p. 481: a carta do foral de Pinhel, existente no original, concedida aos povoadores pelo prior e frades da Ermida de Santa Maria de Riba-Paiva, em Fevereiro de 1191 — *Ego P. prior de hermida de Sancte Marie ripa Pavie una cum fratribus meis ibique commorantibus...*

Certamente, em tais casos quem de direito outorga é a comunidade religiosa, tomando interesse secundário a indicação do nome de quem a dirige. Não deve, contudo, esquecer-se que muitas praxes adoptadas em certas espécies diplomáticas se generalizaram a outras de tipo diferente. E a ninguém oferece dúvida que o autor da carta *De Expugnatione Lyxbonensi* foi um eclesiástico, tornando-se verosímil que haja desempenhado qualquer cargo religioso — talvez o de capelão de Herveu de Glanvil, conforme foi já sugerido por C. DAVID — no contingente dos cruzados anglo-normandos que combateram em Lisboa.

3. Fontes orais e manuscritas utilizadas na Memória:

Segundo C. DAVID, além da Bíblia o autor utilizou a obra de SOLINO, *Collectanea rerum memorabilium*. Admira-se, porém, de que o cruzado tivesse oportunidade de consultar essa fonte durante a sua permanência em Lisboa.

SOLINO viveu antes de Teodósio II (401-450) e escreveu o seu estudo

de corografia comparada com base em autores precedentes, como MELA e PLÍNIO, sobretudo na *Hist. Natural* deste último.

Como poderia a obra ter chegado às mãos do cruzado inglês? Sabe-se que ele passou uns dez dias no Porto com os seus companheiros da armada, aguardando a vinda das outras naus com as forças do duque de Flandres e do conde de Areschot. Era pessoa curiosa, conviveu com o bispo do Porto, e não é impossível que no cartório da Sé houvesse a obra de SOLINO.

Tal consulta afigura-se, porém, prematura nesse local. O interesse do cruzado pela nossa história antiga só deve ter surgido mais tarde, ao entrar em contacto directo com os locais a que essas narrativas se reportam.

Não é de excluir a hipótese de que no saque à cidade de Lisboa, após a rendição, tenha aparecido algum códice com a transcrição da obra, e que viesse parar às mãos do cruzado.

No entanto, mais verosímil me parece que os cinco ou seis passos históricos descritos na Memória, baseados na obra de SOLINO, tenham sido transmitidos oralmente ao cruzado pelo bispo Pedro Pitões ou, com maior probabilidade, por D. João Peculiar.

SOLINO era autor muito conhecido no séc. XII, e aparece citado em apoio da tese de Compostela no litígio e processos de 1182 e 1187 entre esse arcebispo e o de Braga. O ter sido aduzida a sua obra com fonte de direito nessa questão prova que estava ao alcance das esferas cultas da época, devendo existir também cópia dela em Braga (cfr., sobre esta matéria, ERDMANN, *Papsturkunden* e P.e AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Geórgicas de Virgílio* [*Fragmentos Portugueses do séc.* XI]).

Os dois prelados portugueses foram companheiros do A. da Memória na viagem por mar desde o Porto até Lisboa, contacto esse que se manteve durante o cerco da cidade, como consta do próprio texto.

Os dados corográficos que o cruzado vai apontando, à guisa de diário, durante esse percurso foram recolhidos pelo menos em grande parte, por via oral, (já PIERRE DAVID aduziu opinião semelhante) conforme se infere da grafia dos topónimos por ele registados. Se para alguns nomes geográficos ele poderia ter recorrido a roteiros marítimos, a verdade é que de certas notícias contidas na Memória só deveriam ter conhecimento perfeito aqueles dois prelados. É o caso da referência ao túmulo de S. Donato, pois foi D. João Peculiar que em 1138, quando bispo do Porto, fez doação aos frades de S. Cristóvão de Lafões da ermida de S. Donato «na terra de Santa Maria, junto ao mar oceano, pegado com a villa de Cabanões que hoje chamam Ovar» (D. RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo dos Bis-*

pos do Porto, parte II, cap. II, [2.ª ed. de 1623] p. 25). E no seu discurso aos habitantes de Lisboa, antes de começar o ataque, o arcebispo menciona o nome desse santo à frente da lista dos discípulos do Apóstolo. (É PIERRE DAIVD que lembra este pormenor nas suas notas críticas ao relato do cruzado, in *Bul. des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal,* t. XI, p. 247).

Não menos verosímil é que tenha sido o arcebispo de Braga que ao avistar-se de bordo a mata de *Meigion Frio* (Albergaria-a-Velha) sugerisse para esse topónimo o falso significado de *medica in frigore,* expressão que o cruzado, talvez para alardear erudição, introduziu no texto, aditando em nota marginal o topónimo genuíno. A plausibilidade desta autoria toma maior vulto se está certa a génese da referida expressão que com base no francês antigo apresentou PIERRE DAVID, *loc. cit.,* sabido que D. João Peculiar fizera parte dos seus estudos em França.

Um dado que indubitàvelmente só através de D. João Peculiar ou de Pedro Pitões poderia ter chegado ao conhecimento do cruzado inglês é a identificação de Leiria com uma imaginária Lora. É por este nome que na Memória aparece designado (três vezes) o castelo de Leiria, o qual em nossos documentos dos séculos XII e XIII se nomeou sempre por *Leirena* (apenas a *Chronica Adefonsi Imperatoris* lhe chama *Eirena).* Ora o nome *Lora* vem indicado como um dos limites da diocese de Coimbra, embora com orientação diferente da de Leiria, na célebre Divisão de Wamba, que segundo L. VAZQUEZ DE PARGA, *La Division de Wamba* (Madrid, 1943), é um documento falso engendrado na diocese de Osma ou de Toledo entre 1088 e 1107-8. Ainda segundo o mesmo autor, desde 1123 que a Divisão é citada como documento fidedigno, firmando-se a sua autoridade com o decorrer dos tempos.

Para PIERRE DAVID, a *Divisio Wambae* procede de uma modificação do Provincial Hispânico, que continha apenas as cidades episcopais agrupadas por províncias. Nessa modificação do Provincial aditou-se a cada diocese uma delimitação sumária por quatro pontos geográficos em cruz. Segundo o autor, é essa adulteração do Provincial que tomou o nome de *Divisio Wambae* (*Études Historiques sur la Galice et le Portugal* [Lisboa, 1947] pp. 1-6).

A Divisão de Wamba está copiada na 1.ª parte do *Liber Fidei,* afamado cartulário bracarense, organizado no séc. XIII. E como esclarece ERDMANN, *Papsturkunden,* p. 147, essa parte do cartulário é cópia de outro códice anterior, composto no tempo do arcebispo D. João Peculiar (1138-1175), que se chamava *Liber Testamentorum,* hoje perdido.

As dúvidas, postas com fundamento legítimo por VAZQUEZ DE PARGA, sobre se o catálogo de sedes do tipo Compluto, inserto no *Liber Testamentorum*, conteria ou não os chamados limites de Wamba, desvanecem-se perante o testemunho do cruzado inglês, ao nomear em 1147 o castelo de Lora, tornando-se, assim, possível quase afirmar que esses limites constavam já do primitivo cartulário bracarense.

A Divisão de Wamba deveria existir, portanto, no cartório da Sé de Braga no tempo do arcebispo D. João Peculiar. A diocese de Coimbra vinha aí delimitada deste modo: *Conimbr[ia teneat de Namba] usque Borga, de Torrente usque Loram.* O metropalita deveria saber de cor os antigos limites, embora fantasiosos, das dioceses a ele subordinadas. Só ele poderia ter arquitectado, de boa fé, claro está, a identificação da imaginária *Lora* com a verdadeira Leirena, cujas origens para além do séc. XII são assaz nebulosas.

Por que outra via, a não ser por informação directa de D. João Peculiar, poderia ter chegado ao conhecimento do cruzado inglês a falsa equivalência Lora-Leirena? (6).

E tendo o ilustre prelado ou o bispo do Porto, antigo prior da Sé de Braga, fornecido esses dados para a relação do cruzado, tudo leva a crer que, além de informações contemporâneas, outras notícias históricas procedentes de SOLINO e contidas no MS. viessem a ser aí recolhidas pela mesma via oral.

Repare-se que no trajecto por mar desde a altura de Leiria até Lisboa, o cruzado não menciona localidade alguma ou acidente geográfico a não ser Peniche e a mata de Alcobaça, que ele faz estender até o castelo de Sintra.

Ora, excluída uma larga faixa da zona costeira, esta região não devia encontrar-se totalmente ermada em 1147, pouco depois da tomada de Santarém. Situava-se aí o altaneiro castelo de Óbidos, talvez o de Torres

---

(6) Já me observaram que, tendo o castelo de Leiria sido fundado de raiz não muitos anos antes da conquista de Lisboa, não seria crível que o arcebispo de Braga viesse a confundi-lo com o falso Lora.

A objecção não me parece de grande peso, porquanto é perfeitamente admissível que o castelo de Leiria fosse erigido no local onde existira outra fortaleza ou castro, então em total ruína, mas já denominado *Leirena*. Além disso, este nome poderia desde tempos mais remotos ter-se aplicado ao rio que ali corre, pois nenhum documento conhecido nos autoriza a supor que o topónimo surgira em data recente.

Acresce a possibilidade de se haver mantido a tradição da existência, nas imediações desse local, de uma antiga cidade — a Collipo, memorada por PLÍNIO — que D. João Peculiar teria identificado com a Lora da Divisão de Wamba.

Vedras e outros que a míngua de fontes nos priva de conhecer. O *oppidum* de Óbidos vem indicado como confrontação da herdade de Alcobaça na doação régia ao abade de Claraval, pouco mais de cinco anos após a conquista de Lisboa, o que me leva a crer que à data deste sucesso não estivesse inteiramente desmantelado.

O silêncio do cruzado acerca desta zona pode talvez explicar-se por ela ser desconhecida dos seus informadores de bordo.

O ponto de vista que acabo de expor quanto às fontes utilizadas pelo cruzado inglês confere, a meu ver, um elevado grau de fidedignidade à sua carta-memória, afigurando-se-me pouco verosímil que em período tão curto ele pudesse, de outro modo, familiarizar-se com assuntos portugueses, e que tivesse surgido oportunidade para consulta de obras de difícil acesso nessa conjuntura histórica.

4. Restauração da diocese de Lisboa em 1147. Primórdios do episcopado de Gilberto de Hastings.

Na parte final da *De Expugnatione Lyxbonensi* o cruzado inglês, seu autor, declara que logo a seguir à capitulação da cidade (em 24 de Outubro de 1147) «foi escolhido para bispo de Lisboa um dos nossos, Gilberto de Hastings, dando o seu consentimento o rei, o arcebispo, os bispos (sufragâneos de Braga), os clérigos e todos os leigos. No dia em que se celebra a festa de Todos-os-Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e do da sua Santíssima Mãe, foi purificado o tempo pelo arcebispo e quatro bispos (sufragâneos) e instala-se aí a sede do bispado...» (7).

Ao historiador C. DAVID, *op. cit.*, p. 181, nota 2, pareceu que o passo acima transcrito inclui Gilberto no número dos quatro bispos que, em 1 de Novembro, com o arcebispo de Braga presidiram à cerimónia da purificação do templo — antiga mesquita dos mouros — destinado a catedral da diocese recém-restaurada. Certamente, o A. baseou-se em que a relação do cruzado aponta, como presentes ao cerco de Lisboa, apenas os bispos de Porto, Viseu e Lamego, omitindo o de Coimbra. Todavia, em face de outros documentos, somos levados a admitir como muito provável que na data dessa cerimónia se encontrasse também em Lisboa o prelado conimbricense, D. João Anaia, e que fosse ele um dos quatro bispos ali dados como presentes.

Afigura-se, portanto, arriscado afirmar, com base nesta fonte, que

(7) Trad. do texto latino por J. A. OLIVEIRA, *Conquista de Lisboa aos Mouros*, (2.ª ed.), pp. 108-9.

Gilberto compareceu àquele acto já como bispo eleito. A avolumar a dúvida, acresce a circunstância de não ter chegado até nós nenhum documento anterior a 1149 em que essa prelazia lhe seja atribuída.

Deve, no entanto, acrescentar-se também que o argumento não é de grande peso, porquanto a penúria de fontes diplomáticas anteriores ao séc. XII se revela, do mesmo modo, desanimadora no estudo de qualquer problema histórico respeitante a distritos cuja sede se situa no sul do Mondego.

Basta lembrar que sobre a conquista de Lisboa em 1147 — acontecimento de tal culminância para a consolidação de Portugal como nação peninsular — o que sabemos quase se resume ao que nos transmitiram as fontes narrativas estrangeiras. Tanto a *Chron. Goth.* (aponto apenas esta, como a mais circunstanciada dentre as nossas fontes analísticas) como o *Indiculum fundationis* do mosteiro de S. Vicente se limitam a dar uma brevíssima notícia do acontecimento. E das fontes diplomáticas portuguesas da 2.ª metade do séc. XII e dos últimos anos da 1.ª, as quais atingem ainda alguns milhares de unidades, só três, que me lembre, fazem referência ao cerco e tomada de Lisboa:

1.ª A bem conhecida doação do presbítero Raúl ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, datada de Abril de 1148 ([8]).

2.ª A mercê régia da Atouguia da Baleia a Guilherme *de Cornibus*, em 1148, como recompensa de bons serviços prestados na conquista de Lisboa ([9]).

3.ª A doação feita por Ermesinda Perra ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, datada de Março de 1156 ([10]).

Destes testemunhos coevos (a que pode juntar-se a notícia sobre o *colloquium* ou concílio de Braga, adiante referido) apenas o último se encontra ainda inédito.

Trata-se de uma transmissão *post mortem* de bens situados no território de Coimbra. A doadora cede ao mosteiro a sua parte assim como a que pertenceu a seu marido *Arias Levidiguiz* (sic), filho de *Lidivigus Rekamondiz* e de *D. Frosenda*, o qual morreu no cerco de Lisboa em virtude de ferimentos graves (*vir meus in Ulixbonensi obsidione graviter plagatus itaque moriens*).

([8]) O doc. foi revelado por J. M. CUNHA SARAIVA no *Elucidário Nobiliarchico*, vol. I, p. 377; novamente reproduzido na *Hist. da Literatura Portuguesa*, de A. FORJAZ DE SAMPAIO, vol. I, p. 17.

([9]) *DMP., DR.* I, 225, e minha nota XLVIII do Apend. da mesma obra.

([10]) Arq. Nac. TT., Cabido de Coimbra, cx. 27, rolo 1, doc. 52.

É sabido que para a apontada míngua de fontes concorreu em alto grau a perda dos arquivos da Sé de Lisboa pelo terramoto de 1755. Não podem, por isso, deixar de ser escassos os dados que me foi possível reunir sobre o episcopado de Gilberto.

Como já disse, dos anos de 1147 e 1148 nenhum doc. régio, eclesiástico ou particular se conhece com menção do novo prelado. Há um diploma de D. Afonso Henriques, original de chancelaria e lavrado em Lisboa em 1 de Novembro de 1147, no próprio dia em que se santificou o templo destinado à nova Sé; apresenta-se, porém, desprovido de confirmação de quaisquer dignidades eclesiásticas, presumìvelmente por se tratar de simples contrato de venda entre o rei e um seu súbdito — o alcaide de Coimbra, Rodrigo Pais (*DR*, 224).

A doação da Atouguia, que acima apontei, está confirmada pelo arcebispo de Braga e pelo bispo do Porto. Na verdade, afigura-se estranho que o documento não tenha levado o consenso do prelado lisbonense, tanto mais que as terras aí alienadas ficavam dentro dos limites do seu bispado. Como procurei demonstrar na nota citada, as cópias deste documento pouco crédito nos merecem, havendo grande probabilidade de se tratar de um falso engendrado em Coimbra no séc. XIII, se bem que a matéria do dispositivo nos mereça fé.

Quanto à doação do presbítero Raul, de 1148, verifica-se ter sido confirmada pelo arcebispo de Braga e pelos bispos de Coimbra, Porto, Viseu e Lamego. Difìcilmente se concebe que à transmissão aos frades crúzios de um cemitério e terreno anexo onde foram sepultados os ingleses que morreram durante o cerco de Lisboa tenham comparecido todos os prelados das dioceses portuguesas, com excepção do de Lisboa, onde o referido acto se consumou.

Reputo o documento como original do punho do subdiácono Salvado de Santa Cruz de Coimbra, que subscreve outros documentos do mosteiro ([11]). Note-se, no entanto, que a falta de uniformidade, aí bem patente, quanto a letra e *ductus* revela que ele não foi todo escrito no mesmo assento.

Por outro lado, a sua data levanta certas dificuldades, porque em princípios de 1148 já se não encontravam em Lisboa o arcebispo e bispos que corroboram a doação de Raul. É, com certeza, desse tempo o concílio provincial de Braga a que assistiram todos os referidos prelados e um representante do Papa; o *Liber Fidei*, fl. 117, doc. 417, data-o apenas pela

([11]) Vid. *DMP.*, DR. I, Introdução, p. LXXVII e s.

era (*In Era MCLXXXVI*), mas como advertiram BRANDÃO, *Mon. Lus.*, parte III, liv. X, cap. XXX, Mons. J. A. FERREIRA, *Fastos*, I. p. 303 e ERDMANN, *O Papado e Portugal*, p. 53, ele tem forçosamente de ser anterior ao concílio de Reims, celebrado em 21 de Março de 1148. E no verão desse ano, o arcebispo seguiu para a Cúria Apostólica, então em Bréscia.

No *colloquium* de Braga a diocese de Lisboa aparece representada por um arcediago de nome Eldebredo, e não pelo bispo. A ausência deste pode interpretar-se de maneiras diversas. Para mim, a mais verosímil é a de que nessa conjuntura não convinha, tanto a D. Afonso Henriques (sobretudo, em face dos direitos imperiais de Afonso VII) como à Igreja portuguesa, patentear como já consumadas a restauração daquela diocese e a eleição de um bispo subordinado à metrópole de Braga. Sabe-se que esta se mantinha desde alguns anos em rebeldia para com o Primaz de Toledo, e que Lisboa fizera sempre parte da província eclesiástica de Mérida, devendo, portanto, agora sujeitar-se a Santiago de Compostela, como veio a suceder poucos anos depois (cfr. ERDMANN, *op. cit.*, p. 50 e ss.).

Assim, a ida do bispo de Lisboa a Braga em princípios de 1148 seria um acto imprudente, que poderia prejudicar a política nacional empreendida pelo rei e pelo chefe da sua Igreja, D. João Peculiar.

Por su avez, o arcediago Eldebredo apresenta-se-me como personagem um tanto misteriosa. O seu nome não volta a aparecer entre os membros do Cabido de Lisboa, como se verá adiante. Esse antropónimo ocorre em documentos portugueses a partir do séc. X, por vezes sob as formas *Idiverto* e *Ildeverto* (cfr. A. CORTESÃO, *Onomástico Medieval Português*), que apresentam certa semelhança morfológica e fonética com *Gilberto*.

É curioso notar que com esse mesmo nome houve por 1088, no tempo do bispo D. Pedro, um arcediago em Braga (*Liber Fidei*, fl. 42, doc. 122 e fls. 158, doc. 600). E se não é erróneo o meu juízo de que nos meados do séc. XII, em 1148, o antropónimo *Eldebredo* seria já insólito ou, pelo menos, de feição arcaizante, não parecerá talvez muito arrojado conjecturar que, por tácito acordo entre o rei e os bispos, tenha sido Gilberto, disfarçado sob esse nome e como simples arcediago, o representante da diocese de Lisboa no concílio de Braga.

Na sua viagem à Cúria Pontifícia, no verão desse ano, D. João Peculiar diligenciou, de certeza, obter confirmação para Gilberto de Hastings como bispo de Lisboa; se o alcançou ou não, é assunto sobre que há dúvida, conforme declara ERDMANN.

Só a partir de 1149 possuímos testemunhos seguros de que ele estava regendo, de facto, essa cátedra episcopal. D. Afonso Henriques e a rainha

D. Mafalda fizeram doação à Sé de Lisboa, em 8 de Dezembro do referido ano, de 32 casas com suas pertenças, tais como vinhas, olivedos e figueirais que anteriormente pertenceram às mesquitas dos mouros. O diploma, que se guardava no cartório da Sé, é conhecido através do sumário que dele deixou Fr. ANTÓNIO BRANDÃO (vid. *DR.* I, 232). D. RODRIGO DA CUNHA, *Hist. Eccl. da Igreja de Lisboa*, parte II, fls. 70, ao referir-se ao documento diz serem em Marvila, no termo de Lisboa, as terras nele doadas; e acrescenta que o rei deu mais o seu consenso para todas as doações que de futuro os fiéis viessem a fazer à Sé ([12]).

Trata-se, sem dúvida, de diploma do tipo solene — o que se justifica pela grande importância e finalidade do acto —, encontrando-se provido de exórdio, do qual Brandão transcreveu apenas o início. Corroboram a doação os funcionários da cúria régia, alguns ricos-homens, o arcebispo de Braga e todos os prelados diocesanos.

Com esta valiosa dádiva ficou o bispo Gilberto habilitado a organizar condignamente a sua Igreja. Assim, logo a seguir, por carta de 1 de Janeiro de 1150, ordena o Cabido da Sé com as suas dignidades, prebendas e demais serviços. Com o assentimento do rei e da rainha faz mercê a 31 cónegos de igual número de casas na cidade, com seus bens e pertenças, atribuindo-lhes também metade de todos os dízimos que possui no bispado, e metade de Marvila, que igualmente é repartida em 31 quinhões.

Deste modo, transmite aos seus cónegos grande parte dos bens que recebeu do rei, reservando para sua morada própria a casa que fora de *Absech*, filho de *Asubli* ([13]).

O alto interesse do contexto do documento é avolumado pela extensa lista das testemunhas, onde aparecem nomeados muitos cónegos pelos seus cargos e dignidades capitulares. Alguns, provàvelmente também do corpo eclesiástico da Sé, vêm indicados pelos nomes próprios seguidos de adjectivos pátrios ou topónimos, em parte estrangeiros, como observa C. DAVID, *op. cit.*, p. 180, nota ([14]).

Repare-se que as cartas episcopal e régia, que pelo contexto e fins se completam, foram lavradas pelo mesmo notário — *Petrus Portucalensis.*

([12]) Segundo o inventário do Cabido de Lisboa, ainda existente, o diploma estava registado no Livro 7 das Sentenças, fl. 5, com a data indicada por Brandão.

([13]) D. RODRIGO DA CUNHA, *op. cit.*, Parte II, cap. II, fls. 71-2, transcreve esta carta, que ele diz existir original no cartório da Sé, já em mau estado e não totalmente legível.

([14]) *Arnulphus Fornensis, Ioannes Elborensis, Pelagius Colimbriensi, Villelmus de Panoias, Libertus de Bal., Gilbertus de Chent, Martinus de Rumenel, Stephanus Doay, Petrus Portucal.*

Em 1 de Janeiro de 1150 ficou, portanto, organizado o Cabido de Lisboa, mas o bispo já tinha sido sagrado em data anterior, como no-lo mostra a cláusula da intitulação da carta episcopal: *Ego Gilbertus Dei gratia Ulixbonensis ecclesiae humilis minister, primusque eiusdem Ecclesiae consecratus episcopus posteaquam praefata civitas erepta est ex manibus Sarracenorum, et Christianorum potestati tradita anno MCXLVII ab incarnationi Domini, venerando Alfonso Portugalensium rege et regina Mathilda regnantibus, una cum nostrorum canonicorum consideratione...*

Ainda no ano de 1150, o bispo partiu para a Inglaterra a fim de pregar nova cruzada contra os sarracenos e recrutar gente para um ataque a Sevilha, conforme se narra na *História* de JOÃO DE HEXHAM, incluída in *Opera Omnia* de SIMEÃO DE DURHAM (ap. C. DAVID, *loc. cit.*). A escassez de fontes não permite determinar quanto tempo, aproximadamente, se demorou Gilberto na sua pátria.

Só a partir de 1156 voltamos a ter documentos por ele expedidos ou confirmados, sendo de Julho desse ano a carta em que, com o consentimento dos seus cónegos, se demitiu de quaisquer direitos eclesiásticos em Leiria, concedendo o seu beneplácito à doação régia de tais direitos a favor do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ([15]). Presumìvelmente, posterior a este deverá ser um original truncado, já sem data, do cartório de Alcobaça, que contém um escambo: o bispo D. Gilberto e o seu Cabido dão a esse mosteiro a parte que possuem na herdade de *Muchunis* (no verso do perg. diz ser Ameixoeira), a qual fora doada à Sé por *D. Jocelmus* e sua mulher D. Maria, recebendo em troca a casa que o convento tinha em Lisboa, junto à Porta do Mar, e mais 6 aúreos ([16]).

Outro original, este, porém, em magnífico estado de conservação e muito conhecido (reproduzimo-lo no Álbum de *DMP., DR.* I, táb. XLII), é o diploma de Fevereiro de 1159, pelo qual o bispo D. Gilberto com o consentimento dos seus cónegos cede aos freires do Templo a igreja de Santiago de Santarém com toda a sua paróquia, no subúrbio de Seserigo. Tanto essa igreja como todas as que a Ordem vier a edificar no termo do castelo de Cera, em Tomar, ficam isentas de jurisdição episcopal, recebendo o bispo, em troca, as demais igrejas de Santarém que o rei doara aos Templários.

Um dos elementos de maior interesse neste documento, autógrafo do prior Pedro Silva (cfr. *DR.* I, Introdução p. LXXXII) é a lista dos inter-

---

([15]) *PMH., Scriptores*, pp. 70-71.

([16]) Arq. Nac. TT., Col. Especial, parte I, cx. 80, m. I, doc. 24 (cota antiga).

venientes na sua validação e o sinal rodado do bispo. Já vários autores chamaram a atenção para o número elevado de nomes estrangeiros que essa relação apresenta, pospondo-se a alguns deles adjectivos ou nomes gentílicos.

Dado não menos valioso é a discriminação das principais dignidades capitulares da nova Sé e das pessoas que as desempenhavam. Ao confrontar, nesse aspecto, o documento de Fevereiro de 1159 com o de 1 de Janeiro de 1150, em que se trata de organizar o Cabido da Sé de Lisboa, verificamos que inicialmente as principais dignidades e funções capitulares foram assim distribuídas: deão Roberto, arcediagos Bartolomeu e Mateus, chantre (*precentor*) Durando e tesoureiro Menelau. Nove anos depois, o deão ainda era o mesmo, aparecendo também referido em documentos de 1155 (do convento de Alcobaça) e Julho de 1156 (doc. cit.). O primeiro arcediago, Bartolomeu, mantinha-se em 1156 e 1159; o segundo deveria já ser outro em 1154, visto que no foral de Sintra, desse ano, subscreve Egas como arcediago de Lisboa. A dignidade de chantre, sob o nome de *cantor*, em Julho de 1156 cabia a Benedito, o mesmo que aparece em 1159. Menelau ainda neste ano era o tesoureiro.

O documento de 1150 não cita mestre-escola, ao passo que o de 1159 é roborado pelo *magister Petrus* e pelo *magister Arnulfus*, que pode ser o mesmo que na primeira data firma logo a seguir aos arcediagos sob o nome de *Arnulphus fornensis*.

Sem indicação de funções ou dignidades coincidem também os nomes de cinco cónegos firmantes dos diplomas episcopais de 1150 e 1159: Gualter, Jacob, Nicolau, Paio e Reinaldo. Note-se que na última data havia no Cabido dois cónegos de nome Gualter: *Gualterius Flandrensis* e *Gualterius Hastingiensis*. Presumìvelmente, ambos foram membros desse organismo desde a sua fundação, visto que no documento de 1150 subscreve *Gualterius primus*, o que está a indicar a coexistência ali de mais de um cónego do mesmo nome.

Estes pequenos pormenores, aparentemente insignificantes, interessam contudo à análise e determinação do grau de fidedignidade do importante diploma de 1 de Janeiro de 1150, o qual é hoje conhecido sòmente pela transcrição de D. Rodrigo da Cunha.

Como acabamos de ver, o arcediago Eldebredo, que no concílio de Braga de 1148 representou o bispado de Lisboa, não volta a figurar em nenhum documento conhecido. Nessa razão e noutras que acima apontei se baseia a minha conjectura de que aquele nome esteja a encobrir o do próprio bispo Gilberto, o qual teria na mesma ocasião prestado juramento

de obediência à metrópole bracarense, de que se conserva registo no *Liber Fidei*.

No peroído de 1157 a 1162, o prelado olisiponense corrobourou vários diplomas de D. Afonso Henriques (*DR.* I, 260, 261, 271, 272, 273, 275 e 280). A partir, porém, de Março de 1162, data do último, cessa de figurar nos documentos régios, encontrando-se D. Álvaro já à frente do bispado em Outubro de 1164 (*DR.* 287).

Deste modo, para estar certa a data de 27 de Abril de 1166 que D. RODRIGO DA CUNHA, *op. cit., fol. 73*, fixa ao falecimento do bispo Gilberto, terá que admitir-se haver este, por motivo de doença ou idade provecta, abandonado a sua cátedra cerca de dois anos ou mais antes de falecer, o que me parece pouco provável ([17]). Que eu saiba, nenhum dos obituários medievais ainda existentes esclarece este ponto. O de S. Vicente de Fora regista o passamento de D. Gilberto, mas não o ano da morte.

Que a sua prelazia na diocese de Lisboa haja começado em 1147, no próprio ano da capitulação da cidade, como declara o cruzado inglês na sua memória, não pode, na verdade, dar-se como confirmado por outras fontes ao nosso alcance. Mas por outro lado, como acabamos de ver, a documentação conhecida não nos faculta um testemunho firme de que a declaração do cruzado seja inexacta.

Quanto à delimitação do bispado, nos termos precisos em que está indicada na Memória, não me parece que deva reputar-se anacrónica ou inverosímil em 1147. Já atrás, no § 1, aduzi razões nesse sentido, avultando entre elas a de que para preservação e engrandecimento da jovem monarquia portuguesa importava dar carácter definitivo à conquista de Lisboa, assim como à restauração do seu bispado por obra e iniciativa dos portugueses.

Pode parecer estranho que na referida delimitação se fixe o castelo de Alcácer como estrema meridional, e a cidade de Évora como oriental, sabido que nenhuma dessas praças de guerra ficara abrangida nas conquistas de 1147. O que, a meu ver, se pretendeu então foi colocar sob a égide da metrópole bracarense a nova diocese, e definir os seus limites

---

([17]) Por idêntico raciocínio, segundo creio, MIGUEL DE OLIVEIRA, *Hist. Eclesiástica de Portugal* (3.ª ed.), nas suas tábuas cronológicas, deixa interrogadas as datas do termo do episcopado de Gilberto, e do início do de Álvaro.

Sobre a introdução de missal e breviário da igreja de Salisbury (Inglaterra) na Sé de Lisboa veja-se *op. cit.*, p. 168, e bibliografia aí indicada, pela qual se corrige a afirmação de D. RODRIGO DA CUNHA de que esse rito se manteve na Igreja de Lisboa até princípios do séc. XVI.

com base talvez na tradição e no plano de novas conquistas a empreender num futuro próximo.

Se a Memória do cruzado tivesse sido elaborada posteriormente a 1166, ano em que Évora recebeu carta de foral e se restabeleceu a sua velha cátedra episcopal, seria de esperar que na definição dos termos do bispado de Lisboa se marcasse a oriente o limite de ambas as dioceses e não a própria cidade de Évora ou a sua circunscrição.

Por sua vez, os limites setentrionais da diocese de Lisboa, na parte de Leiria, indicados na Memória, revelam-se anteriores à criação do couto de Alcobaça, em 1153, e à doação do eclesiástico de Leiria a Santa Cruz de Coimbra, cuja data verdadeira é 1155 ou 1156 e não 1142 (vid. meus *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra*). Destas dádivas régias resultou um reajustamento dos referidos limites.

Pelos motivos apontados, afiguram-se perfeitamente verosímeis os termos atribuídos à diocese de Lisboa em 1147 na Memória do cruzado inglês.

O foral de Santarém, de Maio de 1179, padrão dos forais de Lisboa e Coimbra, da mesma data *

Por Ruy Pinto de Azevedo

A questão da prioridade entre Lisboa, Santarém e Coimbra na génese e determinantes das cartas de foral, de texto comum, outorgadas aos três concelhos em Maio de 1179 foi abordada pela primeira vez, segundo creio, pelo Prof. Torquato Soares (*Hist. da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, p. 84, e sua nota IX ao t. V [2.ª ed.] da *Hist. da Administração Pública* de Gama Barros).

O ilustre Professor — devo esclarecer — não se propôs tratar o assunto com profundeza, limitando-se a emitir breves opiniões sobre a questão. São suas estas palavras de comentário à observação de Gama Barros de que o foral de Santarém de 1179 foi o tipo adoptado para muitos outros concelhos de primeira ordem:

«Nada prova que a carta de foral, simultâneamente concedida por D. Afonso Henriques a Coimbra, Lisboa e Santarém, fosse concedida para esta povoação como um novo tipo outorgado, em seguida, aos outros dois concelhos.

«A circunstância de todos estes forais serem datados de Coimbra e, sobretudo, o facto de neles se aludir a disposições já mencionadas na carta que tinha sido outorgada a essa cidade pelo conde D. Henrique, em 1111, leva-nos a crer que o novo tipo é originàriamente coimbrão, não se justificando, assim, a designação de «tipo de Santarém» que Herculano lhe concede».

---

* Esta comunicação reproduz o § 3 da nota LVII de *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, vol. I, tomo II, conservando-se ainda inédita à data do Congresso Histórico de Portugal Medievo.

A primeira razão em que o A. se baseia para admitir origem coimbrã ao foral do chamado «tipo de Santarém» não me parece defensável, porquanto a circunstância — aduzida também pelo A. na *Hist. da Expansão* — de que a corte tinha a sua residência habitual em Coimbra à data em que foram concedidos os três forais, tira, a meu ver, toda a força à sua ilação.

Com efeito, nessa cidade foram exarados todos os docs. régios de 1179 e dos anos próximos sobre qualquer espécie de assuntos referentes ou não a Coimbra (cfr. docs. 338, 340, 341, 342, 343 e 345 in *DMP., Documentos Régios*, vol. I, tomo I).

A força do segundo argumento parece-me eliminada pela exposição do Prof. MARCELO CAETANO (*A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia* [Lisboa 1951] pp. 8-12), quando analisa a hipótese do Professor de Coimbra.

O segundo A. entende, e eu perfilho a sua opinião, que o foral de 1179 não foi inspirado pelas instituições e conveniências de Coimbra, pronunciando-se no sentido de que ele foi elaborado especialmente para Lisboa e Santarém, e acrescenta:

«A ocasião da outorga do primeiro foral deste tipo deve, porém, ter sido determinada pela situação e conveniência de Lisboa. Duas razões nos inclinam para esta afirmação. Em primeiro lugar, na confirmação do diploma não figura ninguém de Coimbra (cujo alcaide aliás frequentemente intervinha na confirmação dos diplomas expedidos nessa cidade) nem de Santarém, mas em compensação firmam-no como confirmantes o *tenens* do distrito lisbonense, D. Gonçalo Egas, e o Bispo de Lisboa D. Álvaro, e como testemunhas alguns clérigos e homens bons de Lisboa [...].

«Por outro lado, em 1179 a frota moura aparece no Tejo, e o facto não teria sido indiferente à concessão do foral nessa ocasião...».

Nesta parte estou em desacordo com o Prof. Marcelo Caetano, não me parecendo justificável a restrição a Lisboa quanto à oportunidade na outorga do foral.

Sobre o primeiro ponto permita-se-me observar que na corroboração da carta do foral de 1179 não vislumbro representação própria e exclusiva da cidade de Lisboa, e muito menos «uma deputação lisboeta enviada com o objectivo de fazer resolver o negócio do foral».

Gonçalo Viegas, *tenens* de Lisboa, era na data do foral também mestre da Ordem de Évora, e fora antes mordomo da infanta D. Teresa.

Deu o seu consenso a muitos outros docs. régios, em virtude da sua alta categoria social, militar e política.

O bispo de Lisboa também o era de Santarém, que ficava nos limites do seu bispado. Acresce que no foral confirmam igualmente os arcebispos de Braga e os bispos do Porto e de Coimbra. Quanto aos clérigos e homens bons de Lisboa, nomeados no doc. como testemunhas, há que ter em atenção que aparecem em exemplares do foral confirmado por Sancho I e autenticado na sua chancelaria em 1186 ou 1187 pelo notário régio D. Julião. Nessa data o doc. foi firmado por oficiais da cúria, autoridades locais e testemunhas, que nos exemplares existentes aparecem agregados aos firmantes da carta de D. Afonso Henriques. Há, portanto, que destrinçá-los recorrendo à análise interna. A. REUTER, *Chancel.* n.^{os} 243 e 244, não reputou aquelas testemunhas como intervenientes na carta de foral de 1179. A idênticas conclusões cheguei também e fundamento-as largamente no § 2 da nota LVII, acima citada.

Quanto à segunda razão alegada pelo Prof. Marcelo Caetano — a entrada no Tejo, em 1179, de uma frota almóada não teria sido indiferente à concessão do foral nesse ano — reputo-a do mesmo modo improcedente:

Nem as fontes cristãs nem as árabes (vid. HERCULANO, *Hist. de Portugal,* III [7.ª ed.] p. 108; HUICI MIRANDA, *Anais da Academia Port. da Hist.* V, p. 26) fixam mês a esse frustrado ataque marítimo, empreendido por ordem do Califa pela esquadra de Ceuta. Ora os forais de Lisboa, Santarém e Coimbra estão datados de Maio de 1179, e a sua preparação deve ter sido morosa, tornando-se bastante provável que a outorga desses diplomas estivesse já aprazada, se não efectivada, à data do ataque ao porto de Lisboa.

Motivo mais ponderoso para explicar a conveniência em organizar civil e militarmente as povoações fronteiriças nessa conjuntura creio ser o termo das tréguas de cinco anos (Out. de 1173-1178) firmadas entre Afonso Henriques e o califa Yusuf I. Acabadas elas, logo em 1178 o infante D. Sancho recomeçou as campanhas no Alentejo e foi atacar Sevilha (HERCULANO, *ibid.* p. 105 e HUICI MIRANDA, *ibid.* p. 23). Eram de esperar operações militares de revindicta, tornando-se por isso necessário fortalecer as praças de guerra mais importantes e dar maior coesão e disciplina aos grémios municipais, onde, em parte, se iam recrutar as tropas para a guerra da Reconquista.

Estas razões de ordem militar, e outras de carácter económico e administrativo focadas no belo trabalho do Prof. Marcelo Caetano, devem ter sido as principais determinantes dos forais de 1179 e da nomeação de

um *tenens* do território de Lisboa com já grande experiência militar, qualidade assaz reconhecida no mestre Gonçalo Viegas.

Sob o ponto de vista histórico parece, portanto, aceitável que a concessão do estatuto municipal de 1179 obedecesse a condições e conveniências tanto de Lisboa como de Santarém, não devendo esquecer-se que o burgo santareno com seu vastíssimo alfoz não desfrutava então de menor prestígio e influência do que Lisboa. E afigura-se-me, até, perceptível que ele reuniria condições sociais — talvez maior homogeneidade nos elementos da grei, pois Lisboa, cidade marítima, caracterizava-se pela grande diversidade de gentes e costumes, em virtude de avultado número de estrangeiros aí fixados a partir de 1147 — que lhe permitissem ter atingido mais cedo a maturidade para receber a carta de foral de 1179.

Certo é que no aspecto diplomático se revela de modo inegável a anterioridade do texto de Santarém sobre os de Lisboa e Coimbra. Deve ter sido esse o que primeiro se reduziu a escrito sob a forma de diploma e que, como arquétipo, serviu de paradigma aos outros dois. A minha afirmação baseia-se em dados objectivos que passo a expor:

a) Em primeiro lugar, verificamos que, quanto a redacção e formulário, apenas os textos de Santarém e Lisboa são totalmente idênticos. Deste modo, na génese da respectiva documentação teremos de admitir uma de duas hipóteses: ou se elaborou uma minuta comum, de que directamente dimanam as duas cartas de foral — hipótese que rejeito por motivos adiante alegados —, ou a minuta foi propositadamente redigida para uma delas, a qual teria servido de modelo para a lavra da outra.

Creio que a redacção e sentido do preâmbulo da carta — *Ego Alfonsus diuino nutu Portugalensium rex corporali labore et peruigili astucia mei et meorum hominum opidum de Sanctaren (ciuitatem Vlixbone) sarracenis abstuli et eam Dei cultui restitui*—embora passam parcialmente aplicar-se às duas cidades, por ambas haverem sido conquistadas aos sarracenos, só a Santarém se ajustam com rigor histórico. Com efeito, as expressões que vão aqui sublinhadas reportam-se ao modo como se operou a tomada desta praça de guerra, e não à conquista de Lisboa, levada a cabo pela força das armas e com a valiosa comparticipação de cruzados do Norte.

Se o documento fosse inicialmente redigido para Lisboa, outras teriam sido as expressões empregadas no preâmbulo.

b) O estatuto foraleiro é o mesmo nas três cartas. Há, contudo, duas disposições que nos textos hoje existentes de Santarém e Lisboa

estão colocadas em aditamento à robora, enquanto que no de Coimbra se intercalaram nas demais cláusulas.

Suponho ter ficado provado no § 2 da referida nota LVII que apenas a última dessas disposições foi exarada posteriormente ao texto das cartas de Santarém e Lisboa. Ora a circunstância de tal verba se encontrar no corpo do foral de Coimbra parece-me revelar que este se compôs depois e à vista do estatuto de uma das outras cidades, tendo-se então intercalado a referida verba no texto destinado à primeira.

Se a feitura da carta de Coimbra se tivesse antecipado à daquelas, servindo-lhes de paradigma, seríamos forçados a admitir a repetição de um lapso cometido na mesma altura e pelo mesmo notário quando na chancelaria régia este lavrou as outras duas cartas de foral.

É certo que a falta dos originais nos priva de determinar com inteira segurança a ordem precisa por que as disposições foraleiras se distribuíam naqueles, uma vez que os textos hoje conservados nos atestam com toda a evidência não terem eles mantido integralmente a arrumação inicial. Deste modo, a ilação por mim aduzida perde grande parte da sua força.

c) Sucede, porém, que no texto do foral de 1179 comum às três cidades vamos encontrar prova objectiva de que foi a carta de Santarém que serviu de paradigma à de Coimbra, e não inversamente. Contém ele a seguinte disposição: *moratores de Sanctaren qui panem suum uel uinum uel ficus uel oleum in Vlixbone habuerint uel in aliis locis, et ad Sanctaren illud ad opus sui duxerint et non ad reuendendum, non dent inde portagium* (p. 438, l. 35).

Esta cláusula está redigida nos mesmos termos nas cartas de Lisboa e Coimbra (cfr. p. 443 l. 36 e p. 448 l. 25), variando evidentemente os nomes das terras. Verificamos, contudo, que é com Santarém que se estabelece a alternância dessas terras na matéria preceituada.

Se o texto de Coimbra fosse o arquétipo e por ele se tivessem modelado as cartas de Santarém e Lisboa, deveriam estas cidades alternar com Coimbra na referida disposição, o que não sucede. O mesmo raciocínio serve para a hipótese de se tomar o texto de Lisboa como paradigma dos outros dois.

Julgo, assim, que da conjugação dos três dados acima expostos, contidos no próprio texto dos forais em causa, resulta a prova da anterioridade da carta de Santarém em relação às das outras duas cidades. E, consequentemente, terá também de se reconhecer como provada a inexistência de uma minuta preparada para servir simultâneamente às três cartas de

foral. Parece-me, até, que esta hipótese deverá *a priori* rejeitar-se por não estar em harmonia com a mentalidade da Idade Média.

Pelo que fica exposto, inclino-me a admitir que o texto dos forais de Maio de 1179 foi inicialmente concebido e preparado para Santarém, tendo contudo a conjuntura histórica — a prossecução da Reconquista e a reacção almóada, deveras acesa nessa altura — tornado oportuna a sua extensão a Lisboa e Coimbra na mesma data.

Não só no texto de D. Afonso Henriques, mas também nas novas regalias municipais outorgadas por Sancho I e aditadas àquele nos exemplares de Santarém e Lisboa se encontram indícios dessa prioridade. Com efeito, as disposições de D. Sancho foram primeiramente concedidas a Santarém, e depois a Lisboa em Agosto de 1204.

Tudo isto pode explicar o motivo de no preâmbulo das cartas de foral das terras que receberam o estatuto comum às três cidades se fazer, mais frequentemente, menção do foral de Santarém, facto esse que HERCULANO, *Hist. de Port.*, t. VII, p. 177 [7.ª ed.], anota mas não justifica. Ora eu creio que a razão disso se descobre na génese das três cartas de foral, devendo por consequência manter-se a expressão «tipo de Santarém» criada por Herculano na classificação dos forais.

INTERVENÇÕES

O Dr. Rui de Azevedo, após a sua comunicação, convidou os Senhores Profs. Doutores Marcelo Caetano e Torquato Sousa Soares a tomarem parte na discussão da sua tese, visto defenderem pontos de vista diferentes dos seus.

O primeiro desses ilustres Professores, depois de esclarecer alguns pontos do problema histórico em causa, considerou muito fundada a tese do autor da comunicação e declarou que à luz dos novos elementos apresentados, reveria a sua posição logo que se lhe oferecesse o ensejo. O segundo, embora se manifestasse em concordância com algumas conclusões do Dr. Rui de Azevedo, não aderiu à tese da prioridade de Santarém, e prometeu voltar ao assunto noutra oportunidade. O conferente tomou de novo a palavra para rebater a argumentação do último professor.

Esta comunicação despertou bastante interesse.

Posteriormente ao Congresso, em 19 de Fevereiro de 1960, o Prof. Sousa Soares, em sessão da Academia Portuguesa da História, analisou novamente aquele problema debatido em Braga, voltando a defender a tese da precedência de Coimbra. O seu novo trabalho, com o título «O Foral concedido a Coimbra, Santarém e Lisboa, em 1179», veio publicado nos Anais *da Academia, II Série, vol. 1.º (Lisboa, 1960).*

Por sua vez, o Dr. Rui de Azevedo, em réplica a esse estudo, em que aduziu novos dados a favor da sua tese, publicou «Um problema histórico ainda mal esclarecido por insuficiência de estudo diplomático», no vol. Dois Centenários, *(Lisboa 1962) edit. pela Academia Portuguesa de História.*

El Derecho Peninsular y o Derecho Cristiano

Por Ramón Prieto Bances

Braga puede mostrarse orgullosa de ir a la cabeza de una cultura sin igual, que al cabo de los siglos manifiesta cada vez mas su perfección, y que no puede morir porque su esencia es divina.

Felizmente todavía podemos contemplar hoy una reliquia de esta cultura, San Fructuoso, y estudiar el principal exponente de ella, su Derecho. Veremos que Arte y Derecho riman, necesariamente tenían que rimar porque tienen una ascendencia común, son hijos del mismo tronco ideológico.

Nace el Derecho peninsular medieval del Derecho romano del Bajo Imperio y del Derecho romano clásico, y los cito en este orden porque así aparecen en esta época en nuestra patria. Ante estas dos fuentes las otras tienen una importancia muy escasa.

Entre los dos Derechos hay una diferencia fundamental que no siempre se destaca debidamente. En el Derecho romano del Bajo Imperio domina el espíritu cristiano hasta el punto que Biondi en su famosa obra habla de un Derecho romano cristiano. La Teología triunfa. En cambio en el Derecho romano clásico la llamada razón prevalece. Los filosofos griegos han abierto el camino, se disipan las nubes del animismo, y la norma jurídica pretende ser la razón escrita.

La herencia romana la recibe el pueblo visigodo en el territorio de los Diadocos y se acentúa la influencia mediterránea en los Reinos de Tolosa y de Toledo. El *Código de Eurico*, el *Breviario de Alarico II*, la reforma legislativa de Leovigildo, el *Liber iudiciorum* de Recesvinto, la *Lex renovata* de Ervigio y la *Vulgata* son fruto de esa civlización.

Entre los que forjaron ese Derecho ejemplar se destaca la gran

figura de San Isidoro de Sevilla, figura ibérica y por lo tanto gloria común de Portugal y España.

San Isidoro recoge el cetro de Bizancio, salva el progreso del mundo antiguo y trata de fundar un mundo nuevo sobre las firmes bases evangélicas.

La doctrina isidoriana inspira los cánones toledanos y estos se incorporan a la legislación. Al final de la monarquía visigoda se puede hablar mas que de un Derecho romano cristiano de un Derecho cristiano romano.

Este Derecho cristiano romano florece durante la Reconquista, pero el renacimiento del Derecho romano clásico cambia el contenido, la razón escrita se opone a veces a la razón divina, a la equidad, y el desarrollo jurídico sigue otro rumbo muy distinto al de la pauta isidoriana.

Numerosos ejemplos pueden comprobarlo, lo mismo en el Derecho político que en el penal o el civil. Así ocurre con el concepto de Rey. En siglos y siglos la idea de la Realeza va unida a la de la divinidad, todavía en Francia Luis XIV acude un día al año a la Galería del Louvre para imponer sus manos a los enfermos que confían en el milagroso don curativo del soberano. En España, desde los visigodos, el Rey no es un ser divino, infalible, incapaz de errar, el Rey es un ser humano, es un hombre, capaz de errores, y por esto se le puede discutir y hacer las oportunas advertencias. El cánon quinto del quinto Concilio de Toledo permite al súbdito denunciar al Rey siempre que lo haga sin saña ni soberbia. El cánon pasa al *Liber iudiciorum* y cuando lo recoge el *Fuero Real* los juristas teólogos lo concretan en la ley 1.ª, título 2.º del livro 1.º en la siguiente forma: «...si alguno fuese agraviado por el Rey dígaselo en su poridad; si el Rey no lo escuchara dígaselo ante dos hombres de la Corte; sí aún así el Rey persistiera entoces puede acusar al Rey en juicio, publicamente, como corresponde a Derecho».

No es necessario ser muy versado en la *Escritura* para descubrir que nuestra ley está calcada en un texto de San Mateo, en el v. 15 del capit. XVIII que dice: «Si tu hermano pecare contra tí, ve, y corrigele entre tí y él solo... Si no te escucha ve con dos o tres testigos para que por boca de dos o tres testigos conste toda palabra. Y si áun así no te oye dilo a la Iglesia.»

El Rey para los autores del *Fuero Real* es un hermano y precisamente el procedimiento que ellos imponen para corregirle es el que invoca pocos años antes del *Fuero Real* el Papa Inocencio III cuando se dirige al Rey de Francia.

El renacimiento del Derecho romano borra los limites del poder real,

la voluntad del Principe es ley y el absolutismo se corona con el predominio de la influencia francesa.

En el Derecho privado a cada paso encontramos un fundamento de nuestro aserto. Bastenos mencionar la patria potestad. Los dos problemas esenciales que plantea, el concepto y el ejercicio, se resuelven de distinto modo según sea el criterio imperante. En el Derecho cristiano la *patria potestas* se convierte en la *paterna pietas*, es una suma de obligaciones y deberes de los padres hacia los hijos y el vínculo filial se fija principalmente en el amor.

La recepción romanista modifica totalmente este concepto, la patria potestad es un derecho absoluto del padre sobre el hijo, por la ley 8.ª del título 17 de la cuarta *Partida* el padre no solo puede vender o empeñar los hijos sino comerselos. Antes de la entrega de un castillo por hambre la ley permite al padre la antropofagia, derecho que le niega a la madre.

En el ejercicio de la patria potestad también la desigualdad es patente. San Pablo no hace de la esposa una esclava, el Cristianismo eleva a la mujer y con el sacramento del matrimonio hace de dos personas una con un solo patrimonio y una sola voluntad. Respondiendo a esta idea surge en nuestra legislación foral la patria potestad conjunta, la voluntad de la madre se funde con la del padre. El Profesor Merêa, clarividente siempre, proclamó el origen cristiano de esta institución, pero las *Partidas* hicieron caso omiso de ella, el principio romano triunfa y se incrusta en nuestras leyes.

Por un fenomeno dificil de explicar el romanismo encuentra apoyo en gran parte del clero y el Derecho peninsular tradicional cristiano falto de defensores que lo protejan se va obscureciendo y salvo en las admirables *Leyes de Indias* llega a olvidarse en las normas positivas.

En el terreno doctrinal ya no es lo mismo. El absolutismo prende con fuerza porque el campo estaba abonado por elementos árabes y judíos, se escucha a Maquiavelo como a un oráculo, pero los teólogos de Salamanca y Coimbra siguen la sana doctrina isidoriana que Santo Tomás había reforzado, por algo Dante los coloca juntos en el Paraiso. En vano Bossuet quiere halagar al Rey y trata de darle desde el púlpito a su poder absoluto una base cristiana, sus ideas están tomadas de los Hebreos y de Hobbes, habla de la *Escritura* pero no es del *Nuevo Testamento* sino del *Viejo* (un jesuíta ilustre, el P. Izaga, lo ha expuesto brillantemente en los Estudios de Deusto el año 1956) ; Fenelón, el desterrado Arzobispo de Cambrai estaba en lo cierto al combatir al sublime orador, sigue las huellas

del P. Vitoria y del P. Suarez, los maestros insignes que hoy el mundo venera.

A nuestro juicio el lazo de unión entre la cultura visigótica y la cultura de la Reconquista está en Braga, a Braga le debemos principalmente ese Derecho peninsular cristiano.

No hay duda alguna que en el siglo IX en Oviedo resplandece una cultura singular, las iglesias ramirenses que se conservan; las pinturas de San Julián de los Prados; la orfebrería de la Cruz de los Angeles; y la ciencia del Beato de Liebana son testimonios del mas alto valor.

De dónde procede esta cultura?

No fueron peregrinos de Santiago los que la trajeron. No pudo tampoco ser traída por monjes cluniacenses.

Mayer y Porter confiesan honradamente que su origen y desarrollo está muy confuso.

Se ha buceado en los bordes del lago de Constanza; en Francia; y en Italia; para ver las raices de esta cultura, en cambio se ha negado toda supervivencia toledana en España después de la invasión árabe, hasta el *cursus rhythmicus* lo creen perdido. Mientras se admite que Niederaltai y Aquisgran se deben a San Isidoro, que Pirmino y Alcuino se declaran discípulos del Obispo hispalense, solo se ve en España, después de la victoria musulmana, un montón de escombros, o un desierto, sumido en la sombra.

¿Y el milagro de Oviedo? Las crónicas cuentan que Alfonso II levantó templos soberbios y mansiones suntuosas, que en su reinado se fabricaron joyas que hoy todavía maravillan al mundo, y que sus embajadores asombraban por su lujo a los magnates de la Corte de Carlomagno. En el *Albeldense* se lee; que Alfonso II quiso «que fuera Oviedo lo que Toledo fuera» y que restableció las leyes góticas tanto en la Iglesia como en Palacio.

La personalidad del Rey Casto tiene importancia, su formación puede resolver la incógnita y enseñarnos la senda. Sabemos que el joven principe se había educado en Galicia a orillas del Sar como se han de educar despues también en Galicia los principes cristianos casi hasta la baja Edad Media.

El lugar escogido para educar al Principe fué indiscutiblemente un monasterio, la ciencia y el arte se refugian en los claustros conventuales y es seguro que los monasterios gallegos gozaban en el siglo VIII de gran prestigio científico aún antes del descubrimiento de la tumba del Apóstol Santiago, porque a sus puertas llaman los monarcas para educar a sus hijos.

Y esta ciencia de Galicia es muy probable que proceda de Braga. En todo el Noroeste de la Península no hay en los siglos VII y VIII una ciudad comparable a Braga. La excelsa *Bracara Augusta* de los Romanos, será un día la capital del Reino Suevo y Metropolitana sublime. La ciudad en la Antigüedad, en la Edad Media y hoy, no es simplemente un mercado, es un centro civilizador. De *Bracara Augusta* salían cinco grandes caminos militares que la comunicaban con toda la región, su valor estratégico era grande pero acaso mas grande fué su valor cultural.

Cuando las murallas de Braga cayeron en poder de los árabes el espíritu bracarense no murió, revive en Galicia y seguramente parte de los manuscritos, de la riqueza de las bibliotecas de la vieja ciudad, encontró cobijo en las orillas del Sar.

De aquí todo el interés del posible parentesco de la iglesia de San Fructuoso con el románico astur. Quizá parezca un sueño la cadena que trato de formar, pero los eslabones son sólidos y las autoridades que me acompañan dignas de consideración. En San Miguel de Lillo está el secreto de la bóveda sobre arcos de la mezquita de Cordoba y en la mezquita de Cordoba el secreto de las catedrales góticas.

¿Tendremos en Braga los cimientos de esas torres que en el corazón de Europa parecen elevar una plegaria por el ideal europeo?...

Lo que podemos afirmar los juristas es que en Braga están los cimientos que pueden hacer realizable y frúctifero ese ideal. Braga conoció y propagó la cultura isidoriana y aquella tradición doctrinal fué la base del engrandecimiento de Portugal y España.

A ella hay que volver. Frente a los efectos naturales del mundo moderno que reclama al Estado la felicidad en la tierra y pretende rehabilitar la carne, no cabe otro medio de salvación que volver humildemente al Derecho cristiano.

A baixa Idade Média Portuguesa no livro dos privilégios dos cidadãos de Braga

Por José Baptista Barreiros

Jurisdição temporal e espiritual de Braga. A solicitação de privilégios, pelos procuradores da Câmara de Braga, a Filipe II de Espanha e a concessão dos de Coimbra nas Cortes de 1581, significa que a Idade Média, no que respeita a certos procedimentos das duas primeiras classes da população portuguesa, continua muito para além do limite convencional que a separa da Idade Moderna. Menção e análise dos privilégios.

La fundamentacion del poder de los obispos medievales como «principes terrae»

Por Juan Beneyto

Dentro del mundo en el cual aparece, la Iglesia de Cristo se hubo de ofrecer como singular figura adunadora. Los seguidores de los Apóstoles, difusores del Evangelio, se vinculaban entre de tal manera que constituian prontamente una comunidad.

En las puertas de nuestra Edad Media la Iglesia mostraba a los «hispani» recien convertidos, como comunidad de fieles frente a los visigodos. Generalmente se habla de los Concilios de Toledo para expresar la accion de la Iglesia. Mas que ahí, donde se revela el peso asociativo y exhortativo de su actividad es en la participacion de los obispos para fijar las cuotas fiscales, participacion codificada en un canon del III Concilio y documentada por la conocida epístola «de fisco barcinonense» (1).

La Iglesia reune y asocia a los cristianos. La asamblea de los fieles encuentra fácil la constitucion de estructuras formales, tales como la de los «seniores laici», representantes de la comunidad y a lo que parece deducible de la frase «electis fidelis», designados por el pueblo, ocupando una posicion media entre el presbiterado y la masa fiel. La intervencion de las comunidades cristianas de Mérida y de Leon-Astorga que se dirigen a Roma y consultan a Cartago, en la famosa carta a San Cipriano, con ocasion de la situacion confusa de sus obispos, subraya esa tendencia. Las ciudades, donde principalmente se forman las «fraternitates» cristianas, se convierten en centros de poder de los obispos. La Crónica de Alfonso X el Sabio manifiesta esta continuidad de la ciudad antigua en la sede episcopal medieval, al enfrentar la villa con la ciudad de obispo. Como hube de señanar hace ya muchos años, la administracion no era

(1) Beneyto, *Historia de la Administracion española e hispanoamericana*, Madrid, 1959, p. 118.

capaz de vivificar las viejas urbes; solamente las diócesis daban vigor a las capitalidades, singularmente en gracia a la virtud de la sedentariedad a la que por disciplina eclesiástica estaban obligados los obispos (2).

Por otra parte importa valorar la significacion de la repoblacion monástica, que consigue extraordinario impulso en las zonas galaico--leonesas, portuguesas y catalanas. A la importancia de la catedral y de la parroquia en la vida de las ciudades corresponderían el relieve del monasterio y aun de la ermita en la vida rural. Puyol subrayaba el hecho de que en derredor de un monasterio se juntasen gentes dispuestas a trabajar bajo la proteccion del patrono de la iglesia y la ayuda del convento mismo. Son los casos de Sahagun, de Eslonza o de Escalada, casas de oracion convertidas en poblaciones (3). En otro nivel, San Roman de Dondisla y San Vicente de Oviedo reflejan el mismo fenómeno. En el Ampurdán, en Urgel, en Vich, en Besalú o en Barcelona andan en análogo quehacer los benedictinos. Los monasterios se organizan como las granjas romanas y dan origen a nucleos de convivencia, como lo dieron las «villa» de los poderosos (4).

Asi, de una o de otra manera la Iglesia centra la vida de la comunidad. Pivano escribió expresivamente que los obispos devienen condes, al adquirir como tales obispos ciertos poderes de tipo civil; mas tambien por consecuencia de la intromision de los monarcas en las elecciones episcopales. De esta forma encontramos dos corrientes distintas que conducen al mismo resultado. Mochi Onory advirtió que el obispo no solo es cabeza de la organizacion eclesiástica sino que para su pueblo es casi una autoridad civil que ejerce poderes no-eclesiásticos, en funcion oficiosa y benévola, por concesion o por atraccion (5).

Entre nosotros el tema del señorio temporal de los obispos fué visto por Perez Villamil como muy diferente de los otros «históricamente considerado» (6), sorprendiendo su orígen en los últimos dias de la Edad Anti-

---

(2) Beneyto, *Einige Bemerkungen ueber Stadt und Kirche in Spanien waehrend des Mittelalters*, «referat» en el Seminario de U. Stutz, resumido en *Iglesia medieval y Derecho público medieval*, «Rev. gen. de leg. y jur.», 1933, n.° 165.

(3) Puyol, *Orígenes del reino de Leon y de sus instituciones políticas*, Madrid, 1923.

(4) Hinojosa, *El régimen señorial y la cuestion agraria en Cataluña durante la Edad Media*, Madrid, 1905.

(5) Pivano, *Lineamenti storici della cavalleria medievale*, Mochi Onory, *Vescovi e città*.

(6) M. Perez Villamil, *El señorío temporal de los obispos de España*, «Bol. de la R. Acadd. de la Hist.», 1916, n.° 68, p. 364.

gua y sin filiacion ninguna germánica, por cuando relacionado — tal como hemos indicado — con la descomposicion y la ruina de la sociedad romana. Bien que Perez Villamil dejaba de lado un aspecto que a nosotros nos parece fundamental: esa jefatura natural que el jefe religioso asume cuando los cristianos forma una verdadera «fraternitas».

El señorío episcopal se levanta sobre las ciudades como el señorío abacial sobre los campos. Incluso se puede tomar como punto de calificacion, aquella observacion de Perez Villamil sobre el caracter territorial d e los abadengos y el jurisdiccional del «episcopaticum» (7). Mientras del abadengo no faltan tradicionales enfoques, del señorío episcopal aún carecemos de una «communis opinio». El abadengo ha sido visto como posesion, manera de tener la propiedad; el «episcopaticum» solamente se considera patrimonialmente en ejemplos merecedores de nuevo estudio (8). Ya Perez Villamil subrayaba el número y la accion de tales señoríos: dos tercios de las sedes episcopales españolas se impusieron jurisdiccionalmente.

En mi reciente *Historia de la Administracion* he tratado de introducir en un cuadro sistemático este tema del señorío eclesiástico, y me he permitido preguntar si las demarcaciones administrativas de la Alta Edad Media son condados cuando está a su frente un conde y mandaciones cuando tienen a un obispo (9). Por ahi resultaría que el poder del obispo sobre la ciudad trascendería al distrito. Julieta Guallart ha pensado que ante la frecuencia con que durante el siglo X se encuentran colocados obispos al frente de mandaciones, ésta designacion implicaría un refuerzo de los poderes de la «civitas» — equiparada a la ciudad con obispo — sobre su territorio (10). La hipótesis que me he permitido proponer es la de la posible contraposicion «commitatus» — «episcopaticus», que acaso donde mejor podría construirse es en la zona gallegoleonesa.

A mi modo de ver, tal estructura episcopálica se puede advertir en la época de Afonso IX sobre los documentos que subrayan el papel del obispo en toda aquella zona. En Lugo derribados los cotos del obispo

---

(7) *O. c.*, p. 367.

(8) Cf. p. e. A. Lopez Pelaez, *El señorío temporal de los obispos de Lugo*, Coruña, 1897; J. Loperraez, *Descripcion histórica del obispado de Osma*, Madrid, 1788; A. Lopez Ferreiro, *Historia de la Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago, 1898-1906.

(9) Beneyto, *Historia de la Administracion*, cit., p. 172-173.

(10) J. Guallart, *Obispos al frente de mandaciones leonesas*, «Cuad de hist. de Esp.», 19, 1953.

tuvo el rey que hacerlos levantar; en Santiago, tocaba al prelado hasta la acuñacion de la áurea moneda; en Mondoñedo, y en Orense hay actuaciones semejantes. Zamora y Palencia son demarcaciones privilegiadas bajo esta jefatura episcopal. Tales situaciones se muestran vigentes durante largos siglos. Fernando IV ordena al Concejo de Lugo en 1295 que se entregue la villa al obispo: «que le obedezcades e consintades señorío». Aquí parece clara la actuacion condal del jefe de la iglesia: «que tengo que ningun non guardará millor o meu senhorio e o que for meu servicio» (11).

Las concesiones regias la comunidad concejil de Santiago no modifican la sumision al gobierno del obispo, pues no dejan de depender de él los «villicos» y los «iudices» (12). De Palencia cuenta Carande que el señorío episcopal no tenía otros límites sino aquellos derechos que conservaban los reyes (13).

La interferencia municipal surge tan solo en cuanto colabora a los intereses de la Corona. Si el obispo Don Raimundo pudo dar fuero a Palencia en 1181, dos decretos reiteran — en 1287 y 1392 — que nunca fué intencion de la Corona que los obispos tuviesen las alzadas, ni el poder de establecer alcaldes de hermandad... Se vé, pues, que el señorío eclesiático tiene una típica «iussione», la «iussio comitis». El papel concejil está sintonizado con las tésis régias: el concejo ha de hacer homenaje al obispo como a señor... pero no será el suyo un señorío territorial sino jurisdiccional. Las llaves quedarán en las manos de los jurados, porque sin ellas — expone el concejo al príncipe — «non podríamos fazer homénaje nin guardar la villa para vos» (14).

La presencia de eclesiásticos en las curias plenas leonesas — dice Nilda Gugliermi — obedecía a intereses ajenos a su ministerio (15). Se advierte, en efecto que muchos obispos eran señores territoriales, y aun alugnos con cotos muy extensos, y en tal calidad estaban ligados al rey como vasallos y acudían a la curia atraidos por tal vínculo. Es muy posible que este esquema territorial influyese en la configuracion de los mas puros

(11) António Benavides, *Memorias de Don Fernando IV de Castilla*, Madrid, 1860.

(12) T. de Souza Soares, *Dois casos de constituição urbana: Santiago e Coimbra*, Coimbra, 1951.

(13) R. Carande, *El obispo, el concejo y los regidores de Palencia*, «Rev. del Arch., Bibl. y Museo Munic.», Madrid 9, 1932.

(14) Garande, *l. c.*, pp. 253-354.

(15) Nilda Gugliermi, *La curia regia*, «Cuad. de hist. de Esp.», 28, 1958, p. 58.

ejemplos jurisdiccionales. Con el se explicarían actitudes y conductas como la del obispo de Lugo en 1345, cuando Alfonso XI tiene que condenarlo por las dos muertes hechas en el palacio episcopal sobre persona recibida en salvo, tras la discusion con el concejo ante el tribunal del Rey ([16]). En todo caso las circunstancias del siglo XIV, de cara a la forja de una administracion pública como tarea de la realeza, son muy distintas de las del siglo X. Asi pues, volviendo al tema de la presencia de obispos en la curia, cabe explicarla dentro de la distincion que revelan las fórmulas sabidas: «bonorum hominum consilio-pontificum, militum, burguensium». Se trata, sin duda, de los eclesiásticos, los nobles y los ciudadanos. Nilda Gugliermi propone que tales eclesiásticos puedan haber sido llamados a la curia como «principes terrae», ya que su designacion sería obra del rey sobrevalorando en a linea de Pivono la «incitatio» electoral. Creo que esta intervencion refleja menos el sentido representativo de la prelacía que la vinculacion del obispo con la ciudad o con el distrito de la ciudad. Durante el siglo X y aun en el XI, los reyes se suelen obligar a aceptar los obispos elegidos por los cabildos y por los fieles. Buen ejemplo la promesa que recoje el Cartulario de Roda (1076): «in rotense sede deinceps ponere episcopum quen canonici illius ecclesie elegerit canonice et populus elegerint autentice» ([17]).

Aun siendo decisiva la «incitatio» para la designacion episcopal, considero que no tiene trascendencia en aquellos primeros tiempos. Mas bien lo que descuella es le vinculacion de los obispos con la «fraternitas» de los fieles, y en ese sentido el monarca reconoce su poder, ratificándo-lo al señalar en cada obispo un «princeps terrae», del mismo modo que acepta el coto de un noble que domina de hecho un territorio. Tal mecanismo se encuentra documentado en Francia, donde los obispos asumen una regia delegacion ([18]). Es probable que tambien en nuestra Península, especialmente en las zonas galaicoleonesa y catalana surgiese el poder de los obispos sobre los distritos urbanos ligados a una iglesia importante, dentro de ese mismo esquema d eatribuirlos una vicaría o delegacion de cuanto se venía entregado al poder de los jefes de las demarcaciones. Por eso a medida que el Derecho romano renaciente a que va rescatando competen-

([16]) Perez Villamil, *l. c.*

([17]) Cartulario de Roda, cap. XVIII: De electione episcoporum.

([18]) P. Feudière, *Essai sur l'evolution territoriale des principautés françaises*, «Moyen Âge», 1952. Tambien en la zona de Lieja, J. Léjeune, *Les notions de patrie et d'episcopatus dans la diocèse et pays de Liège au XIème et au XIVème siècles*, en sus *Problèmes ligeois d'Histoire médievale*, Lovaina, 1954.

cias afecta el poder regio lo que se atribuía a los emperadores: y ante todo la jurisdiccion de mas elevado rango; la alzada que se niega al obispo de Palencia en dos ocasiones, en los postreros años de los siglos XIII y XIV.

En este último periodo los reyes vigilan toda fórmula que pueda levantar otra fuerza frente a la suya. Si los obispos rigieron distritos como señores, ya no se les deja gobernar adelantamientos, como en tiempo de Fernando III, cuando surgió la atribucion a la mitra toledana del entero distrito de Cazorla ([19]). El proceso mismo de la adscripcion de las Órdenes Militares a la Corona, revela la conciencia del poder político — del Estado que configurará la Edad Moderna — en la Realeza española de las últimas centurias medievales ([20]). Incluso se puede advertir el temor de que los lugares regidos por obispos y por abades puedan ser encomendados a seglares menos vinculados al poder del príncipe, tal como se señala en el Ordenamiento de Alcalá y sobre todo en las Cortes de Juan I en Guadalajara.

Me parece que estamos ante una cuestion que no ha de tardar en ser iluminada por un mayor caudal de informaciones y documentos ([21]). Pero como una de las cosas que mas pesan en la configuracion de nuestras instituciones eclesiásticas es el cuadro administrativo en el que se desarrollan y del cual a menudo es dificil abstraerlas, no creo que esté fuera de lugar, en esta ocasion y ante tal reunion de historiadores, que subrayemos los aspectos sociales, que con tanta frecuencia se olvidam: el poder de los obispos como «principes terrae» no derivaria tanto de su enlace con la realeza como de la vinculacion que la Iglesia estabeleció, desde su origen, con el pueblo mismo.

([19]) Manuel y Rodriguez, *Memorias para la vida del santo rey Don Fernando*, Madrid, 1800, cap. 31.

([20]) Beneyto, *Historia de la Administracion*, p. 355.

([21]) Recientemente se han publicado: Martin Duque, *Notas sobre el dominio de los obispos de Tortosa en Alquezar*, «Est. de Edad Media de la C. de Aragon», 1956; J. Rodriguez, *El señorío eclesiástico de Valmadrigal*, «Arch. leoneses», 1955; J. Goñi Gaztambide, *Los obispos de Pamplona en el siglo XIII*, «Principe de Viana», 1957.

A mulher na lírica medieval galego-portuguesa

Por Xose Maria Alvarez Blazquez

A consideración da muller na sociedade literaria e artística medieval galego-portuguesa presenta, en síntese, dúas vertentes, senón opostas, fondamente desemellantes. Na unha, a muller alcanza a suma da idealización, manifestada en espresións de un lirismo desaforado, que coloca á dona no posto de «señor» e ao poeta no de un servo, con toda a gama espritoal, xurídica e xerárquica — aínda que máis non seña no finxido campo do mundo poético — que se derivaría de una real «devotio» feudal.

Na outra vertente do noso lirismo medieval, aparez a muller coma privada da máis elemental nota de espritoalidade e, cásique diríamos, de categoría humán. A iste ínfimo escalón descéndese por unha grada intermedia, non difícil de prescudar: a «amiga». Trátase, naquil derradeiro escalón, da soldadeira ou xograresa, motivo adoitado de chacota no Cancioeiro de Bulras, simpre e sinxela femia, pra quen son todas as espresións chocalleiras e toda cruda falla de consideración.

De tal xeito, os tres grandes xéneros da poesía medieval galego-portuguesa, exemprifican tres tipos de muller, no orde e consideración social: a «señor», muller de outo rango, no Cancioneiro de Amor; a «amiga», tenra criatura da sensitiva mesocracia vilega, no Cancioeiro de Amigo; e a «soldadeira», femia de vida arxilada, branco de todo firente maldicer, no Cancioeiro de Bulras.

Apenas tentamos nista nota presentar un rápido paralelo antre a «señor» e a soldadeira, por facer máis vigoroso o contraste — e non por iso menos verdadeiro — da estimativa varonil da muller naquil mundo poético medieval, que por forza non podía ser alleo ás fortes tintas que

dominan no cadro xeral do férreo Medioevo. Pra o presente trabalho termaremos adoito de dous estudos nosos, dos cales aquíl ven ser coma un armonizado resume (1). Pordoarásenos, pois, o frecoente entrecomillado.

«Léndo aos troveiros galegos — decíamos, e, craro está, que léndo tamén aos portugueses — solpréndenos amiúdo unha graciosa e aparente irregularidade gramatical, na que incurren todos eles, ao chamar «señor», en masculino, á dona dos seus amores. Non teño topado espricación plausibre pra iste singular fenómeno, ou, o que é máis xusto, non sei de ninguén que se teña detido a estudar o por qué de tal anomalía. Cando máis, nos glosarios de testos e antoloxías dásenos a súa versión por «señora», ou acaso indícasenos que os adxetivos de unha soia terminación eran *de uso corrente*»... «A reiteración do feito e a súa singularidade chamam a atención, especialmentes tendo en conta que xamáis ollamos nos Cancioneiros que unha dona seña tidoada «don», «amigo», «doncel», ou cousa semellante. E, en troques, a forma femenina «señora» era empregada igoalmente polos primitivos troveiros, se ben de xeito menos adoitado».

En grave erro incurríu, pois, o erudito Marqués de Valmar ao combater e refusar a, certamente, trabucada versión de Mondéjar dunha estrofa do Rei Sabio, decindo: «Nace probablemente el error de Mondéjar de que ignoraba que el vocablo «sennor» y otros semejantes no tenían femenino, sinó muy raras veces, en el idioma galaico-portugués. Cree, sin duda, que *Sennor esperital* es Dios, y no repara en que el artículo es femenino, *a* (la)» (2).

Os «outros vocabros semellantes» a *señor* redúcense á verba *pastor*, por *pastora*, que Valmar tamén cita, e cuio paralelismo semântico ca primeira temos acrarado nós no estudo que vimos seguindo, pois ben afirma Menéndez Pidal que «en la poesía gallegoportuguesa, la pastora jamás es mirada como una mujer inferior, sino que es más bien una dama disfrazada» (3). Non se trata, polo tanto, de que a palabra «señor» careza de femenino na nosa fala medieval, pois o tiña, e ben definido; trátase de que «señor» está escrito en senso masculino, conscente e intencioadamente polos troveiros.

---

(1) JOSÉ M.ª ÁLVAREZ BLÁZQUEZ, «Sobre la voz «señor» en los trovadores. (Concepto del «amor servil»)» — *Cuad de Ests. Galls.*, fasc. XV, 1950; pp. 87-105. — Ibidem, «Pedro Amigo de Sevilla y Pero de Ambroa. (Interpretación de una amistad)». Ibidem, fasc. XXXI, 1955; pp. 159-193.

(2) MARQUÉS DE VALMAR, «Estudio histórico, crítico y filológico sobre las Cantigas del Rey Don Alfonso el Sabio». — Madrid, 1897; p. 20.

(3) RAMÓn MENÉNDEZ PIDAL, «La primitiva poesía lírica española», traballo incruso no libro «Estudios literarios». — Bs. Aires, 1944; p. 217.

«A poesía amorosa trovadoresca é, en esenza, a espresión de un vasalaxe, dunha rendida preitesía e sumisión á muller, idealizada i enlevada deica o estremo, a cuios arroutos e domiño soméstese de grado o poeta. De tal xeito, o amor toma un senso de domiñación que, sin eisaxero, poderemos chamar feudal; a iste senso totalitario, pechado e férreo, temos de atribuir, pois, o ditado de «señor» con que o poeta namorado alude á dona dos seus amores. A tal señor serve o poeta, i en servirlle está o seu meirande gozo, aínda que sofra desvíos, aldraxes, ingratitudes i esquencimentos, xa que na súa adoración, levada diste xeito aos estremos do servil, non caben máis que homildanza e obedenza. Cicáis o troveiro morra laiando as súas coitas, pro, aínda morrendo, serve ao seu señor; «servir» é pra íl sinónimo de amar. O poeta medieval leva a súa adoración pola muller ao estremo de se converter, por propia vontade, en escravo dela, e pra que non fique dúbida da patente sumisión, os troveiros provenzaes, ao invocar á amada, fánno en termos de feudal servizo, chamándoa *midons* = *mi dominus* = *meu señor*» (1). Ou, digámo-lo na forma galaico-portuguesa, *mia señor*.

A maior abundamento, tampouco os troveiros lusitanos e galegos desconecían a fórmula de vasalaxe empregada polos provenzaes, tal coma o anónimo de *Cancioeiro de Ajuda*, cando dí:

«Dicer vos quero unha ren,
señor que sempre ben quixe:
Or sachaz veroyamen
que ie soy votre home-lige».

O non ter calado a fondo no verdadeiro valor da verba «señor» que nós vimos denunciando, levóu ao erudito Teóphilo Braga á seguinte estrana espricación: «Em Portugal não houve o feudalismo puro, e portanto a designação de *home-lige* caracterisa uma instituçâo franka: o trovador portuguez que usava esta palavra como galantería estava por certo lembrando dos novos usos formulados nos *Assentos de Jerusalem*, praticados na côrte de S. Luiz. A comparação da fidelidade do amante ó do *home-lige* aparece uma vez em um trovador que viveu na Normandía, no norte da França, Bernard de Ventadour: «Oh cara dama, eu son e serei sempre vosso escravo, posto ao vosso mando; eu sou o vosso servo e vosso *home-lige*». Esta palavra acusa uma impresão local» (1 bis).

---

(1) A. BLAZQUEZ, «Sobre la voz «señor»...

(1 bis) T. BRAGA, «Prólogo» á ed. do C. da Vaticana, p. XLI.

Tornaremos logo aos antecedentes históricos do fenómeno, pra comprobar xa que o emprego do artigo femenino que apunta Valmar non é impeitizo algún pra tal interpretación, sinón, máis ben, il nos axuda a comprender coma o poeta, ao termar da forma masculina, non leixa de pensar que se dirixe a unha muller. O único que acontez é que outorga a isa muller un tíduo señorial de varón, coma quen dixera «mia Rei». Nisto, tamén, a poesía amorosa do noso medievo rende parias á provenzal, mália a opinión contraria do mestre Ménéndez Pidal, ao aseverar que os nosos poetas, moito máis popularizantes que os da Provenza, non coneceron a forma equivalente a «midons». O curioso do caso é que o sabio español, que descobríu os matices do amor feudal na poesía arábigo-andaluza, non chegóu a sospeitalos na galego-portuguesa, negándoos, por contra, redondamente: «Esta concepción del amor sumiso lleva a la obediencia en los poetas andaluces. A principios del siglo XI había escrito Aben Zaidún: «Si tú cargas mi corazón con lo insoportable para otros corazones, yo lo soportaré; sé altiva, yo sufriré; sé orgullosa, yo me humillaré; manda, yo obedeceré»; y la sentencia árabe recogida en la *Disciplina clericalis* con sentido religioso, dice *qui amat obedit*. Igualmente Guillermo de Aquitania usa el participo *obediens* como sinónimo de «amador o enamorado» y califica de *obediensa* la actitud general del enamorado (canciones 11.ª y 7.ª). Otros trovadores usan la expresiones «obedecer al amor» y «servir al amor», asimilando el servicio de la señora al servicio feudal del vasallaje, cosa que mucho antes se halla en la literatura árabe. En Oriente, en la corte de Harún Ar-Raxid, el poeta Al-Abbas ben Al Ahnaf (muerto hacia 806) comparaba ya el amor al servicio militar. En Aben Házam, el amante es servidor de su amada, a la cual llama *sayyidi*, «mi señor», o *mawláya*, «mi dueño», en masculino, no en femenino, según el hábito corriente en la poesía árabe de usar el masculino para designar el ser amado, la mujer amada, expresiones que es imposible no relacionar con el masculino *midons*, usado por los trovadores en vez de *madomna*» (5).

O trecho é tan elucidatorio, no tocante á tese do amor servil, que tamén resulta estrano non se teña aínda reitificado o confuso e insuficiente termo de «amor cortés», cuio valor semántico está moi lonxe de manifestar a gama vivencial diste tipo de amor servil. E máis estrano é aínda que o propio Menéndez Pidal, tan sagaz e penetrante sempre, ao facer comparanza da lírica árabe e da galego-portuguesa, negue a ista

(5) R. MENENDEZ PIDAL, «Poesía áraze y poesía europea». — Bs. Aires, 1943; pp. 52-53.

o matiz que vimos denunciando: «Los tres grandes cancioneros galaico--portugueses (en que colaboran muchos autores castellanos de nacimiento) nos ofrecen una poesía bastante más tardía que la provenzal, muy influída por ésta. Y como la lírica provenzal sólo muestra semejanza con la andaluza en la primera generación de sus trovadores, no puede extrañarnos que esas semejanzas falten en la poesía galaico-lusitana: no encontramos en ella rastros de las figuras secundarias de cizañeros y enojosos; para nada aparecen el celoso y el guardador; nada de *midons*...» ([5] bis).

Certamente, nin Valmar, nin Teóphilo Braga, nin Menéndez Pidal puxeron coidado especial, polo que se ve, en estudar o probrema co lecer que merescía e, cicáis xulgando que o fonema «señor» tiña valor epiceno, deron por sentado que o noso *corpus* trovadoresco non recollía, con cabal paralelo, a forma servil amorosa, tan patente entre árabes e provenzaes, e que o derradeiro dos investigadores citados considera orixinaria do lirismo arábigo-andaluz. Resulta pouco doado comprender coma autores tan asisados non se decataron do idéntico valor poético da espresión árabe *sayyidi*, a provenzal *midons* e a galego-portuguesa *mia señor*. Pois, en todo caso abondaba, aínda prescindindo da mera espresión formal, considerar o esprito parello dos respeitivos cancioeiros amorosos. Chegados a iste punto, aínda é lícito pescudar agora, despois do descobrimento das «jaryas» mozárabes, cal poda ser, en definitiva, o verdadeiro orixe do conceito feudal do amor e a súa espresión servil.

Algúns exempros, de antre os moitos que se poideran recoller, convirá aducir, pra millor calar no cerne do valor semántico da verba «señor». Facendo escarño de aquiles que non son merecentes de tan outo señorío, dí Xohán Soares Coelho que Xohán García gábase en falso de trovar outas donas, polo que o meiriño asañáuse e agora fará

«que non trove quen trovar non deber
por ricas donas nen por infançoas»,

engadindo logo:

«e o coteife que for trovador
trove, mais chame á cofeifa *señor*,
e andarán os preitos con dereito.

E o vilao que trovar souber
que trove e chame *señor* sa moller,
e haberá cada un o seu dereito»
(C. V., 1024)

([5] bis) Op. cit., páx. 62.

Nunha curiosa tensón que, encol do amor, sosteñen Bernal de Bonaval e Abril Pérez — uns dos máis antergos troveiros galegos — xe se prantea en termos nítidos a custión:

«— Abril Pérez, os ollos enganar
fan homen das cousas que gran ben quer,
así fecéronvos, a meu cuidar,
e por ser así como eu diser,
se vós vistes algunha dona tal
tan fremosa e que tan muito val,
mía señor é, ca non outro moller.

«— Don Bernaldo, quérovos consellar
ben, e crédeme én se vos prouguer
que non digades que ides amar
boa dona, ca non vos é mester
de dicerdes de boa dona mal,
ca ben sabemos, don Bernaldo, qual
señor sol sempre a servir segrel».
(C. V., 663)

O Almirante Paio Gómes Chariño sitúanos rente a peza clave do asunto, manifestando con nídia craridade que o nome «señor» ten valor adxetivo e vai moito máis aló que o sinxelo «señora», raramente empregado polos troveiros do Cancioeiro de Amor:

«A dona que home *señor* debía
con dereito chamar, per boa fe,
meus amigos, diréivos eu qual é:
unha dona que eu vi noutro día,
e non lle ouséi máis de tanto dicer.
Mais quen a vise e podese entender
todo seu ben, *señor* a chamaría!
Ca *señor* é de muito bem...»
(C. V.395 = C. A. 246)

O troveiro ven decir nista cantiga que non a toda muller cabería o *dereito* de ser nomeada «señor», agás a ista soia, que il ama;

«e se morrer por ela, gran dereito é»,

angade, con total conscenza dos imperativos a que o arrasta o seu amor servil.

Aínda Bernal de Bonaval se nos mostra máis aberto:

«A dona que eu amo *e teño por señor*,
amostrádema, Deus, se vos en pracer for,
senón dádema morte!»
(C. V., 657)

Engadiremos, en fin, pra rematar iste ben elocoente exemprario, a primeira estrofa dunha cantiga de Xohán Ayras, o bo «burgués de Santiago», onde con trazos fortes delíñase aquil poderío feudal da amada, que é causa de pavor no namorado, o cal, non embargantes, a invita pra que ela se constitúia en xuiz e o xulgue coma señor:

«O voso amigo he de vós gran *pavor*,
ca sabe él que vos facen entender
que foi, amiga, de vós maldicer,
mais voso amigo diz ende o mellor:
que de quanto dise de vós e diz
vol-o xulgado así come señor,
ca diz que non quer í outro *xuíz*»
(C. V. 605 = C. B. N., 1015).

«É decir, pra acrarar definitivamente o esposto, que o poeta *ten por señor* á muller que ama; señor feudal, de quen il é vasalo. Diste xeito espricámonos xa por qué os troveiros endexamáis chaman señora a quen nono é pra eles, senón que é «señor», en todo o rigor arcaico da voce» (6).

Noutras dúas circunstanzas distintas ollamos a verba «señor» empregada nos Cancioneiros: cando, nas cantigas de amiga, a filla se dirixe á nai, ou cando o Rei Sabio adica as súas garimosas e devotas espresións á Virxe María. En ámbolos casos é ben evidente que se da un sentimento parello de vasalaxe e preitesía, asemade fomentado por un fondo amor e respeto, que abondan a xustificar a «devotio». A autoridade materna na Edade Media, cando o pai moraba fora do lar, xeralmente no «fosado», ten as notas esenciaes de un auténtico matriarcado. E no tocante á potestade diviña da Virxe Mara, semella ocioso subraiala.

«De hoxe máis quero eu trovar
pola señor honrada
en que Deus quis carne fillar
beneita et sagrada...»

(6) A. BLAZQUEZ, loc. cit.

É diste modo coma comenza Afonso X as súas «Cantigas de Santa María». Arreo o cancioeiro marial reincide no respetuoso tratamento da Virxe, Señor de quen, coma o Rei de Castela, protesta unha e outravolta querer viver e morrer no seu outo servizo.

Nas cantigas de amigo, a forma repìtese con certa asiduidade.

«Rogarvos quero eu, mía madre, mía señor...»
(Bernal de Bonaval, C. V., 732)

A filla acorre á nai pedíndolle consello e axuda, colocándose baixo a súa autoridade e proteición. Ela síntese tamén, coma se sentía o amante perto da súa amada, vasalo de un «señor».

No noso traballo encol da voce «señor» aducimos algúns exempros do uso da palabra «señora», apricada sempre a unha muller que non é a amada. Isto nos demostra que o nome tiña femenino, con semántica propia e ben definìda; incruso topamos nalgún caso o diminutivo «señorsiña». E logo comprobamos, ao paso do tempo, coma aquil primitivo conceito do señorío xurídico váise perdendo, ao estremo de que somentes por caso escepcioal aparez a voce nos Cancioeiros casteláns e portugueses dos séculos XIV a XV. A máis belida mostra da farragosa lírica contida no de García de Resende, esquence xa o tratamento feudal:

«Senhora, partem tam tristes
meus olhos por vós, meu ben,
que nunca tam tristes vistes
outros nenhuns por ninguén...»
(= J. Roiz de Castelo-Branco, C. de R., III, 134)

En troques, aparez xa una nova forma, eminentemente cortés: a forma «señoría», tan lonxe daquila inxénua sinceridade servil:

«Mas se a vosa señoría
non quer usar de mesura
. . . . . .
Se vosa mercé non cura
mía cuita, señora mía...»
(Pedro de Quiñones, C. de Gallardo, fol. 419-20)

«Vosa mercé», «señoría», «señora», veñen ser agora sinxelos tratamentos de cortesía e respeto, non tíduos de poderío e domiño, coma era nos devanceiros o termo «señor».

As nosas concrusións eran, e son, as seguintes: «A voce «señor»,

ao ser empregada polos troveiros galego-portugueses dos séculos XII e XIII e primeira mitade do XIV, referíndose a unha muller, ten todo o valor masculino da espresión, nun senso de dono absoluto, con xurisdición e domiño. É decir, que se non pode tomar coma sinónimo de «señora», porque «señor» é tíduo de xerarquía e non mero tratamento cortés».

«O conceito de «amor cortés», apricado a iste mesmo período da nosa lírica, debería ser sustituído polo de «amor servil». O «amor cortés» é un produito de evolución, nasce coa decadenza do cicro trovadoresco e tópase circonscrito aos Cancioeiros de Baena, Gallardo, Estúñiga, Castillo, Resende, etc.» (7).

Dende isa outura suprema, do enlevamento social da muller, baixamos agora á sima onde son consideradas e tratadas, con toda sorte de aldraxes, as soldadeiras e cantadeiras, ouxeto de cobizosos amores carnales. Dabondo conecemos os rasgos salintes daquil trato, do que partillaban os mesmos Reis. Non imos, pois, deliñar o cadro en trazos xeraes, senón presentar un exempro tipo: o de Dona María Pérez, alcuñada a Balteira, muller famosa pola súa beleza e pluraes artes femeninas.

Serán os propios troveiros os que nos leven da man, a traveso dista movida e maldicente crónica social, encol daquila muller cuios favores eran por todos tan cobizados, o que non impedía se defasogasen en arroutos de incontido malhumor, si ela llos refusaba.

1: Pero de Ambroa decrara que nalgún tempo fixo cantares de amor, coma todo home namorado, mais que xa se quer afastar diles, porque a muller que il sempre louvóu anda agora morrendo por un «escoler». Anque aposta non o dí, sabemos que iste crego era Pedro Amigo de Sevilla. Axiña a ollará probe e despreciada, pois todo canto ela gañóu en cas do Rei e canto o de Ambroa lle regalóu, ándallo a rapiñar o novo amante. (C. V., 1131).

2: Pedro Amigo dí que foi consultado pola Balteira, en ocasión en que a soldadeira iña facer longo viaxe; o troveiro pregúntalle qué pensa facer co seu escoler (isto é, o propio poeta), seu fillo e demáis compaña, ao se alonxar da terra. Despóis, pra poder deducir o agoiro, quer saber cantas veces a Balteira espirra ao se deitar, e ela lle responde: «Dous hei, ben o sabedes». Iste pasaxe indica a intimidade das súas relacións. (C. V. 1197).

3: Noutro «maldicer» búlrase Pedro Amigo dun tal Pero Ordóñez, quen ao tornar da fronteira o primeiro que fai é pedirlle novas de María

(7) A. BLAZQUEZ, loc. cit.

Balteira, coma rapaz de pouco siso, en troques de se interesar por cousas de máis importanza (C. V., 1203).

4: Pero de Ambroa diríxise aos balesteiros da fronteira de mouros, «cicáis nun arrouto de ciumes» (R. Lapa), pra decirlles que non tiren con María Balteira. Da crudeza con que se desafoga o de Ambroa, deduz Rodrígues Lapa que falaba con gran despeito (C. V., 1574) (8).

5: Pedro Amigo tensoa con Vasco Pérez Pardal, encol das raras habilidás e ocultos oficios da Balteira. O segundo dí que o Rei non sabe o engano que os troveiros padecen, pois a soldadeira arríncalles os diñeiros con artes sotiles. Por ende, debería o Rei prohibir que a Balteira fixese comerzo coas gracias que brinda e logo non outorga. Remata maldicendo a Pero de Ambroa, que disfroita ao presente dos seus favores (C. B. N., 1509). Referíndose a ista tensón, sospeita Menéndez Pidal que o Rei Sabio aproveitaría as mañas da Balteira pra fins políticos perto dos musulmáns (9).

6: O propio Alfonso X atiza o lume diste cicro de bulras no que arde, atal que nunha grotesca «falla», a gallarda figura da Balteira, referíndose a uns amoríos da cantadeira cun tal Xohán Rodrígues, nunha cantiga cuia rubida cor imposibilita a recensión (C. V., 64).

7: Xohán Baveca dóese de que María Balteira deostúono polo simpre feito de que, pescudando novas da fronteira, falóu moi mal de unha vella, a equíla déuse por aludida (C. V., 1070).

8: Pero da Ponte, o fecundo e inspirado troveiro, fai un ledo comento encol das indulxenzas que a soldadeira gañóu na súa pelerinaxe a Terra Santa; agora vai repartindo todolos perdóns que alá merecéu, pois ten perdido o candado da valixa onde os gardaba, e diste modo háse quedar sen o seu perdón, o que non é de estranar, «ca foi cousa mal gañada» (C. V. 1176).

9: Pero García Burgalés bota en cara á Balteira o seu vizo de xogar dados, e dílle que se perde con cantos a conecen, sen ter necesidade de procurarse dise xeito o diñeiro, posto que ten moi boas maneiras pra outros mesteres (C. V. 982).

10: Xohán Airas, de Sant-Yago, cicáis tamén se refira a ela naquila Dona María, de quen tiñan gran medo de ser mortos il e máis Pero García (¿de Ambroa?), se ousaban entrar na súa casa (C. V., 1071).

---

(8) M. RODRIGUES LAPA, «Lições de Literatura portuguesa. Epoca medieval». Coimbra, 1952; p. 171.

(9) R. MENÉNDEZ PIDAL: «Poesía juglaresca y juglares». — Seguimos a ed. de Bs. Aires, 1946; p. 136.

11: Xohán de Guillade adica outro desenfadado maldicer á Balteira, co gallo da fortúa amorosa de Martín xograr, quen rescibe favores da fermosa soldadeira, mentres il, o troveiro, non topa compaña (C. V., 1101). Coma un desafogo lle parecese pouco, torna ás súas queixas (C. V., 1102).

12: Fernán Vello maxina que María Pérez, xa nos seus derradeiros anos, promete ter sempre a par dela un crego pra escorrentarlle as malas tentacións (C. B. N., 377). Cicás seña tamén a Balteira aquila «ermida vella» a onde se retira Pedro Amigo, segun sotil anfiboloxia de Pero de Ambroa (C. V., 1128).

13: Xohán Vasques, trovador compostelán, confirma ista penitente maniobra da soldadeira, apresentándoa feita un mar de bágoas diante o confesor e cramando sen consolo:

«Son vella, ai capelán!»

(C. B. N., 1584)

Ollamos coma istes dóus derradeiros poetas coinciden con Pero de Ambroa sobor do mútuo amparo que o crego Pedro Amigo e María Balteira se procuraban na vellez.

14: Pero Mafaldo, sospira tamén por receber os dons da Balteira; mais, logo de tanto anceialos e cando semellaba que máis ditoso iña ser, o «mui coitado» confesa que máis lle valería ser aforcado (C. B. N., 384).

Cicáis outras citas de varias Marías de vivir inquedo e turbo — coma unha certa María Negra, que por tres vegadas move a péna de Pero García Burgalés (C. V., 990, 992 e 993) — refíranse tamén á famosíssima soldadeira galega, que tanta sona conqueríu na corte alfonsí coas súas gracias e desgracias. Tan forte personalidade debéu provocar aínda outros moitos comentos maledicentes, que hoje desconecemos; pero é evidente que abondan os revelados pra nos dar unha ideia do escandaloso revóo que a Balteira erguía a seu paso, dende a frolida mocedade deica a esprimentada vellez.

Apoiados na desgarrada presentación do persoaxe que os troveiros nos fixeron, tentaremos agora deliñar o perfil biográfico daquila singular muller, que aínda nos nosos días movéu xeitosamente a péna de un dos nosos millores poetas novos.

Dona María Pérez era filla de D. Pedro Xohán de Guimaranes e Dona Azenda Peláez, de linaxe fidalgo, con terras e casales na freiguesía de Armeá (A Cruña). Terá vido ao mundo ao comén do século XIII, pois figuraba xa na corte literaria de Fernando III o Santo, aonde chegaría

polo natural e doado camiño da súa alcurnia, pra rematar trunfando no imprevisto e variado rueiro da danza io canto. «Non é posibre desestimar as unánimes loubanzas que, antre as burlas procaces, fan os troveiros dos encantos que adornaban á Balteira. A súa sona de muller fermosa e atraínte mantívose deica o fin, mália os estragos dos anos, de sorte tal que, cando xa tódolos cantores da corte de Afonso o Sabio a consideraban vella e agostada, continuaban aínda anceiando as súas atencións» ([10]).

Menéndez Pidal estima que a Balteira tería tratado na corte de Don Fernando a unha vedraia soldadeira, Mariña Crespa, que lle ensinaría as perfeicións do seu arte cando xa a mentora se aconchegaba ao lume, según a afiada bulra de Pero da Ponte (C. V. , 1162). Máis tarde, naquil congreso boligante de troveiros e xograres, que xesticulaban en roda do Rei Don Alfonso, María Pérez «brilóu escandalosamente», atraíndo a todos ca súa beleza e donairo. Non embargantes, temos poucas notizas concretas dos méritos artísticos da soldadeira, que maxinamos non serían escasos. Cicáis non abondaría cos seus sois encantos físicos pra mantela vitaliciamente no solio do aprauso.

Ao que parez, María Pérez non puxo lindeiras ao amor, e a súa xenerosidade alcanzóu ao proprios mouros da fronteira, no decir de Pero de Ambroa. «Esta alusión a los aragoneses y a los moros que trataban con Balteira parece llevarnos a la frontera de Murcia, cuando los moros rebeldes de este reino, por los años de 1226, eran sometidos para Castilla por el rey de Aragón, Jaime I, mientras Alfonso el Sabio combatía a los moros de Granada. Por entonces mismo los Beni Escaliola, arraeces de Málaga, Guadix y Comares, se habían rebelado contra el rey granadino ayudados por Alfonso el Sabio, y con uno de ellos tuvo que ver también la Balteira, según una curiosa tenzón entre Pedro Amigo y Vasco Pérez: «Ya sabíamos — dice — que Balteira tenía potestad de excomulgar, pues desde tiempos del rey Fernando excomulgó a muchos que le pagaron muy bien por ello; pero ahora buscó a un patriarca Fi de Escallola, el cual recibe de la Meca este poder de soltar o absolver, y ella dice que el poder que Dios otorgó a Roma no vale nada». Además, los dos poetas hacen obscuras alusiones a Fi de Escallola, que no puede soltar los presos que que tiene, y al mucho mal que se hizo en Jerez y en Jaén; refiérense, sin duda, a la rebelión de Murcia el año 1262, y que fué sofocada por Alfonso el Sabio en 1264. Posible es que el amor de la soldadera fuese un instrumento de que se servía Alfonso el Sabio para allanar cualquier diferencia

([10]) A. BLAZQUEZ, «Pedro Amigo...»

con el arraez moro. Según una anécdota, la reina, conversando en Sevilla con el rey de Granada, suscitó en éste un momento de galantería durante el cual le arrancó la dolorosa concesión de no hacer guerra a los Beni Escalliola. Acasa Alfonso aprovechaba a la reina como reina y a la soldadera como soldadera para vencer dificultades políticas» (11).

Comprobamos por iste trecho da súa vida que a Balteira estaba adornada de múltipres talentos; os seus servizos ao rei terán axudado a afincar a súa situación na corte, de onde nin os anos — nemigos tan crudeles de toda cortesana — conseguiron desbotala. «Un acontecimento de trascendenza na vida da nosa soldadeira é o da súa pelerinxe a Terra Santa, non xa porque foi gallo de abondosas mocas dos troveiros, senón porque revela de novo a comprexa personalidade daquila muller. Según ollaremos de seguida, non foi o seu un simpre viaxe que hoxe chamaríamos de pracer, motivado por afán novedoso de seguir a corrente dos seus días, senón que semella téla impulsado un sinceiro sentimento piadoso. Martínez Salazar ten demostrado a autenticidade de tal pelerinaxe, à vista de un documento coetáneo do mosteiro cistercense de Sobrado dos Monxes (A Cruña), onde consta que María Pérez tiña tomado a cruz en xaneiro de 1257. Cicáis matinase sumarse à espedición que Alfonso X proparaba contra o rei de Túnez. Polo mes de San Xohán de dito ano aínda non tiña comprido o seu voto; mais o dispuxera todo, seus asuntos terrenaes arranxados e a ialma aparellada devotamente cicáis. Vel eiquí o interesantísimo documento que tivo a sorte de exhumar o erudito galego denantes citado; non dubidamos en reproducilo *in extenso*, porque encerra un importante cabido biográfico de María Balteira:»

«Era M.ª CC.ª XC.ª V.ª et quot kalendas junias sabuda cousa segia aquantos este plazo uirem. Que nos Don. M. Perez Abbade de Sobrado et convento desse méésmo lugar fazemos plazo et ueruo firme uala por sempre conuen assaber, que nos compramos herdade dArmea ad dona María Perez fila de Dom Pedro Iohã de Guimaranes et da Azenda Pelaez cugia fuy esta herdade por atal guisa assi que nos damos aela enprimeyramente agura ea presente CC e XXXª ssoldos et cada ãno deuemos le ad dar XIIIIj octauas de pam et deuen ende aséér IIIj de triigo de milo et Vj de ceueeyra et Ij porcos prezados en XIj soldos. et dous carneyros que ualan IIIj soldos. et duas ollas de manteyga aprezadas in Vj soldos. et XX queygios et de fructa desta herdade que ela anos uende aterza et scerame de verde et garnacha enpenada de coenllos de tres jn tres anos, et saya de

(11) M. PIDAL, «Poesía juglaresca...», p. 137.

broneta. et pelle cordeyra de dous in dous anos. dous par de zapatos. et de uerzas durto et de nabos et de lino meatade. et V. cabras para áá grana. desque non ouurem lecte. et cada ano una uegada na domáá das kaendas mayas ata kaendas setembres una cantara de lecte preso cum nata. et um barril deuino da uigna dUnta cada ano en sua uida. Et ela e cruzada se for na cruzada deuen le áádar de Carualio torto CC. soldos. et ficar todo esto que desuso dissemos com la herdade ao moesteiro liure et en paz. et se ela non for ena cruzada et ficar et ouuer áádar dineyros darenlos da grana. en prezo de sua uestidura, et dajuda da grana X soldos. et esta guarida que le dam os frades deuen la áádar en sa casa dArmea et uos Doña Maria deuedes afazer servizo ao moesteiro fielmente assí como familiaria et amiga. et asua morte deuemosla leuar a Sobrado en ataude cum cuberta de iij uaras destanforth uermello. et facerenle deuedo de familiar cumplido. et eu Dõa Maria Pérez por todo isto que me facem de Subrado et de grana de Carualo turto dou in presente toda mina herdade dArmea cum seus terminos et cum quanto a essa herdade perteneze assí como de suso dito é. et cada ano unos bóós mantééens de VIIIj. uaras enlongo et de V. palmos en ancho parao refertoyro da grana. et en Auento et en quaresma deue ela ááuer. pixotas et sardinas assí como comer cada um frade de Carualo torto, et por ontroydo et por pascua et por natal senlos soldos parauino. et deuemos hy afacer casa ata dia de nadal en que colamos nossa fructa et auosa. Et quim contra este prazo passar pecte ááutra parte D. moravedis et este o prazo en reuor.

«Presentes forõ P. Palaez et Petro Bofam Alcaldes de Betanzos. P. Pelaez Franquineyros et Johã Dominici juizes. Dom Juan Perez cellarario maior de Sobrado. J. Martiz cellarario de Nendos. M. Pelaez monges. J. Meendez maestre de Carualo torto. frey Paris Vermuy. frey Johã Ast[ur]ana. J. de Colãdes. Vidal Petri. J. Perez dAranga. Dominicus Martis de Rodeyro. P. Perez de Gẽrrocio clericus. P. Alfaya de Riba. Domingo Petri seruente do cellarario de Superado. testtemoyas et confirmantes.

«Eu Martinus Pelaez notario jurado do Concelio de Betanzos. et da terra de Nendos scriuj et confirmo» ([12]).

Iste curiosísimo documento revela que as condicións da venda dependían, en boa parte, de que María Pérez fose ou non na cruzada. Do comprimento daquil propósito, cicáis naquil mesmo ano de 1257, temos confirmación pola testemuña dos troveiros. Ademáis, o mesmo luxo de detalle

([12]) ANDRÉS MARTÍNEZ SALAZAR, «Documentos gallegos de los siglos XIII al XIV». La Coruña, 1911; pp. 24-26.

con que a soldadeira deixa determiñado o concernente ás súas honras fúnebres, descobre o seu firme degaro de facela pelerinaxe, leixando en bo orde os seus asuntos materiaes diante a posibilidade de unha morte no longo camiño. Ben está que tamén a ideia de sobrevivir móstrase patente na multitude de demandas suntuarias que a Balteira impón, coma muller afeita a vivir con folgado luxo. É cousa de pensar que un sinceiro arrependimento do seu pasado motivóu a piadosa arroutada da Balteira. Màis, polo que sabemos da súa vida posterior, axiña esquencéu os perdóns con tanto esforzo gañados, repartindo as súas gracias liberalmente, según a anfibolóxica espresión de Pero da Ponte.

Unha custión que suscita perprexidades a Martínez Salazar, e que Menéndez Pidal comenta, é a tocante aos servizos que a Balteira tiña de prestar ao mosteiro, «como familiar e amiga». «Tan relajadas estaban entonces las costumbres monacales — acrara Pidal — que el editor de este documento se pregunta qué clase de servicio debiera hacer la familiar doña María al monasterio, pues recuerda que los monjes de una granja de Sobrado s e llevaban las mujeres de sus colonos durante dos o tres días, «para facer fueros, non sabían cuales», hasta que tal servicio fué suprimido en 1347 por el merino mayor de Galicia, «por mal e deshonestidad que se podría ende seguir» ([13]).

«Á súa aldea nativa teráse acollido nos derradeiros anos da súa vida, cicáis arrepentida de verdade, se é que de algo lle valeran as lamentacións diante o confesor, de que os troveiros falan, pra ser sepultada no convento de Sobrado, coa pompa que ela mesma leixóu ben disposta. Polos fondos camiños da súa terra natal faría o derradeiro viaxe, levada a lombos polos frades, cuberto o cadaleito, non con pretos crespóns, senón con folgado estanforte bermello, que poría aínda unha derradeira nota de ledicia na severidade da paisaxe».

«Atrás ficaba toda unha vida colmada de liviandades e pesadumes, de entregas e rebeldías. Ser albo dos requebros de todos e das bulras de moitos — comenzando polo propio Rei — non sempre tería sido carga levadeira, málla o ambente relaxado da época. Por iso pregúntase o profesor Rodrígues Lapa: «como é que trovadores com o Pero da Ponte, Pedr'Amigo de Sevilha e outros, autores de tão delicados cantares d'amor e d'amigo, dirigiam a uma mulher chacotas tão grosseiras? Tratáva-se, é certo, duma mulher de vida fácil, mas ainda assim mulher, com asento en palácio, e, por cima de tudo, mulher fermosa e de boa familia. Qual das duas atitudes

([13]) M. PIDAL, «Poesía juglaresca...», p. 135.

é a verdadeira: a que transparece na cantiga lírica, delicada e comedida, ou a que se marca nos escárnios, cínicamente desaforados?». O propio investigador responde a seguir, dando probas do seu fino esprito crítico: «Ambas o são, afinal: e disto mesmo se tira o precioso alcance moral da cultura trovadoresca: colocava o homem em condições de compreender e de sentir as mais finas espiritualidades, sem deixar de ser, por outro lado, a rude e forte criatura, desenhada em outra espécie de documentos. A ética trovadoresca operou uma espécie de desdobramento da personalidade e ensenou ao homem da Idade-Média, simples até então, o prazer requintado das ideias e dos sentimentos. Daí a contradição aparente das suas atitudes» (14).

Prácenos rematar, cun xuízo tan certeiro do mestre lusitano, iste breve ensaio encol da dual estimativa da muller na lírica medieval galego-portuguesa: de un uado, a «señor», da cal o troveiro síntese servo; de outro, a serva, de quen se sinte señor. Sou, en todo caso, as fortes tintas que predomiñan no boligante cadro social do medievo, mostradas tamén, con acusados trazos, no ambente artístico e literario.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

INTERVENÇÕES

O Dr. Hernâni Cidade discordou do orador quanto ao emprego da palavra *senhor*. Acrescentou que em Portugal o feudalismo não se manifestou tanto como em outros países, e ainda que a Igreja auxiliou a poesia e a concepção do amor na Idade Média. A palavra *senhor* vem da forma latina senior que não tem feminino. Portanto empregavam sempre a forma *senhor* porque não havia feminino. Aliás acontece o mesmo noutras palavras em *or*. Nisto está em desacordo com o orador.

O orador respondeu, aduzindo alguns textos que confirmam a sua tese. De facto existe já na Idade Média a palavra feminina *senhora*.

Mas o arguente insistiu dizendo que esses textos se devem tomar como excepções.

(14) R. LAPA, op. cit., p. 173.

Nota á discusión seguida á leitura diste trabalho no Congreso

No interessante coloquio que seguíu á leitura da presente Comunicación polo autor, no que partillaron varios e destacados congresistas, o ilustre Prof. Hernani Cidade puxo de manifesto o feito conecido de carecer os adxetivos galego-portugueses do Medievo, rematados en *-or*, da terminación femenina *-ra*, o que cicáis espricase a forma «señor», non embargantes o especial valor semántico denunciado polo comunicante. O autor da Comunicación argüíu, presentando os seguintes exempros dos Cancioeiros, onde aparez a palabra «señora», precisamente en casos non referidos á dona amada:

«E par Deus o poderoso
o que fez esta señorsiña
de al ando ora máis noxoso
do demo d'unha meniña,
de acolá ben de Zamora,
ú lle quis chamar *señora*
chaméille dona Gontiña»
(Afonso Sánches, C. V., 26)

«Qué adubastes, amigo, alá en Lugo ú andastes
ou qual é esa fremosa de que vós vos namorastes?
— Diréivolo eu, *señora*, pois me tan ben preguntastes:
do amor que eu levéi de Santiago a Lugo,
a ese me aduga, e ese me adugo».
(Fernán d'Esquío, C. V., 903)

Níste mesmo senso, débese ter en conta a permanenza da forma arcaica «señor» nos troveiros tardíos (Séculos XIV-XV) da chamada escola galaico-castelán, cando xa o emprego de «señora» é adoitado, pero reservando aquíla outra voz, ca súa primixenia carga de xerarquía, para as composicións de crásico corte trovadoresco, onde o amor segue sendo un vasalaxe. Poderíse exemprificar longamente ista ilustrativa pervivenza.

X. M.ª A. B.

De onde brotou Vilachã: aldeamento Castrejo? Criação Suevo-Goda?

Por Manuel Boaventura

O que vou ler é a resenha de um trabalho que, vai por dez anos, trago entre mãos: trata-se da monografia do meu terrunho natal, que é a vetusta Vilachã de Esposende. Titula-se «VELHARIAS DE UMA ALDEIA» — por que de velhas coisas se trata — umas busquejadas na tradição longeva, outras no toponimário local; algumas em velhos documentos escritos, e ainda no persistente documentário lapicida, do que resta de «dunns», castros, e cividades, que formam aro, ao redor de Vilachã.

★

Quando começou o aglomerado vilachanês?

Ninguém saberá dar resposta, por difícil.

Que um povo, ou variados povos da pré-história, viveu na periferia de Vilachã, está provado com os muitos vestígios deixados, na cividade de S. Lourenço, ao redor do aparatoso penhasco, onde se alcandora a capela: pelo poente, nos arredondados picotos do Padrão do Castelho, e do Castrelinho; mais além o erguido «oppido» do Crasto, que lhe fica a Noroeste — todos na corutela da serra do Faro, a paralelar com a orla marítima, a pouco mais de dois mil passos. E, pelo Norte, a grande gamela emborcada do cêrro da Cerca — o ponto mais cimeiro do concelho, 284 metros — onde além de fragmentos de olaria, e outros vestígios do «dunn» celta, há, ainda, um profundo fojo, ou cisterna, que tem significado.

Um cintarel de vetustas recordações — para lá de dois milénios — cinge Vilachã. Martins Sarmento estudou, ligeiramente, estas estações arqueológicas, e prometia voltar para acurada exploração da cividade de S. Lourenço, quando, ao findar do século, a morte o surpreendeu.

Sessenta anos volvidos, a citânia de S. Lourenço, como o «oppido» do Crasto, e o «dunn» da Cerca, aguardam a ansiada visita dos homens da Ciência, que investiguem os arcanos do Passado. Em especial, a rechã de S. Lourenço é digna de estudo.

★

A velha capelinha, que se alcandorava no cone penhascoso, deveria ter sido, primitivamente, um «fanum» — um santuário erguido pelos romanos, e, na reconquista, adaptado a templo cristão, da invocação de S. Lourenço.

Quando há uma dezena de anos, mal pensadamente foi demolida a graciosa ermidinha, de boa traça românica, encontraram-se, nas grossas paredes, pedras afeiçoadas, que deveriam ter pertencido a santuário mais remoto.

Informa-me o erudito investigador, Dr. Avelino de Jesus da Costa, que, no «Liber Fidei», se faz referência a um Monte de «Santi Fausti», que condiz com a pequena serra do Faro. S. Fausto teria sido o orago primitivo da capelinha, antes que o fosse S. Lourenço. Não há qualquer reminiscência, na tradição, do nome de S. Fausto, ou Faustino, e é minha convicção que o copista do «Liber Fidei», ao trasladar, para este, o documento em questão, se houvesse equivocado, escrevendo «Faustini», por «Laurenti».

Deveria ter sido o santuário, que os romanos instituíram, ao centro do extenso aldeamento castrejo, para que os íncolas vencidos venerassem as suas divindades.

Em Outubro de 954, ao arrancar um pinheiro, no plaino, junto ao atalho de pé-posto, foi encontrada a parte superior duma ara votiva, dedicada à ninfa, ou deusa — DAFA / SANCTUM / SACRUM — nome que não figurava, na longa lista das divindades pagãs da Península.

★

Que povos habitavam estes cerros, que delimitavam Vilachã? Possìvelmente os grávios — povo celta, cujo «habitat» se estendia desde o Lima ao Ave, vivendo pelos corutos dos montes. Os romanos os obrigaram a descer, para desbastar a floresta e cultivar o solo, que se manifestou ubérrimo e rico de mananciais. E teriam eles abandonado, por completo, os «dunns», onde os conquistadores os foram encontrar? Há três ou quatro anos, ao terraplanarem o caminho para a capela de S. Lourenço, entre

os entulhos da alicerçagem das primeiras linhas de defesa, foram encontradas duas moedas romanas, já muito carcomidas, que se presume serem de Constantino (274-337), o que faz prever que, nos primeiros séculos da Era Cristã, ainda era habitado aquele local — embora tivessem já assento «vicus», ou «pagus», no local da Vilachã actual. Estão em meu poder essas duas moedas.

E seriam celtas os aborígenes vilachaneses? O Mestre Leite de Vasconcelos, quando em 924 me deu a honra da sua visita, posto em presença de um casal de camponeses, de quem ouvia interessado, no dialecto local, as curiosas lendas, cantigas e tradições, disse-me:

— «Esta gente tem sangue celta».

E indicou-me alguns vocábulos ouvidos, a que atribuía raiz céltica, como «petar» (petam ao portal, por bater à porta), «orca», «bouça», etc., e castiça a modalidade da pronúncia, diferente da das aldeias vizinhas.

★

No Censual do Bispo D. Pedro — século XI — já se faz menção dum agregado populacional, na rechã do Faro, designado VILLAR-PLANO Não se faz referência ao padroeiro (S. João Baptista), e é provável que o não tivesse, ou que por esquecimento, ou ignorância, não fosse mencionado. De qualquer forma a freguesia já existia, com a sua igreja, e era obrigada a dar «parada», como quem diz — corria com as despesas do jantar, aos delegados do Cabido, que procediam à cobrança do imposto devido.

Por 1258, nas «Inquirições» feitas em tempo de Afonso III, Vilachã, já não é o Villar-Plan, do Censual, e é designado por Vilar Chao. Todavia nas «Inquirições de 1220, 38 anos antes, reinando Afonso II, é designado por Sancto Johanne de Villar Plano de Terra de Neuia.

Presume-se que Vilachã tivesse a sua primeira igreja no tempo de S. Martinho de Dume — meados do século VI — pois é tradição que a desaparecida igrejinha, com assento no sítio dos Covelos, e que vigorou até ao ano de 1600, já existia «no tempo dos mouros», que a teriam arrazado. É natural que a miscegenação de suevo-godos com castrejos, se tivesse operado por esse tempo, entre os séculos V e VII.

E que dizer dos árabes?

É sabido que a sua permanência no Norte não teria ido além de 40 anos. Mas alguns por cá ficaram e a lenda e a toponímia denuncia-os. Assim: a lenda, criada pela imaginação popular, dá notícia de, em Vilachã, ter vivido um «rei» mouro (algum poderoso senhor) cuja filha, por se

não querer fazer cristã, ali ficou encantada, e «vive», ainda, na vetusta fonte do Estreitinho... Certos predestinados, entre os «de algum dia», «viram-na pentear os seus cabelos de ouro, e ouviram-na carpir-se, por se não ter feito cristã...».

A toponímia persiste em Barbeitos — vocábulo que, no parecer de Leite de Vasconcelos, deriva de duas palavras árabes: «Biar», local onde há nascentes e poços de água; e «Bete», casario isolado, em meio do campo, ou quinta, com suas dependências de lavoura, cobertos abegorias, etc. Da junção das duas resulta — Biar-bete, Barbete, Barbeito — grande casa, com terras de cultura e poços de água. Ora a velha quinta de Barbeitos, ainda estadeia os alicerces razantes do casaredo, e é tradição ter sido habitada por remoto abade, de prosápias fidalgas.

A existência de um topónimo, com sabor árabe, faz pressupor que algum muçulmano de génio mais sociável, em Vilachã assentasse arraiais, e ali acabasse os seus dias feito cristão... Talvez este fosse o pai da moura inconvertida, que deveria ser linda — como todas as mouras encantadas...

★

O toponimário de Vilachã é, sobre vários aspectos, digno de estudo.

Cito alguns topónimos, dos que figuram na monografia «Velharias», que denotam remota origem:

ARANHÔ — APARÇARIA — APONTANHA — BABAL — BARBEITOS — BAJOCA — BORREIROS — CABRINS — CADINHO — CAIMA — CASTELHO — CASTRELINHO — CONDEIXA — EIRIGO — ENTRE-PAÇOS — (PAÇOS — PACINHO — SOBOLOS PAÇOS — TODOLOS PAÇOS) — FRANCOÎNHA — JEILOPES, ou GEILOPES — INTELA, ENTELA, ou ANTELA — LADAS — MACOLADO — MAINDOS (MAINS, MAINDES) — MAMÔA — MÁMOA-MOÇA (e FERNÃO-BOM) — MONTE-CAURO — MORTEIRA — MOSELA — NOAZ — (NOANE?) — PÈGUA — PENAGUDE — PENORCA — PINVELO — PORTELAGE — RAPÍDO — REBOLÃO (RABOLIDO-REBOLIDO-REBORIDO-REBOREDO-REBOLEDO) — REGAFORTES — RÔFAS — RONCAL — ROUSAL — S. GIBAS — (SANGIBAS) — S. ZIDES — (S. ZILDES — SANZIDES) — SOB-MINDO — SUB-MINDO — SÓRDA TALHOS — TAPADA da MATA — VITERADOS — BETERADOS, etc.

★

O erudito Dr. Figueiredo da Guerra, comunicou-me, um dia, ter lido um velho documento que demonstrava ter o rei D. Sancho I, casa de habitação, em Vilachã. Onde seria esse paço real? Na ampla quinta da Tapada, a razar com a cividade de S. Lourenço? Nas feraces terras do Paço, Pacinho, Todolos Paços? Na Tapada da Mata afloram ainda os alicerces razantes de grande edifício.

EM CONCLUSÃO

De onde brotou Vilachã? Dos castrejos aldeamentos? Criação dos suevo-godos? — Isolada no alto plaino da serrazinha do Faro, que se desdobra, em rechã até aos descampados da Figueiró — entre os castros, «vicus», e «pagus», da periferia, e com as características que lhe são peculiares, — tem mais probabilidades de ter brotado dos «dunns» castrejos, (embora com o advento dos suevo-godos, o sangue celta se miscegenasse com o nórdico) — do que originar-se, após a reconquista, da «gens» asturo-lionesa, que, ao chegar ali já encontrou o povoado em crescimento.

Reminiscências da Poética Medieval no Cancioneiro Popular

Por Porfírio A. Rebelo Bonito

Quando estudamos a linguagem das populações rurais portuguesas temos, por vezes, a impressão de estarmos ouvindo personagens vivas dos Autos de Gil Vicente, pois o povo continua entregue a uma linguagem de sabor arcaico cuja natural evolução não foi travada pelos filólogos.

Paralelamente ao que se observa na linguagem falada, assim também na lírica tradicional do nosso tempo se nos deparam documentos comprovativos de que o povo continua a aplicar nos seus devaneios poéticos as regras que condicionavam a actividade literária dos trovadores. Quero referir-me particularmente às estrofes, aos versos, aos artifícios, aos refrões e à persistência de certos condicionamentos temáticos. Assim, na presente Comunicação se falará sucessivamente de:

I — Estrofes. Número de versos de cada espécie.

II — Versos. Número de sílabas de cada tipo.

III — Artifícios poéticos. Rimas, dobre, mozdobre, palavra perduda, palavra atehuda, leixa-pren e estrofes encadeadas.

IV — Refrões.

V — Persistência temática.

I — *ESTROFES*

A «cobra» ou «talho» dos trovadores era constituída por dois, três, quatro, cinco, seis ou mais versos. O povo, que geralmente prefere exprimir-se através da quadra, também verseja em dísticos:

> Se quer's que eu viva, não digas isso;
> vivo triste sem o meu derriço.

E em trísticos:

Ó serrana, ó serraninha,
ó prima minha
d'além, d'além.

E em quintilhas:

Ao partir da minha terra
chorou por mim minha mãe.
Disse a minha esposa:
— Dá-me cá um beijo, linda rosa,
Deus queira que volte bem.

E em sextilhas:

Dá-me a tua mão,
que me quero despedir.
Dá-me um beijo, meu amor,
que o navio vai partir.
Quatro dias vão no mar,
embarcados no vapor.

E estrofes de muitos versos:

Quem conhece diz:
— Linda freguesia,
não há no país
outra com tanta valia.
Das outras aldeias
esta é a rainha,
onde vive o amor.
Essa rosa, carinhosa,
é uma lembrança minha.

II — *VERSOS*

A «palavra» ou verso da técnica trovadoresca comportava um número de sílabas que oscilava entre cinco e catorze, com preferência pela redondilha maior.

O povo também dá preferência à redondilha maior, mas não desdenha outras medidas.

Eis versos de quatro sílabas:

Eu vi, Amália,
eu vi, eu vi,
assentadinha
ao pé de ti.

Um de oito sílabas:

Ó meu bem, eu não sou d'aqui

Um de nove sílabas:

Se quer's que eu viva, não digas nada.

Um decassílabo:

Ó minha terra, que te importa a ti?

As amálgamas métricas, isto é, a coexistência de versos de diferente medida na mesma estrofe, fenómeno inexistente na lírica trovadoresca, aparecem com frequência na lírica popular.

III — *ARTIFÍCIOS POÉTICOS*

Os artifícios poéticos dos trovadores diziam respeito a letras ou sílabas (rimas), palavras, versos e estrofes. As rimas ou eram «assoantes» ou «consoantes». Rimas «assoantes» na lírica popular:

De S. João a S. Pedro
quem quiser contar bem pode:
S. João a vinte e quatro,
S. Pedro a vinte e nove.

São hoje tão estimadas as rimas «consonantes» como no tempo dos trovadores.

Ó S. João de Landim,
vinde esperar-me a Leça,
que eu sou rapariga nova,
não posso andar depressa.

O «dobre» consistia na sistemática repetição de determinado termo. Há dobre popular na seguinte quadra:

Ó cidra *considra*, cidra,
ó cidra, *considra* bem;
depois da cidra partida
cidra remédio não tem.

No «mozdobre» procurava-se apresentar qualquer palavra sob variados aspectos, dentro da mesma estrofe, como na quadra

Minha ideia não se volta
nem nunca se há-de voltar;
o mundo dá muita volta
e nalgum lado há-de parar.

«Palavra perduda», ou verso que passava duma estrofe à outra, era artifício pouco usado na lírica medieval, mas na popular vemo-lo com frequência. Atente-se na transposição sucessiva do verso *Debaixo da laranjeira.*

Eu venho d'ali, d'ali,
eu venho d'ali, d'além;
debaixo da laranjeira
tanta laranja lá tem.

Enganei uma donzela,
enganei o meu amor;
debaixo da laranjeira
faz sombra, não faz calor.

Tanta laranja lá tem,
tanta folhinha amarela;
debaixo da laranjeira
enganei uma donzela.

Faz sombra, não faz calor
não lhe cai a orvalhada;
debaixo da laranjeira
enganei a minha amada.

O artifício de «palavra atehuda» era o encadeamento, em dois versos, de partes integrantes de uma dada construção gramatical, como nas quadras alentejanas:

O alecrim da chapada
alteia mas não faz moita:
é como o rapaz solteiro,
quer casar mas não se afoita.

À entrada desta rua
levantei meus olhos, vi
meu amor nos braços doutra,
não sei como não morri.

A rua de S. Bento tem
no meio um jardim florido;
inda que queira, não posso
tirar de lá o sentido.

Algum dia eu julgava
ter-te fechado na mão;
veio o vento e, levando-te,
fiquei sem consolação.

Consistia o *leixa-pren* na repetição do último verso duma estrofe na estrofe imediata — artifício ainda hoje vulgar no versejar tradicional e do qual muito se usa nos «cantares ao desafio».

Quadras de *leixa-pren*:

Ó ribeira, ó ribeira,
ó ribeira, és tamanha!...
Fui criado na ribeira,
não me afaço na montanha.

Não me afaço na montanha
entre o tojo e a carqueja;
dei a mão ao meu amor
lá no adro da igreja.

Lá no adro da igreja
dei a mão à liberdade;
'stava vária do juízo
quando te fiz a vontade.

Quando te fiz a vontade
e lhe dei a minha mão;
minha mão 'stá casadinha,
meu coração é que não.

Exemplo de «técnica paralelística», isto é, de poesia onde um dado pensamento é reexposto sob forma verbal ligeiramente modificada, é-nos dado pelos seguintes dísticos:

Se quer's que eu viva, não digas isso,
vivo triste com o meu derriço.

Se quer's que eu viva, não digas nada,
vivo triste sem a minha amada.

Se quer's que eu viva, dá-me um beijinho,
vivo triste sem o meu benzinho.

Se quer's que eu viva, dá-me licor,
vivo triste sem o meu amor.

Exemplo de «estrofes encadeadas» é o que nos oferece a canção alentejana «Ó Rosa, és formosa». Trata-se de uma quadra e um dístico.

Eis a quadra:

A palavra saudade,
aquele que a inventou
a primeira vez que a disse
com certeza que chorou.

Eis o dístico:

Ó Rosa, linda flor,
és formosa, meu amor.

O «encadeamento» faz-se do modo seguinte:

A palavra saudade,
Ó Rosa,
aquele que a inventou
linda flor,
a primeira vez que a disse
és formosa,
com certeza que chorou.

A quadra é de origem erudita, e bem conhecida, mas corre no popular.

IV — *REFRÕES*

«Refrão» ou estribilho sabe-se que é a insistente repetição, no mesmo lugar das estrofes, de uma palavra ou um pensamento expresso em verso. Figurava no princípio, no meio ou no fim.

A lírica popular usa e abusa do refrão, que é de simples palavra, de dístico ou de quadra; inicial, intercalado ou final.

Estribilho inicial:

Rapazes e raparigas,
toca a rir, toca a folgar,
vamos todos, toca a dança,
cada um com o seu par.

Vai ao bailarico, senhora Maria?
Temos bailarico para todo o dia...

Rapazes e raparigas,
toca a rir, toca a folgar,
vamos todos, toca a dança,
cada um com o seu par.

Vai ao bailarico, ó senhora Ana?
Temos bailarico pra toda a semana...

Estribilho final:

Os olhos de Marianita
são verdes, como limão.
Ai sim, Marianita, ai sim;
ai sim, Marianita, ai não.

Os olhos de Marianita
tenho eu aqui na mão.
Ai sim, Marianita, ai sim;
ai sim, Marianita, ai não.

Dois estribilhos — um intercalado e outro final:

A menina vai ao baile,
Oh vindima!...
leva saia de balão.
Brinquem todos, todos, todos,
brinquem todos quantos 'stão.

A menina vai ao baile,
Oh vindima!...
sapato de cordovão.
Brinquem todos, todos, todos,
brinquem todos quantos 'stão.

V — *PERSISTÊNCIA TEMÁTICA*

Dois exemplos bastarão.

Um tema muito estimado dos trovadores era o da mãe que sopeava a filha com o fim de a livrar das tentações e perigos do amor. A filha recalcitrava e tudo fazia para levar avante seus devaneios. É de D. Dinis a canção:

Vós fizestes todo o vosso poder,
madr'e senhor, de me guardar que non
visse meu amigo e meu coraçon;
mais se eu posso, a todo o meu poder,
que o veja e lhe possa falar,
guisar-lho-ei e pês a quem pesar.

Canta-se pelo Alto Alentejo:

Minha mãe, logo à noitinha:
— Ó filha, vai-te deitar!
Quando ela julga que eu durmo
inda eu 'stou a namorar...

A mulher segura de si em matéria de amor é tema tratado por igual nos tempos mediévicos e em plena actualidade. João de Guilhade, um dos poetas mais finos do trovadorismo luso-galaico, deixou-nos a seguinte canção, dotada de estribilho final:

Sanhud'andades, amigo
porque não faço meu dano
vosqu'e, per fé sen engano,
ora vos jur'e digo
ca nunca já esse preito
mig', amigo, será feito.

De pran non sõo tan louca
que já ese preito faça;
mais dou-vos esta baraça,
guardad'a cint'e a touca,
ca nunca já esse preito
mig', amigo, será feito.

Ai don João de Guilhade,
sempre vos eu fui amiga;
e quereis vós que vos diga?
Em outro preito falade
ca nunca já esse preito,
mig', amigo, será feito.

Na lírica popular de terras transtaganas a mesma ideia temática aflora em dísticos de estribilho intercalado, nos quais o pensamento poético se apresenta exposto desempoeiradamente.

Tu andas atrás de mim
Isso é que é verdade...
Como a pera atrás do ramo.

Tu andas p'ra me enganar
Isso é que é verdade...
Eu a ti é que te engano...

Se andas para me enganares
Isso é que é verdade...
Tira d'aí o sentido.

Muitos cães me têm ladrado
Isso é que é verdade...
Mas nenhum me tem mordido.

VI *CONCLUSÕES*

As regras da composição poética dos trovadores galaico-portugueses eruditos identificavam-se, guardadas as distâncias, com as dos poetas populares.

Essa identificação não foi totalmente abandonada no período epigónico luso-castelhano, que em Portugal teve a Gil Vicente como expoente máximo.

A poesia renascentista, imbuída de italianismo, veio quebrar essa unidade lírica; e, desde então, também tais regras passaram a viver ùnicamente na tradição popular oral, como o atestam os exemplos apresentados. Daí, o ver-se ainda hoje o teatro das populações rurais portuguesas moldado nas regras da canção rústica, mui próximo parente, portanto, dos Autos de mestre Gil.

INTERVENÇÕES

A presente Comunicação *foi objecto de discussão por parte dos Ex.mos Senhores Dr. Hernâni Cidade e Dr. José Pedro Machado, assentando-se em que «mozdobre» e «palavra atehuda» eram expressões prefe-*

ríveis a «mordobre» e «ata-finda», como também se vê.

O Ex.mo Sr. Dr. Fernando de Castro Pires de Lima levantou a questão da música trovadoresca, pondo-a nos termos seguintes: «Assim como ficara demonstrado que na lírica popular subsistem todas as regras da composição poética medieval, acaso na música popular não se reflectirão igualmente os padrões da composição melódica da mesma época?»

Esta pergunta deu ensejo a que o autor afirmasse não ser possível, no estado actual dos nossos conhecimentos musicológicos, determinar se alguma ou algumas das muitas melodias tradicionais conhecidas correspondem ou se assemelham a qualquer das utilizadas pelos trovadores galaico-portugueses. É de crer que ainda subsista algum raro exemplar dessa época, mas como não se conhece música dos trovadores, à excepção das seis canções de Martin Codax, encontradas por Vintel, carecem os investigadores de termos de comparação. Martin Codax, só por si, e numa parte da sua obra, não representa toda a música do tempo em que viveu, exactamente como só uma andorinha não faz a primavera.

Vicissitudes dos cristãos no tempo da reconquista — estudo de um documento relativo a moldes de Arouca, de 1091

Por Domingos de Pinho Brandão

Estuda-se um documento de 1091 relativo à invocação e domínio da Igreja de Santa Maria ou de Santo Estêvão de Moldes — Arouca, em que se fala das invasões dos Sarracenos e da acção destruidora que estes realizaram na localidade.

Influência do Cisma Castelhano na solução da crise nacional de 1385

Por António Brásio

A argumentação jurídica de João das Regras nas Cortes de Coimbra, em começos de Abril de 1385, ou, mais exactamente, a argumentação do cronista e historiador Fernão Lopes, não parece ter explorado e posto em toda a merecida e devida evidência, a importância decisiva que o facto de Castela se ter enfeudado — com as pesadíssimas consequências políticas e canónicas — teve na solução da crise política nacional que D. Fernando nos deixou em herança. Diremos mesmo que, do ponto de vista português, a filiação política e religiosa do Rei de Castela no papado cismático de Avinhão, foi verdadeiramente providencial, como providencial e sagazmente oportuna se nos revela a adesão incondicional e ostensiva dos prelados, barões, cavaleiros, povo e comunidades do Reino, ao legítimo pontífice e chefe da cristandade, Urbano VI.

No aspecto da *política interna*, pode dizer-se efectiva e definitivamente arrumado o problema dinástico nas Cortes de Coimbra, após a eleição e consequente aceitação do nome, dignidade e funções régias pelo Mestre de Aviz. Tinha-se feito tudo quanto as possibilidades fornecidas pelas circunstâncias dramáticas de tempo e de pessoas ofereciam ao País.

Do ponto de vista da *política externa* o problema estava e continuou em aberto, se bem que *militarmente* decidido, a bem da Nação, nos descampados de Aljubarrota, em 14 de Agosto do mesmo ano. De certo que a solução *política* saída das Cortes de Coimbra e o desfecho *militar* de Aljubarrota facilitariam e arrastariam mesmo à solução *internacional* da grande crise nacional.

Mas a solução *externa*, sem a qual nem as Cortes coimbrãs nem Aljubarrota lograriam vingar definitivamente, deve o seu bom êxito a

dois factores que importa justamente relevar: 1) o facto de Castela ter entrado no Cisma do Ocidente, por deliberação da assembleia reunida na catedral de Salamanca, em 19 de Maio de 1381; 2) o facto de os homens públicos portugueses, tendo conscientemente com eles toda a Nação, se terem conservado intransigentemente fiéis ao Pontífice Romano, a quem a Inglaterra, nossa aliada, seguia também.

TEORIA MEDIEVAL DO PODER PONTIFÍCIO

Antes de mais nada, importa recordar aqui, em breves palavras, o papel decisivo representado pelo Sumo Pontífice no direito internacional medieval, que o mesmo é dizer, a teria medieval do Poder. A partir de Carlos Magno (768-814) não se concebia nem sequer a ideia de um *estado laico*, assente em bases puramente naturais. A *Cidade de Deus* do grande doutor de Hipona, o *Reino da Cristandade* de mestre Alcuíno, tinha dois órgãos distintos e igualmente soberanos: a autoridade religiosa e a autoridade política, ambas com origem comum: *nonest potestas nisi a Deo* (*Ad Rom.*, 13, 1). Assim o Príncipe, na formalidade de ministro de Cristo na gerência da coisa pública, recebia o encargo do governo temporal; por sua vez o Sacerdócio, a Igreja pelos seus órgãos legítimos, exercia o governo espiritual dos povos.

Postas e aceites estas bases pelos próprios senhores temporais, os teólogos e os juristas tiraram-lhes as últimas consequências impostas pela lógica. Se o Príncipe exerce uma função ministerial, se bem que temporal de sua natureza, *em nome de Cristo*, pois de Cristo recebeu a sua missão, a Cristo deve prestar contas do seu governo. Mas Cristo está presente entre os homens na pessoa do seu Vigário, o Pontífice Romano. A ele foi conferido solenemente por Cristo o *poder das chaves* para ligar e desligar. A ele, consequentemente, como a Cristo, deve o Príncipe dar contas de como rege seus súbditos. Como Cristo, chefe supremo e incontestado da Cristandade, pode admoestar, castigar e até destronar os Reis, assim o seu Vigário legítimo, o Papa canònicamente eleito, como chefe visível da *Cidade de Deus* que é, goza da mesma autoridade.

Na vigência do Grande Cisma esta doutrina era de fácil aplicação. D. João I de Castela, porque aderira a Clemente VII de Avinhão e se rebelara contra Urbano VI, o Pontífice Romano, fora por este excomungado, destronado e seus súbditos desligados da fidelidade e obediência que como Príncipe lhe eram devidas, pela bula *Regimini sacrosanctae* de Urbano VI,

dada em Roma aos 28 de Março de 1382 (1), que o proclamava em face da Cristandade herege, cismático e blasfemo. O Duque de Lancaster, D. João de Gaunt, era nomeado comandante em chefe das forças ofensivas, pela bula *Dum laudabilium* (2) e a bula *Dudum siquidem* (3), verificada a contumácia do Rei castelhano, mandava pregar contra ele a cruzada, com todas as graças e privilégios espirituais que a Sé Apostólica outorgava liberalmente aos cruzados da Terra Santa. Não satisfeito ainda, Urbano VI publica a bula *Dudum contra iniquitatis*, de 8 de Abril do mesmo ano, regulamentando nos seus pormenores jurídicos a cruzada religiosa contra Castela (4).

Na aplicação prática à política portuguesa, não só o Rei de Castela era cismático e excomungado, mas o seu matrimónio com D. Beatriz de Portugal estava viciado de nulidade de direito, porque celebrado com dispensa de Clemente VII que, como antipapa que era, a não podia conceder.

Por outro lado a Nação portuguesa, pela voz dos seus Procuradores nas Cortes de Coimbra, alinhara decididamente, por convicção e por política, ao lado de Urbano VI. O Dr. João das Regras, ou mais exactamente Fernão Lopes, aproveita hábil e oportunamente a situação falsa de Castela, argumentando desta maneira:

> «Certo he que mais devemos dobedeçer a Deos que aos homeẽs; nem ley nenhuũa he dita ley, se nom he comforme com a ley de Deos, e mamdados da egreja; e pois que o Papa, afora pecado, todallas cousas pode sobre a terra assi como Deos; e quem despreza o que ell manda, despreza Jhesu Christo cujas vezes tem; ergo de seu mamdado per nenhuũa guisa nom devemos de desviar, quamto a Deos nẽ quamto ao mundo, pois que comprido poder ha sobre a terra. Em tamto que nom soomente sobre os Christaãos, mas aimda sobre todollos Imfiees tem poderio e jurdiçom, porque todos som suas ovelhas, os maaos e os boõs, nem devemos demamdar rrazom, por que o Papa que he Vigairo de Christo, isto possa fazer ou nom».
>
> «...o quall Papa e pastor — continua o cronista — deve seer

(1) Caesaris Baronii, *Annales Ecclesiastici*, Paris, 1887, tom. 26, p. 428-432; *Monaquia Lusitana*, Lisboa, M.DCC.XXVII, p. 322-328, com a data errada.

(2) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 310, fls. 343-43v. — C. Baronii, *Annales*, Paris, 1887, tom. 26, p. 446. Documento de 21 de Março de 1383.

(3) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 310, fls. 343v-44v. Documento de 21 de Março de 1383.

(4) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 310, fls. 345-46v.

huũ e mais nõ, so cuja obediemçia e temor, todos devemos viver e nos salvar. E fora dhuũa egreja soo millitamte e sua obediemçia nehuũ pode aver salvaçom, posto que seja martir por amor de Jhesu Christo, se em çisma persevera e he fumdado; ergo justamente o Papa pode mandar punir quaasquer çismaticos nom obediemtes da egreja».

Postos os princípios do Poder Pontifício com este rigor e clareza, Fernão Lopes alude à cruzada mandada pregar, havia dois anos, contra o pretendente castelhano ao trono de Portugal. Mas se D. João I era inábil e estava degradado da sua dignidade para reinar em Castela, como poderia ser hábil em direito para governar Portugal? Mas ouçamos o cronista:

«Pois se o Papa Urbano nosso pastor e Deos sobre a terra, nos mamda e amoesta que perssigamos todollos çismaticos imfiiees assi como hereges e membros talhados da egreja, avemdoos por escomungados da mayor escomunhom; outorgamdonos por esto, aquelles privilegios e perdoamças, que outorga aos que vão comtra os emmiigos da ffe, em ajuda da Casa Samta»;

(Aqui Fernão Lopes, interpretando o pensamento, expresso ou não, dos políticos de Coimbra, pergunta indignado):

«como tomariamos nos por nosso rei e senhor, quem foy e he tam claramẽte cõtra elle e cabeça de tamta malldade e çisma? certamente que nom he de dizer».

«Pois se elRei de Castella, e aquelles que sua teemçom seguem, por suas malldades e indigno proposito, per nosso senhor ho Papa, assi como çismaticos e hereges, per semtemça som comdanados, como tomariamos nos taaes pessoas por nossos reis e senhores? Eu vos digo sem duvida, que nom era mais outra cousa salvo querer tomar huũ Mouro, ou outro alguũ de fora da ffe, por seu rrei e senhor; e por isso dizem os dereitos, que em pecado e malldade de pagaão vive, quallquer que afirma que he christaão, e aa See apostolica despreza obedeçer. E nom ssem rrazom — conclui o cronista — porque o Senhor Jhesu Christo hordenou e jumtou assi huũa soo catholica egreja, a quall nom rreçebe em ssi departimento nem divisom, mas deve seer hũa unidade, sempre e perpetuallmente; e estes çismaticos hereges querem talhar a egreja de Deos, e vestidura do Senhor nom

cosida, pecamdo na ffe, comtra aquelle artigo: Creo no Spiritu Samto, e hũa Samta Catholica Egreja.

Pois avermos nos de tomar çismatico imfiell herege por nosso rei e senhor, que o dereito e nosso senhor Papa deffemde! Nom queira Deos que tall erro passe per nos; mas deffemdamos nossa terra, que justamente podemos fazer ; e nenhuũ presuma per erronia e imdiscreta cuidaçom, o comtrairo desto aver de seer feito» (5).

Posto o problema neste pé, Fernão Lopes concluía desta guisa o seu perfeito raciocínio:

«E por tamto pois que he serviço de Deos, e proll e homrra da Samta Egreja, pera nom seermos destruidos de nossos emmiigos, e ella viinr em maãos de çismaticos, ecordemos em huũ amor e proposito; em nome de Deos que he Samta Trimdade, Padre, e Filho e Sspiritu Samto, nomeemos e escolhamos na melhor maneira que poder seer, este dom Joham, filho delRei dom Pedro, por rei e senhor destes rreinos» (6).

A «melhor maneira» de proceder à eleição, por mais altas que fossem as intenções dos Prelados, Cavaleiros, nobres Senhores e Procuradores, não pôde ser efectivamente a «melhor». O Mestre de Aviz, em nome da sua consciência, opunha o seu veto: tinha contra a lícita e válida eleição a iligitimidade de nascença e a profissão solene dos três votos de religião, segundo a Regra de Cister, que o inibiam *de jure* de aceitar o encargo sem prévia dispensa apostólica.

A discussão parece ter sido acalorada. Na argumentação a que foi submetido pelos Bispos, Fidalgos e Procuradores dos Concelhos, entre os considerandos que parecem ter demovido o ânimo do Mestre e acalmado seus escrúpulos monásticos sobrelevam estes:

«...os ditos reinos estariam em grão perigo de vir em mãos de seus inimigos, *mormente cismáticos e revéis à Santa Igreja;* que tinham em vista, com a escolha nele feita, defender a Nação do rebelde e cismático rei de Castela, «e de levar adiante *a honra do Santo Padre Urbano VI, verdadeiro Papa de Roma*». E foi então que o Mestre de Aviz, considerando com realismo a situação do Reino e «entendendo que *prazia a Deus*

(5) *Crónica de D. João I*, Livraria Civilização, Porto, vol. I, cap. CLXXXV.
(6) *Crónica de D. João I*, I, cap. CXCI.

de o ser», aceitou o nome, a dignidade e o encargo de Rei para defender eficazmente a Nação, «e *à honra e reverência do Santo Padre e da Sé Apostólica de Roma*» (7).

SOLUÇÃO DIPLOMÁTICA DO PROBLEMA

Arrumado o diferendo política e militarmente, em Aljubarrota e em Coimbra respectivamente, faltava vencer outra batalha, uma longa batalha, para que a solução da crise nacional fosse definitiva: a batalha da Cúria Romana, a *sanatio in radice* de graves como numerosos atropelos perpetrados contra o Direito na eleição do Mestre de Aviz, se bem que com as ponderosas atenuantes que as circunstâncias impõem.

Este momentoso *pormenor* que parece ter escapado, incompreensìvelmente, aos Bispos e Doutores da Lei das Cortes de Coimbra, era em verdade doloroso espinho que lhes acicatava a consciência. Pois não teriam eles, naqueles embaraços tremendos em que viam a Pátria, sacrificado as leis da consciência no altar sacrílego da política? Não teriam eles procedido, com incrível precipitação, a uma gritante e escandalosa inversão de valores? Não teriam anteposto as *razões de estado* às *razões da lei divina*? Não teriam eles, inconsideradamente, sem medirem todas as consequências do seu acto, precipitado temeràriamente os acontecimentos, exagerando os perigos para colocar Roma perante os factos consumados?

Algo de verdadeiro havia nestes embaraços do remorso. E a luta vai prolongar-se por seis longos anos, facto que só por si nos revela a gravidade do acto e a complexidade dos problemas por ele gerados.

«Tanto que ele — o Mestre de Aviz — foi alçado por Rei, logo os prelados, senhores e fidalgos de todo o povo das vilas e cidades que voz por Portugal mantinham, fizeram saber ao Papa Urbano *per uma larga suplicatória*, que levaram D. João, Bispo de Évora, e Gonçalo Gomes da Silva», o que tinham resolvido nas Cortes de Coimbra. E a solução dada à crise, afirmava, tivera em vista evitar grandes danos e perigos das almas, corpos e bens, porque por morte de D. Fernando, não tinham quem os governasse e defendesse «daquele *cismático a ele revel*, que se chamava el-Rei de Castela», que já os invadira para os subjugar e destruir. Pelo que a Sua Santidade «humildosamente pediam que, esguardadas tais cousas cheias de necessidade e não lei, por consideração piedosa, com ele dispensasse que, não embargando que fosse cavaleiro professo de tal Ordem, que

(7) *Crónica de D. João I*, I, cap. CXCII.

à de Cister se devia conformar, que livre e isentamente honra e nome de Rei pudesse ter e possuir, absolvendo-o, por cumprimento de apostólico poderio, de todo o atamento a isto contrário» (8).

Como dos Registos das Súplicas de Urbano VI — e outro tanto se diga de Bonifácio IX — pràticamente nada se salvou, não podemos hoje verificar, por esta excelente fonte, o autêntico conteúdo da embaixada, nem saber em que data se realizou, pois Fernão Lopes apenas nos deixou assinalado o facto, com esta vaga indicação cronológica: «*tanto que* ele foi alçado por Rei».

Todavia, se muito nos não enganamos, nós possuímos uma das vias originais da «larga suplicatória» a que se refere o cronista e que ele certamente teve em suas mãos no Arquivo da Torre do Tombo. Julgamos pois, supomos que com bom fundamento, que o documento n.º 9 da Gaveta 14, maço 3 da Torre do Tombo, do qual, afirma-se nele expressamente, foram feitos vários traslados, é exactamente o texto latino que serviu de súplica à embaixada despachada a Urbano VI, logo que D. João foi eleito Rei de Portugal.

O mais interessante e sensacional é que o documento foi escrito e autenticado no Palácio Real de Coimbra, no mesmo dia 6 de Abril de 1385, com 64 assinaturas dos Bispos, Abades, Barões, Cavaleiros e Procuradores das vilas e outros lugares que haviam procedido à eleição do Mestre de Aviz. O documento não é sòmente autêntico, como é original. Examinemo-lo, perfunctòriamente que seja, que vale a pena.

Primeiramente protestam os signatários a maior obediência e dedicação ao Pontífice Romano.

> «Sanctissimo in Christo Patri, et Domino nostro, Domino Vrbano, Divina Providencia Sacrosanctae Romanae et Universalis Ecclesiae Dignissimo Summo Pontifici, sui humiles et devoti oratores servitoresque continui, Praelati, Barones, Milites, Nobiles et Populares viri infranominati, ac omnes Communitates Civitatum, Universitates, Castrorum, Villarum et aliorum locorum insignium Portugaliae et Algarbii Regnorum, *in obedientia et devotione vestris persistentes*, cum summa reverentia et recomendatione sui, devotissima pedis oscula datorum».

Em seguida confessam expressamente como e porque haviam pro-

(8) *Crónica de D. João I*, II, cap. LXXVIII.

cedido a actos que qualificam sinceramente de menos lícitos segundo o direito, praticando mesmo actos que reputam inválidos:

> «Pater Sanctissime, quem scimus infrascripta per nos, licet pro multis et gravibus animarum corporumque et bonorum nostrorum vitandis communibus damnis et periculis, acta *de jure minus licita,* ex quibusdam infra annotatis defectibus *invalida fore censenda.* Ideo ad Sanctitatis Vestrae clementiam singulare conservationis Status nostri refugium, pro eorum perpetuae stabilitatis remediis, omnes pariter duximus recurrendum, una voce, Vestrae Beatitudini.»

Expõem a situação do Reino por morte de D. Fernando, que não deixara Rei, Governador ou Defensor *legítimo* e continuam, frisando bem a nota dos cisma castelhano e da tentativa da conquista do País, com a consequente queda na órbita de Avinhão:

> «Nos attendentes, quod Joannes Henrici, qui se nominat Regem Castellae, scismaticum per Sanctitatem Vestram, de scismate condemanatus, nitebatur cum potentatu suo scismaticorum Regna ipsa invadere, prout invasit, et ea, et nos, ac alios *devotos vestros* sibi et damnato Antipapae subagere, cum tunc non haberemus aliquod talem Dominum Ducem, Comitem, vel Capitaneum, Gubernatorem et Defensorem in aliquo ipsorum Regnorum, qui acta eorum, et nostram gubernationem et defensionem intenderet; ac cernentes nos ipsaque Regna in magnis periculis et perplexitatibus constitutos, requisivimus et rogavimus Illustrem ac Magnificum virum Domnum Joannem Magistrum Ordinis Militiae de Avis, inclitae memoriae Domni Petri Regis praedictorum Regnorum natum, et fratrem ipsius Domni Fernandi naturalem, ad recessum suum, de dictis Regnis jam peratum, ut sibi placeret apud nos manere, nosque et dicta Regna, sicut praefertur, Rege, Gubernatore et Defensore carentia, regenda, gubernanda et defendenda suscipere, ac circa minus timendos satagentium inimicorum impetus, de remediis congruis providere: qui quidem Domnus Joannes Magister, nostris opportunis et tandem importunis devictus instantiis, onera regiminis, gubernationis et defensionis nostri et ipsorum Regnorum viriliter *summa cum devotione Vestrae Sanctitatis* assumens, et dextra sibi nobisque auxiliante divina, ad laudem et gloriam Nominis Dei vestri nostrique, ac saepe dictorum Regnorum memoriter retinendos honores serenissime supportavit».

Em seguida os homens das Cortes de Coimbra referem-se à filha de D. Fernando, que dizem nascida de incesto (*incestu manifesto convicta est*), bem como aos irmãos do mesmo D. Fernando, que dizem ilegítimos; apontam a situação interna do Reino e quanto era de temer a perda da independência nacional. Fora em ponderada consideração da situação realista e desesperada em que se viam, que se haviam reunido em Coimbra e tinham procedido à eleição do Mestre de Aviz, «quamquam invictum et contradicentem propter humilitatem suam, et proter infra designata impedimenta», «quasi cogentes eum his consentire, et nomen, dignitatem et honorem ac onera Regia hujusmodi aceptare. Ipsum tandem — concluem os Bispos e Procuradores — pro conservatione honoris et Status nostri, et *Sanctae Sedis Apostolicae*, ac pro evitatione dictorum periculorum consentientem, et onera gubernationis et defensionis nostrarum et ipsorum Regnorum si e in quantum poterat, acceptantem, intronisavimus».

Posto o Papa perante o facto da eleição, canònicamente falando gravemente viciada, pedem para eles mesmos a absolvição de qualquer pena de excomunhão em que possam ter incorrido pelo seu procedimento e sobretudo para o Rei:

> «...ut non obstante defectu natalium, quem ipse Joannes patitur de praefato Domino Petro Rege, etiam si tunc idem Petrus conjugatus et mater ipsius Joannis (9), etiam si conjugata essent, genitus, et quod Ordinis Militiae de Aviz professus Miles existat, cujus quidem Ordinis Milites professi in suo statu, habitu et regulari observantia Cirtertiensi Ordini se conformare debent, et innupti semper manere; dignitatem, nomen et honorem Regalia hujusmodi libere habere et licite retinere valeat, secum dignum gratiosissime dispensare ipsum de potestatis Apostolicae plenitudine ab omni vinculo obligationis, quo se eidem Ordini Militiae, et ipsius Regulari Observantiae astrinxit penitus de magna misericordia absolvendo eum, non obstantibus, et clausulis oportunis» (10).

A iminência em que se encontrava Portugal de cair na órbita do

---

(9) Esta acusação de *adulterino* feita a D. João I pelos seus mais fiéis partidários, baseia-se, quanto ao Pai, num erro histórico gratuito, isto é, na vigência do matrimónio de D. Pedro com D. Branca, facto que nunca se verificou. Este é assunto a tratar noutra ocasião.

(10) Torre do Tombo — Gavetas, 14-3-9 (original); *Reforma das Gavetas*, fls. 124-27v.

Cisma, acentuam fortemente as Cortes de Coimbra, os tinha precipitado na solução da crise dinástica nacional: ne labamur in subjectionem et manus impias damnatorum scismaticorum [...] et *in damnum et destructionem nostram et Ecclesiae Romanae*, atque *Domini nostri Papae* praedicti, quorum inimici capitales se exhibent». O amor ao verdadeiro Pontífice Romano e a conservação do Reino unido à Sé de Pedro os levara a passar sobre o direito: *servitium Dei*, utilitas magna, et honor nostri et *Sanctae Romanae Ecclesiae*, ut non destrueremur ab inimicis nostris, et *ipsa Ecclesia non incideret in manus scismaticorum;* não tinham procedido por desprezo das leis canónicas, mas para o maior bem da Igreja: non in alicuius contemptum, sed honore, reverentia, auctoritate et superioritate Sancti Patris et Domini nostri Summi Pontificis et *Sanctae Sedis Apostolicae*».

Acentuam ainda fortemente os eleitores de Coimbra, que o Eleito nada fizera espontaneamente para conculcar a sua Regra; que recebera a eleição «cum magno corporis tremore», pois, confessava ele, «non poterat, nec libertatem habebat posse recipere et habere talia nomen, dignitatem et honorem». Acentuam, finalmente, que só quando o certificaram de que uma embaixada solene partiria imediatamente para Roma, a solicitar de Urbano VI as necessárias dispensas canónicas, se resignara a aceitar o cargo e dignidade reais. E foi então, mas só então, diz o Instrumento, que «nos omnes concordes in unico amore, proposito, voto, consilio, actu, in Nomine Patris, et Filii et Spiritus Sancti, nominavimus, elegimus, assumpsimus, habuimus et recepimus cum meliori et pleniori modo quo potuimus», como Rei de Portugal, por necessidade inadiável da política nacional e do próprio bem da Igreja, o Mestre de Aviz.

★

Esta a súmula da embaixada confiada ao Bispo de Évora D. João Anes e ao nobre e prudente varão D. Gonçalo Gomes da Silva, aos quais foi dada ainda carta branca para pedirem a Urbano VI, em nome de todos, isto é, da própria Nação, o que mais lhes parecesse conveniente.

Como é sabido, o Duque de Lancaster D. João de Gante (Gaunt), casado em segundas núpcias (1371) com D. Constança, filha mais velha de D. Pedro o Cruel, assassinado por Henrique de Trastâmara em 1369, pretendia, por sua mulher, o trono castelhano. Em Novembro de 1372 fora assinado entre o Duque e o Rei de Portugal, um tratado contra os Trastâmaras, início de uma política comum peninsular.

Em 25 de Julho de 1386 arribara o Duque à Corunha com uma grossa armada e no 1.º de Novembro seguinte encontrava-se com o novo Rei de Portugal na Ponte do Mouro, entre Monção e Melgaço, onde ficou contratado o casamento de D. João I com D. Filipa, filha do Duque e de sua primeira esposa D. Branca de Lancaster. Note-se, entretanto, que em Maio do mesmo ano se firmara o tratado de Windsor com Ricardo II de Inglaterra, sobrinho do Duque (que fora um dos regentes na sua minoridade), tratado este que constitui a pedra angular da política secular luso-britânica.

Em 2 de Fevereiro de 1387 era efectivamente celebrado o casamento de D. João e D. Filipa na Sé do Porto. Mas já antes, logo depois da entrevista da Ponte do Mouro, em carta sem data que Fernão Lopes transcreve, o Rei comunicava às vilas e cidades da sua obediência ter jurado e prometido casar com a Infanta D. Filipa de Lancaster. Nesse documento lêem-se estas palavras: «E porquanto Nosso Senhor o Papa *já havia dispensado connosco que pudéssemos casar*, houvemos sobre isso nosso conselho» ([10]).

Põe-se aqui este grave problema jurídico: teria el-Rei casado de facto com a dispensa pontifícia dos seus votos solenes regulares, sem a qual o matrimónio teria sido nulo *de iure*?

O problema levantou-se imediatamente e pelo Reino correram desencontradas e apaixonadas versões, certamente sopradas pela facção adversa ao Rei, vencida mas não convencida nas justas de Coimbra e Aljubarrota. O Papa não dispensara com el-Rei de forma a que casar pudesse; o Rei não recebera bula de tal privilégio, mas apenas o duque de Lancaster ficara de mandar por ela. Isto corria de boca em boca. Mais tarde, quando a Urbano VI sucedeu Bonifácio IX, este dispensara efectivamente, mas com determinadas condições, corria ainda.

Que era feito da embaixada enviada pelas Cortes de Coimbra a Urbano VI, «tanto que o Mestre fora alçado por Rei»? Esclarece Fernão Lopes: quando el-Rei casou havia mais de um ano que o Bispo de Évora e Gomes da Silva tinham largado em duas galés para a corte romana. El-Rei recebera deles recado, no momento em que com o Duque de Lancaster tratava seus feitos, dizendo como chegeram a Génova onde acharam o Padre Santo, e que tendo-lhe apresentado o instrumento de sua embaixada, «que ell em todallas cousas por sua parte pedidas benigna-

([10]) *Crónica de D. João I*, II, cap. XCIV.

mente dispensara, e que o roll era jaa asinado, e trabalhavam de tirar as letras» ou bulas (11).

E aqui está uma explicação do cronista que, ao contrário de tantas outras, tem todos os visos de exprimir a realidade dos factos. O regimento da Cúria Romana era mesmo aquele. O Papa assinava o rol das súplicas com a letra inicial do seu nome de baptismo ou outra que escolhia para o efeito. Os funcionários transcreviam integralmente o documento nos *in-folio* da chancelaria. Os registos subsistentes contêm principalmente as graças ordinárias requeridas ao Papa *in foro externo*, concedidas directamente pelo Pontífice até ao fim do século XV. Se o Papa pelo seu punho despachava, escrevia: *Fiat*, e por isso se lhes chamou graças *per fiat*. Se apenas assinava o referendário, este exarava: *Concessum in praesentia*. As graças *per concessum* eram invariàvelmente firmadas pelo Vice-Chanceler ou pelo Regente da Chancelaria (12).

Isto mesmo se deu com a «larga suplicatória» de que fala Fernão Lopes, da qual fizemos largos extractos. Assinada a petição das Cortes *per fiat*, os escrivães da Chancelaria tirariam posteriormente as bulas, tantas quantas fossem necessárias, segundo a natureza canónica das diferentes súplicas, datando-as com o dia do despacho pontifício. Evidentemente que *in foro interno* ou da consciência, a dispensa ou graça era válida e sortia todo o seu efeito, a partir do dia da assinatura do rol.

Urbano VI, por uma atitude de espírito que vamos explicar, nunca mandou bular as súplicas, dando-lhes valor *in foro externo*, como a sua mesma natureza o requeria. Dizem uns que por teimosia do seu difícil carácter — que em muito contribuiu para a tragédia do Cisma — ou quer porque os embaixadores portugueses, inexperientes dos trâmites da Cúria Pontifícia, não requereram em devida forma que as bulas lhe fossem passadas.

Fernão Lopes, se bem que aluda à segunda hipótese, atribui sobretudo à primeira o fracasso da embaixada. Talvez sem razão, como vamos ver.

Um tal Mestre Henrique — relata o próprio cronista — de nacionalidade inglesa, que então estava em Roma, fingindo ser grande servidor do Duque de Lancaster, «sem sabemdo ell ẽ sua molher desto parte, falssamẽte emfformou o Papa, dizemdo que o Regno de Portugall pertemcia a

(11) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXXII.

(12) P. Bruno Katterbach, O. F. M. — *Inventario dei Registri delle Suppliche*, Città del Vaticano, MDCCCCXXXII.

Duquessa dona Costança, e deshi ao Duque dAlemcastro por ser seu marido».

Naturalmente Urbano VI, pela mais elementar prudência, mandou sobrestar, como afirma o cronista de D. João I:

> «O Papa ouvindo ssuas rezoẽes, porque el Rey dImglaterra [Ricardo II], sobrinho deste Duque, era huũ dos notaves senhores que lhe emtam obedeciam, deshi porque alguũs affirmavam muito que ell Rei dImglaterra queria trautar que el Rei de Castella se decesse da temçam que tinha e viese a obediemcia da Egreija, mandou as letras estar asy quedas, ataa que fosse sabudo em certo como era o que lhe ffalara aquell Mestre Amrrique».

Comunicado o caso a D. João I, queixou-se este, naturalmente, ao Duque de Lancaster pelo doutor Gil do Sem (Dossem), do seu Conselho. O Duque responde ao *futuro genro* — o que leva a data do documento para *depois* do convénio da Ponte do Mouro, em 1 de Novembro de 1386 — por estas sentidas palavras:

> «Muy nobre e poderosso Rei, vos sede certo que esto numca foi ffallado per nos, nem per noso mamdado, nem da dita Rainha, nem nos prougue nem praz dello: amte sabei que assy per alguũs vosos que mamdavẽes, como per outras pesoas que hiam a corte [de Roma] emvyavamos demandar afficadamente ao Papa que por amor de nos delibrase loguo vosos neguocios asy como se fosẽ nosos, caa temos que os nossos ffeitos e os vosos que todos eram hũs, seguumdo as maneiras que amtre nos e vos eram, que esto lhe teriamos em graça especiall. E por esto nã devees de cuidar que por nos nẽ por a dita Rainha fose mamdado nem comsemtido cousa per que a vosos neguocios viesse embarguo; e deveillo aver por certo por algũas rezoẽs, especiallmemte se nos ouvessemos fallado em ello, *como trautariamos nos casamemto de nosa muito amada filha Felipa comvosquo*, caa a nos compria muito seguumdo voso estado, que ella ouvese homrra e estado, seguumdo a linhagẽ domde hee».

E para que o Rei de Portugal entendesse que o Duque tinha seus negócios no coração, «asy como nosos mesmos», ordenara mandar a Roma o seu chanceler do selo da puridade, o doutor em Leis Guilhem, «pera que

em noso nome emforme o Papa da nosa vomtade nos feitos que trajem a vosa homrra e delivramemto a vosos neguocios» ([13]).

O Duque de Lancaster era realmente sincero e Fernão Lopes podia ter alegado um documento que prova exuberantemente a sua amizade. Após o casamento de D. Filipa (2-2-1387), seu Pai e Madrasta fazem perpétua doação entre vivos ao Rei de Portugal, de todos os direitos que porventura haviam ou poderiam vir a possuir em Portugal, em documento feito em Babe, termo de Bragança, em 26 de Março de 1387 ([14]). Os receios de Urbano VI, se bem que prudentes, deixavam de ter fundamento, pelo menos a partir deste momento.

Restava o outro motivo: a esperança que nutria de que o Rei de Castela abandonasse o Cisma, não lhe convindo, consequentemente, mostrar *pùblicamente* que estava contra ele no caso concreto da política portuguesa. Tanto mais que o Duque de Lancaster renunciara à guerra contra Castela, contratara o matrimónio e casara efectivamente sua filha Catarina com o primogénito do Rei Castelhano (apesar de herege, excomungado e cismático!), na catedral de Palencia, em fins de 1388 ([15]).

Não se pode dizer que estes factos fossem de molde a tranquilizar a Corte portuguesa e a apressar o bom despacho da embaixada de 1385.

Infelizmente Fernão Lopes é irritantemente omisso em datas fundamentais para o esclarecimento de variados como importantes problemas históricos. Documentos sem data, factos sem cronologia ou de cronologia vaga, são moeda corrente na sua narrativa. E aqui estamos em face dum caso destes, entre tantos.

Regressaram os homens da primeira embaixada a Portugal. El-Rei ordenou, diz o cronista, «sem poer mais tardamça» — mas sem que saibamos exactamente, nem mesmo por indícios, o quando destes factos — que novamente partissem para a Corte Papal o mesmo prelado de Évora e o bacharel em direito João Afonso, prior da Alcáçova de Santarém, filho do honrado cavaleiro João Afonso da Azambuja.

Várias vezes requereram a Urbano VI que mandasse fazer as bulas, como no rol, já por ele assinado, se continha. Mas ele dava-lhes «suas coloradas escusas, levamdo os de dia em dia». E as delongas eram tais que falando-lhe um dia o Dr. João Afonso da Azambuja no caso, presentes alguns cardeais, «que a elles compria mais tornaremse sem resposta que

---

([13]) *Crónica de D. João I*, II, cop. CXXII.

([14]) Torre do Tombo — Gavetas 17-6-7 e 18-3-26 (originais) e *Livro I, dos Reis*, fls. 103-104.

([15]) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXVIII-CXIX.

estarem ali perdemdo seu tempo», Urbano VI, lhe replicou que não havia razão para se agravar, «ca elle avia el Rei de Portugall por absolto e com elle despemsado compridamente em todalas cousas que lhe mamdara pidir, posto que as letras tão cedo feitas nam fosem. Joham Affomsso — continua o cronista régio — respomdeo a esto algũas rezoẽes de que ao Papa desprougue, e asy como queixoso respomdeo comtra elle, dizemdo: *Tu te podes hir quamdo quiseres, mas se tu te ffores, tu hiras e tornarás*».

Com semelhante resposta acordaram os embaixadores partir para Portugal, passando pela Flandres. Presos na Alemanha e retidos ali «sem porquê, sallvo por os espeitarem», foram remidos por 2.000 florins da câmara ([16]).

A política de Urbano VI levava rumos cada vez mais intranquilizadores para a política portuguesa, com a ideia fixa de assim chamar a Espanha à sua órbita. As bulas *Dudum tempore* ao Bispo de Bordeus e aos Bispos Ingleses, de 16 de Janeiro de 1389, logo depois da paz do Duque de Lancaster com o Rei de Castela ([17]) mandavam suster a recolha de esmolas para a cruzada contra o Castelhano cismático, deposto e herege... E quando o Rei de Portugal ordenava despachar nova embaixada, providencialmente Urbano VI morria, em 15 de Outubro de 1389.

A atitude de Urbano VI para com Portugal, tanto em contraste com a de Portugal para com ele — e esta não era ditada apenas pelo oportunismo político, porque era a incontestável manifestação do sentimento sincero e secular do Povo português, ao mesmo tempo que revela o carácter teimoso e caprichoso do velho napolitano, que os historiadores da Igreja lhe afivelam, revelava também uma conduta política que tinha os seus ponderosos motivos. Certamente que não se procede desta maneira apenas por capricho...

Urbano VI falecia, pois, em 15 de Outubro de 1389. D. João de Castela seguia-o para a sepultura em 9 de Outubro do ano seguinte. Clemente VII morria também em 16 de Setembro de 1394. Urbano VI não despachara os sucessivos embaixadores de Portugal, mas também não conseguira arrancar o Rei de Castela à obediência do Antipapa de Avinhão. A cruzada contra Castela falira estrondosamente no dia em que o Duque de Lancaster se harmonizara com o Rei cismático, porque no fundo das coisas a cruzada contra Castela, decretada por Urbano VI, era apenas a

---

([16]) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXXIII.

([17]) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 311, fls. 268-269 e 269-269v., respectivamente.

guerra dinástica do Duque, colorida com o carácter de cruzada religiosa. A não ser assim, não se consegue compreender o sincronismo com que o Papa abandonou a luta, deixando só em campo o Rei de Portugal. Enfim Portugal firma as tréguas com o Castelhano em 29 de Novembro de 1389, mês e meio depois do falecimento do Pontífice Romano. E o cisma castelhano continua.

★

O cardeal Pedro Tomacelli, também napolitano, é eleito sucessor do desiludido Urbano VI, em 2 de Novembro de 1389. D. João I, «nã embarguamdo a sopricaçaom que pelos embaixadores primeiros mamdara e o asinamemto do Papa Urbanno que de sua despemsaçaom leixara feyto», ordenou logo nova embaixada e nova «suplicatória» no teor da primeira. Os letrados e juristas do Conselho de Estado opinavam que tal súplica era escusada, visto o rol estar já assinado pelo Papa defunto, portanto, segundo a procedura geral da Chancelaria Papal, requerer novamente que fossem passadas as bulas. De facto era uso e regra da Cúria «que a graça feita pelo Samto Padre, posto que nam fose escrita em sua forma, ou ffose feita e nam bullada, que nã expirava porem per morte delle, mas ficava em sua força des aquelle tempo que a ell outorguara, e nam do tempo que fose feita ou lhe posesem o sello».

Se bem que fosse exactamente assim, como os juristas razoavam, «por moor cautella e avomdamemto», mandou fazer «hũa tall como a primeira», e despachou por seus embaixadores o doutor João Afonso da Azambuja, já Bispo de Silves (1389-1391) e o fidalgo João Roiz de Sá. «E dada ao Papa a soplicaçaom que asy levavam, elle a ouve por sobeja, e benignamẽte respomdemdo, dise que pois seu amtecesor avia outorguado tall graça e o roll asinado, seguumdo el sabia, que era de presemte estonce, que escusado era soplicar mais sobre ello, senam soomemte requerer as letras».

Pediram os embaixadores que o despacho dado por Urbano VI ficasse assinalado em diploma, «pera rremover das gemtes algũa errada temçaom que muitos comtra [esto] tinham». E assim nasceram, finalmente, depois de uma luta diplomática que se arrastou por seis longos anos, as célebres bulas *Divina disponente clementia* (27-1-1391) e *Quia rationi congruit* (28-1-1391), publicadas em vernáculo saboroso por Fernão Lopes, sem data, como é seu sestro ([18]).

([18]) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXXV e CXXIV. — Torre do Tombo — *Bulas* 5-9, 26-15 e *Livro I dos Reis*, fls. 8-9v.

Finalmente, em 9 de Julho de 1391, presentes os Bispos de Lisboa e do Porto, eram solenemente publicadas no púlpito da Sé de Lisboa por Frei Rodrigo de Sintra, grande letrado, mestre em Teologia e mui famoso pregador da Ordem de S. Francisco. A análise dos dois documentos, o primeiro endereçado ao Rei e o segundo aos fiéis católicos do orbe, revela-nos o papel decisivo que a dedicação do Rei e do Reino a Urbano VI, à Igreja Romana e ao próprio Bonifácio reinante, tiveram na concessão liberalíssima de todas as graças suplicadas: absolvição de quaisquer sentenças de excomunhão e outras penas canónicas *ab homine* ou *a iure*, em que tivesse incorrido; dispensa dos votos solenes de religião, bem como de todo o perjúrio, nódoa, infâmia ou inabilidade jurídica; legitimação de nascimento, embora concebido e nado de pais casados ([19]); confirmação como Rei de Portugal e legitimação do matrimónio, pois fora eleito, aceitara o trono e casara na vigência dos votos solenes, ligado, portanto, por sentenças e penas canónicas e inabilitado pela nódoa de infâmia pública ([20]).

Chega a parecer incrível que os Bispos e Juristas das Cortes de Coimbra tenham tropeçado por tal forma contra os mais elementares princípios do Direito Canónico! Mas não havia, naquela crítica conjuntura, outro caminho aberto. Lançaram-se, consequentemente, na senda dos factos consumados. O Mestre de Aviz, sabiam-no perfeitamente — pois não tinham eles aplicado, cremos que injustamente, o labéu da *iligitimidade* de nascença aos filhos de D. Inês e D. Pedro? — era inábil de direito para reinar, quer porque era ilegtimo (seus partidários vão até ao excesso erróneo e injusto de o dizer *adulterino* de pai e mãe!), quer porque era professo de um Instituto Religioso de votos solenes, que não sòmente tornavam ilícitos mas inválido tal acto.

Mas lá estava o cisma castelhano por um lado, e a sua fidelíssima obediência, nunca desmentida, ao legítimo Pontífice Romano, pelo outro, para salvar a situação, que era efectivamente melindrosa perante o direito ou a teoria medieval do Poder pontifício. Felizmente Bonifácio IX compreendeu logo o problema, a que não era estranho, havia anos, segundo confessa repetidamente na bula *Quia rationi congruit.*

([19]) Cfr. nota 9.

([20]) Na realidade Bonifácio IX, como a segunda bula expressamente o afirma, não faz senão confirmar em documento público, «por renembrança», «por maior cautella e seguuramça e aimda moor firmeza», quanto fora já dispensado por Urbano VI. A dispensa dos votos para o casamento de D. João I é *anterior* à realização do acto, como consta deste estudo. Não há pois que falar em revalidação do matrimónio.

Atendendo a que o Mestre de Aviz, com a sua prudência e valentia salvara Portugal do poder do cismático e herege João Henriques de Castela, tornando-o à sua antiga liberdade, e dele« perseguidor de Deus e nosso e da sua Santa Igreja», vitória e triunfo alcançara, tendo com os cardeais «assaaz de falamemto», «esguardamdo a gram devaçaom que a nos e ha dita Egreja sempre ouveste, de comselho delles todos», o novo Romano Pontífice — a louvor da Santíssima Trindade, «da sempre Virgem gloriosa Maria», dos Apóstolos e «homrra e bom estado da Samta Sagrada Egreja, nosa espossa» — abre largamente o seu coração paternal, concedendo imediatamente quanto desde 1385 se vinha suplicando em vão, com infindas despesas e dissabores, numa pertinácia heróica. Mas *audaces fortuna iuvat!* Estava ganha, finalmente, a última e por certo a não mais fácil batalha, graças ao cisma castelhano e à inabalável fidelidade portuguesa ao Pontificado Romano.

E se a alguém parecer que estamos a exagerar, imagine-se, por um momento que seja, que Portugal se lançara no Cisma e que Castela aderira a Urbano VI, ou simplesmente que Portugal e Espanha militavam na mesma política religiosa. É para se duvidar fortemente que a dinastia de Aviz tivesse vingado e que tão depressa houvéssemos assegurado a independência nacional.

A confirmar as excelentes relações existentes entre a Cúria Romana e a Corte de D. João I está o facto, entre tantos outros, de o Rei de Portugal ter enviado duas galés, de que era arrais o nobre varão João Ramalho, incorporadas na armada pontifícia sob o comando supremo de Bernardo de Perpiniano. O documento pontifício que atesta o facto é de 21 de Outubro de 1391 ([21]).

Falecido Clemente VII em 16 de Setembro de 1394, como já foi dito, sucedeu-lhe no antipontificado o aragonês Pedro de Luna, em 28 do referido mês, com o nome de Bento XIII. A D. João I de Castela sucedeu seu filho D. Henrique III, em 9 de Outubro de 1390, a quem seguiu na obediência cismática, primeiro a Clemente VII e posteriormente a Bento XIII.

Na bula *Quamvis ad regimen apostolicae sedis*, de 1 de Setembro de 1398, endereçada ao Arcebispo e Deão bracarense e ao Bispo de Coimbra, Bonifácio IX faz a história do cisma de D. João I de Castela e Leão, relata as tremendas sentenças de excomunhão-maior e deposição régia contra ele fulminadas por Urbano VI, refere a tentativa de cruzada contra o cismático e herético genro de D. Fernando e pretendente ao trono por-

([21]) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 313, fls. 185.

tuguês, confirma e aplica contra o filho — D. Henrique III — a violenta legislação canónica do prodecessor, mandando renovar contra ele a pregação da cruzada nos reinos de Castela e Leão, bem como nos reinos de Portugal, Navarra e nas partes da Vascónia.

Desde os alvores do seu pontificado — ao invés de Urbano VI — Bonifácio IX não se deixara ludibriar com a política religiosa dos Reis de Castela e Leão, nem acerca dos seus autênticos sentimentos para com o Pontifício Romano, mas abrira logo os olhos e avaliara justamente, em toda a sua extensão e importância, a inabalável fidelidade de Portugal à unidade da Igreja Romana, não apenas por oportunismo político, mas geral e verdadeiro sentimento do Povo Português.

A importância política do cisma castelhano na solução definitiva da crise dinástica e sucessória de 1385, parece-nos não só evidente mas excepcional. O estudo e aplicação do Direito Canónico medieval — nomeada e particularmente do direito matrimonial — parece-nos de primordial e capital valor para o esclarecimento definitivo de variados problemas de história nacional, os quais, exactamente porque têm sido estudados à margem das realidades jurídicas, não receberam ainda a sua explicação acertada e cabal.

Outro tanto se diga do estudo da História Eclesiástica do país. Os problemas de história política e mesmo militar ou marítima, e os problemas de história especìficamente religiosa, tantas vezes se confundem, enredam e encabrestam, que desconhecer estes equivale, necessàriamente, a desconhecer aqueles em todos os seus contornos. Parece-nos estar neste caso o estudo da solução final da tormenta nacional que herdámos de D. Fernando, em boa parte fruto sazonado dos desvairos da sua formosura e sobretudo da sua inconstância.

INTERVENÇÕES

O Prof. Dr. Marcelo Caetano contradisse a opinião do P. Brásio sobre a falta de trabalhos sobre o assunto. O Capitão Gastão de Melo e Matos sublinhou que já tinha, com o Dr. António José Saraiva, notado o mesmo, quando o P. Brásio falou sobre o mesmo assunto, na Academia Portuguesa de História. Interveio em seguida o Prof. Dr. Sousa Soares reprovando inteiramente a última frase do trabalho lido,

confessando, aliás, a amizade que consagra ao P. Brásio: «Parece-nos estar neste caso o estudo da solução final da tormenta nacional que herdamos de D. Fernando, em boa parte fruto sazonado dos desvairos da sua formosura e inconstância». Intervieram ainda o Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. J., e o Dr. Marcelo Caetano.

A tese idealista da identidade entre História e Filosofia

Por António José Aguiar Alves de Brito

Definição de idealismo — A história nos filósofos idealistas anteriores a Hegel — Hegel e a inserção da filosofia na história (história da filosofia) e da história na filosofia (filosofia da história) como momentos essenciais à própria filosofia — A manutenção dum paradoxal dualismo entre a filosofia em si e a filosofia — A manutenção dum paradoxal dualismo entre a filosofia em si e a filosofia que surge na história e entre a história em si e a história cuja certeza está na filosofia — Crítica de Croce a semelhante dualismo — Génese do sistema crociano a partir dessa crítica — A dialéctica dos distintos na unidade do Espírito — Teoria e prática — A filosofia da verdade do conhecimento teorético — A história enquanto é o conhecimento teorético (historia res gestae) verdadeiro — Consequente identificação da história (historia res gestae) com a filosofia — A reacção gentiliana contra a dialéctica de Croce — Síntese de teoria e prática — Pensamento pensante e pensamento pensado — Identidade da realidade e do pensamento — Desenvolvimento do pensamento na qualidade de real: a história — Simultâneo desenvolvimento do pensamento enquanto auto-conhecimento: filosofia — Coincidência da filosofia com a história (com a história res gestae e a história rerum gestarum) — Pensamento pensante e história ideal eterna, pensamento pensado e história no tempo (noção desta).

O idealismo, a dialéctica e a identidade entre história e filosofia — A refutação dessa tese dependendo da refutação do idealismo e da dialéctica.

Subsídios para a história das Cortes Medievais portuguesas

Por Marcelo Caetano

1. Na memória que publiquei sobre *As Cortes de Leiria de 1254* por ocasião das comemorações do seu 7.º Centenário (1), cheguei à conclusão de que as primeiras notícias do aparecimento dos homens-bons dos concelhos nas sessões plenárias da Curia Régia não permitem afirmar que desde logo tivesse passado a existir uma nova instituição de carácter representativo e muito menos com funções deliberativas que se sobrepusessem ou impusessem à autoridade real.

Permita-se que recapitule as linhas gerais da minha tese.

Nos meados do século XIII *fazer curia* ou *corte* consistia em celebrar uma solene audiência régia, com a presença dos senhores que para ela fossem convocados ou que tivessem direito a nela participar por força do dever de conselho que os vassalos tinham para com o seu senhor.

O monarca deambulava pelo País acompanhado dos seus áulicos, entre os quais figuravam os dignitários permanentes da Curia e os privados do seu conselho.

Ia assim despachando os negócios correntes; mas, por vezes, surgia a necessidade de estacionar com mais tempo num lugar, de ante-mão conhecido por todos os possíveis interessados, a fim de que os nobres habitualmente residentes nas suas terras, os bispos das dioceses, os abades das ordens monásticas e os mestres das ordens militares, pudessem reunir-se a fim de apresentarem as suas queixas ou as suas pretensões e de darem o seu parecer sobre algum ponto que o rei quisesse esclarecer ou decidir.

Nalguns casos, são os próprios interessados que solicitam ao soberano que os atenda em corte para formularem as suas reclamações: foi o que sucedeu em 1261, por exemplo.

---

(1) Editada pela Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1954.

Segundo tudo leva a crer, aberta a audiência solene, presidindo o rei cercado dos seus ministros, legistas e clérigos, os interessados apresentariam as suas petições ou o rol dos seus agravamentos, que iriam ser estudados pelo conselho régio. As respostas seriam também dadas em audiência solene, como se depreende da acta da curia de Guimarães de 1250: «*...responsiones Regis factas Vimarane ab ipso Rege in curia sua congregata ad plurima negotia regni expedienda... in presencia multorum episcoporum procerum et militum et aliorum...*» (2).

No intervalo entre os actos solenes haveria outras audiências, de carácter privado, para exame e despacho de casos particulares ou discussão de assuntos que não conviesse debater na assembleia.

Como de cada vez que se convocava a curia plena se celebravam várias audiências, resultaria daí a expressão comum de referir essas várias sessões como várias *curias* ou *cortes*, e daí o passar-se do singular *corte* para o plural *cortes*.

Ainda, porém, em 1273, D. Afonso III usa o termo no singular: «*figi mha corte cum eles en Sanctaren...*» (3).

Estas reuniões eram relativamente frequentes, embora a sua importância fosse variável. De muitas não terá ficado notícia, de outras só há notícias incompletas. Conviria, porém, não confundir as audiências solenes do rei aos seus vassalos para exame e resolução dos negócios públicos ou despacho das pretensões das classes ou das localidades, com assembleias representativas cuja acção limitasse o poder real. Da confusão destas duas instituições diferentes — se bem que entre si relacionadas — é que resulta o erro principal de certos catálogos de cortes medievais, que uma crítica exigente não pode considerar utilizáveis.

2. Nas audiências solenes da Curia plena do reinado de D. Afonso III começam a aparecer os mensageiros dos concelhos.

A primeira notícia de uma deliberação régia tomada com prévia audiência dos municípios é a da Carta de 26 de Dezembro de 1253 que tabelou certos géneros e mercadorias cujos preços iam subindo à medida que se aproximava a época da quebra da moeda (4).

Nessa Carta diz o monarca que sobre o tabelamento dos preços «*habui consilium cum Riquis hominibus sapientibus de Curia mea et Con-*

(2) P. M. H., *Leges*, pág. 185.

(3) P. M. H., *Leges*, pág. 229.

(4) Veja-se o que sobre o assunto escrevi na citada memória sobre *As Cortes de Leiria de 1254*, pág. 14.

silio meo et cum Prelatis et Militibus et Mercatoribus et cum Civibus et Bonis hominibus de Consiliis Regni mei...» ([5]).

Tem sido posto em dúvida que esta fórmula se refira a uma reunião da Curia. Creio que há muitas probabilidades, porém que se deva aceitar a existência da reunião.

Na verdade, o rei, para ouvir tanta gente, teve de a convocar a vir a Lisboa onde ele ao tempo se encontrava. Reuniram-se, pois, aí todos os consultados. Se se celebrou algum acto solene com a presença de todos, ou não, é um pormenor meramente formal que terá importância secundária, sabido que as audiências privadas eram habituais nessas ocasiões.

O que é indubitável é que o rei, para fazer a lei, ouviu primeiro, além dos seus conselheiros, dos ministros, dos prelados e dos cavaleiros, os mercadores e os cidadãos e homens bons dos concelhos do reino.

A especificação de que se tratava de homens bons dos *concelhos* parece impor o entendimento de que se tratava de delegados dos municípios como tal convocados, e não de indivíduos consultados apenas pelo seu prestígio ou pelos seus conhecimentos.

Os concelhos, porém, designavam em regra os seus procuradores com mandato imperativo, isto é, não os constituiam seus representantes com plenos poderes para tratarem de tudo sobre o que fossem ouvidos e resolverem a seu talante, mas apenas lhes davam autoridade para formularem certas queixas e se pronunciarem sobre certas questões. Já Gama Barros pôs em destaque este ponto ([6]).

Aventei já a hipótese de o rei ter chamado em 1253 os seus vassalos para os ouvir sobre o tabelamento dos géneros e ao mesmo tempo os sondar acerca das condições em que estavam dispostos a pagar a renúncia régia à quebra da moeda em 1254 ([7]).

Os procuradores dos concelhos deram o seu parecer acerca do tabelamento, mas não estavam autorizados a pronunciar-se sobre o segundo ponto. Munidos da proposta do soberano voltaram às suas terras. E em Março reuniram-se em Leiria para trazer as respostas.

Simples mensageiros, portanto, que transmitem as decisões dos seus constituintes e apresentam as reclamações e petições por estes formulados, possìvelmente como condição de anuência à vontade régia.

Se efectivamente em 1254 os representantes dos concelhos (apenas

---

([5]) P. M. H., *Leges*, pág. 192.

([6]) *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª ed., t. III, pág. 186.

([7]) *Cortes de Leiria*, cit. pág. 44.

daqueles municípios que, por virtude da existência neles de apreciável movimento mercantil, tinham interesses ligados à manutenção do valor da moeda metálica) negociaram com o soberano a importância do imposto a pagar-lhe em troca da renúncia ao direito de quebrar moeda, pode admitir-se que estamos já perante umas *Cortes* do novo tipo — diferentes da simples audiência solene da Curia.

É certo que no auto do juramento de D. Afonso III datado de 18 de Março de 1255 (8) o monarca diz que se limitou a anuir às súplicas feitas «humilde e instantìssimamente» pela maior parte do seu clero e do seu povo, aceitando o que eles lhe ofereciam. Mas as fórmulas tabeliónicas nem sempre correspondem exactamente à realidade. Naquele caso o notário daria ao texto a redacção conveniente à defesa do prestígio monárquico houvesse o que houvesse. Um pedido ao rei que este defere, é uma coisa; a recusa de anuir à resolução régia de quebrar a moeda e a oferta em troca de uma compensação, é outra. Qual das duas se teria verificado? Os termos em que o rei se vincula pelo juramento inclinam mais para a segunda hipótese.

Por outro lado, não há notícia pròpriamente de uma representação do *povo* ou dos concelhos: mas simplesmente da audiência de alguns municípios interessados em especial no assunto, que a muitos, apenas rurais, e onde a moeda era rara e desempenhava escasso papel, havia de ser indiferente.

3. Já sete anos depois, em 1261, a assembleia nos aparece mais caracterìsticamente como uma instituição dotada de existência própria (e não mero resultado da audiência régia) e destinada a defender direitos das classes em face do monarca.

Segundo a notícia que delas nos ficou (9) D. Afonso III, seguro do seu direito e de acordo com o costume, decorrido o septénio sobre a data em que lhe fora lícito quebrar a moeda, começou a cunhar outra nova e, naturalmente, com quebra de valor.

Então «os prelados, os barões, os religiosos e o povo» do seu reino consideraram-se agravados negando-lhe tal direito e a legitimidade do costume e «humildemente» (a tal fórmula tabeliôa) lhe pediram que convocasse a curia para se definir nela o que nessa matéria devia ser feito e observado. O rei, a pedido deles, convocou, portanto, para Coimbra, onde

(8) P. M. H., *Leges*, pág. 196.
(9) P. M. H., *Leges*, pág. 210.

se achava e onde estava a decorrer a cunhagem da nova moeda ([10]), todos os arcebispos e bispos, os barões, os religiosos e as «comunidades» ou concelhos do reino.

Sabe-se que na reunião o assunto foi àsperamente discutido: «*in ipsa curia diucius disceptatum... post multos et varios tractatos hinc inde habitos super eis...*», resultando do debate uma regulamentação minuciosa feita «*de consilio tocius curie mee*», do direito real de cunhar moeda e da tributação que, uma vez em cada reinado, ao soberano era permitido lançar em troca da renúncia à alteração do valor dela ([11]).

Herculano viu com a sua sagacidade habitual a importância desta reunião quando escreveu na *História de Portugal:* «Se as cortes de 1254 assinalaram uma data importante da nossa história política, a da admissão dos concelhos aos parlamentos nacionais, as de 1261 oferecem outra circunstância não menos grave, a de se reconhecer que o lançamento de um tributo geral sobre a propriedade era, não direito do rei, mas concessão do país».

Pela minha parte, o que me parece de acentuar é que as Cortes de 1261 são as primeiras relativamente às quais se possui a certeza de que os procuradores dos concelhos desempenharam um papel, não de simples mensageiros, portadores de súplicas a submeter a despacho régio, mas de membros de uma assembleia que reivindica direitos e que intervém na definição das regras a incluir na lei.

Em 1254 não temos provas de que tenha havido mais do que audiência do rei aos procuradores dos concelhos; em 1261 há documento comprovativo da intervenção desses procuradores no acordo de que saiu a regulamentação das prerrogativas régias em matéria monetária. Que importância teria tido essa intervenção? Foi maior que a das outras classes? Foi menor? Não o sabemos. Mas existiu. E enquanto não se provar que em assembleias anteriores da Curia já se produzira intervenção análoga, teremos de guardar esta data como sendo a do nascimento das instituições parlamentares em Portugal.

Este significado que lhe atribuímos, não pode ser diminuído, como faz Sanches Albornoz ([12]), pelo facto de a fórmula de promulgação da lei acentuar que se trata de uma decisão do soberano — «*declaro, ordino,*

([10]) Documento em João Pedro Ribeiro, *Diss. Chron. e Criticas*, t. III, 2.ª parte, XXV, pág. 77.

([11]) Acta cit. em P. M. H., *Leges*, pág. 210 e resumida em Herculano, *História de Portugal*, liv. VI e em G. Barros, *ob. cit.*, 2.ª ed., t. III, pág. 138.

([12]) *La Curia regia portuguesa*, pág. 162.

statuo et firmiter concedo per istam meam cartam» — embora ouvida toda a sua Curia. Já acentuámos mais de uma vez que fórmulas são fórmulas, as quais neste caso não disfarçam a realidade de uma lei que resulta, não da vontade do rei, mas de uma larga negociação e discussão com os representantes do seu reino. Não se pode dar mais importância a essas frases da fórmula «que apenas denotam que o poder legislativo era exercido pelo monarca) do que às outras do mesmo diploma em que o rei afirma que legisla em união com sua mulher D. Beatriz e sua filha a infanta D. Branca...

4. No estudo da evolução institucional das cortes medievais tem, a seguir, particular interesse as assembleias do reinado de D. Afonso IV.

Este, ao subir ao trono em 1325, convocou Cortes para Évora no mês de Abril. D. Dinis morrera a 6 de Janeiro.

Temos, destas Cortes, um documento precioso: a carta régia de 30 de de Abril de 1325 enviada pelo rei ao concelho de Santarém com a resposta aos seus agravamentos ([13]).

Nesse diploma o rei acusa a recepção da «carta de crença» pela qual foram acreditados os quatro procuradores do concelho às cortes, com poderes bastantes — «procuraçon avondosa» — para prestarem menagem ao novo monarca «outrossi per feito das moedas segundo vos eu mandei».

O soberano agradece ao concelho o ter correspondido à convocação e dado os poderes nos termos por ele solicitado, ligando a este agradecimento a confirmação, que informa ter mandado passar, dos foros, usos e costumes do concelho. Ao mesmo tempo, desembarga os agravamentos de que o concelho se queixava e que haviam sido apresentados pelos procuradores.

Resulta daqui que as Cortes foram convocadas par prestarem homenagem ao solene ao novo monarca ([14]). A convocação solicitava ainda aos

---

([13]) Publicado pelo Visconde de Santarém, *Alguns documentos para servirem de prova à parte 2.ª das memórias para a Hist. e Teoria das Cortes Gerais*, 1828, pág. 307.

([14]) Na Carta régia dada ao Abade de Pendorada em 22 de Abril de 1328 faz-se mais detida referência a esta homenagem solene prestada em Cortes: «...eu fazendo Cortes em Évora, sendo hi juntados Ricos homens e Cavaleiros e outros Filhos dalgo dos meus reinos, outrossi Bispos, Abades, Priores e outras pessoas dos Mosteiros e Igrejas do Arcebispado de Braga e do Bispado do Porto e dos outros bispados dos meus Senhorios, e Concelhos dos meus reinos por seus procuradores e outras gentes do meu senhorio pera me receberem por Rei e por Senhor e me fazerem menagem e me conhecerem senhorio e divido natural como a Rei e a Senhor a que são teúdos de conhe-

concelhos que nas procurações dadas aos seus representantes lhes dessem poderes para votarem na questão das moedas. Que seria? Tudo indica que se tratava de cunhagem de nova moeda, permitida, nos termos do instrumento de 1261, uma vez em cada reinado. O rei tinha 34 anos de idade, as vidas eram curtas e convinha portanto acautelar-se com o exercício da faculdade legal. E teria sido, por isso, em 1325 ou 26, que lavraria os *dinheiros novos* ou *afonsis*, de 9 soldos em vez dos 12 tradicionais ([15]).

Fernão Lopes, no capítulo 55 da *Crónica de D. Fernando* em que se refere ao facto, regista que «dizem que foi então convenção entre elrei e os prelados e o povo do reino que elrei nunca mais mudasse moeda...». Confusão do cronista, que atribuiu a Afonso IV o que se passara neste particular no tempo de Afonso III, ou renovar-se-ia o acordo, para que ficasse expressa a adesão e a confirmação do novo monarca ao acordo de 1261?

O que importa agora notar é o papel destas Cortes: ratificam o reconhecimento e a obediência do reino ao soberano recém-aclamado e autorizam a cunhagem da nova moeda com quebra do valor. Em troca o rei confirma privilégios locais e despacha agravamentos especiais.

5. Mais importantes são ainda as Cortes celebradas em Santarém, em 1331 — as primeiras em que os procuradores dos concelhos se juntam por mandado do rei para apresentarem em comum os agravamentos da classe popular.

São conhecidos os agravamentos gerais, despachados em 30 de Maio de 1331. Os seus 63 artigos são precedidos de um pequeno proémio em que se lê:

> «Em nome de Deus amen. Na era de 1369 anos quinze dias de Maio El Rei D. Afonso IV, filho do mui nobre Rei D. Diniz fez cortes em Santarem. Foram hi juntos todolos prelados e todolos ricos-

cer e pera livrar com eles algumas outras cousas que eram meu serviço e prol dos meus reinos...».

Publicada por João Pedro Ribeiro nas *Diss. Chron. e Criticas*, t. II, 1857, append. VIII, n.º XII, pág. 240, donde a transcrevemos actualizando a ortografia.

([15]) No artigo publicado na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, t. XXII, 2.ª série, n.º 2, sobre *A pragmática de 1340*, o Snr. Dr. A. H. de Oliveira Marques, a pág. 136, arrisca a hipótese de a quebra da moeda ter sido decidida nas Cortes de 1340, mas sem qualquer apoio documental. O que oferecemos, embora débil, constitui o que em Direito se chama um princípio de prova, mas é já qualquer coisa...

-homens, priores e abades e cavaleiros e muitos homens bons dos concelhos de todo o seu senhorio nas quais Cortes 30 dias do mês de Maio publicou muitos agravamentos e muitos mais tregimentos que corregeu e muitas graças e mercês que fez a todolos de sa terra segundo se adeante segue» (16).

Existem também vários agravamentos especiais de concelhos então despachados. Ora o texto mais importante é o dos agravamentos do concelho de Bragança como se vai ver.

No proémio deles diz o rei:

«...entendi a fazer cortes em Santarem por Maio meado que ora foi e que enviasedes a mim dous homens bons desse concelho e um tabelião pera hi verem aquelas cousas que se fizessem nas cortes e pera me dizerem aquelas cousas per que essa terra podia ser melhor veriada e outrossi pera me pedirem aquelas cousas que fossem aguisadas e pera correger aquelo que fosse pera correger...»

Até aqui, portanto, é um resumo da carta de convocação, do maior interesse, até quando acentua que os procuradores e tabelião do concelho vinham às Cortes para *ver* o que lá se fizesse...

Mas o seguinte é ainda mais elucidativo:

«...e mandei-lhes que eles com todos os outros que vieram por todolos outros concelhos do meu senhorio e que se juntassem e vissem e consirassem todolos agravamentos que os povos recebiam tão bem daqueles meus oficiais como doutras pessoas quaisquer e que os escrevessem e dissessem aquelo que fosse aguisado pera haver de correger geralmente a todolos do meu senhorio aquelo que fosse pera correger e entendi que per esto ficaria corregida a mor parte dos agravamentos especiais e eles fizeram-no assim. E eu vendo esses agravamentos gerais em conselho da minha corte mandei-os livrar per aquela maneira que entendi era serviço de Deus e meu e prol da ma terra...» (17).

---

(16) Ortografia actualizada. Utilizamos o texto existente no Arquivo Municipal de Lisboa, Liv. I de *Cortes*, fls. 1, e o da Colecção de «*Cortes do Reino de Portugal...*» coligida por João Pedro Ribeiro que está na Biblioteca da Assembleia Nacional (t. I) e que daqui por diante citaremos por *Cortes*.

(17) A. N. T. T., Gav. 8, m. 1, n.º 12.

É esta a primeira notícia que conhecemos da reunião em separado dos procuradores dos concelhos em Cortes para juntamente elaborarem a petição relativa às matérias a todos comuns.

Tal como resulta do documento, foi o monarca que tomou a iniciativa de os mandar reunir para se porem de acordo e apresentarem os agravamentos gerais, e isso por uma razão de comodidade régia; para evitar o ter de despachar repetidamente os mesmos assuntos em todos ou na maior parte dos agravamentos apresentados por cada concelho.

É possível, é probabilíssimo, que antes de 1331 já os procuradores dos concelhos se concertassem entre si sobre algum ponto a respeito do qual tivessem que pronunciar-se. Mas o facto de receberem mandatos imperativos, isto é, de as suas credenciais ou procurações estabelecerem precisamente o que podiam votar e como o haviam de fazer restringia muito a importância de tais conciliábulos, meramente particulares, isto é, à margem dos actos oficiais das Cortes. Pelo contrário, as reuniões dos membros do alto clero podiam conduzir a resoluções ou acordos de classe, apresentadas depois como reivindicações colectivas (como em 1250 e nas Cortes de 1325) quando os Bispos, Abades e Mestres estavam pessoalmente presentes, visto terem autoridade para falar por si.

Em 1331 os procuradores dos concelhos reúnem-se à parte, não para tomarem deliberações, mas para confrontarem os textos dos agravamentos de que cada um era portador e poderem simplificar as petições especiais de cada concelho mediante a supressão dos pedidos comuns, trasladados para uma petição geral com as coisas de interesse de todo o reino.

A leitura dos agravamentos gerais elaborados em 1331 mostra que foi efectivamente assim que os procuradores dos concelhos procederam. Os artigos são os mais variados e heterogéneos. Mas oferecem o enorme interesse de proporcionar uma visão de conjunto da administração local portuguesa. E é de notar que a extensão e a variedade dos agravamentos gerais não impediu que ainda ficassem bastante longos os agravamentos especiais de muitos concelhos ([18]).

É, pois, a partir deste momento que os concelhos vão constituir em Cortes uma classe, uma ordem ou, como mais tarde se diria, o braço popular.

6. Não se pense que, estabelecida a praxe da reunião em separado dos procuradores dos concelhos e da elaboração de agravamentos gerais,

([18]) Parte dos agravamentos especiais de Lisboa foram por mim publicados em *A administração municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia*, pág. 141.

passe a ser seguida invariável e regularmente daí por diante em todas as Cortes.

A este respeito importa voltar a prevenir que certos catálogos de Cortes não merecem confiança por recolherem quaisquer referências feitas por cronistas ou historiadores sem base documental; ou por se fiarem em registos arquivísticos onde um documento com agravamentos de um concelho é muitas vezes logo atribuído a Cortes, sem se ter em conta que, no intervalo das reuniões das Cortes, quando um município tinha problemas muito instantes carecidos de resolução régia, elaborava os seus agravamentos e enviava-os à Corte por mensageiros especiais.

Mas de Cortes realizadas de certeza — como as de Santarém, em 1340 — não nos chegaram agravamentos gerais. Há-os, porém, das que se lhe seguiram de 1352, de 1361, de 1371 e de 1372.

As Cortes de Lisboa de 1352 foram reunidas em consequência da desordem lançada no reino pela peste de 1348. O texto dos capítulos gerais começa por um exórdio em que o rei relata que:

> «mandámos dizer aos concelhos de todalas cidades do nosso senhorio e dalgumas vilas assinadas que entendíamos que melhor e mais compridamente nos podiam dizer e informar per qual guisa as ditas cidades, vilas e logares podiam ser tornadas a seu estado e os agravos corrigidos que eram feitos por esses nossos oficiais, que nos enviassem dous homens bons de cada um desses concelhos pera vermos o que nos dissessem e ordinharmos sobrelo o que entendessemos que era mais serviço de Deus e nosso e prol da nossa terra, os quais eles escolheram e da sa parte vieram a nós e mandamos-lhes que acordassem todos sobre as ditas cousas e eles ajuntaram-se e acordaram algumas cousas que todos juntamente nos disseram e deram em escrito as cousas que se seguem. E pediram-nos por mercê que o quizessemos vêr e correger de guisa que não recebessem agravamento daqui adiante e que puzemos determinação em cada um artigo qual nossa mercê fosse. E nós vendo o que nos disseram e mostraram, avudo conselho com os da nossa corte, damos a cada um artigo sua resposta qual se adiante segue...» ([19]).

O proémio elucida-nos de que foram convocados os concelhos de todas as cidades e de algumas vilas. Os agravamentos gerais eram os relativos

([19]) Arquivo Municipal de Lisboa, *Liv. I de Cortes*, fls. 33. Comparámos com a cópia de João Pedro Ribeiro na colecção atrás citada.

aos lugares convocados. No artigo XV, na verdade, o rei recusa-se a decidir acerca do pedido de uniformização dos pesos e das medidas «por que esto tange a muitos outros concelhos que a esto não foram chamados nem presentes, que poderiam dizer algumas razões se presentes fossem...».

É curioso que também se registam os votos vencidos por maioria. Justamente quanto a esse artigo XV, o monarca acrescenta, como fundamento para indeferir, que «alguns dos que aqui eram o contradisseram»; e no artigo XVII lê-se: «Ao que diziam no 17.º artigo todos, salvo o concelho de Santarém...».

Cada concelho foi convidado a enviar dois procuradores. A reunião de todos é destinada a resolverem o que havia de ser apresentado em comum — dando a entender que os procuradores disporiam de certa liberdade de deliberação para esse efeito ([20]).

7. Os agravamentos gerais apresentados pelos concelhos a D. Pedro I nas Cortes de Elvas de 1361 ([21]) não oferecem nenhum elemento novo digno de atenção. Os procuradores dos concelhos reuniram-se já segundo hábito e costume para elaborar o rol dos artigos a submeter ao rei, que os desembargou «avudo conselho com os da nossa Corte e com outros boos e entendidos da nossa terra».

Já as Cortes do reinado de D. Fernando revestem um significado muito especial na história da instituição ([22]). O desentendimento entre o monarca e o reino data dos primeiros tempos do seu governo. Nas Cortes de Lisboa de Julho-Agosto de 1371, quatro anos apenas depois da subida ao trono do novo soberano, já a oposição entre este e os concelhos é patente.

([20]) As Cortes de 1352 foram realizadas em Lisboa no fim de Agosto e princípios de Setembro. A leitura de uma carta régia enviada por D. Afonso IV ao Bispo de Coimbra D. Jorge, em 7 de Dezembro desse ano, acerca da necessidade de o foro eclesiástico proceder com rigor quanto aos criminosos a ele sujeitos, tem feito com que alguns autores pensem que «as cortes postumeiras» em Santarém a que a Carta se refere são as de 1352. Como se fosse possível de Agosto a fins de Novembro ter mandado o Rei um embaixador ao Papa expor o assunto (como na carta se refere), e obter despacho pontifício e bula! Não. Tudo andava lentamente. As Cortes referidas são as de 1340 ou outras realizadas antes de 1352, em Santarém, de que não temos notícia.

No mesmo sentido, de que a Carta ao Bispo se refere às Cortes de 1340, se pronuncia o Dr. Oliveira Marques, *loc. cit.*, pág. 131.

([21]) Publicados pelo V. de Santarém, *Alguns docs. para servirem de provas à parte 2.ª...*, pág. 3.

([22]) Utilizamos as cópias dos artigos existentes na já citada colecção de João Pedro Ribeiro da Biblioteca da Assembleia Nacional.

No preâmbulo da carta de desembargo dos agravamentos gerais, o rei diz que mandara ir às Cortes os vários componentes tradicionais delas «pera havermos acordo e conselho com eles em quais cousas e como e em que maneira se podia correger e melhorar o estado e regimento dos ditos reinos e por refreamento a se não fazerem em eles males nem outros danos e outrossi pera nos dizerem alguns agravamentos...»

Recebidos os agravamentos, despachou-os o rei «avendo conselho com os da nossa corte e com outros muitos e bons letrados e entendidos da nossa terra».

Ora logo o primeiro artigo se reveste de importância fundamental para determinar o grau de consciência que os povos tinham tomado do papel das Cortes nas instituições políticas portuguesas:

> «Ao que dizem no primeiro artigo, que daqui em diante não fizessemos guerra, nem moeda, nem outros autos nenhuns de que se possa seguir dano à nossa terra, salvo com conselho dos nossos cidadãos e naturais e que, em razão da moeda, que guardassemos aquilo que pelos reis dante nós foi outorgado e prometido per si e per os seus sucessores de se guardar: e porque estas moedas que ataqui per nós foram feitas fiezram-se a nossa prol e a dano e agravo do nosso povo e de aguisado parece que aquele que sente a prol da cousa deve suster o encargo dela, que daqui em diante não fizessemos mais as ditas moedas nem cada uma delas: e para emendarmos aquilo em que os agravámos que recebessemos as ditas moedas que por nós foram feitas per aquele preço em que as demos ao povo pagando-lhes primeiro aquelo que em elas montar da moeda dos dinheiros que ante andavam; e que se moeda mais quizessemos fazer, que a fizessemos segundo aquilo que pelos reis dante nós foi ordenado.
>
> A este artigo dizemos que queremos aver acordo convosco sobre esto».

Voltam os povos à necessidade de respeitar o decidido em Cortes no último artigo do longo rol dos seus agravamentos — 101.°:

> «...os reis que ante nós foram olhando como eram teúdos a manter seus povos em direito e justiça e que se alguns recebessem sem razom e eles hi non prouvessem que averiam delo de dar contas a Deus; e per que lhes era dito que algumas sem razões recebiam os do povo assi per eles como per os grandes da sua terra juntavam suas Cortes

e faziam em elas corregimento do que achavam pera correger e punham algumas defensões e se não fazerem mais adiante e outorgavam algumas mercês aguisadas aos do seu povo; e por que alguns seus oficiais iam contra aquelo que em as Cortes era outorgado e per seu paço às vezes saíam cartas em contrario delo, querendo eles que de toda guisa se guardasse o que per eles era desembargado em Cortes, mandavam que nenhum não fosse contra elo e que carta sua que dada fosse contra elo não valesse; e que agora comunalmente vão contra todo aquelo que em as Cortes que fizeram nosso avô e nosso padre e lhes foi outorgado; e nós, per nossas cartas que damos lhes imos de todo contra elo; e por que de longo seria contra todo aquelo que em elo sois agravados, pediades nos per mercê que mandássemos que lhes seja guardado tudo aquilo que per os ditos nosso avô e padre lhes foi outorgado em suas Cortes e que não valha carta que passe pela nossa chancelaria em contrario delo; e disto que ora aqui foi outorgado per nós, que as justiças o guardem e não consintam que vá contra elo.

«A este artigo respondemos e dizemos que nossa tenção é de vos guardar todalas graças e mercês que vos foram feitas per nós e per os reis que ante nós foram... e não entendemos de mandar dar cartas em contrario delo salvo quando chegar razão tal que com direito e aguisado as devemos de outorgar».

Estes artigos, e as palavras preambulares que transcrevemos, mostram-nos: que o rei em 1371 convoca as Cortes para entrar em acordo com o reino e não apenas para ouvir as suas queixas e despachá-las; que os povos entendem que as decisões de que possam resultar prejuízos para eles não devem ser tomadas pelo rei sem «conselho dos seus cidadãos e naturais», possìvelmente em Cortes; as moedas do começo do reinado haviam sido feitas por simples resolução e para conveniência do rei, e então — *ubi commoda ibi incommoda* — quem tira as vantagens que suporte os encargos; e quanto à moeda deveria ele observar o que estava estabelecido até aí.

Revela ainda o art.º 101 que a principal função das Cortes, segundo os procuradores dos concelhos, era permitir aos povos formular as suas queixas para os reis repararem agravos e prevenirem a sua prática por meio de leis convenientes. E essas leis deviam ser observadas, tendo os monarcas o cuidado de não transgredirem as resoluções tomadas em Cortes

ao resolverem depois casos concretos: quer dizer que essas leis formavam a *legalidade* a observar na administração corrente.

8. As coisas não melhoraram depois das Cortes de Lisboa: pelo contrário, foram de mal a pior. Em Julho de 1372, um ano apenas depois delas, D. Fernando volta a convocar Cortes para o Porto — «às quais mandámos vir dous homens bons de cada uma das cidades e vilas dos nossos reinos para avermos conselho e acordo com eles tão bem em razão da moeda que per nós foi feita e da almotaçaria como das outras cousas que era serviço de Deus e nosso e prol dos nossos povos e consirarem como e em que maneira se podia correger e melhorar o regimento dos ditos reinos e pôr refreamento a se não fazerem em ls males nem outros danos e outrossi para nos dizerem alguns agravamentos...».

No 1.º dos artigos gerais voltam os povos a reclamar:

> «...ouvemos guerra contra o reino de Castela a qual foi azo e cajon de grande dano e carestia na nossa terra por muitas razões que seria longo de contar, no que se o nosso povo tinha por muito agravado por não ser a elo primeiramente chamado o que de aguisado devera de ser pois lhe convinha ser em elo quinhoeiro... e se algum tempo acontecesse que per nossa honra entendessemos que deviamos tomar guerra, que chamassemos primeiramente a elo o nosso povo e atendessemos o seu conselho.
>
> «A este artigo responderam que... se acontecer que algum rei nos queira fazer guerra nós averemos conselho com os bons do nosso reino pera acordarmos com eles o que for honra e guarda e defensão dos nossos reinos».

Como se vê, o monarca escusa-se a tomar o compromisso de ouvir as Cortes para fazer guerra, limitando-se a prometer que pedirá conselho «aos bons» do reino.

No 2.º artigo as Cortes recordaram o que desde D. Afonso III estava estabelecido quanto à cunhagem da moeda — uma vez em cada reinado, por um ano e em duas fornaças — e queixam-se da depreciação resultante da nova quebra. Mas do agravamento geral dissentiram os concelhos de Lisboa, Elvas, Olivença, Monforte, Portalegre e Sabugal, quanto ao pricedimento a adotar como remédio para os males causados.

Em Novembro de 1372 volta o rei a estar em Cortes, em Leiria, mas dessa vez apenas com os «homens bons de *algumas* cidades e vilas do nosso

senhorio, para falarmos com eles sobre as cousas que eram compridouras ao nosso serviço e regimento do reino...»

Seriam as Cortes de Lisboa restritas aos concelhos do centro e do sul do país? E as de Leiria aos do norte?

No artigo 1.º destes agravamentos há uma súplica tocante ao rei para que fosse justo como os seus antecessores, e «quizessemos que a Justiça não ouvesse senhores como ora tinha e que nós fossemos o maior da Justiça e que todos temessem-nos e à nossa justiça...». Mas o apelo é precedido do pedido de que não levasse o rei a mal aos «presentes para fazerem aquilo que nos mandaram dizer os ausentes cada um dês o lugar onde vizinham...».

Voltam no art.º 4.º à questão da moeda, lavrada sem respeito dos «compromissos que ha entre nós e eles e juramentos e bençãos e sentenças do Papa que não fosse feita moeda no reino salvo como e quanta é conteúda no compromisso...»; e «... quando as fazer quizeramos, como as fizemos, que deveramos fazê-las com conselho deles e guardando a eles seus compromissos...».

No cap. 7.º queixam-se de que o rei faça guerra e ponha almotaçarias sem consentimento das Cortes conforme era «outorgado entre el rei e os povos», e «que quando os reis quizessem fazer algumas guerras que as façam com consentimento deles».

Em resumo: nas Cortes de 1371 e de 1372 revela-se perfeitamente a consciência de que o rei está limitado no seu poder pela obrigação de ouvir as cortes em certos casos e até, no da quebra da moeda, de proceder com seu consentimento.

A questão da moeda é, na verdade, a base desta convenção constitucional. Mas reivindica-se também a intervenção das Cortes na declaração de guerra e no tabelamento ou almotaçaria dos géneros, pelo princípio de que por todos devem ser aprovadas as resoluções que a todos tocam: — *quod omnes tangit ab omnibus debet comprovari.*

9. É este o princípio expressamente invocado nas Cortes de 1385 — as primeiras de que restam capítulos gerais depois de 1372 — para justificar, no delineamento da Constituição política do reino então tentado, o papel conferido às Cortes:

> «7. Porque é direito que as cousas que a todos pertencem e de que todos tenham carrego sejam a elo chamados, e desto foram os povos destes reinos privados per el rei vosso irmão a que Deus perdoe, que nunca os do seu Conselho consentiram que os concelhos

fossem chamados aos grandes feitos que lhes pertenciam, assim em seu casamento como em sua guerra que tomou e (fez) suportar o encargo dela, então que se hi foram chamados e tomado seu conselho não se seguiriam os grandes males em que ora são. Por se arredar esto pedem os povos que não tomedes guerra, nem façades paz sem seu acordo, nem tomedes casamento outrossi, nem façades moeda.

«Responde el rei a este artigo que fora esta guerra que é começada por honra e defensão destes reinos não entende outra começar sem seu acordo deles. E quanto é da paz, quando vir que é compridoiro ele fará chamar os povos pera elo pera con seu acordo deles tomar aquelo que fôr seu serviço e pela honra deles todos. E do al que dizem do casamento, responde el-rei que os casamentos devem em si ser livres, que outrossi os reis dante ele em casar foram livres e por estas razões ele não se obrigará nem prometerá a casar em aquela maneira e porem seu talento é e sua vontade a fazer saber a eles quando a Deus praguir de lhe fazer prover delo» ([23]).

Repare-se em primeiro lugar na forma dada às respostas: já não se mantém a fórmula do discurso na primeira pessoa, e a resposta é dada pelos conselheiros e áulicos em nome do rei.

O rei nada diz acerca da moeda. Quanto à guerra esquiva-se ao compromisso com a alegação de que não tenciona iniciar outra além da que está. Promete ouvir as Cortes para fazer a paz. Mas recusa-se terminantemente a limitar a sua liberdade de escolher a noiva com quem haja de casar-se, não indo além da promessa de participar aos concelhos a decisão que na altura própria tomar.

Nada ficou, pois, assente quanto às atribuições próprias das Cortes, continuando o poder real a fugir a uma vinculação expressa e a manter-se dentro das normas consuetudinárias.

10. Mas os concelhos vão mais além nas suas pretensões no art.º 8.º:

«8. Pertence a cada um rei, que sujeitos há-de manter em direito e justiça, requerê-los a miude se recebem mal ou dano dos poderosos e dos seus oficiais; e porque estes reinos hão ora mais mister esta visitação que nunca houveram pelos grandes danos que os pobladores deles passaram longamente por falecimento de justiça e

([23]) Publicados no nosso estudo sobre *As Cortes de 1385* na *Revista Portuguesa de História*, tomo V, pág. 1.

de bom regimento: pedem-vos os vossos povos que em cada um ano façades cortes gerais com os povos pera se reformarem em direito e justiça e em relação que lhe são mui mister.

«Responde el rei a este artigo que lhe praz, contanto que hi não haja tal embargo porque as não possa haver».

Tomou, pois, D. João I, o compromisso de reunir *cortes gerais* anualmente, salvo caso de força maior.

Como cumpriu?

Segundo os documentos que pude reunir (e só por eles farei fé) foram as seguintes as Cortes do seu reinado:

1387 — Em Maio, Coimbra, sem a presença do rei e perante a Rainha D. Filipa acompanhada do conselho régio (para votação das sizas de 1 de Junho de 1387 a 1 de Junho de 1388) ([24]).

— Em Novembro, Braga, com a presença do rei (votação de sizas por todo o ano de 1388) ([25]).

1389 — Março, em Lisboa. Há capítulos gerais dos concelhos ([26]) e deve ter sido nelas que os fidalgos de Lisboa apresentaram os artigos de agravamentos a que se referem no § 32.º os capítulos das Cortes de 1398, reproduzidos nas Ordenações Afonsinas, liv. II, tit. 59.

1390 — Março, em Coimbra. Há artigos gerais ([27]).

— Dezembro, em Évora. Começam as grandes Cortes gerais, as mais notáveis do reinado pela sua acção reformadora e que, convocadas em Novembro ([28]) para meados de Dezembro, entraram pelo ano de

1391 — e de que, além de numerosas providências especiais, ficaram artigos gerais ([29]).

— Dezembro, em Vizeu, de que também há artigos gerais ([30])

([24]) Doc. em João Pedro Ribeiro, *Cortes* cit., vol . 2.º, fls. 19.

([25]) Doc. em Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, supl., pág. 432. Indicamos, por via de regra, apenas *um* documento para cada caso pois se destina a citação tão só a abonar a inclusão no rol das *Cortes*.

([26]) *Cortes*, vol. 2.º.

([27]) Idem, idem, fls. 63.

([28]) Documentos e memórias para a história do Porto, II, *Vereações*, doc. a pág. 42.

([29]) *Cortes*, cit., vol. 2.º, fls. 67.

([30]) Idem, idem, fls. 71.

e onde os povos consentiram no lançamento de um *pedido* de três contos e meio. Entraram pelo ano de 1392.

1393 — Dezembro, na Serra de el-rei (a par da Atouguia). Presentes apenas os procuradores das cidades, vilas e lugares indicados no instrumento das tréguas firmadas com Castela em 15 de Maio desse ano. O objectivo da reunião foi o juramento das tréguas ([31]), tendo sido despachados agravamentos especiais dos concelhos ([32]).

1394 — Dezembro, em Coimbra. Há capítulos gerais ([33]). A reunião entrou pelo ano de

1395 — até meados de Janeiro, em que se votaram contribuições ou «pedidos» ([34]).

1398 — Janeiro, em Coimbra. Destinadas sobretudo a ouvir a nobreza que se recusara ao chamamento real para a guerra em Julho de 1397.

Ver os artigos da nobreza no tit. 59 do liv. II das Ord. Afonsinas. Há também agravamentos especiais dos concelhos e notícia de novos «pedidos».

— Outubro, no Porto. Houve artigos gerais ([35]) e tratou-se ainda da tributação.

1399 — Agosto, em Lisboa. Dos concelhos, apenas alguns foram convocados e o objecto da reunião foi a actualização das prestações a solver em moeda antiga, estabelecendo a equivalência na nova moeda corrente ([36]).

1400 — Junho, em Coimbra. Há artigos gerais ([37]).

1401 — Janeiro, em Guimarães. Há artigos gerais ([38]).

Uma carta régia enviada ao concelho de Lisboa, em resposta a uma das suas reclamações especiais, mostra que a frequência com que se reuniam as Cortes, a lonjura dos lugares

---

([31]) *Vereações*, cit., pág. 211.

([32]) Por exemplo, do concelho de Lisboa, docs. no Arq. Municipal, *Liv. I de D. João*, fls. 72.

([33]) *Cortes*, vol. 2.°, fls. 83.

([34]) Doc. no Arq. Municipal de Lisboa, *Liv. I de D. João I*, fls. 87.

([35]) Arq. Mun. de Lx.ª Doc. no *Liv. dos Pregos*, fls. 178.

([36]) Carta régia de 20 de Agosto de 1399 no *Liv. I de D. João I*, fls. 88 do A. M. de Lx.ª e certidão da lei de equivalência das moedas em *Cortes*, cit., vol. 2.°, fls. 57, onde o copista erradamente a atribuiu a 1389.

([37]) A. M. de Lx.ª, *Liv. III de D. João I*, fls. 1.

([38]) *Cortes*, vol. 2.°, fls. 119.

onde eram feitas e a demora do impedimento dos procuradores nas viagens, nas assembleias e à espera das respostas aos artigos apresentados e dos traslados pedidos à Chancelaria, fazia com que se tornasse cada vez mais difícil encontrar quem, de bom grado, se dispusesse a aceitar o mandato da cidade. E quando a escolha recaía em pessoas ligadas à Coroa — que em Lisboa eram quase todos os competentes para a representação — como vassalos, oficiais, ou rendeiros, estes escusavam-se do encargo com esse pretexto. A cidade pede ao Rei que obrigue essas pessoas a aceitar a designação quando escolhidas — o que o monarca defere ([39]).

1402 — Março, em Montemor-o-Novo ([40]), destinadas a discutir a prorrogação das tréguas com Castela.

— Agosto, em Santarém ([41]) em continuação das anteriores. O juramento das tréguas foi na mesma cidade em 18 de Novembro, onde se devem de novo ter reunido alguns procuradores, se não se conservaram até lá na cidade.

1404 — Julho, em Lisboa ([42]). Votação de um «pedido» para o casamento da infanta D. Beatriz com o Conde de Arundel.

1406 — Maio, em Santarém ([43]). Empréstimo de 24 contos por «compra da moeda».

1408 — Abril, em Évora ([44]). As Cortes deliberaram sobre o estabelecimento da casa dos Infantes e a reparação das fortalezas do reino, consignando-lhes certas receitas de tributos.

1410 — Agosto, em Lisboa. Há artigos gerais ([45]).

1412 — Maio, em Lisboa ([46]). É neste ano que o Infante D. Duarte passa a estar associado ao governo do rei seu pai.

1413 — Junho a Agosto, em Lisboa ([47]).

([39]) Carta régia de 16 de Janeiro de 1401, no *Liv. dos Pregos*, fls. 180, do Arq. Mun. de Lx.ª.

([40]) *Docs. e Mem.ª para a história do Porto*, XX, *Indice Chronogico* de João Pedro Ribeiro, pág. 111, Carta de 10 de Fevereiro.

([41]) *Idem*, pág. 114, Carta de 14 de Julho. A era desta Carta é de 1440 (ver a Carta de Tréguas em Gama Barros, *Hist.ª*, 2.ª ed., vol. V, pág. 404).

([42]) *Idem*, pág. 115. Carta de 17 de Julho.

([43]) *Idem*, pág. 117. Carta de 24 de Setembro.

([44]) *Cortes*, vol. 2.º, fls. 125.

([45]) *Idem, idem*, fls. 135.

([46]) *Indice Chronologico*, pág. 122. Carta de 14 de Maio.

([47]) *Idem*, pág. 124. Carta de 26 de Maio e Arq. Mun. de Lx.ª *Liv. III de D. João I*, fls. 30.

1416 — Fevereiro, em Estremoz ([48]).

1417 — Setembro, em Lisboa, destinadas a deliberar sobre a valia das libras, nelas tendo sido publicada a lei de 18 de Setembro, reproduzida nas Ordenações Afonsinas, liv. IV, tit. 1.º, §§ 32 a 49, segundo tudo indica ([49]).

1418 — Junho, em Santarém. Há capítulos gerais ([50]) e votou-se novo «pedido e meio» para despesas da guerra.

1427 — Novembro, em Lisboa ([51]). Há capítulos gerais ([52]) e foi ratificada a paz com Castela.

1430 — Maio e Junho, em Santarém ([53]). Votação de pedido para dote da Infanta D. Isabel, Duquesa de Borgonha.

11. Como se vê, D. João I nos primeiros anos do seu reinado procurou cumprir a promessa feita. Até 1402 as Cortes foram anuais, com raras excepções e ainda que uma ou outra vez se adoptasse o expediente de as começar à volta de 15 de Dezembro de um ano para as terminar em meados de Janeiro do seguinte.

No princípio do século XV já os povos começavam a estar cansados de tantas reuniões, tornando-se difícil encontrar quem se dispusesse todos os anos a fazer a longa jornada e a sofrer a dilatada ausência que a qualidade de procurador impunha.

Começa então, a partir de 1402, a haver Cortes de dois em dois anos, o que se verifica até 1418. Entretanto o ritmo do governo também afrouxara de intensidade. D. João I, nos primeiros anos vigoroso, activo e reformador, mantendo contacto permanente com a gente que o alçara ao trono,

---

([48]) *Indice Chronologico*, pág. 127, cartas de 22 de Fevereiro.

([49]) *Idem*, pág. 128, carta de 10 de Setembro.

([50]) *Cortes*, vol. 2.º, fls. 149.

([51]) Em S. Marques, *Desc. port.*, vol. I, supl., pág. 476, encontra-se uma resposta em *Cortes* a capítulos especiais de Setúbal com data de 24 de Novembro de 1425. Trata-se de um traslado inserto numa carta de confirmação de 1486 onde a era foi convertida em ano. Deve referir-se às Cortes de Braga, celebradas em Novembro de 1387 (era de 1425).

([52]) *Indice Chron.*, pág. 132, carta de 5 de Dezembro.

([53]) *Idem*, pág. 134, carta de 2 de Junho. No tratado de paz celebrado em Almeirim em 27 de Janeiro de 1432 para confirmação do tratado de Medina del Campo de 30 de Maio de 1431 faz-se referência às Cortes em que «procuradores... especialmente para ello chamados» teriam autorizado as negociações e o envio de embaixadores, Cortes essas que só podiam ser as de 1430; mas faz-se também repetida referência a outras Cortes reunidas especialmente para aprovar e ratificar o tratado de Medina del Campo e que, essas, devem ter reunido provàvelmente em Almeirim no próprio mês de Janeiro de 1432. Mas não conhecemos mais notícias delas.

começa a perder forças e com o prestígio dos anos e da longa autoridade vai tendendo para o conservantismo e a quietação. Desde 1412 que o Infante D. Duarte o coadjuva no governo, e durante largos períodos é-lhe confiado o despacho dos negócios correntes. De 1418 a 1433, ano em que o rei faleceu, apenas duas ou três vezes reuniram as Cortes.

Nos últimos anos quando os municípios careciam de providências régias mandavam os seus mensageiros à Corte onde o Infante despachava com o seu conselho — formado pelos irmãos, pelos Condes de Ourém, de Arraiolos e de Viana e por outros nobres e letrados.

Das Cortes do reinado de D. João I, algumas foram sobretudo destinadas a revisão periódica do estado do reino e ao despacho dos agravamentos apresentados e destas houve uma ou outra em que a falta de artigos gerais faz supor que se reduziram às audiências particulares; outras foram deliberativas — desde as de 1385 que declararam a Coroa vaga e escolheram o novo rei, até às numerosas reuniões destinadas a autorizar o monarca a cobrar impostos, quer se tratasse das sizas gerais, quer de contribuições extraordinárias ou *pedidos* que parece terem sido quase sempre impostos de repartição, ou derramas. Houve Cortes destinadas a ratificar tratados de tréguas — armistícios na guerra com Castela — ou de paz. E não faltaram casos em que se tratou de interesses de certa classe apenas, como sucedeu com a nobreza em 1389 e 1398.

As funções deliberativas são o que há de novo neste período. As Cortes assumem o máximo carácter representativo do reino, da sua história até aí, quando em 1385 se arrogam o direito de declarar a Coroa vaga e proclamam que por esse motivo os reinos ficavam «sem embargo nenhum» à sua disposição, considerando pertencer-lhes «nomear, escolher, tomar e receber alguma pessoa digna e tal qual cumpria para os ditos reinos reger, governar e defender».

Estava então em voga o direito romano, cuja renascença por essa Europa tornava actuais os princípios insertos no *Corpus Juris Civilis*. E entre essas regras de ouro figuravam as que, de acordo com as ideias medievais que assentavam a obediência dos povos aos reis no *pactum subjectionis*, fundavam a autoridade dos monarcas na delegação popular.

É a célebre sentença do Digesto: *Quod principi placuit legis habet vigorem; utpote cum lege regia, quae de imperio ejus lata est, populus ei et in eum omne suum imperium et potestatem conferat* (1, 4).

Vago o trono, a autoridade transferida pela *lex regia* voltava ao povo que dela podia dispor, escolhendo novo monarca, pois que *quidlibet populum potest sibi regem eligere*. É patente nas Cortes de 1385 que

D. João I foi escolhido pelos seus méritos, embora influísse na escolha a linhagem real, mas nunca por efeito de uma legitimidade que ele não podia invocar. O auto de eleição é claro: «Havido primeiramente conselho, deliberação e acordo entre nós todos sobre isto, porque entendemos e somos certos, por aquilo que vimos até ao tempo de agora, que D. João, Mestre de Aviz, governador dos ditos reinos, filho do dito rei D. Pedro, é tão nobre, bom e muito a isto cumpridoiro, suficiente, digno, apto e convinhável e que outrossim trabalhou e trabalha tanto por defensão dos ditos reinos que mereceu e merece esta honra, dignidade e estado de Rei . . . . . .

. . . . . .

«Em nome de Deus e da Santa Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, nomeamos, escolhemos, tomamos e havemos, recebemos em aquela melhor e mais cumprida guisa que nós podemos, o dito D João, mestre de Aviz, em Rei e por Rei e senhor nosso e dos ditos reinos de Portugal e do Algarve e outorgamos-lhe que se chamasse Rei e fizesse e pudesse fazer e mandasse fazer no regimento, governação e defensão nossas e destes reinos todas aquelas coisas e cada uma delas que pertencem ao ofício de Rei.

. . . . . .

«... e com grande instancia requeremos o dito Senhor D João que lhe prouguesse a sua nobreza consentir a esta eleição, nomeação e recepção e que outrossim quizesse aceitar e tomar sobre si nome, dignidade e honra de Rei...»

Não pode haver dúvidas acerca da deliberação tomada. O Mestre de Aviz é escolhido em razão dos seus méritos pessoais e dos serviços prestados e as Cortes *outorgam-lhe* o título de Rei com os poderes inerentes. A eleição é clara. Nem falta a necessidade de uma manifestação de vontade — a aceitação — da parte do eleito e que este, aliás, embaraçado em escrúpulos de legitimidade certamente, hesitou muito em pronunciar (54).

Seria também do maior interesse estudar com a possível minúcia a intervenção das Cortes deste reinado em matéria financeira e os poderes gerais que daí lhes advieram. Afloram esses poderes nas Cortes de 1408, em que os povos deliberam acerca da aplicação de certas receitas tributárias ao estabelecimento de casas aos Infantes e à reparação das fortalezas. Não deve esquecer-se que, desde as Cortes de 1385, as receitas dos impostos votados pelos povos eram arrecadadas numa tesouraria própria, a cargo do *tesoureiro dos concelhos* (resposta ao 2.º dos capítulos gerais).

Aqui terminam as breves notas desta Comunicação, resumo da primeira parte de um estudo em curso.

---

(54) Tratei de todo este assunto no cit. estudo sobre *As Cortes de 1385*.

Seria Mumadona tia de Ramiro II, Rei de Leão?

Por Mário Cardoso

Quando, em 1953, foi comemorado em Guimarães o presumível milenário da existência deste antiquíssimo aglomerado urbano (e digo «presumível» porque se ignora a data segura da sua fundação), exumou-se do esquecimento e da poeira dos arquivos uma personagem histórica de relevo, cuja memória perdurou até nós em numerosos documentos que a citam (1), na sua maior parte apógrafos de originais do século X, reunidos, com outros valiosos pergaminhos medievais estreitamente relacionados com a história de Guimarães, portanto com a história de Portugal, num famoso cartulário que em 1862, por força de um decreto do Governo, foi infelizmente transferido do precioso e riquíssimo Arquivo desta cidade, que era o da extinta Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2). Essa personagem histórica a que vamos referir-nos é a Condessa Mumadona do Mosteiro de *Vimaranes*.

O nome pessoal desta dona (3), apesar de figurar, como dissemos,

---

(1) Vide principalmente *Portugaliae Monumenta Historica — Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867, Vol. I.

(2) Veja-se o que no opúsculo de Mário Cardozo, *A propósito do centenário da «cidade» de Guimarães e do milenário da sua existência histórica*, Guimarães, 1953, p. 37-39, nota 16, se diz sobre a lamentável extorsão feita em 1862, e posteriormente, dos pergaminhos que se encontravam no antiquíssimo Arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, o qual hoje constitui o desfalcado Arquivo Municipal de Guimarães.

(3) Este nome aparece nos documentos medievais escrito sob diversas formas: *Mummadonna, Mummadomna, Mummadona*. É um nome constituído por dois elementos *Mumma* e *domna*, em que o título honorífico *dom(i)na* se integra no antropónimo ori-

em numerosos documentos medievais, pouco havia saído do restrito âmbito dos estudos diplomáticos e históricos; mas, na data daquelas comemorações festivas, começou tal nome a chamar, com insistência, a atenção do vulgo, pois tanto se lhe referiu uma propaganda jornalística, ora sensata e discreta, ora mais ou menos irresponsável, que a Câmara Municipal de Guimarães, numa resolução patriótica e bairrista, tomou a iniciativa de consagrar a Mumadona um Largo da cidade e de erguer-lhe uma estátua no centro dessa airosa praça pública. Também, na mesma data solene da comemoração do Milenário, a Câmara mandou imprimir um luxuoso Volume contendo a documentação dos festivais, e fez cunhar uma medalha comemorativa, que ostenta numa das faces a seguinte legenda: «*A Condessa Mumadona fundou há mil anos a Vila de Guimarães. A Rainha D. Maria II fê-la cidade em 1853*». A bela estátua a erigir é da autoria do estatuário Sr. Álvaro de Brée; a medalha, do escultor e medalhista Sr. Numídico Besone.

Claro está que a estátua, na verdade muito formosa, cuja maqueta me foi dado apreciar há anos no atelier do Artista, não pretende reproduzir a vera efígide da notável fundadora do Mosteiro de Guimarães, da qual, evidentemente, não chegou até nós retrato algum ou descrição fisio-

---

ginal *Mumma*, e passa a fazer parte dele, constituindo um nome único, *Mumma-domna*, facto este claramente confirmado, por nos aparecer também em alguns documentos a repetição da palavra *domina*, na forma *Domna Mummadomna* (*PMH-DC.* doc. n.° LXVI, LXXI, LXXX, p. 38, 41 e 50).

A propósito deste nome *Mumma*, e de outros da mesma classe, constituídos por um tema único e uma desinência de flexão, diz o consagrado filólogo alemão e antigo Professor da Universidade de Coimbra, Dr. J. Piel, que se trata das chamadas formas hipocorísticas, isto é, familiares, resultantes de nomes bitemáticos, amputados para este efeito de um dos seus componentes (por ex. *Lulu* por *Lu*-iza, etc.). Contudo (diz o filólogo) não é improvável que alguns desses nomes simples sejam originais, representando sobrenomes antigos; e nesta hipótese *Mumma* poderia ser o equivalente do antigo alemão *muoma* «tia materna», lembrando o antigo alemão *uota*, «avó». Acrescentaremos que os antropónimos *Mummius*, *Mumma* são frequentes nas inscrições latinas hispano-romanas (Vide *Corpus Inscr. Latinarum*, II, Supl. Consultem-se também, a propósito, as seguintes obras: Menendez Pidal, «Fernan Gonzalez», *Boletin de la Real Academia de la História*, Madrid, 1954, tomo CXXXIV, p. 336-343; Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, Coimbra, 1931, tomo III, p. 116 e *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, 1928, p. 579-580; J. Piel, «Nomes de *possessores* latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa», *in Biblos*, Coimbra, 1947, Vol. XXIII, sep., p. 160, e «Sobre a formação de nomes de mulher medievais hispano-visigodos», in *Estudios dedicados a Menendez Pidal*, Madrid, 1956, tomo VI, p. 140-143; Joaquim da Silveira, «Toponímia portuguesa», in *Revista Lusitana*, Lisboa, vol. XXXV, 1937, p. 132-134.

nómica, dando-nos portanto Álvaro de Brée uma figura simbólica, modelando, não uma rotunda abadessa encanecida como a nossa imaginação concebe a velha prioresa de um convento, mas uma jovem elegante, de traços fisionómicos um tanto ou quanto orientais, iríamos dizer eslavos, talvez porque o Artista pretendesse evocar a longínqua ascendência goda da insigne titular. Por outro lado, também a legenda da medalha esculpida por Numídico não traduz a verdade histórica, pois nem D. Maria II *fez* de Guimarães uma cidade, mas simplesmente lhe deu esse título, honra a que a terra aliás ganhara jus pelo desenvolvimento económico e urbanístico que o labor dos seus habitantes lhe alcançou, nem Mumadona pode considerar-se a «fundadoda de Guimarães», mas ùnicamente a instituidora, por meados do século X, de um mosteiro na já existente Vila de Vimaranes, «in villa nuncupata vimaranes», como reza claramente o seu testamento (4), e edificando, pouco depois do ano 959, em que ditara esse testamento (5) (no qual pròdigamente cumulou de bens o Mosteiro vimaranense), o altaneiro castelo chamado de S. Mamede, para defesa do mesmo mosteiro (6).

Pelo que se refere à «villa vocitata Vimaranes» tem-se aceitado como provável, especialmente em face de uma rubrica lançada à margem do chamado «Livro dos Testamentos» do Mosteiro de Lorvão (7), que tivesse sido fundada pelo Conde Vimara Peres (8), pressor e restaurador em 868

---

(4) PMH-DC. doc. LXXVI (ano 959), p. 44.

(5) Fez precisamente no corrente ano, em 26 de Janeiro, um milénio que Mumadona ditou o seu testamento.

(6) Ver o codicilo ao testamento de Mumadona nos *PMH-DC.* doc. XCVII (ano 968), p. 61. Parece que justamente pela época em que se presume ter sido construído o Castelo de S. Mamede, ou seja pouco depois do ano 959, data da confirmação do testamento de Mumadona, houve desembarques de pirataria normanda nas costas da Galiza. Seriam pois talvez estes que constituiriam a incursão de «gentios» a que se refere o citado codicilo, o que levou Mumadona a mandar construir, com medo deles («*ante illorum metum*»), o castelo para defesa do mosteiro.

(7) *PMH-Scriptores*, Lisboa, 1856, p. 20.

(8) Este nome de *Vimara* e as formas alatinadas *Vimaranus, i* e *Vimaranis,is* não são raros nos documentos medievais da época. Têm origem no nome germânico *Wigmar*, segundo ensina Piel («Os nomes geramânicos na toponímia portuguesa», in *Boletim de Filologia*, Lisboa, 1936, tomo IV, p. 52). Vide notas 4 e 5 do nosso estudo «A propósito do centenário da «cidade» de Guimarães...» cit.

A respeito do Conde Vimara Peres e da sua descendência, vide Emilio Sáez, «Ramiro II, rey de Portugal de 926 a 930», in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1945, tomo III, p. 286. Em face dos doc. do cit. códice laurbanense, do «*Liber Fidei*»,

da cidade de Portucale (Porto) (9), e que já, portanto, anteriormente ao século X, em que decorreu a vida de Mumadona, tal «villa» existiria de facto. Do citado códice laurbanense consta também que o rei Afonso III veio a *Vama* em 873, sendo este nome toponímico interpretado pelo saudoso e insigne medievista Professor Pierre David como pertencente a um primitivo povoado, situado possìvelmente na colina onde hoje se ergue o Castelo de Guimarães (10), no sopé da qual Vimara, falecido nesse mesmo ano (11), teria estabelecido a sua residência, em terra que do seu nome viria a tomar a designação de *Vimaranes*, isto é «terra de Vimara», Ora estes factos históricos, da segunda metade do século IX (12), são, como

do Arquivo Distrital de Braga e dos *PMH*, é possìevl estabelecer o seguinte quadro da descendência de Vimara Peres:

VIMARA PERES = ? (*PMH-Script.*, Cód. Laurban.; *Liber Fidei*, doc. do ano 840)

LUCIDO VIMARANIS = Gudilona (*PMH-DC*, doc. V, XVIII e XX, anos 870 a 915)

VERMUDO LUCIDIZ (*PMH-DC*, doc. XVII) ano 911

ALOITO LUCIDIZ = Munia (*PMH-DC*, doc. XX, XXI e XXXVI anos 915 a 951)

LUCIDO ALOITIZ (*PMH-DC*, doc. XXI e XXXVI, anos 926 a 951)

(9) Vide Torquato de Sousa Soares, «Vimara Pares restaurador da cidade de Portugale (Porto) e fundador da Terra Portugalense», in *Boletim Cultural*, Porto, 1952, Vol. XV, p. 1 e ss.

(10) Pierre Dabid, «Vama et Guimarães», in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1947, tomo III, p. 189-195.

(11) Cronicon Laurbanense, in «Livro dos Testamentos» do Mosteiro de Lorvão, *PMH-Scriptores*, Lisboa, 1856, p. 20.

(12) Documento com referência a uma data ainda mais antiga do que a mencionada no texto de Lorvão, pois cita o ano de 840, é o apógrafo existente no Arquivo Distrital de Braga, incluído no cartulário dito «Liber Fidei», no qual alguns investigadores querem ver alusão a Guimarães, que diz: «Anno XLVII regni eius (*de Afonso II, que reinou desde 791 a 842*) consilio accepto in Vimaranis comitis et episcopis...». Este passo tem sido interpretado assim: «No 47.º ano do seu reinado, o rei, tendo reunido em Guimarães um conselho de condes e bispos...», conselho este que se destinaria a tratar do repovoamento das terras portugualenses. O Prof. Pierre David contestou esta versão, dizendo que a palavra *Vimaranis* é ali um atributo imediato da palavra *comes*, e portanto a interpretação devia ser: «O rei, tendo tomado conselho com o Conde Vimara (ou Vimaranis) e bispos...». Portanto a palavra *Vimaranis* figuradia ali como antropónimo e não como topónimo. De qualquer modo, porém, o documento parece não merecer confiança, muito embora seja aceitável que Guimarães já existisse naquele ano, ou em tempos ainda mais recuados. Falta porém a prova documental incontroversa. (Vide Pierre David, «Vama et Guimarães», cit., p. 193).

dissemos, anteriores a Mumadona, ao passo que é já do começo do segundo quartel do século X o documento mais antigo que nos fala desta memorável Condessa (13). A reforçar as conclusões que de tais factos se possam deduzir é de ponderar a opinião, contrária à de Alfredo Pimenta, expressa pelo Sr. Prof. Torquato de Sousa Soares, quando afirmou que «a formação dos núcleos urbanos é (salvo os casos em que se sobrepõem razões de ordem política) um fenómeno de natureza predominantemente económica, e que, portanto, a existência de uma comunidade monástica constitui apenas um factor — muito importante é certo, mas não o principal — para a sua formação» (14). Mais uma razão para se admitir que não tenha sido necessàriamente da fundação do Mosteiro de Mumadona que nasceu Guimarães; quando muito, o Mosteiro, talvez começado a construir por volta do ano de 951 (15), teria contribuído para a ampliação do aglomerado populacional urbano já ali existente (16), inclusivamente com remota tradição

---

(13) É a doação da «villa nominata crexemira», actual freguesia de Creixomil nos subúrbios de Guimarães, por Ramiro II a Ermegildo e Mumadona (*PMH-DC.* doc. XXXI, do ano 926, p. 20).

(14) T. Sousa Soares, «Bibliografia», in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra 1941, tomo I, p. 301-302.

(15) Em 24 de Julho de 950, data da partilha de bens entre Mumadona, então viúva do Conde Ermegildo, e os filhos, ainda nesse documento não há alusão alguma ao Mosteiro de Guimarães. Mas a doação da Villa Mellares por Ramiro II, que deve ser dos começos do ano 951, já é feita ao Mosteiro; e com data de 26 de Março de 953 há também um documento de venda ao Mosteiro de Guimarães, de Vila do Conde e Quintela, «uilla de comite» e «alia uilla uocitata quintanella», por uma certa Flámula (Châmoa ou Chama), sobrinha de Mumadona por parte do marido desta (*PMH-DC.* doc. LXVII, p. 38). Uma outra Flámula, também sobrinha de Mumadona, mas filha da irmã desta, Leodegúndia, faz uma grande doação ao Mosteiro em 960 (*PMH-DC.* doc. LXXXI, p. 50). Não parece arriscado concluir, em face destas datas, que o Mosteiro tivesse começado a ser construído por volta do ano 951. Torna-se contudo estranho que, no período decorrido entre 953 e o ano 959, em que Mumadona faz a grande doação da maior parte dos bens ao Mosteiro no próprio dia da sagração da igreja, não se conheça documento algum referente ao mesmo.

(16) Sabe-se que no território vimaranense se formaram inicialmente dois núcleos de população distintos, mas próximos um do outro — o do Castelo e o da Vila de Vimaranes, povoados que no reinado de D. Dinis foram abraçados pela cerca de muralhas então construídas, acabando por formarem um único aglomerado urbano, quando pelo engrandecimento de cada qual os seus limites se confundiram. O núcleo mais antigo era, sem dúvida, aquela onde Mumadona mandou erguer o castelo (Vide Padre Oliveira Guimarães, «A Villa do Castello», in *Revista de Guimarães*, Vol. XV, 1898, p. 5 ss.) e onde, na época lusitano-romana, já devia ter existido um «castro»; ali teria também possìvelmente assentado a povoação de *Vama*, a que se refere a rubrica

num primitivo «castro» proto-histórico estabelecido no alto que se chamava o Monte Largo ([17]), onde hoje perdura ainda o Castelo.

Estas considerações têm sua importância, não para os historiadores, que as conhecem, e que sabem interpretar com tanto critério como prudente reserva os documentos sobre os quais se apoia e fundamenta a História, mas para que se não incutam no povo falsas ideias correntes a respeito de Mumadona, na ocasião em que se lhe vai erigir uma estátua e fazer a consagração, digamos oficial, do seu nome. Longe de nós pretendermos diminuir com estas palavras a acção que evidentemente teria esse vulto histórico, realmente notável, na formação da terra vimaranense. E, até para melhor destacarmos a importância desta figura, é nosso propósito dar à publicidade uma edição crítica do célebre «Testamento de Mumadona», manancial onde se encontram interessantíssimos dados daquele período da nossa história, estudo que evidentemente não se destina a eruditos, mas terá simples finalidade de vulgarização, no qual procuraremos pôr em evidência tudo quanto concretamente se conheça desta personagem, do curioso ambiente em que ela viveu, e da sua ascendência e descendência. Tentaremos, em suma, desenhar o retrato espiritual desta notável figura da nossa Idade Média, tão fielmente quanto o permita a documentação histórica de que se dispõe, coligida pelos diplomatistas.

★

Ora foi precisamente desse nosso estudo biográfico de Mumadona, quanto a nós cheio de dificuldades, que extraímos o passo em que se faz

---

do códice laurbanense. O núcleo de formação posterior seria o que nasceu nas faldas dessa colina, onde existiria a «villa» que, de Vimara Peres, herdou o nome de Villa de Vimaranes. Tanto Alberto Sampaio como Manuel Monteiro discordaram da opinião do Abade de Tagilde, P.e Oliveira Guimarães, quanto à prioridade da formação da Vila do Castelo (Vide A. Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, 1923, Vol. I, p. 245; Manuel Monteiro, «O Românico Português. Sobrevivências vimaranenses», in *Revista de Guimarães*, 1948, Vol. 58, p. 194).

([17]) Em vários documentos se alude a este *Monte Largo*, como ponto de referência, ao citar-se tanto o Mosteiro como o Castelo de Guimarães: «...baselica sita est in iam dicta villa vimaranes territorio urbis Bracae aut procul ab *alpe latito* inter bis alueis uehementibus aue et auizella» (*PMH-DC.* doc. LXXVI); «...in villa uocitata vimaranes territorio bracharensis subtus *monte latito*» (*PMH-DC.* doc. LXXXII); «...laborauimus castellum quod uocitant sanctum mames in locum predictum *alpe latito* quod est super huius monasterium...» (*PMH-DC.* doc. XCVII); «...baselica sita esse dignoscitur in villa nuncupata uimaranes que est subtus *alpe latitus* inter duos arrogios Aue et auizella discurrentes territorio bracarense» (*PMH-DC.* doc. XCIX).

referência a um pormenor de certa importância, para o apresentarmos a este Congresso, não com a pretensão de trazermos a tão culto auditório alguma novidade, mas para nosso próprio esclarecimento, se o assunto merecer as honras da discussão. Trata-se de uma incógnita referente à árvore genealógica de Mumadona.

Deduz-se pelo exame de numerosos documentos alusivos a esta grande dama, que ela era de estirpe real. Filha de Diogo Fernandes e de Onega, supõe-se ter sido sua avó materna a rainha Leodegúndia ([18]) (presumível filha de Ordonho I, e portanto irmã de Afonso o Magno), mulher formosa segundo reza um conhecido epitalâmio escrito em sua honra, «Leodegundia pulchra Ordonii filia» ([19]), que foi casada com um príncipe de Pamplona, cujo nome se ignora. Por outro lado, o pai de Mumadona, Diogo Fernandes, isto é, filho de Fernando, parece que era de ascendência castelhana ([20]), e surge citado pela primeira vez num documento do ano 909 ([21]). Foi chefe de uma poderosa família que veio estabelecer-se em Portugal pelos fins do século IX, e aqui teve grande influência política e senhorial durante o século X e parte do XI ([22]); o nome deste conde surge-nos outra vez em 915, como confirmante de uma doação feita por Lúcido Vimaranis, filho do suposto fundador de Guimarães, Vimara Peres, e de Gudilona, mulher

---

([18]) Vide Emílio Sáez, «Los ascendentes de San Rosendo», in *Hispania*, Madrid, 1948, tomo VIII, n.º XXX, p. 60; Justo Pérez de Urbel, «Jimenos y Velas en Portugal», in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1951, p. 11 da sep.

Claudio Sanchez-Albornoz contesta este parentesco de Mumadona com a rainha Leodegundia, embora não rotundamente. Diz ter «por muy inseguro» que Leodegundia fosse mãe de Oneca, a esposa de Diogo Fernandes (C. Sanchez-Albornoz, «Oneca y Leodegundia», in *Anales de Historia Antigua y Medieval*, Buenos Aires, 1956, p. 41, nota 22).

([19]) Epitalâmio incluído no Códice de Roda, contendo um acróstico em que as letras de cada estrofe formam a referida frase, exaltando a beleza da filha de Ordonho I (citação de Pérez de Urbel, na obra a que se alude na nota anterior).

([20]) E. Sáez, *op. cit.*, p. 56; Pérez de Urbel, *op. cit.*, p. 7 ss.

Também Sanchez-Albornoz discorda da ascendência castelhana de Diogo Fernandes, que supõe descendente de uma família de nobres galegos, ou, se tal família era de origem castelhana, em Galiza vivia desde data muito remota (Sanchez-Albornoz, *op. cit.*, p. 37 e notas 7 e 8).

([21]) E. Sáez, *op. cit.*, p. 57-58. Pérez de Urbel diz que Diogo Fernandes figura com frequência em documentos portugueses entre os anos de 900 e 927. Não encontramos, porém, nos documentos coligidos nos *PMH* confirmação de tal frequência.

([22]) E. Sáez, *op. cit.*, p. 56; Pérez de Urbel, *op. cit.*, p. 9; Paulo Merêa, «De Portucale (civitas) ao Portugal de D. Henrique», in *Biblos*, Coimbra, 1943, Vol. XIX, p. 45 ss.

deste ([23]). A morte de Diogo Fernandes deve ter ocorrido antes do fim do ano 928 ([24]).

E assim, por parte da ascendência paterna, Mumadona era de sangue castelhano, e por parte de sua mãe Onega (nome considerado de origem vasca) seria navarresa.

Teve Mumadona duas irmãs, Leodegúndia e Munia, e um irmão, Ximenes, o qual foi casado com Adosinda Guterres, irmã de S. Rosendo, bispo de Mondonhedo e fundador do Mosteiro de Celanova, em Galiza ([25]).

Casou Mumadona Dias muito nova ainda, como ela própria informa no seu testamento, com o Conde Ermegildo Gonçalves ([26]), filho de Gonçalo e de Teresa Eriz, do qual teve cinco filhos — Gonçalo, Diogo, Ramiro, Nuno e Aires ([27]) e uma filha, Onega ([28]).

([23]) *PMH-DC.* doc. XX, 14 (*Didacus fernandiz*).

([24]) Figura ainda como confirmante (*Didacus fernandit*) na doação de *Crexemir*, que Ramiro II fez a Ermegildo e Mumadona (*PMH-DC.* doc. XXI, p. 20). Parece não haver notícia deste magnate em data posterior a esta de 926. Porém do exame do documento em que sua mulher a condessa Onega faz testamento de Vila Cova ao Mosteiro de Lorvão (*PMH-DC.* doc. XXIV, p. 21) deduz-se que nessa data, 1 de Dezembro de 928, já era viúva.

([25]) O Conde Ximeno, ou Ximenes Dias figura em muitos documentos da época. Por exemplo: *PMH-DC.* doc. XV (ano 907), doc. XXXIV (ano 928), doc. XXXIX (ano 933), doc. XLII (ano 936), doc. XLVII (ano 938), doc. L (ano 943), doc. LXXIII (ano 957), doc. LXVI (ano 959), doc. LXXXIV (ano 961). Vide Perez de Urbel, *op. cit.*, p. 14-16; E. Sáez, «Notas al episcologio munduniense del siglo XII», in *Hispania*, Madrid, 1946, esquemas 5 e 6.

([26]) Este nome de Ermenegildo ou Ermegildo tem sido muito discutido filològicamente. Nos séculos IX a XI parece que era habitual dar indistintamente ao mesmo indivíduo os nomes de *Ermegildo* e *Mendo*. Mas os filólogos desconhecem a origem do antropónimo *Menendo* ou *Mendo*. Jungfer estabelece *Irmengild* > *Hermenendus* > *Menendus*, mas Meyer Lübke discorda. Paulo Merêa admite *Ermenegildo* > *Eermenendo* > *Menendo* > *Mendo* > *Mem*. Um dos filhos de Mumadona e Ermegildo Gonçalves, assina como confirmante do testamento da mãe — «Gundisalvus (*Gonçalo*) filius Menendi Gundisalui» estabelecendo assim a igualdade do nome de seu pai Menendo = Ermegildo (*PMH-DC.* doc. LXXVI, variante 149 a p. 47). Vide Fr. Manuel da Rocha, *Portugal Renascido*. Meyer-Lübke, *Über Personennamen in den Ortsnamen Spaniens und Portugals*, 1902; Paulo Merêa, «Menendus = Ermenegildus» e «Mendo» (Nótulas Filológicas), in *Biblos*, Coimbra, Vol. XVII, p. 357 e 749; J. Piel, «Os nomes germânicos na toponímia portuguesa», in *Boletim de Filologia*, Lisboa, tomo III, 1934-35, fac. 1-2, p. 43; A. A. Cortezão, «Onomástico medieval português», in *O Archeologo Português*, Lisboa, vol. X, 1905, p. 144.

Menendez (Menendiz ou Menendi, isto é, filho de Menendo ou Mendo) deu *Mendes*.

([27]) O nome deste filho de Mumadona aparece no testamento dela sob a forma *Arriane*. Noutros documentos aparecem formas similares — *Ariani* (*PMH-DC*,

Sem pretendermos, neste momento, ir mais longe na complicada genealogia desta grande dama ligada à Corte leonesa, diremos apenas que, de seu filho Gonçalo Mendes (que veio a ser um grande e poderoso magnate, um verdadeiro Conde de Portugal, e em 983 fez ampla doação ao Mosteiro de Guimarães, casado em primeiras núpcias com Ilduara Pais, sua prima), houve Mumadona vários netos, um deles chamado Mendo Gonçalves; e, do casamento deste neto com Tutadona, teve, entre numerosos bisnetos, Elvira, a qual contraiu matrimónio com Afonso V de Leão, filho de Bermudo II e penúltimo rei da dinastia leonesa, que ocupou o trono desde o

---

doc. CLXVIII e CCXXIII) e *Arriani* (*PMH-DC*, doc. CCCCII e LXXIII). Mas, na grande maioria dos documentos, surge sempre a forma *Arias*, e não *Arriane*, parecendo contudo que as duas se podem identificar. Aparece também a forma *Airas* (*PMH-DC*, doc. LXVI, p. 38).

Emilio Sáez supõe tratar-se de um lapso do copista ao escrever *Arriane* por *Arias*. Contudo *Arrianus* é cognome latino (Vide *CIL*, II, p. 27, n.º 204), bem como *Arria*, nome de mulher. Em Hübner (*Inscript. Hispaniae Christ., Supplementum*, Berlin, 1900, p. 117, n.º 204), encontra-se esta nota: «Aria ou Arias, nominativo; *Ariane* — ou *Ariani*? — genitivo. Semelhantemente *Egica*, *Egicani*». Poderemos estabelecer a evolução *Arriana* > *Ariana* > *Arias* > *Airas* > *Aires*? Por esta última forma, *Aires*, designa o erudito Gonzaga de Azevedo o nome do filho de Mumadona (*Hist. de Portugal*, vol. II, p. 99).

Consultado o eminente filólogo Prof. J. Piel, teve a amabilidade de responder-nos o seguinte: «O problema que V... me submeteu é bastante delicado e exigiria um estudo pormenorizado. Também eu não creio que a identificação de *Arriane* com *Arias* (ou melhor, a sua generalização nesta última forma) se possa aceitar sem outra justificação. É, sem dúvida, possível que se trate do cognome latino a que V... se refere. Ocorrendo, no entanto, a forma *Arias*, parece mais provável que *Arriane* venha a ser o acusativo de tipo godo daquele nome, que se generalizou como caso geral (nominativo). (Os nomes masculinos em *-a* declinam-se, como se sabe, em *-anis* no genitivo, e *-anem* no acusativo). Esta forma *Arriane*(*m*) fixou-se na toponímia, como *Airão*, e o genit. como *Airães*, sendo de presumir que estas localidades devam o seu nome ao referido filho da Condessa. Evidentemente que *Airão* se explicaria sem dificuldade como resultado do cognome latino *Arrianus*, mas a variante em *-ães* indica antes uma origem goda. Tendo-se os visigodos convertido primeiro à forma ariana do Cristianismo, não é de excluir a possibilidade de eles terem adoptado o nome do fundador desta seita, fazendo de *Arius* um *Arias* ou *Aria*. Tudo isto não passa, evidentemente, de mera hipótese. O que é certo é que, se *Arriane* é a forma única e normal do nome do filho de D. Mumadona, a forma aportuguesada que se recomendaria seria antes *Airão* do que *Arias*» (J. Piel, «Os nomes germânicos na toponímia portuguesa», cit., *Boletim de Filologia*, tomo II, fac. 2, p. 123).

([28]) Foi Oneca, ou Onega, casada com Guterres Rodrigues (Vide E. Sáez, «Notas ao episcopológio...», cit., esquemas 2 e 4), a qual abdicou da vida monástica a que sua mãe Mumadona a havia destinado (Vide Testamento de Mumadona, *PMH-DC*, doc. LXXVI, p. 45).

último ano do século X até o fim do primeiro quartel do século XI (29). Eis um ramo de parentesco, embora por afinidade e um tanto afastado, que nos mostra, com suficiente clareza, outra ligação de Mumadona com a Corte.

A partir do reinado de Afonso V de Leão até a entrega do governo do Condado portugualense a Henrique de Borgonha, no reinado de Afonso VI de Leão e Castela, avô do primeiro rei de Portugal, e já decorrido quase um século e meio após a fundação do Mosteiro de Guimarães, é regularmente conhecida a continuidade dinástica real, em cujo tronco talvez se possa ir encontrar ainda alguma vergôntea, embora débil, de um remoto parentesco de Mumadona com o monarca que a tradição diz ter nascido em Guimarães, e que deu início à soberania da nossa Pátria.

Ora bem. Nesta rebusca genealógica a respeito de Mumadona, aparece-nos ainda outra ligação com a realeza, mas esta anterior à que se verificou ter existido com Afonso V, monarca que podemos considerar, sem hesitação, bisneto por afinidade da fundadora do Mosteiro de Guimarães. A nova ligação oferece, porém, sérias dúvidas, que são as seguintes:

Ramiro II, que se julga ter reinado em Leão durante vinte anos, desde 931 a 951, filho de Ordonho II e neto de Afonso III, o Magno, chama, em determinado documento, a Mumadona «tie nostre» (30), e, num outro,

(29) Confira-se o seguinte esquema:

MUMADONA = Ermegildo

GONÇALO MENDES = Ilduara Pais, *Diogo, Ramiro, Nuno, Aires, Onega*

MENDO GONÇALVES = Tutadomna

ELVIRA = Afonso V (999-1027)

(30) *PMH-DC*, doc. LXXI (ano 957). A data deste documento, 8 de Junho de 957 (era de 995), não deve estar certa, porquanto a morte de Ramiro II é dada como tendo ocorrido em princípios do ano de 951. A doação por Ramiro II da *Villa Mellares* ao Mosteiro tem a data de 15 de Maio de 951 (15 das Calendas de Junho de 989). Nos *PMH* dá-se como errada esta data alegando-se que Ramiro morreu em 950, o que aliás é contestado por Dozy e Lopez Ferreiro, que fixam como provável a morte de Ramiro em 15 de Janeiro de 951. Ora a escritura de partilhas de Mumadona com os filhos, documento em que ainda se não fala do Mosteiro, tem a data de 24 de Julho de 950. Portanto, se nesta data não existia o Mosteiro, só depois dela poderia ter começado a ser construído, evidentemente, podendo muito bem admitir-se que a doação de Ramiro fosse feita ainda nesse ano de 950 ou começos de 951 (Vide Gonzaga de Azevedo, «Idade Média. Notas de história e de crítica — IV. Ramiro II, rei de Leão, ou ao menos com vida a 15 de Maio de 951?», in *Brotéria, Lisboa*, 1924, vol. XXII, fasc. VI, p. 7-10).

a considera «conlaza nostra» e «collaze nostre» ([31]). Parece, à primeira vista, não haver motivo para grandes reparos, nem incompatibilidade absoluta nestas duas designações diversas, referentes à mesma pessoa, visto que existem (embora não seja facto muito vulgar) sobrinhos da mesma idade que os tios, ou até mais idosos. Ramiro e Mumadona podiam pois ter sido ambos amamentados pela mesma mulher (e parece que o foram por Onega, mãe de Mumadona), e portanto aquele rei ser *colaço* de Mumadona, isto é, seu «irmão de leite» (o que já estabelecia um pouco de consanguinidade entre os dois), e simultâneamente seu *sobrinho*. Até aqui, nada obsta.

Mas, como ainda não foi possível, com base em documentação histórica, confirmar qualquer linha de ligação genealógica que na verdade possa ter existido entre Ramiro II e Mumadona, sabendo-se apenas que este monarca protegeu o Mosteiro de Guimarães, e faltando, de facto, as provas incontestáveis de que Ramiro era realmente sobrinho de Mumadona, os historiadores inclinam-se ùnicamente para admitir que os dois eram sòmente irmãos colaços, fundamentando-se aliás apenas no documento que assim os designa, e cuja autenticidade parece não merecer maior confiança do que aquele em que Ramiro chama *tia* a Mumadona. A termos como certo que Mumadona fosse, como atrás se disse, neta da rainha Leodegúndia, irmã de Afonso III, rei que por sua vez era avô de Ramiro II, Mumadona e Ramiro seriam simplesmente *primos em segundo grau, e* não tia e sobrinho ([32]).

O malogrado historiador Rev.º Gonzaga de Azevedo diz no Vol. II da sua «História de Portugal» ([33]), que o tratamento de *tia* dado por Ramiro II à Condessa Mumadona seria apenas uma expressão de «carinhoso respeito», sem com tal tratamento pretender o rei afirmar uma rela-

([31]) *PMH-DC*, doc. XXXVI, p. 22.

([32]) Veja-se o seguinte quadro:



([33]) Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, cit., vol. II, p. 99, nota 3.

ção de parentesco ou consanguinidade com a veneranda abadessa do Mosteiro de Guimarães. Ora, salvo o devido respeito pela alta competência do douto historiador, permitimo-nos discordar dessa explicação. É, de facto, vulgar ainda hoje, dar-se o tratamento de *tia* ou *tio*, especialmente entre o povo, por simples hábito ou deferência mais ou menos respeitosa, e sem que tal envolva ideia de parentesco, a pessoas já de certa idade.

Acentuando também o mesmo facto, diz a Prof.ª Dr.ª Marilina dos Santos Luz, no seu erudito estudo das «Fórmulas de tratamento no português arcaico» (Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1958, págs. 202-203, que «este processo de tratamento de pessoas velhas, circunscrito à linguagem popular, não foi encontrado em textos medievais».

Não parece, portanto, aceitável que um tal tratamento, *de emprego meramente popular*, afectuoso e respeitador, ficasse explìcitamente exarado num documento público referente a pessoas da nobreza, e que, acima de tudo, só poderia e deveria inserir declarações de parentesco que, de facto, existissem, até por um princípio de validade do próprio documento que, para ser considerado legal, apenas poderia conter afirmações positivas e autenticadas.

Mas, admitindo mesmo, no caso sujeito, o tratamento meramente respeitoso de *tia* dado a Mumadona por Ramiro, e considerando-a sua «irmã de leite», é pouco provável o emprego de uma simples fórmula tão particularmente atenciosa por parte do monarca para com uma dama da Corte que, afinal, devia ter, por isso mesmo que era sua colaça, aproximadamente a mesma idade dele.

Sanchez-Albornoz considera com verdadeiro valor de consanguinidade expressões como esta de *tius, tia* exaradas nos documentos notariais, afirmando: «Era habitual que los magnates y hasta los reys hicieran constar expresamente y a las claras sus vinculos de consanguinidad. *Pater meus, tius noster, nostro suprino, avia nostra,* son frases habituales en las escrituras de la epoca. Podríamos alegar docenas de ejemplos de tal prática... Esas expresiones aparecen incluso a veces en documentos suscritos por los descendientes de Diego Fernandez y de Oneca» (Sanchez-Albornoz, *op. cit.*, p. 41, nota 22).

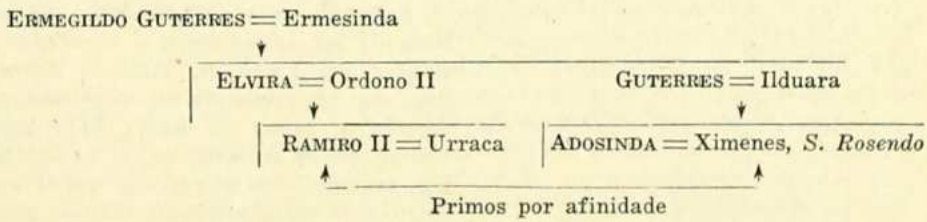
Mas ha mais. Mumadona, no seu testamento ao Mosteiro de Guimarães, referindo-se a seu irmão, o Conde Dom Ximenes, designa-o «tius suus (*dele Ramiro II*) donus exemenus» ([34]). Ora o irmão de Mumadona foi casado como dissemos, com Adosinda Guterres, irmã de S. Rosendo,

([34]) *PMH-DC*, doc. LXXVI, p. 45 (ano de 959).

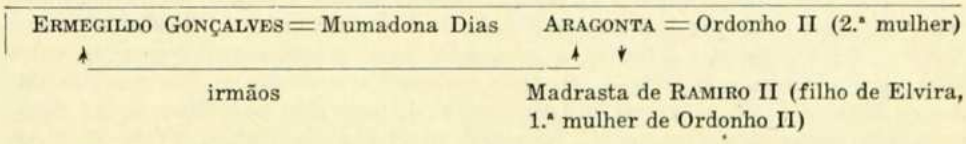
e prima de Ramiro II; portanto o marido desta, Dom Ximenes, seria apenas primo por afinidade de Ramiro II, e não tio ([35]). Este facto contraditório maior confusão vem trazer ao problema do que projectar-lhe luz. O insigne medievista, Prof. Dr. Emílio Sáez Sanchez, atribui a um possível erro do copista do documento ao lançar ali a palavra «tius».

Sigamos ainda outro fio da meada. Ordonho II foi casado em primeiras núpcias com Elvira, de cujo matrimónio nasceu Ramiro II, e em segundas núpcias com Aragonta, irmã de Ermegildo Gonçalves, e por conseguinte cunhada de Mumadona. Bem poderia, portanto, Ramiro dar à sua madrasta Aragonta o tratamento de *mãe*, o que geralmente todo o enteado faz, por se tratar na verdade de uma mãe adoptiva; paralelamente, daria o nome de tio ao irmão dela, Ermegildo Gonçalves; e da mesma forma, por simples afinidade, a designação de tia à mulher deste, Mumadona ([36]). Teríamos assim uma tentativa de explicação deste tratamento dado por Ramiro II a Mumadona, se não com toda a propriedade e segurança, pelo menos já com certo carácter de legalidade, talvez suficiente para admitir a sua inclusão num documento notarial. Mais aceitável pelo menos nos parece este ponto de vista do que considerar esse tratamento lançado ali como simples expressão de «carinhoso respeito». Esta nossa interpretação, embora não totalmente rejeitada, foi todavia considerada pelo citado medievista espanhol, Prof. Emílio Sáez, «muy debil», pelo motivo de a união matrimonial de Aragonta com Ordonho II ter durado apenas um ano ([37]). Pouco forte nos parce também este argumento.

([35]) Confira o seguinte esquema:



([36]) Confira-se o esquema:



([37]) Aragonta, segunda mulher de Ordonho II foi por este repudiada (Vide E. Sáez, «Notas al episcopado munduniense...» cit., tomo VI, n.º XXII, p. 41).

De toda esta complicada pesquisa genealógica parece-nos, contudo, poder concluir-se que Mumadona era: *a)* neta materna da rainha Leodegúndia, filha de Ordonho I, e, portanto, *b)* sobrinha de Afonso III, o Magno; *c)* bisavó de Afonso V; *d)* prima em 2.º grau de Ramiro II; *e) tia por afinidade* (?) do mesmo Ramiro II. Quando mais não seja, estas ligações de parentesco provam a alta jerarquia da famosa Condessa.

Aqui fica, portanto, posto o problema do qual desejaríamos obter solução satisfatória: — Seria ou não Mumadona tia direita de Ramiro II, monarca que governou o território portuguelense durante quatro anos (926 a 930) antes de ser rei de Leão? ([38]).

Esta pergunta, que se mantém em suspenso, representa, afinal, um contributo de carácter meramente negativo que viemos dar a este Congresso, em lugar de aqui lhe trazermos qualquer subsídio histórico bem fundamentado, como seria para desejar. Perdoai-se, porém, esta insuficiência a quem vulgarmente faz a sua modesta lavra num campo muito diferente do da História Medieval, e que apenas pretendeu, com a sua presença aqui, agradecer o honroso convite de colaboração que lhe foi apresentado, por isso que, até para os verdadeiros medievistas, a Alta Idade Média é, no dizer do Prof. Emílio Sáez, «*uma época da história tão emaranhada e confusa, que difícil é dar um passo sem se incorrer em erro, tanto mais provável quanto mais particulares sejam os temas que se estudem*» ([39]).

INTERVENÇÕES

Referindo-se à Comunicação que acabava de ser apresentada, o Presidente da Secção, Sr. Prof. Dr. Miranda Barbosa, disse que era frequente em documentos medievais, a partir do século XIV, encontrar-se certos tratamentos, o de «primo», por exemplo, dados por um indivíduo a outro, não correspondendo aliás a paren-

([38]) Por morte de Fruela II, em 925, filho de Afonso o Magno, foi o reino leonês repartido pelos herdeiros do irmão de Fruela, Ordonho II, que eram Sancho, Afonso e Ramiro. Tocou a Sancho a Galiza, a Afonso IV Leão, e o território português, entre Coimbra e o Minho, a Ramiro II, que teria começado a governar em Fevereiro de 926. Assim, Ramiro, antes de ser rei de Leão (931-951), teria sido, pode dizer-se, rei exclusivamente portugalense, ou seja, da parte meridionel da Galiza. (Vide E. Sáez, «Ramiro II, rey de Portugal de 926 a 930», cit.).

([39]) E. Sáez, «Notas al episcopológio...» cit., p. 5.

tesco ou consanguinidade que os justificasse. E citou determinado diploma em que tal facto comprovadamente se verificava.

O congressista Sr. Coronel Mário Cardozo, em face desta observação do Sr. Presidente, pediu-lhe o informasse se algum exemplo S. Ex.ª conhecia também, em documentos anteriores ao século XIV, pois o problema que na sua Comunicação apresentara surgira de um diploma do século X e referente por conseguinte a personagens que viveram quatro séculos antes da data que o Sr. Prof. Miranda Barbosa citara; e, em tão longo decurso de tempo, as fórmulas de tratamento podiam ter variado muito.

O Sr. Prof. Miranda Barbosa declarou desconhecer.

O Sr. Coronel Mário Cardozo objectou que, admitindo-se que tais expressões não significassem por vezes parentesco e devêssemos considerá-las apenas como fórmulas de tratamento de sentido amigável ou respeitoso, nunca se poderia saber, com segurança, se realmente o parentesco existia ou não com relação a duas pessoas que entre si usavam o tratamento de «primos» ou de «tio» e «sobrinho», etc.

Acrescentou ainda que alguns estudiosos atribuiam, por outro lado, a erros ou lapsos dos notários e copistas aquilo que nos diplomas comentados não oferecia uma explicação lógica evidente; mas, em sua opinião, isso consistia muitas vezes numa maneira cómoda de encurtar os problemas, o que não era de aceitar no caso presente, tanto mais que precisamente sobre a elaboração de quadros genealógicos seguros e exactos das personagens de importância é que se apoiavam muitos factos de larga amplitude e alcance histórico.

Pedindo em seguida a palavras, o Sr. Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares, da Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, que assistira à leitura da Comunicação, informou que já em tempos tinha trocado

impressões com o falecido Professor Pierre David sobre estas supostas anomalias de tratamento exaradas em certos diplomas medievais, e que aquele insigne Mestre considerava tais fórmulas de tratamento de certa fluidez e imprecisão.

O Sr. Coronel Mário Cardozo lamentou que a discussão da sua Comunicação não tivesse conduzido, como desejaria, a um ponto de vista que não deixasse lugar a dúvidas. E assim o problema que nesse intuito ali trouxera continuava, em sua opinião, aguardando futura solução.

O Corporativismo medieval português

Por A. L. de Carvalho

O Corporativismo medieval, de artes e ofícios, promana de civilizações extintas.

Foi esse Corporativismo de remotas eras um sistema de política económica e social.

Antes dessa orgânica de trabalho, o homem dos ofícios era o servo.

Diz um escritor do país vizinho:

«*Os artezanos tiveram que associar suas forças para resistir aos seus antigos donos*».

Esses «antigos donos» eram os senhores feudais.

Foi, pois, o Corporativismo medievo, na primeira fase, um baluarte de resistência contra «os donos».

O tipo de associação então adoptado, foi a instituição dos grémios profissionais.

Cada mester sua Bandeira. Cada Grémio, sua modalidade de trabalho.

Os pequenos núcleos profissionais, quando não tinham organização própria, aliavam-se ao núcleo de mais afinidade com o seu trabalho. Nesse regime gremial das profissões havia, por cada grupo, um Juiz de Ofício.

Os Juízes de Ofício constituiriam uma espécie de federação — embora não se conheça a sua orgânica.

O que de positivo se sabe é que, as Corporações de ofício, viviam muito de perto com o Município.

Os Municípios da Idade-Média — ao contrário do que são hoje — eram nos concelhos um autêntico poder de Estado.

Explica-se, pois, que em 1572, por ordenação do Ilustríssimo Senado Municipal de Lisboa fossem reformados os «Regimentos dos Oficiais Mecânicos».

Estes Regimentos — autênticos regulamentos das relações entre

aprendizes, oficiais e mestres, nos domínios do trabalho —, constituiam, no passado, a grande lei orgânica das corporações.

Mais ainda: Eram estes regimentos dos ofícios uma espécie de Código do Trabalho, onde o próprio consumidor encontrava a defesa dos seus interesses — sempre que os mesmos Regimentos tivessem fiel observância.

Entre as muitas regras disciplinares estabelecidas nos Regimentos gremiais, destacavam-se estes três capítulos:

a) Fixação do número de anos dados ao ofício, como aprendiz e como oficial. Os períodos variavam conforme o ofício.

b) O obreiro que quisesse passar à condição de mestre, tinha que submeter-se a um exame de provas práticas. Sem a obtensão da«Carta de Mestre» não podia abrir oficina, pôr tenda, tomar aprendizes.

c) O número de aprendizes era estabelecido e contratado prèviamente.

Qualquer infracção ao estatuído, estava sujeita a multa paga de cadeia.

Também o preço da mão de obra era por vezes fixado, tal como as manufacturas. Por princípio, tudo era tabelado — «almotaçado». O sistema das taxas fazia parte das «Ordenações do Reino».

Em obediência à lei, efectuavam-se devassas às tendas, oficinas, mercados.

★

Não é conhecida nenhuma lei constitucional do corporativismo medieval português. Contudo três poderes constituídos tinham interferência no sistema: o Rei, as Cortes, os Municípios.

Talvez se possa indicar como primeira manifestação régia na orgânica Corporativa, um acto político de D. João I.

Constituída a independência da Pátria em 1385, querendo o rei dar ao povo uma prova do seu reconhecimento por este o haver ajudado na luta, estabeleceu em Lisboa a «Casa dos Vinte e Quatro». Como objectivo principal desta instituição popular, estava a representação dos homens do povo junto da Câmara da mesma cidade.

Outras instituições semelhantes foram criadas — já em parte noutros reinados — nas principais cidades e vilas de Portugal.

A representação dos homens dos mesteres junto das Câmaras Municipais era composta de quatro ou dois membros.

A presença dos plebeus — homens de mão calosa — pelas cadeiras das Vereações, encomodou deveras os magnates da aristocracia, que gozavam o privilégio de andarem na governança.

Deste facto haviam de resultar conflitos, que deflagraram nas querelas dos Tribunais.

Alexandre Herculano, escreveu, a propósito, esta justa apreciação:

«*Os mecânicos vinham encontrar de frente, a embargar-lhes o passo... a aristocracia dos concelhos, que, renegando a origem, via com ciúme levantar e adquirir forças a classe dos homens que viviam do seu trabalho manual*».

★

Afora este índice histórico, deve procurar-se a raiz do Corporativismo português, indo às suas verdadeiras origens.

A propósito oiçamos o que nos diz, quanto às Corporações de ofício no país vizinho o escritor espanhol Guillot Carratala:

«*Durante o século XV se desenvolvem estas associações em Valença, em número e suas faculdades, até conseguir os grémios com carácter que geralmente se lhes reconhece, ou seja, de entidades que agrupavam os mestres, oficiais e aprendizes de cada ofício, não sòmente com fins religiosos e beneficentes, se não para regular tudo o concernente ao trabalho*».

As primeiras Corporações de ofícios, como se vê, foram na sua fase primeira, meras instituições de carácter religioso. Os seus confrades pertenciam, profissionalmente, ao mesmo ofício.

Depois, a dentro destas irmandades religiosas, surgiram os problemas do trabalho concernentes a cada ofício.

Assim também o entendeu o escritor português Acúrcio das Neves, do século XVIII:

«*As Corporações portuguesas teriam primitivamente sido revestidas de um carácter religioso... verdadeiras confrarias ou irmandades com finalidade puramente cultural, sem o carácter profissional; só mais tarde se especializando e transformando em instituições com fins económicos*».

Não admira que as Bandeiras dos ofícios se acolhessem à sombra da Cruz. A Igreja — nos tempos idos — traçava o fulcro da Família, do Trabalho, da Sociedade.

Ainda no século XVIII afirmava Acúrcio das Neves:

«*...Se exceptuarmos a capital do reino, e algumas cidades e vilas*

notáveis, estas associações dos oficiais artistas, não têm outro objectivo que o celebrarem em comum as festividades dos santos que elegem por seus patronos».

E acentua o mesmo escritor, quanto à importância do Corporativismo medieval português, no ponto de vista das suas Corporações:

«Nas terras pequenas, são absolutamente desconhecidas».

★

Quanto aos fundamentos históricos das mesmas Corporações de ofícios, diz Joaquim de Vasconcelos em sua *História da Arte em Portugal*:

«As Corporações catalãs e valencianas tinham conquistado uma posição dominante no século XV, quando as nossas não haviam ainda nascido».

Com efeito as nossas Corporações havendo recebido porventura o seu fulcro inicial do Norte da Galiza, é natural que, no século XV, ainda não dessem sinais de vida — quanto ao aspecto económico e profissional que, mais tarde, tomaram as Corporações do tipo irmandadeiro.

Faço esta afirmação, pondo o meu pensamento em um pergaminho que nos revela a existência de uma instituição do tipo Corporativo, em Guimarães, no século XIII.

O primitivo título da referida instituição, — como índice do culto mariolático dos portugueses, era este: — *Confraria de Santa Maria dos Sapateiros.*

Mais tarde, reformado o compromisso, a instituição passou a chamar-se: — *Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano.*

Não é, porém, a circunstância do título, por si só, que me leva a supor tratar-se duma instituição feita à imagem do Corporativismo medieval.

Outras razões acrescem, como vamos observar:

a) A classe dos fabricantes de calçado que deu primitivamente nome à *Confraria de Santa Maria dos Sapateiros,* tinha ligações com os curtidores e serradores, não só na confraria, como «irmãos», mas no labor industrial. Documentos do século XV, demonstram serem os sapateiros de Guimarães proprietários de pelames da curtimenta junto do «rio de couros» da mesma cidade.

b) Quando no século XVIII foi reformado o velho Compromisso da Confraria do século XIII, o novo estatuto abrangia os interesses das

três profissões: sapateiros, curtidores e surradores. De onde se conclue; serem aliados, desde sempre.

c) Pela letra do estatuto se vê que, os interesses irmandadeiros, andavam aparelhados com os interesses profissionais.

Parece mesmo que, pela sacristia, passavam casos referentes aos ofícios.

O desaparecimento do Compromisso inicial da Confraria, foi devido a rixas entre os confrades.

★

O Dr. Marcelo Caetano, em o *Sistema Corporativo*, publicado em 1938, referindo-se ao Corporativismo medieval português, tem esta síntese crítica:

«*Perdendo de vista a sua primitiva função social, se convertera em mero instrumento de interesses e situações criadas*».

Estes «interesses e situações criadas», dizem respeito aos privilégios e monopólios dos antigos mestres oficinais.

Sem visão para compreenderem que, a velha oficina, havia sido avassalada pela nova economia resultante do advento da Máquina, à outrance queriam antepor-se ao progresso industrial — embora com grave prejuízo da economia nacional.

Por toda a parte ia baqueando o sistema. Portugal — mais tarde ou mais cedo — igualmente tinha que fazer sua revolução reformadora.

Acúrcio das Neves, um escritor que viveu, lutou e morreu, fiel à política do seu rei, o Senhor D. Miguel I, é quem nos vai falar dos sucessos do tempo. Oiçamo-lo:

«*O Senhor D. José ou o seu Ministro, não obstante viver em um tempo em que ainda dominava o espírito dos Regimentos* (Corporativos), *conheceu bem que era necessário libertar a indústria dos vexames das Corporações...*».

E qual foi a primeira medida ordenada pelo seu Governo?

«*Autorizar todos os artistas insignes, ou* (autores) *de novos inventos, a trabalharem por seus ofícios, sem que o Senado da Câmara* (de Lisboa) *lhes pudesse negar licença*».

E conclui o mesmo escritor:

«*Esta providência — sem a qual nunca a indústria teria levantado a cabeça! — foi sempre objecto odioso... para todos que tiravam interesse dos monopólios das Corporações...*»

Inaugurada no país uma política económica proteccionista do comércio, indústria e agricultura nacionais, os seus mais implacáveis adversários foram as corporações do velho sistema.

Cita Acúrcio das Neves estes casos curiosos de oposição:

«Os Juízes de ofício de ferreiro e serralheiro da cidade do Porto têm feito guerra a estas novas fábricas, assim como os Juízes de outros ofícios àquelas (fábricas) que a Junta Real tem autorizado de manufacturas que lhe são análogas».

Quer dizer: O Corporativismo medieval, implantada que foi no país uma nova era política — já abatido por toda a parte — teve que ceder!

Aquele mesmo escritor que, por amor aos seus princípios políticos, teria amparado as vetustas Corporações de artes e ofícios, era quem preconizava o seu desaparecimento — sòmente aconselhando prudência, bom senso, escolha de oportunidade, no golpe a dar-lhes.

Atentemos nestas suas palavras:

«Não digo que se acabe de um golpe com as Corporações em Portugal, pois que isso seria contra o meu princípio, que se deve evitar a fricção, que sempre causam na sociedade as grandes mudanças repentinas, principalmente quando ferem os interesses de um grande número de indivíduos, nem uma Nação recebe senão aquelas reformas para que estão preparadas; mas se em lugar de encaminharmos gradualmente a nossa indústria para a sua liberdade, retrocedermos nesta carreira, escusado será procurar outros meios de a promover; porque com a indústria agrilhoada, todos serão baldados».

Assim discorria o legitimista José Acúrcio das Neves, em seu estudo — «Memórias sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa».

Como reflexo de um Estado Novo, é votada a Constituição política de 1822.

Catorze anos decorridos sobre uma Revolução que abateu as traves mestras de um sistema de tradições multisseculares, foi publicado o decreto exterminador da «Casa dos Vinte e Quatro», Juízes e Procuradores do Povo, Grémios dos Mesteres, — todos os organismos, enfim, que faziam parte do Corporativismo medieval português.

Porquanto:

Assim era mister, a bem da Nação, que muito precisava da liberdade para medrar e desenvolver a indústria nacional.

Simplesmente a liberdade — nomeadamente a liberdade económica — cada vez mais carece de ser governada!

CONCLUSÕES

a) O Corporativismo medieval, na sua primeira fase, correspondeu em parte à sua finalidade. Tornou-se porém nefasto, após o advento da máquina. Teve, por isso, de soçobrar.

b) O Corporativismo medieval, que registou notável expansão em Espanha, penetrou em Portugal pelo Norte da Galiza.
Foi apenas assimilado pelas mais importantes cidades e vilas do Reino.

c) Com sérios fundamentos se pode aventar a hipótese de haver sido Guimarães a primeira terra portuguesa onde o sistema, sob a forma de irmandade religiosa, se iniciou, no século XIII.

O feito de Martim Moniz

Por Fernando Castelo-Branco

O acto heróico de Martim Moniz quando da tomada de Lisboa, talvez porque ligado a um aspecto deveras importante da nossa história — a incorporação definitiva duma das maiores e mais prósperas cidades da Hispânia no novo reino peninsular, de que em breve se tornaria a capital — tem chamado a atenção de alguns dos nossos historiadores, inclusive de Alexandre Herculano, criador da história portuguesa, no dizer de Menéndez Pelayo (1).

As atitudes tomadas perante esse episódio da história de Portugal e da história de Lisboa têm variado através do tempo, consoante as posições críticas assumidas e as descobertas documentais efectuadas. Podemos assim considerar que o feito de Martim Moniz, ao longo da nossa historiografia, tem sofrido a seguinte evolução:

1.ª Fase: Aceitação acrítica do episódio

O feito é descrito sem que o problema de fundamentação documental, da verosimilhança e muito menos o da veracidade seja sequer aflorado. Assim o encontramos narrado, por exemplo, na *Monarquia Lusitana* de Frei António Brandão:

«Morreo Martim Moniz à entrada da porta q̃ conserva o seu nome, parte mais arriscada por onde os Portugueses acometerão. Hũs dizem tẽdo os nossos entrado na Cidade, & sendo rebatidos dos Mouros, que pretendião fechar outra vez aquella porta, pelejou com tanto valor o esforçado Capitão, até q̃ perdendo a uida fêz de seu corpo ponte para os nossos passarem, & impedio aos Mouros seu intento. Outros querem que sendo

(1) «Herculano ha creado, digamos lo asi, la historia portuguesa». *Letras y Literatos Portugueses*, in *Obras Completas*, Santander, 1942, Vol. X, pág. 271.

ferido na entrada desta porta de hum golpe mortal, foi milagrosamente seguindo & ferindo os Mouros com a cabeça meia cortada até cahir morto em a outra parte do Castello, para onde fica a Igreja do Apóstolo Santiago. De qualquer modo se teue sua morte por notavel, & em hum nicho sôbre a mesma porta se mandou pôr hũa cabeça de pedra, que ainda hoje se conserua em memória da sua. Honrosa lembrança, & justa remuneração deuida a quẽ com tanta glória offereceo a vida pella fé & honra da pátria, na entrada da mayor Cidade, no lugar de mayor difficuldade» (2).

Não fundamenta, neste trecho, Frei António Brandão a sua narrativa, mas um pouco mais adiante, referindo-se novamente a Martim Moniz, escreveu: «Martim Moniz, o illustre Capitão que morreo à entrada da porta de Lisboa, era (segundo refere o conde Dom Pedro) neto do conde Dom Osório de Cabreira, que passou a Portugal, segundo parece, em tempo do conde Dom Henrique, ou poucos anos antes...» (3) elucidando-nos, em nota marginal, que esta afirmação se baseia no [Nobiliário do] Conde D. Pedro, tit. 53.

Como mais nenhuma outra fonte é citada e como esta é precisamente a «melhor abonação» do episódio, segundo Alexandre Herculano (4), temos de concluir que foi também a sua única e exclusiva base documental. Ora o referido trecho do *Nobiliário* apenas nos diz: «Dom Martim Moniz, o que matarom os mouros em Lixboa aa porta que chamam de Martim Moniz» (5). Donde concluímos que Frei António Brandão não só tomou como boa essa fonte — «Babel de quantos contos absurdos se foram forjando durante a Idade Média...» (6) — como, a par dela, aceitou a tradição corrente na sua época. Mais ainda, registou duas versões, das quais a primeira acrescenta alguns elementos que não existem na fonte documental referida, e uma segunda discordante dessa fonte, a única que citou e decerto a única que conheceu. Diz essa versão, como vimos, que Martim Moniz veio a «cahir morto em outra parte do Castelo, para onde fica a Igreja do Apóstolo Santiago» (7), hipótese que o *Nobiliário* é categórico

(2) *Terceira Parte da Monarchia Lvsitana*,Lisboa, 1632, Livro X, cap. XXVIII, fol. 172 r.

(3) *Idem*, Livro X, cap. XXIX, fol. 173 r.

(4) *História de Portugal*, 5.ª edição, Tomo I, pág. 543.

(5) *Portugaliae Monumenta Historica — Scriptores*, Olisipone, 1856,, Vol. I, pág. 534-5.

(6) A. Herculano, *História de Portugal*, Tomo I, pág. 543.

(7) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, 1632, Livro X, cap. XXVIII, fol. 172 r.

em desmentir, pois lá se esclarece: «D. Martim Moniz, o que mataram os mouros em Lisboa aa porta que chamam de Martim Moniz» (8).

Parece-nos, portanto, que da análise da atitude de Frei António Brandão, perante o feito de Martim Moniz, nada se aproveita para elucidação do problema, porque é, como dissemos, uma atitude acrítica de mero acatamento duma tradição — atitude aliás a tomar em conta ao considerar os seus méritos como historiador (9).

A esta fase de aceitação do feito, segue-se

2.ª Fase: Revisão crítica de conclusão negativa

Devemo-la a Alexandre Herculano, que assim expôs o seu pensamento na *História de Portugal*:

«A façanha de Martim Moniz não tem melhor abonador que uma frase vaga no nobiliário atribuído ao Conde D. Pedro (tit. 53), Babel de quantos contos absurdos se foram forjando durante a Idade Média, do fim da qual data o mais antigo manuscrito completo que dele possuímos e em que são visíveis as alterações e sersidos de diversas épocas.

Basta examinar a topografia do actual castelo de Lisboa para ver que um ataque por aquela parte (porta setentrional do castelo) se não era impossível, ao menos fora loucura, descendo as muralhas da cidade em duas linhas quase perpendiculares sobre o Tejo e partindo do poente e oriente do erguido monte da Kamba, que, hoje é despenhado para o lado norte, muito mais o devia ser então. O simples senso comum nos persuade o mesmo que as memórias contemporâneas referem, isto é, os assaltos foram dirigidos contra os lanços dos muros mais acessíveis. Se, com uma larga brecha aberta no sítio mais baixo da povoação, os alemães e os fla-

(8) *Portugaliae Monumenta Histórica — Scriptores*, Vol. I, pág. 354.

(9) Na verdade, Frei António Brandão acusa, no relato deste episódio, três deficiências importantes: *a)* aceita, sem a menor reserva, uma fonte documental deficiente; *b)* regista uma versão tradicional que contém mais pormenores do que essa base documental, sem cuidar de fundamentar os pormenores e sem mesmo pôr o problema do seu valor; *c)* registada uma segunda versão tradicional diferente da primeira e discordante da única fonte apontada, sem fazer reparos a esse facto e parecendo nem dele se aperceber. Ora Frei António Brandão, como historiador, tem sido deveras considerado: Herculano chamou-lhe «grave e judicioso» (H. P. vol. I, pág. 53) e Braamcamp Freire referia-se-lhe dizendo «o conscencioso Frei António Brandão» *Brasões*, da Sala de Sintra, 2.ª edição, Coimbra, 1930 vol. III, pág. 115). É claro que esta ou outras excepções não desmentem semelhantes juízos de carácter genérico, mas evidenciam uma certa falta de espírito crítico e deixam-nos de sobreaviso acerca dos seus méritos historiográficos.

mengos foram repelidos, como acreditar que, trepando por um despenhadeiro e indo acometer o ponto mais fortificado e melhor defendido, como sempre o eram as alcáçovas, cujas muralhas do lado norte estavam intactas, os portugueses entrassem por um postigo, quando os francos não podiam entrar por uma larga brecha? São cousas tão admiràvelmente insensatas, que custa a perceber porque título semelhante patranhas merecem ser não só lembradas mas ainda referidas como factos correntes por um homem tão grave e judicioso como era Brandão» (10).

Esta análise crítica de Alexandre Herculano, lúcida e penetrante, como era de esperar, supomo-la, no entanto — e salvo o devido respeito ao Mestre da nossa historiografia — incompleta, pois não distingue devidamente a informação do *Nobiliário*, da tradição tardiamente registada por Frei António Brandão. E semelhante destrinça parece-nos indispensável de estabelecer, porquanto a análise crítica de Herculano incide quase exclusivamente sobre a versão tradicional, tirando conclusões que não desmentem a notícia do *Nobiliário*, onde nada se diz quanto à localização da porta (e com o decorrer do tempo esta poderia tér-se deturpado), nem quanto ao momento em que se verificou o facto, nem sequer mesmo quanto à sua importância. E assim, se Herculano deixa bem evidente a inverosimilhança da versão tradicional do feito, as suas observações acerca do *Nobiliário* apenas obrigam o historiador a precaver-se contra o valor da notícia. Nele se encontram, como é sabido, lendas e falsidades, a par de episódios, cuja veracidade é demonstrável. Punha-se portanto o problema de determinar em que categoria se incorporava a notícia da morte de Martim Moniz, problema para cujo esclarecimento faltavam, por completo, na época de Herculano, os elementos.

Terceira fase: tentativa de revisão da atitude de Herculano.

Júlio de Castilho, na sua *Lisboa Antiga*, procurou comprovar a veracidade do feito de Martim Moniz, tendo para isso tentado rebater a argumentação de Herculano. São três as asserções apresentadas, as quais passaremos a analisar individualizadamente:

«1.ª asserção: Não é tradição apócrifa», pois «aparece já pela primeira vez mencionado no *Nobiliário* do Conde D. Pedro» (11). A esta asserção temos que objectar o seguinte:

---

(10) Vol. I, pág. 543.

(11) *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.ª edição, Lisboa, 1935, Vol. II, pág. 189.

a) Uma das versões tradicionais está em contradição com o *Nobiliário* e a outra contém diversos pormenores que este não confirma nem desmente. Por isso o *Nobiliário* só serve para corroborar a morte de Martim Moniz e de nenhum modo para confirmar todos os acréscimos da tradição.

b) O *Nobiliário* é muito posterior aos acontecimentos e pode, por isso, registar uma tradição apócrifa.

c) O *Nobiliário* é uma fonte eivada de erros e lendas pelo que não podemos descurar a hipótese de este caso ser mais um exemplo, no género, a registar.

«2.ª asserção: O feito de Martim Moniz é verosímil» ([12]).

Para comprovar esta sua asserção, evoca Júlio de Castilho dois argumentos: o caso da tomada de Santarém e a possibilidade de ser o castelo de Lisboa, no sítio da chamada porta de Martim Moniz, «mais acessível a assaltantes, em 1147». Ora estes dois argumentos não só deixam a tese por confirmar, mas até a contrariam. Senão, vejamos:

Na conquista de Santarém, o processo de ataque foi em parte semelhante ao que atribui a tradição a Martim Moniz. Simplesmente, aquela cidade foi tomada por meio dum ataque de surpresa, ao passo que Lisboa caiu depois dum cerco em forma, que durou perto de quatro meses. Esta diferença de condições que coloca em posições diametralmente opostas as duas conquistas, quanto aos processos que utilizaram, é precisamente um argumento — e podeeroso — contra a tradição. Além disso, a forma como se efectuou o assalto a Santarém só serve, quando comparada com o feito de Martim Moniz, para o tornar inverosimil. Segundo uma notícia da tomada dessa cidade publicada por Frei António Brandão e cujo valor histórico Herculano defendeu ([13]), o que aí se passou foi o seguinte: «statimque promeuens Menendus ascendit cum suis per Alchudiam, & siguli, domum viriliter ad murũ, tetenditque schalam in summitate hastae, quae nom potuit haerere sursum, sed repensusque de orsum dedit magnum sonitum. Condoluit itaque Menendus ne vigiliae excitarentur strepitu, & incuruatus parumper super se fecit ascendere iuuenem nomine Moqueime, qui erectus sursum, ascendit illico supra murũ, & inectens schalam propugnaculis, ascendit alius cum vexillo Regis, erexitque illud. Interim ascendit Menendus deinde caeteri, prout poterant melius (...) Tunc hi qui erant intus ad portam concurrentes citius nitebantur frangere valuas lapidibus, sed malleus ferreus de foris porrectus confregit seras, & vestes

([12]) *Lisboa Antiga*, vol. II, pág. 192.
([13]) *História de Portugal*, vol. II, págs. 217 e 309-11.

firtius, & ita cum magno gaudio, & meis intus sum receptus» (14). Ora na narrativa do feito de Martim Moniz não se escalaram as muralhas, para depois se abrirem as portas pelo lado de dentro, como era natural num ataque de surpresa e como aconteceu em Santarém, mas entraram os portugueses logo pela porta, sem se referir como o conseguiram — ponto capital cuja omissão é muito significativa. Portanto a tomada de Santarém por D. Afonso Henriques, pelas diferenças que apresenta relativamente à façanha de Martim Moniz, só dificulta a aceitação desta.

Quanto às facilidades de acesso e possíveis alterações de relevo na colina do castelo, escreveu Júlio de Castilho:

«...direi não ser para mim claro e corrente que o monte do castelo apresentasse sempre o mesmo alçado de hoje.

Não temos a presunção, quase certeza, de que, segundo ponderou o humanista Azevedo, citado num capítulo do livro antecedente, sobre o teatro romano das Pedras Negras houvesse desabado uma parte da montanha?

Não temos a certeza de que outras porções se esterroaram pelo norte sobre Vila-Quente?

Não no-la explica Moreira de Mendonça, dizendo que, justamente por esses sítios, fora das portas de Santo André, por baixo do castelo naquela parte — (palavras textuais) — em que subia um caminho para a porta do Moniz — havia várias moradas, que a tradição, diz subvertidas com um movimento do monte?!

Não temos a certeza do estrago considerável que o terramoto de 1531 causou em toda a Lisboa e o de 1755, com especialidade, em toda a freguesia de Santa Cruz do Castelo?

---

(14) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, Escritura XX, fl. 291 r. «Então Mem Ramires adiantando-se, subiu com os seus por Alcúdia e corajosamente escalou a casa dum oleiro, junto das muralhas; com a ponta da lança elevou a escada até atingir a parte superior da muralha. Esta não pôde firmar-se em cima e, caindo do alto, produziu enorme ruído. Mem afligiu-se muito com este percalço, com receio que as sentinelas, atraídas pelo estrondo, se pusessem alerta, e desanimado por momentos, mandou que um rapaz, de nome Moqueime, subisse sobre os seus ombros. Este subiu imediatamente para cima da muralha e atou a escada ao baluarte. Subiu a seguir Mem e depois outros, como melhor puderam (...) Então aqueles que estavam dentro, correndo sem demora às portas, procuravam quebrá-las com pedras, mas um martelo de ferro, mandado de fora quebrou os ferrolhos e a chapa que revestia as portas. E assim eu (D. Afonso Henriques) e os meus entrámos na cidade, no meio de grande alegria». (Tradução do prof. Albino de Faria inserta na *Crónica de D. Afonso Henriques* de Frei António Brandão, ed. Livraria Civilização, Porto, 1945, págs. 344-5.

Não nos diz Frei Luís de Sousa que no século XVI, num dos vários abalos que houve, correu a costa do castelo de Lisboa com tanto ímpeto de terra e penedia, que ia afogando o mosteiro da Rosa?!

Quem nos afirma, pois, que não fosse muito mais acessível a assaltantes, em 1147, a configuração daquele despenhadeiro?» ([15]).

Esta argumentação afigura-se-nos contraproducente, pois admitindo tal fenómeno, temos de considerar que seria então mais difícil ainda o acesso ao monte, dado que o desmoronamento levaria as terras a deslizarem pela encosta e acumularem-se na sua base: esta ficava alteada, enquanto o cume do monte descia de nível. Deste hipotético fenómeno, resultaria que o desnível seria maior e não menor, donde é forçoso concluir-se que antes do cataclismo, isto é, na época em que Martim Moniz teria praticado o seu feito, haveria um monte mais alto e uma encosta mais abrupta. Logo, a aceitarmos a hipótese de Júlio de Castilho, só tornamos mais inverosímil e improvável a tradição.

«3.ª asserção: A façanha de Martim Moniz em nada invalida, ou prejudica, as estimadas narrações dos coevos» ([16]).

Mesmo que assim fosse, não teríamos aí uma prova da veracidade do feito, pois há muitas lendas que não estão em desacordo com os factos conhecidos. Porém, não sucede assim neste caso. As narrativas da tomada de Lisboa estão em desacordo com a tradição do feito de Martim Moniz, como mais adiante veremos.

Concluindo, podemos afirmar que Júlio de Castilho deixou o problema tal como estava. As suas asserções visam uma defesa da versão tradicional do feito, mas nada trazem a seu favor, como em nada afectam as argutas objecções de Herculano, ou valorizam a notícia do *Nobiliário*.

4.ª fase: Uma hipótese fora da tradição

O sr. Dr. José Augusto de Oliveira na sua narrativa do cerco e da tomada de Lisboa em 1147 afirma, ao descrever os combates travados em redor da torre móvel: «Foi nessa manhã que, ao repelir o ataque dos sarracenos saídos da *porta férrea* que dava para o Tejo, veio a falecer das feridas um português certamente ilustre visto que Osberno se detém a registar-lhe a morte. Era o comandante das galés ou da armada do rei. (...) Quem era este fidalgo na corte de D. Afonso Henriques? Suponho que nin-

([15]) *Lisboa Antiga*, vol. II, págs. 192-3.
([16]) *Lisboa Antiga*, vol. II, pág. 194.

guém o saiba. Eu, porém, ao ler Osberno, nunca leio esta passagem sem que me lembre dele. O homem notável sacrificado aqui numa luta a uma porta da cidade não será Martim Moniz? É certo que a tradição de longos séculos coloca essa porta no alto do Castelo: mas, desde que a imaginação popular abstraiu da acção dos cruzados para só ver a de D. Afonso ao norte de Lisboa, não se poderia ter dado a mudança do teatro da façanha?» ([17]).

A hipótese é sedutora, mas parece-nos insustentável em face dos graves óbices que suscita.

Em primeiro lugar teríamos que Martim Moniz seria o comandante das galés reais (rector de galeata regis). Ora sendo assim não é crível que o *Nobiliário* ao referir-se-lhe não o dissesse, pois não nos parece provável que se tivesse mantido o conhecimento do feito e o nome de quem o praticara e esquecido a sua importante situação na corte e no quadro das forças armadas portuguesas.

Mas há ainda a considerar o óbice levantado pela toponímia. Na narrativa atribuída a Osberno a morte tem lugar junto da *porta férrea.* E sabendo nós que existia em Lisboa, no séc. XIII, uma porta de Martim Moniz, pois se lhe referem dois documentos — de 1258 e de 1313 — publicados por Alfredo Pimenta ([18]), somos levados a concluir que certamente a denominação dessa porta deriva do feito de Martim Moniz e que nela ou junto dela foi este morto. Portanto, teríamos que a *porta férrea* da narrativa atribuída a Osberno se teria passado a denominar de Martim Moniz. Mas tal não se pode admitir, pois que aquela porta continua a manter nos séculos XIII, XIV e mesmo posteriormente a denominação que se lhe dá na narrativa atribuída a Osberno. *Portam ferream* e *porta férrea* lhe chamam dois documentos de 1276 ([19]); *porta do ferro* se encontra em documentos de 1371, 1381, 1387 e 1393 ([20]). Eram pois duas portas dis-

([17]) *O Cerco de Lisboa em 1147*, Lisboa, págs. 189-90.

([18]) «Portam Ciuitatis vlixbonensis que dicitur Martini munionis» (1258); «Propter portam Martinj dicti monit» (1313). *Estudos Históricos — XV — A Façanha de Martim Moniz*, Lisboa, 1940, págs. 7 e 9; *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa, 1940, vol. I, págs. 151 e 154.

([19]) A. Vieira da Silva: *A Cerca Moura de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, 1939, pág. 79.

([20]) J. M. Silva Marques: *Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1944, supl. ao vol. I, doc. 415, pág. 406; *idem, idem*, vol. I, pág. 175; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1958, vol. II, códice 10, doc. 23, pág. 31. E. Freire de Oliveira: *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1885, vol. I, pág. 100.

tintas, a de ferro e a de Martim Moniz e isso, parece-nos, torna inaceitável a curiosa hipótese do sr. Dr. José Augusto de Oliveira.

5.ª fase: Tentativa de restabelecimento da tradição

Foi o distinto e erudito medievalista Sr. Tenente-Coronel Costa Veiga que encontrou uma referência de Fr. Francisco Brandão a um documento, no qual, 111 anos depois da conquista de Lisboa, se alude à porta de Martim Moniz. Logo comunicou essa informação ao olisipógrafo Vieira da Silva que, em nota à *Lisboa Antiga*, assim comentou o facto: «Um vestígio documental da antiguidade da denominação da Porta de Martim Moniz, e por conseguinte indicativo de que a tradição tem visos de se apoiar nalgum facto de que fosse protagonista ou herói o referido Martim Moniz, consta de um apontamento manuscrito de Frei Francisco Brandão, que consiste no extracto de uma ementa do tombo de Santa Cruz do Castelo, relativa a uma escritura datada de 8 das calendas de maio de 1258 (A. D.) onde se trata de um ferragial e um figueiral *à porta de Martim Moniz;* esta referência é portanto posterior 111 anos à conquista de Lisboa. *Codices 127 de Alcobaça,* fls. 27 v., na Bibl[ioteca] Nac[ional de Lisboa]» ([21]).

Esta nota lançou Alfredo Pimenta em busca do documento original, tendo tido a felicidade de o encontrar, passando assim este a ser conhecido directa e completamente. E analisando o novo aspecto que o problema tomava, escreveu em 1940 ([22]) e repetiu depois quase ipsis verbis, em 1948, o seguinte:

«Em 1258, não digo que houvesse muita gente coeva do sucesso. Mas se repararmos em que nessa data já a determinada porta da cidade se chamava de Martim Moniz, é mais do que natural que tal designação tivesse sido formada em vida de muitos que foram testemunhas da conquista de Lisboa.

Na pior das hipóteses, ela ter-se-ia revelado na geração que sucedeu à dos conquistadores e mercê dos informes prestados por estes.

Herculano, não encontrando mais notícias do facto, além da que nos dá o *Nobiliário,* arredou-o como invencionice. Estava na razão, dentro do rigor científico do seu método.

([21]) *Lisboa Antiga,* vol. II, págs. 196-7, nota 1.

([22]) *Estudos Históricos — XV — A Façanha de Martim Moniz,* Lisboa, 1940, pág. 8.

Se tivesse tido a ventura de encontrar o documento que tenho o gosto de levar ao conhecimento do público, outro teria sido o seu juízo.

Parece-me que não me meto em trabalhos, proclamando que o feito de Martim Moniz é um facto histórico...» ([23]).

E comenta, referindo-se, mais adiante, a outro documento posterior onde se menciona também a porta de Martim Moniz: «Mas nem só este documento fundamenta a tradição da façanha célebre que Herculano contraditou, por não ter encontrado melhor abonador para ela do que o *Nobiliário*» ([24]).

A estas afirmações devemos observar que só por evidente distracção pode por duas vezes ter escrito Alfredo Pimenta: «Em 1258, não digo que houvesse muita gente coeva do sucesso», tendo esse sucesso ocorrido 111 anos antes. Além disso, Alexandre Herculano não rejeitou o feito por ter apenas como melhor abonador o *Nobiliário*, mas, como vimos, principalmente por ser deveras inverosímil.

Mas há especialmente que observar que o documento só prova ter havido em Lisboa, em 1258, uma porta chamada de Martim Moniz, não dizendo onde, nem a razão desse nome. Não nos parece pois que este simples facto chegue, como pretende Alfredo Pimenta, para se afirmar «que o feito de Martim Moniz é um facto histórico» e que o «documento fundamenta a tradição da façanha célebre» ([25]).

Recentemente, o olisipógrafo sr. Ferreira de Andrade, revelou mais uma outra referência à porta de Martim Moniz, que se lhe deparou no cartório paroquial da Igreja de S.ta Cruz, no «*Catálogo dos Documentos passados nos séculos XIII, XIV, XV e XVI que existiram no cartório da Irmandade (ou da Igreja)* que é cópia feita, em 1908, da *Memória dos papeis antigos da Igreja de Santa Cruz de Lisboa que estão no cartó-*

([23]) *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa (1948), vol. I, pág. 150-1. O penúltimo parágrafo só se encontra no estudo citado na nota anterior.

([24]) *A Façanha de Martim Moniz*, pág. 11 e *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol. I, pág. 153.

([25]) Alfredo Pimenta, nos estudos citados, escreveu ainda: «há que aceitar como prova o facto, em si, embora desconheçamos os pormenores, por outra via que não seja a do *Nobiliário*» (*O Feito de Martim Moniz*, pág. 12, *Fontes Medievais da História Portuguesa*, pág. 153). Deve tratar-se dum lapso, bem evidente, pois o *Nobiliário* não dá pormenores do feito, nem sequer refere o facto como um feito. Reconheceu-o bem claramente o próprio A. Pimenta, pois por duas vezes escreveu: «o *Nobiliário* não é grande fonte» e transcreve como prova (sic) que este diz: «e D. Martim Moniz, o que mataram os mouros em Lisboa a porta que chamam de Martim Moniz» (*O Feito de Martim Moniz*, pág. 5, e *Documentos Medievais da História de Portugal*, pág. 147).

rio» ([26]) e da qual consta o seguinte: «Uma doação em latim n'um pergaminho pequeno do ferregial fora da porta do Moniz feito no anno de 1228» ([27]). Teríamos assim uma referência documental indirecta, ainda mais antiga do que a revelada por Costa Veiga e Alfredo Pimenta, pois dataria desse ano ou mesmo de 1190, porque, como salientou Ferreira de Andrade, é possível pôr-se a hipótese de se tratar da era e não do ano. Levanta-se, porém, um problema, que não passou despercebido a Ferreira de Andrade: Trata-se do mesmo documento a que fizemos referência e que foi publicado pelo Dr. Alfredo Pimenta? É o próprio pergaminho da Torre do Tombo e que pertenceu à igreja de Santa Cruz? E a data? Sendo o mesmo, houve de facto erro ou do pároco que relacionou os documentos ou de quem copiou a lista. Mas a dúvida subsiste. O documento mencionado nesta refere-se ao reinado de D. Sancho II. Outro erro do pároco? Não é de aceitar a hipótese. O monarca reinou de 1223 a 1245. O ano de 1228 é, de facto, do reinado de D. Sancho II, ao passo que o de 1258 é do reinado de D. Afonso III ([28]). Quer-nos, todavia, parecer que é mais provável tratar-se do mesmo documento do que de um outro diferente. Em primeiro lugar, porque não devemos estar perante dois erros independentes: o do ano e o do reinado, o que seria bastante improvável, mas sim dum erro, o da data, que deu origem ao do reinado. E senão vejamos: Os documentos não traziam, salvo uma ou outra excepção, os nomes dos soberanos reinantes e este, referente a uma doação, não a trazia decerto. Portanto, foi a partir da data que se estabeleceu o reinado. Logo, se por engano na leitura ou na cópia, se errou a data, adviria daí o erro do reinado. Mais: a *Memória* já mencionaria o reinado ou só traria a data do documento? É bem provável, dado o seu carácter de memória, que só especificasse a data e que fosse o autor do *Catálogo* quem, para maior facilidade de consulta, tivesse acrescentado os reinados numa terceira coluna e para isso partiu da data, errada já na *Memória* ou que ele por lapso teria modificado. De qualquer modo tudo indica, a nosso ver, que o engano foi só um, o da data, e que este deu origem ao do reinado. Teríamos por isso um lapso perfeitamente admissível numa cópia de outra cópia e não dois enganos, o que já seria menos provável. Por outro lado, a não admitirmos o engano da data, temos de aceitar que 1228 e 1258 (datas que diferem apenas num algarismo pois decerto na *Memória*, escrita

([26]) *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, Lisboa, 1951, nota n.º 6, pág. 163.

([27]) Idem, pág. 166.

([28]) Idem, pág. 137.

em 1908 se utilizaram os chamados algarismos arábicos), se fizeram duas doações dum mesmo terreno, em ambas denominado de Ferregial e localizado pelo mesmo topónimo. Mais: a ementa refere um pergaminho pequeno e o documento encontrado por Alfredo Pimenta é também de reduzidas proporções: 23,3 cm × 15,5 cm. São muitas coincidências, e por isso perece-nos mais provável ter havido um erro na cópia da data, de que resultou o engano do reinado, sendo por isso esta ementa, uma referência ao documento descoberto por Alfredo Pimenta.

★

Exposta a história da questão e verificado, segundo nos parece e pelos motivos apontados, que as soluções propostas não são aceitáveis, abordaremos agora directamente o problema.

A façanha de Martim Moniz, segundo a narra a tradição registada por Fr. António Brandão, tudo indica ser lendária. Eis, em resumo, as circunstâncias que se lhe opõem:

1.º A porta, pela sua situação, não se prestava a ser objectivo dum assalto, o qual, como muito bem notou Herculano, «se não era impossível, ao menos fora loucura», pois tinham falhado os assaltos tentados em pontos acessíveis da muralha, derrubada parcialmente por meio de minas. A orografia do local torna não impossível, mas improvável o ataque.

2.º A façanha foi registada em época muito posterior ao acontecimento, época aliás fértil na criação de lendas. Não aparece referida na Crónica de 1419 ([29]) e também a não refere Arcenheiro ([30]) nem Duarte Galvão na sua crónica de D. Afonso Henriques ([31]). Como explicar este silêncio? Que os três autores ignorassem o feito é inaceitável, como é inadmissível a

---

([29]) Nem no apógrafo da Casa Cadaval, o mais completo, nem no da Biblioteca Municipal do Porto. Ver: *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, edição crítica de C. da Silva Tarouca, Lisboa, 1926, cap. XXII da Crónica de D. Afonso Henriques, vol. I, págs. 76-79 e *Crónica de Cinco de Portugal*, edição de A. Magalhães Basto, cap. XXI da Crónica de D. Afonso Henriques, págs. 92-94, (Porto, 1945).

([30]) *Chrónicas dos Senhores Reis de Portugal*, cap. VII, in *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, 1926, vol. V, págs. 37-9.

([31]) *Cronica Delrey Dom Affomso Hanriques*, Edição do Conde Castro Guimarães, cap. XXXIV, págs. 28-9. O Prof. Lindley Cintra dá preferência a esta edição. Veja-se a *Miscelânia de Estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, 1957, pág. 169, nota 2.

explicação de que não fizeram menção por considerarem o episódio sem importância, especialmente no caso da Crónica de Duarte Galvão, onde, por exemplo, se narram largamente, em três capítulos, os feitos milagrosos ocorridos depois da morte do cavaleiro alemão Anrique ([32]).

Só restam, a nosso ver, duas hipóteses aceitáveis: ou já se conhecia a história do feito, e os três autores a rejeitaram unânimemente por a considerarem falsa, o que, dada a circunstância de Acenheiro e Galvão serem tão pouco rigorosos na aceitação de lendas e tradições, significa um completo atestado de falsidade da tradição, ou então que nas primeiras décadas do século XVI a tradição não se havia ainda formado ([33]), o que é igualmente prova suficiente da sua falsidade.

3.º A porta chamada de Martim Moniz parece ser posterior e bastante à tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques. Tal é a opinião de Freire de Oliveira ([34]) e do Engenheiro Vieira da Silva que, no seu minucioso estudo histórico-arqueológico sobre o castelo, ao tratar dessa porta, afirmou: «acha-se relativamente bem conservada, parecendo contudo ser reconstrução posterior dois ou três séculos à conquista de Lisboa, talvez por ocasião do levantamento da cerca nova» ([35]). Pode pois pôr-se em dúvida que essa porta já existisse em 1147.

([32]) *Cronica Delrey Dom Affomso Hanriques*, caps. XXXVI a XXXVIII, págs. 135 a 140.

Estes milagres encontram-se também referidos no apógrafo do Porto da crónica de 1419, nos capítulos 23 a 25 da Crónica de D .Afonso Henriques (*Crónica de Cinco Reis de Portugal*, vol. I, págs. 96-99) e no apógrafo da Casa Cadaval (*Ver Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, vol. I, pág. 291). Segundo o P. Silva Tarouca «os milagres do cavaleyro Henrique, aparece — fim do cap. 36 — como interpolação em C [Códice Cadaval] e P [Códice do Porto] da cópia do tempo de Rui de Pina e Duarte Galvão» (*Idem*, vol. I, pág. 81, nota). O P. António Brásio considera a narrativa desses milagres como uma dificuldade à atribuição desta Crónica a Fernão Lopes. (Ver *Algumas Observações sobre a Autoria das Chamadas Crónicas de Cinco e dos Sete Reis tiradas da Crítica Interna)* in «Anais» da Academia Portuguesa da História, 2.ª série, Lisboa, 1959, vol. IX, pág. 69. E na verdade essa narrativa tem uma feição lendária e de ingénua credulidade ainda mais marcadas do que a façanha de Martim Moniz nas versões de Fr. António Brandão.

([33]) A Crónica de Duarte Galvão foi escrita em 1505, segundo o declara expressamente o seu autor no cap. I da obra. Ver na Ed. cit. a pág. 10. Igualmente Acenheiro declara e por duas vezes ter composto o seu trabalho em 1535. Ver *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, Tomo V, págs. 9 e 12.

([34]) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1896, vol. III, pág. 187-8 nota.

([35]) *O Castelo de S. Jorge*, 2.ª edição, Lisboa, 1937, pág. 88.

4.º O feito de Martim Moniz, ao contrário do que pensava Júlio de Castiho, é desmentido pelas narrativas da tomada de Lisboa.

A descrição atribuída a Osberno ([36]) «a mais circunstanciada e importante narrativa do sucesso», segundo Herculano ([37]), diz-nos:

«Hora autem quasi decima mari retraente ([38]) nostri in harena conveniunt, ut machinam (isto é, a torre móvel construída pelos assaltantes) modo pedibus solum quattuor adicerent ut sic facilius pontem elicerent. Ad hans igitur muri defensionem omnes circumquaque mauri conveniunt. Sed cum pontem quasi duorum cubitorum emissum viderent, et jam penè fieri nobis introeuntibus, ut nec vita reliqui victis foret, voce magna conclamantes nobis videntibus arma deponunt, manus submittunt, inducias vel usque mane supliciter postulantes. Advocato itaque Frinando Captivo ex parte regis, Herveo de Glavilla ex nostris partibus, datae sunt induciae» ([39]).

Também na Epístola de Arnulfo se lê: «Videntes autem Sarraceni Lotharingos et Flamingos tanto fervore in arcem turris ascendentes, tanta

---

([36]) Esta narrativa foi publicada primeiramente nos *Portugaliae Monumental Histórica — Scriptores*, vol. I, págs. 392-405 (P) e de novo na *conquista de Lisboa aos mouros*, Suplemento ao vol. II da *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho, 2.ª ed., Lisboa, 1936.

([37]) *História de Portugal*, 7.ª edição, vol. III, pág. 307.

([38]) Em P «retrahente», vol. I, pág. 403.

([39]) «Cerca, porém, da hora décima do dia, com maré vazante, os nossos juntam-se na praia para levarem a máquina só mais quatro pés adiante, para assim com maior facilidade lançarem a ponte. À defesa desta parte do muro juntam-se os mouros de todos os lados; mas, ao verem a ponte lançada já quase à altura de dois côvados, e que, estando nós prestes a entrar, não pouparíamos a vida aos vencidos, à nossa vista depõem as armas, baixam as mãos, pedindo suplicantemente tréguas, ao menos até ao dia seguinte. Sendo chamado Fernão Cativo da parte do rei, e Herveo de Glanvill da nossa parte, foram concedidas as tréguas», *Portugaliae Monumenta Histórica — Scriptores*, vol. I, pág. 403 e *Conquista de Lisboa aos Mouros*, págs. 100-1. A Crónica de 1419 embora não diga, que os muçulmanos se renderam, também confirma que o ataque a Lisboa não foi dirigido contra a sua parte mais elevada mas que se efectuou na zona vizinha do Tejo. «E asy foy a cidade fortemente combatida e emtrada, pela porta que ora chamoom d'Alfama, e deshy pelas outras portas». Versão do códice Cadaval — *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Crónica de D. Afonso Henriques, cap. XXII, vol. I, pág. 79. O apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto coincide neste pormenor. Ver *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, vol. I, pág. 94. Duarte Galvão na sua Crónica seguiu neste ponto a de 1419 pois escreveu: «entraram a cidade per força. Emtrousse primçipalmente pella porta que ora chamam DAlfama, e de hi pellas outras portas» — Ed. cit., Cap. 34, pág. 129. Estas afirmações são mais uma prova de que seus autores ignoravam ou não davam crédito ao feito de Martim Moniz.

formidine territi sunt, ut arma submitterent, et dextras sibi in signum pacis dari peterent» ([40]).

É pois seguro que o assalto à cidade de Lisboa foi tentado por meio duma torre móvel, que, aproximada da muralha da cidade, a permitia atacar de cima, e ainda que o assalto não chegou a efectuar-se por os mouros se terem rendido antes. Estas circunstâncias tornam impossível o feito de Martim Moniz como o conta a tradição. Mas ainda outra circunstância o desmente. Assim, segundo a narrativa atribuída a Osberno, «Decretum este itaque inter nos ut centum XL armatorum ex nostris partibus, et centum LX ex colonensibus et flandrensibus, civitatem prae omnibus ingrederentur, atque munimentum superioris castri in pace tenerent» ([41]). Este pormenor da tomada de Lisboa está também seguramente estabelecido e desmente, como é óbvio, a tradição do feito, pois nesse caso o assalto — que não se deu — teria sido iniciado pelo castelo.

É possível reduzir estes argumentos apresentados contra a veracidade do feito de Martim Moniz, desde que consideremos que a situação da porta foi deturpada com o tempo. Mas isso não altera os factos, porquanto a sua omissão na crónica de 1419, por Acenheiro e Duarte Galvão, a forma como se tentou o assalto a Lisboa e a circunstância de os mouros se terem rendido antes deste, nos levam — e cremos que com fundamento sério — a rejeitar o feito de Martim Moniz, tal qual o descreve a tradição registada por Frei António Brandão.

Quanto ao *Nobiliário*, no título 53.º, ele apenas informa: «dom Mar tim Moniz, o qua mataram os mouros em Lisboa, a porta que chamam de Martim Moniz» ([42]). E o problema que põe é o seguinte: sendo essa fonte, como disse Alfredo Pimenta, «amontoado de coisas certas e coisas inventadas» ([43]), a que grupo pertencerá essa notícia? Quando Herculano escreveu a *História de Portugal* era impossível esclarecer essa questão, pois não

([40]) «Mas logo que os mouros viram os lotaríngios e flamengos a subirem com tanto ardor para o alto da torre, possuíram-se de tal terror que baixaram as armas e pediram que lhes déssemos a mão direita, em sinal de paz». *Portugaliae Monumenta Histórica — Scriptores*, vol. I, pág. 407 e *Conquista de Lisboa aos Mouros*, pág. 117.

([41]) «Foi então determinado entre nós que cento e quarenta guerreiros da nossa parte, e cento e sessenta dos colonenses e flamengos, entrassem na cidade à frente de todos e fôssem ocupar pacìficamente a fortaleza superior do castelo.» *Portugaliae Monumenta Histórica — Scriptores*, vol. I, pág. 404 e *Conquista de Lisboa aos Mouros*, pág. 106.

([42]) *Portugaliae Monumenta Histórica — Scriptores*, vol I, pág. 354-5.

([43]) *A Façanha de Martim Moniz*, pág. 6 e *Fontes Medievais da História Portuguesa*, pág. 148.

se conhecia o menor elemento elucidativo. Hoje, porém, sabendo nós que em 1258, isto é, 111 anos depois da tomada de Lisboa, era já um topónimo corrente o da porta de Martim Moniz, temos que considerar a notícia do *Nobiliário* como possìvelmente verdadeira. Mas note-se: este só nos diz que Martim Moniz foi morto pelos mouros numa porta da cidade. É só isso portanto que consideramos como *possìvelmente verdadeiro*. Só isso e nada mais.

★

Parece-nos no entanto legítimo ir um pouco além, entrando por isso no campo das hipóteses.

Durante o cerco de Lisboa, deram-se frequentes escaramuças, como é natural, as quais começaram logo no primeiro dia do cerco. É bem verosímil que em alguma dessas escaramuças tenha sido morto Martim Moniz, tanto mais que o carácter de muitos dos combates se harmoniza com a notícia do *Nobiliário*. Assim, para exemplo, na narrativa atribuída a Osberno diz-se: «Milites tamen cum archiferis et quis busdam juvenibus expeditis, praeda neglecta, usque ad portas impressionem strenuissimam faciunt» (44).

Nesse ou em outro combate semelhante, Martim Moniz, lançado em perseguição dos mouros, foi por eles morto junto a uma porta, cuja localização com o tempo se deturpou — talvez mesmo quando tentava impedi-los de a fecharem. Um acto de coragem, que lhe custou a vida e que foi um por entre os muitos que então se verificaram. Mas o seu nome fica ligado à porta, onde perdera a vida.

Os anos passam e a memória da sua morte perdura. A tendência popular é para ampliar os acontecimentos e a dos nossos cronistas de quinhentos e de seiscentos é igualmente a de transformarem pequenos episódios em grandes e heróicos feitos, muitas das vezes com intuito de exaltação patriótica. Assim Martim Moniz passa a morrer, não em pequena escaramuça, mas no assalto decisivo à cidade, que para ser mais espectacular é lançado contra o ponto melhor defendido e de pior acesso. Paralelamente deturpa-se, engrandecendo-se, a tradição da conquista de Lisboa. Na Crónica de 1419 e na Crónica de D. Afonso Henriques os mouros não se rendem, mas a cidade é tomada de assalto em heróico combate. Fundi-

(44) «Todavia ainda alguns guerreiros, com alguns frecheiros e jovens auxiliares, desprezando a presa, fizeram até às portas um assalto esforçado» *Portugaliae Monumenta Historicae — Scriptores*, vol. I, pág. 399 e *Conquista de Lisboa aos Mouros*, pág. 59.

das estas duas ampliações, temos a lenda formada ([45]): Martim Moniz passa a morrer entalado na porta do castelo durante o combate decisivo, que fará cair Lisboa em poder dos cristãos, e para cujo êxito o seu sacrifício foi um factor de primordial importância. Assim poderia ter evoluído e sido transformado um episódio verídico do cerco de Lisboa.

Esta seria a génese da lenda.

Fantasia nossa? Talvez, mas em todo o caso uma reconstituição verosímil.

([45]) O Dr. Sérgio da Silva Pinto, no seu valioso trabalho *Ainda o lendário de Aljubarrota*, Porto, 1960, apresentou um caso semelhante, demonstrando com perspicaz argumentação que a lenda da batalha de Aljubarrota recolhida por Sandoval é uma fusão de certos pormenores da batalha e da lenda de S. Jorge lutando contra o dragão. A este respeito pode ainda consultar-se o bem documentado estudo de Afonso do Paço, *Do lendário da batalha de Aljubarrota* in *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos*, Porto, 1959, vol. II, págs. 217-228.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

D. Duarte ensaísta?

Por Maria dos Remédios Castelo-Branco

O *Leal Conselheiro* é tido e muito justamente como obra sem par da literatura portuguesa, a mais penetrante e clarividente que analisa os aspectos difíceis e subtis da vida psicológica. E parece-nos que um dos motivos que mais contribui para a posição valorativa do livro de D. Duarte, um dos factores que mais pesa na importância que se lhe deve atribuir no conspecto da literatura portuguesa e do pensamento nacional, assenta na atitude mental que presidiu à concepção da obra e que corresponde, nas suas linhas essenciais, ao que designamos hoje por ensaísmo.

Não constitui novidade para ninguém qualificar o *Leal Conselheiro* como um livro de ensaios, ainda que a designação «ensaio», para este género de trabalhos, não aparecesse entre nós antes do século XVIII. Diversos críticos literários e historiadores da cultura portuguesa, como Agostinho de Campos, Joseph Piel e Joaquim de Carvalho defenderam essa opinião. Diz o primeiro que o *Leal Conselheiro* «é o que na linguagem actual se chamaria um livro de ensaios» (1), classificação feita «com uma expressão feliz», na opinião de Joseph Piel, que acrescenta: «Na verdade trata-se de uma miscelânea de considerações de ordem moral e prática, muitas sem nexo aparente, e redigidas em épocas e ocasiões diferentes da vida do autor» (2). Joaquim de Carvalho, por seu lado, escreveu: «O *Leal Conselheiro* é a obra de um ensaista que se deleita na diversidade dos temas, colhidos na sugestão livresca, outros na experiência própria e na reflexão» (3).

Como se vê, todos estes pensadores, com uma unanimidade que não

---

(1) *Os Alvores da Prosa Literária sob o Signo de Aviz* in *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* dirig. por A. Forjaz Sampaio, vol. I pág. 164.

(2) No prefácio à edição crítica do *Leal Conselheiro*, Lisboa, 1942, pág. X.

(3) *História de Portugal* dirig. por Damião Peres, Barcelos, 1932, vol IV, pág. 524.

pode passar despercebida nem deixar de ser assinalada, tanto mais que são personalidades com orientações mentais e formações intelectuais diferentes, foram concordes em classificar o *Leal Conselheiro* como um livro de ensaios. Em 1944, porém, surgiu uma dissonância e levantou-se um problema que, segundo cremos, continua em suspenso (4). Nesse ano, o prof. Sílvio de Lima publicou um livro admirável em muitos aspectos, discutível e contestável em alguns outros, intitulado *Ensaio sobre a essência do ensaio* que incluí um capítulo dedicado ao ensaísmo em Portugal. O autor, como era de esperar, analisa demoradamente a obra de D. Duarte, concluindo que este príncipe não merece a designação de ensaísta e que o seu *Leal Conselheiro* não é um livro de ensaios.

Conclusão injusta e grave, a nosso ver, não porque dependa, é claro, da classificação de uma obra o apuramento das suas virtualidades, mas, neste caso, ao negar-se a D. Duarte a primazia no pensamento ensaístico português, negam-se-lhe implìcitamente os méritos de originalidade, de atitude crítica, de reflexão pessoal e de filósofo da experiência e do humano a que, sem reservas, tem jus.

Senão vejamos:

À pergunta «Foi D. Duarte um ensaísta?», responde o prof. Sílvio de Lima: «Julgo que não», fundamentando o seu ponto de vista do seguinte modo: «O que caracteriza o ensaio como ensaio é o auto-exercício do espírito que põe em jogo as suas faculdades críticas dentro da mais ampla liberdade discursiva. Não nos deixemos iludir pelo valor realístico e experimental do *Leal Conselheiro*. O homem e o livro são ali medievais; exibem o traço nítido da sua época. São livres, mas dentro de um modo ortodoxo. A liberdade de análise e o desembaraço dos seus movimentos não põem verdadeiramente em auto-exercício os órgãos do entendimento; é um exercício de superfície; há lá dentro do entendimento zonas adormecidas, águas quietas, que precisamente o terramoto crítico da *modernidade* renascentista despertará. O infante D. Pedro e o rei D. Duarte são escritores moralizantes, mas não ensaístas. Ensaísta e moralizante, mas sobretudo ensaísta é o génio de um Montaigne, ou de um Bacon» (5).

Tal argumentação não nos parece admissível e é aliás contrariada pelo que noutros pontos diz o próprio prof. Sílvio de Lima. Na verdade,

---

(4) Posteriormente António Sérgio manifestou a sua concordância com a atitude do prof. Sílvio de Lima, mas como se limitou a transcrever e a adoptar a sua argumentação, o problema ficou no pé em que o mestre conimbricense o colocara. Ver *Prosa Doutrinal de Autores Portugueses*, Lisboa, s. d., pág. 12.

(5) *Ensaio sobre a Essência do Ensaio*, Coimbra, 1944, págs. 134-5.

tomando para modelo Montaigne, que considera exemplo de perfeito espírito ensaísta, encontra entre a obra deste escritor e a de D. Duarte semelhanças flagrantes. Em sua opinião, «ambos os livros são compilações; ambos apresentam uma massa ideológica heterogénea, isto, é, sem unidade de pensamento; ambos foram elaborados de um modo ou rítmo intermitente, em épocas e ocasiões diversas, isto é, sem unidade de tempo». E acrescenta: «Ambos os autores fundiram e refundiram, poliram e repoliram os respectivos escritos, que apresentaram como emanação sincera das suas almas. É um *a b c de lealdade* (D. Duarte), *c'est ici un livre de bonne foy* (Montaigne). Ambos os autores fizeram assentar os respectivos trabalhos sobre a autoridade de uma dupla base: *livresca* (compendial, ou erudita) e *experiencial*. D. Duarte é um príncipe auto-didacta, de espírito inquieto, meditativo e devorador de textos. Conhece, como os seus dedos, a literatura patrística; sorveu o sumo do paganismo estóico depois de destilado pelo alambique cristão. Mas o peso da erudição (não peso morto, aliás, porque D. Duarte o *pensava* a cada passo, consoante as vicissitudes da própria vida) não lhe afogou o valor informativo, doutrinador da *experiência*. Ele o sublinha, com força, como um leit-motiv musical. (...) Fundado nessa experiência *vivida* e *sentida* é que o príncipe se atreve, com luciferina pupila de psicólogo, a mergulhar no mundo e no sub-mundo da nocturna vida afectiva. Com fria serenidade e a agudeza de um Espinosa cristão, e como se tratasse de linhas, superfícies ou volumes, o príncipe desfibra, relaciona, classifica sentimentos, emoções, paixões, volições, instintos» ([6]).

Todavia algo de paradoxal e surpreendente se nos depara neste paralelo que o prof. Sílvio de Lima estabelece: tocando ele em pontos tão essenciais das obras de Montaigne e D. Duarte, ou em manifestações verdadeiramente expressivas e significativas das mentalidades que as originaram ([7]),considera a semelhança entre essas obras *puramente externa* ([8]). Dever-se-á esta paradoxal posição ao desejo de diminuir o valor do paralelo estabelecido e que tanto contraria a afirmação já transcrita de que o *Leal Conselheiro* não é um livro de ensaios? É possível. O que nos parece,

---

([6]) *Obra cit.* págs. 133-4.

([7]) Se as obras foram «fundidas e refundidas», isto implica uma insatisfação e uma ânsia de perfeição por parte dos seus autores; se têm «uma massa ideológica heterogénea» isso implica espíritos curiosos e dispersivos, atentos à multiplicidade dos fenómenos e dos problemas.

([8]) Obra cit., pág. 132.

porém, fundamental é tornar-se tal classificação inaceitável precisamente a partir desse paralelo.

Será uma característica puramente externa que ambos os livros representem a «emanação sincera das suas almas», ou terem os dois escritores fundamentado os seus trabalhos na autoridade de uma dupla base: a livresca e a experiencial? Será puramente externa a característica apontada de que o peso da erudição não afogou o valor informativo, doutrinador da experiência, ou a circunstância de, a partir dessa experiência, vivida e sentida, D. Duarte ter mergulhado no mundo e no sub-mundo da vida afectiva e depois, baseado nessa vivência, ter escrito alguns dos magníficos capítulos do *Leal Conselheiro?* Será ainda de natureza externa o facto, posto em paralelo, de tratar-se de uma obra que revela um espírito de fria serenidade e a agudeza de um Espinosa cristão que desfibra, como se de geometria se tratasse, o mundo psicológico? Pelo contrário, nestes pontos vemos assinaladas precisamente características das mais profundas, íntimas e essenciais da obra e do espírito que a criou.

Mas há ainda a considerar um outro aspecto da questão e esse fundamental, a nosso ver. Na concepção de ensaio, segundo o prof. Sílvio de Lima, «estão implícitas três ideias básicas: *a)* o auto-exercício das faculdades; *b)* a liberdade pessoal; *c)* o esforço constante pelo pensar original» (9), isto é, o ensaio como ensaio é um auto exercício de espírito que põe em jogo as suas faculdades críticas dentro da mais ampla liberdade discursiva. Mas se, na opinião do ilustre professor, como vimos, temos no *Leal Conselheiro* a emanação sincera da alma de quem o escreveu, não teremos também e consequentemente um esforço constante de pensar original? Se a obra assenta numa base livresca e experiencial, na qual o livresco não afogou o valor informativo e doutrinador da experiência vivida e sentida, não temos forçosamente um pensar original e um auto-exercício das faculdades? Se D. Duarte penetrou no mundo e sub-mundo da nocturna vida afectiva baseado na sua experiência vivida, não teremos afirmadas novamente essas mesmas características? Se D. Duarte, conforme afirma o mesmo professor, *pensava* (o sublinhado é seu) a cada passo a sua erudição livresca, que é isto senão um esforço constante pelo pensar original e um auto-exercício das faculdades?

Parece portanto que, seguindo exclusivamente a análise do prof. Sílvio de Lima e a sua concepção de ensaio, duas das três características apontadas estão òbviamente presentes no *Leal Conselheiro*. Que dizer,

(9) *Ob. cit.*, pág. 56.

porém, da liberdade pessoal, que é o ponto especialmente visado na sua contestação? Segundo o autor, «o homem e o livro são ali medievais (...) são livres mas dentro de um molde ortodoxo (...) há lá dentro do entendimento zonas adormecidas, águas quietas, que precisamente o terramoto crítico da modernidade renascentista despertará». Ora quer-nos parecer que o problema não pode por-se de forma tão breve e categórica.

O próprio D. Duarte se pronuncia acerca da natureza e limites desse molde ortodoxo, que existe sem dúvida, mas cuja existência não altera e até de certo modo consolida a posição do rei como escritor ensaísta. É estranho — mas talvez significativo — que o prof. Sílvio de Lima, que a cada passo se fundamenta em trechos do *Leal Conselheiro*, desprezasse as considerações de D. Duarte em redor deste ponto e que põem a questão em termos mais vastos e mais complexos.

Atentemos na confissão de D. Duarte:

«E naquesto nom devemos duvydar, posto que perfeitamente nom entendamos como todo o seer. E pareceme grande sympreza filhar duvyda no que per a ssancta igreja he determynado que se crea, por nom se pode entender. Ca de nossa natureza, como obra tam discretamente, quem o entende? E o poder da memoria, ver, ouvyr, cheirar, gostar e mais special sentir, qual perfeitamente per razom o podera demonstrar? Pois se o que avemos em nos nom percalçamos per natural juizo, como as cousas de nosso senhor queremos perfeitamente entender e julgar? Porem todo esto que se nom entenda como he dévese per obediencia da ffe aver por entendido, creendo tam sem duvyda como se per clara razon nos fosse demonstrado, conhecendo nossa fraqueza, e segundo nosso mericymento da humyldade e obediencia.» ([10])

A atitude de D. Duarte parece-nos clara: há um domínio transcendental e divino que a nossa razão não abarca e por isso a Santa Igreja fez a seu respeito certas afirmações, nas quais o homem crê como se fossem racionalmente provadas, uma vez que as não pode entender ([11]). Mas fora desses domínios, que atitude tomar? A de uma plena liberdade, diz-nos o rei, ao prescrever por exemplo a atitude mental que deve presidir à leitura: «Nom tenhaaes algũas teençõoes assy firmadas na vontade, que todo quanto leerdes queiraaes torcer pera concordar com ellas, mas aalem

([10]) *Leal Conselheiro*, cap. XXXIX, pág. 155.

([11]) Como observou justamente António José Saraiva, «D. Duarte limita pois o alcance da razão, preconizando contra os Lulistas o acatamento puro e simples da autoridade da Igreja em matéria de fé». *História da Cultura em Portugal*, Lisboa, 1950, vol. I pág. 620.

daquellas que per ffe e determinaçom da sancta igreja avees firmemente creer, outras per vos nom tenhaaes nem filhees, mes em todo vos fazee livre pera receberdes quel quer boo consselho e determynaçom, que per livros aprovados achardes, e vos der tal pessoa de que o devees filhar» ([12]).

Fora dos campos da fé, D. Duarte valorizava a dúvida por uma forma que, para um pensador da primeira metade do século XV, é de facto notável. «Quando for a determynaçom do que leerdes duvidosa, prazavos de a leixardes em duvyda, e nom vos quererdes afirmar em algũa parte, conhecendo que algũ cousas certamente avemos outorgar per ffe e obediencia, e per razom outras negar, e dalgũas seermos duvydosos, e nom em certa determynaçom. E por esto dizem que melhor he duvidar, que sandyamente determynar» ([13]). Por isso Rodrigues Lapa afirmou e muito justamente: «Tirante os artigos de fé, que se deviam aceitar sem discutir, com obediencia aos mandamentos da Igreja, D. Duarte admitia e até aconselhava a negação e a dúvida, nas coisas que estivessem sob a alçada da razão. Em alguns pontos o seu método faz lembrar o método cartesiano da dúvida metódica, que tanta influência exerceu no desenvolvimento do espírito moderno» ([14]). É esta a verdadeira posição mental assumida por D. Duarte e que a leitura da sua obra a cada passo revela. E como os seus estudos tratam não de pontos de fé ou de questões transcendentais, mas de problemas humanos — e nem outra coisa seria de esperar dado que o autor considera que nessas questões o homem «nom se pode entender» — o *molde ortodoxo* de que nos fala o prof. Sívio de Lima não interessa, porque surge apenas muito remotamente e não limita a essência nem interfere no âmago das problemáticas abordadas.

Se D. Duarte dissertasse, no seu livro, sobre a divindade de Jesus ou a unidade da Santíssima Trindade, o molde ortodoxo surgiria de certo em primeiro plano, como não podia deixar de ser, e o *Leal Conselheiro* nada teria de ensaístico, mas o autor trata de questões humanas e bem humanas, sejam elas as maneiras de amar ou os «erros do mynguado sentido», e o molde ortodoxo não perturba nem podia perturbar de forma sensível a análise destas questões. Logo, o campo de especulação, a área sobre a qual

---

([12]) *Leal Conselheiro*, cap. LRIII, pág. 349 Noutro passo, D. Duarte incita o leitor a que por si ajuíze sobre o que ele próprio escreveu: «E pera entender esto, nom compre leer per outros livros, ca poucos acharóm que dello fallem, mes cada hũu veendo o que screvo, consiire seu coraçom no que ja per feitos desvairados tem sentido, e podera veer e julgar se fallo certo». *Leal Conselheiro*, cap. XXV, pág. 95.

([13]) *Leal Conselheiro*, cap. LRIIII, pág. 350.

([14]) *Dom Duarte e os Prosadores da Casa de Aviz*, Lisboa, 1940, pág. 42, nota 2.

se estendem as meditações de D. Duarte nada têm a ver com as zonas adormecidas ou as águas quietas do seu espírito, pois nessas não ousou ele penetrar, limitando-se a referi-las e a assinalar-lhes a existência.

Não queremos com isto significar que as três ideias básicas do ensaio se encontrem em todos os capítulos do *Leal Conselheiro* e de forma absoluta e efectiva. Quisemos sòmente provar que predominam de tal modo que podemos considerar o seu autor um ensaísta. Afigura-se-nos aliás que o problema se não pode colocar em base diferente, nem pode ser abordado noutro pé. Senão, como poderia o prof. Sílvio de Lima considerar Verney um ensaísta e que «*O Verdadeiro Método de Estudar* pode ser considerado sem erro como colectânea de dezasseis ensaios» ([15]), se este autor se manteve dentro da fé católica, pondo em causa não os seus fundamentos ([16]), mas o ensino e a cultura portuguesa sua contemporânea? Diz ainda o prof. Sílvio de Lima que Pasteur «também fez *ensaios* e precisamente em tubos (ou balões) de ensaio» ([17]). Mas este sábio permaneceu sempre dentro da fé católica ([18]) e afirmou que«la raison n'est pas tout:il y a sentiment, et ce que fera éternellement la force des convictions de l'homme de foi, c'est que les enseignements de sa croyance sont en harmonie avec les élans du coeur» ([19]). Isso todavia não impediu o seu autêntico ensaísmo nos trabalhos de laboratório, pois considerava que «en chacun de nous il y a deux hommes: le savant, celui qui fait table rase, qui par l'observation, l'experimentation et le raisonnement veut s'élever à la connaissance de nature, puis l'homme sensible, l'homme de tradition, de foi ou de doute, l'homme de sentiment, l'homme qui pleure ses enfants qui ne sont plus, qui ne peut, hélas: prouver qu'il les reverra, mais qui le crois et l'espère, qui ne veut pas mourir comme meurt un vibrion, qui se dit que la force qui

---

([15]) *Obra cit.*, pág. 157.

([16]) Observou António Sérgio a respeito dos estrangeirados, um dos quais, como se sabe, é Verney: «Na segunda metade do século de setecentos irrompe-nos a falange dos que chamei estrangeirados. Com esses homens desonerámo-nos do autoritarismo da educação jesuítica, do verbalismo aéreo dos peripatéticos, por aquilo que concerne às ciências físicas (...) Em matéria religiosa, todavia, não se vislumbra ainda uma libertação total.» (*Prosa Doutrinal de Autores Portugueses*, pág. 14).

([17]) *Obra cit.*, pág. 84.

([18]) «Toute sa vie, il avait été pénétré des vertus de l'Evangile. Respectueux de la religion de ses pères, il voulut, sans mystère ni ostentation, en recevoir le secours dans cette dernière période» (René Vallery-Radot. *La Vie de Pasteur*, Paris, 1931, pág. 683).

([19]) *Oeuvres de Pasteur*, Paris, 1933, vol. VI, pág. 57.

est en lui se transformera» ([20]) — uma atitude cuja essência nos parece muito semelhante à de D. Duarte.

Afigura-se-nos pois que estes dois casos de ensaísmo apontados pelo prof. Sílvio de Lima — Verney e Pasteur — contrariam igualmente a sua atitude perante o autor do *Leal Conselheiro*.

Do que ficou dito julgamos poder concluir que o *Leal Conselheiro* é umo obra de carácter ensaístico.

Escrita no último ano, senão nos últimos meses da vida de D. Duarte ([21]), que faleceu em 9 de Setembro de 1438, antecedeu quase século e meio a publicação dos *Essais* de Montaigne. Enorme é a diferença de épocas e de ambiente que separa essas duas obras e os seus autores e por isso já é deveras extraordinário e dá ao nosso régio escritor um valor excepcional o facto de o seu livro possuir tão marcado carácter ensaístico. Nem se podia esperar que a atitude mental de D. Duarte revestisse formas tão acabadas e perfeitas como as de Montaigne, pois um viveu no outono da Idade Média e outro em plena efervescência do Renascimento.

Disse Joaquim de Carvalho que «jamais em língua portuguesa alguém, como D. Duarte, levou tão longe a análise do conhecimento emocional e surpreendeu com tanta subtileza a essência dos sentimentos, distinguindo-os da massa confusa da vida afectiva». E acrescenta: «Quer pelas distinções, quer pelas análises, quase fenomenológicas, como hoje diríamos, as suas observações sobre a sanha ou ira, ódio, malquerença, enfadamento, tristeza, nojo, pesar, desprezar, aborrecimento e saudade, conservam o valor, quase modelar, de actualidade, porque trocou a autoridade livresca pela observação e vivência pessoal, isto é, fê-las *considerando os seus sentidos e os dos outros*» ([22]). De facto, do exame comparativo do *Leal Conselheiro*, tão original e tão arguto, com outras obras congéneres escritas na mesma altura ([23]), ou posteriormente, algumas do século XVII e XVIII, e onde a originalidade de pensamento é por vezes tão restrita e a vivência pessoal tão diminuta, sobressai, de modo incontestável e vivo, o

([20]) *Idem*, vol. VI, págs. 57-8.

([21]) Joseph M. Piel, prefácio ao *Leal Conselheiro*, págs. IX-X.

([22]) *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, vol. IV, pág. 525.

([23]) «A obra de D. Pedro (*Da Virtuosa Bemfeitoria*), é, em boa parte, um cerzido de traduções e imitações de vários, sobretudo do *De beneficiis*, de Séneca» (Hernâni Cidade: *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 3.ª ed., Coimbra, 1951, vol. I, pág. 62). O *Livro da Corte Imperial* não tem, na opinião de Cruz Pontes, que estudou cuidadosamente as suas fontes, «originalidade de pensamento, visto que a maior parte das suas páginas é incorporação de outras obras» (*Estudo para uma edição crítica do Livro da Corte Imperial*, Coimbra, 19957, pág. 185).

valor excepcional desse estudo e a inteligência do seu autor que, vivendo em plena Idade Média e numa sociedade cuja mentalidade era inteiramente medieva, dominada pelo valor das «autoridades», pôde dizer de si e com toda a verdade: «ca sobre ello mais screvo por que sinto e vejo na maneira de nosso ver que per studo de livrosnemensino de leterados» ([24]); e vivendo num país onde a escolástica tanto dominou, pôde afirmar: «nom screvo esto per maneira escolástica» ([25]).

São todas estas características que distinguem D. Duarte dos autores seus contemporâneos e fazem dele um verdadeiro escritor ensaísta, ([26]) um precursor de teorias, tendências e atitudes que só bastante mais tarde surgiram bem marcadas e definidas.

([24]) *Leal Conselheiro*, prólogo, pág. 3.

([25]) *Idem*, cap. XXVII, pág. 108.

([26]) Qualificando-se D. Duarte como pensador que revela um esforço constante pelo pensar original e um auto-exercício das faculdades, devemos aproximar estas características de algumas das conclusões a que chegou Faria de Vasconcelos no seu valioso estudo sobre a psicologia desse rei e no qual contesta, com fundamento, a sua suposta apatia. Ali conclui o autor que D. Duarte era «um homem senhor do seu querer (...) ponderado, reflexivo, calmo». (*Contribuição para o estudo da psicologia de el-rei D. Duarte* in *Brotéria*, Lisboa, 1937, vol. XXV, págs. 577e 579). Tais características psicológicas parece-nos harmonizarem-se perfeitamente com os traços intelectuais acima referidos.

Para o estudo da Peste Negra em Portugal

CENTRO de Estudos Históricos (I. A. C.)
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O estudo que tivemos a honra de apresentar ao *Congresso Histórico de Portugal Medievo*, e cujo tema me preocupa há anos (*), representa uma tentativa de trabalho de «conjunto» levada a efeito graças à cooperação de um grupo de Alunos da antiga Secção de Ciências Históricas e Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foram cerca de duas dezenas de Alunos, ao frequentarem a cadeira de História de Portugal, que, com a colaboração imediata e dedicada do Assistente Dr. A. H. de Oliveira Marques, aceitaram averiguar algumas consequências no nosso País da tão célebre epidemia medieval, a «Peste Negra»: Arnaldo Ferreira da Soledade, Fernanda dos Reis Rodrigues, Francisca Barroso, Humberto Carlos Baquero Moreno, Iria Vicente Gonçalves, Joaquim Eugénio Filgueiras Soares, José Vieira de Carvalho, Luís António de Oliveira Ramos, Manuel Artur de Fraga Norton, Maria Adelaide Salvador Marques, Maria Ângela Ferreira da Silva, Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, Maria Carolina Vilela Magalhães, Maria Fernanda Casimiro de Brito da Costa, Maria Fernanda Nunes de Castro, Maria Helena Esteves da Silva, Maria Helena Gonçalves Valente, Maria Laura dos Santos Frazão, Maria Manuela da Barahona Sofio, Maria Teresa Campos Rodrigues, Orlando Janeiro Romano, Rolanda Ester Martins Lopes do Rosário, Teresa Buzaglo de Paiva Raposo.

Durante um ano, de Novembro de 1957 a Novembro de 1958, foi o grupo referido iniciado na recolha e consulta da bibliografia possível onde se fizesse referência à Peste Negra em Portugal. Ao mesmo tempo, destacaram-se em especial para a investigação arquivística as Senhoras D. Iria Vicente Gonçalves, D. Maria Fernanda Casimiro de Brito Costa, D. Maria Laura dos Santos Frazão e D. Maria Teresa Campos Rodrigues. A tarefa final de coordenação coube na sua totalidade à Senhora D. Iria

(*) Virgínia Rau, *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1946, pág. 59 e segs.

Vicente Gonçalves e aos Senhores Humberto Carlos Baquero Moreno e Luís António de Oliveira Ramos.

O resultado alcançado, marchetado de muitas inexperiências e de certas hesitações, tinha forçosamente de ser parcelar. Mas, sem esclarecer, no seu conjunto, uma das conjunturas da nossa história medieval, revelou bem a utilidade do nosso propósito de sempre, que é o de colocar os jovens estudantes perante tarefas de pesquisa e de interpretação históricas. E se este pequeno trabalho está sujeito a críticas, tanto melhor: assim aprenderão também os seus autores que a ciência exige o diálogo, o debate, a conclusão provisória e nunca pode harmonizar-se com o orgulho das posições absolutas ou a vaidade do definitivo.

VIRGÍNIA RAU

A Peste Negra na Europa

A bibliografia actualmente existente sobre a Peste Negra de 1347--50 deve já ultrapassar, e em muito, a centena de livros. O interesse que essa epidemia cada vez mais vem despertando entre os historiadores contemporâneos, que a apontam como um dos principais factores, senão o principal, da grande crise económico-social da segunda metade do século XIV, dessa época que é costume designar de «contracção» por oposta à era de expansão que a Europa conhecia desde o século XI, tem levado ao aparecimento de estudos aprofundados da origem, propagação e consequência da peste em todos, ou quase todos, os países europeus.

Já o Abade Gasqueth, um dos primeiros investigadores históricos da epidemia e real observador das suas trágicas consequências, afirmava, em 1893, ter ela «marcado o verdadeiro fim do período medieval e o início da nossa idade moderna» (1). Todos os seus sucessores no caminho da análise histórica do fenómeno confirmaram, ou até acentuaram ainda mais, se possível, a importância capital da «Peste Negra» para compreensão da aurora dos tempos modernos. Escrevendo em 1949, no 6.º centenário da passagem do flagelo, o Prof. Yves Renouard não hesitou em dizer que «A enorme mortalidade causada pela Peste Negra de 1348 apresenta-se cada vez mais como um dos factos mais importantes da história do nosso milénio», e em afirmar que a mortalidade consequente foi

(1) F. A. Gasqueth, «The Great Pestilence (A. D. 1348-9)». London, 1893, pág. XVI.

«bem mais grave para a humanidade ocidental do que as grandes guerras do século XX» (2).

Ao que parece, a peste teria sido introduzida na Europa por navios genoveses, vindos da colónia de Caffa, na Crimeia.

Durante o cerco desta cidade pelo Khan de Kiptchak, em 1347, os assaltantes teriam arremessado, pelo sistema de catapultas, para dentro da praça, cadáveres de vítimas da peste bubónica, que começara a grassar entre as fileiras do exército.

A zona do Mediterrâneo é a primeira a ser infestada, aparecendo a peste, ainda nesse ano de 1347, na Sicília; em 1348 ganha toda a costa a Península Ibérica e a França. No ano seguinte passa à Europa Central da África do Norte, às ilhas da Córsega e da Sardenha, à Itália, depois (Alemanha, Áustria, Suiça), à Flandres e à Inglaterra. Por último, em 1350, atinge a Escócia, os Países Escandinavos e os Países Bálticos, concluindo a sua obra destruidora através de toda a Europa (3).

Os cronistas contemporâneos afirmaram terem perecido duas terças partes da população europeia.

Mesmo que demos o devido desconto aos habituais exageros dos textos narrativos quando se trata de avaliações numéricas, convirá não esquecer a frase de Alfred Doren de que, sempre que se torna possível determinar as perdas em vidas humanas sobre bases aceitáveis, «vemos com surpresa que aquelas notícias estão muito próximas da realidade, que os cronistas se limitaram, no máximo, a arredondar os números» (4). É assim que, de mais de 100 000 habitantes, em 1338, a população de Florença baixou para 50 000 em 1351; a de Veneza, de 110 000 (número aproximado) para 70 000; a de Siena, de 42 000 em 1347 para 15 000 em 1348. O mesmo se passa em outras populosas cidades da Europa.

Muito naturalmente, o flagelo propagava-se com maior intensidade nos centros urbanos e nas associações comunitárias: os mosteiros da época perdem um número muito considerável de monges. Os conventos das Ordens Mendicantes são os mais devastados, particularmente na Itália (5).

Mas também no campo, se bem que com menor intensidade, a Peste Negra deixou marcas indeléveis: o registo paroquial da aldeia de Givry,

---

(2) Yves Renouard, *Conséquences et Intérêt Démographique de la Peste Noire de 1348*, «Population», 3.e année, n.° 3 — Julho-Set.° 1948 — Paris, pág. 459.

(3) Y. Renouard, *ob. cit.*, pág. 460.

(4) Alfred Doren, *Storia Economica dell'Italia nel Medio Evo*, Pádova, 1936, pág. 579.

(5) Y. Renouard, *ob. cit.*, pág. 462.

na Borgonha, cuja média anual de falecimentos andava pelas 25 almas, indica, para o ano de 1348, 649 mortes, estando, para mais, incompleto quanto a esse ano! (6).

Houve, naturalmente, regiões mais devastadas do que outras. Na Península Ibérica, por exemplo, Castela parece ter sofrido muito menos — por ser território interior, de população dispersa e de fraca densidade populacional — do que a Catalunha ou a Andaluzia (7). De um modo geral, as regiões costeiras e de desenvolvido comércio acusaram uma percentagem muito mais elevada de mortes, do que as regiões interiores e mais dedicadas à agricultura ou à pastorícia.

Fizemos atrás referências às consequências gravíssimas de tipo económico-social a que o flagelo deu lugar. Uma súbita diminuição no número de habitantes de toda a Europa levou a uma quase imediata crise na economia e na sociedade. A princípio, é a oferta que se sobrepõe à procura, de maneira considerável, com o resultado óbvio da descida dos preços e da miséria consequente para os vendedores. Uma crise de mão-de-obra urbana leva a um aumento dos salários artesanais e a uma consequente fuga dos trabalhadores do campo para a cidade, onde necessitam deles e lhes pagam melhor. Essa fuga vem naturalmente redundar numa crise da mão-de-obra. É então que a falta de braços para os trabalhos agrícolas, somada à perda de vidas pela catástrofe, traz como consequência uma diminuição nas produções do campo: é agora a oferta que se torna menor do que a procura. Os preços sobem, a moeda deprecia-se, os salários não acompanham o aumento do custo da vida, e a miséria alarga o número das suas vítimas.

As diferenças de classe tornam-se, também, maiores. Há um afluxo de legados testamentários, uma concentração súbita de riquezas nas mãos de muito menos. A distância entre ricos e pobres torna-se mais acentuada, com todas as trágicas consequências sociais que do facto derivam.

Não menos intensas são as transformações espirituais. A sociedade da segunda metade do século XIV e da primeira metade do século XV apresenta todos aqueles carácteres de dissolução e de desorientação, característicos das épocas posteriores aos grandes cataclismos. Também na cultura, a mudança é grande, com a interrupção súbita de centros e escolas

---

(6) Pierre Gras, *La Registre Paroissial de Givry (1334-1357) et la Peste Noire en Bourgogne*, Paris, 1939.

(7) Charles Verlinden, *La Grande Peste de 1348 en Espagne, Contribution à l'Étude de ses conséquences économiques et sociales*, in «Revue Belge de Philologie et d'Histoire», t. XVII — 1938, pág. 143.

culturais, a substituição nas formas de transmissão, a inutilidade dos padrões e ideais antigos para satisfazerem as novas exigências de uma sociedade transformada. Novos gostos e novas tendências se criam.

Alteram-se as próprias concepções religiosas, assiste-se a um incremento da piedade e do misticismo, face a uma atitude de cepticismo e de descrença fortemente acentuada.

As concepções artísticas revelam toda essa transformação da sociedade, orientando-se para formas «barrocas» e expressivas, para o predomínio de certos temas macabros e fantásticos, onde a imagem da morte atinge uma persistência excessiva.

Paremos aqui. O estudo das consequências da Peste Negra está, por demais, feito e reconhecido. Não é tal objectivo renová-lo neste ensaio. Procuremos apenas ver como se propagou o fenómeno no estado português e que as suas mais evidentes consequências de tipo demográfico, económico e social.

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES

Consequências demográficas da Peste Negra

A Peste Negra de 1348 que, segundo o testemunho dos contemporâneos e, na sua esteira, dos historiadores subsequentes, entrou em Portugal no mês de Setembro — mais precisamente no dia 29 (8) — foi a mais terrível epidemia que assolou o país e a que mais fundas marcas deixou na sua população e maior número de vestígios nos monumentos da época.

Aterrados pelo espantoso número de vítimas, os espíritos, confundidos, pelas terríveis consequências de toda a ordem que daí advieram, foram naturalmente levados a aumentar mais ainda esse número, chegando

(8) No «Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra» lê-se: «Era de mil e trezentos e oitenta e seis annos por São Miguel de Setembro se compeçou esta pestilencia», cit. por D. António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, 1.ª ed. 1739, tomo I, Livro 33, pág. 383.

Também a *Crónica Conimbricense* transcrita na «España Sagrada» por Fr. Henrique Florez, tomo 23, pág. 344, Madrid, 1767 e Soares de Barros, «Memória sobre as causas da differente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia», in «Memorias Economicas da Academia de Sciencias de Lisboa», tomo I, Lisboa, 1789, pág. 125 em nota transcrevem o mesmo passo.

Frei Francisco de Santa Maria («Anno Historico Diario Portuguez», vol. III, Lisboa, 1744, pág. 106), diz que «No mesmo dia (vigessimo nono de Setembro) anno de 1348 se começou a sentir neste Reyno a peste, a que chamarão: A mortandade grande».

a apresentar-nos cifras verdadeiramente inconcebíveis. Com efeito «O Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra» (9), D. Marcos da Cruz na sua obra «Da fundação do Mosteyro de S. Vicente da Cidade de Lisboa» (10), a «Crónica Conimbricense» (11), um documento do cartório de Celas (12), avaliam o número de vítimas em 2/3 da população, acrescentando que todos, tanto os que morrem como os que ficaram, foram atingidos pela epidemia; e um documento da colegiada de S. Pedro de Coimbra (13) eleva esse número a mais de 9/10.

Já no século XVIII, José Rodrigues de Avreu, fazendo eco dos escritores antigos, chama-lhe «a mais cruel doença que experimentarão os mortaes em toda a idade» acrescentando que «apenas escaparia do seu rigor a terceira parte dos viventes» (14).

Manifestamente exagerados, estes números dão-nos, no entanto, uma ideia da violência que teria tomado a pavorosa peste, e traduzem com clareza o pânico que espalharia à sua volta.

Atingindo a Europa numa altura em que a sua população havia sofrido um aumento bastante considerável dando origem ao aparecimento de cidades muito populosas para a época, mas cujas condições de higiene eram extremamente rudimentares e de modo nenhum adaptadas às populações aglomeradas, como as cidades começavam a ser, a Peste Negra, altamente contagiosa (15), encontrou as condições ideais para ràpidamente proliferar, espalhando-se por toda a parte.

São inúmeras as referências que nos documentos encontramos a povoações despovoadas, a casais abandonados porque os seus cultivadores morreram ou simplesmente os abandonaram e não se encontraram outros que os substituíssem. De norte a sul do país, e durante muitos anos, o panorama é idêntico: em 1412 a «villa de caminha he mujto mjgoada de gentes e despouorada» (16); em 1372 Ponte de Lima «nom era pouorada

---

(9) Transcrito por A. Caetano de Sousa, *ob. cit.*, tomo I, pág. 383.

(10) Cit. por Gama Barros, «História da Administração Pública em Portugal», 2.ª ed., vol. V, Lisboa, s. d., pág. 391.

(11) Cit. por Fr. Henrique Florez, *ob. cit.*, tomo 23, pág. 344.

(12) Soares de Barros, *ob. cit.*, tomo I, pág. 125 (nota).

(13) Viterbo, «Elucidário», tomo II, pág. 89.

(14) J. R. de Avreu, «Historiologia Medica», vol. I, Lisboa Occidental, 1733, págs. 612-613.

(15) Ferreira de Mira, «História da Medicina em Portugal», Lisboa, 1948, pág. 59, afirma que «o contágio era vivíssimo».

(16) A. N. T. T., Liv. 1.º de Alem Douro, fol. 4 v.º, 2.ª col.

como compria» ([17]); num documento de 1358 diz-se que em Santar, durante a «pestelença morreram muytos homes amtigos que a verdade sabem e ora som maaos de achar homes antigos que se acordem do tempo delRey dom donys E delRey dom afomso seu padre delRey dom denys» ([18]); diz um outro, de 1381 que «por mingua dos moradores dos sobre ditos lugares (Vale de Lobo, Ferreira, Colmeal, Póvoa de Frades, Ancer da Mata, Aldeia de Martim Anes) que lhes asy forom dados por termo que ha dita villa (Penamacor) esta despouorada per mjngua de gentes» ([19]); a cerca de Coimbra estava em 1373 «muy despouorada e falecida de companha» ([20]); num documento de 1364 referente a Torres Novas diz-se que «des a despobraçom dessa villa e conçelho...» ([21]); a aldeia de Alcaravela (Mação) «foy poborada e ora (1396) he despouorada» ([22]); em 1351 (?) o soberano faz saber que «o concelho e homens boons de maruam me diseram que a dicta uilla estaua muy despouorada e mingoada de companhas. E que estaua em ponto de o seer mais» ([23]); referindo-se a Santarém, D. Pedro diz, em 1358, que esta vila «esta muy despauorada (*sic*) de compamhas e dall que hy compre pera meu serujço e esta em ponto do ho sser mais ao diamte» ([24]); também a vila de Castro Marim, em 1372, «ha muy pouca companha» ([25]); finalmente Silves, segundo o testemunho de um documento pelo qual D. Fernando lhe concede determinados privilégios — carta régia de 21-12-1372 ([26]) — representara ao rei, nas cortes celebradas em Lisboa no ano anterior, que «em no tempo que as gentes eram mais no mundo que ora som a dicta cidade nom era tam pobrada per como aa dicta cidade e muro compria E que depois per a pestellença grande que foe E outrossy per terremotos e outros aujamentos de guerra e darmaçam de gallẽẽs que a dicta cidade era ora mais despobrada que nenhũu outro logar que seia no dicto regno do algarue e que per qual a cerca he que aueria mester mais companha que nenhũu outro logar pera guarda e defensam da dicta cidade e que compria mujto de seer pobrada».

([17]) A. N. T. T., Liv. 3.° de Alem Douro, fol. 170, 1.ª col.
([18]) A. N. T. T., Liv. 2.° dos Padroados, fol. 138, 2.ª col.
([19]) A. N. T. T., Liv. 1.° da Beira, fol. 44, 1.ª col.
([20]) A. N. T. T., Livro 1.° da Estremadura, fol. 11, 2.ª col.
([21]) A. N. T. T., Liv. 11.° da Estremadura, fol. 209 v.°, 1.ª col.
([22]) A. N. T. T., Gav. 13, m. 1, n.° 21, fol. 9.
([23]) A. N. T. T., Liv. 5.° de Odiana, fol. 181, 1.ª col.
([24]) A. N. T. T., Liv. 4.° de Odiana, fol. 36 v.°, 1.ª col.
([25]) A. N. T. T., Liv. 1.° de Odiana, fol. 44 v.°, 2.ª col.
([26]) J. M. Silva Marques, «Descobrimentos Portugueses», Supl. ao vol. I, Lisboa, 1944, n.° 420, pág. 408.

Que a epidemia se estendeu sem excepção a todos os pontos do país e que a sua passagem não foi de forma alguma benígna mostra-o com toda a nitidez D. Afonso IV na sua «Lei que constrengam os homees que husem de seu mester e que morem por soldada os que fforem pera ela». Logo no começo o monarca diz: «A uos Juyzes e uereadores e homens boons de tal logar. saude. Sabede que a mjm he dicto que em essa vila e em seu termho ha homens e molheres que ante que deus desse a pestilencia que hy ouue. guaanhauam dinheiros per affam de seus corpos obrando cada hũu e cada hũa de seus mesteres e seruiços e seruyam esses concelhos como conpria. E que agora que cobrarom alguũs beens per mortes dalgũas pessoas que sse teem em tan grandes que nom querem obrar de seus mesteres e seruyços como ante faziam» ([27]). Se o monarca se dirige aos «Juyzes e uereadores e homens boons de tal logar» sem fazer a discriminação do lugar porque era o país todo («per toda a mha terra mando taaes cartas como esta») referindo-se ao mesmo tempo à «pestilencia que hy ouue» é porque ela se espalhou a todos os lugares; se era necessária uma lei, a aplicar em todo o país, para obrigar ao trabalho nos seus antigos mesters todos aqueles que «cobrarom alguũs beens per mortes dalgũas pessoas», é porque essas heranças, e por consequência as mortes, haviam sido em número bastante avultado.

De todos os meios se serviram os soberanos para obstar a este despovoamento: conceder regalias aos habitantes, transformar os lugares em coutos de homiziados, dar-lhes maior termo, distribuir terras para cultivar, — mas nenhum deles resultou eficiente.

Onde o flagelo se fez sentir com maior intensidade foi, como é óbvio, nas cidades e em mosteiros, onde a população, vivendo mais aglomerada, oferecia à peste maior facilidade de propagação. No entanto, as regiões rurais sofreram também fortes perdas, tendo por vezes morrido comunidades inteiras, aparecendo aldeias completamente despovoadas.

Terrìvelmente dizimada a população das cidades, os camponeses, atraídos pela facilidade de vida que elas lhes ofereciam, pelos maiores proventos que aí poderiam colher, afluíram a elas em massa, o que provocou uma crise de mão-de-obra rural que ainda no reinado de D. João I se fazia sentir com grande intensidade.

Esta fuga do camponês para a cidade acabou de precipitar o descalabro demográfico das regiões campesinas, mas as perdas haviam sido de tal modo numerosas que ela não pôde impedir que D. João I, em 1388, decla-

([27]) A. N. T. T., Livro de Leis e Posturas Antigas, fol. 158 v.°, 2.ª col. (125 v.°).

rasse que o concelho e homens bons da cidade de Lisboa lhe haviam feito saber que «em tempo de El Rey Dom Affonço nosso avo, e de El Rey Dom Pedro nosso Padre, e de El Rey Dom Fernando nosso Irmaõ, aos quaes Deos perdoe, que essa cidade era melhor povorada de gentes que hora he» ([28]).

Essa fuga para os grandes centros continuou ao longo de todo o resto da primeira dinastia e princípio da segunda. A comparação de dois documentos referentes a Bragança, um de 1364, outro de 1377, é bastante significativa. Diz o primeiro que «ante da pestelença primeira auya na dita vila muytos homees de cavalo e de pee. E que ora nom ha hy a quarta parte da companha que ssoya daver per razom da pestelença» ([29]) e o segundo que «ante da pestenençia primeira auja na dicta villa mujtos homeens de cauallo e de pee E que ora nom ha hy a sseista parte da conpanha que ssoya dauer per Razom da pestenençia e Outro sy desta pestenença segunda que ora foy era despouorada» ([30]).

Embora não atribuamos a estes dados um valor absolutamente exacto não podemos deixar de atentar na diferença de «companha» que, em 13 anos, teria baixado da quarta para a sexta parte da que possuía anteriormente à peste. Apesar da «pestinençia segunda» que sem dúvida ajudou este decréscimo populacional, a sua base é a Peste Negra de 1348 e a subsequente fuga dos habitantes para os centros mais desenvolvidos.

Nos conventos grassou a epidemia com extraordinária violência, terminando muitas vezes a sua acção sòmente após a morte do último membro da comunidade. Era impossível atalhar a sua fúria devastadora numa sociedade cujos componentes se encontravam constantemente no mais estreito contacto, principalmente dispondo a medicina nessa época de recursos tão limitados. Com efeito, Frei Nicolau de Santa Maria diz-nos que «nesse tempo (1348) se despovoaram muitos mosteiros de nossos Cónegos em a Província de Entre-Douro e Minho» ([31]), e um documento da colegiada de S. Pedro de Coimbra conta como «en o dicto ano (1348) morrerom o Priol, e o Chantre e todos os Raçoeiros de Eigreja de Sam Pedro da Almidinha de Coimbra, huums depos outros, todos em huum mes» ([32]).

([28]) A. H. C. M. L., Liv. 2.° de Reis (cópia), fol. 135 v.°.

([29]) Francisco Manuel Alves, «Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança», tomo III, Porto, 1910, pág. 138.

([30]) A. N. T. T., «Chancelaria de D. João II», Liv. 8, fol. 145.

([31]) Fr. Nicolau de Santa Maria, «Chronica da ordem dos conegos regrantes do Patriarcha Santo Agostinho», parte II, Lisboa, 1668, pág. 241.

([32]) Cit. por Viterbo, «Elucidario», tomo II, Lisboa, 1799, pág. 89.

Baseando-se em dois arrolamentos dos besteiros do conto, um que data de entre 1260 e 1279, o outro de 1422, e estabelecendo uma relação entre o número de besteiros do conto e o número total dos habitantes, Rebelo da Silva chegava à mesma conclusão ([33]), conclusão que é rebatida por Gama Barros na sua obra «História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV» ([34]).

Para este historiador, partindo do número dos besteiros do conto, não podemos chegar a qualquer conclusão relativa ao número total de habitantes: «Se existisse alguma relação entre o número total de bésteiros do conto e dos habitantes do paiz, dever-se-hia inferir que nos ultimos annos do reinado de D. João I a população geral tinha diminuido consideravelmente, porque o proprio infante D. Duarte affirma (Ord. Aff., l, tit. 69, § 28) que o numero de bésteiros do conto agora exigido é muito menor n'algumas cidades, villas e logares, do que tinha sido já, não só no tempo ainda de seu pae, mas tambem no dos reis D. Fernando e D. Pedro».

«Quanto ao tempo de D. João e D. Fernando poderia tentar-se attribuir ás necessidades da guerra a razão da diferença; mas a respeito do de D. Pedro é que de todo não caberia tal explicação, porque foi o reinado menos bellicoso durante a primeira dynastia» ([35]).

Mas poderemos regeitar assim tão cabalmente esta relação? Embora não lhe possamos atribuir um rigor absoluto e nos vejamos obrigados a ficar num prudente, «mais ou menos», cremos no entanto que ela é um facto. É isso pelo menos o que se pode depreender dum documento de 1388 em que D. João I dirigindo-se ao concelho e homens bons da cidade de Lisboa lhes diz: «Sabede que vimos vosso recado, que nos dizer enviasteis por vossos Capitulos, em que nos faziades saber, que em tempo de El Rey Dom Affonço nosso avó, e de El Rey Dom Pedro nosso Padre, e de El Rey Dom Fernando nosso Irmaõ, aos quaes Deos perdoe, que essa cidade era melhor povorada de gentes que hora he, e que o numero dos besteiros do conto dessa Cidade nom era, que de trezentos, e que hora mandamouos nós hi fazer quatrocentos, os quaes deziadas, que se em dita Cidade nom podem fazer por a grande mingoa das gentes que hora dizedes que hi em ella nom ha» ([36]).

No aludido documento de D. Duarte, o Infante diz: «posto que o

([33]) Rebelo da Silva, «Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal», parte I, Lisboa, 1868, pág. 43 e segs.

([34]) No tomo II, 1.ª ed., Lisboa, 1896, pág. 303 e segs.

([35]) Idem, idem pág. 307.

([36]) A. H. C. M. L., Liv. 2.º de Reis (cópia), fol. 135 v.º.

numero d'ElRey meu Senhor, e d'ElRey Dom Fernando meu Tyo, e d'ElRey Dom Pedro meu Avoo, cujas Almas Deos aja, muto maior seja em algũas Cidades, e Villas, e lugares, mandamos etc.» ([37]).

Mas será isto o suficiente para concluir como Gama Barros o faz? Cremos poder antes deduzir o número de habitantes diminuira de facto, nessas cidades, vilas e lugares a que o Infante se refere. Como atrás ficou dito, são muitas as povoações que ainda no reinado de D. João I se encontram despovoadas, afirmando-se expressamente que algumas delas já haviam sido povoadas.

Cruelmente flagelado pela peste, por terramotos, pelas fomes gerais que com tanta frequência se faziam sentir, o país atravessa ainda as guerras com Castela nos reinados de D. Fernando e D. João I e por isso a sua população no fim do reinado deste último monarca, não podia ainda deixar de se encontrar bastante ressentida.

Em resumo: podemos concluir que foram extremamente graves as perdas causadas pela Peste Negra de 1348 e que foi preciso passarem muitos e muitos anos para que o país pudesse de todo compensá-las.

IRIA VICENTE GONÇALVES

Consequências económicas da Peste Negra

Não obstante a exiguidade de fontes documentais, parece-nos lícito afirmar que, em Portugal, as consequências da epidemia grande, chamada Peste Negra, foram multiformes e abrangem, em sua vasta amplitude, diversos sectores, criando um ambiente diferente, um ambiente do qual resultou um novo sentido das realidades económicas.

De facto, não foi apenas pela substancial diminuição do potencial demográfico que esta epidemia ficou arquivada nos anais da história, mas também porque marcou uma posição de relevo nas forças que determinaram o caminho evolutivo da sociedade de então, afectando os homens e os usos e costumes tradicionais.

As próprias instituições, ao tentarem integrar numa orgânica o estado de coisas em fermentação, são obrigadas a uma revisão substancial dos seus processos e métodos consuetudinários.

Assim o erário que até aí, por mercê régia, sempre isentara a Igreja de impostos, vê-se obrigado a abrir um precedente. Eis o que aconteceu:

([37]) «Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V», Lisboa, 1792, Liv. I, tit. 69. § 28, pág. 436.

na sequência de um costume hoje ainda em voga nas regiões nortenhas de Portugal, grande número de fiéis, aterrados pela proximidade do fim e consequentes castigos eternos deixam em testemunho à Igreja seus bens ([38]), bens estes até então, em muitos casos, sujeitos à tributação dos municípios ([39]).

Pela morte do testador, a Igreja apressa-se a tomar posse das heranças, que pouco a pouco, e em ritmo cada vez mais célere, fruto do rápido incremento da peste, acumula. Então, apelando para os seus direitos consuetudinários, que o tempo e os monarcas tinham sancionado, recusa-se a pagar aos concelhos os tributos devidos ([40]). Estes, alarmados pela diminuição substancial das verbas e consequentes efeitos económicos, recorrem para o Rei ([41]), no sentido de conseguir que as terras sujeitas à sua jurisdição fiscal, ainda que possuídas por entidades privilegiadas, sofram a tributação costumada.

A amplitude do fenómeno foi tal que, também em Cortes, os representantes dos municípios afirmaram mesmo que, se as doações continuassem com a regularidade de então, dentro em pouco, todo o Portugal pertenceria à Igreja, *nomeadamente às Ordens religiosas* ([42]).

A revisão solicitada de testamentos em consequência do qual uma

---

([38]) Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, Tomo. II, Coimbra, 1910, pág. 74.

([39]) Marcelo Caetano, *A administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1178-1383)*. Separata da «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», Vol. VIII, 1951, pág. 88.

([40]) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, II, pág. 75.

([41]) *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. II, Barcelos, 1939, pág. 417.

([42]) *Cortes de 1352 — Capítulos Gerais* — Art.° 21.°

«Item. Ao que dizem no XXI Artigo, que a pouco tempo todalas Herdades do nosso senhorio seeriam as Eygrejas, porque a moor parte dos que passarom e passam deste mundo lhis leyxavão, e leyxam gram parte das Herdades, que ham. E que seeria nosso serviço Mandarmos, que se nom fezesse, mayormente, que as eygrejas teem tantas Herdades, que as nom podem aprofeitar, e desperessem, e fazem-se matos. E que seeria nosso serviço de seerem dadas pelos nossos sesmeyros aalguũs, que as aprofeitassem.

Respondemos, que seeria contra Direito, e contra razom de poermos defese, que nenhũu nom podesse leixar Herdades aa Eygreja. E quanto he razom das Herdades, que dizem que nom som aprofeitadas, Mandamos aas Justiças, hu essas Herdades forem, que frontem, e requeiram clerigos, que as aprifeitem, e que lhes assinem tempo a que comecem E que se nom quiserem fazer, enviinmho dizer pela guisa, que he contehudo no Primeiro Artigo, que fala em razom das cazas dos Bispos, e Mestres, Priores e Abbades». (António Gomes Ramalho, *Legislação Agrícola*, vol. I, Lisboa, 1905, Boletim da Direcção Geral da Agricultura, 8.° ano, n.° 4, pág. 147-148).

Igreja de Sintra receberia uma herança (43), documenta com clareza a extensão das doações em proveito das entidades eclesiásticas e o crescente poderio económico e jurídico destas (44).

Foi em função da justeza e sentido do pedido, que o rei decidiu entrar em linha de conta com o requerimento dos homens bons, ficando, portanto, em certos casos, a Igreja, até então usufrutuária eminentemente privilegiada, sujeita a determinadas obrigações. Diz-nos, a propósito deste facto, Fortunato de Almeida: «D. Afonso IV limitou-se a ordenar que fossem constrangidos os possuidores a fazer como os primitivos donos» (45).

O mesmo monarca proibiu também pela lei de 21 de Março de 1349, a apresentação dos testamentos aos vigários episcopais (46), procurando desta forma pôr cobro às prepotências até aí exercidas.

Um outro facto que documenta a asserção da transformação dos modos de vida tradicionais é o que vamos agora referir: como resultado da peste, certos indivíduos que arrendavam as sisas, ocupação que sempre foi considerada como fonte de extraordinários proventos, não conseguem cumprir as cláusulas do contrato porque o montante das rendas diminuira de forma considerável após a peste grande e outras menores, ao que se juntou ainda a seca (47).

O argumento é aceitável se nos lembrarmos de que as sisas incidiam fundamentalmente sobre produtos de consumo (48). Ora, após a peste não só diminuiu o número de consumidores (49) como houve ainda uma baixa no montante das compras, em resultado do decrescimento demográfico.

Este fenómeno é também uma consequência do abandono dos campos. Reflexo da natureza causal, na medida em que as populações, não encontrando mercados onde colocar a sua mercadoria, se vêem obrigadas a procurar ocupação na agricultura; consequência na medida em que os campos incultos deixam de produzir os frutos sobre os quais o imposto incidia.

---

(43) «...os mesmos vigários e raçoeiros pedem à rainha que lhes sejam revalidados os testamentos. D. Beatriz ordena que estes sejam revistos pelos novos tabeliães e confirmados, se os acharem íntegros e sem emendas». João Martins da Silva Marques, «Sintra, Estudos Históricos», IV, in «Jornal de Sintra», n.º 185, Agosto de 1937.

(44) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 88.

(45) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, II, pág. 73.

(46) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, págs. 8-9.

(47) Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, Fasc. I, Évora, 1885, pág. 63, Doc. n.º XLVI.

(48) «a el foy arrendada a sisa... de todalas cousas que se hy vendessem e comprassem e trocassem». G. Pereira, *ob. cit.*, Fasc. I, Doc. XLVI, pág. 61.

(49) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 81.

No aspecto económico intrínseco, estes factos documentam uma movimentação de riquezas, o aumento de potencial económico da Igreja e uma tomada de posição, firme, dos concelhos cujos erários eram as principais vítimas, sem bem que indirectas, desse engrandecimento.

Continuando a analisar, na base das fontes conhecidas, as consequências da peste, notamos que esta marca o fim da época agrária e o começo do predomínio da cidade (50). De facto, em resultado da ruína agrícola, já em gestação antes da epidemia, a sociedade territorial torna-se, depois desta, insuficiente para bastar às necessidades do homem (51). Este acelera ainda a génese do fenómeno iniciando o êxodo para a cidade.

Paralelamente, como no-lo refere Veiga Simões, o processo de libertação do trabalhador rural toma extraordinário incremento, acabando por se consumar.

Os campos já despovoados pelo flagelo, encontram-se quase abandonados. Dizem-nos fontes da época que se perderam vinhas e lavras em Guimarães (52) em consequência da falta de braços, o que afectou a economia dos povos. Facto idêntico a este se deu também em Santarém (53).

Na verdade, a maioria dos sobreviventes ou tinha ficado rica pela acumulação de heranças, o que favoreceu o surgir de uma época de dissipação na sociedade, causa remota da crise de 1383-1385 (54), ou então só por altos preços acedia a trabalhar. Este último facto, apontado em várias fontes (55) é significativo, já que é factor na revolução de salários, base

(50) Vieira Simões, *O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. I, 1937, pág. 341.

(51) Idem, idem, pág. 343.

(52) «se nos perdem nossas vinhas, e lavras, e esto por mingua de mancebos, e mancebas, que não podemos aver...», *Cortes de Guimarães*, in «Ordenaçoens do senhor Rey D. Affonso V», Lisboa, 1792, Liv. 4.°, Título XXVIIII, § 20, pág. 136.

(53) «E toda esta mingoa que hi auya era porque as herdades e vinhas e outros beens nom eram adubados e proveitados como compria», (Lei de 18-2-1364) in Ramalho, «Legislação Agrícola», I, págs. 167-168.

(54) António Sérgio, «Prefácio» à «Crónica de D. João I», edição da Livraria Civilização, Porto, 1945.

(55) «...e estes que avemos pedem-nos tanto de soldados, que em ella nos levão quanto querem...». *Ordenações Afonsinas*, Liv. 4.°, Título XXVIIII, § 20.

— «E que levam tanto de soldados que os lavradores non podem chegar a ella e ficam despovoados». Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Maço 1.°, do Suplemento de Cortes, Número 3, Cap. 4.

— «E que agora nom querem seruir, saluo se lhis derem quanto eles quyserem...». Arquivo Nacional da Torre do Tombo, «Livro de leis e posturas antigas», fol. 158 v.°, 2.ª col.

— «Voltam a queixar-se os concelhos da falta de servidores e dos pedidos de

do conflito entre a classe dos empregadores e a dos jornaleiros ([56]). O comércio sofre, por sua vez, uma queda, fruto de nítida subida de preços visível no período imediatamente posterior à peste ([57]).

De tudo isto resulta pois uma situação deplorável para os que ficaram integrados na chamada zona média, cujos membros pouco a pouco se vão arruinando, em consequência do aumento do custo das coisas que, a distância, se acentuou ([58]) .

A situação era aflitiva e por isso D. João I ordena que os salários sejam tabelados ao mesmo tempo que determina a extensão do dia de trabalho (de sol a sol). «É neste movimento legislativo que se intrega a lei de D. Afonso IV, circulada aos concelhos do reino» ([59]).

Este fenómeno, sobretudo social, tem, porém, grande interesse para a história económica, visto que as medidas referidas são um valioso contributo de origem real, para melhorar as condições de vida de então, em proveito da generalidade das classes trabalhadoras.

Na consequência desta política de profundos reflexos na economia, como acentuámos, ordena-se que certos indivíduos sejam obrigados a trabalhar ao ano, defendendo-se por esse meio, não só o interesse do produtor, como ainda a presença dos artigos de consumo no mercado. De facto este último problema nunca foi descurado e assim o monarca levanta, por carta régia de 3 de Julho de 1367 endereçada ao «concelho de homes boons da dita vylla de Santarém, a almotaçaria e permite aos seus moradores venderem pão e vinho pelo preço que quiserem» ([60]).

---

salários excessivos». Virgínia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1946, pág. 65 e seg.

— Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 81.

([56]) António Sérgio, *ob. cit.*, pág. XVI.

([57]) *Cortes de Elvas* — 1361 — Capítulos Gerais — Art.° 54.° — «Item ao que diziam no ley o artigo que bem sabiamos commo o frujto do sal he compridoiro e necessairo aos nossos senhorios porque per elle recudjam aa nossa terra muytos mantymentos e a nos muyta prol... o mjlhejro que soja de valer iiij e v. libras val ora XXXV libras e nõ se faz ora a dizima do sal que se soja de fazer ante da dicta postura...». J. M. Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses — Documentos para a sua História*, Supl., Lisboa, 1944, n.° 30, pág. 39.

([58])—*Cortes de Elvas de 1361. Capítulos especiais de Santarém — Art.° 42.°*. «Item ao que diziam no quadragéssimo segundo Artigo que alghuns aquantiados de cavalo e armar do nosso senhorio som endividados a nos e outras pessoas e no tempo das excursões penhoram nos cavalos e armas que teem para nosso serviço e outro si nos bois do arado e no pam da semente...». (Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 158).

([59]) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 83.

([60]) Ramalho, *ob. cit.*, pág. 171-172.

Mais tarde, nas Cortes de Lisboa de 1371, levanta a almotaçaria no pão, vinho e gado, em todo o país ([61]). Um outro documento da época refere-se à carestia do azeite, carestia essa que tomou amplas proporções a ponto de uma igreja de Sintra cujos rendimentos antes da peste, chegavam para três lâmpadas, depois desta não bastarem às necessidades ([62]).

Em certas terras, como em Silves, por exemplo, os mancebos são dispensados do serviço militar, para que não abandonem as suas actividades, quer rurais, quer artesanais, medida esta que, certamente favoreceu a difícil restauração económica da região.

As cidades afectadas já pelos seus problemas internos ([63]) vêem-se invadidas por uma horda de gentes do campo em busca de melhores condições económicas ([64]), não sendo por isso de admirar que o Porto, a grande urbe comercial do Norte, tal como Santarém, que antes da peste sofria de abundância, passe depois daquela a enfermar de uma situação

---

([61]) Ramalho, *ob. cit.*, pág. 175-176.

([62]) «Antes da peste (dante da Pestelença) havia rendimento para 3 lampadas. (11 libras) Agora as despesas montavam a de 18 a 20 libras, pela carestia do Azeite». (Colec. de S. Martinho n.° 2, n.° 72). João M. da Silva Marques, «Sintra, Estudos Históricos» IV — «Uma referência à peste grande (1348) em Sintra» in «Jornal de Sintra», n.° 185, Agosto de 1937.

([63]) «Ausência de condições higiénicas capazes de as defenderem das epidemias, necessidade de as encontrar e de as pôr em prática».

Despovoamento; ausência de comércio, etc.

«que quando eu agora hi cheguey me foy dito que essa villa era muy mjnguada das cousas... assy de pam como de vinhos como de ceuadas e palhas pera as bestas... sendo essa villa das maj auondadas de meu senhorio». (Lei de 18-2-1364 — Ramalho *ob. cit.*, pág. 167-168).

Cortes de Elvas de 1361 — Capítulos do Porto.

«Outrossy diziades que essa cidade nom auja mantijmento se nom per sal e per pescado... E que soya a seer antes da pestilençía que auja hi multidoõe de pescado tanto que auondaua a terra e leuauam del pera fora como compria e aujam por hũu maraujdi quarenta e cincoenta peixotas e que ora mudou se assy per mjngoa dos pescadores como em outra guisa que des esse tempo aaco nom podiades auer pescado que nos auondasse nem que leuassem pera fora da terra e que forades ogano tam gastados dello que dauam quatro e seis e oyto peixotas a maraujdi e encarecia o pam e o mantijmento...». (Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, Supl., Doc. n.° 29, pág. 37). Idem, Virgínia Rau, *ob. cit.*, pág. 65 e segs.

([64]) «E que porque quando alguns sem penhorados, vem Nos, e lhe damos Cartas, per que lhes dens seus penhores. E outro sy quando os costrengem que goardem as ditas posturas vam-se pera outras Comarcas, hu sabem que os nõ costrengam». *Cortes de Elvas de 1361 — Capítulos especiais de Santarém. Art.° 83.°*. (Ramalho, «Legislação Agrícola», I, pág. 145).

inversa, a ponto de atravessar, passageiramente, é certo, por um período de declínio.

Dentre os factores de natureza interna após a peste que afligiram a economia das cidades e das indústrias, um nos parece lícito destacar, por marcante: o abandono das suas obrigações pelos artesãos enriquecidos (pelas heranças recebidas de parentes).

Mais uma vez a autoridade régia interveio no sentido de debelar a crise e obrigar os artífices a praticar o seu ofício, salvo se requeressem a sua integração numa classe superior. E para que os operários dispostos a trabalhar não explorem os seus mestres, exigindo salários elevados, estes são fiscalizados e sujeitos a multa os infractores (65).

Na sequência destas medidas e adentro do espírito da época, determina o monarca, então D. Fernando, que a fixação dos ordenados, quer no artesanato, quer entre trabalhadores rurais, se faça de acordo com as necessidades e possibilidades das partes.

A verdade, porém, é que, como no-lo provam as muitas intervenções dos corregedores do rei em favor dos jornaleiros (artesãos e camponeses) estes foram prejudicados pelas comissões encarregadas através dos tempos de estabelecer as tabelas de assalariamento. De facto, estas comissões eram constituídas por burgueses que tiveram o cuidado de acautelar os seus interesses, em desfavor das classes trabalhadoras; estes, reagindo contra este estado de coisas vêm-se muitas vezes obrigados a emigrar (66).

Referimos já, ao longo desta nota, os efeitos indirectos e a distância, da epidemia sobre a gente dos campos e analisamos os problemas económico-sociais dos artífices, bem como as medidas régias tomadas ao longo

---

(65) «D. Pedro proibe no Ordenamiento.....; fixa os salários máximos do labor rural ..... Os recenseadores são obrigados a trabalhar nos menesteres e serviços que dantes praticavam ou em outros que sejam convenientes, pelos salários que forem justos taxados pelo concelho tendo em conta as intempéries». Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 83).

(66) «a crise atingia a sua fase mais aguda, consequentemente com o exodo da população agrária em direcção à cidade» (Virgínia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, pág. 65 e segs.).

Cortes de Lisboa — 1371 — Capítulos especiais de Santarém — Art.º 51. «Ao que dizem aos ly arrtigo que alguuns que suyam a seer lauradores e guardadores de gaados uenderom o que tijnham e ffezerom se marchantes e almocreues e rregatões e leyxam de laurar e criar. E que por esto he dapno da nosa terra. Pedjam nos que fosse nosa merce que mandasemos que cada huum husase de sseu mester pela guisa que foj mandado por El-Rej nosso padre a que deus perdoe» .(Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 176).

dos tempos ([67]). Vamos agora estudar a transformação que a paisagem agrária sofreu após a Peste Negra, transformação que originou uma viragem na economia típica de certas regiões.

No Alentejo a pastorícia toma incremento, visto esta se adaptar melhor a uma sociedade onde o braço humano escasseia. Este último facto provocou mesmo, noutros pontos do país, como em Santarém, por exemplo, a carestia de pão e de certos produtos agrícolas indispensáveis ([68]), pelo que se tomaram sérias medidas tendentes não só a estimular como a incrementar a produção ([69]).

Na verdade as vastas zonas de sobreiros e azinheiras inibidas, por falta de agentes transformadores, da necessária preparação, são aproveitadas para aquele tipo de exploração ([70]).

Entretanto, nos arredores das cidades, a pastorícia prolifera, bem como as indústrias dela derivadas ([71]), passando os campos a ser cultivados pelo sistema de afolhamento, que não só favorece temporàriamente as pastagens como ainda e nessa época, dispensa quase totalmente a acção do homem sobre o solo.

([67]) «Respondemos o que mandamos aos Concelhos, que fizessem sas Posturas em essa Razom aguisadas. E se as teverem feitas por Nós, ou per nosso mandado ou per sy, Mandamos que as façam agoardar. E se as hi nom ha feitas Teetos por bem que as façam ou corregam aquellas que forem já feitas, se virem que cumprem, de guisa, que os donos das herdades, e os Lavradores nom recebam agravamento, e façã-nas goardar, e Mandamos que cada Concelho escolha pera esto escolha huum Veedor ou dous Veedores em cada hum anno jurados aos Santos Avangelhos, bem e deseytamente façam goardar as Posturas em essas Villas e Termos dellas. E nom ajam esses Veedores outros encarregados deses Concelhos. E esses Veedores façam y goardar os mancebos obreiros antre o Polvo, de guisa que os pobres sejam hi goaldades, como ricos, segundo os lavores, e logares, e os tempos em que as ouverem de fazer. E se nom o fazerem, Mandamos aos Juizes de hi, que lhe estranhem gravemente, como no feito couber». *Cortes de Elvas de 1361 — Capítulos especiais de Santarém* — Artigo Terceiro. Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 145-146.

— *Lei de 18-2-1364* — «manda aualar os trabalhadores do campo e estabelecer salários correspondentes e ordena aos proprietários que cultivem as terras». Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 167-168.

([68]) «E que toda esta mjngoa que hi auja era porque as herdades e outros beens nom eram aproveitados como compria. *Lei de 18-2-1364*, Ramalho, *ob. cit.*, pág. 167-168.

([69]) *Lei de 18-2-1364*. Carta Régia de 3-7-1367. (Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 171-172).

([70]) Virgínia Rau, *ob. cit.*, pág. 60 e segs.

([71]) *Ibidem.*

O número das terras coutadas vai também crescendo; uma parte será exactamente reservada aos animais proporcionalmente ao número de cabeças de gado por proprietário ([72]), e não mais ([73]). A verdade, é que a existência dessas terras favorecia o despovoamento, como os documentos que a seguir citamos no-lo demonstram, impondo-se uma orientação diversa, aliás profundamente seguida.

Sob o influxo da transformação motivada pela epidemia, a paisagem rural altera-se ([74]) e onde outrora existiam campos férteis dominam agora as pastagens originando uma profunda alteração, que marca, por certo, um período da história da geografia humana em Portugal.

No sentido de impedir que algumas terras se mantivessem incultas, os monarcas tomam medidas de vária ordem, culminando esta política no reinado de D. Fernando, que ordena a expropriação. Procurava-se por este modo fomentar uma ocupação compensadora do solo.

De todos estes factos ressalta uma ampla transformação da sociedade, consequência entre outras da crise económica que então eclodiu e cujos reflexos se sentiram ainda nos reinados posteriores, culminando na lei das Sesmarias ([75]). A documentar esta asserção citaremos como exemplo as oscilações, isto é, a desvalorização que a moeda sofreu no período

---

([72]) *Ibidem*, pág. 68.

([73]) *Cortes de Lisboa de 1371* — Capítulos de Santarém — Art.° 12.°.

«Ao que dizem Ao xj artigo que noso auoo auja coutadas çertas para seerem coutadas porcos monteses E depois de noso padre nos fezemos outras coutadas o que he em gram dano de nosa terra... E que per tal razom muytas herdades som despobradas...». Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 174.

— «Dom pedro... a mym foy querellado pelos uaqueiros e ouylheiros e homens dos gaados dantre teio e odiana que alguuns fidalgos e cidadaãos e outros poderosos que ham herdades na dita comarca faziam coutadas e coutauam as herdades que aujam também lurdo como pera laurar aalem do que lhes era outorgado e contra a determynaçom que em tal razom fora feita per meu padre e per meu auoo a que deus perdoe... E que per esta razom os gaados nom aujam mantymento e despereciam...». (Lei de 1-III-1362 — Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 162-165).

— «Dom pedro,... querendo fazer graça e mercee a fernam gonsaluez cogomjnho... tenho por bem e mando que este hordenamento que ora eu fiz em eluas em cortes em que mandej que nenhuum nom ouuese herdade coutada e que todas fossem deuasas que se nom entenda nas ehrdades do dito fernam gonsalluez que eram coutadas... dante em eluas xxxvj dias de mayo... era de mjl iij 1R ix annos». (Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 156).

([74]) Carta Régia de 17-2-1364 permitindo aos moradores de Santa Maria da Glória que o seu gado paste em Santarém, Niza, etc. (Ramalho, *ob. cit.*, I, pág. 166).

([75]) Virgínia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1946.

compreendido entre os anos de 1340 e 1357 ([76]), desvalorização esta que teve profundos reflexos na política económica e social das épocas subsequentes ([77]).

A Peste Negra marca, de facto, o fim de um período essencialmente agrícola, rural e ensimesmado, em cujas estruturas a cidade desempenhava um papel secundário, o surgir de uma nova época. Da fermentação e consequente consolidação a distância da mesma resultará uma sociedade com tendências para expandir, uma sociedade moderna, internacional e cosmopolita.

Em Portugal, se bem que esta transformação apresente um carácter muito peculiar, surge a expansão ultramarina, em parte consequência da ausência de recursos indispensáveis ao bem estar do indivíduo e da Nação, que então desponta sob o signo de perspectivas novas.

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS

Consequências sociais da Peste Negra

A estudarmos as consequências sociais da Peste Negra, depara-se-nos uma constrangedora escassez de fontes documentais, o que nos dificulta a compreensão total dos problemas suscitados. Não obstante, uma conclusão podemos tirar desde já: a Peste Negra provocou uma profunda crise económico-social, da qual derivam grandes repercussões para a vida da Nação.

Ao atentarmos na importância desta crise, não podemos deixar de considerar outro factor não menos importante: o abaixamento demográfico, resultante da peste e da fome, que ajudou a precipitar o descalabro

---

([76]) Poderemos estudar a oscilação da moeda tomando por ano *O* o de 1253. Verificaremos então que, em 1340, a desvalorização em relação àquele era de 40 %; em 1355, cinco anos após a peste, era de 82 %; 1357 ascendia sòmente a 74 %. António H. de Oliveira Marques, *A Sociedade em Portugal nos Séculos XII a XIV* (Subsídios para a sua história), dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras de Lisboa, 1956, vol. II, pág. 457.

Por sua vez no reinado de D. Fernando houve um movimento inflacionista, que o monarca procurou combater com o tabelamento de preços. Contudo, em 1371 e depois em 1372, o rei vê-se obrigado a revogar, primeiro parcialmente e depois em absoluto, estas medidas a pedido do povo pois não correspondiam à desvalorização da moeda nem ao referido tabelamento de preços. *Ob. cit.*, pág. 479 e segs.

([77]) Até ao reinado de D. Pedro recebiam os vassalos das mesnadas a importância de cerca de 75 libras, que foi elevado, devido à desvalorização da moeda para perto de 100 libras. (Oliveira Marques, *ob. cit.*, pág. 456).

económico. Com a irrupção de tal crise, sobrevirá imediatamente um longo período de lutas sociais.

Dar-se-á nas cidades o despovoamento, como se verifica em Santarém, e Évora, respectivamente em 1364 ([78]) e 1376 ([79]). Também em 1377 o concelho de Bragança representava a D. Fernando:

> «que antes da pestenença primeira avya na dita villa muitos omees de cavalo e de pee e que ora nom ha hy a sexta parte da campanha que soia daber por razam da pestenença e outro sy desta pestenença segunda que ora ffoy, era despovorada ([80]);

mas o problema não revela a mesma acuidade no que respeita às cidades, se observarmos que a principal questão resulta da fuga do trabalhador rural para os centros urbanos, facto que irá agravar ainda mais a crise do braçal. A Professora Virgínia Rau ([81]) observa que através das Cortes de Lisboa de 1371 e 1372 se verifica que a crise atingia a sua fase mais aguda, consequentemente com o êxodo da população rural em direcção à cidade. Do mesmo modo, Veiga Simões ([82]) faz notar que a peste afuguentara a população rural para as cidades, onde o lucro era mais fácil, o trabalho menos árduo, e a ascensão a um grau intermédio de pequena burguesia se podia enfim fazer sem riscos de, por determinação régia, os antigos lavradores rurais serem de novo compelidos ao trabalho sobre a terra.

Entre as principais razões explicativas de tal êxodo, salientamos as seguintes: 1.º, terror à peste; 2.º, carência de braços, em virtude dos constantes falecimentos; 3.º, avultado número de heranças recebidas pelos trabalhadores; 4.º, grande desejo de emigração para a cidade, onde se podiam desfrutar maiores comodidades. Muitos artesãos e agricultores abandonam o trabalho, apesar das providências em contrário, que os constrangiam, sob pena de castigo, a retomá-lo. Daí a aplicação da «Lei

---

([78]) Virgínia Rau, *Sesmarias Medievais Portugueses*. Lisboa, 1946, pág. 54.

([79]) Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Fasc. I, Évora, 1885, doc. n.º XLVI.

([80]) A. N. T. T., *Chancelaria de D. João II*, Livro 8.º, fol. 145.

([81]) Virgínia Rau, *ob. cit.*, pág. 69.

([82]) Veiga Simões, *O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo». Vol. I, Lisboa, 1937, págs. 339 e segs.

que constrengam os homees, que husem de seu mester e que morem por soldada os que fforem pera ela» (83).

> «Sabede que a mjm he dicto que em essa uila e em seu termho ha homens e molheres que ante que deus desse a pestilencia que hy ouue guaanhauam dinheiros per affam de seus corpos obrando cada huũ e cada hũa de seus mesteres e seruiços e seruyam esses concelhos como conpria. E que agora que cobrarom alguũs beens per mortes dalgũas pessoas que se teem em tan grandes que nom querem obrar de seus mesteres e seruyços como ante faziam. E que por esto os dessa uila, e termho recebem grandes perdas e danos. E que outrossy ha hy outros muytos que ssoyam a seruyr en cauar e em podar e em laurar e em segar e en vendimhar e em guardar gaados e em fazer todolos outros seruiços que a esse concelho conpria. E que agora nom querem seruir saluo se lhis derem quanto eles quyserem de guysa que os senhores das uinhas e erdades e gaados e doutras possissões. veendo em como os sobre dictos querem deles leuar tam grandes solairos que xe his nom seguyria ende tam grande proveyto dos nouos e Rendas das dictas cousas. come as custas e despesas que hy fariam leyxam porem dadubar e de laurar as dictas vinhas e erdades e casas e outras cousas e desperecem os gaados e os desenparam. os quaes gaados per mjngua de guarda fezerom, e fazem grandes danos nos paaes e nos outros seruiços da terra. Porque eu ssoube que esso que assy me foy dicto em uerdade veendo em como esto he muy gram desseeruyço de deus e meu e gram dano dessa terra. E que sse a esto nom ouuesse Remedio com Razom e com Justiça como em tal ffecto cabe. que sse poderia desto seguyr gram mjngua e grande estragamento das gentes por que mjnguariam os fruytos e outras cousas per que sse am de manteer. Ca despereceriam as vinhas e as erdades e as outras cousas. Tenho por bem e mandouos que en cada hũ freyguesia desse logar. ponhades dous homens boons dessa freyguesia sem sospeita. Jurados aos sanctos auangelhos que bem e dereitamente sabham todos aqueles e aquelas que husauam de mesteres e seruyam nos lauores das vinhas e erdades e gaados e das outras

(83) A. N. T. T., Livro de Leis e Posturas Antigas, fol. 158 v.°, 2.ª col., 159, 1.ª col. (125 v.°, 126).

> cousas e os outros que ora hy ha pera seruyr e que faça cada huũ screuer en ssa freyguesia de guysa que per eles possades uos saber todos aqueles, e aquelas que moram o use colhen em cada hũa dessas freyguesias que som pera os dictos mesteres e seruyços e depoys que o souberdes costrengedeos que cada huũ huse dos mesteres e seruyços que ssoyan ou em outros que uyrdes que som conuenhauijs poendolhis tansaçom pela guysa que uyrdes que he aguysado e Razom segundo os tenporaães que deus deu».

Outros, pelo facto de haverem recebido heranças, requeriam acesso a uma categoria superior, que os dispensasse das obrigações inerentes ao trabalho. A lei de Afonso IV, ordena que:

> «se alguns enrequecidos com a peste, quiserem alegar que não devem exercer os mesteres e serviços que dantes exerciam, devem-no fazer perante o concelho que conhecerá das suas razões «*chaamente e ssem delonga*» e poderá tendo em vista «a pessoa qual he e o auer que á», mandar-lhe que passe a mercador, a lavrador, ou a outra profissão «*mais honrada do que a que tinha dantes*», conforme virem que a pessoa pertence e ao lugar é mais conveniente» (84).

Muitas foram, pois, as razões que deram origem a uma grande instabilidade social, com a natural transmutação de valores, o que determinará um amargo período de agitações sociais.

Os trabalhadores, que permaneceram agarrados à terra, passaram, como é óbvio, a exigir salários proibitivos. Isto levou os concelhos a apelar para o rei, no sentido de se pôr cobro a tais abusos, mediante a aplicação de tabelas de preços, além de outras providências que o interesse da colectividade determinasse. A lei de D. Afonso IV determina que os recenseados sejam obrigados a trabalhar nos mesteres que dantes praticavam ou em outros que sejam convenientes, pelos salários que forem justos, taxados pelo concelho tendo em conta as intempéries. O tabelamento dos salários será publicado em concelho e apregoado, devendo a sua violação ser punida com a pena que nas posturas locais foi cominada e que poderá traduzir-se

---

(84) Marcelo Caetano, *A administração municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia (1179-1383)*. Separata da «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», vols. VII-VIII, 1951, pág. 85. Cfr. Virgínia Rau, *ob. cit.*, pág. 63 e segs.

em açoutes, multas, prisão ou expulsão do lugar e seu termo. Também em cada concelho serão designados 1 ou 2 homens bons para promoverem o cumprimento das posturas elaboradas em execução da lei e punição dos transgressores ([85]). Por sua vez nas Cortes de Lisboa o rei D. Fernando, a pedido dos concelhos, determina que:

> «os Juizes, vereadores e homens bons façam sás posturas e vereações em esta razom quaes entenderem que compre, e houverem por sá prol e facam (sic) em guiza que se goarde esso, que assim por elles for ordinhado, e seja estranhado aqueles que o contrairo fizerem» ([86]).

Como fàcilmente se depreende do acima exposto, desta situação irrompe um tremendo conflito entre a classe empregadora (burguesia e nobreza) e a assalariada, o conduzirá a uma rápida desagregação das velhas estruturas sociais. Deste antagonismo resultarão duas forças, que se irão digladiar através de um longo período. Por um lado nota-se a tendência dos proprietários, no sentido de se sobreporem ao proletariado; pelo outro, campeia a recusa deste em continuar a revolver as terras que outrora cultivava, porquanto era atraído pela cidade, onde podia auferir maiores remunerações e onde encontrava certamente melhores condições de vida.

Tal como António Sérgio faz notar, deste conflito aproveitar-se-á a burguesia, ou melhor, a grande burguesia, cujo poder aumentará paulatinamente, atingindo o seu ponto culminante na crise de 1383-1385 ([87]).

Quanto à fixação dos salários, que já atrás tivemos ocasião de referir, expressa na circular de 1349, enviada aos concelhos por D. Afonso IV, observa-se que é aos legistas que compete dar cumprimento às disposições nela exaradas. Estas providências consolidam mais a posição da autoridade régia e facilitam a centralização do poder.

António Sérgio ([88]) afirma que, em virtude da circular de 1349, a classe média dos empregadores de mão-de-obra era quem mandava nos municípios; e que estes abusavam da situação legal que disfrutavam, infere-se perfeitamente da frequência com que os delegados do rei inter-

---

([85]) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 86.

([86]) Livro 2.º de Reis (cópia). Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, fol. 41 v.º.

([87]) António Sérgio, in «Prefácio» à *Crónica de D. João I*, edição da Livraria Civilização, vol. I, Porto, 1945, pág. XIII.

([88]) António Sérgio, *ob. cit.*, págs. XV-XVI.

vinham a favor da classe trabalhadora. Desta situação brotará um tremendo conflito, cuja resolução será tentada pelas Cortes de Lisboa de 1352.

Nestas Cortes, os representantes dos municípios queixam-se ao rei pelo facto de os pobres não quererem guardar as posturas, e até inclusive verem-se protegidos pelo próprio monarca quando eles lhes queriam aplicar as multas. Consistia a resposta do soberano no seguinte:

> «que os obreiros que hão de lavrar as herdades por seus jornais, não querem guardar as posturas que são feitas pelos Concelhos e levam muito mais que aquilo que é ordenado nas posturas, e que isto fazem porque lhes é estranhado, nem são disso acusados... E outro-sim quando os constrangem que guardem as ditas posturas, vão-se para outras Camaras onde sabem que os não constrangem» ([89]).

Como Sérgio faz notar, a resposta que deu o rei aos procuradores: «que fizessem suas posturas em essa razão aguizadas», parece dar inteira razão à classe média ([90]).

No artigo 2.º das ditas Cortes, continuavam as queixas dos povos, afirmando que:

> «os ditos Bispos, e Clerigos, e Mestres e Priores, e Abades tem muitas herdades que costumavam ser lavradas a suas expensas, de que costumavam colher muito pão, quando eram lavradas; e agora não eram lavradas, nem aproveitadas. E que outro-sim tem muitas vinhas que não são tratadas, nem colhem delas vinhos como era costume, pela qual razão as Comarcas onde se encontram, são minguadas de pão e de vinho; o que não deviam ser» ([91]).

Toda a questão irá gravitar, em resumo, à volta de dois polos: ou os empregadores pagam os salários exigidos pelos trabalhadores rurais, ou então, no caso daqueles manterem uma recusa enérgica e formal a dar satisfação a tais exigências, verão estes furtar-se às obrigações impostas pelo serviço.

([89]) Ezequiel de Campos, *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos*, 2.ª ed., Lisboa, 1943, págs. 54 e 65.

([90]) António Sérgio, *ob. cit.*, págs. XVI-XVII.

([91]) Ezequiel de Campos, *ob. cit.*, págs. 54 e 65.

As Cortes de 1352 marcam da maneira mais nítida um acentuar cada vez maior da centralização do poder real, não obstante a impotência por parte deste para estabelecer uma planificação rígida, com vista a um equilíbrio duradouro do ponto de vista social. Verifica-se, contudo, que o estatuído pelas Cortes de 1349, no respeitante ao cumprimento dos salários estabelecidos, mais tarde corroborado pelas Cortes de Lisboa de 1352, não foi inteiramente realizado ([92]). E isto porque existia uma impossibilidade funcional, ao tentar-se levar avante tais determinações, principalmente em virtude de uma franca oposição da classe proletária, bastante dizimada pela peste e renitente em acatar as decisões respeitantes aos salários fixados pelo rei.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores rurais vão-se elevando dentro de uma hierarquia social de valores, pois, mercê das heranças recebidas, conseguem desempenhar novos cargos, tornando-se besteiros do conto, alfaiates ou sapateiros ([93]), etc. Os representantes do povo declaravam nas Cortes de 1371:

> «que alguns que suhião de ser lauradores e guardadores de gados venderom o que tinhom, e fizerom se marchantes e almocreues e recatões, e leixam de laurar e crear e por esto he damnada a nossa terra» ([94]).

Um dos mais tristes reflexos do mal-estar social encontra-se nessa enorme escória da sociedade que pululava através dos campos e das cidades, sem qualquer modo de vida. Contra ela foram postas em prática medidas severíssimas com vista à sua extinção. A circular de 1349 determina que:

> «os homens e mulheres válidos que andarem «pedindo pelas portas» as esmolas que devem ser para os velhos e mancos e cegos e doentes e outros que não podem ganhar com que vivam, serão compelidos ao trabalho sob pena de recusando-se, serem

([92]) Veiga Simões, *ob. cit.*, págs. 339 segs.

([93]) Maço 1.º do Suplemento de Cortes. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, n.º 23. A 26 de Setembro Era de 1444 — Artigos particulares offerecidos pela comarca da Vila de Santarem nas Cortes que o Senhor Rei D. João I celebrou com a mesma vila. Cap. V.

([94]) Livro 2.º de Reis (cópia). A. H. C. M. L., fol. 39 v.º.

açoitados e expulsos da vila sem que possam acolher-se às albergarias e hospícios» ([95]).

Quanto à nobreza, esta vê-se de igual modo prejudicada pelas rendas fixadas por contrato e costume. Daí a sua incapacidade em acompanhar as necessidades cada vez mais prementes, motivadas por maior diferenciação dentro dos objectos transaccionados comercialmente. A falta de poder de compra por parte desta classe conduzi-la-á a um empobrecimento material, e, por conseguinte, a uma posição de inferioridade perante a burguesia. Situada a nobreza entre um aumento do custo de vida e a centralização do poder real, sentirá que a única solução para o seu problema consiste na guerra, a qual lhe proporcionará um certo ascendente sobre as outras classes ([96]). Daí o papel que a nobreza irá desempenhar mais tarde, numa actividade política que consistirá num expansionismo através do Norte de África, objectivo esse que, no período dos Descobrimentos, se irá contrapor a um ideal burguês que preconizará um intercâmbio comercial com o Oriente.

Por seu turno, o clero tinha sido bastante beneficiado pelo facto de haver recebido inúmeras doações por testamento, o que fará diminuir, de modo notório, os rendimentos do fisco, pelo que se pede que as heranças recebidas pelo clero sejam tributadas como antigamente ([97]).

A seguir aos primeiros tempos da peste, o clero arrogava-se o direito de submeter à sua apreciação os testamentos particulares. Esta função era desempenhada pelos vigários episcopais. Tais prerrogativas, tão prejudiciais ao erário público, levaram o monarca a proibir, mediante a lei de 1349, que a verificação dos ditos testamentos fosse feita pelo clero ou por qualquer outra entidade não oficial, competindo essa tarefa sòmente aos juízes régios ([98]).

Queixando-se os povos nas Cortes de Lisboa de 1352, de que dentro em pouco todas as herdades seriam da Igreja, porquanto quase todas as pessoas que faleciam lhe deixavam a maior parte do que possuiam, o monarca respondeu que seria contra direito e contra razão proibir que se legassem bens de raiz à Igreja ([99]).

([95]) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 80.

([96]) V. Magalhães Godinho, *A expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa, 1945, págs. 20 e 21.

([97]) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 80.

([98]) Marcelo Caetano, *ob. cit.*, pág. 80.

([99]) Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Tomo II. Coimbra, 1910, pág. 74.

Desde a Peste Negra de 1348 até à lei das Sesmarias, vamos assistir a uma série de alterações que atingem o seu ponto mais elevado nas Cortes de 1371 e 1372, como faz acentuar a Professora Virgínia Rau nas «Sesmarias Medievais Portuguesas» (100). Verifica-se através das Cortes de Elvas de 1361 e de Lisboa de 1371 que as posturas dos municípios continuam a oprimir a população trabalhadora, o que obriga os corregedores a pedido dos trabalhadores à anularem as posturas municipais (101).

Escreve a Professora Virgínia Rau, a respeito do mal-estar manifestado através das Cortes de 1371-1372:

> «À falta de trabalhadores rurais jungia-se o excessivo salário dos poucos que ainda laboravam, as guerras ruinosas e a depreciação da moeda; às exigências do exército e da frota adicionavam-se os abusos dos funcionários régios e dos senhores compelindo os lavradores a cederem os seus produtos por um preço diminuto e numa moeda desvalorizada sob o pretexto de atenderem às necessidades do reino, revendo-lhes depois astutamente a taxas elevadas. Estiagens prolongadas e sucessivas agravavam a falta de víveres, e o restolho das más colheitas era insuficiente para manter os gados de lavoura fugidos dos pastos calcinados. E a população desertava dos campos ingratos em direcção às vilas e cidades, numa derradeira esperança de subsistência e de desafogo, os proprietários abandonavam as suas lavras improdutivas e o mato e a ruína espraiavam-se sobre as terras de Portugal» (102).

Consequentemente, a aplicação da Lei das Sesmarias tem uma importância enorme, com vista a fazer desaparecer toda a classe de antagonismos causadores de um mal-estar social.

Há ainda a acentuar o desequilíbrio resultante da oferta do trabalho rural em relação à sua procura, pois em virtude da falta de trabalhadores os salários exigidos atingiram quantias exorbitantes, não obstante as leis reguladoras de preços às quais já fizemos referência. Ora, por um lado, observa-se em relação aos servidores, que a procura é maior do que a oferta, o que traz consigo uma elevação de preços; mas por outro, veri-

---

(100) Virgínia Rau, *ob. cit.*, pág. 68.
(101) António Sérgio, *ob. cit.*, pág. XVII.
(102) Virgínia Rau, *ob . cit.*, pág. 68-69.

fica-se que o número de consumidores diminuiu, o que significa um abaixamento no poder de compra. Daí resulta uma oferta maior do que a procura e, por conseguinte, uma diminuição de preços.

A propósito da crise de 1383-1385, António Sérgio refere-se à situação económico-social do País, desta maneira:

> «por uma banda, a classe média dos «mais honrados» a pretenderem obrigar os da classe inferior a servirem por salários opressivamente baixos, e desejando que o rei os impusesse à força; pela outra, uma verdadeira greve da classe operária, que tratava de recorrer aos mais vários meios para se eximir ao serviço por tão fraca jorna. Vivia-se assim uma atmosfera de ódios. (Logo no princípio do seu governo, foi um dos actos do Mestre de Avis o de revogar as taxas de salários que tinham sido ditadas pelos municípios)» (103).
>
> «Mal Álvaro Pais se ergueu em Lisboa e apelou para o concurso da arraia miúda, as gentes operárias provincianas quiseram apoiar as da capital, para satisfazerem finalmente a sua ira antiga contra a classe média dos empregadores, acumulada em trinta anos de contensão. Onde quer que podia se vingava a plebe, com a maior das violências, anàrquicamente: e a revolução dos ricaços de Lisboa e do Porto assentou numa vasta expropriação de bens, numa roubalheira aos homens da classe média» (104).

António Sérgio, em resumo, conclui deste modo:

> «apontando as circunstâncias sociais-económicas da atitude de revolta da arraia miúda, e do seu desejo de vingança e de saque sobre a classe média dos proprietários, — tentei justificar o meu primeiro ponto, concernente à força de insurreição popular de que se serviu a burguesia comercial-marítima contra a hegemonia política dos aristocratas, que tinham por base a propriedade rústica e o direito senhorial da Idade Média» (105).

---

(103) António Sérgio, *ob. cit.*, pág. XVIII.
(104) António Sérgio, *ob. cit.*, pág. XVIII.
(105) António Sérgio, *ob. cit.*, págs. XX-XXI.

Em conclusão, verificamos a importância bastante grande da Peste Negra, na profunda transformação da vida social portuguesa e no surgir de determinadas classes, cujo papel será predominante através da nossa História.

HUMBERTO CARLOS BAQUERO MORENO

INTERVENÇÕES

O Prof. Marcelo Caetano, depois de louvar a iniciativa da Faculdade de Letras de realizar uma investigação por equipe, lamentou que a comunicação se reflectisse com preconceito metodológico que integra os fenómenos históricos numa explicação monista, e aplica à Idade Média conceitos e vocabulário forjados em plena revolução industrial. Também julga necessária muita cautela nas generalizações e nas conclusões: a peste negra está agora na moda e daí a tendência para lhe atribuirem mesmo efeitos muito longínquos. Estranha que na comunicação se não faça referência a uma consequência directa e documentada da peste negra: a instituição em numerosos concelhos dos juízes de fora, como se vê nos artigos das Cortes de 1352 onde ela foi justificada pela necessidade de dar execução aos numerosíssimos testamentos que a mortandade fizera abrir. Em Lisboa, como mostrou na sua monografia sobre a administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia, foi mesmo criado um juiz dos testamentos. A jurisdição nesta matéria foi àsperamente disputada entre a Coroa e a Igreja, sendo os juízes régios os executores da decisão do monarca de reivindicar a matéria testamentária.

Precedenti di una nuova storia nell'opera degli Imperatori Iberici di Roma (1)

Giuseppe Chicca

1. É la storia dell'Impero Romano quella del raggiungimento di un equilibrio e di una sintesi tra valori di civiltà.

Difatti esso Impero non fù, nei confronti delle nazioni che il mondo civilizzato allora conteneva, un modo di dominazione consistente nella forza. Se tale fosse stato, il fenomeno avrebbe presentato note essenziali di precarietà; e avrebbe anche incontrato insormontabili ostacoli di realizzazione, attesa la vastità enorme di territorio da sottomettere alla disciplina della forza.

Il ricordo dell'Impero Macedone e del suo destino, non era remoto.

Pertanto la funzione di Roma come centro e titolare dell'Impero, viene a presentarsi proiettata sul mondo civilizzato — concepito al pari di una grande società o «universitas» — nella efficienza di una composizione tra le autonomie e i valori resultanti dagli aggregati multiformi di una tale società, e in modo che la composizione stessa non modifichi ne alteri sia le autonomie e i valori predetti, sia la potenza dell'elemento equilibratore.

Questa funzione, nel suo esplicarsi sommamente ardua, fu peraltro congeniale al carattere di Roma che, nel corso della sua difficile storia, aveva attuata la sindèrasi civica tra gli sterogenei gruppi etnici (truschi e italici) che costituirono il primitivo nucleo della «civitas», quindi fra i diversi aggregati sociali (patriziato e plebe) che conformarono le basi del più vasto stato, infine fra le disformi stirpi italiche, che — pur attraverso il vaglio e le crisi delle guerre Puniche — dettero nerbo alla Repubblca e ne permisero la dilatazione mondiale.

---

(1) Il contanuto di questo discurso — dato il suo interessa par la scienza romanistica — è stato riprodotto dall'A. negli Studi in onore di Emilio Betti (V. B. p. 68-69), Milano, Giuffr 1962.

Se a questa opera, in un più vasto raggio, fu chiamato l'Impero, é d'uopo anzitutto volgere un sommario sguardo alle specie degli apporti di civiltà che i popoli di quell'epoca furono in grado di conferire alla società universale, nell'Impero stesso organizata.

Tra questi ocorre distinguere dai popoli già aventi una civiltà propria ed evoluta, quelli da Roma sottomessi, nel seno dei quali la civiltà Romana era stata trapiantata e che alla medesima variamente reagivano esponendo caratteristiche a loro peculiari; infine i popoli esclusi dall'Impero e cioé dal mondo civile, che impostavano un problema a si stante.

Fra i primi vanno senza dubbio posti i popoli del mondo Greco e dell'Oriente ellenizzato, con un'imponentissimo retaggio di civiltà, antica e attuale.

Fra i secondi quelli del continente europeo, dispiegantesi a nord verso l'oceano Atlantico; le Gallie delimitate dal Reno e i Paesi Iberici.

L'Italia può dirsi concettualmente partecipe di questi due mondi. Tutto il territorio a sud di Roma nella sua parte più rilevante sente l'influsso Greco, anzi é sede di una civiltà derivata dal ceppo Greco ma avente caratteri singolarissimi che la rendono illustre al pari di quella della madre patria.

L'Italia padana, traspadana e subalpina, é variamente gallica. In mezzo sta l'ermetica Etruria pervenuta, nei tempi anteriori alle origini di Roma, a un grado di evoluzione forse il più elevato della penisola si da impressionare decisivamente lo stesso nascente sviluppo dell'Urbe; ma con Roma fino dai primordi in muto e implacato conflito.

Non é quindi che «romanità» e «italianità» costituissero binomio concorde: sulle sostanziali divergenze puntò infatti uno dei maggiori nemici di Roma e uno dei più illustri uomini dell'antichità: Annibale.

Quanto a coloro che possono complessivamente essere definiti i «barbari», é da osservare che l'Impero sentì sempre imminente su di sé la spinta potente che gli stessi esercitavano dall'esterno a finalità vastamente migratorie; questo pericolo era stato sensibile fino da epoche non recenti per l'Urbe e per l'Italia: é noto cio che la Repubblica dové a Caio Mario.

★

Tali cenni premessi circa le soggettività degli aggregati nazionali o plurinazionali contenuti nella universale società del l'Impero, appare superfluo il porre in evidenza come e quanto il mondo Greco abbia influito nella produzione della comune civiltà, per modo che la romanità fù deter-

minata a tradurre, in termini di propria vita e di proprio linguaggio, forme e contenuto dello splendente e vigoreggiante pensiero ellenico. Letteratura, arti, filosofia, dramma furono romanamente stilizzati sull'essenza Greca e i Romani — che filosofia propria non ebbero — trascelsero, dai sistemi che la Grecia in copia offriva, quello che al loro carattere, più confacera: lo stoico. Ma l'influenza del pensiero Greco non mancò di penetrare anche nella sfera ideale esclusiva di Roma: il diritto, introducendovi istituti positivi e concezioni teoritiche proprie; come quella, ad esempio, del sinallagma contrattuale.

Per modo che, in definitiva, l'equilibrio venne ad essere ricercato e raggiunto tra i due elementi della Occidentalità (Romanità e latinità) e della Orientalità ellenizzante. Nei tempi più prossimi alla fine dell'Impero tale equilibrio si alterò e si spezzò, rivelando il profondo contrasto di una dualità.

Osservandosi la vicenda storica sotto tale profilo, il vero fondatore dell'Impero e cioé lo stabilizzatore della vera funzione di questo, appare essere stato, anziché Giulino Cesare, Ottaviano Augusto. Egli infatti seppe trarre le sorti dell'Occidente indenni dalla crisi suscitata ad opera dei greco — egiziani Tolemaidi, grave forse, per le sorti stesse, al pari di quella originata — per la Repubblica, — dalle guerre Puniche.

Orbene, é ora in via conclusiva da domandarsi: se Roma fù nelle suddette situazioni storiche, la guida e il presidio di un universo Occidentale, incluso nel più ampio della societas mondiale, in che misura tale minore universo, la coadiuvò e la sostenne? Qui viene in questione il particolare dato dalla romanizzazione delle popolazioni Occidentali, anteriormente sottomesse, che si era affettuata con la deduzione e lo stabilimento di colonie.

In realtà, fra i magistrati di Roma, i «duoviri coloniae deducendae agroque dividundo» furono, assieme al pretore peregrino, i più validi organi di una diffusione di costumi e di pensiero. Le colonie recavano altrove lingua e abitudini che si mescevano con quelle delle popolazioni aborigene, per il ché nascevano nuovi linguaggi misti di latino, e miste cittadinanza e personalità, esponenti in embrione il carattere delle lingue e delle collettività nazionali future. Scarsi, in quel primo periodo, i segni di vitalità spirituale che potevano dare le Gallie transalpine, notevoli gli elementi di civiltà apprestati dalle Gallie cisalpine o dall'Italia padana, che dettero al nome romano le glorie di Tito Livio e di Virgilio. Ma già dall'epoca della tarda Repubblica si facevano luce le collettività municipali

iberiche se Cicerone, nella orazione «Pro Archia», riferisce di premi di cittadinanza concessi: «Cordubae natis poetis».

Inoltre, il ben noto rilievo di Strabone circa l'agevolezza di apprensione dei costumi e della lingua di Roma da parte delle popolazioni della Betica, vale a indicare nelle stesse l'esistenza di vivaci attitudini originarie, delle quali la capacità di assimilazione é un aspetto particolare.

Ciò premesso, come poteva operare la sintesi compositrice? Essenzialmente attraverso quell'elemento la cui virtù di sinderesi é significata nella radicale della locuzione stessa che lo esprime: lo Jus (quod Jungit), virtù efficace non tanto per mezzo di norme precettive di legge, quanto per via di una concezione dello stesso Jus indipendente dalla legge (in ciò lo stesso pensiero Greco veniva superato, in quanto poneva la caratterizzazione della civiltà dei popoli nella esistenza di nòmoi) e della giuridicità quale compendio morale dell'uomo vivente tra gli uomini (i tria Juris praecepta).

Anche in queste secondo senso il pensiero Greco veniva ad essere, se non superato, modificato in quanto altrimenti collocava nella sfera della filosofia quella etica individuale che lo Jus investiva, ma il superamento resultava vieppiù evidente laddove — in ulteriori sviluppi della sua dottrina — lo Jus, riguardato in tale suo aspetto intimo, era condotto ad attingere la sfera della «naturalità», nel cui ambito tutti gli uomini resultavano eguali. Era questa una proposizione che la filosofia Greca mai aveva affermata, repugnando a quella civiltà lo stabilire una qualunque equivalenza fra l'uomo libero e lo schiavo.

Se in tal senso operava lo Jus considerato come preesistente nella realtà delle relazioni umane prima che nel dettato della legislazione (non ex regula Jus sumatur, sed ex Jure quod est regula fiat); autoritativamente lo Jus agiva in quanto lo Imperium — sovranità, estrinsecava il modo di essere di un determinato ordinamento costituzionale.

L'Imperatore, nella fase cesareo — augustea, concentra in sé plenariamente tutto quanto nel «magis» delle magistrature é espressivo di quella majestas che é attributo del popolo Romano e dei suoi Dei: é la sua una suprema poliedrica magistratura senza controllo o intercessione di pari soggetti (comme avveniva nel consolato Repubblicano), senza possibilità di rendiconto perché vitalizia e perpetua. Egli é pertanto il depositario degli Jura inerenti al potere e degli attributi carismatici del medesimo e versa nella condizione della assoluta libertà, non essendo in stato di subire proibizioni né dalla vis, né dallo Jus.

Se questa situazione del principe vale a distaccare la sfera del diritto

pubblico da quella del diritto privato in modo più marcato che non fosse per i tempi anteriori: d'altronde la fissazione soggettiva del diritto pubblico in una volontà individuale non vincolata da limite, avrebbe inevitabilmente determinata una attrazione della sfera del diritto privato in quella del diritto pubblico, e cioé la «libertas» maiestatica dell'Imperatore avrebbe finito per obliterare le «libertates» dei singoli, contraddicendo allo stesso presupposto per cui la giuridicità era un quid di connaturato alla natura etica dell'individuo.

Ciò sarebbe accaduto, nella mancanza della istituzione del «fiscus Caesaris». Il «fiscus» valse ad affermare il principio della responsabilità in senso patrimoniale dell'Imperatore, e così a dare consistenza e figura, nello Stato, ad una relazione giuridica paritetica fra questo ente e i singoli: correlativamente a salvare la libertas dell'imperante e le libertates dei soggettti; ad apprestare, infine, nell'antichità, il primo modello dello Stato concepito in senso patrimoniale, come una grande azienda e una persona giuridica, idoneo pur nel ricorrere di privilegi e cioé di eccezioni a creare un medio fra diritto pubblico in senso maiestatico e il diritto avente per utenti i cittadini (Jus Quritium).

Tale la impostazione dell'ordinamento equilibratore costituito nei primordi dell'Impero ad opera precipua del giovane mondo Occidentale. Peraltro, oltre la serenità degli orizzonti augustei sotto i quali l'Urbe visse il momento suo culminante e fruttuoso anche della letterature e dell'arte, tutto il primo secolo appare segnare una crisi di coesistenza tra le varie forze componenti l'Impero, crisi in cui queste stesse forze, operanti nel suo centro e al suo vertice, furono variamente azionate dalle direttive della politica. Nella quale si faceva sentire prevalente, e spesso opprimente, il peso dell'elemento militare, legionario e pretoriano, per il ché tra le varie dignità di cui si rivestiva l'Imperatore, assumeva primaria importanza: quella di supremo comandante militare.

L'Impero così offrì prevalentemente lo spettacolo di una vicenda che si svolgeva e consumava nella sua capitale, ivi riproducendo, su più vasta scala, un antico contrasto. Quello che il Senato — raccogliente all'inizio i «patres gentium» e quindi i membri della classe dirigente — avava constantemente, in modo più o meno manifesto, tenuto vivo contro tutte le forti personalità, nutrienti o sospette di nutrice, mire egemoniche, e che ora non faceva venir meno nei confronti dei militari presidianti l'Impero.

La congiura che determinò la fine violenta di Domiziano segnò anche, col secolo, la fine di un era politica. Eletto da un Senato in cui forte

era la rappresentanza dei provinciali, Cocceio Nerva; eletto dopo di lui nello stesso modo Ulpio Traiano, ed elevato alla porpora per designazione di questi Adriano; a partire dai modi della assunzione della suprema dignità, si rese evidente un mutato modo di essere e una modificata influenza, sul costume politico, delle legioni: che già Vespasiano aveva seriamente disciplinate sulla base di una lor composizione gallo-ispanica.

Fu a questo punto che comparvero, nella storia di Roma e dell'Impero, i due Imperatori Iberici: Traiano e Adriano.

★

2. L'avvento di Traiano rese nella sede suprema ufficialmente sensibile la influenza della ibericità romanizzata, già dalla metà del primo secolo, autorevole sì da dare la propria voce alla espressione colturale della latinità.

Fabio Quintiliano, nato a Calagurris, e condotto nell'urbe da Galba acclamato Imperatore dalle legioni ispaniche, riprodusse in certo modo e in cospetto della Roma e del mondo della seconda metà, appunto, del primo secolo, quella che era stata l'opera compiuta, nella Roma del periodo aureo preimperiale, da Marco Tullio Cicerone.

Evidentemente non é questa la sede di paragoni e confronti: comunque Cicerone appare avere solo in parte (De Oratore) diretto la eloquenza a illustrare sé medesima; bensì a costituire lo strumento di espressione di idee filosofiche, storiche, politiche, che del romano colto di quel culminante momento repubblicano erano appanaggio,nella vicenda del «cursus honorum». Quintiliano fece della eloquenza oggetto e fine specifico di professione e di magistero. Essa veniva ad assumere quanto della filosofia era organicità di ragionamento e di costruzione logica, eleggendo a contenuto ciò che era diventato il subtrato generale della coltura: il diritto umanizzato, nucleo interno al quale si concentravano elementi della letteratura, della narrativa, e sostanziali della stessa filosofia.

E non appare errato l'affermare che il modo Quintilianeo non molto disforme da quello in cui attualmente la mentalità iberica, in particolare la lusitana, comprende e professa la cultura attraverso le associazioni giuridiche — sia stato valevole a conformare una esplicativa introduzione a quello che può essere definito uno «stile» del reggimento di Traiano — Adriano.

A questo punto non si vuole esaurire l'argomento sul sé la «aequitas» possa venire considerata come un «momento» del processo concettuale for-

mativo dello «Jus», o dia piuttosto di questo — in senso obiettivo — un criterio temperatore. E nemmeno si vuole affermare che la «aequitas» sia un portato dei tempi Traianei. Con questo termine si vuol significare un orientamento politico e un indirizzo di governo aderente ai principi del diritto sì da non poterne essere dissociato.

É stato innanzi verificato che le premesse istituzionali nell'Impero tali erano da stabilire nel mondo civile un generale equilibrio, di cui aspetti particolari potevano dirsi quello fra elemento maiestatico e fiscale nello Stato, tra elemento Orientale-Ellenico e Occidentale nel territorio e nella civiltà. L'attuare tale equilibrio in concreto era, a un tempo, funzione giuridica delle istituzioni, finalità di una politica, compito di una azione governatva. Equilibrare significa eguagliare in peso e importanza: appunto «aequare». Nel particolare momento storico si trattava di stabilire una posizione di equivalenza fra soggetti in rapporto al diritto obiettivo, considerato come un bene di cui fossero utenti universalmente i soggetti capaci. Così la «aequitas» compariva quale criterio di distribuzione delo «Jus».

Nela ristretta sfera maiestatica, corentemente, come indirizzo volto politicamente conformare l'opera dell'Imperatore — persona, in senso che potremmo definire espressivo della magnanimità. Difatti tale é la fama che ha, nei secoli, accompagnata la memoria di Traiano ottimo principe: non soltanto per la sollecitudine che ebbe al benessere dell'Impero e in primo luogo — egli ispanico — dell'Italia (il sole di Roma oggi illumina le le rievocate dovizia e leggiadria del foro e dei mercati Traianei), ma anche per la applicazione di questo programmatico criterio che fa dire a Plinio il Giovane: «cum sit impar prudentia, par omnium Jus est» (Ep. II° 12°). Appunto Plinio il Giovane — la confidenza del quale, uomo sapiente e integerrimo, coll'Imperatore é un segno dei tempi — nel celebre suo «Panegirico» ci riferisce come nella pratica del reggimento, fosse stato realizzato e sviluppato il principio insito nell'ordinamento istituzionale, che tendeva a porre lo Stato sotto le specie del Fisco, in condizioni di parità nel trattamento giurisdizionale, coi cittadini usufruenti delle «libertates» e in tal modo lo «Jus fisci» in condizioni di approssimata equipollenza collo «Jus Quiritium», compendio dei privati. Vi é, non solo analogia di fôro, ma presenza di effettive garanzie processuali.

«Dicitur actori: atque etiam procuratori tuo: in Jus veni: sequere ad tribunal.

.....

Sors e urna fisco Judicem assignat, licet reicere, licet exclamare: «hunc nolo, quia Caesarem fortiter amat.

Eodem foro utuntur Principatus et Libertas. Quae praecipua tua gloria est: saepius vincitur fiscus, cuius mala causa nunquam est, nisi sub bono Principe.

Ingens hoc meritum, maius illud quod eos procuratores habes, ut plerumque cives tui non alios Judices malint.

Liberum est autem disceptanti dicere: nolo eum eligere.»

.....

Se lo Jus — equamente distribuito — era universale metro di paragone, inevitabile esigenza e conseguenza non solo giuridiche, ma anche politiche (la legislazione delle didici Tavole soddisfece a i suoi tempi, per il popolo Romano, alla istanza politica di una costituzione, che sistemasse la coesistenza fra patriziato e plebe) stavano a reclamar ne l'ufficiale fissazione, la formale certezza. Cui provvide la compilazione effectuata da Salvio Giuliano dell'Editto perpetuo, per disposizione di Adriano, e per impulso dato dall'indirizzo Traianeo. Si trattò di compilazione «intelligente» poiché non era una collezione di norme, sibbene una rassegna della autenticamente utile giurisprudenza del popolo Romano, di una somma dello Jus, raccolto alla viva fonte dei rapporti sociali, giuridicamente crismati come «causae Juris» dall'editto del Pretore.

Traiano e Adriano furono inoltre sensibili a quel problema di cui più avanti é stato fatto cenno e che veniva posto dalla pressione dei barbari alle frontiere dell'Impero.

Duplice ne fù la risoluzione: secondo Traiano l'offesa (sono ben note le spedizioni che, pur con varia fortuna, egli condusse contro i Parti) secondo Adriano la munita difesa che fu possibile anche per l'ampiezza di respiro che alle sorti militari Imperiali aveva data l'azione del predecessore.

Veniva così attuato appieno ciò che era venuto a precisarsi come un dovere della persona e come un'imperativo della funzione Imperiale: la tutela del mondo civile, concluso territorialmente dai confini dell'Imperio, dalle offese esterne ed interne. La proposizione affermata nella età di mezzo dalla Glosa: «Imperator tenetur totum mundum defendere et protegere» il principio per cui la «protectio» unitamente alla «Jurisdictio» costituiva il titolo alla sovranità da parte dell'imperante e alla disponibilità delle cose contenute nell'Impero (res contentae in mundo sunt Imperatoris quoad Jurisdictionen et protectionem), riflettono l'indole cavalleresca della Corona medioevale, e nel corso della evoluzione storica si ricollegano ai criteri informatori dell'azione delle Monarchie «paternaliste» dell'era moderna, nonché all'idea etica di cui é realtà, con le sue provvidenze sociali, lo Stato contemporaneo.

Ma é evidente il rilievo che la origine di queste concezioni, che cosi intensamente hanno influenzato il diritto pubblico moderno, é da collocare nel surriferito momento della storia dell'Impero Romano.

3. L'Impero Romano finì quando si spezzò l'equilibrio fra Occidente e Oriente, cui susseguì la rapida trasformazione Occidentale. Di questa furono molteplici le cause. Ma, oltre allo spopolamento del continente Europeo, certo non ultima fù il corrompersi e il decadere del costume pubblico, derivato dalla equità Imperiale, concepita nel senso della magnanimità, che a Plinio aveva fatto rivolgere a Traiano le espressioni: «hai tali procuratori del fisco che la maggior parte dei cittadini non preferisce altri giudici».

All'incontro, profondamente accorata suona la apostrofe della costituzione di Costantino raccolta dal Codice Teodosiano: «(Tit. 7.°) Cessent iam rapaces officialium manus, cessent inquam...». Dalla stessa emergono, attraverso i divieti, i vari tipi e forme della deprecata venalità dei funzionari: «Non sit venale Judicis velum, non ingressus redempti, non infame licitationibus secretarium, non visio ipsa Praesidis cum praetio»...

Pure in questa luce di estremo crepuscolo, fu un'altro Imperatore Iberico — il lusitano Teodosio da Bràcara Augusta — che, riproducendo singolarmente nei diversissimi tempi quelli che erano stati gli intendimenti di Traiano e di Adriano, — compì un estremo tentativo di salvare l'Occidente e l'unità dell'Impero — e cosa più di ogni altra notevole — promosse le condizioni per cui la civiltà Romana, al suo occaso, trasmettesse alla posterità la propria definitiva parola, che era parola di ordinamento e di giustizia.

Così come Traiano non poté dare il proprio nome alla storica formazione dell'editto perpetuo, benché la stessa fosse il coronamento di una sua opera, le sorti dell' epoca di Teodosio vollero che non lui, ma il nipote Teodosio II° figlio di Arcadio, legasse il proprio nome al Codice.

Quello, poi, che al tempo di Traiano e di Adriano fu un programma generale di salvaguardia del mondo civile, cui fu ispirata coerente azione politico militare: al tempo dei Teodosi non fu ormai più che la reazione ad impellenti necessità.

Il vasto movimento migratorio dei cosiddetti «barbari» era un fatto concreto in corso, favorito dal depauperamento, dallo spopolamento, dalla obliterazione del prisco costume, e dalla penetrazione che i barbari avevano effettuato nel mondo. Il problema diveniva ormai quello di conciliare tale realtà di fatto «in itinere» con la civiltà tradizionale. Fiero compito politico: ma Teodosio lo perseguì e lo condusse a termine con successo e con

gloria per il modo noto con cui seppe — congiungendo le arti di guerra agli espedienti di pace — sistemare in modo coerente alle necessità storiche, la invasione dei Goti del Ponto, a sua volta compulsa dalla migrazione Unna. Se gli Imperatori Occidentali di quel periodo (era ormai prossimo l'anno 476) avessero avuto il carattere, l'aperta visione delle cose, la forza morale di Teodosio, la fusione di elementi barbarici e di elementi aborigeni nel territorio Occidentale, travagliosamente compiutasi durante l'età di mezzo, si sarebbe più ordinatamente e felicemente attuata nella realtà operante di un Impero sopravvivente non soltanto nelle memorio.

Teodosio seppe antivedere anche questa situazione, cioé riuscì a discernere, attraverso la nebulosità barbariche da ogni dove ruinanti, i contorni di quel baluardo civile destinato a costituire la forza dell'Impero Romano trasumanato: la Chiesa di Roma che, in contrapposto alla Chiesa di Oriente, segnò sotto Teodosio il punto della propria risoluta ascesa.

Può essere interessante un confronto: così come Traiano ebbe a proprio consigliere e famigliare il nipote di Plinio il Vecchio, che rappresentava quanto di meglio poteva dare, a quei tempi, una Roma neoclassica, così Teodosio ebbe per intimo consigliere Sant'Ambrogio, che nella sua persona felicemente congiunse, in nobiltà di figura, Romanità e Cristianesina.

In fine Teodosio, proveniente da una delle colonie Romane dedotte ai margini estremi dell'«ager arcifinius» lusitano, laddove esso confinava colle immensità Oceaniche, dimostrò — come più sopra é stato illustrato — le attitudini idonee a promuovere, con illuminata energia, la prima sistembazione dei Goti nel territorio dell'Impero. La stessa sua razza, nei confronti della medesima formazione etnica — I Goti — seppe, nel lume incerto dell'altissimo medio evo e con el sole sue forze, attuare sul proprio territorio una consimile coesistenza e concordanza, che dette quindi, alle popolazioni Iberiche, la energia e la tempra per trionfare, in una lotta di secoli, sui residenti musulmani; si da volgere le alfine disperse forze di tale elemento, in altrettanti motivi vivificatori di quella sua originale civiltà che venne irradiata sul continente Europeo e sul nuovo mondo.

★

Riguardo alla compilazione che va sotto il nome di «Codice Teodosiano» é da osservare che se la raccolta edittale Adrianea aveva inteso a fermare il resultato della più rilevante produzione dello Jus dal vivo della

giurisprudenza pretorile, questa seconda raccolta fissava la produzione delle norme emananti dalla diversa fonte delle costituzioni Imperiali.

La legislazione resultantene — prevalentemente costantiniana e sucessiva — il Codice veniva a presentare in modo tale da rispecchiare unità di momento e coerenza di sistema: infatti i compilatori furono autorizzati a modificare occorrendo, in funzione di tale coerenza, termini e disposizioni di taluni dei testi.

Né soltanto sotto questo profilo é dato ricavare dalla compilazione intenzioni e motivi informatori: ben più interessante infatti é l'apprezzare l'indi emergente atteggiamento della sede Imperiale verso sìa il diritto obiettivo, che il rapporto tra questo e la sua propria posizione e le sue proprie funzioni.

Nel primo senso, la stessa incertezza sulle sorti prossime della convivenza civile determinava, più che la aspirazione, addirittura l'anelito all'«ancoraggio» ad un ordine costituito e formalmente certo, e insieme, alla salvazione dei valori di un patrimonio civile e morale. Con tali occhi si guarda — fino dall'epoca Costantiniana, come é reso manifesto nel titolo XII del Codice — al fenomeno della regolamentazione giuridica tradizionale, anche se offerta dalla lunga consuetudine.

«Venientium est temporum disciplina, instare veteribus institutis. Ideoque cum nihil per causam publicam intervenit, quaé diu servata sunt, permanebunt.»

Ma la sostanza del patrimonio giuridico tradizionale era costituita, oltre che dallo Jus raccolto nelle fonti Ufficiali, dalla massa dei responsa in cui, ai margini della ufficialità delle fonti, si erano fatte acute le menti dei «prudentes».

Per la prima volta nella storia venne, dal Codice, attribuito ai «responsa prudentium» il valore precetti di legge inaugurandosi così una tradizione perdurata fino alle moderne codificazioni, che comportò efficacia di positivi precettti a quei dettami che, all'origine, erano stati personali insegnamenti dei maggiori giuricolsulti romani.

Celebre é la costituzione di Teodosio e Valentiniano (C. T., L. I°, Tit. IV): «Papiniani, Pauli, Ulpiani, Modestini, scripta universa firmamus, ita ut Gaium, Paulum, Ulpianum et coeteros comitetur auctoritas lectionis quae ex omni opere recitatur...»

Noto é il criterio di preferenza introdotto e valevole per la ipotesi di disformi sentenze su lo stesso argomento.

Si dava la preferenza al parere della maggioranza; in caso di equalità, preponderante era la opinione di Papiniano.

Nel secondo senso stette la sollecitudine della sede Imperiale acché la pratica attività ufficiale degli organi dell'amministrazione fosse, quanto meno non patentemente, contraddittoria al diritto obiettivo. A quanto é stato riferito circa l'apostrofé Costantiniana, é da aggiungere addirittura una adizione di positive misure intese a modificare legalmente situazioni giuridiche viziose, costituite dall'abuso di potere o dalle suggestioni dei pubblici ufficiali.

«Praecipimus infirmari — così una costituzione di Onorio o Teodosio in C. Th. 3. 1. 9 — venditiones, transactiones, donationes quae per potentiam exstortae sunt.»...

Parimente Graziano, Valentiniano e Teodosio (ib. 3. 6. 1) liberano da vincoli obbligatori inerenti a sponsali, tutti coloro che vi fossero stati astretti in forza di intervento di chi: «in potestate pubblica positus... parentibus aut tutoribus aut curatoribus aut ipsis quae matrimonium contracturae sunt, potest esse terribilis».

In ciò é implicito un particolare interesse umanitario verso il più debole e indifeso, che la meccanica del mondo di essere sociale travolge: pertanto la somma autorità avoca a sé medesima — a prò di costui — lo sperimento diretto della funzione giurisdizionale:

«Quod si pupilli vel viduae, aliique fortunae iniuria miserabiles, iudicium nostrae serenitis oravernt, praesertim cum alicuius potentiam perhorrescant, cogatur eorum adverserii examini nostro sui copiam facere» (C. L. I° Tit. 10).

Medesima considerazione nell'interesse di miseri litiganti, aveva espirato la singolarissima prescrizione che nei tempi moderni dovrebbe venire molto meditata, per cui (C. Th. 2. 2. 1.): «advocatorum errores in competenti iudicio, litigatoribus non praeiudicant».

Anche sotto questi riflessi, si delineano i tratti della Monarchia che nel medioevo é presidio agli humiliores contro gli eccessi dei feudatari; cavallerescamente protegge la vedova e l'orfano; che in prosieguo di tempo istituisce l'Avvocatura dei poveri.

Peraltro uno dei termini del raffronto col diritto obiettivo non sempre a non soltanto consiste nell'operato concreto di chi é portatore del potere o altrimenti potente: perviene ad essere la stessa attività normativa in cui si esplica la funzionalità della sede Imperiale. Nel raffronto la stessa ricava il proprio orientamento, desunto dalla intima sistematicità del corpo della giurisprudenza.

É da riferire, in argomento, il tenore di una delle costituzioni di

Valentiniano e Valente (C. II) in cui si impartiscono disposizioni per le liti riguardanti il patrimonio Imperiale:

«Si quis rem nostram coeperit lite pulsare Rationali praesente confligat. Quo defensante e controversia agitetur, et Judex eam sententiam decernat quae *Juris aequitas postulaverit.*»

La «Juris aequitas» é di per sé la riprova della rispondenza al vero storico di quella concezione sul diritto propria dei maturi tempi Imperiali, che noi più innanzi abbiamo riferito ai tempi Traianei, come al momento piú caratteristico.

La tendenziale parità di trattamento che al cospetto e al metro dello Jus doveva essere compartita a tutti i soggetti capaci, ivi compreso il Fisco Imperiale, ritorna nei tempi più avanzati con una particolarità di significazione che, addirittura sposando lo Jus alla aequitas, fà di ambedue, in tutta la loro estensione, una categoria universalmente normale, dalla quale la singolarità del privilegio si distacca con note di assoluta eccezionalità.

In questo spirito é mestieri apprezzare il principio fermato in una costituzione Costantiniana, per cui: «Generale praeceptum, beneficio speciali anteferendum est. (C. Th. 1. 1. 4).

La provvidenza singolare, oltre che avvantaggiare un particolare soggetto ai margini del diritto comune, con note più di economità che di giuridicità e sempre più in via di «favore considerato con disfavore», viene dedotto a peculiare effetto nel momento che, sullo stesso obietto che lo concerne, incida un precetto generale. Quest'ultimo allora ha la forza di cancellarlo e di porlo nel nulla, ripristinando, nei confronti della situazione particolare, l'ordinarietà del trattamento universalmente vigente. Nel confronto il precetto generale é quindi prevalente e tale si palesa — in via di conseguenza a promessa — nella esplicazione della funzione Imperiale nel punto in cui essa partecipa della legislazione e della giurisdizione insieme. Cioé nella edizione del responso col quale l'Imperatore risolve una questione di diritto nei termini a lui presentati: attività che andava sotto la forma del «rescriptum».

...«Contra Jus rescripta non valeant, quocumque modo fuerint impetrata».

La norma é di marca Costantiniana, ma il Codice la pone in particolare evidenza, e in una collocazione, sì materiale che concettuale, che é simile a quella delle nostre preleggi (quasi come il consacrato principio della irretroattività: «omnia constituta, non praeteritis calumniam faciunt, sed futuris regulam imponunt». (C. Th. 1. 1. 3) e su cui si trova giusto e necessario insistere come in una professione di fede. «Quaecumque contra

leges a Principe fuerint obtenta non valeant» (I. c.)...» universa rescripta quae in debitorum causis super praestandis dilationibus impetrata sunt, rescindantur cum sit acerbius perurguendi qui mansuetudinis nostrae pudore fatigat, non quod utilitatibus publicis, sed quod suis fraudibus conveniret, aspexerint...». (C. Th. 5. 1. 28).

La lesione della pubblica utilità ad opera del rescritto, rivelatosi illegittimo, fa considerare con nuova attenzione il chiarimento inerente al precetto per cui non valgono i rescritti «contra Jus». Si soggiunge ivi di fatti che: «quod publica Jura praescribunt maxime sequi Judices debent».

Di ulteriore é più ampio significato si arricchisee così la categoria dello Jus publicum, che per traduzione era solo «quod ad statum reipublicae spectat».

Publica Jura divengono gli aspetti del bene giuridico universale di cui tutti i soggetti capaci risultano variamente capienti: la nozione, nell'avvenire, coinciderà con quella di «Jus commune». La categoria contraria che por opposto lo catterizza é data dallo «Jus singulare», cioé dallo Jus che, anziché ammettere il precario «beneficium», radica la «condicio» del tutto particolare entro la quale si svolge la vita di relazione di un determinato soggetto. Ed é, questa, nozione che comprende, ma nel contempo dilata, il tradizionale «privilegium».

Il Codice Teodosiano pone innanzi, nella struttura del loro «Jus singulare», intessuta di privilegi tipici, molti «corpora» e substrato professionale (esempio: medici).

La giurisprudenza tradizionale di cui é ampio riferimento nel Corpus Juris Civilis aveva, come é ben noto, elaborato il concetto di una equipollenza subiettiva tra la societas e la persona. Ma la societas acquisiva un «plus» e assurgeva a dignità di «corpus» per concessione dell'ordinamento giuridico, in quanto lo stesso verificava, nella funzionalità della societas stessa, il soddisfacimento di quello che noi chiameremmo interesse pubblico rilevante.

Allora il corpus veniva a stabilire l'analogia del proprio essere colla entità della «res publica» (Cfr. Gaius D. 3. 4. 1.» exemplum reipublicae») e di fatti i più importanti «corpora» di cui il Digesto appresta gli esempi — come quello dei «Publicani» — svolgono attività indispensabili all'andamento dei pubblici affari e della economia collettiva.

Per ragione delle loro struttura e funzioni, i corpora utilizzavano lo Jus in senso comune o universale in misura più notevole di qualunque altro soggetto: e necessariamente dei propri diritti singolari nella quantità e nei modi derivanti dalla loro stessa costituzione: talché la sfera di questi

ultimi diritti veniva a conformare, nella pratica delle relazioni giuridiche, una entità alla sfera universale sovrapposta.

Nell'età di mezzo, in Italia, la crisi che in alcune parti del territorio determinò, con la decadenza, la carenza dei poteri dello Stato feudale, automaticamente, nel Comune, fece assurgere i privilegi e i diritti singolari degli enti corporativi (Arti) a dignità di diritto pubblico cittadino in senso maiestatico, e l'exemplum reipublicae», che gli stessi tradizionalmente offrivano, a «res publica.

Infine, se la inamissibilità di un rapporto di contradizione tra il contenuto di un rescritto e il diritto obiettivo era alcunché di parimente obiettivo, in sostanza detta obiettività si traduceva in un vincolo per il soggetto (Imperatore) che, sollecitato ad emettere un provvedimento contrario ai precetti generali, non poteva emetterlo, e se cionostante lo avesse emanato, avrebbe dato luogo a una pronunzia radicalmente nulla.

Era pertanto il titolare della sede Imperiale che poneva a se stesso il problema delle relazioni tra la propria attività giuridica e il diritto costituito, ricavandone la conclusione dell'esistenza di limiti costituzionali.

Ma quale poteva dirsi la effettiva estensione di tali limiti? investivano essi la sfera dell'attività Imperiale esprimentesi nei rescritti, ovvero si proiettavano anche laddove l'Imperatore esplicava la vera e propria funzione legislativa a mezzo delle costituzioni? Per ciò la sede Imperiale avrebbe dovuto versare in una situazione equivalente a quella dello antico Fisco, per modo ché la proposizione di Plinio il Giovane fosse resultata modificata in rapporto, non ad una identità di fôro, ma ad una identità di diritto. E un tanto ipotizzandosi, la «libertas» non sarebbe venuta più a significare, per l'Imperatore, assenza da vincoli operanti sia «vi» che «Jure».

Peraltro, in una simile costruzione, quella che noi chiamiamo sovranità sarebbe venuta a inerire, non già all'Imperatore, sibbene alla categoria astratta dello Jus. E in oltre la norma della lex (e quella giurisprudenziale, giusta i principi enunciati dal Codice Teodosiano) avrebbe dovuto essere stata considerata e riguardata dalla «constitutio Imperatorum» alla stregua di una entità suscettibile, più che di modificazioni, di adattamenti ai tempi nuovi e sempre in funzione di una cogente «utilitas publica»; il complesso di queste norme di legge come un aggregato permanente interno al quale le future costituzioni si fossero disposte a guisa di un anello contenente una intermedia zona di rispetto.

Quanto sopra prospettato, in realtà, non si dissociò da un indirizzo storicamente seguito sia dalle costituzioni bizantine, sia da quelle degli

Imperatori Germanici dell'eta di mezzo. Piuttosto i Bizantini preferirono — nella massima e definitiva compilazione — accomodare alle lor proprie esigenze i testi Romani, modificandone il tenore; ed é questo l'operato che va sotto il nome di «interpolazione», travaglio degli studiosi moderni.

Ma vi é di più.

Un dato positivo dell'ordinamento giuridico, resultante da una costituzione di Teodosio II° in cui si contiene una «dichiarazione» in quel senso formale e solenne che é proprio delle moderne carte costituzionali. Il testo non é incluso nel Codice Teodosiano, sibbene nella raccolta Giustinianea, perciò si palesa posteriore all'epoca della prima compilazione di cui appare ricavare dall'esterno e riassuntivamente, come in una veduta prospettica, lo spirito animatore e congeniale. Merita riferirne integralmente i termini:

«Digna vox est maiestate regnantis legibus alligatum et principen profiteri. Adhuc de austoritate Juris nostra pendet auctoritas, et revera majus imperio est submittere legibus principatum. (C. Just. I. 14-9).

É il documento il punto di conclusione di tutto un ciclo di considerazioni a obietto giuridico, filosofico e storico, quali noi siano andati fino a qui esponendo.

Esattamente il piano sul quale si pone é quello della *dignità* dell'Imperatore, nel senso di conformità a principi di etica, remoti dallo arbitrio (digna vox). Questo é il precedente da cui muove l'affermazione: essere *anche* (et) l'imperante vincolato (alligatus) in rapporto alla norma giuridica, sia come persona, sia come soggetto investito degli attributi maiestatici (majestate regnantis). Singolarmente la dichirazione termina delineando una delle più moderne dottrine sulla sovranità che definisce la stessa in quanto ha la possibilità di limitare sé medesima, con una sorta di competenza sulla competenza. Questa, nel pensiero di Teodosio II°, é appunto la più alta affermazione della sovranità (majus imperio). In fine tutto il ragionamento é pervaso dall'essenza di una basilare argomentazione che lo sostiene: stare il titolo o fondamento della sovranità non già in attributi carismatici del titolare del potere (evidente qui la influenza del Cristianesimo per cui il principe evade dalla sfera del «divismo») ma nella supremazia dello Jus (de auctoritate Juris nostra pendet auctoritas).

Al termine di un amplissimo ciclo di storia e di pensiero: dalla lex primitiva emanata dalle Curie, dall'editto del Pretore, dal travaglio secolare della giurisprudenza, dall'attività integratrice delle costituzioni Imperiali, lo Jus perviene ad affermare legislativamente la propria sovranità.

Così l'Impero Romano, all'estremo del suo declino, consegna il proprio testamento civile alla posterità.

★

L'avere confermato — come il Codice Teodosiano confermòcon validità di legge positiva — i responsi dei maggiori giuriconsulti romani, postulava una edizione ufficiale di tali responsi; cosi come é inevitabile che una mano tracci i segni figurativi di un poligono, una volta che ne siano stati fermati gli angoli.

Non si vuole affatto sminuire il valore della definitiva compilazione cui attese Triboniano e che doveva andare quanto il mondo lontana: ma appare doveroso porre in evidenza che, prima che le truppe di Belisario e di Narsete trattassero come terra di conquista quella che era stata la culla della romanità e della latina civiltà: l'Italia, la poderosa redazione del «corpus Juris», sia stata antiveduta e resa imprescindibile dal genio di Teodosio.

Essa, nella priorità del pensiero, prima che nella opera degli Orientali, lo fù degli uomini dell'estremo Occidente coi quali la gloria dell'Impero Romano luminosamente si chiuse e si concluse: merito fù del vostro grande conterraneo, o Lusitani, anzi, o Romani di Bracara Augusta.

A cultura de Portugal na Idade Média através dos cancioneiros primitivos

Por Hernâni Cidade

Quem compara a lírica dos nossos *Cancioneiros* medievais com a provençal que nela, em certa medida, se projecta, e mesmo com os raros documentos líricos que na castelhana lhe são contemporâneos, não pode deixar de notar, na nossa, uma bem maior restrição nos temas e simplicidade nas formas. Os temas, exclusivamente suscitados pelas *coitas de amor* ou por sentimentos com o amor relacionados. Tratando-se de poesia satírica, naturalmente de menor subjectivismo, é excepcional que a crítica ultrapasse o doesto pessoal. Mesmo o próprio D. Dinis, ao contrário de seu avô Afonso X, não vai além de tal limitação. Para os desbordamentos de uma procacidade que nada respeita e é capaz de misturar o *pater noster* com os termos da mais baixa escatologia, bastavam aqueles restritos alvos...

Pelo que respeita às formas, caracterizam-se elas por uma pobreza de ornatos estilísticos que chega à quase completa nudez da linguagem directa, e ainda por uma falta de desdobramento na ideação, que tem todo o ar de tolhimento infantil. São pouquíssimas as excepções.

Tem este desnível sido notado por todos os críticos, nacionais e estrangeiros, em condições de poderem fazer tal confronto — Jeanroy ou Lang, D. Carolina Micaëlis ou Menendez Pidal, Aubrey Bell, Entwistle ou Rodrigues Lapa. Em que eles diferem é na explicação de tal diferença. É ela devida às limitações de uma cultura de menor riqueza e agilidade, porque mais isoladamente erguida da barbárie? Ou resulta de uma intuição próxima do moderno conceito de poesia, que faz consistir sua beleza numa simplicidade de expressão que melhor corresponda à pureza da emoção que a determina?

Escreve o Prof. Entwistle:

> «Se, pois, não podemos atribuir a simplicidade das canções corteses galego-portuguesas à ignorância ou à inexperiência dos poetas nem à imita-

> ção de alguma técnica mais antiga, vemo-nos forçados a concluir que a divergência dos dois estilos é deliberada. A poderosa atracção de qualquer outro ideal sentiu-se até quando o novo ideal era exaltado. Os poetas corteses aceitam em princípio as leis da Gaia Ciência, mas põem-nas em execução parcial e intermitentemente, porque não querem sacrificar certos outros recursos e prazeres poéticos.» (*'Dos «Cossantes» às «Cantigas de Amor»'*, trad. de Álvaro Dória).

D. Dinis, parece, aliás, dar-nos a razão desta restritíssima adopção do provençalismo, ao escrever os conhecidos versos:

> Proençais soen mui ben trobar,
> e dizen eles que é con amor;
> mays os que troban no tempo da frol
> e non en outro, sey eu que non
> an tan gran coyta no seu coraçon,
> qual m'eu por mia senhor vejo levar.

Derivou desta atitude a preferência pela poesia das *cantigas de amigo*, tão alheias, em suas formas mais simples, à influência limosina, e cuja frescura lhe impressionaria a sensibilidade — que, por este mesmo facto, se mostrou de rara finura?

E será apenas atribuível a tal preferência a própria forma que ele e todos os seus pares imprimiam às *cantigas de amor*, assim as diferençando das provençais: a mesma curteza de fôlego lírico, em igual brevidade de quadro expressivo? Seria como se, no século XVI, alguém antepusesse as cantigas e vilancetes da tradição, porque por eles melhor traduzisse sua autenticidade, aos grandes poemas renascentistas, que eram o modelo geral — odes e elegias, églogas e canções... Mas será assim?

Talvez nos pudéssemos contentar com tal explicação, a mais lisonjeira do nosso nacionalismo, se não fora o confronto, que importa fazer, deste e outros aspectos da nossa cultura, com os correspondentes nas culturas estrangeiras.

O que vou dizer radica numa consciência, que procura ser de toda a clareza, da objectiva realidade do Portugal medievo. Nos tempos em que o *Tenebroso* estava muito longe de ser a mais frequentada das grandes vias de comunicação do mundo, e as civilizações e culturas se desenvolviam em torno dos mediterrâneos, era de fatalidade geográfica o nosso provincianismo cultural. Éramos um dos países mais afastados das grandes rotas europeias e que mais circunscreviam o seu convívio ao que lhes pudesse condicionar uma via marítima por onde quase exclusivamente passavam cruzados e comerciantes, mais ocupados de mercadorias do que de ideias.

Resultava de aí, para os tempos de então, um isolamento que — providencialmente! — ao fim e ao cabo, seria a condição de no futuro sermos os primeiros a pôr a Europa em comunicação e convívio com os povos e raças das ilhas e continentes que revelámos...

Voltando ao nosso tema: importa não confundir simplicidade espontânea, natural, adequada às exigências quantitativas e qualitativas da cultura, com simplicidade voluntária, calculada, como aquela com que poetas como António Nobre, Augusto Gil ou Lopes Vieira faziam quadras para as tricanas de Coimbra. Pode uma simplicidade equivocar-se com a outra, tanto mais fàcilmente, quanto ambas se ajustem às medidas postas pelo ambiente intelectual a que se destinam. Entre nós, é ele uno e homogéneo, parece. Um conjunto de aspectos o mostra sem exigências para mais do que aquilo que lhe foi dado, ou por quem mais não podia, ou por quem para nada de mais profundo, e amplo, e alto era estimulado. Daqui mais provàvelmente, o desnível notado pela crítica.

Eu não ignoro os méritos intrínsecos da nossa lírica medieval, nem o valor de alguns dos poetas que a realizaram. Sinto que nela se elaboram temas que ficam muito bem dentro dos moldes em que os fixou a arte do tempo. Assim a cantiga de D. Dinis:

> O meu amigo, amiga, non quero eu
> que haja gran pesar nen gran prazer...
> ... ...
> ca o non quero guarir nen matar,
> nen o quero de mi exasperar...,

prejudicá-la-ia qualque complicação de tema ou de forma. Do mesmo poeta, outra se lê em que a namorada observa, a discreta distância, as atitudes do namorado em diálogo com sua mãe dela, e toda se alvoroça quando o vê olhar, ledo e sorrindo, a sua interlocutora; ou a *cantiga de amor* em que Airas de Santiago, perante certa donzelinha que reza a Deus, pergunta:

> En que vos podia nostro Senhor
> fazer mais bela do que vos fez, senhor?;

e ainda aqueloutra, do mesmo, que exprime o desejo que Deus lhe conte como vividos apenas os dias que viveu a seu prazer com sua *senhor*. Todas estas composições, entre algumas outras, são como ensaios das que subscreveriam mais tarde alguns poetas do '*Cancioneiro Geral*' e até quinhentistas da estatura de Camões.

Também não falta uma ou outra peça lírica em que nos toca um sen-

timento da natureza, que ultrapassa o ingénuo antropomorfismo das *flores do verde pino*. Assim aquele original Airas Nunes, que diz o seu *grão viço e grande alegria, / quando m'as aves cantam no Estio*. É ele ainda quem dá com impressionante autenticidade e força a esperança amorosa que o faz *viver em alegrança;* ele que, em meio de tanta convenção de sentimentos e no domínio do recato, puramente verbal, aliás, do *fazer bem*, grita em liberdade aquele ímpeto de *homem de carne e de sentidos:*

A por quem perco o dormir
... ...
Deus, que bem lhe está manto e saia!
... ...
Se a pudesse alongar
quatro léguas de Crexente!...

E não esqueço todos aqueles temas em que a audácia de um providencialismo indiscreto, que faz intervir Deus nos próprios interesses eróticos, explode em queixas, protestos, blasfêmias, que estremecem de sinceridade empolgante uma poesia que é, por tal motivo, bem portuguesa e bem pessoal, que não é de tópicos, mas de vivências, quero dizer, que assim foi escrita, porque assim foi vivida. Notável, sobretudo, aquela violenta apóstrofe de Pêro Garcia Burgalês contra Cristo, a quem nega a realidade da paixão, porque se não doeu da do poeta, ao arrebatar-lhe a amada.

E da poesia de tipo mais popular, quanta jóia de antologia! Poesia pura, a barcarola de Mendinho, em que, na absorção do pensamento pelo amado que espera, a donzela cerra os olhos às ondas que crescem e ameaçam *a que não tem barco nem remador;* ou aquela alba em que *tôdalas aves do mundo* se associam à festa do coração amante, e as ingénuas confidências das coitas da ausência às *ondas do mar de Vigo*, aos *estorninhos do avelanedo*, às *flores do verde pino*, às *cervas do monte*, sem esquecer aqueles pecados de amor, com toda a gradação que vai desde a mentira à mãe — até à mentira ao santo da romaria... Graciosa — e tão verdadeira! — a cantiga de Viviães, em que as amigas se convidam para a festa religiosa, na qual as mães acenderão *candelas*, enquanto elas bailem em presença dos amados...

Em tal poesia se captam, mais do que no fechado subjectivismo das *cantigas de amor*, vivos reflexos da vida íntima, doméstica e social, na brevidade de uma confidência ou diálogo, em desbordamento de coração amargurado ou contente. Elas são para a sensibilidade moderna da melhor poesia que se escreve noso séculos XII e XIII.

Mas são-no porque, no fastio de uma cultura que parece esgotada, amamos a poesia simples, feita de emoções que a meditação não complica, nem o saber incha, e onde o que há de mais complexo são as pequenas malícias, faúlhas do espírito ladino ao serviço do coração que não cabe no peito sob o acúleo das coitas — e astúcias — do amor, mais fino, por natureza, que os meios de expressão. Em suma, rápidos estremecimentos de almas *sem riqueza adquirida*, obsidiadas por sentimentos primários; a natureza moral, virgem de cultura ou, quando dela provida, reduzida ao mínimo de exibição — para que não exceda o que exigem a brevidade do molde, a simpleza do hábito, o interesse do ouvinte.

Nem há temas que impliquem ou suscitem, para além de modesta medida, a capacidade reflexiva; e se rarìssimamente um ou outro surge, o voo é breve e a asa, longe de desfechar em surto vertical, como que se ergue em espiral muito baixa, no receio das vertigens, quase repetindo em cada volta a visão da anterior. E, por exemplo, a cantiga do João Airas de Santiago:

> Tôdalas cosas eu vejo partir
> do modo en como devian seer,
> e vejo as gentes partir de fazer
> ben que soyan — tal tempo nos ven! —
> mas non se pode o coraçon partir
> do meu amigo de me querer ben.

O poeta enuncia outras separações: das coisas que se amam, da terra a que se pertence, de onde se tem proveito; e invocam-se outras mudanças: dos tempos, dos hábitos de bem fazer, dos ventos e *de toda outra ren*, para repetir, contente:

> mas não se pode o coraçon mudar
> do meu amigo de me querer ben.

Em face destes surtos, que são os de visão mais ampla, podemos perguntar se o poeta não ergueu mais alto voo porque a forma o prendeu ou porque não sentiu anelos de maior altura. Não parece que o teor da composição fundamente resposta mais favorável à sua cultura, que aliás, em nenhuma outra mostra tendência para exceder o nível intelectual dos *Cancioneiros*.

Notemos ainda; há monotonia nos temas, particularmente nos tratados pelas chamadas *cantigas de amor*. Todavia, aqui e além, a monotonia se quebra e a vida invade o estreito âmbito da preocupação do poeta,

como sucede na composição que acabamos de citar. Porque é que, uma vez quebrado o fechado subjectivismo perante a vida, que submerge a convenção, jamais o rompe a cultura, no natural desdobrar da sua riqueza de experiência própria ou alheia, sempre que exista?

Probabilìssimamente, porque os poetas não têm o hábito nem de meditar a primeira, nem de ler os livros que recolhem a segunda.

Mas se atentarmos em questões de forma, é, na verdade, um belo momento de puro lirismo aquela cantiga do clérigo Roi Fernandes:

Quando eu vejo las ondas
e las mui altas ribas,
logo mi ven ondas
al cor por la velida.
Maldita seja el mar
que me fez tanto mal!

Nunca vejo las ondas
nem as altas rocas,
que mi non venham ondas
al cor por la fremosa...

Mas é preciso dizer que se trata de momento excepcional. Os poetas dos *Cancioneiros* não recorrem a imagens, comparações, qualquer espécie de metaforismo que dê novidade, mais força expressiva ao que se quer comunicar. *Lume destes olhos meus* é metáfora a cada passo repetida, apenas uma vez revigorada na expressão—*meu lume e meu espelho*. Quando nos surge a comparação da amada entre as mulheres com o *rubi entre as pedras preciosas*, ficamos espantados pelo imprevisto lampejo da fantasia. Há umas duas ou três vezes a comparação do amigo em coita de amor com um *cervo ferido de monteiro de el-rei*... E pode dizer-se que é tudo!

É claro que, para além disso, há as personificações do coração e dos olhos, a mitificação do amor. Aqueles órgãos do corpo, tanto como este sentimento, são personagens do drama amoroso e às vezes a sua independência resulta de uma atrevida criação da fantasia. Pai Gomes Charinho, ao ausentar-se, deixa o coração à amada e encomenda-lhe que não o esqueça [ao coração]. Airas Nunes queixa-se de que o coração o mata e pergunta-lhe: *Agora que eu moiro, com quem ficados?* Foi Fernandes exclama: *Que dor que agora ei / dos meus olhos*... pois os vai levar, e eles, que já tanto choram, aonde não verão a amada. Tudo isto, porém, apenas requinta hábitos de expressão popular, onde são vulgares tais personificações.

Recursos que melhor qualificam o artesanato poético, são os jogos

verbais conhecidos pelos nomes de *dobre, mosdobre, leixa-pren, ata-finda.* Alguns poetas são engenhosos em tais combinações. Pêro de Viviães escreve estrofes assim:

Por don Foão en sa casa comer
quer ben quer mal que á i de adubar?
Quen mal con ele, nen ben non sol jantar,
e del ben diz nem mal, faz seu prazer;
pois mal nen ben con el nunca comeu,
e d'el ben diz nen mal, muito é sandeu
de ir mal nen ben do seu jantar dizer.

É claro que nestes artifícios o engenho é o da disposição de palavras, que não o da criação de imagens. Seja qual for a dificuldade vencida em tais combinações, foi a paciência, a menos prestigiante das faculdades, que teve aqui seu exercício e triunfo.

De maneira que, se o pensamento reflexivo só raramente sente anelos de voo, se a emoção é fresca, mas o é por seu primitivo naturalismo, a imaginação, essa, não passa da fase do engenho, apenas capaz de jogar com a disposição das palavras, e não de aproveitar relações de semelhança que permitam dar novidade e riqueza à expressão. A cultura geral, na ingénua fase da primeira mocidade, tem ainda apetência que prescinde de excitantes. É o que aos nossos contemporâneos encanta, mas não o que aos poetas culturalmente pode prestigiar...

Ora, não sucedia assim na poesia provençal, nem sequer na castelhana. Mais aberta e rica a temática. E na provençal, ocorrem imagens e comparações como estas, só igualadas em expressividade pela poesia hispano-árabe que a procedeu:

«Assim como a vela que a si própria se consome para dar claridade aos outros, eu canto — e o meu martírio aumenta para aprazimento da outra gente» (Peire Raimon de Toulouse).

Ou esta, de Raimon de Miraval:

«No coração me nasce a chama
que pela boca sai, cantando»

Às vezes, nos confrontos de convenção entre o estado da alma e o estado da natureza, pode um poeta como Peire Vidal florescer em todos estes primores:

«Mas eu amo com toda a minha razão e todo o meu desejo o amor e a juventude e quanto para mim é belo; ao contacto da alegria, todo eu

> vivo e me renovo, como o fruto sobre o ramo, quando as aves cantam: porque no meu coração tenho folhas e flores que todo o ano me conservam em verdura e perfeita alegria — e eis porque nada sinto que me seja doloroso.»

Quanto à lírica espanhola, já no século XIII se exemplicava esta mesma colaboração da imaginação metaforizante e da minúcia descritiva, que ensaia o retrato. E por exemplo, o trecho da *Antologia*, de Menendez y Pelayo, no primeiro volume e datado do século XIII. Fala-nos certo escolar de uma donzela bela como não viu outra. Não se contenta, como os seus pares dos nossos *Cancioneiros*, de a pintar *branca e vermeia* ou *branca e louçana:* descreve-a de *cabelos cortos sobre l'oreia / ...cara fresca como mançana / nariz egual e derecta, / ...oios negros e ridientes / ...labros vermeios non muy delgados / ...por la centura delgada / bien estante e mesurada / El manto e su brial...* E segue a descrição da indumentária, não menos significativamente minuciosa, não menos empenhada na representação da figura integral e viva.

A esta diferença entre os documentos poéticos, corresponde a que se pode observar entre os monumentos arquitectónicos e esculturais, e equivale à que nos oferece o confronto entre os aspectos da cultura filosófica ou científica. Mas poderemos nós admirar-nos?

Lembremos que o reino de Aragão tinha portos sobre o Mediterrâneo, naquele tempo de importância económica muito superior ao *Tenebroso*, que banhava toda a nossa costa; além disso, estendia para além dos Pirenéus os seus domínios e em breve os havia de dilatar pelo sul da Itália, e, mais para o Oriente, chegaria a incorporar em seu património a própria Atenas. O reino de Leão e Castela, muito mais extenso do que o nosso, também era banhado pelo Mediterrâneo, e, tendo na Galiza esse grande foco de vida religiosa e lugar de universal convívio católico que era Compostela — a segunda Roma — dilatava pelo Sul, através da riquíssimo Andaluzia, um poder que não vinha só da amplitude do território, mas da riqueza da cultura, porque, quanto às ciências, à literatura e à filosofia, era superior à cristã a de Árabes e Judeus. Afonso X, o herdeiro desses largos domínios conquistados por seu pai e avô, acolheu com mãos generosas sábios, poetas e artistas, fossem cristãos, judeus ou mouros, e não faltaram em sua corte numerosos jograis, porque também ele era poeta. É esse embate de culturas confluentes que anima de intensa vida e deslumbrante fulgor a sua corte e se projecta para além-Pirenéus, como na sua própria obra de poeta e chefe da equipa dos prosadores que elaboraram a *'Crónica General de*

España', assim como o estimulador dos '*Libros del Saber*'. De excepcional vitalidade o impressionante diálogo das culturas, expresso na própria variedade dos estudos daquela *Crónica*, que vai desde as *Heroidas*, de Ovídio, a *Farsália*, de Lucano e os *Césares*, de Suetónio, até ao simbolismo barroco dos poetas muçulmanos, a severa minúcia dos historiadores árabes e cristãos, sem esquecer os enxertos prosificados dos romances jogralescos, como observa Menendez Pidal.

E não era apenas em palácios reais que brilhavam centros de cultura de vivo poder de atracção e de largas generosidades no acolhimento: era também em palácios senhoriais, quando não prelatícios. Aponta Mestre Menendez Pidal o cavaleiro catalão Hugo de Mataplana, e os castelhanos Diogo Lopes de Biscaia e D. Rodrigo Diaz de Cisneros, protectores de jograis; e Lopes de Haro e Telo Afonso de Meneses são igualmente solicitados, não sem resultado, a liberalidades equivalentes.

Como isto contrasta com a modéstia de Portugal, exemplificada no regimento da corte do genro de Afonso X — o nosso D. Afonso III! Dispunha ele que não tivesse o monarca mais do que três jograis e, ao que viesse de fora a cavalo, fossem dados alguns maravedis, sem dispor de mesa para mais de dois. Proibia-se o acolhimento a soldadeiras, não podendo as estrangeiras demorar-se mais de três dias... É claro que não seria possível a tal modéstia atrair senão os mais necessitados, que não podiam deixar de ser os que não tinham eminência nas letras nem a consequente visibilidade nas crónicas.

Mas pode perguntar-se: sendo as artes plásticas, em Portugal e Espanha, criações geralmente de estrangeiros, e a lírica de elaboração peninsular, não induzirá em erro fazer tal confronto?

A lírica é de elaboração peninsular, mas, posto que em dose mais modesta, também se enriquece mais ou menos com a cultura estrangeira, que, em maior ou menor eficiência, sobre ela exerce a sua acção. É a cultura fruto de convívio internacional, em todas as suas criações. Para ela contribuímos nessa época mais com espíritos superiores do que com ideias originais. Porque Pedro Hispano (Papa João XXI) ou Álavro Pais (se foi português), não podemos dizer que tivessem adquirido em Portugal a cultura que patenteiam em suas obras, realizadas no estrangeiro. Santo António apenas põe ao serviço do seu saber escritural (*Arca do Testamento*, se lhe chamou) a sua empolgante eloquência, com mais vital calor do que novas claridades. A mais rica livraria contemporânea dos trovadores portugueses — a do Mosteiro de Alcobaça — é preciso reconhecer que estava desactualizada quanto à cultura do seu tempo. No século XIII,

de Aristóteles não há nela vestígios; São Boaventura e São Tomás de Aquino, os dois grandes luminares de Teologia católica, o primeiro está ausente e do segundo não está completa a *'Summa Theologica'*. A filosofia e a medicina, a matemática e a astrologia arábico-judaicas, que a escola de tradutores fundada em Toledo pelo arcediago Domingos Gonçalo (Gundisalvo) difunde por todas as Universidade da Europa, só no século XIV são conhecidas em Portugal.

Quanto à literatura e às artes, é sabido que vinham de França à Península os trovadores mais cultos e mais artistas e, na mesma época, os monges de superior ascendência moral, arquitectos e escultores que excediam os nossos em experiência e saber — e na perícia daí resultante. Por fatalidade geográfica, como por condições económicas, era natural que ficassem pelos reinos mais próximos e mais ricos de aquém-Pirenéus — Aragão, Leão e Castela. De nenhum dos trovadores mais eminentes conta a biografia ter passado pela corte de Portugal e de vários se sabe terem estanciado nas outras cortes da Hispânia. Arquitectos e escultores, monges ou leigos, viriam ao chamado das abadias e catedrais mais ricas que deles necessitavam — a Sé de Coimbra e a de Évora, apenas ultrapassadas pela mais opulenta entre as nossas abadias — a de Alcobaça, na construção de cuja igreja, uma das mais imponentes da Ordem, trabalhariam grandes mestres; mas, em obediência aos preceitos de S. Bernardo, que reagia contra o luxo ornamental da arquitectura beneditina, deixaram-na nua em sua grandeza. De qualquer maneira é evidente que, de modo geral, em tais templos, não colaboram tanto os mestres como os aprendizes de Moissac e Chartres. Mestre Mateo, o grande escultor de Santiago de Compostela, não tem quem o iguale no Portugal seu contemporânea. Daquela cidade, que atraía os de maior categoria, com prestígio só excedido pelo da capital da Cristandade, foi-lhes difícil descer até nós, tão distantes e, de princípio, tão pobres. Mais tarde, no florescimento do gótico, em que se filigranou a pedra e os templos se povoaram de figuras cada vez mais perfeitas, de molde a insinuar nos leigos incultos a lição que não sabiam ler nos Livros Santos, é verdade que ultrapassámos a rudeza dos tempos românicos, mas sem atingir, a não ser em estátuas tumulares — a de D. Dinis, em Odivelas, a da Rainha Santa, em Coimbra, as de D. Gonçalo Pereira, na Sé de Braga, do Conde de Barcelos, em Tarouca, e sobretudo a maravilha plástica que são os túmulos e estátuas de D. Pedro e D. Inês, em Alcobaça — a perfeição do gótico nos países de além-Pirenéus. Tais estátuas são obra particular, retratos individuais, que interessavam, assim perfeitos, aos herdeiros que os encomendavam. Não podem testemunhar da altitude

artística do nível da cultura colectiva. Esta, na época dos trovadores luso-galaicos, exprimem-na antes as figuras que ornam as igrejas de Serpins, de S. Miguel ou Santiago ou as que se encostam a colunas na igreja de Bravães, tanto como as dos capitéis do mesmo templo, de Rio Maior e de Vilar de Frades. Comovem por sua ingenuidade, mas estão longe de encantar por sua perfeição. De princípio, aliás, preferíamos, como motivos ornamentais, os geométricos (1), tais como entrançados, bolinhas e outros. A influência moçárabe terá para isso contribuído, mas também é de reconhecer para tal efeito a sua mais fácil realização. Esses motivos têm sua analogia nos que ornamentam os versos do tempo. No *dobre, mosdobre, ata-finda, leixa-prem,* que sobretudo consistem em arranjos de palavras, há qualquer coisa que lembra aquele geometrismo preferido nos *Cancioneiros* às figuras de estilo, como metáforas, imagens ou comparações, tal como aos retratos das bem-amadas, o esquematismo canhestro das fórmulas, — *a bem talhada, a de melhor parecer...* Naturalmente, só depois da forma humana ter obtido nas artes plásticas a representação adequada, procuraram poetas e prosadores pelos meios próprios despertar idêntica emoção de presença. Tudo, porém, sobretudo na literatura, caminhou com lentidão e, quanto a esta, bem se compreende porquê: apenas lhe cumpria narrar a acção. Transportar para a página do romance ou poema, para a própria página da crónica a figura humana integral, em corpo e alma, para isso convertendo a pena em pincel ou cinzel, esse revolucionário tentame iniciou-o entre nós aquele genial cronista que, por sua poderosa intuição de artista e historiador, imprimiu à literatura portuguesa avanço que recuperou a distância em que se lhe tinham adiantado D. Afonso, o Sábio, e seu sobrinho D. João Manuel.

Este nosso Fernão Lopes, sob mais de um aspecto, um poeta em prosa, é o único verdadeiro génio literário com que preenchemos uma parte do espaço de tempo, quase secular, que vai das últimas *trovas* medievais às primeiras *poesias* quatrocentistas. O mais com que se poderá reconstituir, ao menos nas características gerais, a obra poética realizada, só no *'Cancioneiro de Baena'* é possível entrevê-lo. Aí persiste, na verdade, a nossa Lírica — sobretudo representada por Villasandino e o célebre Macias, em sua atitude e técnica, por entre quanto representa a funda e larga inquietação mental da Espanha — desde o dramático embate das ideias

(1) «Raras vezes figurativa [a nossa escultura românica] como na rica iconografia das catedrais francesas e espanholas, reduz-se quse exclusivamente a temas geométricos ou fitomórficos e uma ou outra vez estiliza os animais sob uma inspiração oriental», *'A Escultura em Portugal'*, por Reinaldo dos Santos, vol. I, pp. 10-11.

religiosas e preocupações inquietantes do Além, até as primeiras palpitações do Renascimento, comunicadas por Micer Imperial, sem faltar o drama vivo que cria a poesia fundamente pessoal de um Ruy Paez de Ribera.

O trovadorismo atingira seu *clímax* em D. Dinis. Neto de Afonso X e mais fino poeta do que ele pela sensibilidade, valeu muito menos pela obra cultural que pessoalmente realizou. Ainda aqui é sensível o inevitável desnível entre o representante de uma vida mental animada plo admirável colóquio que na Espanha travavam as culturas cristã, muçulmana e judaica, e o representante de uma cultura quase isolada.

★

Todavia, notemos a diferença de perspectivas e preocupações entre os dois: enquanto o *Sábio*, em Castela, promovia, entre outras obras, a redacção dos *'Libros del Saber'*, o *Lavrador*, em Portugal — a faixa atlântica da Península — semeava o pinhal de Leiria. Para segurar terras que o mar ameaçava? Muito mais — quem sabe? — para arrancar outras à sua misteriosa treva. Ao saber teórico do avô e seus colaboradores, condicionou-lhe o neto a aplicação prática que o fecundou para transcendentes objectivos. Viriam depois os *'Almanaques Astronómicos'*, estes portugueses, que se encontram na Biblioteca de Madrid; e veio o *'Regimento de Munique'*; e vieram os *barinéis* e *barchas* do Infante de Sagres e sua teimosa freima — o mais forte vento a soprar as velas que arrancaram ao Tenebroso os seus primeiros segredos. Vieram, a seguir, a vitória sobre o Adamastor, o descobrimento de Colombo, a viagem do Gama, e logo a de Cabral, e coroando todas estas empresas, a circum-navegação por Magalhães.

A Espanha acorrera à empresa que nós iniciáramos. Havíamo-la preparado, porque, centrifugados do bloco de nações que ela submetera à sua política de hegemonia na Europa, tudo fizemos, com persistência, *saber de experiências feito* e heroísmo, para promover o diálogo imenso dos continentes e dos povos — e a hegemonia sobre todos da civilização mais dinâmica e humanizadora. E a isto veio dar a situação de inferioridade cultural em que por muito tempo a nossa situação geográfica nos obrigara a viver — a fornecer aos povos navegadores da Europa roteiros e pilotos que lhes ensinavam a prática da marinharia; a tornar necessário a vinda a Portugal do cosmógrafo de Carlos V, Alonso de Santa Cruz, segundo sua própria declaração, a interrogar pilotos portugueses para seus estudos de determinação de longitudes, e, portanto, de declinação de agulha magnética.

E informa haver-lhe sido proveitosa — para além da própria previsão... — a conferência com o herói e grande técnico da marinharia, D. João de Castro: «Caballero muy docto y muy curioso, que avia ido a la India muchas veces y avia hecho la descripción dellas de ponto muy grande, poniendo por escripto y en pintura los puertos, rios y baxos que a la entrada y dentro dellos estan, con la historia de las cosas notables de las terras y lugares que en ellas estan, y otro tanto hizo de todo el Mar Bermejo...»

Dir-se-ia que uma divina providência não manteve este povo afastado das grandes rotas medievais do comércio e da cultura, senão para lhe condicionar o rasgamento das dos oceanos e continentes desconhecidos, que multiplicaram as dimensões do planeta. As circunstâncias que lhe determinaram a relativa pobreza material e espiritual de isolado, foram as que lhe facilitaram a *dilatação da Lei da Vida eterna,* — que é a do convívio universal na paz progressiva.

INTERVENÇÕES

O Dr. Feliciano Ramos concordou com as ideias do orador, mas observou que não devemos exaltar demasiado a cultura da Idade Média, porque tem um conteúdo modesto: temos que ser sinceros. Elogiou o trabalho.

Interveio depois o Dr. Xavier Monteiro que se referiu às influências religiosas sobre a poesia dos trovadores. O relator acrescentou que embora tenha havido essas influências, a Igreja não criou pròpriamente um sistema. Recebeu-o como herança e difundiu-o. O teatro litúrgico, p. ex., foi adoptado pela Igreja. Acrescentou ainda que a repetição do verso é muitas vezes imposta pela criação poética, especialmente na criação improvisada.

Toponímia e repovoamento do território

Por Luís F. Lindley Cintra

Por várias vezes, Leite de Vasconcelos, na sua *Etnografia Portuguesa*, aludiu à toponímia como fonte de informações sobre o repovoamento do território português nos séculos XII-XIV. Também Menéndez Pidal se referiu de passagem a um ou outro pormenor da toponímia portuguesa que interessa deste ponto de vista.

Voltando ao assunto, o A. da comunicação procura assinalar a íntima relação em que a fixação de certos apelativos (*vilar, aldeia, alcaria*) está com a época em que foram repocoadas as várias regiões, podendo deduzir-se da sua distribuição geográfica informações interessantes sobre as diversas fases da ocupação do território.

Aspectos de la dominación angevina en Cataluña (1466-1472) la participacion portuguesa en la revolucion contra Juan II

Por Francisca Solsona Climent

En el V Congreso de Historia de la Corona de Aragón que se celebró en Zaragoza el año 1952, detallamos los caballeros italianos y franceses que se alinearon en las filas de Juan de Lorena, hijo de Renato de Anjou, a quien los catalanes sublevados ofrecieron la corona al fallecimiento del condestable Pedro de Portugal (1).

Ahora nos toca dedicar capítulo aparte a los caballeros portugueses que permanecieron en el Principado después de la muerte del rey Pedro y continuaron la lucha bajo las órdenes del hijo de su sucesor Renato de Anjou, el valeroso Juan, duque de Lorena.

De todos estos caballeros se ha ocupado intensamente en sus valiosísimos trabajos sobre el Condestable, Don Jesús Ernesto Martínez Ferrando, Director del Archivo de la Corona de Aragón (2). El presente estudio aporta nueva luz sobre la actuación de estos caballeros gracias a los datos que hemos podido recopilar en la elaboración de nuestra tesis sobre Juan de Anjou, duque de Lorena, lugarteniente de su padre Renato en Cataluña.

De estas figuras destacan principalmente: Juan de Almada, conde de Avranches y Dionisio de Portugal. En un plano menor, Pedro de Deza, Fernando y Juan de Silva y algunos otros más.

---

(1) *Aspectos de la dominación angevina en Cataluña* (1466-1472). — *La participación italiana y francesa contra Juan II de Aragón* por F. SOLSONA. — Zaragoza, 1952. (En curso de publicación).

(2) MARTINEZ FERNANDO, J. ERNESTO: *Pere de Portugal «rei dels catalans», vist a través dels registres de la seva cancelleria* (Barcelona, 1936); *Tragedia del insigne condestable don Pedro de Portugal* (Madrid, 1942); *Catálogo de la documentación de la cancillería regia de Pedro de Portugal* (Madrid, 1954); *Caballeros portugueses en el alzamiento de la Generalidad catalana contra Juan II* (rev. Hispania núm. XLVI).

DON JUAN DE ALMADA, conde de Avranches.

Juan de Almada, hijo de Alvaro Vaz de Almada y de Isabel de Acuña ([3]), que aparece citado en la documentación como «conde de Branxes», recibió en octubre de 1466 el título y consideración de «bon cathalà» por parte de los conselleres de Barcelona, porque «ha virtuosament pugnat per la terra e ja és heretat e conjuguat en aquella» ([4]).

Ello no fué obstáculo para que desde su baronía de Molins de Rey y Sant Vicens dels Horts planteara conflictos al entonces capitán del Llobregat, Juan de Pinós, revolucionando a los payeses en contra de los soldados del caballero catalán, que se vió obligado a denunciar el caso a los concelleres ([5]). Sin embargo, su prestigio no disminuyó, pues los diputados catalanes escribieron a los capitanes del Llobregat que no se inmiscuyeran en los asuntos internos de las baronías por él regidas ([6]) y solicitaron su presencia y consejo en la consideración de graves asuntos ([7]).

A mediados de 1467, el conde Juan de Almada tuvo grandes diferencias con el caballero catalán Pere de Relat, que se hizo fuerte en su castillo de Ciuró. A fin de dirimirlas, los concelleres otorgaron un guiaje a Relat y a sus hijos ([8]) e incluso parece ser que el veguer de Barcelona detuvo momentáneamente al portugués ([9]).

A partir de esta época, la figura del caballero portugués desaparece, ocupando primer plano la de su esposa, «Leonor de Branxes e de Pallàs», hermana del revolucionario conde Hugo Roger de Pallarx ([10]).

El lugarteniente Juan de Lorena le concedió vitaliciamente las baronías de Sant Vicens dels Horts y Molins de Rey, acusando a Juan de Almada de haber abandonado la alimentación de su mujer, que vivía «tant stretament» ([11]); le permitió incautarse del dinero depositado por ciertos rebeldes en la «taula dels comuns depósitos» de Barcelona ([12]); le autorizó

([3]) M. F. *Caballeros*, 50.
([4]) ACA. Gen. Del. 112. f. 175. AHMB. Del. 66, 158v.
([5]) AHMB. Ll. c. o. 1465/66; núm. 35, f. 252.
([6]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 185v.
([7]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 687, 8v.
([8]) AHMB. Ll. closes (1462-1468) 156v.
([9]) AHMB. Ll. c. o. núm. 36 (1467/69) 117-118.
([10]) M. F. *Caballeros*, 53.
([11]) ACA. In. R. 39, 28v. (V. apêndice doc. n.° 1).
([12]) ACA. In. R. 49, 159v.

a nombrar capitanes en los lugares estratégicos de la baronía, recibiendo su homenaje en nombre del rey ([13]).

Tantas prerrogativas debieron alarmar a los concelleres barceloneses, pues a princípios de 1468 enviaron a Berenguer Martí para que informara a Juan de Lorena que «Johan de Branxes posseheix la vila de Molindereig sens algún títol» y era necesario vigilar su posición, dada su proximidad a Barcelona ([14]). Mientras, el caballero portugués se hallaba en Talarn, en el Pallars, de donde era oriunda su esposa, y escribía a los diputados para que intercedieran por él cerca de Juan de Lorena. Los diputados le contestaron que se hallaban dispuestos a ello, pero que el permiso para acudír «al servey del rey de Portugal» debía solicitarlo del conde de Vaudemont, yerno de Renato de Anjou y a la sazón, regente ([15]).

Es de presumir, pues, que con permiso o sin él, el caballero portugués retornó a su patria.

En tanto, en sus posesiones de Cataluña el temperamento belicoso de Deña Leonor causó graves inquietudes a los diputados. Frecuentemente, privaba a sus súbditos de cooperar con el caballero Bertrán de Armendári en la guardia del Leobregat ([16]); se apoderaba de los censales que pertenecían a la abadesa de Santa Clara de Barcelona ([17]); resucitaba de nuevo el conflicto habido con Luis de Relat, de Castellciuró ([18]); cometía tropelías contra sus súbditos pobres ([19]).

No por elo Juan de Lorena dejó de dispensarle favores ([20] y [81]). Fallecido éste, Renato de Anjou desde sus dominios franceses le concedía unos censales pertenecientes al rebelde Galcerán de Requesens ([22]).

Cuando se hizo cargo de la lugartenencia el hijo natural de Juan de Anjou, llamado también Juan, comisionó al bayle de Molins de Rey para que recibiera en su nombre el homenaje de los habitantes de la villa y ordenó a los oficiales reales que administraran sus bienes, aunque permitió que Leonor de Branxes continuara percibiendo sus rentas ([23]).

([13]) ACA. In. R. 53, 34v.
([14]) AHMB. Ll. closes (1462/68) 188v.
([15]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 689, 21.
([16]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 689, 102, 114v.
([17]) ACA. In. R. 42, 78.
([18]) ACA. In. R. 42, 124.
([19]) ACA. In. R. 42, 145v y ACA. In. R. 63, 41.
([20]) ([21]) ACA. In. R. 41, 161v.; ACA. In. R. 44, 16.
([22]) ACA. In. R. 52, 62.
([23]) ACA. Cr. R. núm. 236 y 239 (Caja núm. 4 Juan II).

DON DIONISIO DE PORTUGAL, duque de Montblanch.

Seguramente hijo ilegítimo de Fernando de Deza, supo moverse con gran desembarazo en los acontecimientos de la guerra contra Juan II de Aragón ([24]).

En octubre de 1467 se hallaba bajo las órdenes del duque de Lorena ([25]) pero después se pasó al enemigo. Juan II le atrajo con muchas promesas en Monzón, entre las cuales destaca su confirmación en el oficio de mayordomo mayor de Fernando, su hijo, el futuro rey Católico ([26]).

Al servicio, pues, del rey de Aragón, combatió a las tropas del navarro Gracián de Guerra, capitán de Villanueva y Geltrú, que luchaba a favor de la Generalidad ([27]), aunque pronto volvió a engrossar las filas del duque de Lorena, que lhe concedió los bienes de Juan Ferrer, vecino de Barcelona, adicto a Juan II, además de otras mercedes ([28]).

Juan de Anjou escribió unas semanas antes de su fallecimiento una bellísima carta a «la inclita dona Isabel de Portugal, duquessa de Montblanch, nostra molt cara e molt amada cosina» invitándola a reunirse en el Principado con su esposo, que la echaba mucho de menos ([29]).

La citada dama emprendió el viaje, pues Juan II le concedió salvaconducto para pasar por su territorio e incluso permitió que unos criados de Don Dionís se entrevistaran con ella en Murcia, cuando ya virtualmente el rey de Aragón tenía sitiada la ciudad de Barcelona ([30]).

Después vino el desastre de Santa Coloma de Gramanet, a las puertas de Barcelona, en el cual cayó prisionero, entre otros caballeros adictos a la Generalidad, D. Dionís de Portugal. Más tarde pasó al servicio del rey de Francia y luchó en favor de la independencia de Navarra contra el rey Fernando el Católico ([31]).

PEDRO DE DEZA

Es el primero que alcanza relieve entre los personajes de tan destacada familia lusitana que acompañaram al Condestable Pedro de Portugal

([24]) M. F. *Caballeros*, 76.
([25]) ACA. In. R. 54, 5v.
([26]) ZURITA, *Anales*, lib. XVIII, cap. 27; CALMETTE, *Louis XI*, 318.
([27]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 690, 150 y 160v.
([28]) ACA. In. R. 52, 40 y 61v.; ACA. In. R. 43, 163, 186; ACA. In. R. 63, 33v. Véase también C. R. núm. 225 y 228 (Caja 4 Juan II).
([29]) ACA. In. R. 48, 68v. (Véase apéndice doc. n.° 2).
([30]) ACA. R. 3451, 126v y 127.
([31]) MARTINEZ FERRANDO, *Caballeros*, 86.

en su aventura catalana ([32]). Sin embargo, su estrella declinó al fellecimiento del rey Pedro, como ocurrió a tantos otros portugueses.

Los tres documentos a él referentes contenidos en los registros del lugarteniente Juan de Anjou pertenecen todos a finales del año 1467: en el primero, el doncel Joan Huch de Gapera le denuncia por tenencia ilícita de sus bienes, confiscados por el condestable ([33]); en el segundo, Juan de Lorena comunica a los oficiales reales la licencia concedida — a petición de «Pere Dessa» — al caballero Diego de Castro, sin duda, también portugués ([34]), y en el tercero, ordena a Miguel Cardona, regente de la veguería de Barcelona, la continuación del proceso seguido contra el jurisconsulto rebelde Miquel Pere, a instancia «nobilis dilecti regii atque nostri consiliari Petri Dessa, alias de Portogall ([35]).

De regresso a Portugal, Pedro de Deza contrajo matrimonio con Doña Leonor de Camoens y recobró su nombre la brillantez perdida colaborando con los reyes de la casa de Braganza ([36]).

JUAN DE SILVA

Juan de Silva, inquieto y diligente, desempeñó un papel importante en el Ampurdán durante el efímero reinado del Condestable, aunque se indispuso frecuentemente con los disputados, de cuyas prerrogativas hizo, muchas veces, caso omiso ([37]). Quizá para alejarle de ellos, D. Pedro le nombró embajador suyo en Inglaterra y fué durante su ausencia que su nombre aparece en la correspondencia de los diputados, a petición de Blas Devall, «home d'armes» de Castellón de Ampurias, que le acusó de haberse apropiado de una caballo que le pertenecía ([38]). Tambien el alcayde Fernando Dondino afirmó que Juan de Silva la había despojado de «dos cavals, lo hun de pel castany e l'altre de pel blanch», cuyo valor ascendía a 100 florines de oro ([39]).

([32]) MARTINEZ FERRANDO, *Caballeros*, 60.
([33]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 688, 19.
([34]) ACA. In. R. 54,15v.
([35]) ACA. In. R. 33, 120v.
([36]) M. F. *Caballeros*, 70.
([37]) M. F. *Caballeros*, 87.
([38]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 52 y 55v.
([39]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 70v.

FERNANDO DE SILVA

Como el anterior, hijo de Aires Gómes de Silva y de Doña Beatriz de Meneses, ([40]) debió capitanear fuerzas armadas exclusivamente portuguesas y castellanas, reclutadas éstas a su paso por Castilla, en 1465. La Generalidad de Cataluña le fué hostil, como a su hermano y es probable que regresara a Portugal al fallecimiento del Condestable, después de breves meses de cárcel ([41]). En la correspondencia de los diputados se le cita varias veces, acusándole de apropiación indebida de prisioneros ([42]).

RUY BARBA.

A la muerte del Condestable Pedro de Portugal, la Generalidad arrebató a Ruy Barba — que había defendido valientemente varios castillos en el Ampurdán — sus armas y caballos. Más tarde y después de muchas vacilaciones, se le restituyeron, en presencia del capitán navarro Juan de Armendáriz ([43]). Ruy Barba y los de su compañía — en número de once o doce — continuaron entonces en el Ampurdán, custodiando Castellón de Ampurias ([44]) y rigiendo el castillo de Montroig, cuyas rentas percibían, según concesión de Pedro de Portugal, que Juan de Lorena respetó ([45]).

Los diputados solicitaron información de Ruy Barba para escribir a las autoridades de Sant Llorenç de la Muga y ordenarles que pusieran en *manos del portugués Vasco Rodrigues, primo hermano del fallecido Pedro de Castro, los bienes a éste pertenecientes* ([46]).

OTROS PERSONAJES PORTUGUESES.

GONÇALVO LORENÇ, citado en los documentos como «portugués, olim capità del castell de Sant Salvador e del monastir de Sant Pere de Rodes» se queja a los diputados porque Francesc Sanespleda, su procurador

([40]) M. F. *Caballeros*, 98.

([41]) M. F. *Pere de Portugal*, 96.

([42]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 83v y 154.

([43]) M. F. *Caballeros*, 121; M. F. *Pere de Portugal*, 122; ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 27. A otros caballeros portugueses se les dió dinero para que entregaran los castillos que guardaban a la Generalidad (ACA. Gen. Del. 112, 209).

([44]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 119.

([45]) ACA. In. 53, 9v.

([46]) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 119v.

en el Ampurdán, le pone trabas en la percepción de 23 florines de oro a él pertenecientes (47).

MARTIN DE ÇOZA, convocado por los diputados para acudir en la defensa de Martorell, hacia finales de 1466, juntamente con Guerau de Barberá y otros caballeros de su compañía. Le prometen que el honorable Vallseca les pagará el sueldo en fecha próxima (48).

PEDRO DE SAMBUGA, capitán de Hostalrich, quizá pariente de Diego de Azambuja, militar, guardarropa del Condestable (49).

FERNANDO ALVAREZ. — Facilitó su caballo al Condestable en la batalla de Calaf (50) y éste premió su lealtad concediéndole los molinos que el jurisconsulto rebelde Miquel Pere poseía en Pals (51). Juan de Lorena le confirmó dicha concesión, ampliándola (52).

Citados brevemente también en los registros de Juan de Anjou, duque de Lorena, lugarteniente de su padre Renato en Cataluña, aparecen: «*Petrus Alfonsus*, armiger nostri exercitus, nationeque portuguensis» (53); «*Cascuny, portugués e Sanxo de Caronja*» que cometieron tropelías en Castellón de Ampurias (54) y *Fernando Rodrigues*, de cuyos bienes el mercader barcelonés Esteve Bonet quería incautarse, como represalia a la confiscación de los suyos en Portugal (55).

(47) ACA. Gen. Ll. t. núm. 685, 26v.
(48) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 187 y 187v.
(49) ACA. Gen. Ll. t. núm. 686, 65.
(50) También el caballero Ruy Mora prestó su caballo al monarca en aquella ocasión (M. F. *Catálogo:* doc. núm. 2367).
(51) M. F. *Catálogo:* doc. núm. 2066.
(52) ACA. In. R. 49, 76v y 102v.
(53) ACA. In. R. 41, 171.
(54) ACA. In. R. 62, 84.
(55) ACA. In. R. 43, 137.

Apêndice Documental

Fuentes

a) *Documentales: Archivo de la Corona de Aragón* (ACA)
— Intrusos (In)
— Generalidad de Cataluña (Gen)
Lletres trameses (Ll. t.)
Deliberacion (Del.)
Archivo Histórico de la ciudad de Barcelona (AHMB)
Lletres closes (Ll. c.)
Lletres comuns originals (Ll. c. o).
Deliberacions (el.).

b) *Bibliográficas:* Fundamentalmente, las obras del Sr. Martínez Ferrando detalladas en la nota núm. 2.
Además: ZURITA, *Anales dela Corona de Aragón.*
CALMETTE, *Louis XI, Jean II et la revolution catalane (1461-1473).*

1467, octubre, 24. — Barcelona (ACA. In. R. 39, f. 28v)
El infante don Juan, duque de Lorena e hijo de Renato de Anjou a la noble Doña Leonor, esposa del conde de Abranches, Juan de Almada. — Le concede la plena posesión de las baronías de St. Vicent dels Orts y Molins de Rey, debido al abandono en que le ha dejado su esposo.

Pro domina Leonor de Branxes. — Nos, infant don Johan, etc. Com siam be e plenament informats que vos, noble e molt amada del senyor rey e nostra, dona Leonor de Branxes, de qui.s dien ésser les baronies de Sent Vicens dels Orts e de Molin de Reig, no haveu forma alguna de alimentar a vos e a la casa vostra, ans tant stretament viscau que més no.s poría, ni nos solament de hoyr comportar no podem, per quant lo dit don Joan converteix los fruyts e rendes de les dites baronies en moltes despeses que fa, poc curant, ans del tot abandonat la alimentación vostra e axí sou en tal e tant strem que si per nos del remey deiuscrit no us era provehit manera alguna no haveu de sostiuir la vida vostra, qui vui, per la occasió damunt dita en molta extrema necessitat es posada. E nos, considerants la condició de la casa d.on davallau e encara de qui sou muller, considerants encara que nos, no solament una vegada més moltes havem volgada haver informació de les coses sobredites de persones dignes de fe

e de estima; considerants més avant que a la dignitat reyal se pertany a les coses damunt dites provechir. Per tant, a la humil suplicació a nos per vos feta inclinats, ab tenor de les presents per sostentació de la vida vostra e de vostra casa, vos consignam la dita baronia de Sent Vicens dels Orts ab totes e sengles rendes, fruyts, delmes censos, censals, tasquas, parts, desplets, loymes, terços, molins e altres drets qualsevol e ab tota iurisdicció qui en aquella es, en qualsevol manera e ab tots los vaysalles, penes, composicions e tots e singles proveniments e emoluments, camps, vinyes, boscs, prats, molins, terres, possessions e ab totes e singles coses de aqulla, en tal manera que daquí avant vos tingau per vostra sostentació tota la dita baronía e colliau, rebau e haiau collir e rebre fassau les dites totes e sengles rendes, fruyts, censos, censals, delmes, tasquas, loismes, terçes parts de splets, proveniments e emoluments qualsevol e tots e singles bens, penes e composicions e vassalls, terres, possessions, boscs, vinyes, prats, molins e totes altres coses de la dita baronía e exerciau e exercir fassau per vos o per vostres procuradores e altres officials e ministres que y pugau metre, crear, posar e deputar tota la iurisdicció qui en aquella es acostumada exercir per los predecessors vostres en la dita baronia. E pugau rendre los homenatges de feeltat dels vassalls de la dita baronia e totes les coses sobredites e altres fer e exercir e fer fer exercir sens contradicció e empaig del dit don Johan e de altra qualsevol persona. Car nos als dits vassalls remetem qualsevol homenatge de feeltat que al dit don Johan han prestat e. ls manam que a vos homenatge de feeltat presten e a vos e no a altre obeesquen e de totes e sengles rendes, fruyts, delmes e altres coses sobredites a vos e a vostres procuradores e bailes responguen d.aquí avant integrament e complida. Al qual don Johan, marit vostre, prohibim e manam sots pena de la feeltat de que tengut es al senyor rey e a nos e sots pena de deu milia florins d.or d.Aragó e altra pena al arbitre nostre reservada que d.aquí avant de la dita baronía ne dels vasalls de aquella ni de les coses sobredites ni alguna d.elles no.s empaig ni se entrameta ni en aquelles toc o tocar fassa per sí o per qualsevulla procuradors o ministres servidors seus e altres qualsevol persones, com nos per los respects sobredits vullam, ordenam e manam la dita baronía d.aquí avant vos, dita Leonor tingau en vostres mans e poder per sostentació e alimentació vostres. Manam més avant al portant veus de la nostra general governació, veguer e baile de Barchinona e a tots e singles altres officials e súbdits dels senyor rey e nostres e als loctinents lurs que les dites coses, totes e sengles tinguen e serven, tenir e servar fassen e no y contravinguen ni contravenir permeten per alguna causa o rahó. En testimoni de les quels coses, manam

ésser fetes les presents, de nostra ma signades e ab lo reyal segell pendent segellades. Dades en Barchinona, a XXIIII de octubre en l.any de la Nativitat de Nostre Senyor mil quatracents sexanta set. — Johannes. — Dominus primogenitus et generalis locumtenentis mandavit mihi Ludovico Duranti et vidit eam eciam Johannes May, regens.

1470, diciembre, 5. — Barcelona. (ACA. In. R. 48, f. 68v)

El infante don Juan, duque de Lorena a Isabel de Portugal, duquesa de Montblanc, esposa de D. Dionís, invitándola a venir a Cataluña en cuanto lo permitan las circunstancias.

Lo Primogénit d. Aragó e de les Dos Sicílias, Duch de Calabria etc. — Inclita duquessa, cara cosina nostra. Les operacions loables e continuats serveys dignes de memória que del ínclit duch de Montblanch don Dionís de Portugal, nostre parent molt car e marit vostre, sentim e encara la informació que de vos e vostres virtuts havem, nos mouen en scriure us la present, ab affecció e bon desig que tenim a la alegria, salut, be e repós vostres. E per quant lo dit ínclit duch, vostre marit affecta molt la vostra venguda en aquestes parts e presencia com a cosa per ell molt amada e desijada e a nosis e sería molt accepte, tantost que la disposició sía millor e algún tant més tingam ampliada aquesta senyoría, com en Deu Nostre Senyor e distribuidor de les gràcies speram, per tant, declarant vos aquesta nostra voluntat e la del inclit duch vostre marit, la casa del qual e renom, Déu, dant nos victòria entenem augmentar, vos significam que de continent veurem la disposició e abilitat millor, vos scriurem de vostra venguda en aquestes parts e darem orde a aquella en forma tal que al bon desig del dit vostre marit, repós e consolació vostra será satisfet. E entretant, inclita duquessa e cara cosina nostra, la Trinitat Sancta sía vostra continua protecció. Dada en la ciutat de Barchinona, a cinch díes de deembre le d.any Mil CCCC L XX. — Jehan. — A la inclita dona Isabel de Portugal, duquessa de Montblanch, nostra molt cara e molt amada cosina. — Dominus primogenitus documtenentis generalis mandavit mihi, Roderico Vitali. — Provisa.

Les Abbayes cisterciennes portugaises do XII[e] siècle

Pelo P.[e] Maur Cocheril

Dans ce Congrès qui réunit d'éminents spécialistes de l'histoire médiévale portugaise, il n'est pas nécessaire d'insister longuement sur les difficultés que présente l'étude des origines de l'Ordre de Cîteaux en ce pays. Eelles ont pour cause les légendes propagées par les chroniqueurs, les falsifications et la disparition des documents. On sait qu'il faut être en garde contre tout ce que rapportent Brito et ses émules, mais on ne doit pas non plus ignorer que la plupart de ces légendes ont leur origine au XIII[e] siècle et ne sont, souvent, que la déformation ou la caricature d'évènements historiques. Après avoir accepté sans discussion ces récits autrefois, on est aujourd'hui tenté de les rejeter tous en bloc ou, au moins, d'adopter à leur endroit une attitude négative et de les ignorer. Je crois que la vérité tient dans un juste milieu. Par exemple si Alcobaça a été fondé en 1153, année de la mort de saint Bernard, on pourrait hésiter à voir l'action de l'Abbé de Clairvaux dans cette fondation tardive. En fait, pour se conformer aux prescriptions de l'Ordre en matière de fondation D. Afonso Henriques a dû présenter sa demande au Chapitre Général de 1151, au plus tard. Les Abbés enquêteurs firent rappor l'année suivante. Ces formalités étaient nécessaires et devaient être remplies avant l'octroi de la charte de fondation. Par conséquent en 1151 au moins saint Bernard était d'accord pour l'établissement d'un monastère à Alcobaça. Voici d'autres exemples: l'intervention de saint Bernard dans le tracé du plan d'Alcobaça s'explique par la similitude de ce plan avec celui de Clairvaux. Celle des anges qui enlevèrent la nuit les cordes ayant servi à délimiter l'emplacement du monastère est la transposition d'un fait incontestable: les moines s'établirent d'abord à Chiqueda, à 2 ou 3 kilómetres du site actuel.

L'absence de documents est plus grave puisqu'elle rend difficile la solution de quelques problèmes essentiels. Les manuscrits conservés à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne doivent être consultés avec précaution. Ce ne sont souvent que des répétitions de récits incontrôlables. Quant aux ouvrages imprimés depuis la *Chronica de Cister*, si quelques-uns témoignent d'un effort pour se dégager des affabulations, la plupart demeurent en dépendance de Brito. Sans chercher à pousser le tableau au noir on doit admettre que le bilan — en ce qui concerne la documentation de première main — est presque négatif.

La première tâche qui s'impose consiste à mettre de l'ordre dans le fatras des légendes et d'essayer de déceler les parcelles de vérité qu'elles contiennent. Il convient ensuite d'établir la liste des monastères et de reconstituer la chronologie des fondations. Le développement économique d'une abbaye se traduira par des agrandissements et des embellissements des édifices. Sous ce rapport l'étude des plans est nécessaire. On y découvre souvent les traces des périodes de prospérité et de décadence. Il importe encore de tenir compte du recrutement monastique. L'église prévu pour 40 moines devra être agrandie si ce nombre atteint le double. Il faudra remanier le sanctuaire et le transept pour y installer des chapelles si le nombre de prêtres augmente puisque la discipline antique ne permettait pas de célébrer la messe deux fois le même jour sur un autel sans graves raisons. On n'ira pas chercher ailleurs les motifs qui ont amené les moines de Clairvaux à jeter à bas le chevet plat de leur église pour y subtituer une abside à chapelles rayonnantes au lendemain de la mort de saint Bernard qui n'admettait pas d'autre plan que celui qui porte désormais son nom: «Plan classique bernardin». L'ensemble des constructions monastiques est un miroir qui reflète admirablement l'évolution de l'abbaye. Si l'on peut retrouver les traces des remaniements et reconstituer les étapes des transformations, on évitera de regrettables anachronismes. Pour m'en tenir à Alcobaça, on devra admettre qu'il a vraiment été influent dès le XII[e] s. si les édifices actuels ont été entrepis à cette époque avec l'ampleur que nous leur connaissons. Si, au contraire, le plan du XII[e] siècle prévoyait un monastère plus modeste et si on parvient à reconstituer, au moins dans une certaine mesure, ce que j'appelerais volontiers Alcobaça I, on aura de précieux indices qui s'ajouteront à ce que nous savons sur le comportement *certain* des premiers souverains et sur l'évolution économique des *coutos*. On tiendra compte encore des évènements qui ont perturbé le développement normal du monastère et influé sur son évolution postérieur, par exemple le massacre des moines et la destruction des constructions en 1195.

Même l'histoire de l'art, surtout quand il s'agit d'un monument aussi important qu'Alcobaça, gagnera à la correction d'une chronologie fautive.

Pour suppléer à l'absence des documents on dispose heureusement de moyens de contrôle qui fournissent une certaine marge de sécurité. Ce sont les coutumes de l'Ordre cistercien, les prescriptions des Chapitres Généraux, les documents, authentiques ceux-là, tels que les comptes rendus des Visites Régulières ou les Définitions capitulaires concernant l'un ou l'autre de nos monastères. Ces Définitions, malheureusement, ne nous apportent pas toujours les éclaircissements désirés et parfois posent elles-mêmes des problèmes. Voici deux exemples pour l'annés 1227: l'Abbé d'Alcobaça et celui de Tarouca sont chargés d'enquêter au sujet de la construction d'un monastère de moniales projetée par la fille du roi du Portugal. On ne nous dit pas de quelle fille du roi, ni de quel monastère il s'agit. En cette même année l'Abbé d'Alcobaça demande au Chapitre l'autorisation de changer l'emplacement de son abbaye. Les Abbés de Tarouca, de São Pedro das Aguias et de Salzedas sont désignés pour visiter le nouvel emplacement et prendront la décision qui leur semblera la meilleure. On voit quelle difficulté surgit ici. Traditionnellement c'est en 1223 que les moines quittèrent Santa Maria a Velha pour occuper le manastère actuel. L'inspection confiée aux trois Abbés suppose un emplacement *où on se propose de construire*. On devrait en déduire que les travaux n'étaient pas commencés en 1227. Ceci est difficilement admissible. Le manuscrit consulté sur ce point par l'éditeur des Définitions capitulaires est le codex 926 de la Bibliotheque de l'Arsenal de Paris provenant de l'abbaye des Feuillants où il fut transcrit à la fin du XVIII[e] siècle. On signale que les Définitions, à partir de l'année 1220, ne sont pas très sûres. Il est évident qu'il y a une erreur de copiste. On ne trouve aucune trace, ensuite, du rapport que les Abbés devaient présenter au Chapitre. Il faudrait retrouver d'autres collections qui permettraient de corriger cette date. Peut-être y a-t-il confusion entre Ere Hispanique et Ere du Christ et doit-on lire 1189, mais nous sommes en désaccord avec la tradition qui assigne l'année 1178 comme début des travaux. Du moins cette Définition confirme qu'il y a bien eu changement d'emplacemnt à Alcobaça et cela tardivement, après 1170 puisque l'Abbé d'Aguias fait partie de la comission d'enquête. Elle nous rassure aussi sur un point très important: les règles concernant les fondations et les translations d'abbayes étaient scrupuleusement respectées au Portugal comme partout ailleurs, ce dont ne soufflent pas mot les chroniqueurs.

Il reste encore une chose de très grande importance. Je veux parler

de l'unité qui caractérise l'Ordre cistercien et qui se trouve exprimée en ces termes dans le plus ancien texte législatif élaboré par les Pères Fondateurs: «Nous voulons donc, dès à présent... qu'en toutes nos actions il n'y ait aucune différence et que nous vivions unis par la même charité, la même règle et *les mêmes usages*». Cette unité est un des caractères essentiels de l'Institution cistercienne. Pour la préserver les Chapitres édictèrent très tôt des normes auxquelles tous devaient obéir. Une véritable jurisprudence s'élaborait en même temps au moyen des sentences prononcées contre ceux qui y contrevenaient. Il fallut aussi déterminer des règles concernant les fondations, leur emplacement, les relations avec le pouvoir temporel, l'évêque et les voisins, les garanties juridiques préservant dans l'avenir la propriété et l'intégrité des terrains donnés par les fondateurs. On établit une hiérarchie entre les monastères. La nouvelle abbaye devenait *fille* de celle qui la peuplait. L'insigne monastère de Cîteaux était «la Mère de toutes les Eglises de l'Ordre». Chacune de ses quatre premières fondations devenait à son tour chef de filiation. L'Abbé Père gardait un certain droit de contrôle sur sa fille. Il en faisait la Visite Régulière chaque année et veillait àu maintien de l'Observance, corrigeant les abus et faisant son rapport au Chapitre. Celui-ci qui se tenait une fois par an à Cîteaux groupait tous les Abbés de l'Ordre et chacun pouvait donner librement son avis. Enfin, le même souci d'unité dans les usages finit par imposer des règles concernant la disposition des bâtiments dans le monastère, ce qui assure entre toutes les abbayes cisterciennes une remarquable unité dans le plan.

Ainsi donc nous possédons un ensemble de textes législatifs, de règles, de coutumes, qui permettent de confronter les récits des chroniqueurs avec la réalité et de faire le départ entre la vérité et la fantaisie. Sachant comment les choses se passaient ailleurs pour fonder un monastère, on peut affirmer qu'il en allait de même au Portugal. Et aussi, en examinant les plans d'églises et de monastères que nous possédons en grand nombre, on peut reconstituer avec certitude l'aspect des abbayes portugaises disparues ou reconstruites sur le tard. Même Alcobaça n'échappe pas à cette loi.

Fondée en 1098, l'abbaye de Cîteaux ne commença à prospérer qu'en 1112, quand saint Bernard y entra. Il fonde Clairvaux en 1113. Contrairement à ce qu'affirment les Chroniques, il ne manifeste d'abord aucun intérêt envers la péninsule ibérique au contraire. Nous possédons une lettre adressée à l'Abbé de Preilly, Artauld, en 1127, dans laquelle il déconseille une fondation en Espagne: «J'ai entendu dire que vous vouliez fonder

une abbaye en Espagne avec des moines de votre sainte communauté. Je me demande avec un grand étonnement par quel motif, d'après quel conseil, pour quelle utilité, vous avez l'intention d'exiler vos enfants dans un pays si lointain» (Lettre 75).

Nous allons raisonner en examinant la chronologie des abbayes espagnoles, et spécialement de celles de Galice placées dans la filiation de Clairvaux. Cela nous aidera à comprendre ce qui s'est passé au Portugal au XII[e] siècle. On admet communément que Moreruela est la première fondation en Espagne (1132). Saint Bernard aurait donc changé d'avis à cette époque. Mais la date de 1132 ne repose que sur une assertion de Manrique (*Ann. Cist. 230*). Le premier document authentique concernant Moreruela est une donation d'Alphonse VII en 1143. Il n'y est question, comme ce sera le cas au Portugal, que de l'observance bénédictine, sans la clausule mentionnant la règle cistercienne. Si la véritable date de la fondation de Moreruela doit être reportée à 1143, ce qui me semble probable, la première abbaye espagnole est Fitero, en Navarre, fille de Clairvaux par l'intermédiaire de Lescales-Dieu (1141). La même années Osera, en Galice, est affiliée à l'Ordre et placée dans la dépendance de Clairvaux. Il faut signaler, en passant, que la tendance en Espagne comme au Portugal, est de vieillir les monastères. On ne peut accepter sans contrôle des chronologies qui frisent parfois l'absurdité, telle celle de l'abbaye de la Oliva, en Navarre, qui aurait été fondée en 1135 par Lescale-Dieu, elle-même fondée par Morimond en 1137. Saluons cette enfant précoce née deux ans avant sa mère et lisons 1150 à la place de 1135.

Les affiliations, car il n'est pas questions de fondations proprement dites, se multiplient. Je prends comme dates extrêmes 1141, première manifestation *certaine* de l'activité de Clairvaux dans la péninsule, et 1153, première attestation *certaine* de la présence de Claravalliens au lieu dit Alcobaça. En ces 12 années Clairvaux s'agrège 8 monastères, dont 5 en Galice. J'indique ces dernières sans trop garantir l'ordre chronologique: Osera (1141), Sobrado (1142), Melón (1142), Meira (1143), Monte de Ramo (1153). Il faudra ensuite attendre 1162 (Armentera), 1185 (Oya) et 1225 (Acibeiro) pour trouver de nouvelles fondations *directes* de Clairvaux. On peut conclure de cela:

A — En 1127 saint Bernard déconseille de fonder dans la péninsule. Cela suffit pour corriger Brito qui date la fondation de Tarouca en 1120.

B — Moreruela fondée en 1132 me paraît un «accident». Ce monastère serait demeuré isolé pendant 9 ans. Puis, entre 1141 et 1153, nous avons en Espagne un total de 17 fondations avec ce que j'appellerais deux

périodes «de pointe», l'une entre 1141 et 1144, l'autre en 1152 et 1153. Ces deux périodes coincident justement avec la mention *certaine* de la présence de Claravalliens au Portugal. Si Moruela n'est fondée qu'un 1143 nous n'avons aucune abbaye en Espagne avant 1141. A fortiori on en peut conclure qu'il n'y en avait pas non plus au Portugal. C'est Clairvaux qui montre le plus d'activité, et cela dans l'ouest, particulièrement en Galice. On ne devra donc pas s'étonner que les monastères portugais soient dans sa mouvance et que les périodes d'activité de l'abbaye française coincident avec la chronologie normale de celles du Portugal.

Pour l'établissement des moines en un lieu quelconque nous avons à considérer deux cas. Ou bien il s'agit d'une fondation proprement dite, ou bien c'est une affiliation. Dans le premier cas des moines s'établissent en un endroit quelconque où il n'y a rien. Ils doivent être 13: un Abbé et 12 moines, parmi lesquels 4 prêtres. Des convers peuvent les accompagner. Ils défrichent le domaine et construisent le monastère. Le vocable de celui-ci est toujours *Santa Maria*. Quand il s'agit d'une affiliation nous avons une communauté préexistante. Ce sont d'ordinaire des bénédictins ou des ermites. Le nombre de cisterciens peut être réduit, surtout dans les années où les affiliations sont nombreuses. Mais c'est toujours un cistercien qui est Abbé. De plus tous les moines affiliés passent à l'Ordre. Les bâtiments, s'ils ne sont pas conformes aux normes cisterciennes, doivent être modifiés et, au besoin, on en reconstruit. La hiérarchie est celle de tous les autres monastères: un Abbé, un Prieur. La nouvelle Maison passe dans la filiation de celle qui a envoyé les réformateurs. Les formalités préliminaires ont lieu comme pour une fondation. En somme, il n'y a aucunes différences entre fondation et affiliation, sinon que souvent, dans ce dernier cas, le monastère conserve son ancien vocable. Je remarque que tous les nouveaux monatères espagnols sont des affiliations et que tous sont dans la lignée de Clairvaux, preuve évidente que c'est cette abbaye qui intervient directement.

Les Définitions capitulaires fournissent des indices que des tentatives de fondation eurent lieu au Portugal en dehors de celles que nous connaissons. Malheureusement les précisions manquent et on ne peut identifier le lieu et les donateurs. En 1220 un chantre de Lisbonne demande à fonder une abbaye qui sera placée dans la filiation d'Alcobaça. Les enquêteurs sont les Abbés d'Osera, d'Oya et de Melón. Ce monastère devait donc être dans le nord du pays. En 1221 c'est l'archidiacre de Braga qui manifeste le désir de fonder à son tour. Les enquêteurs sont les Abbés portugais d'Alcobaça, de Seiça et de São Pedro das Aguias. J'ai déjà signalé

la demande d'une fille du roi en 1227. Mais nous n'avons aucun trace de rapport et nous ignorons si ces demandes concernent des monastères qui furent effectivement érigés. On sait aussi qu'il y eut une tentative malheureuse à São Pedro de Mouraz. Les moines partirent et le roi manifeste son mécontentement dans une charte octroyée à la cathédrale de Viseu. L'affaire se passait avant 1152 et l'intervention directe de Clairvaux est attestée. L'année suivante D. Afonso Henriques y fera allusion en termes un peu vifs dans la charte de fondation d'Alcobaça. Mgr de Oliveira a aussi signalé la trace d'une autre fondation dans le diocèse de Coimbra, sans qu'on sache quoi que ce soit à ce sujet.

Dans le Portugal du XII[e] siècle il se passe exactement la même chose qu'en Galice. Peut-on dire que le Minho est alors véritablement une frontière? D. Afonso tente de s'emparer de la Galice. Il est vainqueur à Val-de-Vez et Alphonse VII de León, pour préserver son territoire, s'incline devant son compétiteur et lui reconnaît en 1143 le titre de roi, à Zamora. L'histoire religieuse de la Galice et du nord du Portugal se confond pendant longtemps, marquée par la rivalité entre Braga et les grands sièges épiscopaux galiciens. Il n'y a qu'une différence: par suite de l'hostilité de Sisenand, l'Alvazir mozarabe de Coimbra, l'abolition du rite hispanique décidée au concile de Burgos (1077) se fait plus tard au Portugal. Quant aux monastères, ils ont dû, mais peut-être aussi avec un certain retard, abandonner les anciennes règles pour adopter celle de saint Benoît comme l'a décidé le concile de Coyanza (1050). Il doit y avoir beaucoup de confusion. Nous trouvons peu de monastères importantes et Cluny ne paraît guère. Par contre, comme dans le reste de la chrétienté occidentale à cette époque, il y a de nombreux groupements d'ermites dirigés par un chef. Certains de ces groupements, en France, passent à Cîteaux. Il est remarquable que presque tous les ermitages entrent dans la filiation de Clairvaux, *même après la mort de saint Bernard*. En voici quelques-uns: l'Ordre de Savigny, d'abord congrégation d'ermites, les diverses fondations de saint Etienne d'Obazine et de Géraud de Sales, (Cadouin, Grandselve), Le Relec, Bégard (filiation de Cîteaux), Fontenay, Reigny, Vauclair, Les Dunes, Froidmont, Valparaiso (Clairvaux). «Il y eut autrefois de tels liens entre le désert et Cîteaux, écrit un cistercien, que les nôtres, s'ils sortaient de Cîteaux allaient au désert, et que les ermites, quittant la solicitude, venaient à Cîteaux». Il n'est donc pas étonnant que les groupements érémitiques de Galice et du Portugal se soient adressé à l'Ordre cistercien quand ils éprouvèrent le besoin d'adopter une règle monastique et

que Clairvaux qui se trouvait déjà implanté dans l'ouest de la péninsule les ait accueillis dans sa filiation.

Brito ne parvient pas à dissimuler complètement l'existence des ermites de la Beira. Il veut faire de Tarouca une fondation directe de Clairvaux, mais les huit envoyés de saint Bernard s'adressent à un solitaire qui porte le surnom significatif de *Cirita*, terme archaïque désignant un ermite. Les plus anciens textes que nous possédons mentionnent tous des ermitages. En particulier une donation de 1133 ou 1135 est adressée à *vobis ihñi magistri et hñi cirita*. Elle concerne l'ermitage de Santa Comba. Plus tard on a fait de «*homini*» *cirita* «*oanni*» *cirita* et on a imaginé que João Peculiar,fondateur de Lafões, et João Cirita, sont les bénéficiaires de la donation en question. En 1137 Lafões est clairement désigné comme un ermitage. Sever qui dépendait de Tarouca était aussi peuplé d'ermites qui acceptent la règle de Cîteatux quand São João l'adopte. En 1144 D. Afonso Henriques donne à Tarouca, alors gouverné par l'Abbé João (sans qu'il soit fait mention de surnom de Cirita) l'ermitage de Santa Eul! lia, près de Louredo. On y trouve la clausule suivante «secundum ordinem Cisterciensem Deo servientibus». C'est la première fois que Cîteaux apparaît dans un texte authentique au Portugal. Les Claravelliens sont nommés en 1147. On trouve parmi les confirmants d'un acte de cente des *Fratres claravelenses* et le *Prior eorum in taurauca commorantes*.

Pour dissiper quelques difficultés au sujet de ces documents on peut dire ceci: bien que les Cisterciens, à l'origine de l'Ordre, aient été parfois confondus avec des groupes d'ermites au point que des chartes de fondation, comme par exemple celle de Bonnevaux (1120), les désignent par l'expression *fratres eremitae*, on ne peut admettre cette confusion au milieu du XII[e] siècle sans preuves formelles. A cette époque l'Ordre comptait environ 150 monastères et nul n'aurait songé à confondre Clairvaux avec un ermitage et saint Bernard avec un chef de groupement de solitaires. Il semble donc exagéré de traduire *eremita* par *cistercien*, et de conclure à la présence de moines de cet Ordre à Lafões en 1135 ou 1138, avec João Cirita comme Abbé, parce que les chartes sont adressées à des ermites. Toujours à-propos de Lafões on trouve en septembre 1137 un Abbé nommé João, et le mois suivant un Prieur qui est justement João Cirita (ejusdem loci Priori). On voudrait y voir deux personnages différents. Je crois qu'il y a ici une erreur. Dans un monastère il y a effectivement lieu de distinguer entre l'Abbé, Supérieur de la communauté, et le Prieur, moine désigné par lui pour l'aider et, au besoin, lui supléer en cas d'absence ou de maladie. Si Lafões était vraiment une abbaye cister-

cienne ou bénédictine en 1137 nous aurions véritablement deux personnages portant la même nom, un Abbé et son Prieur, mais on ne comprendrait pas que le document de septembre soit adressé à l'Abbé et celui d'octobre au Prieur puisque une donation, par principe, indique toujours le chef de la communauté. De surcroît Lafões, aux termes de l'acte du mois d'octobre, n'est pas une abbaye, mais un ermitage. Ne confondons pas la hiérarchie monastique avec celle qui pouvait exister chez les ermites. Les mots «Abbé (Père) et «Prieur» (Premier, Chef) peuvent légitimement désigner ici la même personne et les deux actes passés à un mois d'intervalle ne se contredisent pas. Il reste une autre difficulté à laquelle, en passant, j'ai fait allusion au sujet de Moreruela. Certains documents spécifient que les moines observent la «Règle de saint Benoît». Plus tard on voit apparaître un correctif «suivant la coutume de Cîteaux». Les Cisterciens sont véritablement des Bénédictins et on pourrait admettre qu'une fois ou l'autre un document se borne à mentionner la Règle sans distinguer l'observance. Mais si le cas se répète on doit, par prudence accepter les termes tels qu'ils nous parviennent et attendre que la coutume de Cîteaux soit clairement indiquée, sous peine de commettre un anachronisme. En Galice l'évolution se fait de la manière suivante: ermites, puis bénédictine, enfin cisterciens. Il semble bien qu'il en va de même au Portugal. Nous en avons un exemple remarquable fourni par la Milice d'Evora. Cette Milice que Brito fait fonder sans preuves par D. Afonso Henriques, son soi-disant frère naturel Pedro Afonso, et João Cirita, en 1162, à Coimbra, n'est peut-être à l'origine qu'une confrérie de chevaliers comme on en trouve à cette époque dans l'est de l'Espagne. Une fois installée à Evora elle adopte la règle bénédictine sans autre précision. C'est en 1187 seulement qu'une bulle mentionne Evora parmi les possessions de Calatrava. Cette fois nous sommes fixés: Evora est devenu cistercienne en adoptant la règle de Calatrava. Pour employer notre langage cistercien je dirais qu'Evora est *arrière-petite-fille* de Cîteaux par Calatrava (*petite-fille*) et Morimond (*fille*). On ne voit pas intervenir Alcobaça dans cette affaire. Plus tard quand, pour des raisons politiques, la Milice d'Evora devenue l'Ordre d'Avís se séparera de Calatrava elle sera soumise à l'Abbé d'Alcobaça, mais le principe fondamental de filiation sera respecté et nous dirons qu'Avís/Evora est *arrière petite-fille* de Cîteaux par *Alcobaça (petite-fille)* et *Clairvaux (fille)*. J'ai un peu l'impression de jouer à l'officier de l'état-civil avec cette histoire de grand'mère et de petite-fille, mais il n'y a pas d'autre langage à tenir quand il s'agit de filiation cistercienne, et notre premier soin, quand on étudie un monastère cistercien, est

de dresser son arbre généalogique. Comme pour les grandes familles c'est quelquefois assez compliqué et certaines abbayes sont séparées de Cîteaux par huit ou neuf générations. On peut cependant toutes les suivre et connaître ainsi avec certitude le monastère qui en est à l'origine.

Pour Tarouca nous savons qu'il y avait des cisterciens en cet endroit en 1144, que l'Abbé se nommait João, que les moines venaient de Clairvaux et que le Prieur, donc le substitut de l'Abbé (car cette fois la hiérarchie monastique doit être respectée), se trouvait en cette même année près du roi avec quelques-uns de ses frères. On a imaginé que ces Claravalliens avaient simplement trouvé un abri provisoire à Tarouca puis, se sentant mal à leur aise dans ce couvent où ils séjournaient en qualité d'étrangers, auraient demandé asile au roi et fondé ensuite Alcobaça. Rien ne le prouve. Au contraire ce serait opposé aux usages de l'Ordre.

Les Chroniques prétendent que Cirita aurait accueilli les étrangers à Lafões, les aurait aidés à s'établir à Tarouca, aurait pris l'habit cistercien, aurait fondé Salzedas et peut-être d'autres monastères dans la Beira. On n'est pas tout-à-fait d'accord sur la première fondation, les uns tenant pour Lafões, les autres opinant pour Tarouca. Voyons les filiations. Peu importe quel aurait été le premier monastère. Admettons que ce soit Lafões. De Lafões les Cisterciens passent à Tarouca. São João devient ainsi fille de Lafões. Puis Cirita, Abbé de Lafões (d'autres disent de Tarouca) fonde Salzedas qui devient à son tour fille de Lafões, ou petite-fille si c'est Tarouca qui fonde. De toutes manières la filiation est simple: un monastère de la Beira fonde tous les autres. La réalité est différente: les tables de l'Ordre donnent à Clairvaux quatre filles directes au Portugal: Tarouca, Alcobaça, Lafões et Salzedas. Cela veut dire que l'abbaye française a fondé ou affilié par elle-même, et non par intermédiaire, ces quatre monastères. Plus tard les trois abbayes de religieuses, Arouca, Lorvão et Celas seront aussi des filles directes de Clairvaux. On voit qu'il n'y a aucun crédit à accorder aux Chroniques.

En ce qui concerne la chronologie des fondations, en nous en tenant aux indices fournis par les chartres, nous considérons São João de Tarouca comme la première abbaye portugaise, certainement fondée en avril 1144. En même temps qu'elle dut être affilié Sever, l'ermitage qui en dépendait et avait adopté la règle de saint Benoît trois ans plus tôt. Ce monastère vivota pendant près d'une siècle et disparut. Il n'en demeure aucun trace. Vient ensuite la tentative de fondation à São Pedro de Mouraz, tentative qui échoua, mais qui avait été faite avant 1152 par Clairvaux. Il ne semble pas qu'il s'agisse d'une affiliation, du moins les termes de la donation

C.M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

du roi ne mentionnent pas la présence d'un ermitage ou d'une communauté quelconque en cet endroit. Notre quatrième monastère est Alcobaça dont pe parlerai tout-à-l'heure. La chartre de fondation est datée du 8 avril 1153. Avec Mouraz, Alcobaça est la seule fondation directe de Clairvaux au Portugal. São Cristóvão de Lafões est désigné comme monastère bénédictin en 1161, mais une bulle du 18 oût 1169 le reconnaît cistercien. La petite abbaye de São Pedro das Aguias nous intéresse vivement, non pas qu'elle ait joué un rôle important. En 1216 sa situation matérielle était si précaire que le Chapitre Général chargeait l'Abbé de Clairvaux de décider s'il ne convenait pas de la supprimer *(prout utilitati et honestati Ordinis)*. En 1227 son Abbé demandait l'autorisation de la transférer en un autre endroit. Le Chapitre déléguait les Abbés de Tarouca et de Salzedas pour étudier l'affaire. C'est aussi en 1227 que le Chapitre confiait à l'Abbé d'Aguias et aux deux autres que je viens de nommer le soin de visiter l'emplacement où l'Abbé d'Alcobaça désirait un monastère, le sien ou un de sa filiation, on ne peut décider car le texte de la Définition capitulaire est ambigu *(abbatia monachorum in praedio suo)*. Il me paraît impossible, je l'ai déjà dit, que ce soit en 1227 qu'on ait envisagé de construire Alcobaça au confluent de l'Alcôa et de la Baça. On ne sait de quel monastère il s'agirait. Si l'on pouvait établir la chronologie exactte de São Pedro das Aguias il serait possible, puisque son Abbé faisait partie de la commission d'enquête, de connaître le monastère désigné ici. Peut-être la Définition est-elle mal datée. On sait qu'en 1170 Aguias état encore bénédictin. Ce n'est qu'en 1206 qu'il apparaît pour la première fois dans les actes du Chapitre que nous possédons. On peut raisonnablement supposer qu'il fut affilié vers la fin du XII^{e} s. L'abbaye de Santa Maria de Aguiar a été fondée au XII^{e} siècle, soit par D. Afonso Henriques, soit par le roi de Léon. On en a fait une «fille» de Morrela, de Valparaiso, de Boulbonne (en France) et de Tarouca. Comme on le voit on n'est pas du tout fixé sur l'origine de ce monastère qui fut si souvent rappelé à l'ordre par le Chapitre Générale. Il est néanmoins certain qu'il ne devint portugais qu'à la fin du XIII^{e} siècle, quand la frontière fut rectifiée dans la région de Riba-Côa. On le plaça alors dans la filiation de São João de Tarouca. L'abbaye de Salzedas a une histoire très compliquée. Les chroniqueurs ont singulièrement embrouillé le problème en vulant faire intervenir ici João Cirita. De surcroît il y eut changement d'emplacement comme le prouve encore aujourd'hui l'existence d'un lieu dit «Abadia Velha» à près d'un kilomètre du monastère actuel. Il est inconcevable d'imaginer la coexistence de deux abbayes cisterciennes si rapprochées

quand le Chapitre interdisait d'en construire à moins de 10 lieues de Bourgogne. Laissant donc de côté les Chroniques un peu trop fantaisistes nous nous en tiendrons aux termes des documents connus. En juin 1155 et le 26 janvier 1161 on y trouve la règle bénédictine. Dans une bulle de 1196 le monastère est cistercien. Son Abbé se nomme João Fernandes. Santa Maria de Seiça a dû être d'abord un monastère bénédictin fondé aux environs de 1162, peut-être par D. Afonso Henriques. C'est le Ier mars 1195 que D. Sancho I donna Seiça à Alcobaça. Santa Maria de Bouro, dans le Minho, semble avoir connu aussi la vie érémitique. puis la règle bénédictine . Il a pu y avoir changement de site. Ce monastère a une histoire qu'il sera certainement difficile à retracer. J'en arrive à me demander si ce ne serait pas lui qui serait visé par la Définition de 1227. Je rappelle ausi pour mémoire qu'en 1221 l'archidiacre de Braga manifestait au Chapitre son intention de fonder un monastère. Or Bouro est proche de Braga. Mais il ne pourrait être question que de la construction sur l'emplacement actuel car Bouro apparaît dans les Actes du Chapitre dès 1208. Je crains fort, d'alleurs, que cette hypothèse ne vaille pas grand chose et qu'il soit plus sûr de fixer l'affiliation de ce monastère à la fin XII[e] siècle, sous le règne de D. Sancho I. Je situerais aussi volontiers l'affiliation de Fiães à la fin du siècle, entre 1173 et 1194. Ici encore il y aurait une énigme qu'on aimerait pouvoir résoudre: Fiães se trouve dans la filiation de Tarouca, mais une grange du monastère porte le nom d'Alcobaça, ce qui implique l'action des moines d'Estremadura. Fiães est le seul monastère de la lignée de Tarouca qui en ait fondé un autre, Ermelo, au XIII[e] s. Un autre couvent, sans grande importance, Macienra Dão, passa des bénédictins aux cisterciens en 1188 et fut placé dans la lignée d'Alcobaça. Je ne pense pas qu'il soit possible d'augmenter cette liste. Tous les autres monastères ont été fondés ou affiliés après le XII[e] siècle, quoi qu'en aient écrit les chroniqeurs. Il est possible que d'autres tentatives aient eu lieu dont on n'a pas gardé le souvenir. Je crois, en définitive, que la demande du chantre de Lisbonne au Chapitre Général concerne le petit monastère de São Paulo de Frades «ou Almaziva) situé près de Coimbra. Je rencontre deux dates pour sa fondation et deux fondateurs. On hésite entre 1163 et 1221, et on ne sait si la fondation est l'oeuvre de D. Pedro Soares, évêque de Coimbra (1192--1233) ou de D. Fernando «chantre de Lisbonne». Le vocable de São Paulo contredit une fondation car, dans ce cas, ce devrait être «Santa Maria». Mais la mention de la pétition du chantre en 1220, dans les Définitions capitulaires, concorde trop bien avec ce que disent certains auteurs pour

qu'on puisse beaucoup hésiter. On devrait donc dire que São Paulo était aussi une affiliation dont le passage à Cîteaux aurait été favorisé par D. Fernando en 1221, après confirmation par le Chapitre.

Voici la table des abbayes avec leur chronologie approximative, car on ne saurait être catégorique sur ce dernier point:

1 — São João de Tarouca (avril 1144), fille de Clairvaux.
2 — São Tiago de Sever (1144), fille de Tarouca, ligne de Clairvaux.
3 — Santa Maria de Alcobaça (avril 1153), fille de Clairvaux.
4 — São Cristóvão de Lafões (entre 1161 et 1169), fille de Clairvaux.
5 — São Pedro das Águias (après 1170), fille de Tarouca, ligne de Clairvaux.
6 — Santa Maria de Salzedas (entre 1161 et 1196, fille de Clairvaux.
7 — Milice de Évora (1187), fille de Calatrava, ligne de Morimond.
8 — Santa Maria de Bouro (fin du XII[e] s.), fille d'Alcobaça Clairvaux.
9 — Santa Maria de Fiães (entre 1173 et 1194), fille de Tarouca, Clairv.
10 — Santa Maria de Seiça (1195), fille d'Alcobaça, ligne de Clairvaux.
11 — Macieira Dão (1188), fille d'Alcobaça, ligne de Clairvaux.

Sauf Alcobaça, tous ces monastères sont des affiliations.

ALCOBAÇA

J'ai volu trater à-part l'abbaye d'Alcobaça. J'avoue être un peu gêné car je crois honnête de donner franchement mon opinion sur les origines de ce monastère. Il faudrait ici un long développement, ce que ne permet pas une simple communication. J'espère pouvoir bientôt publier un travail sur ce sujet et y joindre une documentation graphique indispensable. Qu'on veuille bien m'excuser de me borner à exposer le problème et à résumer mes conclusions.

Si j'en crois les Chroniques, et aussi la plupart des historiens modernes, Alcobaça eut une enfance heureuse, devint très vite une abbaye florissante favorisée par les premiers rois. Les chroniqueurs écrivent des pages qu'on dirait empruntées à la Légende Dorée. Saint Bernard chérit tellement cette enfant qui réjouit sa vieillesse qu'il envoie ses architectes pour bâtir l'église dont il dessine lui-même les plans. Les anges

s'en mêlent et prennent la peine d'indiquer un emplacement meilleur que celui qui avait d'abord été choisi. On est libre d'avoir son opinion sur ces récits naïfs, mais l'imposant complexe architectural qu'on peut toujours admirer et surtout l'étonnante similitude, au moins apparente, qui existe entre Alcobaça et Clairvaux, obligent à admettre que tout n'est pas faux et qu'il y a amplification, embellissement, mais non pas invention. C'est ici qu'il convient de recueillir les plus minimes indices certains et d'interroger le monument lui-même.

La charte de fondation est passée au nom de saint Bernard et il a certainement donné son accord aux formalités préliminaires. Lui seul, en sa qualité d'Abbé du monastère fondateur, était habilité pour cette décision après avoir reçu du Chapitre Général l'autorisation de fonder. Nous retiendrons la date de 1153 comme celle de l'établissement des moines puisqu'il est maintenant admis que les récits concernant le voeu du roi avant la prise de Santarém sont des légendes. On s'accorde encore à reconnaître que la donation primitive n'avait pas l'ampleur de ce qui devait devenir au siècle suivant les fameux *coutos*. Quand les moines choisirent l'emplacement le lieu devait être à-peu près désert, autrement les coutumes de l'Ordre ne leur auraient pas permis de s'y installer. Nous savons aussi qu'ils s'établirent à une certaine distance du site actuel, peut-être à Chiqueda comme le veulent les Chroniques. Le monastère provisoire est connu sous le nom de Santa Maria a Velha. Le changement d'emplacement était fréquent, il en fut de même à Cîteaux et à Clairvaux. La chronologie traditionnelle nous donne les dates suivantes: 1178, début de la construction du nouveau monastère; 1222, consécration de l'église; 1223, installation des moines.

Voici quelques remarques à ce sujet. On peut accepter la date de 1178. Il fallait que les moines puissent d'abord défricher une partie du domaine afin d'assurer leur subsistance. Presque tous nos monastères ont connu une période plus ou moins longue entre l'arrivée des fondateurs et la construction de l'abbaye définitive. On acceptera aussi l'année 1223 pour l'installation. Par contre la consécration n'a pas eu lieu en 1222, mais de 1252 seulement. Ceci se déduit d'une note du *Chronicon Conimbriense* (Era M^a CC^a nonagesima — 1290 — 1252) et du nom des deux évêques consécrateurs, Egas Fafes, de Coimbra (1247-1268) et Aires Vasques, de Lisbonne (1244-1258). L'Abbé d'Alcobaça était alors D. Egas Rodrigues (1251-1252). L'achèvement des travaux nous mène donc jusqu'au milieu du XIII^e siècle.

Même réduite aux constructions du moyen âge, l'abbaye d'Alcobaça

est l'une des plus grandes de l'Ordre. Son église compte au nombre des cinq ou six dont les dimensions sont exceptionnelles. Celles des plus importants monastères d'Allemagne ne dépassent généralement pas 80 ou 85 mètres. Si elle a été bâtie après les *lieux réguliers* comme il est normal, elle avait été réservée sur le plan et, comme toujours, on déduit les dimensions approximatives de ce plan de la longueur de la nef. Celle-ci, en effet, avec la porte des moines et celle des convers à chacune de ses extrêmités nous donne la longueur de la galerie du cloître de la lecture augmentée ou non, suivant le cas, de la largeur de la ruelle des convers. Dans le tracé du plan on avait donc prévu un édifice absolument hors de proportions avec ceux des abbayes contemporaines. Ceci suppose d'abondantes ressources financières. La situation économique du royaume et celle d'Alcobaça en 1178 les permettaient-elles? C'est douteux. Les moines, à la fin du siècle, n'avaient défriché que dans un rayon de 2 kilomètres autour de l'abbaye. Quant au royaume il était en formation et les guerres incessantes qui remplirent cette période ne favorisaient pas le développement économique.

Le site du monastère peut-il nous apporter des précisions? Alcobaça est bâti à l'extrêmité d'un massif qui sépare les deux rivières. L'église est au point le plus élevé, exactement à la cote 42 d'après la carte d'état-major. Le réfectoire et la cuisine au point le plus bas, environ à la cote 30. Pour bâtir le monastère on a dû faire de grands travaux de terrassement. Les moines disposaient-ils en 1178 d'une main-d'oeuvre suffisante pour ces travaux? Là encore j'en doute.

L'abbaye jouissait-elle alors de l'influence qu'on s'accorde à lui reconnaitre? Tout à la fin du siècle elle s'est agrégé trois monastères peu importants. Elle est encore isolée dans son domaine. La situation exceptionnelle de celui-ci lui permet d'espérer un brillant avenir, mais ce n'est qu'un espoir. La sagesse interdit aux moines de s'engager à la légère. Est-elle aidée et favorisée par les souverains? Je ne sais si D. Afonso Henriques disposait de ressources suffisantes pour financer l'établisement d'un monastère de cette importance. Quant à D. Sancho I, son sucesseur, il semble qu'il ne se montra pas favorable aux moines. Le Chapitre de 1208 se plaint des troubles qu'il provoque et de l'appui qu'il prête à l'Abbé de Bouro qui brigue le siègle abbatial d'Alcobaça. Celui de 1209 est encore plus ferme. Il dénonce la conduite du roi qui, dit-il, «afflige l'Ordre en quantité de choses». Il charge l'Abbé de Cîteaux en personne d'intervenir auprès du souverain pour le prier de montrer «une plus grand révérence» et il demande au Pape d'écrire en ce sens à D. Sancho. C'est son succes-

seur, D. Afonso II, qui inaugurera ce qu'on peut appeler la «politique cistercienne des souverains portugais».

Il reste un dernier point. Les moines jouissaient-ils de la paix et de la sécurité nécessaires pour mener à bien des travaux aussi importants? Certainement pas. Il y a toujours à craindre les incursions des musulmans. Elles se produisent jusqu'à la fin du siècle et il en est une, surtout, celle de 1195, qui a des conséquences très graves. Les moines sont massacrés. Les constructions déjà faites sont rasées. J'accepte la date de 1195 contrairement à Alexandre Herculano qui opine pour 1190 car je trouve une Définition capitulaire de 1197 qui excuse les Abbés de la péninsule absents «propter incursionen paganorum». Il est vraisemblable que ce sont les Abbés de l'ouest qui sont ici en cause puisque le soin de transmettre la décision du Chapitre est confié à celui de Aguiar.

Je conclus que ni le site, ni la situation économique et politique, ni la faveur royale, ne permettent d'envisager au XII[e] siècle un monastère aussi important que celui que nous connaissons. Les bâtiments mis en chantier en 1178 devaient avoir des dimensions moindres. En supposant une église d'environ 80 mètres de longueur nous obtenons quand même une abbaye de bonnes dimensions. Elle peut s'établir sur son éperon sans trop déborder ce qui réduit considérablement les travaux de terrassement et représente une économie certaine. Peut- on vérifier sur la plan ce que j'avance? Je pense que cela est possible. Pour simplifier j'appèlerai désormais Alcobaça I le monastère du XII[e] siècle, et Alcobaça II celui qui existe aujourd'hui.

Nous possédons assez de plans d'abbayes sur lesquels on a pu indiquer les étapes de la construction. Après les *lieux réguliers* indispensables, dortoir, réfectoire, etc. on bâti la partie de l'église réservé aux moines. Il y a eu une période d'arrêt souvent indiquée par un changement de parti dans la construction, et même dans l'appareil. Les travaux ont ensuite repris derrière une cloison provisoire. Dans quelques monastères l'église n'a pas été achevée. On remarque sur ces plans que souvent le mur de la nef opposé aux édifices claustraux a été arrêté à la hauteur du choeur des moines, tandis que l'autre est poursuivi beaucoup plus loin. Ceci est logique car c'est contre ce mur que se trouve le cloître où les moines se livrent à la lecture. Sans pouvoir donner plus de précisions j'indique tout-de-suite que souvent ce mur nous fournit la longueur totale de la nef. Dans l'église d'Alcobaça II nous avons clairement l'indication d'un arrêt à la hauteur du 9[e] pilier en partant de l'entrée. Les culots qui supportent les piles des voûtes sont différents et les piliers aussi. On

relève d'autres indices comme des différences dans les écartements, dans les largeurs. Mario Chicó, pour sa parte, a aussi indiqué des traces de remaniements dans les bras du transept. Mais il y a autre chose bien visible sur le plan: l'épaisseur des murs et le profil des piliers engagés dans ces murs ne sont pas identiques d'un bout à l'autre de l'église. Dans le collatéral sud, celui qui est opposé aux édifices claustraux, le changement de parti se fait à la hauteur du 8e pilier. Dans le collatéral nord, il a lieu au niveau du 4e. Or une des anomalies les moins explicables de notre église c'est l'étroitesse des collatéraux. Dans les églises cisterciennes ces collatéraux sont assez étroits. Ils ne servaient que pour la circulation puisque l'Ordre n'admet pas de processions dans l'église. Cependant il y a toujours une relation entre la largeur de ces collatéraux et celle de la nef centrale. Si l'église est très grande, comme à Clairvaux III, ils atteignent jusqu'à 5 mètres. Sur le plan coté de l'église de Maulbronn, bel exemple du type classique bernardin, je relève les rapports suivants entre la nef centrale et les collatéraux: 8,50 m et 4,95, pour une longueur totale de 65, 28 m. Nous voici loin du rapport d'Alcobaça II. Les collatéraux de la petite église de Tarouca font presque 3 mètres. Ceux d'Alcobaça fond à peu près 5 mètres dans la partie récente, mais n'atteignent que 3,40 dans la plus ancienne. L'église mesure 106 m de longueur et 21 m de largeur (Pereira de Matos). Celle de Clairvaux III atteint 25 m. Mais dans les deux églises les nefs ont la même longueur. Il y a donc à Alcobaça II un déséquilibre dans le rapport des proportions, déséquilibre encore plus sensible si on compare les mesures à l'intérieur. La nef ne fait plus que 17,22 m. Par ses proportions en largeur Alcobaça devrait être une église moyenne. Fontenay mesure 66 m par 19, Morimond, 84 × 17,50, Poblet, 85 21. Ce ne sont que des exemples pris au petit bonheur. On a l'impression que l'église d'Alcobaça II a été étirée en longueur, de même qu'elle a été étirée en hauteur. Le raccordement de l'abside en hémicycle ne se fait pas comme à Clairvaux, et ici les proportions ne sont plus les mêmes. Il est évident, comme l'ont fait remarquer plusieurs de ceux qui ont étudié cette église, que l'abside circulaire s'est substitué à une autre à chevet plat. C'est d'ailleurs ce qu'on a fait à Clairvaux III. Les bras du transept présentent à leur tour quelques anomalies: l'écartement entre les piliers n'est pas le même partout. Dans d'autres église on constate que pour augmenter le nombre de chapelles on a élargi le transept dans sa partie occidentale. Cela s'est fait à Clairvaux III. Il en a été de même à Cîteaux II, mais seulement dans le bras septentrional. Ce remaniement ne peut se faire dans les deux bras que si les travaux du transept sont menés en

même temps que ceux du reste du monastère ou si on l'a prévu dans le plan. En effet on ne peut élargir le bras qui est attenant au cloître sans réduire celui-ci et c'est la raison pour laquelle à Cîteaux II, on a remanié simplement la partie septentrionale. La largeur du transept d'Alcobaça II, avec une nef centrale, un collatéral et des chapelles, présente le même parti qu'à Clairvaux III. Elle a été prévue dans le plan. Tous ces travaux, à mon avis, n'ont été entrepris qu'après 1195, c'est-à-dire quand on a dû repeupler l'abbaye ruinée par les musulmans. Le maître d'oeuvre venait certainement de Clairvaux, car parmi toutes les églises de l'Ordre Alcobaça est la seule qui soit une copie aussi fidèle — dans le plan — de celle de l'abbaye française. Mais quand les chroniqueurs affirment que saint Bernard envoya au Portugal ses maçons avec le plan de son église, de quelle église de Clairvaux s'agissait-il? Ce n'était certainement pas la 3e qui ne fut entrepise qu'après la mort du saint. On sait aussi que toutes les églises de la filiation claravallienne construites du vivant de saint Bernard sont à chevet plat. Bien entendu l'abside d'Alcobaça aurait pu être circulaire dès l'origine puisque Clairvaux III était terminé, pense-t-on, vers 1174. Le raccordement, avec une différence de parti dans l'épaisseur de mur, contredit cette hypothèse. Nous sommes ainsi amené à envisager la solution suivante: l'église d'Alcobaça I aurait été une église de dimensions moyennes, à chevet plat. Elle reproduirait en plan celles du type classique bernardin. Rien ne s'oppose à ce que ce soit cette similitude avec les autres églises de la filiation claravalienne qui soit à l'origine de la légende, car je crois que l'histoire du plan dessiné par saint Bernard est aussi une invention. Quand le monastère fut repeuplé après 1195 par des moines dont certains devaient venir de Clairvaux, la Maison-Mère, on opta pour le plan de l'église française. Les dimensions du chevet circulaire dépendaient a celles du chevet plat primitif, ce qui explique assez le désaccord entre les deux églises. Pour le reste on utilisa les fondations déjà existantes. Malgré leur rage de destruction les musulmans n'avaient tout-de-même pas été jusqu'à détruire les fondations. J'ai dit que le monastère devint prospère au XIIIe siècle. Le nouveau plan devait tenir compte de cette prospérité facile à prévoir. De plus les terrains défrichés s'étendaient à une bonne distance autour de l'abbaye et les conditions économiques n'étaient plus les mêmes qu'au milieu du siècle précédent. On pouvait voir grand et même on comptait peut-être sur l'aide du roi dont les soeurs devaient bientôt fonder trois abbayes de nomiales. Je crois que les difficultés causées aux moines par D. Sancho I sont dûes à ses querelles avec son clergé. Ce n'est qu'un épisode qui a pu entraver momentanément la

marche des travaux, mais qui n'influait pas sur le tracé du plan décidé plus tôt. Ainsi donc nous aurions eu à Alcobaça deux églises qui, toutes les deux peuvent être dites *copies de Clairvaux*, et qui, toutes les deux aussi, ont pu avoir comme architecte un convers claravallien.

Cette thèse semble vraisemblable. Pour la vérifier il suffit de reporter sur le plan d'Alcobaça II le schéma du plan classique bernardin. On suppose la nef s'arrêtant à la hauteur du 4e pilier, là où il y a un changement d'épaisseur. Le chevet du sanctuaire est tangeant à la couronne circulaire formée par les piliers que nous connaissons. Les bras du transept, plus courts, s'arrêtent aux piliers extrêmes au nord et au sud. Le collatéral du transept n'existe pas encore et le mur occidental se trouve à l'emplacement des piliers actuels. Dans les bras nous avons quatre chapelles disposées deux à deux comme dans la majorité des églises de l'Ordre. Les dimensions obtenues sont approximativement les suivantes: 73 m par 21 m. Le transept ferait environ 36 ou 37 mètres. On peut comparer avec Fontenay: 66 × 19 × 30. Le rapport des proportions redevient normal. Il en va de même pour le volume intérieur. La nef centrale et les collatéraux sont conformes à ce qu'on trouve dans les églises de ce type. Le transept aussi.

On en est évidemment réduit aux conjectures en ce qui concerne l'élévation, mais le plan suggère une église semblable à celles qui existent encore et dans lesquelles la nef centrale, comme l'a signalé H.-P. Eydoux, est à peu près deux fois plus haute que les collatéraux. Enfin, en prenant la longueur de la nef comme étalon et en supposant une ruelle des convers qui existait dans la plupart des abbayes du XIIe siècle, on peut assez facilement retrouver les dimensions de l'abbaye primitive. Il est clair que ce n'est qu'une hypothèse qui demanderait à être vérifiée par des fouilles. Mais ce n'est pas un pur effet du hasard, à mon sens, si les proportions de cette église supposée cadrent aussi parfaitement avec celles des autres églises de ce type, au point qu'on évoque irrésistiblement celle de Fontenay un peu moins grande. Alcobaça II ne serait d'ailleurs pas la seule église de l'Ordre qui aurait connu cet étirement auquel j'ai fait allusion. Le plus bel exemple est certainement celui de l'abbatiale d'Ovila, en Prusse, qui atteint des dimensions considérables en longueur, mais dont le plan primitif, analogue à celui que je crois reconnaître au Portugal, est facile à distinguer sous les remaniements postérieurs.

Encore une fois je dois vous prier de m'excurser de ne pouvoir apporter de plus amples développements, ni étayer ma démonstration par des exemples. Je me propose de le faire après avoir étudié sur place le monas-

tère. Je me borne à conclure. Alcobaça I, par ses dimensions et le plan supposé de son église, correspond parfaitement au type normal des abbayes moyennes de la filiation d'Alcobaça avant les agrandissements et les transformations du XIII[e] siècle. Réduite à ces proportions elle ne présente plus ces anomalies que les archéologues constatent sans les expliquer. Ce monastère moyen pouvait être construit sans grands frais sur l'éperon rocheux où il se trouve, contrairement à celui que nous connaissons dans lequel il a fallu adopter des solutions batardes comme, par exemple, la disposition en gradins du sol de la salle des moines. Enfin il est encore conforme à ce que nous savons du développement économique qui ne pouvait permettre l'investissement de sommes considérables au XII[e] siècle. Si le plan de notre église est bien celui que je pense nous aurions ainsi au Portugal au moins quatre abbayes du type classique benardin: Alcobaça, Tarouca, Fiães, Salzedas. Dans cette dernière église les chevets du sanctuaire et des chapelles sont en cul-de-four, mais cela ne modifie pas le type et crée simplement une variante dont il existe ailleurs d'autres exemples. Peut-être faudrait-il y joindre la petite église d'Ermelo.

Quoi qu'il en soit si l'on ne peut admettre que saint Bernard est l'auteur du plan d'Alcobaça comme l'affirment les chroniqueurs, on doit du moins reconnaître que l'église primitive, et elle seule, est conforme à l'esprit du grand Abbé de Clairvaux et que c'est en ce sens qu'il faut interpréter la vieille légende.

INTERVENÇÕES

O Prof. Reis Santos disse da presente comunicação:

«Elle prouvre la thèse que j'ai déjà soutenue, que nous n'avons pas de gothique.

Vous avez apporté des éléments complètement nouveaux.

C'est extraordinaire comme l'ordre Cistercienne s'est répandue au Portugal et en Espagne.»

O P.[e] Cocheril: «Nous avons eu des dizaines: 38 Abbayes».

Notou ainda o Prof. Reis Santos o facto de havendo vários planos e sobreposições nos monumentos, estas comunicações visem ajudar a esclarecer uma reconstituição mais perfeita deles.

Salientou também a importância de Alcobaça.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

A legitimidade dos filhos de D. Inês de Castro

Pelo Conde de Tovar

O problema da legimidade dos filhos de D. Inês de Castro é um dos mais apaixonantes, mas também dos mais intrincados da nossa história. Quando em 1385 as Cortes de Coimbra tiveram de pronunciar-se sobre a sucessão de D. Fernando, foi sobre a legitimidade dos filhos de D. Inês que incidiram principalmente os debates e o voto da assembleia, tornando-se portanto problema político de excepcional importância.

A maior parte dos nossos investigadores e historiógrafos têm-se esforçado por decifrar os enigmas que apresenta o problema. Mas até aqui todos os esforços têm sido baldados: os enigmas têm persistido indecifrados e perturbadores.

Os mais recentes e mais profundos dos estudos publicados sobre este problema são: o magnífico livro do Dr. António de Vasconcelos intitulado «Inês de Castro», editado em 1928; um valioso trabalho do Dr. Marcelo Caetano intitulado «As Cortes de 1385», publicado em 1951 no Tom. V, Vol. 2.º da «Revista Portuguesa de História», trabalho este que não se dedica especialmente ao problema da legitimidade, mas que o versa incidentalmente com objectividade e proficiência.

Finalmente temos dois bons artigos do P.e António Brásio, o primeiro chamado «As razões de João das Regras nas Cortes de Coimbra», que saiu em 1958 na revista «Lusitânia Sacra», e o segundo intitulado «Da legitimidade dos filhos de D. PedroI» que saiu no «Arquivo Histórico de Portugal», II série, Tom. I.

Depois de tão abalizados trabalhos, eu não me afoitaria a intervir no debate se não tivesse surgido, há poucos meses, mais um documento coevo dos acontecimentos, mais uma fonte de indiscutível valor histórico que nos apresenta o problema debaixo de um ângulo novo. Refiro-me a um depoimento feito sob juramento perante os magistrados do Duque de Borgonha no ano de 1388 pelo capelão e confessor do Infante D. Dinis, o frade dominicano Fr. Vicente Gonçalves. Esse documento encontra-se com

vários outros relativos ao Infante D. Dinis, no Arquivo de Lille. Deles me servi para uma comunicação que em 6 de Fevereiro último apresentei na Academia Portuguesa da História. No presente trabalho focarei exclusivamente as declarações de Fr. Vicente que se referem à legitimidade dos filhos de D. Inês.

Até aqui os nossos investigadores têm-se repartido em dois grupos: os que acreditam nas declarações de D. Pedro acerca do seu casamento com D. Inês e consideram legítima a descendência havida; e por outro lado os que consideram falsas essas declarações e ilegítimos os filhos. À vista do depoimento de Fr. Vicente Gonçalves temos agora de considerar uma terceira alternativa: a das declarações de D. Pedro serem verdadeiras quanto ao facto do matrimónio mas falsas ou antes enganosas (intencionalmente enganosas) quanto à data é às circunstâncias em que se realizou o enlace. Por outras palavras temos de considerar a hipótese de se ter efectivamente realizado um casamento, mas posteriormente ao nascimento dos primeiros filhos (1) e quem sabe se anteriormente ao falecimento da Infanta D. Constança.

★

Recordemos sumàriamente os factos pertinentes ao nosso problema.

D. Pedro filho de D. Afonso IV e de sua mulher D. Brites de Castela, nasceu a 18 de Abril de 1320. É esta a data que vem registada num cronicão coevo, conhecido por «O Livro da Noa» do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. É uma das poucas datas aceites sem contestação por todos os historiógrafos.

Em 18 de Fevereiro de 1325 o Papa João XXII concedeu o favor do jovem Infante (que ainda não festejara o seu quinto aniversário) uma bula pela qual autoriza o seu casamento com qualquer mulher nobre, devota à Igreja romana, «ainda que com ele tenha consanguinidade ou afinidade do segundo grau por outro lado, do terceiro por outro, e do quarto por dois ou três lados». Esta bula é de grande interesse para o nosso caso porque, segundo consta, foi aproveitada para os casamentos com D. Branca e D. Constança, e finalmente para o alegado casamento com D. Inês.

Cerca de 3 anos mais tarde, em 1328, celebrou-se o casamento por palavras de futuro, com a infanta castelhana D. Branca, filha do Infante

(1) No seu estudo acima citado o P.e António Brásio já tinha conhecimento particular dos documentos de Lille pelo que já aventa esta terceira hipótese sem contudo a aprofundar.

D. Pedro de Castela. No ano seguinte o casamento ratificou-se em Coimbra, por palavras de presente, tendo então o noivo 9 anos de idade. Os recem-casados foram acolhidos e criados em casa dos pais de D. Afonso IV e D. Beatriz. Dizem uns que o casamento nunca chegou a consumar-se. Outros afirmam que o casamento consumou-se mais tarde, sendo porém afastada esta primeira mulher por doente e pouco assisada (Vasconcelos, D. Inês, pág. 34). Nada se sabe do que lhe aconteceu depois de repudiada.

Passados anos, o Infante D. Pedro contraiu novo casamento com D. Constança, filha do magnate castelhano D. Juan Manuel. Consta que o casamento ficou contratado em 1339, mas que só se consumou um ano mais tarde, em 1340. No sequito de D. Constança veio para a corte portuguesa D. Inês de Castro, donzela de grande beleza, filha natural do fidalgo castelhano D. Pedro Fernandez de Castro, cognominado «O da Guerra», da qual o nosso Infante D. Pedro não tardou em apaixonar-se loucamente.

Do casamento com D. Constança nasceram três filhos (D. Maria, D. Luís e D. Fernando) cuja ordem de primogenitura é objecto de discussão entre os historiógrafos. Alguns pretendem que D. Maria foi a última e que a sua mãe faleceu poucos dias mais tarde, das consequências do parto. Outros entendem que D. Maria foi a primogénita e que o parto que provocou a morte foi o de D. Fernando. O segundo dos filhos, D. Luís faleceu poucos dias depois de nascer. Serviu-lhe de madrinha D. Inês de Castro, circunstância esta que tem grande importância para o nosso estudo porque a tradição pretende que D. Constança convidou a sua açafata para madrinha do filho, já no intuito de criar mais um impedimento canónico que obstasse a um casamento eventual desta com o Infante D. Pedro, pai da criança.

MORTE DE D. CONSTANÇA

Dos três filhos de D. Constança só nos é conhecida com certa segurança a data do nascimento de D. Fernando: 31 de Outubro de 1345. Se é exacto que D. Fernando, e não D. Maria, foi o último dos filhos de D. Constança, e se é exacto que esta faleceu de parto poucos dias depois, deveremos situar a morte de D. Constança em Novembro de 1345. O conhecimento exacto e seguro desta data seria elemento fundamental para a apreciação do problema da legitimidade dos filhos que D. Pedro houve de D. Inês. Infelizmente é origem das maiores controvérsias entre os nossos historiadores.

Um grupo de eruditos de incontestável valor aceita a data acima citada de Novembro de 1345, precisando que foi a 13 de Novembro. Mas Fr. Manuel dos Santos afirma-nos ter visto no Mosteiro de Lorvão uma escritura demonstrando que D. Constança ainda vivia em 1347, e que era então senhora de Alenquer (Mon. Lusit. P. VII, L.° 20, Cap. 49). E Fonseca Benevides diz-nos que o«Obituario de Bartholomeu», existente na Torre do Tombo, regista o falecimento de D. Constnça em VI Kal. febr. Eª MCCCª LXXXª VIIª, ou seja em 27 de Janeiro de 1349. (Rainhas de Portugal, 1878, I, 200).

A complicar-nos mais ainda o problema temos as declarações do cronista oficial Rui de Pina autor da crónica de D. Afonso IV. Embora só escrevesse muito posteriormente aos acontecimentos, a sua qualidade de historiógrafo oficial e as suas funções de guarda-mor da Torre do Tombo conferem aos seus escritos uma autoridade especial.

Na sua crónica de D. Afonso IV, no Cap. 66, diz Rui de Pina que, quando faleceu Afonso IV (29 de Maio de 1357) havia doze anos que D. Pedro enviuvara. Isto coloca o falecimento de D. Constança em 1345, e condiz com a data mais geralmente aceite de 13 de Novembro de 1345, mas está em contradição com o que afirma o mesmo Rui de Pina no cap. 64 da citada crónica. Nesse capítulo 64 afirma Rui de Pina, e por duas vezes, que D. Pedro enviuvou de D. Constança aos 34 anos. Ora, tendo ele nascido em 18 de Abril de 1320, segue-se que D. Constança faleceria em 1354 (²).

Mas a data de 1354 é completamente inadmissível. No decurso das minhas investigações na Torre do Tombo, encontrei um documento que, infelizmente, não nos revela o ano certo em que faleceu D. Constança mas que prova de forma irrefragável, que ela faleceu antes de Março de 1351. É um treslado de 13 cartas de doações feitas por D. Juan Manoel à sua filha D. Constança por ocasião do casamento com o Infante D. Pedro de Portugal. Os treslados foram feitos por um notário de Santarém em 13 de Março de Era de 1389 (A° 1351) por mandado do Dr. João das Leis. No final do treslado lê-se o seguinte:

> «As quaaes Cartas asi mostradas, leudas, publicadas o meestre Iohane das Leys em nome do dito Senhor Rey Tetor (D. Afonso IV) que dezia que hera do Ifante D. Fernando e da

(²) Repare-se porém que se admitirmos a hipótese de um erro de cópia, e que no capítulo 66 Rui de Pina tenha escrito «dois» em vez de «doze», deixaria de haver contradição entre os dois capítulos, ficando a morte de D. Constança reportada a 1354, pouco mais de dois anos antes do falecimento de D. Afonso IV.

> Infanta Dona Maria seus netos, filhos do Ifante Dom Pedro, e da dita Dona Costança ja passada, e netos outo si do dito Dom Joham filho do Ifante D. Manuel pedio... lhe mandasse dar o theor de todas as ditas cartas. etc.». (Torre do Tombo, Gavetas 13.11.2)

Em vista deste documento vêmo-nos obrigados a repudiar como inadmissível a data mencionada no cap. 64 da crónica de Rui de Pina, bem como qualquer data posterior a 1351. Continuamos porém na impossibilidade de optar entre as duas outras datas: 13 de Novembro de 1345 e 27 de Janeiro de 1349 (Obituário de S. Bartolomeu, abonado por Frei Manoel dos Santos).

O facto de Afonso IV andar tratando, em Março de 1351, de acautelar os interesses dos seus netos D. Fernando e D. Beatriz, órfãos da mãe, induz-nos a supor que D. Constança teria morrido pouco tempo antes, e portanto provàvelmente em 1349 do que em 1345.

Isto quanto à morte de D. Constança. Passemos agora a analisar o alegado casamento com D. Inês.

CASAMENTO COM D. INÊS

A existência deste terceiro casamento consta de 4 declarações feitas perante tabelião no ano de 1360 e juradas sobre o Evangelho, respectivamente por El-Rei D. Pedro pelo mordomo-mor Conde de Barcelos, pelo bispo da Guarda D. Gil, e pelo guarda-roupa de D. Pedro Estevão Lobato. Feitas em localidades e em dias diferentes, as quatro declarações são pràticamente idênticas não apenas na substância mas até nas palavras (3). Foram manifestamente discutidas e concertadas prèviamente, com todo o cuidado. Qualquer que seja a opinião que se forme acerca da sua veracidade, não poderá negar-se que houve conluio sobre o que convinha declarar, e mais ainda sobre o que as circunstâncias aconselhavam a omitir.

El-Rei D. Pedro jura que o recebimento teve lugar «*stando em Bragãça pode ora aver sete anos pouco mais ou pouco menos nõ se acordando do mes nẽ do dia*».

O Conde de Barcelos diz que «*passa dhũus sete años stando na villa de bragãça*».

---

(3) Com uma excepção bastante importante e curiosa: o facto de Estevão Lobato ter indicado a data de 1 de Janeiro que os outros não mencionaram.

Finalmente Estevão Lobato afirma que *(foj en hũu dia primeiro de janeyro pode auer sete anos pouco mais ou menos»*. É o único depoimento que diverge ligeiramente dos demais.

Estas escrituras notariais de 1360 fornecem-nos também outra informação uniforme que é o tempo que durou a vida conjugal do casal.

El-Rei D. Pedro declara que «depois do dicto recebimento teuera e teue a dicta doña Enes por sua molher Ijdima per hũus *dous tres años e mais ataa o tẽpo da morte dessa doña Enes uiuẽdo ambos de comsuũ fazendosse maridãça pela guisa que deviã»*.

O Conde de Barcelos diz que D. Pedro «teuera a dicta Doña Enes por sua molher ljdima *per huũ dous tres años e mais ata o tẽpo da morte»*.

O Bispo D. Gil assevera que «depois dos dictos recebimẽtos uyo os dictos senhores uiuer ambos de consuũ *per tres anos e mais ata o tẽpo da morte* dessa dona Enes».

E Estêvão Lobato confirma que «uyu viuer os dictos senhores de consuũ *per tres años e mais»*.

Estas escrituras fornecem-nos portanto dois elementos distintos para determinar a data do casamento: o tempo decorrido e a duração da vida conjugal. Infelizmente, os dois elementos não coincidem. Sendo as escrituras de Junho de 1360 e tendo sido o casamento sete anos anterior, pouco mais ou menos, deveríamos deduzir que ele se realizou em meados de 1353. Mas sendo-nos afirmado que antes da morte de D. Inês (7 de Janeiro de 1355) os cônjuges ainda viveram maritalmente durante «tres anos e mais», isto obriga-nos a atirar o casamento para 1351-52, nove e não sete anos antes das ditas escrituras.

Confrontemos agora estas declarações públicas e solenes do monarca com as poucas afirmações de contemporâneos de que temos notícia.

Em 1385 na inquirição ordenada pelas Cortes de Coimbra, Diogo Lopes Pacheco foi perguntado «se sabia que Elrei D. Pedro em algum tempo recebesse por mulher por palavras de presente, a dita D. Inês». — Respondeu redondamente que não, acrescentando que quando por ordem de D. Afonso IV foi ter com o Infante para incitá-lo a casar com D. Inês, este respondeu «que não era seu talante o fazer nem cuidava de fazer em todos os dias de sua vida por afincamento que lhe aviesse».

Aos outros personagens interrogados na mesma inquirição não foi sequer posta pergunta análoga.

Outro contemporâneo Pedro Lopes de Ayala (1332-1407), chanceler de Castela e certamente bem informado sobre os acontecimentos da corte portuguesa, exprime-se cautelosamente, parecndo contudo repudiar o facto

do casamento. Diz que D. Pedro «avia-la tomado (a D. Inês) despues que morio la infanta D. Constança», e que «amaba tanto a la dicha Doña Ines de Castro que decia a algunos de sus privados que era casado con ella; e por esto el Rey Don Alfonso su padre fizo-la matar a la dicha Doña Inês». (Cronica de D. Pedro I de Castella, cap. XIV do XI ano).

Finalmente o frade dominicano Vicente Gonçalves, capelão e confessor do Infante D. Dinis, depondo em 1388 debaixo de juramento em Bruges, perante os magistrados do Duque de Borgonha afirma que durante a vigência do seu matrimónio com D. Constança, o Infante D. Pedro cometeu adultério com uma certa D. Inês, da qual teve um filho adulterino D. João; e que depois do falecimento de D. Constança, o Infante desposou Inês, sua amiga, e teve dela, em matrimónio legítimo, o Infante D. Dnnis (4).

★

Quaisquer que sejam as impressões ou convicções que nos possa dar a leitura dos documentos dessa época, parece-me inegável que paira sobre todos estes acontecimentos uma atmosfera de mistério e de reticências que involuntàriamente nos leva a desconfiar, inibindo-nos de dar plena fé ao que nos é relatado. Ficamos com a impressão de que não se está a falar a verdade, ou pelo menos a verdade toda, e de que se nos está a esconder alguma cousa.

São principalmente os seguintes *mistérios* que nos interessaria esclarecer.

PRIMEIRO MISTÉRIO

É inconcebível que, por ocasião das declarações públicas de 1360, nem-El-Rei D. Pedro nem os três personagens que assistiram ao casamento se lembrassem do dia, mês ou ano em que foi celebrado, e que não tivesse conseguido remediar a sua amnesia antes de fazerem as suas declarações públicas e solenes perante tabelião. Quem considere o caso a sangue frio e sem ideias preconcebidas não poderá fugir à convicção de que D. Pedro e os seus amigos *não quiseram* revelar a data do casamento e de que se concertaram prèviamente sobre o que haviam de declarar.

(4) Vide meu estudo «A Odisseia do Infante D. Dinis 1388-1391, comunicado à Academia Portuguesa da História na sessão de 6 de Fevereiro de 1959.

Que motivos podem eles ter tido para tão estranha reticência? Isto pode explicar-se de duas maneiras.

a) O alegado casamento nunca teve lugar, é uma pura ficção. Mas se o casamento é uma mentira e uma invenção, por que motivo não lhe inventaram também uma data, o que tornaria a mentira mais aceitável? Julgariam porventura que indicar uma data precisa seria fornecer um elemento que poderia ser utilizado para demonstrar a inexistência do acto?

Pessoalmente não me inclino para esta primeira explicação. A existência de um casamento não nos é apenas afirmada nas declarações públicas de 1360. Vem também afirmada na súplica que D. Pedro dirigiu a Inocêncio VI para pedir-lhe que o validasse, e ainda na bula em que o pontífice indefere o requerimento. Não é concebível que seja tudo invenção e fantasia. Naquele tempo como nos nossos dias declarações desta transcendência podem falsear-se com a inserção de circunstâncias inexactas ou com a omissão de outras que não convém revelar. Mas custa a crer que a mentira se propale sem um fundo de verdade. Para mais temos agora, graças à divulgação do documento de Lille, mais um depoimento jurado (o de Fr. Vicente Gonçalves) que confirma a celebração de um casamento.

b) Uma segunda explicação (mais aceitável quanto a mim) é a de se ter efectivamente realizado qualquer forma de casamento, mas em condições deste não poder considerar-se válido. Neste caso revelar a data em que se realizou o casamento seria fornecer um argumento decisivo para impugnar-lhe a validade. Voltaremos ao assunto mais adiante.

SEGUNDO MISTÉRIO

Porque é que D. Pedro só publicou a notícia do seu casamento com D. Inês em Junho de 1360? Em rigor pode admitir-se que, inicialmente, receasse as represálias que o Pai poderia exercer na pessoa da noiva. Mas depois de esta chacinada (Janeiro de 1355) deixavam de subsistir tais receios, e no entanto decorreram mais de cinco anos antes que D. Pedro se resolvesse a publicar a notícia. Por que motivo conservou D. Pedro o seu mutismo durante todos esses anos? Se foi ainda com medo do pai (motivo já pouco convincente), como explicar que não fizesse a publicação logo a seguir ao falecimento de Afonso IV (29 de Maio de 1357) esperando que decorressem outros três anos antes de abalançar-se a fazê-lo?

A estas perguntas pretende responder João das Regras num trecho do seu discurso às Cortes de 1385:

> «Mas a cabo de quatro anos (aliás três) depois que elrei (D. Afonso IV) foi morto, e nenhum já disso curava, então ordenou de dizer que a recebera por mulher, segundo aqui mandou publicar. E porque pensais que esto assim então foi feito? Porque em vida del-rei seu padre, nem depois até aquele tempo, nunca ele poude haver dispensação do Papa, que lhe legitimasse os filhos, então fez aquela publicação como vistes, por mostrar que eram lidimos e valesse o que podesse valer. (Crónica de D. João I, Porte I, Cap. 186).

Depreende-se deste trecho do discurso que D. Pedro, antes e depois do falecimento de Afonso IV, fez todas as possíveis diligências junto da Santa Sé para conseguir a legitimação do seu casamento e que só se resolveu a fazer a sua declaração de Junho de 1360 depois de convencer-se da impossibilidade de consegui-lo. Perdidas todas as esperanças de êxito, D. Pedro fez a sua declaração «Valesse o que podesse valer».

Infelizmente esta explicação não se coaduna com os factos conhecidos. Pelo próprio discurso de João das Regras sabemos que:

> «Trazendo o infante D. Ignez comsigo, e não sendo sabido se era sua mulher ou não, fizeram entender a elrei seu padre que o infante ordenava de enviar em côrtes de Roma pedir ao Padre Santo que dispensasse com elle pera poder casar com D. Ignez, e foi isto uns tres annos antes que D. Ignez morresse, estando elrei então na Villa de Alemquer. Elrei D. Affonso quando esto ouviu desprougue-lhe muito de se fazer assim, e sendo mal contente de tal embaixada, trabalhou-se de a desviar quanto poude, e secretamente escreveu ao arcebispo de Braga, que então era em côrte, que houvesse com o Papa de não acceitar a supplicação do infante acerca de tais feitos, por serem a elle em grande odio e prejuizo. (Crónica de D. João I, Parte I, Cap. 189).

Estas primeiras diligências ou projectadas diligências de D. Pedro na corte romana datam de «uns tres anos antes que D. Inês morresse», e portanto de 1352. Não nos consta que D. Pedro tenha renovado as suas diligências nem antes do falecimento de Afonso IV, nem no período que medeia entre este falecimento (1357) e as declarações juradas de 1360. É possível que algumas diligências se praticassem mas delas não sabemos

nada. O que sabemos é que *depois* da publicação (provàvelmente no primeiro semestre de 1361) D. Pedro mandou a Roma um embaixador chamado Geraldo Esteves com missão de entregar ao Sumo Pontífice uma súplica tendente a conseguir a validação do casamento ou, pelo menos, a legitimação dos filhos. A estes dois pedidos se refere a bula de Inocêncio VI que os indifere ambos. Não é portanto exacto afirmar que D. Pedro só se resolveu a publicar as suas declarações de Junho de 1360 depois de perdidas todas as esperanças de conseguir da Santa Sé a regularização da situação.

Não sendo convincente a explicação de João das Regras, subsiste, envolta em mistério, a pergunta: Porque motivo é que D. Pedro só em Junho de 1360 publicou a notícia do seu casamento com D. Inês?

TERCEIRO MISTÉRIO (a Bula de 15 de Julho de 1361)

No primeiro semestre de 1361, mais de um ano depois da declaração pública do seu casamento com D. Inês, El-Rei, D. Pedro resolve-se a tentar outra diligência na Cúria Romana. Para este efeito envia a Roma um embaixador especial (Geraldo Esteves acima referido) cujas instruções, reveladas por João das Regras nas Cortes de 1385, vem reproduzidas em sumula por Fernão Lopes no capítulo 190 da I Parte da *Crónica de D. João I.*

O P.e António Brásio, da Academia Portuguesa da História, envidou recentemente grandes esforços nos Arquivos do Vaticano para encontrar nos dois volumes do Registo de Súplicas do ano nono do pontificado de Inocêncio VI, o texto da Súplica que por Geraldo Esteves lhe teria sido entregue em nome de D. Pedro. Não a encontrou. Mas dessa súplica dá-nos uma sumula a própria Bula de 15 de Julho de 1361.

Vemos pela referida Bula que a súplica de D. Pedro formulava dois pedidos: 1.º que Inocêncio VI fundando-se na dispensa de João XXII, declarasse o casamento legìtimamente contraído e legítima a descendência havida; 2.º que, não querendo reconhecer a validade do casamento, proclamasse pelo menos a legitimidade dos filhos com todos os direitos que lhes competiriam se tivessem nascido de matrimónio legítimo.

Repare-se que a bula (e portanto a súplica) aludem expressamente ao «*matrimonium dudum contractum inter te et Agnetam*». Temos aí um motivo forte para crer que houve realmente um casamento qualquer entre D. Pedro e D. Inês, porque não concebe que numa súplica oficial ao Santo Padre (sempre muito bem informado em tais assuntos) D. Pedro se refe-

risse ao seu casamento se de facto não tivesse havido qualquer formalidade matrimonial.

Vê-se mais que, na sua súplica, D. Pedro pretendeu justificar o seu casamento com D. Inês, invocando a dispensa geral que lhe concedera João XXII. Essa dispensa já tinha sido utilizada para o casamento com D. Branca, e outra vez invocada para o casamento com D. Constança (5). A redacção da Bula de Inocêncio VI parece indicar que este não a considerava aplicável ao casamento com D. Inês. Porquê?. Neste «porquê» está o nó górdio do problema da legitimidade.

Examinemos agora mais atentamente as respostas de Inocêncio VI. O pedido de validação do matrimónio não pode deferi-lo «por motivos legítimos, procedentes do próprio direito, dos quais não deve desviar-se». E acrescenta: «mormente em prejuízo de terceiros, salvo se esses proprios o requeressem, ou, pelo seu proceder, patenteassem o seu consentimento».

Quanto ao segundo pedido, Inocêncio VI limita-se a responder, com alguma secura, que «a Santa Sé não costuma conceder dispensas ou legitimações desta natureza, salvo por motivos ponderosos e manifestos qne não se encontram na Súplica, onde não vem sequer alegados».

Em ambos os casos o Papa não faz mais do que indicar por alto os fundamentos das suas recusas, considerando desnecessário entrar em pormenores melindrosos que D. Pedro conhecia perfeitamente. Conhecia-os certamente El-Rei D. Pedro, destinatário da Bula. Mas desconhecem-nas os historiógrafos modernos; e esta ignorância obriga-os a procurar descobrir, pelo raciocínio, aquilo que propositadamente nos calam os documentos coevos.

No que respeita à validação do matrimónio, é notório que D. Pedro e D. Inês eram parentes em segundo grau, mas a bula de João XXII dispensava-os expressamente deste impedimento. Havia mais o impedimento do parentesco espiritual contraído no baptizado do Infante D. Luís, que a bula de João XXII não previra taxativamente. No século XIV era nulo o matrimónio celebrado entre compadres. Mas era vulgar a respectiva dispensa (6), pelo que não pode ser este o motivo que Inocêncio VI tinha em mente quando, na sua resposta a D. Pedro, invocada «motivos legítimos, procedentes do próprio direito, dos quais não deve desviar-se».

Não eram porventura as validações de matrimónios irregulares, e as legitimações de filhos bastardos matéria de expediente corrente da

(5) Não consta que tivesse havido dispensa especial para este segundo casamento.

(6) P.e António Brásio, «As Razões de João das Regras», a pág. 13 e 14 da Separata.

Cúria Romana da época? Que tinham de excepcional e de particularmente odioso para a Santa Sé a validação de casamento e a legitimação de filhos solicitadas por D. Pedro?

D. Pedro pela maneira por que formula as suas súplicas, e Inocêncio VI pela maneira por que as indifere parecem estar concordes quanto à anormalidade, à *enormidade* do caso. Em que é que este caso de D. Pedro e de D. Inês se distingue de tantos outros da mesma época?

Se confrontarmos os diversos *mistérios* atrás apontados: por um lado a relutância de D. Pedro em revelar a data do seu casamento com D. Inês, por outro a sua resignação antecipada com o indeferimento do seu pedido de validação desse matrimónio, surge irreprimìvelmente no nosso espírito a suspeita de que o casamento com D. Inês tenha sido celebrado *antes* do falecimento de D. Constança, ou, possìvelmente, antes do falecimento da primeira mulher D. Branca.

Fôssem outros a época e os protagonistas, esta hipótese teria de pôr-se de parte por absurda. Mas não esqueçamos que, precisamente nesse ano de 1354, El-Rei D. Pedro de Castela, sobrinho do nosso Infante, D. Pedro, casou pública e solenemente com D. Joana de Castro filha legítima de D. Pedro de Castro, cognominado «O da Guerra», e portanto meia-irmã de D. Inês de Castro, isto ainda em vida de sua mulher D. Branca. (Ayala, Crónica de D. Pedro, Cap. X, do ano V, 1354). Numa época e numa família em que eram possíveis tais escândalos, não podemos excluir *a priori* que o nosso Infante D. Pedro tivesse sem esperar pelo falecimento da sua esposa legítima casado clandestinamente com D. Inês. E se Pedro I de Castela encontrou na hierarquia do país vizinho dois prelados que, ainda em vida da esposa legítima, celebrassem pública e solenemente o seu casamento com D. Joana de Castro, não podemos demitir por absurda a hipótese de, nessa mesma altura, D. Pedro de Portugal tenha encontrado um prelado português que, ainda em vida de sua mulher se tenha prestado a celebrar clandestinamente o seu casamento com Inês de Castro.

Ora essa suspeita, que nos ocorreu, de que El-Rei D. Pedro de Portugal tenha incorrido, como o seu sobrinho D. Pedro de Castela, em crime de bigamia, encantrámo-la confirmada em dois documentos.

O primeiro é a já referida inquirição que, por ordem das Cortes de Coimbra, se efectuou perante tabelião nos dias 30 de Março a 3 de Abril de 1385 (7). Foram inquiridores D. João Bispo do Porto e D. João Bispo

(7) Publicada na *Monarchia Lusitana*, Tom. VIII, pág. 654 e por Ayres de Sá em *Frei Gonçalo Velho*, Tomo I, págs. 145 e segs.

de Évora. Os inquiridores foram quatro: Diogo Lopes Pacheco, cavaleiro; Vasco Martins de Sousa, rico-homem, Vasco Pereira Bocarro, abade de S. João Montenegro; e Gil Martins Cachofel, cavaleiro.

Ao primeiro foi dirigido a pergunta seguinte:

> «se sabia que elrei D. Pedro que foi de Portugal ao tempo que os infantes D. João e D. Dinis seus filhos nasceram, se era casado com alguma mulher».

Resposta de Diogo Lopes Pacheco:

> «disse que el sabia tanto que o dito Rei Pedro sendo infante fora esposado com infanta D. Branca, filha do Infante D. Pedro que se morreu nas veigas de Granada».

Esta resposta é deveras estranha e surpreendente. Não diz Lopes Pacheco (como seria de esperar) que, quando nasceram D. João e D. Dinis, o Infante D. Pedro era casado com D. Constança. Não menciona sequer o casamento com D. Constança e refere-se ao casamento com D. Branca. Lògicamente devemos depreender que, quando nasceram os filhos de D. Inês, ainda era viva D. Branca e que era este primeiro consórcio que obstava a um casamento regular com D. Inês.

Às três outras testemunhas inquiridas a pergunta foi formulada de maneira inteiramente diferente e as respostas não têm para nós grande interesse.

O segundo documento que confirma a suspeita de bigamia é o auto da eleição de D. João I nas Cortes de Coimbra de 1385 (8). Este extensíssimo documento vem precedido de considerandos nos quais se examinam minuciosamente os títulos de cada um dos pretendentes à sucessão de El-Rei D. Fernando. Com respeito ao casamento de D. Pedro com D. Constança, lê-se o seguinte (9):

> «Considerando outrossim em como o dito dom Fernando fosse filho do dito rex dom Pedro e da Ifanta dona Constança os quais casaram ambos em tempo que o dito dom Pedro era casado com a Ifanta dona Branca per palavras de presente

(8) Publicada na Hist.ª Gen.ª, Provas. Tomo I, pág. 350 e pelo Dr. Marcelo Caetano na Rev.ª Portuguesa de Hist.ª, Tomo V, pág. 66.

(9) Modernizo ligeiramente a ortografia da segunda destas publicações.

sendo desto certos e o dito tempo E assim não podiam haver o dito dom Fernando por filho lidimo e herdeiro pois que durava o casamento primeiro em tempo da sua nascença...».

E com respeito às pretensões dos Infantes D. João e D. Dinis, lê-se:

«Considerando outrossim em como per essa medes razão os ditos infantes não fossem lidimos por quanto ao tempo que os dito rei D. Pedro houvera da dita dona Enes filha de D. Pedro de Castro e sobrinha do dito rei D. Pedro, filha de seu primo com-irmão, el dito rei D. Pedro era casado com a dita dona Branca sabendo-o eles bem, e sendo dello certos. E assim por duas razões não podiam os ditos Ifantes ser filhos lidimos e herdeiros e suceder em os ditos reinos: a primeira porque o matrimonio da dita D. Branca os embargava e posto que hi tal matrimonio não houvesse o que foi segundo susodito he, pero não se mostra que o dito rei D. Pedro e dona Enes casassem E dado que casassem não houve hi dispensação que era cumpridoura por o divido que entre ambos havia, como suso dito he».

O documento que contém estas afirmações tão categóricas é o auto original que ainda hoje se conserva na Torre do Tombo (Gav. B, M. 10, n.º 9). É autenticado por numerosos selos pendentes, pelos sinais públicos de uns poucos de tabeliães, e por mais de cinquenta assinaturas de personalidades que participaram nas referidas cortes: prelados, representantes da nobreza e procuradores do povo. Dificilmente se encontrará documento que ofereça melhores garantias de autenticidade e maior autoridade nas afirmações que encerra.

O auto é de 1385, posterior de 25 anos à proclamação do casamento jurada por D. Pedro e apregoada por todo o país. Das personagens que assinam o auto várias devem ter presenciado o acontecimento. As que o não presenciaram foram dele informados em primeira mão por pessoas que a ele assistiram. A bigamia que eles estão concordes em imputar a D. Pedro era certamente notória no seu tempo e devia ter sido muitíssimo falada. Seria inconcebível que tantas pessoas respondessem solidàriamente pela veracidade de um facto que não fosse exacto. Ninguém até hoje pôs em dúvida a veracidade do referido auto. Não julgo que seja possível fazê-lo.

A existência de uma mulher legítima ainda viva quando se celebrou

o casamento de D. Pedro com D. Inês dá-nos a chave de todos os mistérios com que topamos no decurso do presente estudo:

— explica que D. Pedro não quizesse revelar pùblicamente a data do seu alegado casamento com D. Inês;

— explica que D. Pedro adiasse por vários anos a própria declaração do casamento, sempre na esperança de vir a falecer a mulher legítima e dele poder então conseguir mais fàcilmente da Santa Sé qualquer acomodação para o seu caso;

— explica que, em 1331, D. Pedro e Inocêncio VI se mostrassem implìcitamente concordes sobre a anormalidade e a *enormidade* da súplica;

— explica que Inocêncio VI indeferisse ambos os pedidos de D. Pedro: a validação do casamento porque seria a consagração de uma bigamia, e a legitimação dos filhos por serem adulterinos;

— explica finalmente o trecho algo enigmático da bula em que Inocêncio VI alude aos prejuízos que a legitimação dos filhos de D. Inês causaria a terceiro. Admitido que os casamentos com D. Constança e com D. Inês eram ambos nulos por motivo de bigamia, segue-se que os Infantes D. Fernando, D. João e D. Dinis encontravam-se todos em circunstâncias idênticas no que respeita à sucessão (todos nascidos de um casamento nulo por motivo de bigamia). Ora se o Papa validasse o casamento com D. Inês ou legitimasse os filhos desta união (sem o ter feito para D. Constança) é óbvio que D. João e D. Dinis ficariam em posição de incontestável superioridade em relação a D. Fernando no que respeita à sucessão.

Vê-se portanto que a súplica de D. Pedro pretendia conferir aos filhos de D. Inês uma primazia sobre o filho de D. Constança na suecssão à Coroa. Estas intenções ficaram frustradas pelo indeferimento do pedido.

Não me parece que devam procurar-se outras explicações para o intrincado problema da Legitimidade dos Filhos de D. Inês de Castro.

Uma contribuição do método arquitectonológico para a História Contemporânea

Por Fernando Seisdedos Velasco Condesso

Da noção de arquitectonologia (1) tratamos já, sob diversos aspectos, no concurso para obtensão do diploma de arquitecto, em Maio de 1958; no trabalho apresentado em Madrid, no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, em Novembro desse mesmo ano; e no Colóquio de Estudos Filosóficos, no Porto, em Março de 1959.

Para uma melhor compreensão do tema proposto, convirá começar por salientar alguns aspectos que caracterizam a história e a arquitectonologia. Assim, o trabalho focará diferenças fundamentais (entre a História e a Arquitectonologia); o sentido comum de ambas as ciências como desvendamento duma mesma realidade; e, finalmente, para concretizar melhor o que se disse, será apresentado um exemplo documentado sobre a chamada Arquitectura Medieval.

I

Segundo a classificação de A. Naville (2), a História é a ciência dos factos ou possibilidades realizadas.

Em contrapartida a Arquitectonologia, considerámo-la como a ciência dos fenómenos em realização, decorrentes.

Isto pelo que diz respeito à observação e ao registo dos factos. Quanto ao estudo comparativo dos factos registados não há diferenças, senão as que advêm da primeira operação. E pelo que respeita à extracção de ensi-

(1) O homem e a arquitectura são duas realidades que se influenciam, alterando-se mùtuamente; esta questão não tem sido tratada dum modo satisfatório do ponto de vista científico. A arquitectonologia (ciência em formação), pretende estabelecer com rigor científico essas interrelações.

(2) Epistemologia y Teoria de la Ciencia, por Juan Luis de Angelis in «Dic. Fil.», pág. 281, Espasa-Calpe, S. A. — 1952.

namentos de ordem geral, podendo constituir-se em leis, também não há divergências fundamentais.

A História diferencia-se ainda da Arquitectonologia, enquanto esta pode enveredar pela experimentação provocada.

Preocupando-se com o desenvolvimento, com a duração, a Arquitectonologia observa os fenómenos no tempo, sob o aspecto dinâmico, procurando explicá-los segundo esse dinamismo, considerando a continuidade histórica e a inter-acção dos fenómenos de uma forma especial.

É o tempo que liga e desliga mais profundamente ambas as ciências. Porque do ponto de vista arquitectonológico não conta muito o tempo histórico. O tempo é antes o desenrolar dum fenómeno presente, diríamos que é o próprio movimento do fenómeno. E preocupa-nos o facto histórico, não como realidade em si, mas como realidade em nós (decorrente, portanto).

Tudo o que dissemos, a propósito do tempo, permanece, apesar do paradoxo aparente motivado por não podermos deixar de reconhecer que o simples registo dum facto representa um atraso para a observação do facto registado, através desse registo. Quer dizer: logo que acabamos de registar o fenómeno, mesmo na melhor hipótese, se o fizemos simultâneamente ao seu desenrolar, o facto já é passado. Isto exige um esclarecimento: se é passado, pertence ao grupo de *factos* ou *possibilidades realizadas*, isto é, à História, segundo o critério de Naville; mas do ponto de vista arquitectonológico nunca analizamos factos passados; a análise recai sempre sobre elementos presentes (por exemplo sobre o documento), em circunstâncias presentes — por isso damos tanta importância às *circunstâncias* em que decorre a análise.

Em arquitectonologia não se discutem factos históricos, mas sempre fenómenos presentes, em decurso; exprimindo-nos duma maneira grosseira: o que se analisa é a discussão como fenómeno presente, em circunstâncias presentes, do facto histórico.

Se, por exemplo, fosse noite e se se apagasse a luz, eu não poderia ler esta comunicação (tivesse ela muito ou pouco interesse).

Isto, para o arquitectonólogo, é de uma importância primordial e na sua linguagem designa-se como alteração das condições espaciais de vida, intelectual neste caso.

Mas então a explicação do fenómeno decorrente não poderá necessitar de *voltar atrás*, de uma retrospectiva?

Mesmo aí há que ter em conta a perspectiva arquitectonológica que de modo algum abdica do ponto de vista contemporâneo: o seu objecto é o de *hoje*, ainda que para o explicar necessite de recorrer à História; ainda

que tenha de recorrer a um modelo da realidad, seja qual for, e ensaie nele, por analogia, uma qualquer hipótese.

Esse hoje vai sendo também localizado em *aqui*. A observação, que *diz respeito ao que é*, portanto, localiza-se no tempo e no espaço geográfico e físico, registando-se duma maneira tão rigorosa quanto possível (daí, a preocupação de tomar elementos de referência dados por aparelhos). Localiza-se no espaço e no tempo psicológicos (donde vem a preocupação de observar, de analizar as atitudes, o estado das pessoas presentes e relação delas com pessoas ou coisas fisicamente não presentes — não medidas ou fixadas por aparelhos). Localiza-se no espaço e no tempo social (daí a preocupação de observar as relações das pessoas umas com as outras). Localiza-se ainda no espaço e no tempo biológico. E em todos os espaços e tempos apreensíveis pelas qualidades humanas de detecção.

★

Assim, ao historiador tem preocupado o permanente (3), ao arquitectonólogo o efémero (a manifestação temporal e espacial desse permanente).

Considera-se aqui, não a arquitectura como obra de um arquitecto, mas como as condições espaciais de vida que agem e enquanto agem sobre o habitante, enquanto este as disfruta, enquanto colabora com elas e as recria, as prolonga.

Segundo Toynbee, a História implica «relações com as relações humanas, mas não com as relações do género familiar que caem sobre a experiência directa de cada ser, homem, mulher ou criança. As relações sociais dos seres humanos estendem-se para lá do limite extremo dos contactos pessoais» (4).

Ora a Arquitectonologia preocupa-se com o estudo do homem e do mundo através duma forma de relações definidas como *condições espaciais de vida*, criadas ou adaptadas. E essas condições espaciais implicam sobretudo, ao contrário das relações sociais a que se refere Toynbee, a sua inscrição dentro do *limite extremo dos contactos pessoais*, e implica a *experiência directa de cada ser*, como as relações do género familiar.

Pois na Arquitectonologia, do mesmo modo que para os antropólogos,

---

(3) Bruno Zevi, como historiador, é um exemplo do que afirmamos (Vid. «Storia dell'Architettura Moderna», edição de Giulio Einaudi — 1953.

(4) Toynbee, pág. 57 de «L'Histoire» — Librairie Gallimard, Paris, 1951.

«vendo exactamente o que está deante de nós não encontramos o mundo, senão antes de tudo uma situação num momento dado». E daqui se conclui «um princípio elementar de toda a compreensão»: as acções do homem «não podem entender-se sem relação com uma situação com a qual entrem em diálogo.

«Portanto, actuar não significa nunca operar sem fim e sem objecto», mas também não sem uma situação dada (ambiente, local e agente), pois que «a primeira característica da finitude humana é que o homem não saia nunca de situações concretas, nem sequer na vida espiritual» (5).

II

A história recria os factos através de documentos; a arquitectonologia regista e interpreta, em documentos, certos aspectos de fenómenos e factos.

É difícil que o homem faça a história da sua época desapaixonadamente, com rigor objectivo. A arquitectonologia contesta formalmente que tal dificuldade seja impedimento a tornar a idade contemporânea (como objecto) possível de estudar: considera que, desde que nos apoiemos num critério de rigor objectivo (o que é universal no subjectivo), procurando estabelecer um conjunto de conhecimentos ordenados referentes *ao que é*, no sentido, portanto, de ciência positiva, se elimina todo o tendenciosismo.

Sigfried Giedion e Bruno Zevi tiveram a coragem de se apresentar como historiadores da Arquitectura Contemporânea, aceitando todos os riscos, ainda mesmo o da parcialidade polémica, considerando que o historiador não influenciável pela sua própria época, mesmo quando analisa épocas passadas, é um mito. Embora não aceitemos do mesmo modo a impossibilidade de fazer a história contemporânea desapaixonadamente, não podemos deixar de prestar homenagem à atitude corajosa que estes homens representam.

Benedetto Croce tem uma expressão que sintetiza bem e prolonga tudo o que acabamos de dizer: «Toda a verdadeira história é história contemporânea, quer dizer, do presente» (6).

Paul Valéry permite-nos ir mais longe; afirma mesmo «a impossibi-

---

(5) Erich Rottracker in «Problemas de Antropologia Cultural» — México, 1957.

(6) Benedetto Croce cit. por Foulquié, in Precis de Philosophie («Logique et Morale», pág. 151).

lidade de separar o observador da coisa observada e a história do historiador» (7).

A arquitectonologia reconhece e afirma que «o observador da arquitectura com a sua simples presença, mesmo sem se aperceber disso, altera já a realidade a observar» (8), e se o observador se coloca no ponto de vista científico (reflectido e crítico, portanto), com consciência de que a sua presença provoca alterações, torna as alterações provocadas por ele fundamentalmente diferentes das provocadas por uma pessoa que se realize *desprevenidamente* nessas condições espaciais.

★

A história contemporânea precisa dos factos documentados com uma precisão científica. Os factos passados não oferecem as possibilidades facilitadas pelos factos contemporâneos (no sentido de podermos procurar e escolher documentação).

O historiador pode começar a fixar em documentos os factos contemporâneos e pode fazê-lo mesmo, em certos casos, por meio de formas de registo preciso. É neste aspecto que a arquitectonologia pode trazer uma contribuição válida para a história.

III

Para se processar o «progresso sistematizado no conhecimento» num ramo como este, teremos de recorrer a técnicas que evitem o excessivo subjectivismo que impossibilita qualquer sistematização e qualquer progresso científico.

Por essa razão não hesitaremos em empregar processos de mensuração no mesmo sentido em que os emprega qualquer ciência experimental, como Thonson os entendeu «incluindo no termo «*mensuração*» todas as formas de registo preciso» (9).

No esforço de contribuir para o registo, em documentos, dos fenómenos em decurso, procuramos o auxílio de todas as técnicas que, tanto quanto possível, nos permitam uma determinação rigorosa. Assim, recor-

(7) Paul Valéry cit. por Foulquié, in «Logique», pág. 284 — Paris, 1957.
(8) F. Condesso in «Do Conceito de Espaço em Arquitectura» — 1958.
(9) Thonson (in págs. 96-97 de «Introdução à Ciência». Ed. Arménio Amado — Coimbra, 1941.

reremos mesmo àquelas que, quer pela gama dos factores de variação, quer pela subtileza, têm sido normalmente atribuídos às artes e como tais consideradas não susceptíveis de medida. Algumas há, entretanto, que revelam tendências de registo preciso. Mas suponho que, sobretudo devido a deficiências de informação em aspectos não investigados, a precisão de tais instrumentos é considerada como indeterminável — fora, portanto, de um critério de rigor.

Está neste caso, por exemplo, a fotografia.

Da reduzida experiência que tenho, parece-me já poder deduzir que a *arte* serve de desculpa a imensos preconceitos de técnica e a deformamações profissionais que acabam por fazer parte indissociável dessa técnica. Se pedirmos, por exemplo, a um *impressor* (o homem que tira cópias e faz ampliações), que faça uma fotografia, o mais possível escura, ele normalmente não faz uma tão escura como a penúltima da 2.ª série (fig. B — 2.ª prova). Interpõe-se entre ele e as possibilidades da película um conceito de fotografia e dirá invariàvelmente: «mais escuro que isto é impossível». — Mas não é possível escurecer mais, negro mesmo? E se insistirmos muito ele acabará por dizer: «negra está ela já! Se fizéssemos mais escuro empastava isto, ou desaparecia aquilo...»

Ora bem, aquela primeira resistência é de tal forma desencorajante, que as pessoas que não tenham um pouco a noção de como as coisas se passam, desistem de procurar obter um critério objectivo.

Não se trata aqui, portanto, de discutir as expressões *boa* ou *má fotografia*. Trata-se, pelo contrário, de a considerar como documento tão rigoroso quanto possível. E, encarada deste modo, não há más ou boas fotografias: há simplesmente documentos que servem para um determinado caso considerado e outros que não servem para esse caso considerado, mas nem por isso perdem o seu valor de documento, se responderem a um certo número de exigências consideradas em ficha de que darei um exemplo parcial.

A fotografia empregada pelo historiador, tal como tenho conhecimento, não é um instrumento de análise e menos ainda uma forma de registo preciso; tem tido, antes, um papel secundário, ilustrativo do texto e puramente subsidiário deste, com intenção menos documental do que decorativa. Ora para o arquitectonólogo uma fotografia poderá documentar aspectos de fenómenos em decurso, sob condição de ser acompanhada de outros elementos que a transformem numa técnica de registo preciso. Enumerarei, em seguida, algumas exigências que, conforme o aspecto a documentar, terão de ser satisfeitas. O exemplo diz respeito a

uma simples ficha de ampliação, que pressupõe fichas anteriores (do negativo) Não desenvolvo aqui este exemplo para não prolongar exageradamente um trabalho de simples comunicação. A ficha apresentada dará já uma ideia do rigor a que nos referimos atrás.

As fotografias que utilizei mostram como se altera o seu aspecto, modificando apenas um dos factores de variação:

1.ª Série — (A)

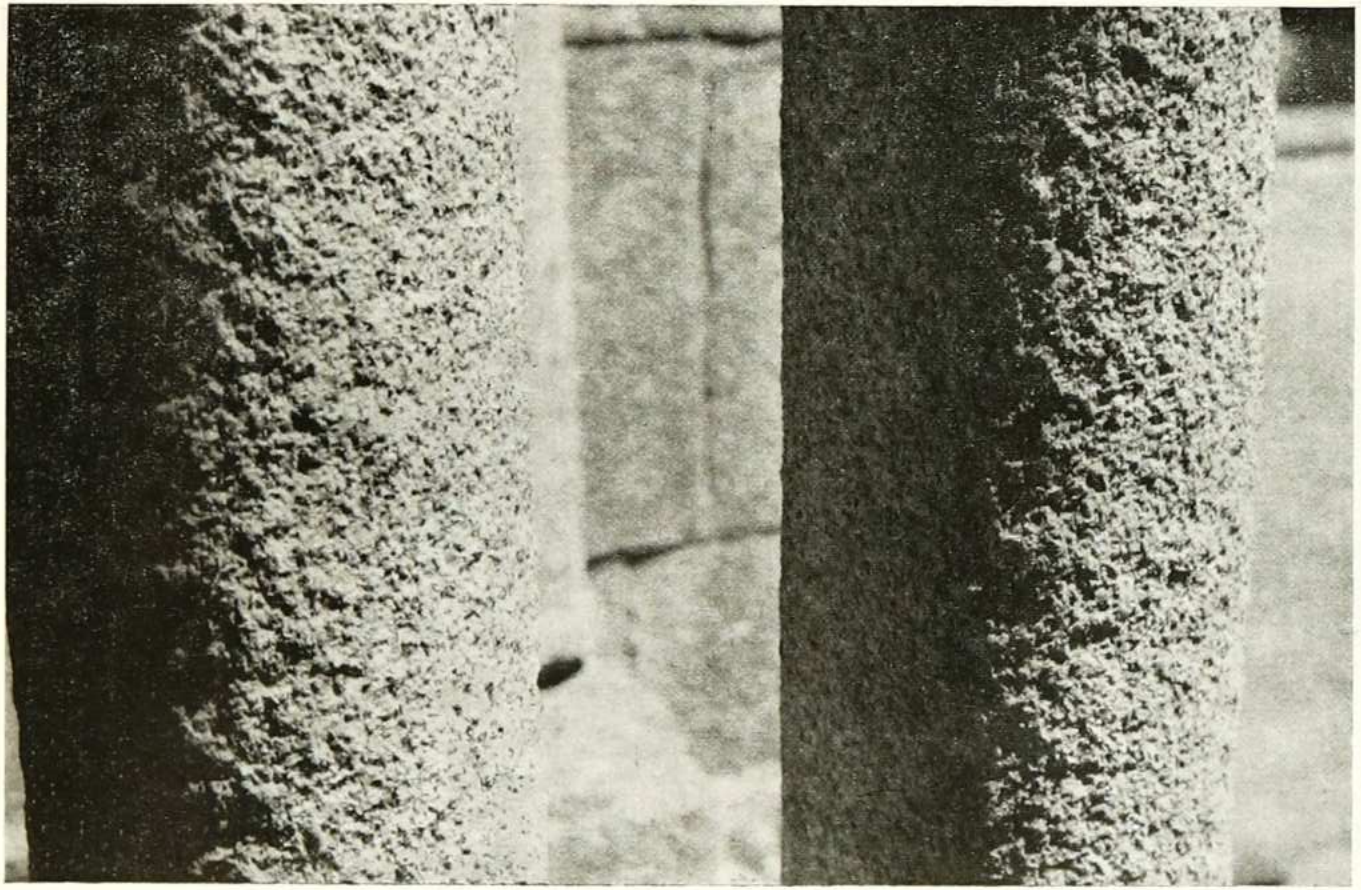
Assim, a primeira difere da segunda porque esta segunda não tem protecção e a outra tem 25 s. numa zona e 20 s. noutra, indicadas pelas chavetas que acompanham a gravura.

A segunda difere da terceira apenas no papel.

2.ª Série — (B)

A chapa da primeira fotografia desta série (B), quando foi impressionada teve mais 30 s. de tempo de exposição do que a segunda da série anterior (A).

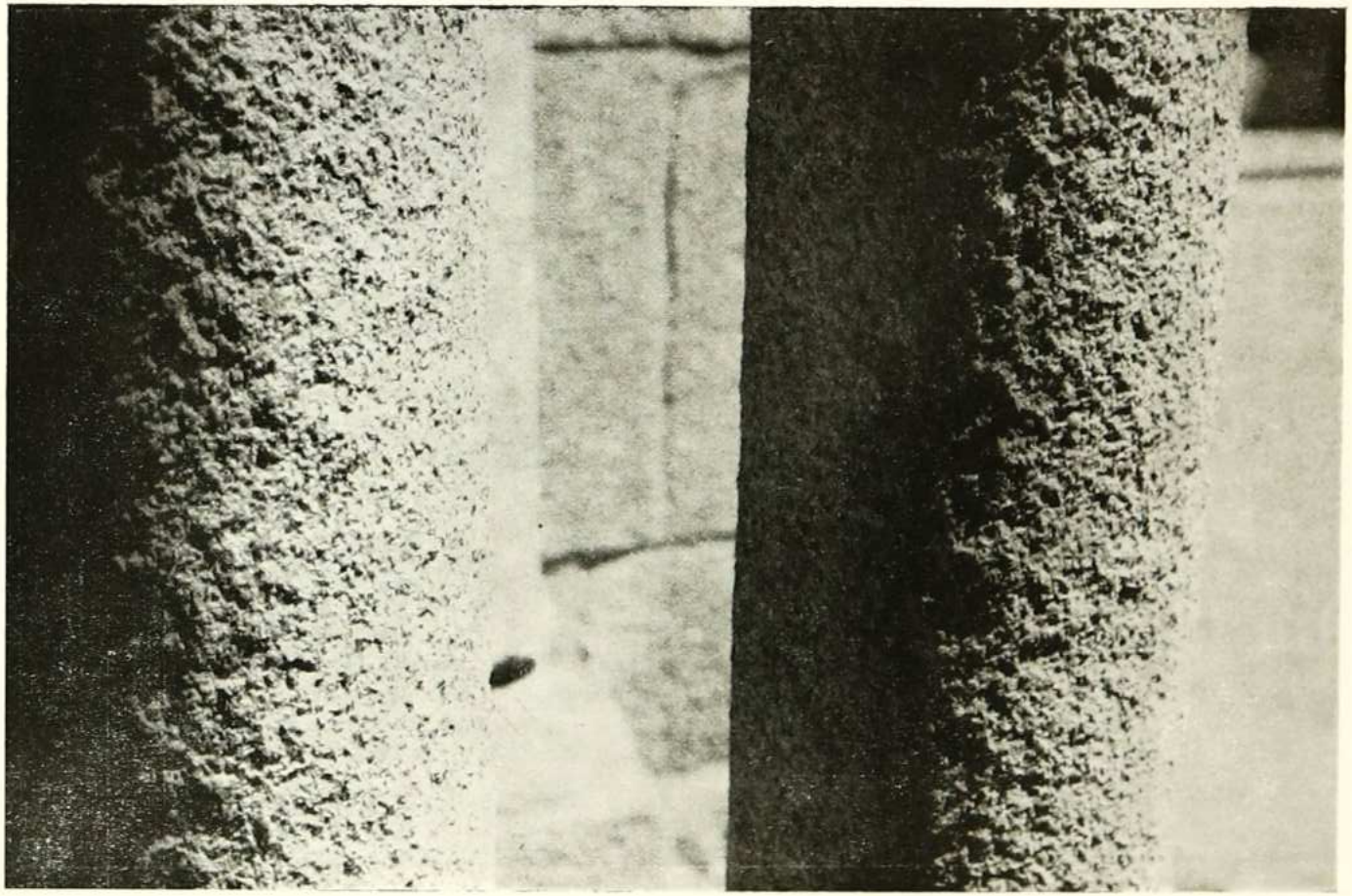
Em relação a esta última, a segunda da 2.ª série (B) teve mais 1 m. de tempo de exposição quando foi ampliada; e a terceira da mesma série (B) tem mais 3 m. no tempo de exposição na ampliação e mais 1 m. no tempo de revelação da ampliação.



25 s

20 s

1.ª Série — (A)
1.ª prova



1.ª Série — (A)
2.ª prova

FICHA DE AMPLIAÇÃO

1.ª prova da 1.ª série (A)

Da chapa 28 do X rolo de Fernando Brito.
Em 14 de Junho de 1959, às 11-12 h.
Tirada com máquina Contaflex, Zeiss Ikon III, formato 35 m/m, com telémetro e obturador Syncro-Compur 1878308, objectiva Carl Zeiss Nr. 1553422 Tessar 1:2,8 f = 50 mm.
Abertura do diafragma 8.
Tempo de exposição — 30 s.
Película (marca) — Ilford.
Sensibilidade — FP3 da Ilford (29 B).

I — APARELHO:

a) Marca — Oberland (alemã).
b) Formato — 9 × 12.
c) Objectiva — 4,5.
d) Lâmpada — foto-crescente de 15 Watts — corrente 110.

II — COMPOSIÇÃO DO BANHO:

a) 1 parte de água.
b) 1 parte de revelador normal para 2 l. de água. Metol 4 gr. + + hidroquinona 12 gr. + sulfito anidro 40 gr. + carbonato anidro 40 gr.
c) 7 gotas de brometo a 10 %.
d) temperatura 18° centígrados (temperatura ambiente de 18° a 21°).

III — PAPEL:

a) Marca — Agfa BW 111.

IV — INTERPRET:

a) diafragma — 8..
b) tempo de exposição — 60 s.
c) protecção (tempo) — 25 s. e 20 s.
d) medição do tempo pelo relógio — interruptor «Veado» modelo 512/1/A (regista diferenças de 1/10 s.).

V — TEMPO DE REVELAÇÃO — 2 m. e 30 s.
VI — TEMPO DE FIXAGEM — 15 m.
VII — DATA — 3 de Novembro de 1959, às 12 h. até às 12/30 h.
VIII — O IMPRESSOR — António Henrique Ferreira.
IX — FOTOGRAFIA UNIVERSAL — Maurício de Meneses Correia — Rua de Cedofeita, 93, Porto — Telefone 22588.

FICHA DE AMPLIAÇÃO

2.ª prova da 1.ª série (A)

Da chapa 28 do X rolo de Fernando Brito.
Em 14 de Junho de 1959, às 11-12 h.
Tirada com máquina Contaflex, Zeiss Ikon III, formato 35 m/m, com telémetro e obturador Syncro-Compur 1878308, objectiva Carl Zeiss Nr. 1553422 Tessar 1:2,8 f = 50 mm.
Abertura do diafragma 8.
Tempo de exposição — 30 s.
Película (marca) — Ilford.
Sensibilidade — FP3 da Ilford (29 B).

I — APARELHO:

a) Marca — Oberland (alemã).
b) Formato — 9 × 12.
c) Objectiva — 4,5.
d) Lâmpada — foto-crescente — 15 Watts — corrente 110.

II — COMPOSIÇÃO DO BANHO:

a) 1 parte de água.
b) 1 parte de revelador normal para 2 l. de água. Metol 4 gr. + + hidroquinona 12 gr. + sulfito anidro 40 gr. + carbonato anidro 40 gr.
c) 7 gotas de brometo a 10 %.
d) temperatura — 18° centígrados (temperatura ambiente 18° a21°).

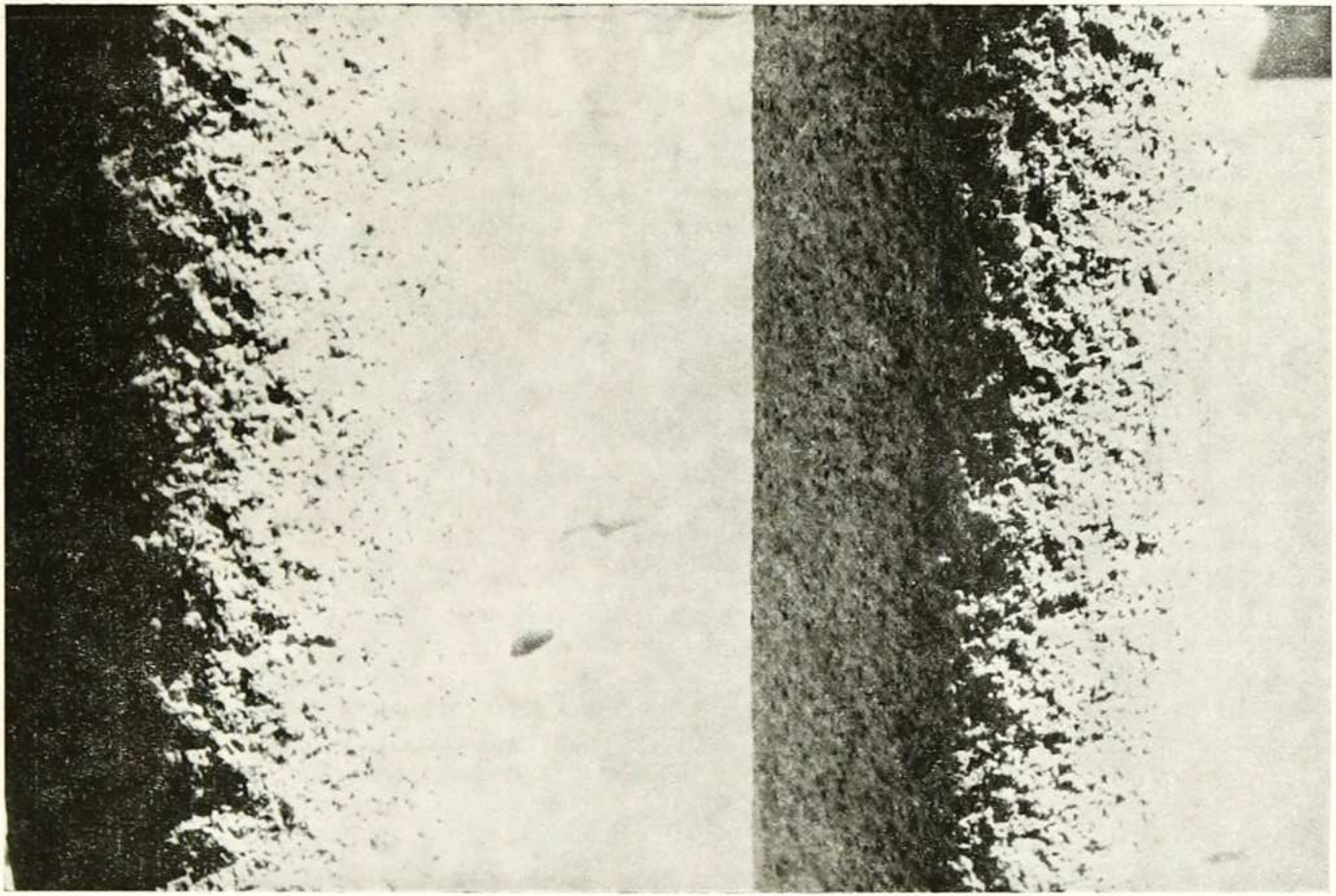
III — PAPEL:

a) Marca — Agfa BW 111.

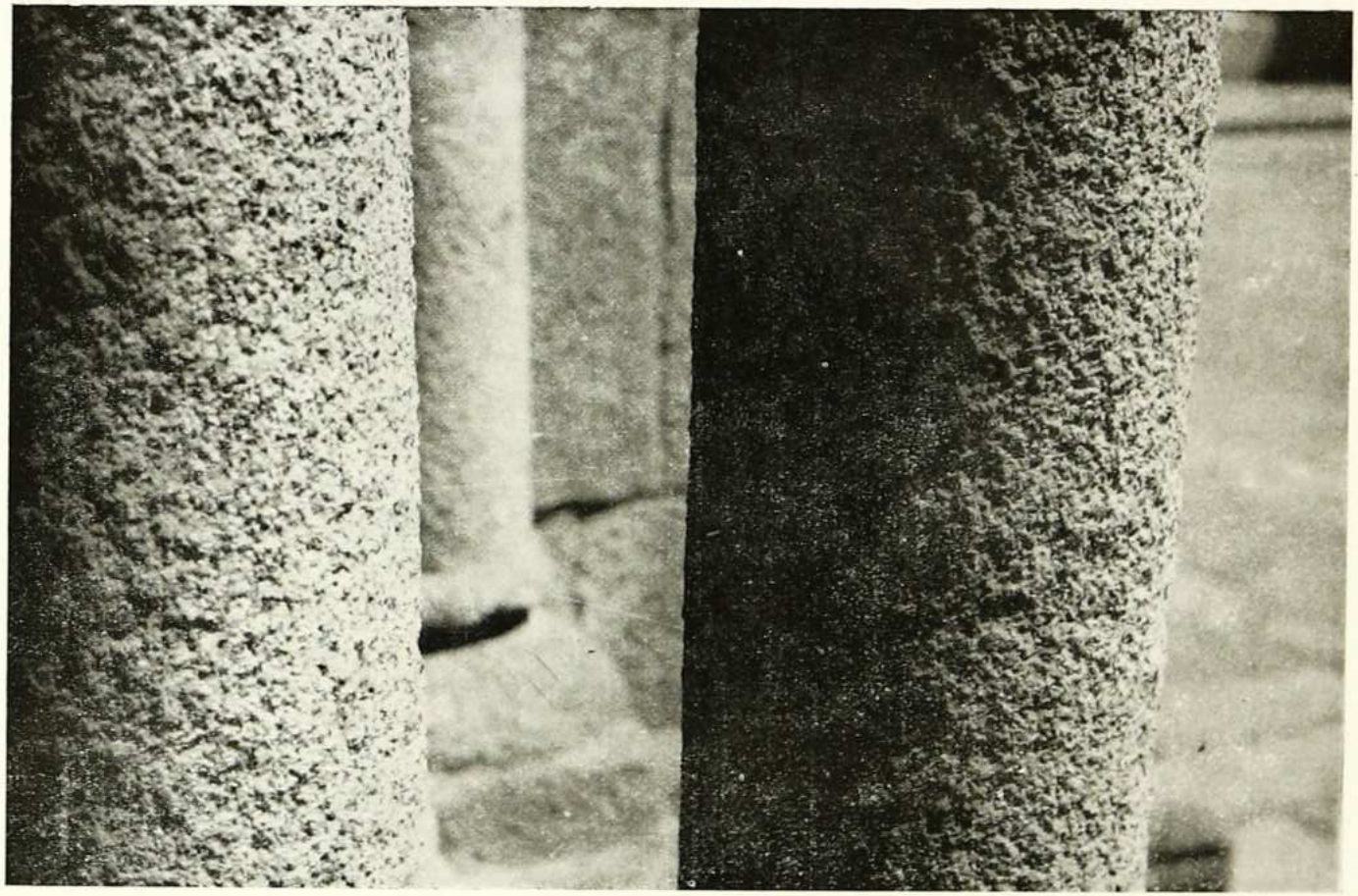
IV — INTERPRET:

a) diafragma — 8.
b) tempo de exposição — 60 s.
c) sem protecção.
d) medição do tempo pelo relógio — interruptor «Veado» — modelo 512/1/A (regista diferenças de 1/10 s.).

V — TEMPO DE REVELAÇÃO — 2 m. e 30 s.
VI — TEMPO DE FIXAGEM — 15 m.
VII — DATA — 3 de Novembro de 1959, às 12 h. até às 12,30 h.
VIII — O IMPRESSOR — António Henrique Ferreira.
IX — FOTOGRAFIA UNIVERSAL — Maurício de Meneses Correia — Rua de Cedofeita, 93, Porto — Telefone 22588.



1.ª Série — (A)
3.ª prova



2.ª Série — (B)
1.ª prova

FICHA DE AMPLIAÇÃO

3.ª prova da 1.ª série (A)

Da chapa 28 do X rolo de Fernando Brito.
Em 14 de Junho de 1959, às 11-12 h.
Tirada com máquina Contaflex, Zeiss Ikon III, formato 35 m/m, com telémetro e obturador Syncro-Compur 1878308, objectiva Carl Zeiss Nr. 1553422 Tessar 1:2,8 f = 50 mm.
Abertura do diafragma 8.
Tempo de exposição — 30 s.
Película (marca) — Ilford.
Sensibilidade — FP 3 da Ilford (29 B).

I — APARELHO:

a) Marca — Oberland (alemã).
b) Formato — 9 × 12.
c) Objectiva — 4,5.
d) Lâmpada — foto-crescente — 15 Watts — corrente 110.

II — COMPOSIÇÃO DO BANHO:

a) 1 parte de água.
b) 1 parte de revelador normal para 2 l. de água. Metol 4 gr. + + hidroquinona 12 gr. + sulfito anidro 40 gr. + carbonato anidro 40 gr.
c) 7 gotas de brometo a 10 %.
d) temperatura — 18° centígrados (temperatura ambiente 18° a 21°).

III) PAPEL:

a) Marca — Telko, BN2.

IV — INTERPRET:

a) diafragma — 8.
b) tempo de exposição — 60 s.
c) sem protecção.
d) medição do tempo pelo relógio — interruptor «Veado» — modelo 512/1/A (regista diferenças de 1/10 s.).

V — TEMPO DE REVELAÇÃO — 2 m. e 30 s.
VI — TEMPO DE FIXAGEM — 15 m.
VII — DATA — 3 de Novembro de 1959, às 12 h. até às 12,30 horas.
VIII — O IMPRESSOR — António Henrique Ferreira.
IX — FOTOGRAFIA UNIVERSAL — Maurício de Meneses Correia — Rua de Cedofeita, 93, Porto — Telefone 22588.

FICHA DE AMPLIAÇÃO
1.ª prova da 2.ª série (B)

Da chapa 27 do X rolo de Fernando Brito.
Em 14 de Junho de 1959, às 11-12 h.
Tirada com máquina Contaflex, Zeiss Ikon III, formato 35 m/m, com telémetro e obturador Syncro-Compur 1878308, objectiva Carl Zeiss Nr. 1553422 Tessar 1:2,8 f = 50 mm.
Abertura do diafragma 8.
Tempo de exposição 60 s.
Película (marca) — Ilford.
Sensibilidade — FP3 da Ilford (29 B).

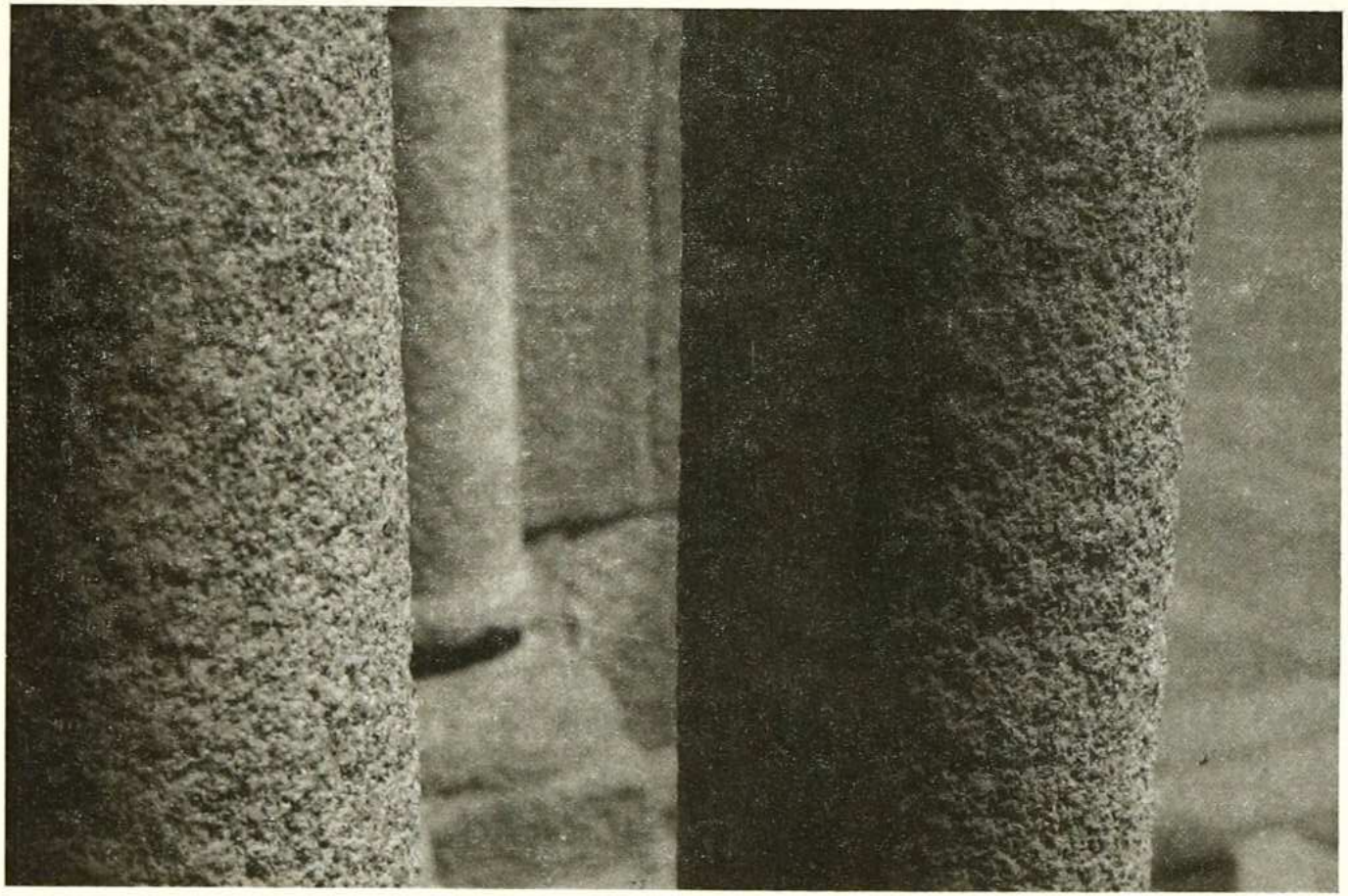
I — APARELHO:
a) Marca — Oberland (alemã).
b) Formato — 9 × 12.
c) Objectiva — 4,5.
d) Lâmpada — foto-crescente — 15 Watts — corrente 110.

II — COMPOSIÇÃO DO BANHO:
a) 1 parte de água.
b) 1 parte de revelador normal para 2 l. de água. Metol 4 gr. + + hidroquinona 12 gr. + sulfito anidro 40 gr. + carbonato anidro 40 gr.
c) 7 gotas de brometo a 10 %.
d) temperatura — 18° centígrados (temperatura ambiente 18° a 21°).

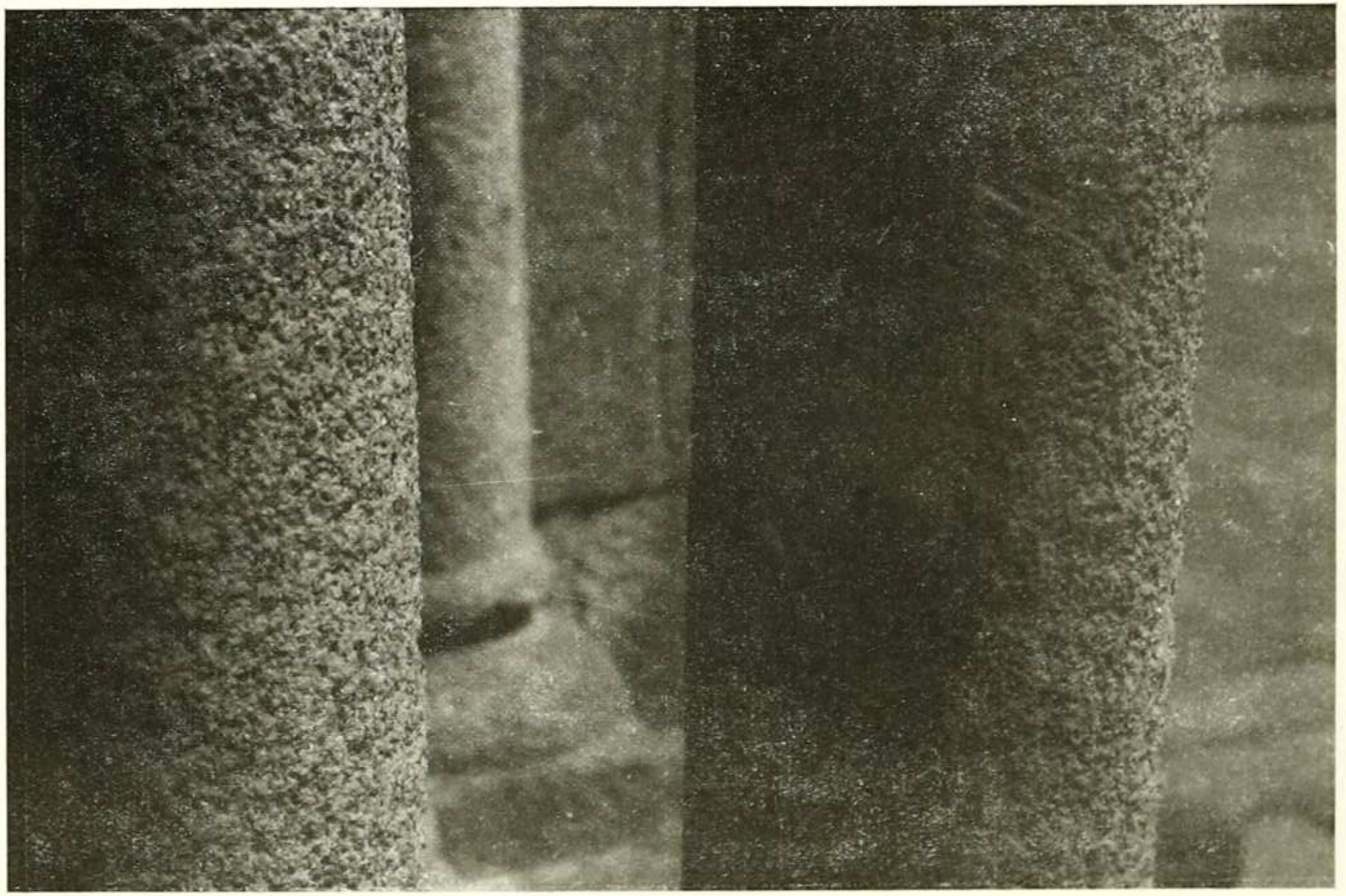
III — PAPEL:
a) Marca — Telko, BN2.

IV — INTERPRET:
a) diafragma — 8.
b) tempo de exposição — 60 s.
OBS. — O ângulo levemente deslocado por imperfeição.
c) sem protecção.
d) medição do tempo pelo relógio — interruptor «Veado» — modelo 512/1/A (regista diferenças de 1/10 s.).

V — TEMPO DE REVELAÇÃO — 2 m. e 30 s.
VI — TEMPO DE FIXAGEM — 15 m.
VII — DATA — 3 de Novembro de 1959, das 16,45 h. às 17 h e 15 m.
VIII — O IMPRESSOR — António Henrique Ferreira.
IX — FOTOGRAFIA UNIVERSAL — Maurício de Meneses Correia — Rua de Cedofeita, 93, Porto — Telefone 22588.



2.ª Série — (B)
2.ª prova



2.ª Série — (B)
3.ª prova

FICHA DE AMPLIAÇÃO
2.ª prova da 2.ª série (B)

Da chapa 27 do X rolo de Fernando Brito.
Em 14 de Junho de 1959, às 11-12 h.
Tirada com máquina Contaflex, Zeiss Ikon III, formato 35 m/m, com telémetro e obturador Syncro-Compur 1878308, objectiva Carl Zeiss Nr. 1553422 Tessar 1:2,8 f = 50 mm.
Abertura do diafragma — 8.
Tempo de exposição 60 s.
Película (marca) — Ilford.
Sensibilidade — FP3 da Ilford (29 B).

I — APARELHO:
- *a)* Marca — Oberland (alemã).
- *b)* Formato — 9 × 12.
- *c)* Objectiva — 4,5.
- *d)* Lâmpada — foto-crescente — 15 Watts — corrente 110.

II — COMPOSIÇÃO DO BANHO:
- *a)* 1 parte de água.
- *b)* 1 parte de revelador normal para 2 l. de água. Metol 4 gr. + + hidroquinona 12 gr. + sulfito anidro 40 gr. + carbonato anidro 40 gr.
- *c)* 7 gotas de brometo a 10 %.
- *d)* temperatura 18° centígrados (temperatura ambiente 18° a 21°).

III — PAPEL:
- *a)* Marca — Agfa BW 111.

IV — INTERPRET:
- *a)* diafragma — 8.
- *b)* tempo de exposição — 2 m.
- *c)* sem protecção.
- *d)* medição do tempo pelo relógio — interruptor «Veado» — modelo 512/1/A (regista diferenças de 1/10 s.).

V — TEMPO DE REVELAÇÃO — 2 m. e 30 s.
VI — TEMPO DE FIXAGEM — 15 m.
VII — DATA — 3 de Novembro de 1959, das 16,45 h. às 17 h. e 15 m.
VIII — O IMPRESSOR — António Henrique Ferreira.
IX — FOTOGRAFIA UNIVERSAL — Maurício de Meneses Correia — Rua de Cedofeita, 93, Porto — Telefone 22588.

FICHA DE AMPLIAÇÃO

3.ª prova da 2.ª série (B)

Da chapa 27 do X rolo de Fernando Brito.
Em 14 de Junho de 1959, às 11-12 h.
Tirada com máquina Contaflex, Zeiss Ikon III, formato 35 m/m, com telémetro e obturador Syncro-Compur 1878308, objectiva Carl Zeiss Nr. 1553422 Tessar 1:2,8 f = 50 mm.
Abertura do diafragma — 8.
Tempo de exposição 60 s.
Película (marca) — Ilford.
Sensibilidade — FP3 da Ilford (29 B).

I — APARELHO:

a) Marca — Oberland (alemã).
b) Formato — 9 × 12.
c) Objectiva — 4,5.
d) Lâmpada — foto-crescente — 15 Watts — corrente 110.

II — COMPOSIÇÃO DO BANHO:

a) 1 parte de água.
b) 1 parte de revelador normal para 2 l. de água. Metol 4 gr. + + hidroquinona 12 gr. + sulfito anidro 40 gr. + carbonato anidro 40 gr.
c) 7 gotas de brometo a 10 %.
d) temperatura 18° centígrados (temperatura ambiente 18° a 21°).

III — PAPEL:

a) Marca — Agfa BW 111.

IV — INTERPRET:

a) diafragma — 8.
b) tempo de exposição — 4 m.
c) sem protecção.
d) medição do tempo pelo relógio — interruptor «Veado» — modelo 512/1/A (regista diferenças de 1/10 s.).

V — TEMPO DE REVELAÇÃO — 3 m. e 30 s.
VI — TEMPO DE FIXAGEM — 15 m.
VII — DATA — 3 de Novembro de 1959, das 16,45 h. às 17 h. e 15 m.
VIII — O IMPRESSOR — António Henrique Ferreira.
IX — FOTOGRAFIA UNIVERSAL — Maurício de Meneses Correia — Rua de Cedofeita, 93, Porto — Telefone 22588.

Um exemplo de aplicação:

Se mandarmos fazer duas ampliações da mesma chapa, uma a cada profissional, elas sairão, muito provàvelmente, diferentes. Assim sucederá também se mandarmos fazer as ampliações à mesma pessoa em ocasiões diferentes (muitas vezes até na mesma ocasião).

Pensamos serem essas diferenças devidas à não determinação dos factores de que se compõem as operações de ampliação.

Ora, esses factores não são indeterminados, e supomos possível, em qualquer dos casos, obter fotografias com um grau de aproximação tal que (para as actuais condições de exigência no rigor) as possamos considerar equivalentes. Para tal a chapa terá que fazer-se acompanhar de uma ficha; nessa ficha se determinariam os factores de variação que o impressor deveria aplicar.

Teremos assim, segundo creio, dado um passo mais nas técnicas de registo preciso, para fixar, em documentos, os factos contemporâneos através do emprego da fotografia. Ainda que, como nos exemplos apresentados, esses documentos e essas técnicas incidam sobre elementos considerados, pelos historiadores, como sendo da Arquitectura Medieval, para o arquitectonólogo não deixam nunca de ser realidades presentes. Podem, portanto, sobre o mesmo documento, livremente incidir perspectivas tão diversas como: a do arquitectonólogo que, como vimos, o considera contemporâneo e a perspectiva do historiador que aproveita dele as evocações relacionadas com o que se designa por Idade Média.

Arte de cultivar a terra do Portugal Medievo

Por João Afonso Corte-Real

I

Assegurar o aproveitamento dos domínios convertendo-os de desertos estéreis e maninhos, sem o menor interesse económico, em bons lugares da área do território pátrio, seria de verdadeira vantagem para o necessário desenvolvimento nascente de Portugal, onde os campos cultivados eram diminutos e bastante mal trabalhados.

Os primeiros monarcas excederam-se em obstinados esforços no sentido de povoar o território e organizar a vida que, a bem dizer, andava sempre envolvida em guerras de conquista de mais terra para dar ao novo agregado populacional como que a unidade de nação e passar a ter feição definitiva. Mas, tudo se faria em obediência ao pontífice reinante e, deste modo, compreensível, se cumpriam as leis canónicas e as doutrinas de Cristo, as quais constituiam a lei divina que os portugueses acatavam e, como símbolo sagrado, ostentavam na bandeira dos escudos em cruz, onde se viam as chagas do Senhor, que nos deu o trigo, o vinho e tão religiosamente oblatados no santo sacrifício da missa.

As terras pareciam ser um dos mais valorosos sistemas do trabalho embora estivesse concentrado o seu domínio na posse do rei e os rendimentos, na medida determinada, atribuídos aos infantes. Jamais se hesitava, quando as circunstâncias o provocavam, em se promover com obediência cega, à destruição de bens e, se eram resultantes de castigos, entregavam-se os hortos aos burgueses que começavam a tratar das terras com determinado cuidado. Contudo, temos de frizar que o feudalismo jamais se revestiu de profunda regidez e «foi assim que bástantes feudos se constituam com o nome de honras», no entanto, não esqueçamos ser à sombra dos torreados solares que se projectam sobre o chão do lavrador, que recebia o rico homem a protecção contra o inimigo e dando em troca frutos do seu trabalho, que, a não ser assim, o fisco poderia chamar a si.

Quando se investigou o direito com que os possuidores das honras eximiam muitos territórios do senhorio directo da coroa, deu-se à classe popular poderoso auxílio; e, os barões, neste transe histórico, tiveram de consentir na fuga de bens herdados. Todos ou, pelo menos, muitos territórios conquistados com o sangue dos nossos valorosos guerreiros, desintegrados do domínio árabe, passavam automàticamente ao aproveitamento agrícola.

O movimento em favor da terra generalizava-se; com o aparecimento de Dom Silvestre Godinho na posse de o báculo da metrópole de Braga consertaram-se desavenças com a realeza, as quais só beneficiaram essas regiões de boa lavoura.

Portanto, muito prejudicada andava a fertilização dos campos com a desordenada política da propriedade agrícola e, até mesmo por causa dos imensos terrenos desprezados, era questão que servia para a acusação feita pelos bispos aos monarcas.

As cenas desagradáveis, como fossem as violências praticadas contra os municípios e contra as terras usurpadas por eclesiásticos, freires militares e fidalgos, sucediam-se. E, os próprios estrangeiros não eram indiferentes a este estado subversivo pois que cavaleiros leoneses vieram tomar posse de terras nossas e a Igreja não podia adquirir bens por compra, nem aceitar bens de raiz doados ou legados com o objectivo de poder intensificar a aplicação da nova lei de desamortização.

Contudo, uma ideia predominava inteira de conteúdo proveitoso e tendia para que, com todo o entusiasmo, o terreno, em larga escala, começasse a ser preparado para nele germinarem, com vigor, as sementes recebidas no seu seio. Tornava-se necessário, sem demora, o progressivo desenvolvimento da lavoura visto que a nação estava pobre e gasta pelas lutas sucessivas. Deste modo, as consequências mostravam-se prejudiciais, o aspecto agrícola era, por quase todo o lado, desolador. As causas da desgraçada situação iam sempre filiar-se nas guerras devastadoras dos campos e arrebatadoras de vidas. Além disso, a guerra civil causava ódios e sempre gerava o mal mesmo entre as famílias mais representativas. Na mais ampla acepção, a segurança para o pobre homem do trabalho rural não existia e, por isso mesmo, a agricultura decaía com os sofrimentos dos cultivadores.

II

A melhoria do país operada na sua vida mais íntima, no aspecto financeiro e noutras causas relacionadas, ia emancipando as classes infe-

riores que, com interesse, cumpriam os encargos tributários em moios de cereais, pipas de vinho e outros produtos de origem agrícola.

Entretanto, entendeu-se chegada a oportunidade de inquirir rigorosamente os casos de alguns arredondamentos de certos senhorios, do que resultou o benefício do regresso de umas tantas propriedades à coroa. Ao chegar o momento do régio senhorio do Algarve, ali se reservava para o rei, enquanto vigente, o direito de distribuir as terras da coroa com o propósito de não serem revogáveis as doações realizadas. Quis, em determinada altura, a Sé Apostólica lançar contribuições no território, o que, na transitoridade da história, veio a terminar.

Por vezes, os validos reais abusavam da pretensão de regalias entre as quais, como se lê em documentos coevos, constituiam na doação de terras, o que de modo algum obstava a serem extorquidas, por pressão moral, na primeira oportunidade. As inquirições provaram, mais tarde, que muitas terras da coroa andavam por mãos de particulares e da aludida medida resultava, com vantagem, que as terras mal adquiridas pelos seus possuidores, embora ainda vivos ao tempo, tivessem de ser restituídas aos bens do Estado.

Durante algum tempo discutia-se a retroactividade da lei, o regresso da propriedade rústica ao poder real era medida que poderia abalar a nossa vida agrícola, todavia o desassombro da decisão oficial realizou-se e vingou em absoluto.

III

Porém, assegurar as fronteiras tinha de obedecer a todos os intentos e, segundo se admite, um dos meios era doar terras às Ordens para nascerem núcleos de colónias agrícolas que povoariam e fertilizariam os territórios devastados pelas correrias guerreiras dos infiéis.

Encontramos no povo a vasta classe de homens livres que, em alguns casos, eram modestos proprietários e, além deles, existiam também os antigos colonos ou sejam os cultivadores das leiras de terras, se bem que não lhes pertencessem, como de igual modo acontecia aos rendeiros a quem os senhorios dividiam as courelas que constituiam o seu património. Os trabalhos do campo não podiam ser abandonados pelos homens livres que, a bem dizer, faziam parte integrante deles.

A tradição obrigava ao cumprimento dos tributos, na sua forma primária, como impostos incidindo sobre a terra no respeitante ao seu custo, mas poderiam tomar o sentido de sinal de reconhecimento do senhorio.

Os homens agregavam-se segundo a vocação revelada para os ofícios agrícolas e tanto o prédio rústico como o urbano obedeciam às mesmas precárias leis. Nestas simples classificações, exprime-se o conjunto de prédio, quer rústico quer urbano, ambos confinando nas denominadas cavalariças, geiras, jugadas e reguengos, subordinadas à modalidade profissional de trabalhador. Então, entre as causas da decadência da lavoura sobressai o defeituoso regime da propriedade onde os trabalhadores rurais, quase sem classificação e vivendo como seres desprezíveis, distribuiam-se por dois grupos: cabaneiros e jornaleiros, o primeiro desaparecido através dos tempos e o segundo ainda em pleno uso.

Foram depois vantajosas as cartas de povoação, nas quais o senhor da terra garantia aos moradores proveito a troco de determinadas obrigações. O rei ao conceder às povoações o coutamento isentava tributos, mas não deixava de, em contrapartida, impor severas multas.

Essencialmente agrícolas eram as povoações e excepções quase não existiam, mas os homens que, por qualquer razão, ainda que explicável, tivessem de pagar ao monarca pelo terreno onde levantassem a habitação, esse tributo era semelhante aos dos senhores dos prédios rústicos, como que uma espécie de foro: duas galinhas ou um quarteiro de castanhas.

A agricultura foi tão importante na idade média que o rei Dom Dinis, cognominado o lavrador, deu impulso notável ao amanho das terras de lavoura, por aceitá-la como tesouro da nação. As evidentes reminiscências do velho agro subsistiam nas unidades culturais das quintas, quintanas, casais e vilares com suas pluralidades de explorações agrícolas onde não só campeava a horta, mas na vizinhança estava o trigo e o pomar a enriquecer a restante exploração da terra. Não há dúvida que, com solo ubérrimo e regadio, o sol preside sempre à vida agrícola cujos resultados também se apreciavam na quantidade imensa dos cereais que, algumas vezes abundantes, se vendiam para a Flandres, visto o reino ser ainda pouco povoado.

IV

O cuidado no arroteamento das terras, sobretudo no Alentejo, constava de acertadas medidas mas, nem por isso, deixa de apreciar-se, na devida proporção, a iniciativa de semear-se o pinhal de Leiria, tão exuberante em nossos dias. A todo o transe a corte evidenciava a necessidade constante de uma florescente agricultura, mas as crises subsistiam e o panorama rural assumia situações embaraçosas, que o rei não escondia perante

os nobres a quem tinham sido dados campos para arrotear. Obrigavam-se os fidalgos, por intermédio dos corregedores, a lavrarem seus terrenos, a cuidarem de suas vinhas e, de qualquer forma, impunha-se o trabalho de por qualquer forma, valorizar as propriedades baldias e estéreis.

As coisas da agricultura, como tantas vezes acontece no decorrer da história, denunciavam defeitos e um deles surgia das coutadas dos ricos homens donde os animais cinegéticos saiam, perseguidos ou não, e danificavam as plantações. Só depois de bem conhecida a inconveniência se procurou evitar a fuga das espécies da nossa fauna incipiente que, das coutadas das circunvizinhanças, se introduziam noutros campos verificando na prática que o estrago, na agricultura, assumia aspectos ruinosos a seguir às caçadas. Este forte prejuízo para os vilãos — que nem sequer podiam matar os animais bravos ou mansos — havia de ser evitado.

As devastações, a falta de braços, os desconhecimentos dos métodos, a maneira incompetente de semear, o desleixo de promover novas plantações, as irregularidades do tempo, no que respeita a clima e pluviosidade, enfim tudo que interessa ao bom andamento da agricultura e da silvicultura precisavam ordenamento, quando possível.

Notaram-se, portanto, periódicas crises na agricultura, logo recuperadas com resultados indispensáveis, pois que «as terras da coroa produziam para a fazenda pública como outra qualquer propriedade particular para seu dono». Não convinha o afrouxamento da agricultura, pois dava direitos como receita que importava não deixar diminuir.

O preceito dos terrenos coutados e honrados não pagarem foro ao rei estava determinado por diploma de privilégio, no entanto existiam por outros títulos e por linhagem, este foi, como é sabido, o direito que também deu o amadigo, que permitia o alargamento às terras onde eram criados os filhos de algo e, querem alguns, os cães destinados à caça, extensão condenada por outros.

V

À primeira vista, poderá parecer que, pacificada a nação, só uma sã preocupação surgiria com a charrua a desbravar os terrenos a que a enxada auxiliava, com modéstia, o rompimento das charnecas. Mas, a verdade é que outras actividades se consideravam indispensáveis para os cultivadores porquanto a pesca, o comércio, o artesanato implicavam de igual modo atenção. A população encontrou nos mosteiros as escolas de agricultura necessárias, sobretudo, quando se tratava de frades beneditinos e

de cistercienses, uns cavavam as charnecas, outros tornavam enxutos os brejos, muitos ceifavam, debulhavam e podavam, mas logo que o tempo lhes ficava livre forjavam instrumentos agrícolas preciosos ao amanho dos campos.

O célebre «mancipius de lavoura», que era o lavrador na verdadeira acepção da palavra, mantinha à sua volta o «cachopius de lavoura» que, nem mais nem menos, ajudava a lavoura como moço. E, em tal nível estavam considerados os criados da casa agrícola que, por via da sua profissão, recebiam — doadas — pequenas courelas isentas do imposto fiscal e, como obrigação, teriam de cultivá-las. Contudo, o rei praticava a concessão de terras ermas a quem as pudesse lavrar e tornar proveitosas, mas nem por isso deixava de arrendar outras da coroa, como os reguengos da sua dotação e pelos quais exigia foros, por vezes, não muito acessíveis, devido à sua renda onerosíssima. Os arrendamentos da terra, conforme a tradição, trariam vantagem para as comarcas.

Segundo a natureza dos contratos, aparecem as formas curiosas como o pagamento que o enfiteuta realizava, em fruta na proporção estipulada, e o qual tomaria o nome de terrádigo, porção e ração, o que não inibia de satisfazer outros encargos inerentes à quota arrendada. Os encargos, mesmo històricamente falando, pesaram sempre nos orçamentos dos arrendatários que, com raridade, se mostram satisfeitos.

A mais vasta campina, ao tempo, situava-se no Alentejo, onde aparecia o maior número de courelas, para cada morador, mas impedia-se (ou pretendia impedir-se) que os grandes ermos estivessem abandonados. Mas, por outro lado, em nada se prejudicava a herdade lavrada dos nobres; no entanto, procurava-se dividir tudo que nela estivesse inculto. Parecia, já neste tempo, conselho de Deus mandar searar e afrutar a terra em vez de a conseravr paralizada. A intenção era clara: tirar o campo a quem não agricultasse a fazenda. Causas de decadência teriam de ser evitadas; as propriedades arrendadas por prazos em vida, os quais, sem dúvida, não se verificavam além de três, em que caducava a renovação. Assim, os rendeiros à medida que o tempo caminhava para o fim do contrato desinteressavam-se de explorar o chão e prejudicavam o terreno. Quando regressavam tais terras à posse do senhorio já se encontravam exaustas e desvalorizadas e, portanto, sem despertarem interesse para seu amanho, razão por que se explica o seu abandono, o que, tantas vezes, obstruia o aproveitamento continuado dos benefícios da lavoura e que, de qualquer forma, se procurava impedir.

VI

Ao norte de Portugal, as primitivas sociedades cooperativas da agricultura, da idade média, deram com vantagem proveitosos resultados. Já na Estremadura o critério e a natureza do solo revelavam-se diferentes, por um lado o aforamento tornou-se o conhecido tributo da jugada, com o precioso auxílio à lavoura dado pelas poderosas juntas de bois trabalhadores mas ronceiros. Para melhor aproveitamento, seleccionavam-se os terrenos produtivos para os cereais, restando os outros campos menos favorecidos para a plantação de pomares tão característicos da nossa terra.

A diversidade das qualidades dos solos obrigou os soberanos a procurarem incutir nos lavradores o hábito do trabalho de fazer o inteiro aproveitamento dos mesmos que, em parte grande, como que numa reforma agrária, beneficiaram as honras e os coutos. Outras operações de valorização da propriedade rústica provêm da circunstância de terem sido enxugados os paúis. A campanha desenvolvia-se no sentido de converter em proveitoso o terreno inculto, o que, mesmo à distância de séculos, se afigura sensato. Deste modo, aliás simples, surgiu a célebre lei das sesmarias «que mandava que se tirassem aos proprietários as terras que eles não trouxessem cultivadas». Ia-se mais longe por que se admitia a certeza do explorador entregar uma reanda razoável e talvez actualizada, como hoje, em propriedade antiga, não acontece.

VII

Conclui-se, com efeito, sem dificuldade de maior, que a fonte de riqueza de os portugueses consistia na agricultura e daí para o tesouro nacional estar próspero foi necessàriamente preciso que a lavoura se encontrasse sempre laboriosa. Vê-se, também, que a lavoura consistia numa predominante preocupação nacional desde a fundação da nacionalidade até ao período áureo dos descobrimentos marítimos.

VIII

Os motivos alegóricos à agricultura, evocativos de expressiva homenagem ao seu real valor, acham-se dispersos mas não resistimos, por exemplo, a relembrar os que estão realizados em interessantes esculturas de madeira, em dois baixos relevos existentes no coro da Sé de Évora. Estes representativos quadros de alguns trabalhos da faina agrícola alentejana

traduzem, sobremaneira, uma parelha de bois a lavrar, a terra produtiva, com charrua conduzida por camponês de aguilhão. A outra representa a ceifa de uma refulgente seara, donde brota o magnífico trigo do Alentejo.

IX

O presente trabalho examina, de relance, o que foi a agricultura medieval e, dentro desse pensamento, saltita pela terra portuguesa para, de uma maneira geral, não esquecer ora um ou outro local ora um ou outro sistema, se assim não fora a extensão deste escrito seria quase interminável.

X

Agora, pequena revista pelo norte onde a vinha desde os nossos primórdios enriquece o berço da nacionalidade. A policultura domina o quadro da sua verdejante forma de exploração do solo, no qual avulta, como em nenhuma outra parte do país, a posição da mulher que se revelou excelente lavradeira pelo afectivismo com que, desde sempre, cuida da lavoura. Não há dúvida que, numa adaptação portuguesa, de características próprias, a nossa agricultura medieval proveio, num e noutro caso, como símbolo do norte da nação e, deste modo, foi apropriando-se do melhor rendimento, embora sob formas bastante rudimentares, o que nunca é demais repetir.

XI

Bem se sabe que, por toda a parte da nossa terra, casos houve, por vezes, segundo as descrições dos contemporâneos, que nobres detentores de terras privilegiadas, com esclarecida bondade e sentimento cristão, davam possibilidades a seus criados para singrarem com benéficos resultados para a lavoura. Dentre as medievas regalias avultavam as terras de lavoura, nas quais se tornava indispensável o trabalho persistente a fim de valorizá-las. E nelas havia também que exercer certos géneros de actividades que, de um modo geral, se concretizavam no apascentamento do gado, no cuidado de explorar, com método, e deixá-la descansar periòdicamente.

O cultivador pobre, ou de origem modesta, residia, como ainda acontece, em características regiões, ao lado do celeiro e na vizinhança do estábulo, na vivência não só de outros animais domésticos e de tiro, de engorda

para alimentação e dos que se destinam ao penoso trabalho da lavoura como o boi, a vaca e o cavalo além dos menos representativos.

O edifício senhoril abarcava os casais da circunvizinhança, num gesto de paternidade que, bem se deixa ver, congraçava — no mesmo amor pela terra — fidalgos, nobres e plebeus, servos ao redor do âmbito agrícola, estes últimos sob a alçada dos primeiros e todos no serviço do rei, como principal Senhor.

É nota histórica de, nas Cortes de Santarém, no ano de 1434, os senhores procuradores dos concelhos apresentarem, sem qualquer hesitação, queixas a propósito de se tomarem providências para a «defensão dos domínios» por causa das repetidas contendas entre lavradores e pastores. O motivo da ocorrência, segundo consta, resultou de serem dadas aos lavradores, em certa altura, grandes coutadas, atribuídas num gesto de autêntico favoritismo. Nesse sentido, solicitaram del-rei D. Duarte I que ordenasse «sse dem par baraço ou per certa terra pera toda singell de bois e pera as vacas de leites», conforme referem os prgaminhos da Câmara de Ponte de Lima, transcritos no Arqueólogo Português, volume treze, a página 53.

Como quer que fosse, já no anterior reinado — o de D. João I — o monarca havia coutado porcos montanheses, perdizes, lebres e ursos que, afinal, provocavam danos irremediáveis nas lavouras e nos frutos dos pomares das fazendas.

Com louvável espírito de continuidade, deste movimento feliz, obrado por nobres e plebeus, resultou a empresa do arrendatário. As aspirações dos foreiros de antigos servos converteram-se em independentes e as suas escolas nasceram nas terras senhoriais. Mas, nem por isso, conseguiram acabar com os baldios que continuavam improdutivos.

A Idade-Média esteve de certo modo ligada a actos de actividade pública e privada com seus processos e orientações de repovoamento e de inegável tendência para a distribuição de terras incultas: de descuidado amanho, de negligente exploração, de aproveitamento parcial, de solo rico, do sistema de colonato, do regime fazendário, de característica encomendação, de prédio maninho, de terreno periòdicamente abandonado, de quintalada, de título de aforamento, ou mesmo desprezada.

A vida originária dos obreiros da terra proveio de núcleos nortenhos de tal forma que, no medievalismo, os barões, ricos-homens e trabalhadores rústicos desenvolviam, por toda a parte, a primeira riqueza do solo pátrio, como verdadeiros herdadores da sua grande propriedade rural. Convém frisar que assim aconteceu por ter começado no norte a recon-

quista cristã para imperar através dos séculos da vida portuguesa sempre de Fé, de trabalho, de conquista, de descobrimento das terras de continentes distantes; enfim, de civilização.

Nem sempre abundava o trigo, mas sobejava o cereal. O milho também nos dava o pão, assim como o centeio. O vinho abundava e criava fama além-mar. O linho já antigo na casa lusitana, com sua alvura, queria representar a bandeira da paz, tão necessária. A cortiça prometia-nos a riqueza. Se o milho veio da América, como a batata, a Índia deu-nos o chá e a laranja.

XII

Afinal, documenta-se que, entre outras actividades de inegável valia, a agricultura medieval encontrava-se ostensivamente representada pela expressiva imagem contida na valiosa página iluminada do precioso códice do Comentário do Apocalipse do Convento do Lorvão, com suas alusões, muito significativas, aos trabalhos do campo, tal como já se praticavam em pleno século doze.

Na mesma citada iluminura se vê, com inteira nitidez, a utilizada prensa vinícola de vara intrometida no habitual furo que ainda agora nas adegas das casas de lavoura pobre se usa nos lagares em que o homem a emprega no apertamento da uva para obter o vinho e a aguardente, sobretudo. E, no mesmo quadro, pode observar-se a vindimaria com perfeita nitidez.

O único animal que se nota presente é o cavalo passeiro a representar o elemento força que, naquela época, actuava na respectiva laboração agrícola.

Portugal de sempre tem procurado a significativa posição que, no aspecto agrícola, muito nos honra. A agricultra, que tem sido providencial, oferece-nos das riquezas mais importantes da nossa terra, onde sempre constituiu prática da maior importância. Tanto assim tem sido e continua a ser, que nos cumpre, agora, salientar a nossa magnífica situação actual perante a Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, ùtilmente representada entre nós pela Comissão Portuguesa da «F. A. O.» instalada a bem da Nação no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Para a História da Cultura Jurídica Medieva em Portugal

Por Mário Júlio Brito de Almeida Costa

Sumário: 1 — Os tipos que resultaram da metodologia dos glosadores. 2 — Análise de documentos medievais portugueses respeitantes a livros de direito. 3 — Interesse da investigação.

1 — Não parece de todo inútil divulgar algumas notas, recolhidas ao longo de outras investigações e respeitantes a livros de direito ligados à recepção romano-canónica. Constituem um pequeno subsídio para a história da cultura jurídica portuguesa na Idade Média, infelizmente ainda sem ter sido objecto de um estudo sistemático e aprofundado.

Façamos, porém, um prévio enquadramento. Não se ignora que já a partir do século XI — mas, sobretudo, desde os começos da centúria imediata — se produz uma notável viragem no campo do direito e da ciência jurídica, na Europa ocidental. Também é sabido que este facto histórico — marco expressivo no trânsito da alta para a baixa Idade Média — se articula num conjunto de forças de vária ordem. Lembro a restauração do Império do Ocidente e a sua luta com o Papa, logo a seguir à morte de Carlos Magno. A literatura polémica daqui emergente, que discute o problema do Estado e da sua função social, as formas de governo, o problema da Igreja e da respectiva orgânica interna — tudo, afinal, aspectos mais ou menos velados do grande tema que encheu a época: as relações do Papado com Império. Recordo o universalismo que resulta da fé e do espírito de cruzada, que unifica os homens indiferentes às fronteiras da raça ou da história. O imprevisto fervor, entre os séculos XI e XII, na exaltação da romanidade, postulado pela interpretação cristã do mundo. Finalmente, também não se podem perder de vista as novas dimensões da economia: o aumento da população, o êxodo do campo, as virtualidades da

nascente economia citadina, com o seu carácter essencialmente monetário, a sua indústria, o seu comércio e as suas novas classes sociais (1).

Quer dizer: razões de ordem cultural, política, religiosa e económica apontavam para o decisivo incremento do estudo do Direito Romano justinianeu. A fundação, por Irnério, da Escola de Bolonha ou dos Glosadores, onde se prende a amarra mais antiga da ciência jurídica moderna, inaugura e simboliza a nova época.

Mas o chamado Renascimento do Direito Romano foi um verdadeiro fenómeno europeu. Polarizado em Itália e em França, comunica-se, sucessivamente, às outras nações, devido a factores que são em geral conhecidos.

Pelo que respeita ao nosso país, a infiltração romanística, embora se inicie, por certo, logo no século XII, apenas se torna verdadeiramente significativa, a partir do século imediato. Tal penetração é traduzida: pela permanência de portugueses nos grandes centros de ensino do direito, da Itália e da França, e pela vinda de jurisconsultos estrangeiros a ocupar, no nosso país, importantes cargos públicos ou de magistério; pela fundação do *Studium generale* dionisiano; pela difusão dos textos de Direito Romano e de Direito Canónico; pelo desenvolvimento das leis gerais, inspiradas pelo novo evangelho jurídico; e também, sem dúvida, pela voga que, em Portugal, adquiriram as obras de conteúdo romano, ligadas ao nome de Afonso, o Sábio (2).

Apenas tratarei da difusão, entre nós, dos exemplares do *Corpus Iuris Civilis* e do *Corpus Iuris Canonici*, bem como das obras doutrinárias a eles respeitantes.

Convém, no entanto, trazer ainda à lembrança a atitude dos glosadores perante a codificação justinianeia e os diversos tipos literários que resultaram da respectiva metodologia. Tenhamos presente, antes de mais, que Irnério e os seus discípulos se preocuparam em estudar os textos justinianeus na sua forma original e completa, em vez de utilizarem, à maneira da época anterior, obras de segunda mão, como epítomes, compêndios ou extractos, que mais ou menos os deformavam. Acresce que foi adoptada uma sistematização em cinco *volumina*, diversa da tradicional, o que se explica quer pelo facto de o *Corpus Iuris* não ter sido alcançado

---

(1) Por todos, ver F. CALASSO, *Medio Evo del Diritto*, I — *Le Fonti*, Milano, 1954, págs. 345 e segs., e a seleccionada bibliografia que indica.

(2) Ver BRAGA DA CRUZ, *História do Direito Português*, Coimbra, 1955, págs. 324 e segs., e M. J. ALMEIDA COSTA, *Romanismo e Bartolismo no Direito Português*, Coimbra, 1960 (sep. do vol. XXXVI do *Boletim da Faculdade de Direito*).

de uma só vez, quer por motivos didácticos. É a divisão perfilhada em todas as escolas medievais e, em Portugal, até à Reforma Pombalina (3).

O Digesto vem a ser repartido em três volumes. Segundo a tradição, inicialmente circularam só os primeiros 23 livros e os títulos 1.º *(De donationibus inter virum et uxorem)* e 2.º (*De divortiis et repudiis*) do livro XXIV — o chamado *Digestum Vetus*. Em seguida, foram recuperados os últimos 12 livros, do XXXIX ao L — o *Digestum Novum*. Por fim, obtiveram-se os 14 livros intermédios, do XXIV (este desde o título 3.º, inclusive: *Soluto matrimonio dos quemadmodum petatur*) ao XXXVIII — os quais receberam o nome estranho, talvez devido a Irnério, de *Digestum Infortiatum* ou, simplesmente, *Infortiatum* (em português, *Esforçado*) (4).

O quarto volume desta sistemática é constituído pelos nove primeiros livros do *Codex*. Observemos que se manteve a separação herdada da alta Idade Média, onde o Código foi mutilado dos seus três últimos livros, considerados sem interesse prático.

Finalmente, completa a lista um volume menor que os anteriores — o *Volumen Parvum*, ou, apenas, *Volumen* (também dito *Authenticum*). Entram na sua composição: os *Tres Libri*, ou sejam, os três últimos livros do Código, as *Institutas*, uma colectânea de Novelas conhecida pelo nome de *Authenticum*, e, mais tarde, os *Libri Feudorum* e algumas *extravagantes* de imperadores do Sacro Império Romano-Germânico.

Foi sobre este «background» que os glosadores actuaram e fizeram carreira (5). O seu processo de trabalho mais típico — e que lhes emprestou o nome — foram as *glossae*, isto é, pequenas notas interpretativas com o escopo puro e simples de esclarecer a letra da lei. De começo, tão breves eram elas que cabiam entre as próprias linhas dos manuscritos do *Corpus Iuris Civilis* (as glosas interlineares); todavia, com o andar do tempo, tornaram-se mais desenvolvidas, ocupando as margens do texto (as glosas marginais). Dando ainda um passo em frente, estamos em face do *appa-*

---

(3) Cfr. BRAGA DA CRUZ, *ob. cit.*, pág. 319.

(4) Sobre esta designação, por ex., CALASSO, *ob. cit.*, pág. 527. Ver também SAVIGNY, *Geschichte des römischen Rechts im Mittelalter*, Heidelberg, 1834-1851, cap. XXII, § 157, nota *a)*.

(5) Repare-se no facto curioso de os juristas medievais — do mesmo modo que os romanos — não sentirem, tão vivamente como os autores modernos, o problema da originalidade e da tutela da autoridade das próprias obras. O que mais interessava a cada jurista era fornecer o seu contributo pessoal à tradição que recebera e que outros, depois dele, continuariam (Cfr. CALASSO, *ob. cit.*, pág. 547).

ratus, quando essa nota não constitua mera exegese descarnada, mas contenha algum desenvolvimento teórico.

No entanto, o esforço da Escola não se confinou nestes estreitos limites. Foram utilizados eficazmente outros géneros literários: assim, as *regulae iuris* (também designadas *generalia* e *brocarda*), que eram verdadeiras definições dos dogmas jurídicos, depois reunidas em colectâneas; os *casus*, ou hipóteses concretas de aplicação da lei, mais tarde autênticos comentários interpretativos; as *quaestiones*, isto é, disputas em torno de exemplos figurados; as *dissensiones dominorum*, que outra coisa não eram senão registos das controvérsias de alguns mestres sobre importantes problemas jurídicos.

Finalmente, os glosadores mais famosos elevaram-se, através das *summae*, ao plano duma visão unitária do sistema jurídico, superando a *littera* que tinha constituído o seu primitivo objecto de estudo. Na verdade, as *summae* consistiam em exposições sistemáticas que tomavam usualmente o Código por base, embora entrassem na sua feitura todas as restantes partes do *Corpus Iuris*.

Desta forma actuaram os civilistas, glosadores por antonomásia. Todavia, os métodos destes — assim como os das ulteriores escolas romanísticas — foram igualmente utilizados no paralelo movimento de renovação do Direito Canónico, apoiado nas colectâneas sucessivamente confeccionadas, desde o século XII (o *Decretum*, as *Decretales*, o *Sextus*, as *Clementinae*, as *Extravagantes Johannis XXII* e as *Extravagantes communes*). Com uma diferença: é que, enquanto os glosadores civilistas operaram sobre uma codificação envelhecida por cerca de seis séculos, pejada de antinomias e de repetições, os seus colegas canonistas, ao invés, trabalharam um material coevo, cujo nascimento e crescimento acompanharam, passo a passo. Por outras palavras: foi-lhes possível produzir obra mais pura e que o futuro acharia menos defeituosa. Não se enredaram nas enormes dificuldades dos glosadores do Direito Romano para os quais o texto justinianeu era uma verdade intangível, da qual desejavam aproximar-se a todo o preço (6).

(6) A respeito de quanto acabamos de expor, além de CALASSO, *ob. cit.*, págs. 521-563, ver: J. JUNCKER, *Summen und Glossen — Beiträge zur Literaturgeschichte des kanonischen Rechts im zwölften Jahrhundert*, in *Zeitschrift der Savigny — Stiftung für Rechtsgeschichte*, Weimar, 1925, Kan. Abt., XIV, págs. 384 e sgs.; ST. KUTTNER, *Repertorium der Kanonistik (1140-1234) Prodromus corporis glossarum*, I, Città del Vaticano 1937; E. GENZMER, *Die Iustinianische Kodification und die Clossatoren*, in *Atti del Congresso Internazionale di Diritto Romano*, Bologna, I, Pavia, 1934, págs. 347 e segs.; G. LE-BRAS, *Bologne Monarchie Médiévale des Droits*

2 — Postos estes indículos, achamo-nos agora habilitados a ganhar a lição dos documentos que coligi (7). Seriemo-los por ordem cronológica:

— O mais antigo pertence à segunda metade do século XII. Constitui uma prova importantíssima de que já então eram conhecidos entre nós, ao menos numa esfera erudita, livros jurídicos da romanística e da canonística medievais. Trata-se do testamento de D. Fernando Martins, bispo do Porto, que morreu em 8 de Novembro de 1185. Nele se estabelecem os seguintes legados: «Mando Portugalensi ecclesiae decreta mea et institutiones et autenticam et nouellam sicut sunt in uno uolumine et summam decretorum et institutionum et codicis siti in alio uolumine [...] Mando

---

Savants, in *Studi e Memorie per la Storia dell'Università di Bologne*, Nuova serie, I, Bologna, 1956, págs. 1 e segs. Sobre os glosadores, na qualidade de escritores, consultar ainda o livro clássico de SAVIGNY, *Geschichte des römischen Rechts im Mittelalter*, cit., cap. XXIV.

(7) Repito: documentos que, evidentemente, pouco representam em confronto com os resultados presumíveis duma investigação sistemática e exaustiva dos nossos arquivos. Mas quando será ela realizada?

O P. AVELINO DE JESUS DA COSTA (*Fragmentos preciosos de códices medievais*, Braga, 1949, pág. 15) alcançou já numerosos fragmentos de códices jurídicos medievais. Pena é que não seja possível identificar muitos deles. Antecipadamente, remetemos também para a comunicação sobre *As bibliotecas portuguesas medievais*, que o Dr. José Sebastião da Silva Dias apresentou ao «Congresso Histórico de Portugal Medievo», de Braga. Supomos que nesta altura ainda não foi dada à estampa.

Do *Inventário dos Códices Alcobacenses* (Biblioteca Nacional de Lisboa), Lisboa, 1930-1932, respigamos: pág. 43 (CCCVIII-41: as Decretais de GREGÓRIO IX, com as glosas de BERNARDO DO BOTONO e acompanhadas doutras decretais do mesmo pontífice e de INOCÊNCIO IV; Letra dos começos do séc. XIV); pág. 44 (CCCXXI-42: casos abreviados ou glosas sobre as *Decretales*, por BERNARDO DE COMPOSTELA?, em letra dos fins do séc. XIII ou princípios do séc. XIV); pág. 45 (CCCXXII-43: ver *infra*, nota 29); pág. 165 (CCCVII-201: as *Decretales*, em letra dos fins do séc. XIII ou princípios do séc. XIV); pág. 166 (CCCXVIII-202: ver *infra*, nota 31); pág. 179 (CCCXI-215; o *Sextus* de BONIFÁCIO VIII, em letra dos começos do séc. XIV; e CCCXII-216: o *Sextus*, seguido das *Clementinae*, com três constituições de JOÃO XXII, em letra da primeira metade do séc. XIV); pág. 180 (CCCXIII-217: o *Sextus*, em letra da primeira metade do séc. XIV); pág. 237 (CCCXX-267: *Casus decretorum*, compostos por BENECASA e reformados por BARTOLOMEU DE BRÉSCIA, em letra dos princípios do séc. XIV); pág. 243 (CLL-273: ver *infra* nota 39; e CCCX-274; o *Sextus*, em letra do séc. XIV-1341); pág. 244 (CCCXVI-275): *Magnum formularium* de Direito Canónico, de autor desconhecido, em letra cursiva da primeira metade do séc. XV); pág. 245 (CCCXVII-276: Dicionário de Direito Canónico, também chamado Pérola ou Suma do Decreto de Graciano, por MARTINHO DE POLÓNIA dominico, bispo de Gnesen, em letra gótica da primeira metade do séc. XIV); pág. 337 (CCCIII-365: Colecção dos decretos dos concílios e papas, por BURCARDO, bispo de Worms, em letra francesa dos fins do séc. XII); pág. 345 (CCCXIX-371: Códice for-

Bracharensi ecclesiae codicem meum et digestum uetus et nouum in tres partes cum isforciato et psalterium glosulatum» (8).

A partir do século XIII, porém, tornam-se menos raros os exemplos em que surgem textos de Direito Romano e de Direito Canónico como objecto de deixas por morte; e daqui, será possível argumentar em prol da sua crescente difusão.

— Comecemos por referir o testamento do prelado bracarense D. Estêvão Soares, feito em 5 de Agosto de 1228. Nele se lê: «Item mando libros meos, scilicet, tria paria decretorum, quorum duo sunt in ecclesia apud me, tercium par tenet de me Nunus Gomecii Barretus, quem ego nutrivi aliquanto tempore, ut per ea studeret et restitueret ea postmodum ecclesie Bracarensis thesauro Sante Marie et mando ei codicem meum et

---

mado por duas peças, abrangendo a primeira, em letra gótica da primeira metade do século XIV, a *Summa*, incompleta, de EGÍDIO *de Fuscariis* e as *Quaestiones dominicales* de BARTOLOMEU DE BRÉSCIA; quanto à segunda peça, *infra*, nota 31); pág. 358 (CCCV-381: Decretais antigas, compiladas por BERNARDO DE PAVIA, JOÃO DE GALES e PEDRO DE BENEVENTO, com a quarta compilação onde se contêm os decretos do 4.º concílio de Latrão e as constituições de INOCÊNCIO III; tudo acompanhado de glosas e notas de vários autores; em letra dos princípios do séc. XIV); e pág. 359 (CCCVI-382: as *Decretales*, com glosas de BERNARDO DE BOTONO e outros; letra dos começos do séc. XIV).

(8) Cfr. *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, 1924, págs. 385-386 e 654. Já tive oportunidade de referir este documento em *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, 1957, págs. 62 e seg.

É curioso que D. FERNANDO MARTINS participou, como um dos três delegados da Santa Sé, na reunião efectuada em Tui, em Novembro de 1182, para receber as alegações das dioceses de Braga e de Compostela sobre os bispados de Coimbra, Guarda, Lamego e Viseu. O arcebispo bracarense D. GODINHO citou, aí, passagens do *Codex Iustinianus* (Ed. KRUEGER: II, 52, 7; VII, 39, 8) e do *Decretum Graciani* (Dist. LXXVI, c. 8; c. 3, C. VI, qu. 3; c. 13, C. XVI, qu. 3) (Cfr.: CARL ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, Berlin, 1927, pág. 273, nota 7, pág. 274, notas 9 e 10, e pág. 282, notas 24 e 25; P. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Geórgicas de Virgílio (Fragmentos Portugueses do século XI)*, Coimbra, 1956, pág. 12 — sep. de *Hvmanitas*, vols. IV e V da nov. série.).

Quanto a uma escritura de doação, de 6 de Abril de 1129, exarada em nome de D. AFONSO HENRIQUES, onde se invoca a autoridade das leis romanas ao lado do direito dos Francos e dos Godos, não tem interesse para o problema que nos ocupa. Além de se tratar de uma frase feita de estilo notarial importado (RUI DE AZEVEDO, *Documentos Medievais Portugueses — Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, pág. 121, doc. 97; ver a nota XXIV do resp. *Apêndice*), não reputamos que aluda ao direito das colectâneas de JUSTINIANO. Mesmo que não se tratasse de uma simples referência em abstracto, deveria visar, sem dúvida, o Direito Romano de procedência teodosiana.

instituta et decretales primas et medias ut isti libri distrahantur fideliter et de precio eorum fiant libri ecclesiastici quos intellexerint magis necessarios qui semper serviant in coro Bracarensi ad instar librorum quos episcopus Obsoniensis bone memorie reliquit ecclesie Bracarensi ([9]).

— Em seguida, aparece-nos um excerto do testamento de D. Julião Fernandes, que foi bispo do Porto e morreu em 31 de Outubro de 1260: «Item mandamus valasco facundj thesaurario ecclesiae portugalensis L. morabitinos in quibus emat unum codicem legalem ([10]) — Item mandamus Petro ffernandi canonico nepoti nostro L. morabitinos in quibus emat unum uolumen decretalium» ([11]).

— Muito interessante é o testamento feito em Bolonha pelo mestre-escola de Braga, Pedro Moniz. Tem a data de 19 de Junho de 1962 e encontra-se registado no *Livro dos Testamentos*, I, fl. 1, n.º 2, do Arquivo Distrital de Braga ([12]). Merece duas rápidas palavras de apresentação.

Sendo este diploma confeccionado no estrangeiro, resulta que, em rigor, não podemos articulá-lo na linha evolutiva marcada, no nosso país, pelos actos de última vontade, conquanto, pela nacionalidade e localização das pessoas e bens, visasse a obter, aqui, reconhecimento e execução. Nem interessa conjecturar sobre as novidades que um tal documento, redigido no coração da cultura jurídica da época, poderia trazer ao notariado português. Não esqueçamos que se assiste, desde fins do século XI, ao renascimento gradual do verdadeiro acto de última vontade, como produto exclusivo do «desenvolvimento orgânico do próprio instituto do testamento-mandato» ([13]). Por outro lado, a influência operada, mais tarde, pela recepção romanística é já bem evidente nos cartórios nacionais da segunda

---

([9]) Arquivo Distrital de Braga — Gav. dos Testamentos, n.º 14.

([10]) Os glosadores utilizam a expressão *libri legales* para designar, no seu conjunto, os textos de direito civil que constituíam objecto de estudo (Ver CALASSO, *ob. cit.*, págs. 527-528). Numa escritura de 28 de Janeiro de 1466, encontra-se a seguinte frase: «cinquo liuros q̃ som huũ corpo de lex cõuem a saber: huũ volume e huũ codigo, e huũ dejeesto nouo, e outro dejeesto uelho e huu esforçado» «*Livro II Místico de Reis*, fl. 42; pode ser consultada em GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., Lisboa, s. d., I, pág. 124, nota de pág. ant.).

([11]) Cfr. o *Censual do Cab. da Sé do Porto*, cit., pág. 398.

([12]) O cartulário *De testamentis I* contém um total de 94 documentos, dos séculos XIII e XIV, lançados em 89 folhas por diferentes copistas do século XIV (Ver ALBERTO FEIO, *O Arquivo Distrital de Braga — Notas Histórico-Descritivas*, in *Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, I, Braga, 1920, pág. 87.

([13]) MERÊA, *Origens do executor testamentário*, in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, II, Coimbra, 1953, pág. 31.

metade do século XIII. Espécies como esta — e não raro até com um formulário mais apurado — vão-se agora tornando a moeda corrente.

Vale o nosso diploma, sobretudo, por constituir mais uma fonte que nos chama a atenção para a assídua permanência, na terra de Irnério, de estudantes de várias regiões da Península, como se sabe, um dos mais poderosos factores da introdução, em Portugal e na Espanha, das novas correntes de ideias. Lembremos que em Bolonha ensinou João de Deus (14), no século XIII, e que aí constituíam os estudantes portugueses, ainda em 1432, uma das dezasseis *nações* de escolares *ultramontanos* (15).

Acresce que o testador dispôs de livros de Direito Romano e de Direito Canónico, aqueles obedecendo, como não podia deixar de ser, à sistemática medieval: ao lado das Decretais, o Digesto Velho, o Esforçado, o Digesto Novo, o Código e o Volume (isto é, o chamado *Volumen Parvum*).

Publicamos o documento na íntegra: «Testamentum Petri Munionis magistriscolarum Bracarensis. In nomine Domini. Hoc est testamentum quod fecit domnus Petrus Munionis magisterscolarum Bracarensis. In primis lego domno Martino archiepiscopo Bracarensi intuitu persone codicem meum et inforciatum lego digestum uetus ecclesie de Saccauem ita quod uendatur et de pretio emantur possessiones pro supra dicta ecclesia de Saccauem. Lego digestum nouum capitulo Bracarensi predicto tenore. Lego capitulo Lamecensi decretales meas predicto tenore ita quod in qualibet predictarum ecclesiarum in die anniuersarij mej fiat commemoratio pro me ita quod in quolibet anno fiat anniuersarium pro anima mea. Fructus autem prebende Lamecensis qui mihi debent dari per annum eidem capitulo lego ut ex eis una cum pretio decretalium emantur possessiones pro anniuersario faciendo. Item de uolumine meo uolo quod fiant exsequie mee et residuum dentur predicatoribus apud quos eligo sepulturam quem librum scilicet uolumen supra dictum uolo uendi per domnum Dominicum Petri cantorem Vimaranensem et domnum Stephanum Iohannis canonicum Bracarensem et exequi exequias supra dictas. Martino seruienti meo lego LX.ª libras portucalenses pro seruitio mihi exhibito.

---

(14) Sobre JOÃO DE DEUS, além de SAVIGNY, *Geschichte des römischen Rechts im Mittelalter*, cit., cap. XLV, 1.°, ver A. DOMINGUES DE SOUSA COSTA, *Cultura Medieval Portuguesa — Notas sobre um mestre português em Bolonha*, in *Itinerarivm*, I, Braga, 1955, págs. 29 e segs., *Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus — Vida e Obras*, Braga, 1957, e *Animadversiones criticae in vitam et operam canonistae Ioannis de Deo*, Romae, 1958.

(15) HASTINGS RASHDALL, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, Oxford, 1895, I, págs. 184-185; MÁRIO BRANDÃO-LOPES DE ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra — Esboço da sua História*, Coimbra, 1937, pág. 12.

Item omnem hereditatem paternam lego matri et fratribus equis porcionibus capiendam domnum Martinum archiepiscopum Bracarensem heredem meum instituo et rogo ut omnia mea legata et relita (*sic*) adinpleat. Item lego Fernando Dominici clerico meo sexaginta libras Portucalenses. Item lego fratribus Richardina bonorum alie res mee quas habeo Bononie distribuantur pro arbitrio supra dictorum scilicet domni cantoris et domni Stephani Iohannis quos uolo et rogo esse fideicomissarios in parte. Item lego capitulo parrochiali decem solidos. Et si hoc testamentum non poterit ualere iure testium uolo ualere iure codicillorum uel iure cuiuslibet alterius ultime uoluntatis. Istud testamentum est conditum a predicto domno Petro Munionis magistroscolarum Bracarensi compote mentis sue. Anno Domini M.° CC.° sexagesimo secundo. Mense Junij die lune XIIj° Kalendarum Julij. Presentibus domno Francisco doctore legum, domno Cerueiyro fratre suo doctore legum, domno Dominico Petro cantore Vimarenensi, domno Stephano Iohannis canonico Bracarensi, domno Iohanne Egidij canonico Vimaranensi, Sancerto diocesis Sagrim (?), Martino famulo suo. Ego Jacobinus Michelis Meroline imperiali auctoritate notui predictum testamentum clausum et duobus sigillis sigillatum in unoquoque erant due figure sculp[t]e una angelica et alia cuiusdam mulieris et hee littere sigillum Petri magistriscolarum Bracarensis. In alio uero sigillo erat quedam auis sculpta cum duabus alijs figuris et auibus ibi sculptis et hee littere que nominabant (?) sigillum Dominicj Petri cantoris Vimaranensis. A domno Dominico Petri cantore Vimaranensi recepi et eum de mandato eius coram testibus superius nominatis et infra scriptis aperui et coaperto et lecto in presentia testium supra scriptorum et infra scriptorum et aliorum plurimorum uirorum ipsum postea in publicam scripturam redegi de mandato dictorum comissariorum. Hec quidem acta fuerunt in ciuitate Bononie in domo Bridani filij olim domni Pascentis pauperem palam et aperte. In presentia domni Petri Garsie archidiaconi Cesaraugustani, magistri Gondisalui archidiaconi Modionensis, domni Petri M[ar]tini canonici Auriensis, domni Iohanis canonci Palentini, domni Garsie Petri canonici Zamorensis, domni Fernandi Arie canonici Compostellani, domni Barneti (?) canonici Legionensis, domni Dominici Stephani canonicj Vimaranensis et Iohannis Martini et aliorum supra dictorum. Sub anno Domini M.° CC.° LX.° IJ.° indicione prima die undecimo exeunte Junio».

— Segue-se um extracto do célebre *Livro das Kalendas*, da Sé de Coimbra. Por ele se vê que o arcebispo compostelano D. Egas Fafes,

antigo bispo de Coimbra ([16]), morreu em 9 de Março de 1268, e que deixou ao cabido conimbricense vários bens, entre os quais se incluem obras de Direito Canónico e de Direito Romano ([17]), a saber: «Decretum cum apparatu Iohannis et Decretales cum apparatu Bernaldi et Rationes iuris canonici et Summa Huguicionis super Decreto». Deveriam estes livros ficar em depósito «in thesauro Colimbriensi» a fim de serem emprestados a estudantes «per mandatum episcopi et capituli», segundo as condições impostas no testamento. Aqueles que os recebessem seriam obrigados a fornecer boa caução, penhoratícia ou a dar fiadores idóneos: pelo *Decretum* e pelas *Decretales*, cem libras; pelas *Rationes*, vinte libras; e pela *Summa*, quarenta libras.

Chamamos a atenção, em especial, para a referência a Bernardo de Parma, por assim dizer, o último grande glosador canonista, cuja glosa ordinária compendia e sintetiza, nos meados de duzentos (A. 1256), o poderoso trabalho exegético dos decretalistas anteriores ([18]). Do mesmo modo, não deve passar despercebida a *summa* de Huguccio de Pisa, que viveu entre a segunda metade do século XII e os primeiros anos do século seguinte. É a mais vasta de todas as *summae* decretistas ([19]).

Eis o documento em apreço: «Era M.ª CCC.ª VI.ª VII.º idus marcii. Obiit apud Montem Pessulanum domnus Egeas Fafile archiepiscopus compostellanus quondam episcopus Colimbriensis cuius corpus miraculose ductum est et honorifice a familia sua in civitate Colimbriensi et sepultum est in sepulcro suo fabricato iuxta altare beate Clare uirginis ab eodem episcopo ad honorem ipsius uirginis dedicatum XV.º kalendas maii de eadem era; qui reliquit capitulo Colimbrienisi omnia ista que secuntur prout in testamento eiusdem domini continetur cuius tenor talis est: [...] Item de libris nostris quos habemus in iure canonico et ciuile haec statuimus

([16]) Cinjo-me ao que ensina o documento. Segundo o P.e MIGUEL DE OLIVEIRA, D. EGAS FAFES governou a diocese de Coimbra até 1268, ano da sua morte, sucedendo-lhe D. MATEUS (*História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1948, pág. 432). Sobre a vida de D. EGAS FAFES, ver: PEDRO ÁLVARES NOGUEIRA, *Livro das vidas dos Bispos da Sé de Coimbra* (Ed. ROCHA MADAHIL, Coimbra, 1942, págs. 74 e segs.), e FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Catalogo Chronologico Crítico dos Bispos de Coimbra em Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1724, IV, n.º XVIII, págs. 86 e segs.

([17]) ÁLVARES NOGUEIRA (*Livro das vidas dos Bispos*, cit., pág. 83) diz apenas que D. EGAS FAFES deixou à Sé «a sua livraria q̃ era de m.to preço».

([18]) Ver também, *infra*, o último documento da série («et aliud uolumen decretalium Gregorii nonij cum glossa Bernardi»). Sobre BERNARDO DE PARMA, consulte-se CALASSO, *ob. cit.*, págs. 402, 563 e 585.

([19]) Ver CALASSO, *ob. cit.*, págs. 529 e 559.

et mandamus uidelicet quod *Decretum* cum apparatu Iohannis et *Decretales* cum apparatu Bernaldi et *Rationes iuris Canonici* et *Summa Huguicionis* super *Decreto* remaneant in thesauro Colimbriensi et dentur inde per mandatum episcopi et capituli secundum condiciones in isto testamento inferius anotatas. Cum ergo uoluntatis nostre sit quod predicti libri sint ad utilitatem mandamus quod libri iuris canonici qui reponuntur in thesauro Colimbriensi dentur Petro Iohannis nepoti nostro canonico eiusdem et Fernando Suerii nepoti nostro thesaurario et Martino Egee archidiacono Colimbriensi hoc modo quod si insimul concurrerint et uoluerint ire ad studium et adiscere per eosdem predicti libri diuidantur inter eos secundum quod episcopus et capitulum uiderint expedire. Verum cum intencionis nostre sit quod predicti libri nullo modo nec aliquo titulo alienacionis alienentur mandamus quod ille qui debuerit eos recipere det bonam pignoraticiam caucionem uel bonos et idoneos fideiussores hoc modo uidelicet pro *Decreto* in Cm. libris et pro *Decretalibus* in centum et pro *Rationibus* in XX.ti et pro *Summa* in XL.ª libras persoluat si eum aliquo modo alienare contigerit librum aliquem de premissis et nichilhominus prestabit corporaliter iuramentum ante quam dictos libros uel aliquem seu aliquos de ipsis recipiat quod nullo modo eos uel aliquem seu aliquos de ipsis alienabit. Et mandamus quod post mortem istorum seu si forte isti ad studium cum dictis libris ire noluerint si aliquis fuerit de genere nostro tam ex parte patris quam ex parte matris actus ad adiscendum cum supradictis condicionibus recipiat dictos libros; et haec mandamus fieri computata genealosia usque ad decimam generationem ita quod propinquiores semper antecedant. Item mandamus quod si forte aliquis de dictis libris aliquo modo fuerit alienatus de pecunia que pro eo recipietur ematur liber alius consimilis qui semper remaneat in dicto thesauro cum condicionibus supradictis mandamus etiam quod si non fuerit aliquis de genere nostro usque ad predictam generacionem quod ex tunc libri libere remaneant in dicto thesauro ad profectum illorum de ecclesia qui studere uoluerint per eosdem. Et si forte capitulum uiderit expedire quod predicti libri uendantur, uendantur post prefinitum tempus siue geneolosiam et hoc in arbitrio dicti capituli remaneat. Et si uenditi fuerint pecunia que pro eis recipiatur ponatur in possessionibus aliquibus per quas fiat anniuersarium semel in anno pro anima nostra» ([20]).

([20]) Cfr. PIERRE DAVID-TORQUATO SOARES, *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, I, Coimbra, 1947, páginas 198-199 e 202-203. Ver. P.e MÁRIO MARTINS, *Arte e Códices Medievais no «Livro das Kalendas»*, in *Itinerarivm*, cit., I, pág. 716.

Outro assento do *Livro das Kalendas*, também da segunda metade do século XIII, regista: um «librum Decretorum» (avaliado em 40 libras), um «librum Decretalium» (avaliado em 35 libras), um «librum codicis domni Iustiniani cum tribus libris codicis extraordinariis» (avaliado em 40 libras), um «Digestum uetus», um «inffortiatum», um «librum Autenticorum», uma «Summa Açonis» (avaliada em 25 libras) e um «librum in quo sunt plures summe et borcardica» ([21]).

Observe-se a divisão do Código — que já conhecemos — num corpo principal, constituído pelos primeiros nove livros, e num complemento formado pelos três restantes. Encontramos também aludida neste documento uma *Summa Azonis* («Summa Açonis»), por certo, um exemplar da famosa *Summa Codicis*, escrita nos primeiros anos do século XIII e que possui dimensões muito maiores do que as anteriores ([22]).

Enigmática é a referência sucinta, que aqui se faz, a um «librum de VII.em partibus glosatum per linguagium» e a outro «librum de VII.em partibus glosatum per latinum», onde não poderemos ver, sem mais, a *Ley de las Siete Partidas*, publicada po Afonso, o *Sábio*, em 1265 ([23]).

«Era M.ª CCC.ª XX.ª III.ª Obiit domnus Iohannes Gunsalui dictus Chancinhus huius ecclesie canonicus qui reliquit capitulo Colimbriensi quicquid habebat secundum quod in testamento suo supra proximo folio scripto plenitus continetur [...] Et dictus Iohannes Gunsalui legauit omnes libros suos capitulo Colimbriensi sub tali condicione quod Petrus Fernandi clericus suus et porcionarius ecclesie Colimbriensis haberet eos in uita sua et post mortem dicti Petri Fernandi Stephanus Martini dictus Silvares haberet eos in uita sua, et post mortem amborum dictum capitulum habe-

---

([21]) É também mencionado um «librum Institutorum» (Avaliado em 5 libras), que o P.e MÁRIO MARTINS identificou como sendo «o *Liber Institutorum*, de JOÃO CASSIANO, depois traduzido em português e existente em letra gótica de quatrocentos, num dos códices alcobacenses: *livro que he chamado dos stabillicimentos dos moesteiros* — B. N. L., cód. alc. CCLVII/384» (*Itinerarvm*, cit., I, pág. 718).

([22]) Note-se que AZO escreveu, igualmente, uma *Summa Institutionum* (Ver CALASSO, *ob. cit.*, págs. 535 e 536). Sustenta o P.e MÁRIO MARTINS, a propósito da «Summa Açonis»: «Deve ser o *Breviarium Canonum*, de ATTO ou AZO (espécie de compêndio de cânones)» (*Itinerarivm*, cit., I, pág. 718).

([23]) O P.e AVELINO DE JESUS DA COSTA opina que se trata duma referência à *Lei das Sete Partidas* e que o «glosatum per linguagem» deve indicar a respectiva versão portuguesa, desta forma anterior a 1285 (Cfr. *Fragmentos preciosos de códices medievais*, cit., *Addenda*). Por amável informação oral, sabemos que o Dr. J. S. DA SILVA DIAS sustenta, pelo contrário, que o documento menciona uma famosa obra teológica da escola de Laon (Cfr. *As bibliotecas portuguesas medievais*, cit.).

ret predictos libros libere et in pace. De quibus libris dictus Petrus Fernandi habet iam librum Decretorum, librum Decretalium, Codicem domni Iustiniani. Item librum Institutorum. Item librum Sententiarum in Theologia. Item quemdam librum missalem misticum (in cappella est). Item III.^{os} libros de fisica est de lapidario. Item tria psalteria de quibus duo sunt in capella Sancti Michaelis. Item quendam librum de VII.^{em} partibus glosatum per linguagium. Item librum passionis sancte Margarite. Item librum de imaginibus. Item librum de gesta Saluatoris. Item alium librum de VII.^{em} partibus glosatum per latinum. Item partem unius psalterii ueteris. Item de predictis psalteriis Stephanus Martini habet unum. Item Digestum uetus. Item Inffortiatum. Item librum Autenticorum. Item Summa Açonis. Item librum in quo sunt plures summe et borcadica. Item librum parui uoluminis in quibus sunt psalmi penitentiales et plures orationes.

De istis libris habet domnus Aymericus archidiaconus de Sea ([24]) librum Decretorum qui fuit extimatus ad quadraginta libras. Item idem archidiaconus habet librum Institutorum qui fuit extimatus ad V.^{e} libras. Item Francus Petri emit Decretales pro XXXV.^{e} libras quas recepit capitulum. Item Stephanus Gomecii archidiaconus de Vauga habet acomodatam Summa Açonis que fuit extimata ad XXV.^{e} libras quas post mortem archidiaconi intregauit capitulo Iohannes Gomecii frater eius. Item Iohannes Petri emit Algarismum pro V.^{e} missis quas fecit celebrari pro anima Iohannis Gunsalui Chançino. Item magister Stephanus habet librum Sententiarum in Theologia qui fuit extimatus ad XL.^{a} libras. Item Henricus Stephani librum Codicis domni Iustiniani cum tribus libris Codicis extraordinariis qui fuit extimatus ad XL.^{a} libras restitui fecit per Dominicum Geraldi capitulo et capitulum intregauit dictum librum domno Aymerico thesaurario» ([25]) ([26]).

— São também incluídos livros jurídicos no testamento de D. Vicente

([24]) Sobre este arcediago de Seia, ver PIERRE DAVID, *Français du Midi dans les Evêchés Portugais, Lisbonne*, 1944, pág. 36 e segs. (tirage à part du *Bulletin des Etudes Portugaises*, 1943).

([25]) Cfr. PIERRE DAVID — TORQUATO SOARES, *ob. cit.*, II, Coimbra, 1948, págs. 273 e 277-278. Ver P.^{e} MÁRIO MARTINS, *Itinerarivm*, cit., I, págs. 717-718.

([26]) Veja-se, também, *ibid.*, pág. 278 («Era M.^{a} CCC.^{a} et L.^{a} V.^{a} capitulum acomodauit Andree Iohannis canonico Colimbriensi librum Codicis domni Iustiniani cum tribus libris Codicis extraordinariis qui fuit extimatu sad XL.^{a} libras quem restituit thesaurario de mandato capituli. Soluit») e *ibid.*, págs. 278-279 («Item Era M.^{a} CCC.^{a} [L.^{a}]V.^{a} in mense decembris capitulum acomodauit Michaeli Iohannis porcionario Bracarensi Decretum quod fuit extimatum ad L.ta libras. Et thesaurarius dedit predictos libros dictis Andree Iohannis et Michaeli Iohannis per mandatum capituli»).

Mendes, que teve o seu óbito a 23 de Abril de 1296. Estabeleceu estoutro presbítero portuense: «Item Magistro scolarum degretales nostras — Item Dominico martinj canonico nostro digestum nostrum uetus — Item eidem Dominico martinj ferital et domingal — Item Dominico stephanj camerario sfortiatum et vgnitium siue gruchum (*sic*) [...] Item librum de ciuitate Dei ffratri luppo de ordine praedicatorum [...] Item Abbati de fferraria codicem suum — Item concordantias ffratribus praedicatoribus de Portu» ([27]).

Entre as mais curiosas, contam-se as indicações fornecidas por um inventário, de 21 de Junho de 1296, que D. Sancho Pires mandou fazer dos seus haveres, ao tomar conta da diocese do Porto ([28]):

«Iten fez mostrar dous degredos. Iten huua soma de Guifredo. Iten huua statuta. Iten huun digesto uelho. Iten huua soma de Maestre Johã de Deus. Iten huuns casos de degredo. Iten huun digesto nouo. Iten huua margarita. Iten huun liuro de instrumentis legalibus. Iten huua soma titulorum extrauagantium insimul cun brocardis. Iten huun liuro constitutionum a domino papa Innocentio editarum. Iten huun liuro de instrumentis legalibus. Iten huun liuro de sermõees. Iten huuns casos de degretaes. Iten huun Innocentio. Iten huun liuro de ordine iudiciorum compositus a Gaufredo Beneuentano iure ciuilis professor insimul cum alio libello Magistri Tranquedy et cum procardis. Iten huun liuro do iulgo de Leon. Iten huun liuro mistico grande. Iten tres salteyros. Iten dous breuiayros. Iten unum breuiarium iuris ad omnes materias in iure canonico inueniendas. Iten huun mandagoto. Iten constituciones nouissimas domni Gregorii papa decimi».

Desta valiosa livraria, devemos destar, sobretudo: a *summa* atribuída a Guifredo, com certeza Goffredo de Trani, o primeiro grande canonista que tentou uma *summa* do *Liber Extra*, com os olhos postos no modelo de Azo ([29]); a *summa* do nosso compatriota João de Deus;

([27]) Cfr. *Censual do Cabido da Sé do Porto*, cit., pág. 421.

([28]) Publicado por ALBERTO FEIO, sob o título *Os bens dum bispo da Meia Idade*, in *Bol. da Bibl. Públ. e do Arq. Dist. de Braga*, cit., I, págs. 117 e segs., desig. págs. 124 e 125.

([29]) Ver CALASSO, *ob. cit.*, pág. 562. No *Inventário dos Códices Alcobacenses*, cit., pág. 45 (CCCXXII-43), regista-se uma *Summa super rubricis Decretalium*, por mestre GODOFREDO DE TRANI, capelão do Papa, em letra de transição, dos fins do séc. XIII ou princípios do séc. XIV. Também no *Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto — Indice preparatório do catalogo dos manuscriptos*, 1.° fasc., Porto, 1880, págs. 18-19 (36, *bis*) se refere: GAUFRIDUS DE TRANO, *Summa super rubricas Decretalium*, em letra do séc. XIII.

o livro composto por Gaufredo Beneuentano, ou seja, Roffredo de Benevento, espírito prático que nos legou importantes *libelli* sobre *ordo iudiciarius*, quer do direito civil, quer do direito canónico ([30]); e, por fim, a referência à obra de mestre Tancredo de Bolonha ([31]).

Atente-se, igulamente, na menção do livro do «iulgo de Leon», que é uma fugitiva lembrança do tribunal do Livro e do Código Visigótico, nos diplomas portugueses de duzentos.

Este bispo veio a morrer em 7 de Janeiro de 1300 e o respectivo testamento indica alguns dos seus livros: «Item Martino de monte nostras decretales cum eorum casibus [...] Item Martino valasci canonico Portucalensi nostrum decretum quod a nobis ipse tenet acomodatum — Item ffernando roderici ffilio Roderici iohannis redondo consoprino nostro nostrum Digestum [...] Item Mandamus Dominico martino cancellario nostro Innoc et stitutam et unam azemelam de melioribus ([32]).

— Uma última prova que vou aduzir pertence ao segundo quartel do século XIV («anno Domini Millesimo Tricentesimo tricesimo primo Indictione quartadecima die secunda. Mensi Maij»). É a «donatio siue ordinatio domnj valasci episcopi portucalensis postea vlixbonensis». Toda a escritura nos dá conta duma rica biblioteca ([33]). A transcrição que faço de alguns passos, respeitantes a livros de direito, sugere a leitura integral

---

Acrescentemos que neste último catálogo são mencionados outros livros jurídicos: a pág. 18, «Summa de titulis Decretalium compilata ad (*sic*) Dño. Arcpo. Ebridimens additis in aliquibus locis quibusdam rubricellis quae vocatur copiosa suae caritatis rubrica», em letra gótica (36); a págs. 18-19, «Summa Raymundi (?) ordinis Predicatorum juris canonici», em letra do séc. XIII (36, *bis*); e a pág. 54, «Repertorio alphabetico de Direito Canonico (ou Civil?)», do séc. XV (118).

([30]) Ver CALASSO, *ob. cit.*, págs. 541-542.

([31]) Veja-se no *Inventário dos Códices Alcobacenses*, cit.: a pág. 166 (CCCXVIII-202), um *Ordinarius* ou *Ordo judiciarius*, contendo o sistema do processo civil, por mestre TANCREDO DE BOLONHA, reformado por BARTOLOMEU DE BRÉSCIA, e seguido do opúsculo *in causis super legibus allegatis in Ordinario* — em letra gótica, da primeira metade do séc. XV; e a pág. 345 (CCCXIX-371), um códice, cuja segunda peça, em letra dos fins do séc. XIII, compreende a *Ordo judiciarius* de TANCREDO DE BOLONHA, seguida do *Liber Judicii* de mestre JOÃO DE DEUS.

Sobre TANCREDUS, ver SAVIGNY, *ob. cit.*, cap. XXXIX, 2.°.

([32]) Cfr. *Censual do Cab. da Sé do Porto*, cit., págs. 437, 438 e 440; cfr. também JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações Chronologicas e Criticas*, etc., V, Lisboa, 1836, pág. 85.

([33]) Cfr. *Censual do Cab. da Sé do Porto*, cit., págs. 463-491 (esp. págs. 478 e segs.).

do extensíssimo documento, visto que cada espécie é nele descrita pormenorizadamente (34).

De tão valiosa fonte, respiguemos, em primeiro lugar, a referência à obra de dois civilistas do século XIII, portanto, já da fase decadente da Escola de Bolonha: Odofredo (35) e Acúrsio (36). Não se ignora que a célebre *Magna Glossa* do último, aqui referida, teve por si um largo futuro. Constituindo, nos meados do século XIII, um verdadeiro compêndio de todo o esforço interpretativo dos glosadores sobre o *Corpus Iuris Civilis*, ela alcançou, de então em diante, um êxito e uma difusão extraordinários, que a descoberta da imprensa veio auxiliar. No nosso país, a glosa de Acúrsio, juntamente com os comentários de Bártolo, viu-se elevada ao posto de fonte subsidiária por D. João I, e mais tarde pelas Ordenações (37).

Mas o documento que examinamos lembra ainda, entre outros cultores do Direito Canónico, Johannes Monachus (38) e Johannes Andreae. Giovanni d'Andrea desenvolveu a sua actividade científica no período áureo dos comentadores e ocupa um lugar paralelo ao de Bártolo de Sassoferrato: foi o maior canonista do século XIV. A sua *Glossa in Sextum* representa trabalho da juventude, escrita logo após a publicação daquele corpo canónico por Bonifácio VIII. Mais tarde, completou-a com uma *Novella in Sextum* e com as *Additiones ad Apparatum Sexti*. Entretanto, tinha também glosado as Clementinas, de 1317; e a este *Apparatus*, como aliás à *Glossa in Sextum*, atribuiu-se a dignidade de *Glossa ordinaria* (39).

Item vnum repertorium domni tusculani super toto iure Canonico et vnum librum sententiarum et quandam lecturam super quarto sententia-

(34) Para se ajuizar da extensão dos livros manuscritos, ver SAVIGNY, *ob. cit.*, cap. XXV, § 214.

(35) Sobre ODOFREDUS, ver SAVIGNY, *ob. cit.*, cap. XLIV, 1.°, e CALASSO, *o. cit.*, esp. págs. 281 e 486.

(36) Sobre ACÚRSIO, ver SAVIGNY, *ob. cit.*, cap. XLII, e CALASSO, *ob. cit.*, págs. 542 e segs.

(37) Ver ALMEIDA COSTA, *Roman. e Bart.*, cit. Aliás, não foi caso isolado. Por exemplo, na Alemanha, adquiriu tamanha autoridade, com a recepção oficial dos fins do séc. XV, que nos tribunais se formou o conhecido aforismo: «quicquid non agnoscit glossa, nec curia agnoscit» (CALASSO, *ob. cit.*, pág. 544).

(38) Cfr. SAVIGNY, *ob. cit.*, cap. LI, 2.°.

(39) Ver CALASSO, *ob. cit.*, págs. 585 e seg. Ainda no *Inventário dos Códices Alcobacenses*, cit., pág. 243 (CLL-273), se menciona um exemplar do *Apparatus super sexto livro Decretalium domini Bonifacii Papae octavi*, por GIOVANNI ANDREA, de Bolonha, em letra gótica da primeira metade do séc. XIV.

rum ecclesiae Burgensis — Item vnum uolumen in quo erant quidam sextus liber cum apparatibus Archidiaconi et Iohannis andree et domini diuj ([40]) et reglis iurum et vnus mandagotus super electione et Clementinae cum apparatu iohannis andree omnes in predicto uolumine existentes. Et a apparatum Iohannis monachi ad partem cum quandam summa versus (usus) feudorum ponita in fine ipsius apparatus ecclesiae vlixbonensis donavit mandauit et concessit sub eisdem conditione et modo quibus alios libros supra scriptos ecclesiae portugalensis donauerat mandauerat et concesserat ([41]) [...] Item ostendit ibi duo digesta uetera cum glossa accursij et vnum inforciatum cum glossa accurssij et vnum odoffredum super inforciato et digesto nouo et super tribus libris codicis quos eclesiae predictae de Baucis — Item vnum paruum uolumen et aliud uolumen decretalium gregorii nonij cum glossa Bernardi ecclesiae santi Petri de turribus nouis — Item vnum Codicem cum glossa accurssij et vnum innocentium cum repertorio et compostellano ecclesiae santi Petri de Turribus ueteribus vlixbonensis dioecesis — Item vnum digestum nouum cum glossa accursij et vnum rossarium super decreto ecclesiae santi Iacobi de Begia parochialibus elborensis dioecesis donauit. Et uoluit dictos libros singulis ecclesijs donatos sic ad preffatas ecclesias pertinere videlicet quod per executores quos in sua ultima uoluntate dictus dominus Episcopus ordinabit et si forssam contingat quod non ordinaret eosdem tunc per Episcopos diocessanos dictarum parochialium ecclesiarum qui pro tempore fuerint uendatur dicti librij et ipsorum precia conuertantur in calice seu calicibus de auro uel argento aut in cruce siue crucibus de auro uel argento aut in aliquo quouis ornamento ecclesiae de auro uel argento. Quodque illa quae de dictis precijs ementur remaneant semper ad seruicium illius ecclesiae cui huiusmodj libri donati sunt ut et superius est expressum et non possint pignorari uendi uel alienare in perpetuum uel ad tempus» ([42]).

3 — E está terminada a breve análise que fizemos de uns poucos documentos que testemunham livros romanísticos e canonísticos medie-

([40]) Estaremos em presença dum lapso do escriba? Será possível ver aqui uma referência a DINO DE MUGELLO (DINUS MUGELLANUS), glosador civilista que recebeu o encargo de compilar o título «de regulis iuris» com que termina o *Liber Sextus*? (Cfr. SAVIGNY, *ob. cit.*, cap. XLIV, n.° 5, e CALASSO, *ob. cit.*, págs. 403 e 545). Mais adiante, quando se descrevem as espécies, lê-se no *Censual:* «Apparatus domini diui super de regulis iuris» (pág. 481).

([41]) Cfr. *Censual*, cit., págs. 478-479.

([42]) *Ibid.*, págs. 483-484; cfr. também PEDRO RIBEIRO, *ob. cit.*, V, páginas 88 e 89.

vais, todos eles, salvo excepção esporádica, enquadrados na moldura da Escola de Bolonha ([43]). Resta-nos, apenas, sublinhar que os dados obtidos não constituem uma pura «curiosidade» histórico-jurídica. Bem pelo contrário, como dissemos no começo, apresentam especial interesse para o esclarecimento da recepção do direito comum, no nosso país.

Com efeito, se parece exacto que a infiltração dos *iura communia* em Portugal — enquanto realmente significativa — coincide, no sincronismo europeu, com a decadência dos glosadores e com o advento dos bartolistas, também, por outro lado, é inconveniente esquecer que, já antes dessa fase intensiva, o movimento teve os seus pródromos sob o signo irnèriano, e que, afinal, o melhor da literatura jurídica ia chegando, ràpidamente, às mãos de alguns especialistas, apesar de todas as naturais dificuldades e limitações da época.

Façamos votos para que estudos mais completos venham ajudar este simples começo de prova.

([43]) Repare-se, ainda, nos seguintes passos do *Livro das Kalendas*, cit.: «Era M.ª C.ª LXX.ª VII.ª Obitus Frandine que cum uiro suo Aluito Recamondiz obtulit huic ecclesie bibliotecam beati Isidori et canones ueteres» (I, pág. 83); «Era M.ª CC.ª XX.ª V.ª Vlixbone. Obitus magistri Iohannis diaconi qui dedit canonicis sua decreta» (I, pág. 116); «Era M.ª C.ª XXX.ª II.ª Obitus Cresconii episcopi qui ecclesie sue librum Moralium et librum Canonum et [...] reliquit» (I, pág. 305); «Anno natiuitate Domini M.º XC.º Obitus domni Paterni episcopi qui dedit huic ecclesie librum Augustini *De Ciuitate Dei* et *Librum Chronicarum* cum *Ethimologiis* Isidori et librum canonicum arabice scriptum et alios libros Spalenses» (II, pág. 122; ver P.e MÁRIO MARTINS, *Itinerarivm*, cit., I, pág. 717); «Era M.ª CC.ª XXX.ª Obiit Iohannes presbiter qui fuit primus ecclesie magister scolarum canonicus qui dedit nobis [...] et *Librum Decretorum* cum summa eorum sicut continetur in testamento suo» (II, pág. 151-152); «Era M.ª C.ª LX.ª II.ª Obiit Aluitus Recamondi qui cum uxore sua Frandina dedit huic ecclesie librum bibliotece quem beatus Isidorus scripsit et canones» (II, pág. 250).

INTERVENÇÕES

O P.e Avelino de Jesus Costa felicitou o relator do trabalho apresentado que tão claramente veio confirmar a opinião de que afinal a nossa cultura jurídica da Idade Média não estava reduzida a zero mas acompanhava bem de perto o movimento de Bolonha.

Lembrou depois a memória de dois ilustres juristas bracarenses que frequentaram aquela célebre Universidade: Godinho e D. Fernando da Guerra, primo de D. Afonso V e Arcebispo de Braga que fundou o Paço Arquiespiscopal.

Acrescentou ainda que, bem analisados os factos, não só a nossa cultura jurídica, mas também a filosófica e musical, não estiveram de maneira nenhuma, durante a Idade Média, isoladas do resto da Europa. E como prova, basta citar os nomes de vários clássicos da época muito conhecidos mesmo no estrangeiro.

Em conclusão: o trabalho do historiador actual, ao debruçar-se sobre os problemas da Idade Média, é muito parecido ao dos arqueólogos; encontram-se espalhados muitos fragmentos isolados da cultura medieval — urge relacioná-los e integrá-los numa síntese verdadeira e completa.

O Dr. Luís da Silveira acentuou o valor do presente trabalho para um possível estudo de revisão da sociedade portuguesa na Idade Média. Podia até o relator ter ido mais longe no desenvolvimento deste estudo. Na Biblioteca do Chanceler Julião existe um documento relativo à Sé de Lamego em que se faz referência a trabalhos jurídicos medievais. As próprias obras do Direito Canónico devem ser interpretadas numa perspectiva mais ampla, porque nelas se tratavam muitas vezes questões de Teologia. O estudo de tais obras será muito útil para o conhecimento da cultura dos juristas de então.

O Prof. Doutor Marcelo Caetano louvou o método escrupuloso como o Prof. Almeida

Costa apresentou os elementos e textos tão preciosos para um futuro trabalho mais desenvolvido. Acentuou também a importância de conhecermos nominalmente as pessoas a quem se devem as obras para vermos a influência que, nesse tempo, sobretudo os eclesiásticos, tiveram em Portugal.

O Prof. Doutor Hernâni Cidade chamou a atenção para o facto das nossas universidades de hoje se encontrarem diante duma tarefa difícil, comparada à época dos descobrimentos e dos bandeirantes, diante do desconhecido; mas trabalhos que nos prometem grandes esperanças, dado que se estão a interessar por estes estudos tão áridos espíritos juvenis, cheios de boa vontade.

O Prof. Doutor Almeida Costa agradeceu as felicitações dos interventores, e fez votos pelo bom êxito de futuros trabalhos.

Exemplo de Portugal Medievo na Agricultura, Comércio e Indústria

Por José Ribeiro da Costa Júnior

Nótula Prévia

O honroso convite que recebi para tomar parte neste Congresso, lembrou-me um dever a cumprir: o que contraí para com a memória de quem foi meu grande amigo e mestre e se evidenciou como escritor notável, jurisconsulto eminente e historiador consciencioso, o General de Divisão José Estêvão de Morais Sarmento. Este grande Português publicou, em 1924, um livro com o título «D. Pedro I e a Sua Época», no qual veio provar que o cronista Fernão Lopes substituíra, por lendas deprimentes, verdades nobilitantes da memória do nosso Rei D. Pedro I, concluindo:

«Torna-se indispensável combater quanto de falso contém, no período (de D. Dinis a D. Fernando) as publicações históricas, corrigir o que nelas existe deturpado, esclarecer o que se encontra obscuro e reconstituir o que haja sido eliminado, tudo em conformidade com os preceitos da moderna crítica histórica». «Os compêndios escolares precisam de ser revistos sob idêntica orientação, sobretudo para que não continuem a ser ministradas, à mocidade, doutrinas históricas, não só deficientes, mas erradas ou falsas.»

Este livro recebeu o aplauso autorizado, da doutíssima Academia das Ciências de Lisboa a cuja apreciação, o Autor o submeteu, na sua qualidade de sócio.

Ora, posteriormente, notei o seguinte: No «Compêndio da História de Portugal», de A. G. Matoso, para o 6.º ano dos liceus, D. Pedro I é apenas ligeiramente referido no capítulo sobre D. Fernando I, a ensinar que a acção governativa daquele monarca *«aparte certo rigor na administração da justiça, foi por vezes desordenada e incoerente como o próprio monarca e não correspondeu às necessidades do momento».*

E Shoefer elogiou o governo desse Rei; Latino Coelho declarou que este monarca *«revigorou os factores económicos da Nação»;* Alexandre Herculano disse que tal governo *«foi dos mais benéficos para o País»*.

Não tinha o General Morais Sarmento razão para pedir a revisão dos compêndios escolares?

Há quinze anos, ao leccionar uns rapazinhos brasileiros, filhos dum Português que viera matar saudades, observei que eles não ocultavam a sua aversão aos Portugueses e descobri que eles, como muitas outras crianças do Brasil, haviam sido envenenadas pela «História para Crianças», do escritor brasileiro Monteiro Lobato. O «Diário de Notícias», de Lisboa, chegou a condenar aquela História, mas o Autor defendeu-a, argumentando que não fizera mais do que transcrever da «História de Portugal», de Oliveira Martins. Com efeito este nosso historiador, entre outras menções que deslustram os nossos antepassados, chama bandido a D. Afonso Henriques e Pinheiro Chagas escreveu que D. Sancho I *«roubou terras do Estado, para as dar a suas irmãs»*.

Mais um facto, pois, a dar razão ao General Morais Sarmento, quanto à necessidade da revisão da «História de Portugal».

Mas quero citar ainda outro facto.

O escritor brasileiro Raul Romano, no seu livro «Veneno», edição de 1924, disse: *«a lenda do acaso, a respeito do descobrimento do Brasil, é um dos mais grosseiros e prejudiciais erros com que têm sido envenenadas as gerações escolares brasileiras»*.

Outro escritor brasileiro, o Prof. Dr. Accioli Monteiro publicou, em 1949, o seu livro «Lusoamérica», no qual afirma, baseado em estudo de milhares de documentos dos arquivos portugueses, que o *«referido descobrimento resultou de plano prèviamente estudado e cientìficamente executado»*.

A respeito de tão transcendente facto histórico, foi publicado em separata do «Boletim» da Sociedade de Geografia de Lisboa, o estudo do grande náutico e geógrafo, Almirante Gago Coutinho, evidenciando também esse outro grande erro ou deturpação da nossa História.

Disse também o referido escritor brasileiro Raul Romano: *«É preciso, parece-nos, que o estudo da História do Brasil, acarreta o orgulho de ser Brasileiro»*.

Eu, secundando a conclusão do livro «D. Pedro I e a Sua Época» e, após os factos citados, também digo: «É preciso, parece-me, que o estudo da História de Portugal acarrete o orgulho de ser Português».

Porque, lendo várias «Histórias», gerais e económicas de Portugal,

pude colher elementos sobre a Agricultura, o Comércio e as Indústrias nos reinados da 1.ª Dinastia, que me patenteiam um exemplo do Portugal Medievo que muito me enche de orgulho.

Esses elementos foram colhidos do:

«Compêndio da História de Portugal», de A. G. Matoso;

«História de Portugal» com a colaboração de Bernardino Pinheiro; Luciano Cordeiro, Alberto Pimentel, Pinheiro Chagas, etc.;

«História de Portugal» duma sociedade de homens de letras;

«Opúsculos» de Alexandre Herculano;

«História do Comércio», de João Félix Pereira;

«História Económica», de Francisco António Correia;

«Portugal Económico», de Lúcio de Azevedo;

elementos que ordenei segundo os respectivos reinados.

REINADO DE D. AFONSO HENRIQUES

Dizem os historiadores que, quando D. Sanchi I subiu ao trono, encontrou montada sòlidamente a administração do País, há 50 anos, o que prova que o fundador da nacionalidade portuguesa, não foi apenas conquistador de Santarém, Lisboa, Cintra, Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Évora, Beja e terras em volta. E é de compreender que, encontrando D. Afonso Henriques, do Douro ao Mondego, fraca população e quase ùnicamente de usos árabes, e a Beira Baixa, a Estremadura e o Alentejo quase desertas devido às guerras constantes, procurasse também dar-lhes uma administração que lhes permitisse dispor de homens e recursos para a execução do seu plano de fazer, dum território mesquinho e fraco, um reino independente e forte.

A fornecer-nos luz sobre tal administração, encontrei a menção de que D. Afonso Henriques, após o tomada de Lisboa, dividiu as terras dos arredores, por proprietários, reservando para os pobres, o Campo de Alvalade, hoje Campo Grande. Deve isso considerar-se como interesse pela agricultura, bem como a concessão de benefícios e isenções àqueles que cultivavam as terras, a protecção à população moçárabe e a atracção de cruzados para colonizar as terras desertas.

Relativamente ao interesse de D. Afonso Henriques pelo comércio, li que concedeu tolerância aos judeus para viverem em bairros distintos dos cristãos — as judiarias — e a concessão da liberdade de compra e venda em todo o reino.

A respeito da navegação, se D. Sancho I, em 1189, menos de quatro anos depois da morte de seu pai, pôde mandar uma esquadra acompanhar a dos cruzados que convidou para as conquistas de Alvor, Silves e Albufeira, navios e tripulações já existiam do reinado anterior.

Mas encontrei no livro «Real Abadia de Alcobaça», do Sr. Artur Gusmão, esta exposição: «Deve-se a D. Afonso Henriques a fundação do mosteiro de Alcobaça. Em 1185, os monges deste mosteiro promoviam o desenvolvimento da agricultura, entregando a colonos as extensas terras concedidas ao mosteiro, fornecendo-lhes sementes, alfaias e concedendo-lhes créditos que liquidavam com a produção. Os colonos pagavam prestações maiores ou menores, segundo as terras eram mais ou menos férteis, ou fáceis de agricultar e, ao fim de alguns anos, tornavam-se senhores das terras que trabalhavam sob domínio senhorial do Mosteiro. E, nas granjas modelares daquele Mosteiro, eram ministradas lições sobre a rotação de culturas, fertilização do solo, sementeiras, etc.

Verifica-se, pois, que, neste primeiro reinado, já se encontra um exemplo de colonização interna que, só nos nossos tempos começou a ser seguido na Metrópole e no Ultramar. As ordens monásticas e as ordens militares que D. Afonso Henriques protegeu e admitiu, não tiveram por objectivo ùnicamente o de o auxiliar nas guerras; elas destinavam-se também à colonização agrícola e defesa das terras conquistadas.

Quanto a indústrias, só colhi que o Mosteiro de Alcobaça explorava uma ferraria com direito à extracção do ferro.

REINADO DE D. SANCHO I

D. Sancho I foi digno continuador da obra formidável de seu pai.

Iniciou o seu reinado, com as conquistas de Alvor, Silves e Albufeira, em 1189; porém, o grande chefe árabe Almançor retomou essas terras ou castelos e ainda Alcácer do Sal, Palmela e Almada.

D. Sancho I, não continuou a sua acção guerreira, certamente por falta de homens e de recursos; mas conteve os sarracenos, ao sul do Tejo e dedicou-se à administração do País que tinha preferência para se fortalecer.

Deu então grande impulso à colonização, para povoamento e desenvolvimento da agricultura, concedendo tolerância às famílias sarracenas que quiseram ficar nas terras conquistadas pelos portugueses e convi-

dando cruzados e colonos estrangeiros. Isto fez merecer, a D. Sancho I, o cognome de «O Povoador».

Para mais intensificar a produção da riqueza agrícola, este Rei fez-se lavrador, e mandou aplicar às terras da Coroa, a cultura mais conveniente.

Pinheiro Chagas acusa D. Sancho I, de haver roubado terras ao Estado, para as dar a suas irmãs. Parece-me que este notável historiador foi injusto e inconveniente como Oliveira Martins.

Os reis medievos tornavam-se proprietários das terras que conquistavam, e que eram abandonadas pelos seus possuidores, por isso doavam as que entendiam, a nobres ou eclesiásticos que os auxiliavam nas guerras, como recompensa dos serviços prestados, ou para as cultivarem e defenderem.

Portanto, doando terras da Coroa, a suas irmãs, não devia ser chamado ladrão.

REINADO DE D. AFONSO II

Este Rei foi mais administrador do que guerreiro e assim se tornou necessário.

No entanto, fez realizar a difícil conquista de Alcácer do Sal que conteve os sarracenos no Alentejo e foi buscar prestígio para Portugal, com a cooperação do exército, na Batalha de Navas de Tolosa.

Essas acções lhe permitiram dedicar-se à povoação do Centro do País, com auxílio das ordens militares.

Relativamente à agricultura, para dar o exemplo, D. Afonso II tornou-se lavrador como seu pai e deixou testamento de lavrador rico.

Para encaminhar braços para a lavoura, fazia castigar vadios que se atinham às esmolas que a Igreja imprudentemente distribuia.

Para desenvolver a produção da riqueza agrícola, D. Afonso II desapossou as ordens religiosas, mosteiros e ricos-homens, das terras que não cultivavam, para as atribuir em parcelas, a trabalhadores agrícolas que mais tarde se transformavam em proprietários e proibiu a Igreja de comprar bens de raiz.

Para realizar tão grandioso projecto para o tempo, o do fomento agro-pecuário e criar rendimentos para a Coroa que tanto carecia deles, D. Afonso II aventurou-se a duas medidas representativas de extraordinária energia: as *confirmações* e as *inquirições*.

Os Reis de Portugal, seus antecessores, como fizera Afonso VI de Leão, para cativarem os seus vassalos e obter a sua cooperação nas guerras e na segurança de tão mesquinho reino, recompensavam-nos com terras e certos privilégios e regalias; mas os senhores de contos e honras abusavam e punham em jogo os interesses da Coroa, o prestígio real e o progresso do País.

Ora, as *confirmações* obrigavam os nobres a submeter à aprovação do Rei, as doações recebidas dos seus antecessores; as *inquirições* tinham por fim averiguar das terras que andavam desligadas do património da Coroa.

Foi dada protecção ao comércio com os ingleses e flamengos.

REINADO DE D. SANCHO II

Era criança ainda, este príncipe, quando seu pai morreu. A fraqueza de seu pai, no fim da vida, e de sua mãe, D. Urraca, que tomou a regência do reino, concorreram para que a nobreza e o clero exigissem indemnização pelos prejuízos que declaravam ter-lhe causado as medidas de D. Afonso II. Começou a lavrar a anarquia no País.

Chegando aos 16 anos, D. Sancho II quis assumir o governo e, para o consolidar e criar prestígio, empreendeu as conquistas de Elvas, Juromenha, Serpa, Moura, Aljustrel, Tavira e Cacela, que lhe tomaram a actividade até 1238, ou seja por uns 10 anos.

Mas, seguidamente, D. Sancho II entregou-se à administração do reino, começando pela agricultura; fez-se lavrador, como seu pai e seu avô e mandou amanhar convenientemente as terras da Coroa e criar grandes rebanhos de gado, para exemplo e incitamento dos lavradores.

Ao mesmo tempo, exerceu uma acção decisiva no desenvolvimento da propriedade, em grande parte da Beira-Baixa, do Aalto-Alentejo, de Trás-os-Montes e do Douro, esforçando-se pelo repovoamento do País.

Por documento encontrado, veio a saber-se que D. Sancho II dispensou a sua protecção aos marinheiros e, por conseguinte, à navegação.

Seguindo o exemplo de seu pai, este monarca pretendeu pôr em prática as leis repressivas das extorsões e abusos do clero e da nobreza; mas, segundo Silveira da Mota, em «Quadros da História de Portugal», aquelas poderosas classes, valendo-se do desentendimento que lavrava no reino, obtiveram a sua deposição pelo Papa.

REINADO DE D. AFONSO III

Este príncipe, irmão de D. Sancho II, foi escolhido para Rei de Portugal, como pessoa que seria favorável à política que fez depor seu irmão; mas ele votou-se antes à continuação do plano grandioso iniciado por D. Afonso Henriques e perfilhado pelos sucessores deste Rei.

Primeiro, era preciso expulsar os sarracenos do Algarve e conseguiu-o em 1249, depois de tomar Faro e Albufeira.

Seguidamente, voltou-se para a agricultura que protegeu com forais, regularização de preços e estabelecimento de salários e, como exemplo do mais carinhoso interesse pelos trabalhadores da terra, estabeleceu que fossem distribuídos, desde o abegão, ao moço de lavoura e ao cachopo do gado, mercadores, adqueires de pão e fazendas.

Portugal, segundo Lúcio de Azevedo, tornara-se num País da lavradores.

D. Afonso III também se fez lavrador das terras da Coroa que estavam divididas em duas classes: as dos *foreiros* e as dos *rendeiros*. E, para arrecadar os foros e as rendas, fez construir celeiros e adegas. Também, para dar maior impulso à produção da riqueza agrícola, com a recuperação de terras da Coroa, recorreu às *inquirições*.

O desenvolvimento da agricultura exigia mercados, por isso D. Afonso III criou *feiras* e concedeu aos feirantes garantias, como a de impedir a penhora oito dias antes e trinta depois, a protecção nos caminhos, a construção de pousadas. Como não havia estradas, nem viaturas, as cargas eram transportadas a dorso de solípedes conduzidos por almocreves e D. Afonso III reconheceu estes industriais como beneméritos, que favorecerem o comércio e estabelecerem relações entre as terras. O comércio externo já utilizava, além dos portos de Lisboa e Porto, os da Foz do Lima, Setúbal, Faro e Tavira.

As indústrias tomavam grande incremento. E, a um monarca de tal envergadura, cognominaram de «O Bolonhês», como se ele tivesse nascido em França!

REINADO DE D. DINIS

Cognominaram D. Dinis de «O Lavrador», mas ele foi muito mais do que isso. Os historiadores, em geral, apontam-no como grande protector e fomentador da agricultura a que chamava *nervos do Estado* e como

tendo aumentado o bem-estar dos lavradores, concedendo-lhes extensos direitos e defendendo-os dos poderosos. Nos domínios da Coroa, eram aplicados os melhores processos de cultura, e criados grandes rebanhos de gado, para servir de norma aos lavradores particulares.

Como medidas destinadas a aumentar a produção da riqueza agrícola, D. Dinis:

a) Fez enxugar pauis e distribuiu as terras por cultivadores;

b) Combateu a tendência para grandes herdades com extensos tratos abandonados;

c) Determinou que só ficassem em baldios as terras reconhecidamente maninhas;

d) Mandou semear o pinhal de Leiria, para defender muitas terras, das areias do mar e dispor de madeiras;

e) Promoveu a intensificação da plantação de pomares;

f) Decretou que não perderiam a qualidade de nobreza, os fidalgos que se dedicassem à agricultura;

g) Dividiu os terrenos incultos em grupos de casais, para os amanhar convenientemente.

Ainda, para aumentar a área cultivável do País, este monarca:

a) Proibiu a Igreja de acumular terras que não pudessem ser cultivadas por colonos;

b) Regulamentou as aquisições por título gratuito, legados, sucessão e doações, por meio da lei de desamortização;

c) Ordenou inquirições para fazer passar a domínio da Coroa, as terras que os nobres e o clero possuíssem por meio de extorsões;

d) Estabeleceu novas fórmulas da *jugada*, imposto real que tinha por base a área da terra cultivada e os jugos de bois nela empregados.

Também o uso do *aforamento* e da *enfiteuse*, concorreu para o interesse em amanhar as terras, em razão da faculdade do *foreiro* ou *enfiteuta* se apossar delas e de as transmitir aos seus sucessores.

Há, pois, nas mencionadas medidas de D. Dinis, em favor da agricultura, exemplos admiráveis a que se pode juntar o de sua esposa, a Rainha depois Santa Isabel, ter aberto um hospício junto do Convento de Santa Clara em Coimbra, para a educação de órfãos de lavradores, para casarem com lavradores.

O comércio agrícola também mereceu a D. Dinis o maior interesse,

pois que aumentou o número de feiras, tornando-as regulares, isto é, em dias certos e algumas *francas* ou seja isentas de todos ou parte dos impostos, e fê-las presidir por magistrados que velavam pela observação dos contratos, arrecadavam os impostos e dirigiam o policiamento.

Os mercados municipais preparavam assim o ambiente de florescência da vida da nacionalidade.

Quanto ao comércio externo, D. Dinis encontrou-o já organizado com regulamentos que ligavam entre si, os comerciantes. Confirmou a organização deste comércio que se fazia com os países do norte da Europa; negociou, em 1303, um tratado de comércio com a Inglaterra, talvez o primeiro a servir de precursor da aliança inglesa; concedeu licenças de exportação de fazendas sem embaraço de restrições aduaneiras; isentou da *jugada* várias mercadorias a exportar, como se já se pensasse nas vantagens do *dumping*.

Em favor do desenvolvimento da navegação, D. Dinis contratou, para instruir os marinheiros portugueses na arte náutica, um almirante e vinte técnicos genoveses.

Nessa época, Portugal deu um exemplo humanitário e civilizador, com a criação, no Porto, da Bolsa de Comércio, verdadeira sociedade de seguros mraítimos destinada a salvar da ruína os comerciantes que qualquer desastre imprevisto fizesse cair na miséria, por segurar contra vários riscos.

Os associados contribuiam com um imposto sobre importação e exportação e o corpo comercial adquiriu autoridade, pela reunião das forças individuais sob direcção própria.

A indústria fabril manufacturava panos de linho no Entre-Douro e Minho e, por todo o País, havia curtimento de peles.

Os industriais começavam a constituir grémios e irmandades, dentro dos municípios.

Para proteger a indústria nacional, D. Dinis dava um exemplo patriótico: o de não se servir de coisas estrangeiras, nem na sua mesa, nem no fato, nem nos móveis.

Quanto à indústria extractiva, promoveu que continuasse a extracção do ferro, prata, oiro, pedra hume, cobre, chumbo, estanho, enxofre e azebre.

Conhece-se um privilégio de D. Dinis aos *adiceiras* que extraiam oiro da Adiça.

REINADO DE D. AFONSO IV

O governo deste Rei foi prudente e assisado — dizem os historiadores — tendo continuado a obra de seu pai, com a protecção à agricultura, ao comércio e às indústrias.

Neste reinado, os empresários de pescarias puderam conseguir um tratado com Eduardo III de Inglaterra, para a liberdade de pesca dos portugueses, nas costas desse país, da Normandia e da Guiena.

Relativamente ao comércio, D. Afonso IV declarou os géneros que do reino se podiam exportar, e criou uma esquadra guarda-costas, para proteger aquele comércio.

Neste reinado, já os judeus se entregavam ao fabrico de vinho e sua venda, matança de gado e venda de carne; pesca e venda de peixe; comércio de mercadorias e cultura do mel e possuiam casas, herdades, olivais, pomares, hortas e outros bens de raiz. D. Afonso IV limitou-se a promulgar um código de impostos sobre essas actividades produtivas.

REINADO DE D. PEDRO I

Schoefer e Alexandre Herculano incluem o reinado de D. Pedro I na continuação do período glorioso e mais notável da nossa existência nacional.

Schoefer elogiou a acção administrativa deste Rei: Alexandre Herculano, declarou que o seu governo foi dos mais benéficos para o País.

Luciano Cordeiro afirmou que D. Pedro I revigorou os factores económicos da Nação.

O próprio detractor de D. Pedro I, o cronista Fernão Lopes, narrou que, após o falecimento deste Rei, o povo dizia: «*tais dez anos, nunca houve em Portugal, como estes que reinou D. Pedro*».

Ora, se este monarca deixou cheios os cofres do Estado e o povo saudoso do seu governo, deve ter favorecido a agricultura, o comércio e as indústrias que deram abundância ao povo e à Coroa.

REINADO DE D. FERNANDO I

A «História de Portugal» duma sociedade de homens de letras, segundo plano de Ferdinando Denis, diz que D. Fernando I tomou sábias medidas para favorecer o desenvolvimento da marinha, que protegeu o

comércio e bem cuidou de todos os ramos de administração de que dependia a prosperidade do País e, depois, chama-lhe cínico, louco e perdulário. Peço a atenção do Congresso para esta incoerência, pois que um bom administrador não pode ser, nem cínico, nem louco, nem perdulário.

Que D. Fernando I manifestou interesse pela agricultura, prova-o a sua *lei das sesmarias* cujas disposições resumo assim:

a) Os proprietários de chão arável não cultivado, eram obrigados a amanhá-lo ou entregar o amanho a outrem e a possuir um número de bois necessários à lavoura respectiva;

b) Os vendedores de bois não podiam elevar os preços, por especulação;

c) As terras não aproveitadas por seus donos, apesar da lei, seriam confiscadas para os municípios que as fariam cultivar e recebiam as rendas;

d) Os proprietários de herdades que se opuseram às taxas de rendas a pagar pelos lavradores, perderiam para sempre as suas terras;

e) Os filhos dos lavradores que não tivessem ofício importante para a república, ou que não provassem ter de seu 500 libras, eram obrigados a ocupar-se da lavoura, quer trabalhando em terras de cultura, quer arrendando-as a outros;

f) Os homens que não exerciam ofício conhecido eram compelidos ao serviço agrícola;

g) Em cada cidade ou vila cabeça de comarca, dois homens bons eram incumbidos de observar as herdades que podiam dar pão e se eram aproveitadas.

Encontrou esta lei muita oposição, mas afirmam os historiadores que, neste reinado, aumentou consideràvelmente a produção de cereais, vinhos e frutas e a abundância de produção agrícola chamava a Lisboa numerosos navios que carregavam em Sacavém e Montijo.

Ainda há, como prova da protecção de D. Fernando à agricultura, o ter isentado os lavradores do pagamento da *jugada* e dos encargos dos concelhos e haver dispensado os caseiros de Alcobaça, de servirem nas fortificações.

D. Fernando I também protegeu o comércio que, liberto das peias corporativas, deu largas à sua actividade e adoptou os métodos de escrita e correspondência em uso na Itália e Alemanha.

E, o mesmo Rei, não consentiu que senhores fidalgos e clérigos comprassem mercadorias para revender. Para que o comércio externo não caísse nas mãos de estrangeiros, D. Fernando I imprimiu grande impulso

à marinha, aumentando-a, por meio de autorização de corte de madeira nas matas reais para navios de mais de 100 toneladas, isenção de direitos alfandegários sobre os materiais de construção e dispensa de impostos sobre navios comprados ou vendidos após a sua construção.

Na primeira viagem, os navios construídos não pagavam direitos pelas cargas que transportavam e eram reduzidos de 50 %, os das cargas de retorno.

As Alfândegas de Lisboa e Porto aumentaram consideràvelmente o seu rendimento. Em Lisboa foi criada uma Bolsa de Comércio semelhante à que já funcionava no Porto, para efeito de iguais benefícios ao seu comércio.

A indústria protegida começava a irradiar para as províncias.

CONCLUSÃO

Concluo com o parecer de que as medidas tomadas, os favores concedidos e os encitamentos provocados para desenvolvimento e progresso da Agricultura, Comércio e Indústria, pelos Reis da 1.ª Dinastia, a par da conquista do território, da luta contra as classes nobres e da emancipação das classes populares, representam um exemplo admirável que deve encher de orgulho todos os portugueses; pois, com isso, Portugal tão pequeno e tão fraco, pôde ser preparado para a colossal empresa dos descobrimentos marítimos, simultâneamente com a conquista de Marrocos.

E, nesta conformidade, apelo para o Congresso Histórico do Portugal Medievo, para que tenha em atenção, a conclusão do General José Estêvão de Morais Sarmento, que transcrevi no começo desta comunicação, ficando cumprido o meu dever para com a sua memória.

O Couto de Ervededo, Encrave de Portugal em Galicia

Por Jesus Ferro Couselo

Nas guerras que dende os inicios do Reino de Portugal até a sua definitiva independencia teñen lugar na Raia con Galicia, xoga un papel preponderante un encrave coñecido co nome de Couto e Torre de Ervededo.

As mais vellas noticias que temos diste territorio áchanse num privilexio, dado en Leòn a 2 de febreiro de 1173, polo rei Fernando II xunto ca sua muller, a raíña dona Urraca, a favor do mosteiro de Bieitos de San Paio de Ozo, na terra de Baroncelli, do couto de San Paio de Ozo co campo de Bousés i-os vilares de Videferre, Calvelos, Grandoín, Outeiro Seco, Villarello, Faions, a metade de Vilar de Perdices de frente a Galetea i-os de Fedamis, Outeiro do Infante, Bustelo, Vilela Seca, Campo da Grela, Vilar de Ervededo ca torre chamada de Ervededo, o reguengo de San Estebo cos seu seis casales e mais tres casares do reguengo na vila de Medeiros (1).

E sabido que a terra de Baroncelli dependera do arcebispado de Braga, como que nunha *intentio* entre o metropolitano Pedro yo bispo de Ourense Ederonio recoñécese o dereito de Braga, a pesares de que, por vida de Ederonio, quedaría na pose de Ourense (2). Cicáis viñeron deiquí os dereitos da Sé bracarense a este territorio de Ervededo.

En 1219 Alfonso IX dona a eirexa de Braga e o seu arcebispo don Estebo a vila de Ervededo con todas suas pertenzas e con todo o seu couto como a tiveran xa da sua aboa, libre de toda carga real, de xeito que os seus moradores non fosen ao apelido nin ao castelaxe nin pagasen pedido nin colleita ao rei ou ao seu rico home ou meiriño (3).

---

(1) Colec. Cronol. Caixa 2.ª n.º 20. Copia en pergameo do ano 1490.
(2) Liber Fidei, doc. n.º
(3) Rerum Memorabilium, t. III, fol. 1.

Se temos en conta a alusión que se fai no devandito documento a unha doazón feita anteriormente, temos que supôr que aquela aboa fora a raíña dona Urraca. Exprícase ansí como, en 1132 o infante don Alfonso Enríquez fai acotamento da vila de Ervededo pro arcebispo don Paio (4). A iste foi sin dúbida a quen a raíña de Castela, da que fora mais devoto que da de Portugal lle dera iste territorio pra Sé bracarense.

Alfonso X, como rei de Castela e León, por carta dada en Vitoria a 3 de decembro de 1255, por honra do arcebispo don Xohan, faille doazón da metade da moeda dos coutos de Ervededo, Bustelo e Ougela, con todas as regalías que os bispos de León tiñan nos seus coutos (5).

Confirman todos istes privilexios, en 1286 Sancho IV; en 1308, Fernando IV; en 1343, Alfonso XI e en 1380 Xohan I (6).

Don interes que os arcebispos bracarenses tiñan po lo seu couto de Ervededo danos fé cumprida o foral que, a 11 de xaneiro de 1232, en San Estebo de Chaves da o arcebispo don Silvestre a os moradores do couto, seus vasalos. De todo o pan, viño e liño terían que darlle a couarta, quinta ou sexta parte, conforme os terrenos; da seda a terza nas folliñas, sin que poidesen vendelas follas das moreiras fora da vila; dos porcos bravos (*porcis montesinis*) que collesen unha espadoa, agás se fose leitón; dos cervos, unha perna, e somentes poderían vendelos ao arcebispo. De colleita darían en cada ano, dende San Miguel ao Entroido unha galiña, unha tega de cebada, unha coarta de viño e tres pans de un almude de trigo, se fosen viudas que non traballasen terras darían somentes un soldo e unha galiña (7).

A pesares de que o couto de Ervededo radicaba en territorio do rei de León a xurdizón foi sempre exercida en nome do arcebispo de Braga que lla daba a un fidalgo en feudo ou en prazo.

No ano 1319, per mandado do arcebispo don Xohan martínez fíxose entrega a Martín Anes de Sousa da Cámara do couto de Ervededo. En 1333 o mesmo Martín Anes de Briteiros Sousa, alferez del rei e mordomo da raíña dona Beatriz, levantou a homenanxen da torre e couto de Ervededo a Fernan Gonzalez Barrasa (8). Tres anos despois, en 1336, el rei Alfonso IV da unha sentenza a favor do arcebispo don Gonzalo Pereira

(4) Rerum Memorabilium, t. III, fol. 23.
(5) Rerum Memorabilium, t. III, fol. 1 v.
(6) Rerum Memorabilium, t. III, fols. 2 v., 3 v., 4 v. e 5.
(7) Rerum Memorabilium, t. III, fol. 23.
(8) Gaveta dos Coutos, lib. II, n.º 23.

contra a viuva de Martin Anes, dona Branca Lourenza, dando por nulo o emprazamento que se lle fixera ao arcebispo don Xohan Martinez (9).

Alegaba a viuva de don Martín que ela io seu marido «outorgaram ao dito don Joanne, arcebispo de Braga, para a sa capella que fizera na dita igreia para sua sepultura o padroado da igreia de Santiago dalhallariz (perto de Chaves) da qual igreia elles deziam que eran padroeiros en solidum», por tal que o arcebispo, cabildo e dean lles emplazasen o seu couto de Ervedo e Bustelo «en dias de sas vidas danbos e duma pesoa». E pola sua parte o arcebispo «considerando que a terra de Ervededo que he da igreia de braga que era destroida e despoblada e malparada por razóm de gentes de León que vieron e vinham por muitas vezes ao dito lugar a destruir a dita terra e matar os homes e a queimalos non avendo a igreia de Braga quem compridamente podesse defender o dito logar e porque os ditos don Martin Anes de Sousa e dona Branca sa molher erao totalmente poderosos...», dábanlla aos ditos e a un fillo de ambos. «E porque no dito lugar soliao daver casa de fortaleza que hera hi mui necessaria por razao de maas gentes que hi avinhao fazer mal muito ameudo, o dito don Martin Annes e sa molher deviao de fazer uhma casa de fortaleza no dito logar ata cinquo anos...».

O procurador da Sé pedía, pola sua parte, que o contrato fose nulo por simoníaco. I El Rei, a 7 de agosto do dito ano de 1336 da sentencia a favor da Sé de Braga (10).

Noustantes, o preito proseguía, en nome do fillo de Martín Annes, como vemos polo protesto que en 1339 fixo don Gonzalo Pereira ante El Rei, de que «nao consentía que elle fose seu juiz na causa con Martin Annes de Sousa, sobre o coute de Ervededo». E polo de pronto a Sé non poido entrar na sua pose hasta o 6 de xuño de 1446, en que, estando o arcebispo don Gonzalo no lugar do Souto do couto de Cornellan de Riba de Lima, presentóuse ante il Martín Annes de Sousa pra alzar «o embargo que possera no castelo desmelma que está en no couto de Ervededo», mandando a Fernan Gonzalez Barroso, cabaleiro, que por íl tiña o castelo que lle fixese entrega ao arcebispo, a que nefecto tivo lugar o 22 de xunio (11).

A torre de Ervededo espertaba a cobiza de moitos cabaleiros. Ansí vemos como en 1428 o vicario xeral da eirexa de Braga, don Xohan Fernandez lanza a sua escomuñon sobor de Gonzalo Pereira pra que largue

---

(9) Id. n.° 24.
(10) Rerum Memorabilium, t. III, fols. 11 v.-14 v.
(11) Id. fol. 15.

Ervededo, por «não ser verdadeiro possuidor, senon intrusu violento» ([12]). Non debeu en por iso, de largarlle atorre aquel intruso, por canto vemos como en 14 de marzo de 1458, o arcebispo don Fernando «da entença... a nossa Cámara e couto de Ervededo a Gonzalo Pereira, cabaleiro, señor do couto de Lumiares e fillo de Xohan Roiz Pereira ([13]).

Por aquela sazón, o arcebispo don Fernando vese forzado a acudir o rei de Castela para que lhe defendesse aos moradores do couto de Ervededo das inxurias dos veciños da Poba de Monterrey. «Sepades — di un alvará de don Xohan II, dado en Valladoliz a 10 de maio de 1639 que don Fernando arzobispo de Braga, me envió fazer relación que como el coto dervededo que es en el reino de Galicia fué dotado a la dicha su iglesia por los dichos reis de gloriosa memoria mis progenitores... diz que vosotros o alguno vos avedes corrido e corredes e tratades mui mal a los vezinos deldicho coto, faziendoles muchas iniurias e deshonras e priziones e que por ello los vecinos e moradores del dicho coto se van a morar e vivir a otras partes...». E pon de pena contra os transgresores dez mil maravedís a cada uno ([14]).

Neste mismo ano de 1432, a 28 de febreiro, o arcebispo recibe «menagem» do seu escudeiro Rui Vazquez de Saa, como alcaide da sua torre de Ervededo ([15]).

Dous anos despois, o 17 de maio de 1434, en presencia de don Alfonso fillo del Rei e conde de Barcellos, do cabaleiro Martín Afonso de Sousa e de Martín Gomez oubidor do señor conde eno «alcazar do castelo» da vila Chaves, Diogo de Medeiros, escudeiro, criado do dito conde, fai «preito e menagem» ao arcebispo don Fernando da torre de Ervededo ([16]).

Deica o 22 de setembro do ano 1483 non atopamos ningun outro «preito e menagem». No dito dia dentro da torre de Ervededo, didiante de Vasco Martinez de Sousa Chicharro do Concello del Rei e Alcaide Maior da cidade de Braganza, comisionado polo arcebispo de Braga, «Pero Pinto se asentou en giolho ante o dito Chicharro e con as suas maos anbas metidas entre as maos do dito Chicharro disse que elle fazia preito e menagem ao dito Chicharro por a dita torre de a aguoardar de noite e de día... E feita assi a dita menagem o dito Chicharro lhe entregou loguo as chaves

---

([12]) Id. fol. 18.
([13]) Id. fol. 18 v.
([14]) Id. fol. 18.
([15]) Id. fol. 19 v.
([16]) Id. fol. 20.

da dita torre e o apossou e apoderou della a sahío loguo fora da dita torre e leixou dentro en ella ao dito Pero Pinto con todos seus homens...»

Inda que a torre e couto de Ervededo era propia da Sé de Braga, El Rei de Portugal tiña como parte do seu reino. Ansí a morte do arcebispo don Joao Galvao mandóu El Rei a Vasco Martínez de Sousa Chicharro, alcaide mor de Braganza a tomar pose do couto e da torre de Ervededo. Chegou o alcaide «con muitos fidalgos e gente de pe e de cauallo» e requeriu ao escudeiro Pero Fernandez, que tiña a fortaleza por Pero Pinto para a sua entrega. A carta real, dada en Alcobaza a 13 de agosto, mandaballe a Pero Pinto, por cuanto compria ao servicio del Rei, «sen outra dívida nen tardanza», lle faga entrega da fortaleza ao Chicharro. Enton Pero Fernandez se apartou a ler a dita carta e aver concelho que maneira acerca della tería e veo a elle con resposta que elle nen o dito Pero Pinto, pero que elle a dita fortaleza assí tinha del rei nosso senhor non auia recebido a dita fortaleza, mas que por ella tinha dada sua menagem a see de Braga..., que quando quer que o Cabido e igreia de Braga lhe quissesen Alçar menagem que lhes o dito Pero pinto dada tinha leixará sua fortaleza despachada e assi se tornou a sua fortaleza a loguo hi de presente pareçeo o honrado Estevao Falcao coniguo em a see de braga ao qual luogo o dito fronteiro fez pregunta dizendo: Estevao Falcao vos trazeis algua provisao do cabido de braga acerca da entrega desta fortaleza que el rei meu señor escreveo ao dito cabido e elles me enviarao dizer que vos tinhao ca a isso enuiado. E o dito coniguo respondeo que ero o que o dito cabido queria. E logo Chicharro leu a carta que lle mandaba o Rei que decía: Chicharro amigo. Nos el Rei uos enuiamos muito sauda. A nosso Senhor prouue ora leuar da vida deste Mundo pera si o Arcebispo de braga dom Joao galuao e porque a nosso seruiço cumpre muito a fortaleza de Ervededo nos ser loguo entregue escreuemos a Pero Pinto que a tem que logo vola entregue e escreuemos isso mesmo ao Cabido de Braga que lhe escreua que loguo uola entregue e como uos teuerdes entom a entregai a diogo da fonsequa nosso escudeiro a que auemos por nosso seruiço que a tenha e este nella e vos dailhe alguns homens que com elle aiao de estar e requerersse ao Cabido que lhe mande dar seu ordenado e uos tomara o menagem da dita fortaleza o dito dioguo da fonsequa e isto cumpri loguo assi com toda a dilligencia porque cumpre a nosso seruiço, escrita em o mosteiro dalcobaça a treze dagosto. O secretario afon Garcez a fez mil e coatrocentos e outenta e cinco».

Inda que, como coidamos, no fondo había un valor conveñdo, o cónego Falcón, voltando polos dereitos do seu Cabido, respondeu que en efeuto

recibiran a carta «e que lhe repostaran ao Rei en como a fortaleza era isenta a eirexa de Braga». Logo foise dentro da torre e tomou en nome do seu Cabido pose da fortaleza dediante do tabeliòn e de Pero Fernandez fixo inventario das armas e das demais cousas e denda torre tiroulle ao fronteiro moor unha cédula de protestación que decía: «Eu Esteuao conigo en a see de Braga suficiente procurador dela e suas dinidades a Cabido para o auto presente ao requerimento pello mui nobre senhor Vasco Martins de Sousa Chicharro alcaide moor de Brangança e fronteiro moor na comarca de tras os montes por el rei nosso senhor em suio nome me o dito requerimento faz diguo que considerando en como el Ry nosso senhor e mui catolico e mui fiel cristao e assi amador da justiça que consentir non pode que pessoa algua en seus reinos possua o alleo antes mui compridamente en seu reinos e senhorios os grandes e pequenos riquos e pobres com temor da suo justiça uiuen quietos e dormen seguros mais que longa memoria nos pode acordar nao se pode crer que a dita fortaleza manda requerer se nom pera della dispor como seguramente em quanto a igreia de Braga estuer a see vagante se possa guardar a dita igreia e Arcebispo vindouro...». Seguidamente pideu ao fronteiro que lle deixase tirar as armas e aquel respondeu que «a fortaleza nao se podia goardar sen armas e mantimento, mas que todo se posesse en inventario para quando se a fortaleza entregasse a dita igreia se entregar todo...». En presencia de Xoan de Mendoza alcaide moor e capitan da vila de Chaves; Xoan de Chaves, seu Almoxarife ena dita vila e Frederique Lopez de Albin e Gonzalo Guedes, fidalgos da casa de El Rei.

A intrusion dos reis de Portugal na xurdizon e señorio do couto e torre de Ervededo prosigue deica o século dezasete, en que, a consecuencia da guerra da independencia de Portugal a Sé de Braga perdeu para sempre o territorio que lle deron os reis de León en terras de Galicia. Ervededo tiña para a croa de Portugal un indabel valor como avanzada en territorio de cote enemigo.

A Rainha Dona Tereixa, fundadora e primeir Rei de Portugal

Por Jesús Ferro Couselo

A criazón do Estado Portugalense, o mesmo que do de Galicia, co nome de condado respondía por un lado a conceición imperial de Alfonso VI, tan avencellado, pola Casa de Borgoña, á monarquía imperial dos Capetos, e por outro, á unha viva realidade histórica, que dend-os Suevos persistía nas terras de entre Douro e Miño. Portugal, inda que *ad nutum*, viña sendo gobernado por condes, e, como se ve polas Crónicas e polos documentos privados insertos nos Tombos, en todo o territorio portugalense e bracarense hai unha forte concencia de *patria*. Ainsí, cando o noso Xelmírez fuxiu cas reliquias das eirexas de Braga, o pobo laiábase de que lle levaran «os santos patrons, defensores da Patria» (1), e de cote nas suscriciós de documentos do século XII atopámonos con referencias a «patria portugalense»: *Regnante rege Alfonso portugalense patria, et rege Fernando legionense provincia*, dí por enxempro, entre outros, un documento, do Livro das Datas do mosteiro de Fiaes (2).

Temos, pois, que en Portugal — concretamente nos territorios bracarense e portugalense — habìa xa un sentimento nazonal cando o «imperante en Toledo» crióu nil un Reino-Condado. Moi poucos anos denantes os portugalense deran xa vivas mostras dos seus anceios de liberdade, revoltándose, sob o mando do conde Nuño Menéndez, en contra do rei Don García (3).

Inda que con tídoo de Conde, Don Enrique é un soberano *pleno iure*, como na Franza o conde de Borgoña ou o duque de Normandía e non coma os que había inda entón e os que foran denantes nas mesmas terras portugalenses. Xunto ca sua muller, «filla do groriosísimo emperador das Espa-

(1) Historia Compostelana, lib. I, cap. XV.
(2) Doc. n.º 18 do ano 1184.
(3) Chronica Gotorum.

ñas» ten, *iure hereditario*, o poder do «regnum»: *Regnantes* — como se dí no foral de Tavares — *in Portugal et in Strematura, Colimbria, Viseo et Seia* (4).

Parez, afelles, estrano como dona Tereixa, após a morte de don Enrique, non emprega nos estormentos o tìdoo de «comitissa». Prosigue a chamar-se «infans», como «filla do imperador Alfonso». E que o poder, de dereito, cómprelle somentes ao seu fillo, xa que o condado fora criado polo Emperador a nome de don Enrique e a «título hereditario». O fundamento do exercicio do poder en doña Tereixa estaba por un lado na minoridade de Alfonso Enríquez e por outro en que, inda que non de modo expreso, fóralle dado aquil territorio *sub specie dotis*. De eiquí o tídoarse somentes infanta e filla do groriosísimo emperador. Emporiso, parez seguro, como dí a Crónica de Alfonso VII (5), que a morte de don Enrique, de contado escomenzaron os portugalenses a darlle o tídoo de Raíña. A mesma Compostelana chámalle *dómina totíus portugaliae* — señora de todo Portugal — cando, en 1116, na compaña do conde don Pedro, aio de Alfonso Raimúndez, sitia a sua irman Urraca en Sobroso (6).

A partir de 1118, todalas Chancillerías, o mesmo reales que ecresiásticas, parecen estar de acordo en darlle o tídoo de Raíña. No documento de préstamo que o arcebispo don Pedro fai no dito ano ao bispo de Salamanca don Xirome do territorio dende a eirexa de Aqüedute até o Esla figuran entre os testigos a *Regina Tarasie* e Menendo Feison, *notarius domine regine* (7). Mais non hai dúbida de que o metropolitano don Pedro tiña o meirande intrés en afastar do primado de Toledo a sede bracarense, polo que noutro tempo xa se gañare a xenreira do emperador toledano. As ciumes entre Braga e Toledo fixeron mais que dabondo pra aseguralo novo reino, como tamén as pretensions de Compostela e ser metrópoli da Galicie preoperte e Portugal de Galicia.

Pro caso cicais ten mais valor un documento da Chancilleria Real leonesa que se ven datando no devandito ano. Trátase dunha carta de inmunidade dada pola raíña doña Urraca aos frades io prior do convento e albergueiría de Santa María do Monte Sispiazo da Orde Militar de Santiago (8), na que suscriben dona Urraca co seu fillo, como reis de León

(4) Portugaliae Monumenta Historica. Lages, 2.ª pars, pág. 359.

(5) España Sagrada, t. 21, pág. 348.

(6) Lib. 1, cap. CXI.

(7) Liber Fidei, doc. 582, fol. 152 v.

(8) CONSUELO GUTIERREZ DEL ARROYO, Privilegios Reales de la Orden de Santiago en la Edad Media, n.º 6. Copia en papel, do século XVIII e traslado no Tumbo Menor de León, lib. II.

e Toledo e dona Tereixa, como raíña de Portugal: *Regnante regina domina Urracha cum filio meo in legione et Toledo et regina domina Therasia in Portugal.*

Se damos creto ao devandito documento, naquela data dona Tereixa era recoñecida por raíña de Portugal, mesmo pola Chancellerie de Toledo.

Enporiso, dous anos despois, dona Tereixa ve no meirande perigro o seu reino. No seu afan de restituir á «patria portugalense» os territorios de alén Miño que, conforme ao *Parochiale Suevicum*, lle pertencían á sé bracarense, invade a Limia e Toroño na Galicia. As tropas portuguesas, contraatacadas, recúan deica o Douro. O intre foi de veras apurado pra raíña de Portugal. O arcebispo de Braga, aquil Paio Menéndez — quidam idiota, ao decir da Compostelana —, corre a pôrse aos pes dos leoneses, co gallo de asegurar os privilexios da sé que il ocupaba. Dona Urraca, tidoándose «Regni Spaniae Regina», xuntamente co seu fillo Alfonso Raimúndez, confírmalle o couto da Sé (7). Se temos en conta a confirmación que en 1128 fai de novo o infante Alfonso Enríquez, na que dí que davandita carta de confirmación fora tamén corroborada por il, xuntamente con aquiles, en presencia do arcebispo de Compostela (9), os reis de León non tencionaban acabar co reino de Portugal, senón somentes restituir ao infante na sua herdanza, o que nos confirma tamén na ideia de que o partido do infante xurdira xa entón en Portugal, en contra da raíña dona Tereixa, pro que contaba ca axuda de León, que pretendía restituir a legalidade que querbantara a infanta dona Tereixa.

Como é sabido, gracias a Xelmirez, daquela poido dona Tereixa salvar a sua coroa. Con razón Herculano (10) sitúa niste intre, perante o sítio de Lanhoso, aquila famosa e inexpricable concordia entre dona Urraca e dona Tereixa, esquirta nun latin bárbaro, alleo ao estilo das chancillerías, que en forma inacabada se acha no *Liber Fidei* (11). Nil dona Urraca comprométese, como boa irmán a amparar e defender a dona Tereixa, dándolle territorios e cidades en terras moi afastadas de Portugal.

Polo feito de atoparse no Cartorio da Sé e en outra parte ningures, podemos supôr fundadamente que se trata dunha simpres minuta pra unha proposición de paz, exarada cicáis polo mesmo arcebispo don Paio, a quen, pola sua traizón había de pôr logo en prisón a mesma raíña.

O partido do Infante, apoiado polos Menéndez e gran número de

(9) Arquivo Distrital de Braga, Livro das Cadeias, n.º 92.

(10) Id. Colc. Cronol., Caixa 1.ª, n.º 9.

(11) Doc. n.º 592, fol. 153. — Pubric. Brandao, Monarquía Lusitana, liv. 8.º, e Herculano, Historia de Portugal, t. 1.º, pág. 490.

fidalgos, medraba de día en día. Os ánimos estaban irritados polo vergoñsoso valimento do galego Fernando Pérez. E o goberno da «fermosa Raiña» — *venusta Regina*, como se lle chama na *Vita Sancti Geraldi* ([12]) — tivo remate definitivo no Campo de San Mamede. O papel que a Eirexa de Braga tivo no conquerimento da «terra portugalense» por parte do infante, a custa do destronamento daquela infanta que fixera dun condado un Reino, vése craramente na carta de couto que, a 26 maio de 1128, lle fai o infante ao arcebispo don Paio: «*Et quando habuero portugalensem terram adquisitam civitatem tuam et sedem tuam et ea que ad eam pertinent tibi tuisque successoribus in pacem dimittam... Et hec dona facio sancte marie bracarensi et tibi tuisque successoribus et clericis tuis pro anima patris mei et pro remedio anime mee et ut sis adiutor meus...*».

A reivindicación do poder por parte do infante don Alfonso é somentes a título de herdeiro do conde don Enrique. Polo de pronto, non podía tomar tan axiña o tídoo de Rei, aparte de que dendos muros de Guimarães, fixéralle menaxen ao rei de León. Non toma, emporisso, o tídoo de conde, que non lle podería abrir camiño nas suas ambiciós. Cómprelle con intitularse infante, fillo da raíña Dona Tereixa e neto do grariosísimo emperador. Así coma así, non podía ir contra a lexitimidade que il mesmo invocara. Tiña que agardar un intre mais doado. E cando chegou, invoca o feito de ser fillo de unha raíña e neto dun emperador. E logo, conforme a ista doutrina dálles aos seus fillos o alcuño de Raiña e de Rei.

INTERVENÇÕES

O Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares acentuou, principalmente, a questão de D. Teresa só se começar a chamar Rainha depois de 1118. Afirmou ainda que o governo de Fernando Peres tinha sido necessário.

([12]) Port. Mon. Hist., LXI, Script., pág. 55, n.° 8.
([13]) Doc. 415, fol. 117.

Um Ciclo de Estudos sobre o Utramar Português

«Bracara Augusta» honra-se com a publicação, neste número, da lição que o Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, ilustre Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, sob o título Problemas Actuais da África Negra, *proferiu no dia 2 de Novembro do corrente ano no Salão Nobre do Município Bracarense, a convite do mesmo Município e da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a iniciar um* Ciclo de Estudos sobre o Ultramar Português.

Presidiu à memorável sessão o Ex.mo Governador Civil do Distrito.

A introdução à conferência e o elogio do Professor Silva Cunha foram feitos pelo Presidente da Delegação da Sociedade Histórica, Coronel José Baptista Barreiros. Porque nessa introdução foram expressos o móbil e a finalidade do Ciclo de Estudos, *transcrevem-se aqui as suas principais afirmações:*

«Esta iniciativa da Câmara e da Delegação da Sociedade Histórica pretende ser contribuição valiosa, firme e estabilizadora do esclarecimento de importantes questões muito ìntimamente relacionadas com a existência, com a continuidade e com o progresso das nossas Províncias Ultramarinas. Esclarecimento para todos, ainda mesmo para os que mais se achem familiarizados com os assuntos dos temas que se versarem, e cuja explanação sem dúvida os satisfará, ou porque lhes venha a constituir confirmação de ideias já mais ou menos assentes, ou porque lhes possa ser ilustração a incertezas e irresoluções, ou ainda porque com algumas novidades fortaleça justas e legítimas aspirações ao conhecimento essencial dos factos.

Mas principalmente, esclarecimento e instrução à Mocidade Escolar, cuja sólida preparação espiritual e cívica incumbe a todos — mestres, educadores e organismos com responsabilidade na integral formação mental daqueles que amanhã deverão substituir, na histórica continuidade nacional, os que forem caindo na caminhada da vida, para que haja uma consciência perfeita das bases em que assentou o grandioso edifício duma Nação continental como a nossa, mas prolongada através dos mares até aos últimos confins da Terra.

É este o nosso caso, dado que desejamos, cumprindo o que julgamos

ser, no grave momento histórico que a Nacionalidade atravessa, um dever ponderoso — contribuir, quanto em nossas forças e possibilidades caiba, para evitar que, por desordem, ou por dissolução, ou por desconcerto intelectual, se caia em confusão propícia a falsas interpretações da verdadeira finalidade e objectivos da Missão Histórica de Portugal.»

Problemas actuais da África Negra

I

1. A África anda, desde o fim da guerra, na primeira página dos jornais de todo o Mundo e, se esta notoriedade não pode infelizmente reconduzir-se a causas que redundem sempre em seu louvor e proveito, demonstra o interesse que esse Continente, com os seus problemas, suscita na opinião pública de todos os Países.

Há, porém, muita maneira de a opinião pública se interessar pelas coisas, pelos factos e pelos homens. Partirei da definição da natureza do interesse universal pela África e dos factores que o determinaram, para iniciar a análise do tema que me proponho tratar — *Problemas actuais da África Negra.*

2. Julgo que a razão de tal interesse se pode sintetizar dizendo:

A África interessa porque constitue um factor quase decisivo para a luta pelo domínio do Mundo que, desde 1946, se vem travando entre a Rússia e os E. U. A. e em que começa a pretender também intervir a República Popular Chinesa.

Na verdade, a África com as suas riquezas, ainda em grande parte inexploradas ou incompletamente exploradas, com as suas populações e com a sua posição geográfica, continua a ser campo de expansão potencial.

A esse respeito não nos deve iludir nem o proliferar de novos Estados, na aparência irredutìvelmente independentes, nem as generosas declarações nas Organizações Internacionais, nem as promessas de auxílio ou mesmo o auxílio prestado com a aparência de dom desinteressado.

Com tudo isto apenas se pretende aproveitar a inexperiência dos novos Estados para os conduzir, sem que disso se apercebam, na órbita de inte-

resses exteriores ao Continente, a ele estranhos, e, na maior parte dos casos, contra as suas verdadeiras conveniências.

3. Começou-se por minar as posições tradicionais dos Estados europeus, promovendo para esse fim campanhas de ódio e subversão. Assim se conseguiu expulsá-los da África.

Desenvolve-se agora uma política de atracção dos Estados que se instituíram em substituição das soberanias europeias.

Enredada nos seus próprios problemas, manietada pela influência de ideologias dissolventes, que a debilitaram nas suas forças e obscureceram na sua inteligência, a Europa Ocidental não soube, não pôde e não quis resistir.

Acreditou ser-lhe possível retirar-se, mas continuar presente pela influência da recordação dos benefícios que, com a sua civilização, levara à África.

Com a convicção, baseada na experiência, de que os novos Estados Africanos não poderiam sòzinhos prosseguir na obra de protecção às populações, de correcção e melhoria do meio natural e da criação de novas fontes de riqueza, julgou que aos seus antigos colonizadores é que haviam de recorrer para conseguir o apoio necessário.

Os métodos usados para fomentar a subversão das antigas soberanias deixaram, porém, o seu rasto.

Excitara-se o ódio contra a Europa. Fomentara-se a luta racial.

Mesmo quando se criaram fórmulas jurídicas de associação para substituir as antigas soberanias, o tom geral dominante nas relações entre a Europa e a África começou a ser o da reacção vingadora contra um passado de opróbrio e de agressão, como sistemàticamente passou a ser apresentado o antigo sistema.

4. É neste clima que se desenvolve a luta de influências entre as três potências já mencionadas que se complica com os conflitos, latentes ou declarados, entre os *leaders* dos novos Estados (todos, ou quase todos, pretendendo a hegemonia sobre os outros), com as ambições de domínio dos pan-arabistas e a campanha contra Portugal e a África do Sul.

O restabelecimento da Paz e da tranquilidade, a definição de um sistema normal de convivência dos novos Estados Africanos entre si e com o resto do Mundo, constituem problemas da actual conjuntura. São problemas africanos actuais.

Não são, porém, estes os que vão constituir objecto da minha análise e apenas os referi para poder localizar o meu tema.

É que a agitação que lavra em África fez desviar as atenções dos problemas africanos mais importantes — aqueles de que verdadeiramente depende o progresso e a felicidade dos seus povos. Ests são os problemas do seu *subdesenvolvimento* que, no turbilhão das lutas em que a África se dilacera, correm o risco de ficarem sem solução. Se assim suceder, perder-se-á muito trabalho realizado e muito dinheiro gasto. Tornar-se-á inútil o sacrifício de tantas vidas.

As vítimas directas serão os Africanos, mas toda a Humanidade ficará mais pobre.

Por isso me parece útil meditar um pouco sobre este aspecto da actual problemática africana.

Fá-lo-ei limitando, na medida do possível, as minhas reflexões à África ao Sul do Saará.

II

5. Os problemas do subdesenvolvimento da África são profundamente interdependentes.

Para facilidade de análise, porém, podem dividir-se em dois grupos ou categorias:

a) Os que são determinados por factores do meio físico;
b) Os que derivam das características das estruturas sociais africanas.

Procurarei dar uma ideia geral dos mais importantes, mas, antes, convém precisar alguns dados relativos à África como espaço, aos recursos nela actualmente disponíveis e à distribuição das suas populações.

A superfície total do continente é de 30 290 000 km² que corresponde a cerca de 22 % das terras emersas.

Nele vivem aproximadamente 254 milhões de seres humanos, o que corresponde a uma densidade média de 8 habitantes por quilómetro quadrado.

Esta densidade, porém, varia muito de território para território, oscilando entre menos de 1 habitante (que se verifica, por exemplo, na Mauritânia, na Líbia, em certas regiões do Sul de Angola e do Sudoeste Africano) e o máximo de cerca de 600 habitantes, no Vale do Nilo.

Entre estes dois extremos, há graus de concentração populacional muito diferentes, com o mínimo nas áreas desérticas e nas regiões de floresta densa, e os máximos nas orlas costeiras do Golfo da Guiné, da Tunísia, Argélia e Marrocos, na região dos Grandes Lagos e dos planaltos da Etiópia e na orla costeira oriental de Mombaça ao Cabo, com alguns intervalos de baixas densidades em Moçambique.

A actividade económica predominante é a agricultura.

À irregularidade da concentração populacional corresponde, porém, a desigualdade da repartição dos recursos alimentares.

Há muitas regiões extremamente pobres em que a procura da subsistência reveste carácter quase heróico, e onde as populações vivem em níveis extremamente baixos, como os Países da orla saariana ou as zonas da grande floresta tropical, e outros em que a vida é relativamente fácil, como os que bordejam o Golfo da Guiné.

A característica dominante é, porém, a da pobreza sem possibilidades de melhoria se se não alterarem as condições de base por força da intervenção de agentes exteriores.

6. A primeira causa que determina esta escassez de recursos e o nível extremamente baixo em que vivem as populações africanas é a pobreza do solo.

A versão corrente e romântica da África terra ubérrima, de vegetação luxuriante e pronta a desentranhar-se em frutos é completamente falsa.

A realidade a este respeito condensa-se dramàticamente no título escolhido por Jean-Paul Harroy para um livro célebre: *Afrique terre qui meurt.*

A África terra que morre...

Na verdade, os solos africanos sob a acção dos factores físicos da erosão e da acção imprudente do homem degradam-se progressivamente.

O seu revestimento vegetal está em progressiva regressão. Correlativamente, a fauna herbívora diminui e as espécies carnívoras vão rareando.

Este processo, que alguns autores sugestivamente denominam de desertificação da África, iniciou-se há séculos, tende a acelerar-se, avançando do limite sul do Saará para as regiões austrais, torna cada vez mais difícil a vida humana e exige uma acção sistemática e geral para o combater, pois se não se actuar enérgica e ràpidamente, a terra africana efectivamente morrerá.

7. Daqui resulta uma situação quase geral de carência alimentar e o péssimo estado sanitário das populações.

A subalimentação é, de facto, um factor constante da vida dos nativos da África que a colonização europeia não conseguiu eliminar.

A ração diária de alimentos, consumida quase sempre numa única refeição, é formada habitualmente por elementos de origem quase exclusivamente vegetal, pouco variados e a maior parte das vezes de má qualidade por deficiências das técnicas de produção.

A África é além disso a terra de eleição das endemias.

O pian, o paludismo, a varíola, a lepra, as febres recorrentes, a doença do sono, quando os europeus chegaram à África, dizimavam as populações e, apesar da acção sanitária e médica, estão longe de ser vencidas.

As estatísticas sanitárias a respeito de África são extremamente deficientes por grande parte dos nascimentos e óbitos entre as massas rurais escaparem ao contrôle das autoridades. Mas sabe-se que a mortalidade infantil é a mais elevada do Mundo e que a organização sanitária está em regressão e é hoje impotente para combater as numerosas doenças que flagelam as populações. Assim, com base nos poucos elementos disponíveis, a O. M. S. no seu relatório sobre a situação sanitária no Mundo (1957-1960) calcula para a África a mortalidade infantil, em 1959, em 69,7 por mil nado-vivos, enquanto que a mesma taxa era, nesse ano, de 51,6 para as Américas, de 45,0 para a Europa, de 37,9 para o Mediterrâneo Oriental e de 46,8 para o Pacífico Ocidental (1).

8. A deficiência dos serviços de educação é outro aspecto do subdesenvolvimento dos países da África Negra. Tem-se entendido, na linha das mais recentes conclusões da economia e da sociologia, que a elevação do grau de instrução, o treino técnico, a preparação profissional feita nas escolas, é um passo essencial no caminho do desenvolvimento económico. Em África, dadas as condições de vida tradicionais, é também o caminho mais rápido para a integração das populações nos hábitos, nos métodos de trabalho, e na atitude perante a vida e as coisas que caracterizam o mundo do século XX. Na Europa, a escola pode ser apenas uma barreira que separa o camponês do seu jornal ou da gazeta agrícola, mas não significa a sua manutenção à margem dos modos de ser correntes no seu país. Em África, a função da escola é muito mais relevante, porque dela depende

(1) O. M. S., *Deuxième rapport sur la situation sanitaire dans le monde*, 1957-1960. Genebra, Jan. 1963, p. 8.

a possibilidade de integração da população em novas formas de convivência e a sua capacitação para colaborar eficazmente na acção necessária para promover a sua elevação a melhores condições de vida.

Por isso as organizações internacionais, em especial a U. N. E. S. C. O., têm atribuído uma grande importância ao problema da generalização da instrução e têm-se esforçado por estimular e assistir os governos dos novos Estados na procura das soluções. A acuidade do problema tem provocado uma certa tendência para esconder ao grande público internacional o real estado de coisas existentes. Os dados estatísticos são escassíssimos e sempre apresentados de modo a diminuir as impressões negativas. Sabe-se, no entanto, que em toda a África Negra as percentagens de analfabetismo são elevadíssimas sem que o estado actual da escolarização permita antever uma rápida melhoria da situação, dado que, na maior parte dos Estados, a grande maioria da população em idade escolar não tem possibilidades de frequentar as escolas. Assim, segundo os cálculos da U. N. E. S. C. O., a Etiópia tinha nas escolas primárias, no ano lectivo de 1958-59, 3 % das suas crianças entre os 5 e os 14 anos, o Mali, no ano de 1957-58, tinha nas escolas 7,7 % das crianças desse mesmo grupo de idades, a Mauritânia estava nas mesmas circunstâncias, o Niger apresentava no mesmo período uma percentagem de 3 %, o Alto-Volta, em 1959-60, de 6,8 % o Chad neste mesmo ano, de 13,8 %. Mais favorecido, o Congo (Brazzaville) apresentava no ano de 1957-58 uma percentagem de 70,3 e o Congo (Leo) em 1959-60 uma percentagem de 71,5 %. O Ghana tinha em 1959, 66,7 % das suas crianças nas escolas, a Guiné em 1959-60, 19,7 %, a Costa do Marfim em 1957-58, 32,7 %, a Libéria em 1959-60, 22,4 %, a Nigéria em 1958, 42,9 %, o Senegal em 1957-58, 23,8 %. Na Costa Ocidental, Madagáscar tinha no ano de 1959-60 nas escolas 46,7 % das suas crianças dos 5 aos 14 anos, o Tanganica em 1958 tinha 24,1 % e o Quénia no mesmo ano 52,1 % (2). Estes números fornecem suficiente testemunho da enorme proporção de crianças em idade escolar que não podem frequentar as escolas. Todavia em si próprios não explicam toda a situação, pois, na maior parte dos casos, o ensino é rudimentar e ministrado por mestres insuficientemente habilitados. Os países que nos últimos anos conseguiram alguns resultados nesse domínio, só os obtiveram transformando ràpidamente os alunos mais adiantados em mestres e sacrificando os programas ao objectivo geral de

(2) *Out line of a plan for african educational development*, Table I, p. 7, in ECA/UNESCO, *Conférence of African States on the development of education in Africa*, Addis-Abeba, 15-25 May 1961, Final Report.

ensinar a ler e escrever. A verdade é que a maioria dos Estados Africanos não dispõe de recursos suficientes nem de pessoal habilitado para o ensino.

9. A estas causas de subdesenvolvimento acrescem as que resultam das estruturas tradicionais das sociedades africanas que, apesar de diversas consoante as regiões e os grupos étnicos, apresentam certos caracteres gerais comuns.

O esquema geral típico destas estruturas é o da tribo, formada de *clans* e de famílias extensas, com uma organização de tipo totalitário, inibitório de todas as iniciativas, pois cada uma forma uma unidade social completa com as suas divindades, a sua economia, o seu direito, cujo sistema está estruturado com o fim único de garantir a segurança e a subsistência do grupo.

Rìgidamente divididas em classes e outros subgrupos definidos pela tradição, em todas funciona um método imutável de educação e preparação da juventude para as tarefas colectivas que impede a evolução, sem a destruição do próprio sistema e que, por isso, combate todas as inovações como contrárias aos interesses do grupo.

10. Era esta, mau grado certas distorções da verdade histórica, forjadas com o intuito de alicerçar na História os novos Estados, a situação típica das várias regiões da África Negra onde se exerceu a influência europeia.

Apesar de alguns abusos originados no predomínio dos valores utilitários sobre os valores morais e espirituais que caracterizou em algumas épocas a acção colonizadora de certos Estados europeus, não se pode, sem injustiça, negar-lhes o mérito de, uma vez pacificados os territórios que as guerras intertribais devastavam, terem feito sérios esforços para combater os flagelos, melhorar as condições ecológicas, aumentar a produtividade e desenvolver a cultura dos Africanos.

Para atingir estes objectivos os Estados europeus que colonizaram em África não se limitaram a agir nos territórios sob a sua soberania. Procuraram coordenar por meio de acordos internacionais os seus planos de acção, para que esta decorresse simultânea e sistemàticamente em todos os territórios e assim se tornasse mais eficiente.

É que a cooperação internacional em África é imposta pelas circunstâncias do meio e pela natureza da acção que se impõe, para tornar o Continente mais propício à vida do homem.

Na luta contra a doença, a contiguidade dos territórios torna fatal

que, se não for simultâneamente conduzida, principalmente tratando-se de doenças contagiosas, será ineficiente porque os contactos inevitáveis entre as populações hão-de fazer ressurgir constantemente os focos de infecção.

Por outro lado, se os agentes vectores — e é o caso especialmente da doença do sono — não forem atacados simultâneamente em todos os lugares onde proliferam, toda a acção que decorra isoladamente nos territórios infestados está votada ao insucesso.

O mesmo se pode dizer quanto ao problema da degradação do solo.

Não é exagero afirmar-se que todos os grandes problemas africanos só podem resolver-se eficientemente, desde que haja uma estreita colaboração entre as administrações de todos os territórios que tenham de lhes procurar solução.

Apontar-se-á só mais um exemplo: o da organização de um sistema de comunicações que assegure a drenagem dos bens dos centros de produção para os centros de consumo, permita a troca de produtos e assegure o convívio entre as populações.

Por isso, desde os fins do século XIX a experiência mostrou aos Estados europeus com a responsabilidade de administração de territórios africanos, e apesar da competição que entre eles se estabeleceu na chamada corrida à África, ser indispensável um sistema de cooperação para resolver os problemas que se lhes iam deparando.

11. Na Conferência de Berlim de 1885 a preocupação fundamental foi definir o regime jurídico da aquisição de direitos territoriais. Simultâneamente, porém, definiram-se regras impondo aos Estados o dever de promover a melhor das condições de vida das populações africanas, entre as quais tinham particular importância as que diziam respeito à repressão da escravatura e do comércio de escravos, que, cinco anos depois, foi objecto do Acto Geral da Conferência de Bruxelas assinado em 2 de Julho de 1890 e que definiu o regime jurídico de cooperação internacional na campanha anti-esclavagista.

Até à primeira grande guerra foi este o campo em que principalmente se manifestou a cooperação. Posteriormente esta ideia reforçou-se e ampliou-se, em grande parte mercê da acção da O. I.T. a que se ficou a dever a definição de um sistema jurídico internacional de protecção das populações colonizadas, especialmente em matéria de relações de trabalho.

Depois da última guerra este movimento acentuou-se.

Na Carta das Nações Unidas, definiu-se um sistema de «Cooperação

Económica e Social», para cuja execução foram criados numerosos organismos, como a F. A. O., a U. N. E. S. C. O. e a O. M. S.

Continuou a acção da O. I. T. e, criou-se um organismo novo — a *Comissão de Cooperação Técnica em África a Sul do Saará.*

12. Parecia assim que os resultados positivos conseguidos neste campo iam ampliar-se e que o ritmo da acção para melhoria das condições de vida das populações africanas ia intensificar-se.

Os factos, porém, foram outros.

Na sociedade internacional os problemas africanos de mais interesse passaram a ser os problemas políticos.

As potências europeias começaram a perder posições. Surgiram os novos Estados Africanos.

Estes, contràriamente aos seus reais interesses, em lugar de retomarem a obra que estava em curso, aproveitando a colaboração dos que, como nós, tendo decidido continuar em África, estavam dispostos a conviver pacìficamente e a honestamente prestar o seu contributo para a prosperidade do continente, lançaram-se na luta por uma África inviável — a África só para os africanos negros — nela empenhando todos os recursos, mesmo aqueles que lhes haviam sido concedidos para investir no desenvolvimento do que os colonizadores haviam deixado feito.

«L'Afrique Noire est mal partie». A África Negra começou mal... é o título melancólico de um livro recente de René Dumont em que argutamente se analisa a situação actual da África ao Sul do Saará.

13. A África Negra efectivamente começou mal os primeiros passos desta nova fase da sua vida.

Começou mal, porque à Paz que permitiria consolidar a independência preferiu a agitação geradora do caos; porque aos velhos amigos, como nós, interessados em que o Continente progrida, porque nele vivem há séculos e o consideram como parte do seu ser, preferiram as novas e suspeitas amizades dos que vêem na desordem a ocasião de novos negócios ou a oportunidade de aumentar o seu poderio. Começou mal, porque não soube colher do passado os ensinamentos que lhe permitissem continuar a obra deixada pelos colonizadores, afeiçoando-a embora às novas realidades africanas, e preferiu importar modelos estranhos que sufocam e oprimem porque inadaptados aos organismos sociais a que, à força, foram aplicados.

De tudo isto resultou a crise que a África vive e que, se não for vencida, a poderá afundar de novo nas trevas da ignorância e no desespero da miséria.

O único caminho para o evitar será abandonar os planos utópicos de expansão e de domínio de um Panafricanismo mítico, e concentrar os esforços e recursos na resolução dos grandes problemas que afligem os seus povos e de que dei apenas uma pálida ideia. Para isso, porém, é indispensável que se moralise a administração, que se estabeleça a austeridade e o bom senso na vida pública e que se defina um sistema de coordenação da acção dos vários Estados na base de organizações regionais que permitam a conjugação de esforços na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento necessários.

14. No fim da última guerra um notável especialista britânico em problemas africanos — Lord Hailey — depois de analisar as várias sugestões que começavam a aparecer para organizar a coordenação pela comunidade internacional do que então se chamavam actividades coloniais, expôs a que se lhe afigurava mais útil: a criação de conselhos ou comissões em que os territórios se agrupassem em função de comunidade de interesses nascidos da vizinhança geográfica e da semelhança das dificuldades a vencer.

Tais comissões deveriam ser constituídas por delegados das administrações de todos os territórios interessados e de todas as potências que possuissem interesses definidos nas mesmas regiões.

A sua actuação deveria consistir na coordenação das políticas seguidas em cada um dos territórios nelas agrupados, através de um sistema de consulta mútua e de organismos técnicos comuns.

Foi a esta concepção que obedeceu a criação da C. C. T. A. que lançou as bases de uma acção de muito valor e interesse que só não resultou plenamente por nela se terem reflectido os efeitos da campanha anticolonialista que acabou por transformá-la em mais um organismo político e inoperante.

A fórmula continua, porém, a ter valor e a merecer atenção. Se um dia o bom senso voltar a imperar, há-de reconhecer-se que poderá ser ùtilmente aproveitada.

III

15. Portugal é também um País africano e, por isso, não posso deixar de me referir, a propósito dos problemas actuais da África Negra, ao caso português, até porque, como africanos que também somos, temos de estar atentos à crise que a África atravessa, muito embora o bom senso que tem presidido à política portuguesa tenha evitado que lhe sofrêssemos

todos os efeitos. Na verdade, das cinco parcelas africanas de Portugal, três estão em paz completa e as outras duas, se sofrem periféricamente os efeitos da desordem quase geral do Continente, continuam, como as outras, a trabalhar com a tranquilidade possível e a decisão serena, mas forte, de quem está em sua casa, embora tendo de suportar as impertinências de vizinhos incómodos. Ainda recentemente a viagem do Chefe do Estado a Angola e S. Tomé e o demonstrou irrefutàvelmente.

Esta posição dá-nos a dupla qualidade de observadores e de participantes directos nos acontecimentos.

Pela primeira podemos formar os nossos juízos e formular as ilacções úteis para a segunda.

Interessa-nos agora destacar as seguintes:

Se nos retirássemos de África daí nada resultaria para a melhoria da situação e para a resolução da crise, pois nenhum dos seus problemas fundamentais ficaria resolvido ou receberia sequer começo de solução. Pelo contrário, todos se agravariam, pois à nossa retirada inevitàvelmente se seguiria o alastramento da desordem.

Continuando em África, asseguramos zonas de tranquilidade e paz e, portanto, evitamos que o caos se generalize.

Por outro lado, com a nossa administração calma, segura e eficiente podemos ser um exemplo a seguir quando a África se cansar de agitação. Com os nossos recursos e experiência, somos um elemento útil de cooperação com os novos Estados Africanos.

O que se passa em África não será propício a que a cristalina clareza destas verdades se imponha a todos.

Seja como for, porém, o nosso comportamento, em face dos povos africanos, continuará a ser como o definiu o senhor Presidente do Conselho:

> «A mais estreita e amigável colaboração, se a julgarem útil;
> A maior correcção, se formos dispensados de colaborar;
> A defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converter as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios».

Tudo isto me parece tão evidente e tão esclarecedor da nossa posição perante os actuais problemas africanos que poderia julgar-me dispensado de continuar.

Julgo, porém, oportuno dizer alguma coisa sobre as reformas em curso

no nosso Ultramar porque assim maior força terá o que disse acerca das ilacções que é possível extrair da nossa posição em África.

16. Muito recentemente foi feita nova publicação, revista e reformada, da Lei Orgânica do Ultramar.

Assim se reajustaram a organização política e administrativa e as instituições do Ultramar às exigências da evolução social e do progresso económico das Províncias Ultramarinas. Mantendo embora as traves mestras do sistema, alargou-se a representação das populações ultramarinas nos órgãos centrais, quer no sector político, quer nos sectores económico e administrativo, e deu-se-lhes a possibilidade de uma mais ampla participação nos órgãos locais de governo.

O teor e alcance das modificações já teve a divulgação suficiente para escusar agora uma referência mais extensa.

Menciono-as apenas porque elas vêm na sequência de reformas anteriores, quase na rotina do nosso processo secular de trabalho, e exigem para sua plena execução outras cuja preparação e estudo estão em curso, já muito próximo da fase de poderem ser vasadas na forma da lei, e que é oportuno referir.

Entre as mais importantes, porque delas depende directamente a possibilidade de executar as inovações introduzidas na Lei Orgânica, contam-se os diplomas que aprovam os novos estatutos político-administrativos das Províncias.

Preparados no Ministério do Ultramar os respectivos projectos, foram estes enviados aos governos provinciais que sobre eles se pronunciaram, ouvidos os órgãos consultivos competentes.

Os textos iniciais, com os pareceres que sobre eles incidiram, foram apreciados pelo Conselho Ultramarino.

Os textos definitivos estão prontos para serem sujeitos a assinatura e promulgação.

Assim se completará o ciclo iniciado há cerca de um ano, quando o Conselho Ultramarino aprovou o parecer que definiu a orientação que veio a ser seguida na revisão da Lei Orgânica.

Não se ficou, porém, aqui.

17. É assim que neste momento estão em preparação: uma nova lei eleitoral em que se define o regime das eleições para os Conselhos Legislativos, cujo texto já foi enviado às Províncias para apreciação; um projecto de revisão do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, acerca do qual

igualmente já se pediu o parecer dos governos provinciais; um projecto de Código Administrativo do Ultramar, cujo primeiro texto está totalmente redigido; a reforma do regime fazendário, para dar execução ao alargamento da autonomia financeira determinado pela Lei Orgânica; a reestruturação da orgânica do Ministério do Ultramar, com o objectivo de conseguir uma maior rapidez e eficiência da sua acção.

18. Para além do sector da política e da administração também muito se tem feito. No sector da economia, publicaram-se os diplomas definidores do regime do mercado comum português; regulou-se a coordenação dos planos de fomento dasProvíncias, articulando-os com o plano geral de fomento nacional e instituíram-se os respectivos órgãos (nas Províncias, as Comissões Técnicas de Planeamento e Integração; na Metrópole, uma Comissão de Coordenação da actividade das primeiras). Definiu-se também o novo regime algodoeiro, assim se completando as reformas iniciadas em 1961.

No sector da saúde, está pronta a nova organização dos Serviços.

No sector do ensino, ultimou-se a definição do regime dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique e preparou-se o diploma organizador de um sistema de educação de base, de resto já em funcionamento em todas as Províncias, e que agora se institucionaliza aproveitando os resultados da nossa experiência.

Neste campo ainda, para facilitar o acesso à cultura de todos os elementos da população e assim intensificar a sua promoção social, alargou-se o número de bolsas de estudo e instituíram-se lares para estudantes, esperando-se poder no próximo ano ampliar ainda mais os benefícios concedidos.

Para coordenar a acção das províncias e da Metrópole neste campo criaram-se Comissões de bolsas de estudo, na Metrópole e nas Províncias, que já estão constituídas e a trabalhar.

19. Assim, serenamente, sem perturbações nem agitações de qualquer espécie, se tem trabalhado, dando satisfação às aspirações das populações do Ultramar, assegurando-lhes mais bem estar moral e material e liberdades políticas em proporções que em muito excedem o teor comum de vida dos territórios de África, mesmo os que se dizem mais liberais.

É certo que o véu do silêncio (que é uma das armas usadas na campanha de que somos vítimas) tombou nos órgãos de informação internacional sobre tudo o que fizemos e continuamos a fazer.

Um parêntesis me seja permitido para anotar que não deixaram, porém, de dar grande relevo ao projecto de lei de bases publicado em Espanha para regular o governo dos seus territórios de Fernando Pó e Rio Muni, que, nas suas linhas gerais, e pelo regime de competências que define, não difere sensìvelmente do sistema que vigora nas nossas Províncias. Pretenderam mesmo interpretar este facto como sintoma de divisão entre os dois Países Peninsulares.

O discurso do Ministro Castiella na Assembleia Geral das Nações Unidas já os deve ter desiludido...

Como, porém, não trabalhamos para colher louvores e apenas continuamos a obra de séculos, para engrandecimento da Nação, nas dimensões em que a conhecemos — pluricontinental e multirracial — a acintosa e presumida ignorância do que fazemos com que pretendem mascarar a realidade da nossa situação, nem sequer nos afronta. Continuaremos; e, como não está à vista qualquer solução para a crise de África, como ninguém parece interessado em resolver com honestidade os seus problemas, o tempo há-de dar-nos razão.

Os territórios portugueses de África hão-de continuar a progredir. O contraste que fazem com o resto do Continente continuará a acentuar-se e acabará por fazer ver o que se pretende ignorar.

A verdade das ilacções que atrás formulei há-de acabar por impôr-se. A nossa presença acabará por ser reconhecida necessária e útil.

Oxalá Deus ilumine depressa os homens, para que a África se não perca.

Relações entre os Municípios Portugueses daquém e dalém-mar *

Uso da palavra, nesta assembleia, na prossecução de dois objectivos.

Foi-me distribuído um encargo que, para mim, constitui singular honra: expressar à deslumbrante Luanda as homenagens da minha terra, Braga, a velha Mãe onde nasceu o Portugal cristão. E, no decurso da missão, vou permitir-me incrustar reflexões sobre um imperativo da hora presente que respeita aos Municípios portugueses: todos como um só, unidos, na exaltação prática, concreta, da Portugalidade.

Pela limitação dos meus recursos, a fala sairá frouxa. Porém, ante a pequenez da minha palavra, confrontai com os vossos os sentimentos que quero exprimir, e dar-lhes-eis concordância.

Com ser, nesta hora, o delegado do Município Bracarense, do seu ilustre Presidente e dos digníssimos colegas meus da Vereação, abstraio da minha modesta personalidade para, em nome da teocrática e decana urbe, onde rutilam mitras milenárias de Primazes, saudar estoutra portuguesíssima cidade, portentosa e trepidante, já cheia e rica de história, ousada na estrada do progresso, e ainda promessa maior para o Portugal do futuro.

Trago a S. Paulo de Luanda os sentimentos de afeição, de solidariedade, de apreço fraterno da sua irmã mais velha, a Roma Portuguesa, que ultrapassa em ancianidade histórica a celebrada velhice da sua própria Sé. Braga que te saúda, que não distingue as suas da tua glória, é mais velha do que a Sé de Braga!

---

* Comunicação apresentada pelo Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga, Prof. Dr. Sérgio da Silva Pinto, ao I Colóquio Nacional dos Municípios que se realizou em Luanda de 5 a 10 de Outubro findo.

Trago aos Luandeses o preito de admiração, o coração agradecido da Grei Bracarense, orgulhosa, por si e pelo viveiro humano de que é centro, de lhes alimentar e povoar a demografia, de lhes globulizar as veias, de cooperar, pelas dádivas de braços e sangue, no seu desenvolvimento, na sua obra, na sua grandeza.

Trago-lhes, com esta mensagem, mediante o valimento objectivo dela, a despeito da minha deficiente voz, lufadas de história que lá têm, nas nascentes da Pátria, o seu emissor constante. Lufadas autênticas de história criadora que se impõem aos rodopios, aos ventos artificiais. Lufadas de história viva de um povo que, organizado em reino e, ainda antes, catolicizado com prioridade pelos pontífices da Santa Igreja de Braga, saiu do seu ninho atlântico para, na dilatação da Fé e do Império, se encontrar a si próprio.

Não é ufania vã de Bracarense, mas ufania legítima de Português, que um representante de Braga, nesta confraternização de Municípios, evoque, como suas credenciais, fastos bragueses, aliás não pertencentes só à urbe augusta, mas brasão de fidalguia de todo o Portugal, o daquém e o dalém-mar.

Nessa cidade-mãe, livro de pedra, relicário das raízes espirituais de Portugal, o moço infante D. Afonso Henriques, conspirante da Pátria na sede arquiespiscopal de D. Paio Mendes, prepara a revolta contra a rainha D. Teresa que se deixara dominar por um séquito de não portucalenses — *exteros natione*. É o prefácio de S. Mamede, ou, no conceito de Herculano, o «prelúdio da acção militar decisiva». Guarda-se, no Arquivo de Braga, o notável documento em que o terceiro neto de Henrique Capeto de França declara o propósito de conquistar o poder, com o auxílio do Arcebispo. Numa definição adequada, constitui a «Acta da fundação de Portugal».

Parece-me ver, neste instante, a marcha triunfal dos conjurados de Braga, D. Paio Mendes e D. Afonso, lado a lado, e depois os barões portucalenses, faiscantes de armas, em seus corcéis de guerra, a caminho do célebre recontro, junto do castelo de Gui-

marães. A vitória ergueu o jovem príncipe ao senhorio pleno do Condado.

No aro de Braga, nesse contorno avoengo associado ao castelo vimaranense-berço do reino, se enxerga, portanto, a fonte inicial, gorgolejante da nossa história, do nosso destino. Fonte luminosa, irisada, em cuja corrente, crescendo, transfigurada em rios, primeiro se reflectem cavaleiros da fundação, em tropel de batalhas, e trovadores, nos gineceus dos paços e castelos, a desfolhar o coração; depois, alastrando pelos mares, cantando os Lusíadas, recitando a História Trágico-Marítima, na mesma corrente singram naus com a cruz aberta e vermelha de Cristo, descobridoras de oceanos e continentes, a traçar o Império, a fazer Portugal, a celebrar as suas bodas com o mundo. Fonte em que têm as origens o Portugal da Europa, o Portugal da África, o Portugal da Ásia, o Portugal da Oceania, um só apenas na sua essência, na sua alma universal.

Não é, pois, ufania, orgulho vão de Bracarense — braguês no sentido lato como restrito — mas sim orgulho, ufania legítima de Português, ao mirar e admirar, nos tombos heráldicos da Pátria, a sua heróica alvorada.

Evoco ainda, e para não esmiuçar mais, essa figura distante do rei suevo Requiário, «o primeiro rei cristão da Europa», na frase segura, irretorquível, do papa erudito Pio XII, ao proclamar *urbi et orbi* um dado exacto da história rigorosa, a um tempo, glória da Igreja Universal e refulgente fasto da Cristandade Bracarense, no átrio da nossa própria história nacional. Lá, na Bracara Augusta, Requiário teve a sua corte e também o altar da sua imolação às mãos dos inimigos da ortodoxia romana, os Godos arianos.

Na névoa longínqua desse tempo, quando Suevos e Lusitanos se irmanaram sob o lábaro do Redentor, constituíamos já então uma comunhão de raças e de culturas. Não é excesso inferir que, *avant la lettre*, se manifestava aí a capacidade «manuelina» de criar sínteses, que, muito mais tarde, nos há-de definir e completar, na

hora em que a Nação, fora da Península, se estendeu em áreas tropicais, unida por caracteres biogeográficos idênticos e pela tendência adaptativa, assimiladora, escultórica, que fundamentalmente nos caracteriza.

Chego, como peregrino do Portugal europeu a este Portugal mais moço das plagas ocidentais africanas, para conclamar, com todos os representantes do Portugal maior, ao nível dos Municípios, nesta capital valedoura e esforçada de Angola, a vitalidade e intangibilidade da Nação Portuguesa. Em Angola, nós vitoriamos a Portugalidade firme, persistente, invicta. Aqui presente Portugal, na têmpera forte e viril duma pátria, no esplendor da sua eterna mocidade.

★

Neste passo, é altura, se o permitis, de eu me afoitar a reflectir convosco, durante curtos momentos, e a partir dum acontecimento concreto, sobre o significado histórico dos Municípios no seio amplo, com palpitações universais, da Nação Portuguesa. Perspectiva que, segundo julgo, interessa à custódia de Portugal na totalidade dos seus conteúdos geográficos, étnicos, sentimentais e culturais.

Pensarei em voz alta, como estudante de nada da história, habituado, até mesmo na regência universitária, a ser constante aprendiz no estudo e na investigação objectiva do passado. Indago factos, mas tiro conclusões, não raro, articuláveis no modo imperativo, como normas ou regras de conduta. Tenho para mim que a história, com ser em si mesma ciência pura, severidade positiva, sem fins pragmáticos, externamente é mestra da vida. A nossa, para nós Portugueses, representa um curso de formação patriótica.

Ora, neste ensejo, não procurarei, como é óbvio, referir concepções ou descortinar factos inéditos, inexplorados, no terreno das instituições municipais. Seria pretensão se não fora inutilidade. Muito simplesmente vou, como já disse, focar, no plano do consórcio das parcelas da Nação, um dado positivo a demonstrar

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

a valência, neste aspecto, do papel desempenhado pelas comunidades locais com estatuto ou orgânica municipal.

Não importa que os Municípios não formem já os senhorios colectivos, as pequenas repúblicas de tradição romana ou estirpe autóctone que teriam sido, por adequação às necessidades epocais, dentro dos reinos, na Idade Média. Nem tão-pouco interessa que, por evolução, sem quebra da sua substância, de constituírem fontes destacáveis da vida nacional, participantes no poder, se hajam transformado em meios de administração local descentralizada, integrados na estrutura do estado. Em qualquer hipótese, pertence-lhes, com efeito, como agregados naturais da Pátria, e através da sua própria vitalização, robustecer a armadura estadual do País. Pertence-lhes, como direito, e não menos como obrigação. Direito e obrigação maiores, quando a nação-estado é específica, como a nossa, com dispersão dos territórios, aglutinados não pela geografia, mas por um idealismo comum e pela eticidade da sua acção civilizadora.

Como é consabido, o nome de Portugal nasceu, irradiou do apelativo de um burgo na foz do rio Douro — Portucale —, centro démico portuário, que na história dos Municípios portugueses se alteou com proeminência, depois de longa e dura pugna pelas liberdades e franquias locais, contra o poder temporal dos bispos. Quase parecendo milagre, mas seguramente pela valorização ascensional do burgo portucalense, ainda que com intermitências, mormente a destruição e o despovoamento na época dos Árabes, o seu nome vai trasbordando para norte e para sul. Volve-se em expressão coronímica de um extenso território, o núcleo do futuro Portugal. O nome, símbolo da Pátria, avança, avança sempre, envolve, abraça sem cessar. Nos fins do século XII, em documentos oficiais, o conde D. Henrique apelida já de Província Portucalense a toda a orla atlântica que ele governa do Minho ao Tejo, — *a flumine Mineo usque in Tagum*. Note-se que, na centúria seguinte, nessa urbe comercial e marítima duriense, conquanto prevaleça ainda o topónimo Portucale, surge, em textos também oficiais, como

disjuntiva, a denominação de Porto do Douro, — *civitatem Portugalensem vel Portu Dorii*. Acontece, no entanto, que, no último quartel do mesmo século, quando os burgueses da foz do Douro se empenhavam na luta pelas suas autonomias municipais, já a forma onomástica Porto se isola: é uma voz simples; a civitas portucalense, o Portus Dorii ou Portus Portugaliae passa a ser simplesmente Porto (1). Exemplo inusitado duma instituição municipal que abandona o nome primitivo para voltar a recebê-lo, não como exclusivo seu, mas como genérico de um todo de que fazia parte.

O termo Portucale vem a substituir, pela influência política da gente da Província Portucalense uma denominação mais antiga e mais radicada: Galécia, a Jalíquia dos Árabes.

O país ou nação galiciense, formado no Ocidente ibérico, devido ao labor guerreiro e político dos Suevos e à sua fusão com os Lusitanos, estado já profundamente territorizado, segundo aviso meu que se estriba num texto coevo de S. Gregório de Tours, superada a fase étnica do reino bárbaro, — o país galaico, dizia, justapusera-se aos confins da Lusitânia natural, prè-romana, do Cantâbrico até além do Tejo, como a descreve o geógrafo Estrabão. Confederação de tribos lusitano-celtas que os Romanos, para a enfraquecer, haviam dividido pelo Douro, em duas circunscrições provinciais: a Lusitânia, a sul; a Galécia, a norte. Quer dizer: ainda será o burgo Portucalense que, como cais de encontro entre as duas margens, fará gorar esse desígnio separatista e, quiçá, inspirará aos Suevos o refazer da unidade antiga da Lusitânia.

Havereis notado, certamente, que a Lusitânia primitiva, anterior aos Romanos e a Galécia suévico-lusitana compreendiam a mesma realidade geográfica, a nossa matriz como Nação; representavam etapas sucessivas duma mesma realidade sociológica: individualidade coesa mas já pluri-racial, que fundaria no séc. XII um reino, depois o ampliaria no além-mar.

---

(1) Ver DAMIÃO PERES, *História da Cidade do Porto*, I, p. 87 e segs.

Portugal de hoje não é senão a fase mais moderna, a fase contemporânea da história contínua, fluente, de um povo ou grei, de uma etnia (não digo raça, mas sim etnia, cadeia de variações raciais), de uma unidade antropológico-cultural que sempre se distinguiu, com múltiplos aspectos, no mosaico da Península, com a fronte para o mar, o seu destino, de costas para a Meseta, e que da Espanha só quis ser ponte de partida.

A designação de Galécia, afinal, identifica hoje, de modo intransferível, uma região do Estado Espanhol, parte da antiga província romana desse nome e do Reino suévico-lusitano, enquanto a restante Galécia, sob a epígrafe nova de Portugal, continua a unidade cultural e etnológica do Ocidente peninsular, a sua altereidade no xadrez da Ibéria. Por seu turno, Lusitânia, termo ambíguo, balança, no nosso tempo, entre representar a confraternidade de todos os povos luso-descendentes, incluindo o Brasil, ou ser um restritivo do Portugal europeu. Por isso mesmo, para o mundo de soberania portuguesa, que nós Portugueses formamos no globo, justificados pela normatividade ética da nossa expansão, fica, por direito próprio e sem equivocidade, a palavra venerável de Portugal.

Consoante é minha fé e convicção, cabe a todos os Municípios da Nação Portuguesa dalém e daquém propulsionar, fixar, enraizar cada vez mais, amar cada vez melhor, este nome paterno que nos une. Aqui, em África, é Portugal; e, em rectas contas, o Ultramar português, daqui, é a Metrópole. Os Muçulmanos voltam-se para Meca quando oram a Deus. Os Portugueses, se possuem, no Portugal da Europa, nessa respeitável Província Portucalense, os seus Lugares Santos, não têm lá mais Portugal, nem melhor, do que nestas praias africanas. Portugal está presente aqui e além. O além e o aquém são posições relativas. A nossa Meca é todo o Portugal!

Pois então os concelhos e também as Províncias, que num preciso conceito constituem «o grau superior da administração municipal», devem associar-se, dar-se as mãos, empenhar-se num

sacro objectivo, para que a evidência da nossa unidade, sob o mesmo emblema — Portugal —, faísque universalmente, num renome imperecível.

Para concluir. O ponto que eu vou frisar talvez seja delicado, mas, se não erro, torna-se imprescindível valorá-lo com coragem; há que tomar consciência dele.

Portugal, na sua completação, é continental e insular em vários arquipélagos e continentes. O todo português é euro-continental, euro-insular (Madeira, Açores), mas também afro-continental (v. g. Angola), afro-insular (Cabo Verde, por ex.), asiático-continental (Macau, Estado da Índia) e até oceano-insulíndico (Timor). O Portugal euro-continental é o único, a única parcela da totalidade, que não possui designação própria. Chamar-se-lhe Metrópole não é dar-lhe nome. E os Portugueses metropolitanos não devem querer, não querem de certeza, para si, o exclusivo do apelativo genérico Portugal.

Portugal da Europa, a que Marcelo Caetano já chamou «um Município só», tem províncias menores, constelações de concelhos, de Municípios, mas é todo ele, pràticamente, uma Província só do Portugal maior. Aquela que detém a capitalidade, mas como as outras, integrada no todo. Portugal são todas as suas Províncias Unidas daquém e dalém. Seria escapatória retorquir que o Minho ou o Algarve são províncias como Angola ou Moçambique. Nas províncias da nossa África, dentro de Angola e Moçambique, há divisórias, há distritos (a que já se chamaram províncias) bastante mais extensos e não menos diferenciados do que aquelas outras referidas da Metrópole. Cada uma destas regiões — Minho e Algarve — são, no fundo, as províncias menores da Província Portucalense dos nossos arquiavós.

Seja como seja, Províncias Unidas de Portugal, ou sob outra designação composta em que refulja sempre o vocábulo emblemático Portugal, a simbolizar a nação unitária, o que na realidade se impõe, o que acima de tudo importa é que sejamos sempre e para sempre, aqui e além, Portugueses. A palavra Angola, a

palavra Moçambique ou qualquer outra distintiva das províncias nacionais estão também certas, porque nelas se lê Portugal. Enquanto ouvidos humanos ouvirem a sonorosa expressão Portugal, ouvirão também Angola, Angola, e na sua ressonância os demais nomes que esplendem na nossa geografia política.

Vim do solar da nossa história. Nele há uma capela, ou antes, uma catedral em que rebrilham, como num escrínio, os evangeliários da Pátria, os cimélios iluminados das nossas origens. Pois é dessa Bracara Augusta, dessa capela ou catedral da nossa universalidade, que nos altares tem um seu prelado, S. Geraldo, a quem Portugal deve porventura chamar-se hoje Portugal, — glorioso patriarca que, indo a Roma, com o conde D. Henrique, alcançou do Papa a formação da Igreja Portuguesa, ou seja, da Metrópole Bracarense, estendida a norte e a sul do Douro contra o esquema provincial romano (Galiza e Lusitânia cindidas por esse rio) e assim prefigurou os limites geográficos do País na Europa — é desse santuário de São-Portugal que venho apresentar-vos o meu voto ardente. Certamente o voto unânime de todos nós:

Que ressoe eternamente, como nos búzios do mar o irmão oceano ressoa, esta palavra azul como as ondas marítimas e o firmamento, luminosa e cósmica como o Sol, terna e ao mesmo tempo brava como o sentimento da saudade ou o rugido da procela e o ribombo da artilharia, — esta palavra apaixonante que, à moda antiga, numa exacta paráfrase, eu vou dizer unida a uma outra: Arraial, arraial, por Angola, Portugal!



Livros do Registo

16.º Livro

(Continuado da pág. 448 do volume XIII)

Identico de Alexandre Pereira Pinto, da rua de S. Marcos — fl. 335.

Provisão de sargento da ordenança a favor de Manuel da Costa, sapateiro, da rua da Conega — fl. 335, v.

Privilegio do SS. Sacramento da S. Sé Primaz, a favor de Pedro Antunes Tinoco, ourives da prata, morador na R. Nova — fl. 336.

Conhecimento ou recibo que veio da Contadoria Geral de Guerra, da cidade de Lisboa, a João Vieira de Sousa, [relativo à cobrança dos 4 e meio por cento, de que era tesoureiro] — fl. 336 v.

Privilegio das Taboas Vermelhas, da Real Colegiada da vila de Guimarães, a favor de D. Sebastiana Genebra Guedes Machado, desta cidade (a) — fl. 339.

Privilégio que alcançou o Procurador do Ex.mo Colegio da Santa Igreja Patriarcal, da cidade de Lisboa, concedido por uma provisão de S. Mag., para se cobrarem por via executiva todas as rendas que se devem ao Ex.mo Colégio — fl. 339, v.

Duas cartas de cirurgia de Pedro Vieira, desta cidade — fl. 339, v.

(a) Não indica a causa do privilégio, mas sim que é das do numero.

Certidão do Tabelião Baptista de Sousa da Cunha, do concelho de Vila Chã, por que consta foi no dito Couto ou concelho juiz ordinário Semeão Rodrigues, pai de Domingos Rodrigues, da freguesia de Adaufe — fl. 340.

Privilégio da Bula a favor de Felix Rodrigues, da freguesia de Santa Eulalia de Tenões — fl. 340.

Privilégio do SS. Sacramento, da freguesia de S. José de S Lázaro, a favor de Bento do Sobral Pereira, da R. de S. Lázaro — fl. 340, v.

Identico de João António Coimbra, mestre sombreireiro — fl. 341.

Provisão de Cabo de Esquadra da ordenança desta cidade a favor de Manuel Rodrigues Zenha, morador na R. de Santo André — fl. 341, v.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de Agostinho Rodrigues, do logar de Tojal, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 342.

Privilegio e Provisão de S. Mag. pela qual he por isento dos cargos da República, a Antonio Gonçalves (a), morador na Praça do Reducto — fl. 342, v.

Privilegio da Bula da Santa Cruzada a favor de Acacio José Ferreira, sirgueiro, morador na rua Nova de Sousa — fl. 343.

Privilegio da SS. Trindade e redenção dos captivos, a favor de José da Costa, sombreireiro, da rua da Regoa — fl. 343, v.

Certidão por donde consta que Gabriel António Brandã › Leite, desta cidade é senhor e possuidor dum Prazo (b), que é dos de privilegio das Taboas Vermelhas de N. S. da Oliveira da vila de Guimarães — fls. 344.

Conhecimento em forma a favor de Domingos de Moura, desta cidade de Braga, do ano de 1721, em que foi tesoureiro dos quatro e meio por cento — fl. 344, v.

Despacho dos Regedores do Senado desta cidade, por que aliviam da obrigação da guia a José Francisco, do logar dos Figos, da freguesia de S. Mamede d'Este — fl. 345, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de António de Castro, ourives de ouro, morador na rua da Cruz de Pedra — fl. 346.

Duas cartas de cirurgia a favor de António José Mendes, natural desta cidade de Braga, morador na rua dos Biscainhos — fl. 346, v.

Privilegio do SS. Sacramento da S. Sé Primaz a favor de José da Silva de Almeida, mercador e morador na Porta do Souto — fl. 347.

(a) Por ter sido soldado.

b) Pela quinta do Telhado, freguesia de S. Romão de Mesão Frio.

Identico de Clemente José dos Santos, desta cidade — fl. 347, v.

Privilegio do SS. Sacramento da S. Sé, desta cidade, a favor de Manuel Marques da Silva, ourives, dos Chãos de Cima — fl. 348.

Identico de José Marques da Silva, ourives, da rua dos Galos — fl. 348, v.

Privilegio da S. C. da Misericórdia, a favor de Manuel Vieira Barroso, da Porta do Souto — fl. 349, v.

Carta de examinação de Matias Francisco, moleiro, da estrada do Carmo, da freguesia de S. Paio de Merelim — fl. 350.

Carta de examinação do oficio de alfaiate, a favor de Carlos da Silva, da freguesia de S. Jerónimo — fl. 350.

Carta de examinação a favor de Cipriano Ferreira, sombreireiro, do Couto de Tibães — fl. 351.

Privilegio da S. C. da Misericórdia a favor de Miguel Alves [da rua de Maximinos; para Briteiros] — fl. 351, v.

Privilegio da Bula da S. Cruzada, a favor de Miguel José Gonçalves, da Porta do Souto — fl. 352.

Ano de 1758

Identico de Jeronimo Ribeiro, da freguesia de S. Jeronimo — fl. 352 v.

Requerimentos feitos a instancias de Francisco de Araújo e Silva, como juiz do oficio dos cerieiros sobre a concessão das licenças que os Regedores do Senado facultavam aos oficiais antes de serem examinados — fl. 353 (a).

Numeramento de sargento de numero, de infantaria auxiliar a favor de Francisco Soares da Costa, da rua do Souto — fl. 359.

Privilegio da SS. Trindade a favor de Pedro Ferreira, da freguesia de S. Mamede d'Este — fl. 359, v.

Instrumento de justificação que fez Francisco de Sepulveda, da freguesia de Fiscal (b), e outros documentos que apresentou António de Sepulveda, do Beco da Cruz de Pedra — fl. 360.

Privilégio do Santíssimo Sacramento da S. Sé, a favor de Domingos Correia, da freguesia de Ferreiros — fl. 361.

(a) A folhas 355 ha um novo salto de numeração, passando a 359. A redacção, porém, não apresenta descontinuidade: é um lapso igual aos já apontados.

(b) Fora juiz dos orfãos no concelho de Amares.

Privilegio da S. C. da Misericórdia, a favor de Bento Carvalho, da freguesia de S. Paio d'Arcos — fl. 361, v.

Carta de aprovação de sangrador, a favor de Pedro d'Oliveira, desta cidade — fl. 362.

Requerimentos e consentimento que deu o Hospital de S. Marcos a compra de umas casas de José Pereira, e sua mulher, da rua Verde fl. 362, v.

Privilegio da S. C. da Misericórdia, a favor de João Alvares, sombreireiro, da rua d'Agua — fl. 363, v.

Identico de João Francisco, alfaiate, do Campo de N. Senhora a Branca — fl. 364.

Privilegio do SS. Sacramento, de S. Victor, a favor de Francisco Gomes, sombreireiro, da rua do Rego — fl. 364, v.

Privilegio do SS. Sacramento, da Sé, a favor de José Ribeiro, de S. Jeronimo — fl. 365.

Privilegio do SS. Sacramento, da freguesia de S. José de S. Lazaro, a favor de João Ferreira Vale, da rua de S. Marcos — fl. 365, v.

Privilegio da S. C. da Misericordia, a favor de Francisco Ferreira, da freguesia de Lomar — fl. 366.

Privilegio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Domingos Gonçalves, de Frossos — fl. 366, v.

Privilegio do SS. Sacramento da Sé, a favor de Antonio Fernandes Guimarães, [da rua dos Chãos de Baixo] — fl. 367.

Privilegio da Bula a favor de Manuel de Oliveira do Campo de Santana — fl. 367, v.

Privilegio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Domingos José de Carvalho, pasteleiro [da rua de S. João] — fl. 368.

Privilegio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Carlos António Ferreira, da rua dos Chãos de Baixo — fl. 368, v.

Identico a favor de Lourenço da Silva, dos Chãos de Baixo — fl. 369.

Ano de 1759

Identico de Jeronimo da Costa, [da rua de S. André] — fl. 369, v.

Identico de Lourenço Francisco da Costa, posto na igreja das Convertidas (a) — fl. 370.

(a) Deste registo, com data de 22-1-759, foi apenas escrito o título, sem se explicar a suspensão.

Licença de espingarda ou carabina, a favor de Francisco Ferreira filho de Pedro Ferreira, da freguesia de Lomar — fl. 370 v.

Privilegio da S. Misericórdia, a favor de Domingos Gonçalves da freguesia de S. João da Queijada. — fl. 371.

Privilegio da SS. Trindade, a favor de João Alves, de S. Mamede d'Este [para a capela de S. Simão] — fl. 371, v.

Privilegio da Santa Casa da Misericórdia a favor de António Dias Braga, da freguesia de Cabreiros — fl. 372.

Identico de Manuel Dias, ourives, na igreja de Santa Maria de Turis — fl. 372, v.

Identico de Antonio Ferreira da Cunha, alfaiate, da Rua do Souto, posto na freguesia de S. Martinho de Travassos [concelho de Vila Chã] — fl. 373.

Identico de António d'Araujo Ferreira, sirgueiro, da rua do Souto. [para S. Maria de V. N. de Sande] — fl. 373, v.

Identico de Francisco Xavier da Silva, alfaiate, da rua do Souto, [para S. Miguel de Vila Cova] — fl. 374.

Privilégio da Bula, de José Vieira, da rua dos Pelames — fl. 374.

Privilegio das Taboas Vermelhas, a favor de João de Sousa Santos, da freguesia de Matosinhos, do termo da cidade do Porto [pelo casal do Magro, freguesia de Lavra, aldeia de Pampelido] — fl. 375.

Privilegio do SS. Sacramento da Sé, a favor de Antonio Francisco, torneiro, da freguesia de Torneiros — fl. 375, v.

Privilegio da S. C. da Misericórdia, a favor de José d'Araújo, rendeiro, da Ponte de Guimarães, imposto na igreja de S. Martinho de Lago — fl. 376.

Privilegio do SS. Sacramento da Santa Sé, a favor de Francisco Rodrigues Machado, ourives, [para S. Maria Madalena do Monte] — fl. 376, v.

Privilegio das Taboas Vermelhas, a favor de Felix José Soares da Silva, juiz das cisas, desta cidade, [pelo casal de Pedraido, freguesia de S. Eufemia do termo de Guimarães] — fl. 429 (a).

Privilegio do SS. Sacramento, da S. Sé, a favor de António José Ferreira, da rua Nova — fl. 429, v.

Carta de examinação, a favor de Antonio Francisco Novais, ourives de ouro, e cravador de diamantes, desta cidade — fl. 430.

(a) Este é o mais notável salto na numeração do livro, pois passa da folha 376 para 429.

Privilegio das Taboas Vermelhas passado por sentença requisitoria no juizo da Correição, da vila de Guimarães, a favor de Alexandre Nunes, do Campo de Santa Ana — fl. 430, v.

Carta de examinação a favor de Francisco Jacome, alfaiate, dos Biscainhos — fl. 431.

Carta de examinação de ourives, a favor de João Rodrigues, dos Biscainhos — fl. 431, v.

Privilegio da Bula da S. Cruzada, a favor de Rafael de Sousa Vieira [para a freguesia de S. João do Souto] — fl. 432.

Certidão de Francisco Antunes, do Areal de Passos [por ter servido de almotacé no Couto de Rendufe] — fl. 432, v.

Privilegio da S. C. da Misericórdia a favor de José Martins — fl. 433.

Privilegio das Taboas Vermelhas a favor de Afonso Brandão Leite [pelo casal do Telhado da freguesia de S. Romão de Mijam] — fl. 433, v.

Privilegio da S. C. da Misericórdia, a favor de Jacinto Ferreira, sombreireiro, [para S. Mamede de Escariz] — fl. 434.

Privilegio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Simão Borges da Silva, da freguesia de S. Lucrecia — fl. 434, v.

Privilegio da Bula a favor de Rafael de Sousa Vieira [da rua da Fonte da Carcova; para a freguesia de S. Victor] — fl. 435.

Privilegio das Taboas Vermelhas, a favor de João de Magalhães de Araujo Costa, da quinta do Sobrado (a), a N. Senhora-a-Branca — fl. 435.

Privilégio do SS. Sacramento, da S. Sé, a favor de João Soares, da freguesia de S. João de Nogueira — fl. 436.

Ano de 1760

Privilegio da S. C. da Misericórdia a favor de Francisco de Matos, morador a N. S. a Branca — fl. 436, v.

Identico a favor de Torquato da Silva, da rua da Regoa — fl. 437.

Identico de Boaventura Lopes Pereira, [da R. Nova] — fl. 437, v. (b).

Provisão de S. Alteza de um numeramento de cabo de esquadra a favor de João da Silva, da freguesia de Santa Maria de Ferreiros — fl. 440.

(a) O privilegio era no logar da Costa, junto a Guimarães.

(b) Aos saltos de numeração verificados acresce, a partir daqui estarem gastas as extremidades das folhas, havendo impossibilidade de leitura indubitável nas ainda existentes, determinados por aproximação.

Livro das Vereações

(Continuado da pág. 456 do Volume XIII)

tl.º 236

Que os Carniceiros primeiro que comessem a Cortar dem ao repezador dez. arrateis para o repezador (a) — //.

Itte' Acordarão que nhu' Carniceiro corte carne de qual quer qualidade que seia sem primeiro dar ao repezador dez. arrateis de Carne m^to^ boa sem contrapezo. sob pena de mil rs. por cada vez: que o não quizer fazer porquanto são informados que não dão se não dous ou tres arrateis e da pejor que tem a qual pena será pera o Concelho e engeitados e que o repezador sob a dita pena a peça aos Carniceiros e não lha querendo dar cada hu' delles. os ditos dez. arrateis o vá logo sem mais detença dizer aos Almotaçes ou regedores pera nisso prouerem como lhes parecer. — //: — (b)

Limitada em 5. arrates pella Camara no livro dos acordos fol. 134 em 5. de 7bro 640.

tl.º 237

Maior pena a quem não fizer as Candeas de cebo conforme a vreação — //: —

Itte' Na dita Camara acordarão de prover acerca das candeas de sebo e acharão que a pena que estava posta as pessoas que as vendem que não chegavão ao pezo era muito piquena pella qual causa não tinhão conta cõ isso pello ganho dellas ser grande pello que acordarão que daqui em diante que toda a pessoa que candeas fizer pera vender as fara pelo pezo que lhes for dado e cõ os pavios conforme a vreação sobre isso feita e não sendo do dito pezo e cõ os pavios da dita maneira pella primeira vez pague mil rs. da Cadea e pella segunda vez.

(a) «Para o repezo» — Ms. II.

(b) Nota de Ms. II. — «He necessario m^to^ reparasse nesta vreação pellas queixas gerais q' ha.»

dous mil rs. e da Cadea e pella terceira vez. pagarão de pena quatro mil rs. da Cadea e serão inhabilitados pera não uzarem mais do dito officio a qual pena. será para o Concelho e mandarão que o escrivão da Almotaceria todas as vezes que alguãs das ditas pessoas que candeas de cebo fizer for demandada pellas ditas Candeas dará conta aos Almotaceis de quantas vezes a dita pessoa foi condenada pellas ditas candeas sob pena de suspensão de seu officio e de quinhentos rs. pella primeira e pella segunda mil rs. e pellas mais como pareçer a elles regedores e mandarão que se apregoasse e do pregão desse o portr.º a fee. — //: —

Advertencia ao escrivão

tl.º 238

Que os officiais do Anno atras levem as bandeiras nas procissoens solemnes e que os regedores levão o Pálio.—

Itte' Na dita Camara acordarão que nas procissoens solemnes. em que os regedores são obrigados a levar o paleo levem as bandeiras os officiaes da Câmara que forão o Anno passado. logo proximo .s. a de Nosa Snorã os juizes e a do Anjo os vreadores. E que o Portr.º da Camara tenha sempre cuidado. de o notificar aos sobreditos. —

tl.º 239

Que os lavradores deste termo traga cada hu' seis pardais a Camara cada Anno —

Itte' Acordarão mais que se lançasse pregão nesta Cidade e arrabaldes que todos os lavradores deste termo cada hu' traga a esta Camara seis pardaes. o que cada hu' anno comprirão que se contara de Janeiro a Janeiro começando porem logo a trazellos este mesmo Anno sob pena dos que os não trouxerem pagar da Cadea quinhentos rs. para o Concelho e quem os accuzar e para mais abastança mandarão que se passagem Alvaras de correr — //. (a)

Limitouse esta Vreação na pena. q'não passe de 50 rs. como consta da vreação 262 as folhas 137. v.

(a) A nota marginal está reproduzida no Ms. II e acrescenta: «e limitousse q' fosse dos passeros daninhos gaios popos jarzenos pintarouxos q' come' milho. no livro dos acordos Anno d. 651.

tl.º 240

Que o melhor carro de lenha não passe de sesenta rs.: —

Itte' Na dita Camara Acordarão que avendo respeito ha muita necessidade que nesta Cidade ha de lenha e como a do termo não pode abastar por ser piqueno o que a vender fora delle digo e que a que vem de fora delle se não pode dar pella postura que esta posta na dita lenha acordarão que daqui por diante toda a lenha que vier fora do termo desta Cidade não passe o Carro por melhor que seia de sesenta rs. o qual carro não trará feixes ao redor da lenha. no Carro sob as penas conthendas. na dita vreação e não sendo tal valerá cincoenta rs. e que se apregoasse e que os do termo guardem a postura de corenta rs. — // — (a)

tl.º 241

Que os lavradores do termo tenhão nabal e Orta todo o Anno. —

Itte' Na dita Camara acordarão que daqui em diante todo o lavrador do termo desta Cidade semee nabal, e faça Orta e a tenha todo o Anno sob pena de que' o contrario fizer pagar quinhentos rs. pera o Concelho e quem o accuzar e se apregoasse por esta Cidade e lugares acustumados. sob pena de quinhentos rs. pera o Concelho. e quem o accuzar. — // —

tl.º 242

Que nhu' regatão compre cousa alguã que vier a vender a feira franca: —

Itte' Na dita Camara acordarão que daqui em diante nhu" regatão compre cousa alguã de qualquer mercadoria que vier vender a feira franca que se ora fas nesta Cidade as segundas e terças feiras depois do terceiro domingo de todos os mezes. sob pena de quem o Contrario fizer pagar. dez. cruzados por cada vez. que for compreendido nisso a metade pera o Concelho e a outra ametade pera quem o accuzar isto

(a) Notas em Ms II: — «Passou este tp.º» — «Nem do termo nem fora dele estam esta boa briação q' foi em tempo de Marco aurel».

por quanto forão informados que alguãs mercadorias vinhão as ditas feiras como era mel çera e outras cousas. e os regatoens desta Cidade atravessavão as ditas mercadorias e as tomavão e compravão antes que o povo desta Cidade as ouuessem e mãdarão que se apregoasse por esta Cidade e arrabaldes e lugares custumados. — // —

tl.º 243

Que quando quer que algu' dos Misteres poser suspeicoens aos Almotaceis q' as faça fazer concluzas a Camara naquelle dia ou ao mais tardar tee o outro a cada hu' dos juizes — //

Itte' Na dita Camara acordarão porquanto alguns misteres que vendião alguñs mantimentos. e outras mercadorias nesta Cidade ordinariam^te^ punhão sospeiçoens aos Almotaces afim de se não fazer instiça e elles vendião suas mercadorias nesta Cidade ordinariamente durante as Suspeicoens sem aver Almotaçe q' veia se nisso guardão as posturas. e vreaçoens ou fazem alguã falcidade nos pezos e medidas das taes mercadorias e pera q' estas suspeicoens se levem cõcluzas a rellacão do Snõr Arcebispo se dilatão e detem pellas partes. afim de passar o mez do tal Almotaçe recusado e elles as venderem a suas vontades sem terem Almotaçe e querendo a isso atalhar mandarão que sendo postas quaes quer suspeiçõens a algu' Almotaçe ou Almotaçes que nesta Cidade ouuer ordinarias ou louuados o Escrivão da Almotaceria ou qualquer outro que as ditas suspeicoes tomar ou Escrever as entregue logo e faca concluzas. naquelle mesmo dia em que forem postas ou tee o outro dia o mais tardar a esta Camara e não avendo Camara nesse dia ne' no outro. as farão concluzas a hu' dos juizes Ordinarios pera que nesta Camara ou cada hu' dos juizes seião vistas as taes. sospeicoens. e proveião de Almotaçe durante ellas. ou nisso proveião como for instiça pera que o tal recuzante não esteia vendendo suas mercadorias sem ter Almotaçe que delle faça instiça E logo estando presente Belchior de Mattos Escrivão da Almotaceria lhe foi por elles Snõres noteficado e mandado que assim o cumprisse sob pena de cinco Cruzados e suspensão de seu officio tee merçe do Snõr Arcebispo o que elle prometteo camprir — // —

Ha p, visão de Sua Magde p' q' dentro de cinquo dias se detre miae as sospeicoens e dentro delles não use do mister o q' aspuser

tl.º 244

Que nhuã pessoa tire desta Cidade e seu termo mercadoria sem primeiro constar que trouxe outra mercadoria: —

Itte' Na dita Camara acordarão que porquanto muitas pessoas. de tras os montes. e outras partes vinhão a esta Cidade e levavão della Carregos de mantimento e de outras cousas que ha na terra sem trazerem mercadoria alguã o que era grande preiuizo a republica majorm^te^ que porq' tinhão imformação que trazião os Almocreves mercadorias de pão e vinho e outros mantimentos e que antes de chegarem a Cidade as vendem e não vem aqui mais que levar as mercadorias que na Cidade ha pello que assentarão que porquanto alguãs vreacoens que neste cazo falão se não cumprem pella negligencia do rendeiro do Concelho que nova mente se apregoe a Porta do Souto e nos lugares acustumados que nhuã pessoa de qualquer qualidade e comdição que seia não possa tirár desta Cidade e seu termo nhuã mercadoria sem constar aos juizes della e cada hu' delles como trouxe outros mantimentos e mercadorias pera esta Cidade sob pena de qualquer pessoa que o contrario fizer perder a mercadoria que assi' levar e as bestas ou carros e bois em que as levar e que por quanto os saleiros desta Cidade erão m^to^ devassos em dar o Sal e alhos e outras cousas as pessoas que querem sem trazerem Carregas ne' mantimentos mandarão que lhes fosse noteficado particularm.^te^ a cada hu' delles. que sob pena de dez. Cruzados. da cadea a metade pera os Cativos e ametade pera quem os accuzar que não dem Carrega de sal ne' de outra mercadoria a nhuã pessoa de fora sem lhes constar prim^ro^ por licença de cada hu' delles juizes de como tem licença para levarem a dita mercadoria por trazerem outras — A lc' ha de ser dos juizes

tl.º 245

Regimento da imposição do sal.

Itte' Na dita Camara acordarão de fazer regimento pera boa arrecadacão da imposição do sal que o Snõr Arcebispo concedeo por sua prouizão por hu' anno a esta Cidade avendo respeito aos m.^tos^ gastos.

e despezas que tinha cõ engeitados e calçadas e fontes e outras cousas e pouca renda. —

Itte' Acordarão que toda a Pessoa que nesta Cidade e arrabaldes. e termo vender sal pague de imposição hu' real arecadarão do comprador e os Almotaceis quando lho puzerem o dito sal lhes meterão logo na postura que lhes fizerem o dito real — //

Itte' Acordarão mais, que toda a pessoa que ouuer de vender o dito Sal nesta Cidade e arrabaldes. e termo o não metera em sua Casa se' primejro o mostrar ao rendeiro da dita imposição ou a quem estiver ordenado por esta Camara que tenha carrego de olhar pella dita imposicão e renda sob pena de pagar por cada vez. que o meter se' o mostrar como dito he mil rs. as duas partes pera o olheiro ou rendeiro e a outra parte pera o Conçelho e quem o accuzar e descobrir — //

Itte' Acordarão mais que o dito sal assi meterem da maneira sobredita logo ao outro dia por todo o dia o irão escrever cõ o escrivão da imposicão sob pena de quem o contrario fizer e não comprir o sobredito pagar por cada vez. mil rs. pagos da sobredita manejra e o sal perdido pera a dita renda — //.

Itte' Acordarão mais que toda a Pessoa que o dito sal vender que por varejo lhe for achado mais sal do que assentou e meteo no livro da arrecadação da dita imposição pague por cada vez. os ditos mil rs. da maneira sobredita e o dito sal perdido para a dita renda.

Item. Acordarão mais que nhuã pessoa que o dito sal vender. quite o varejo per nhuã via que lhe pello escrivão for dado a requerimento do arrecadador ou rendejro da dita imposição, ao qual tempo sempre irá o porteiro da Camara que he o fiel ne' menos nhuã pessoa erguera cõ nhũ dos sobreditos palavras sob pena de cada hu' que o dito varejo quitar por cada vez. quatro mil rs. a metade pera a dita imposicão E a outra ametade pera o rendeiro ou arrecadador da dita imposição e mais se fará auto delle como de Pessoa desobediente a justica — //.

Itte' Acordarão mais que quando se derem os ditos varejos porquanto m.^{tas} pessoas se escondem por lhes não darem e fechão as portas q' o dito Escrivão e porteiro as mandem despregar e veia todo o necessario a requerimento do rendeiro ou arrecadador da dita imposição e querendolhes alguem resistir para o Escrivão disso auto pera se fazer comprimento da justiça e mais lhe sera emcampado duzentas razas de sal que perdera em dobro pera a dita imposição —

(Continúa)

Efemérides Bracarenses

Ano de 1962

Janeiro, 4 — A Presidência da Câmara, no uso da sua competência, manteve a distribuição dos pelouros, assim descriminada: Secretaria, Tesouraria e Obras — Presidência; Turismo — vereador António Leitão de Carvalho; Incêndios, Jardins e Trânsito — vereador Dr. Olindo Casal Pelayo; Limpeza, Mercados e Feiras — vereador Manuel da Silva Vilaverde; Cultura — vereador Prof. dr. Sérgio da Silva Pinto; Desportos e Higiene — vereador Dr. José do Egipto Alves Carneiro; Assistência — vereador Dr. Américo Forte Rodrigues Barbosa.

— A Câmara mantém na presidência das comissões consultivas os senhores vereadores designados na reunião de 2 de Janeiro de 1960.

— Mantém-se o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados do ano de 1961.

— Por proposta do sr. Presidente da Câmara é aprovado um voto de pesar pela morte do Secretário de Estado do Exército, tenente coronel Jaime Filipe da Fonseca.

— O Cônsul da Alemanha no Porto, dr. Lothar Siegesmund, esteve hoje nesta cidade, tendo visitado o Grémio do Comércio, a cuja direcção apresentou cumprimentos. Nesta visita, e em prosseguimento da palestra proferida por este diplomata em 15 de Abril do ano findo, trocaram-se impressões sobre o tão desejado investimento de capitais alemães na indústria e na agricultura, que tanto beneficiariam a economia da região, e bem assim a necessidade de despertar iniciativas que possibilitem o desenvolvimento das indústrias já montadas e de outras novas.

Janeiro, 14 — O Ministro da Saúde e Assistência, dr. Henrique Martins de Carvalho, acompanhado do director do Instituto de Assistência à Família, dr. Romano de Castro, veio expressamente a Braga para estudar a criação dum Centro de Recuperação de Insuficientes Mentais. S. Ex.ª, depois de conferenciar com o sr. Governador Civil do Distrito, dr. Francisco Pessoa Monteiro, e com o provedor da Santa Casa da Misericórdia, comendador António Maria Santos da Cunha, e inteirado das garantias oferecidas por esta instituição, autorizou fosse anunciada a fundação daquele Centro.

Janeiro, 21 — Inesperadamente faleceu o venerando Bispo de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, que nasceu em Braga a 3-5-1894, na freguesia de S. João do Souto. A notícia da sua morte causou a maior consternação nesta cidade.

Janeiro, 24 — O deputado bracarense, comendador António Maria Santos da Cunha, teve oportuna intervenção na Assembleia Nacional sobre «a necessidade premente de se olhar a sério pelos centros populacionais de portugueses que, em todo o mundo, podem o devem ser agentes da nossa verdade».

Janeiro, 25 — Considerando a notável acção educativa, nos domínios da arte e da cultura, desenvolvida pelo Conservató-

rio de Música de Braga, a Câmara concede um subsídio de 40 contos a este Estabelecimento de Ensino.

— À Comissão de Festas da Cidade é concedido pelo Município um subsídio eventual de 20 contos.

— A Câmara aprova comparticipar nas despesas da homenagem que a Associação Convivium pretende prestar à memória do poeta António Correia de Oliveira.

— Por proposta do vereador da Cultura, Prof. dr. Sérgio da Silva Pinto, fica exarado, na acta da sessão da Câmara, um voto de pesar pelo falecimento do Bispo de Aveiro D. Domingos da Apresentação Fernandes, insigne prelado, sufragâneo da Metrópole de Braga, e natural da freguesia de S. João do Souto desta cidade.

Janeiro, 26 — De visita ao Regimento de Infantaria 8 esteve ontem em Braga o sr. General Valadares Tavares, comandante da 1.ª Região Militar.

Janeiro, 31 — Em visita de inspecção a 3.ª Companhia do Batalhão n.º 4 da G. N. R., veio hoje a Braga o Comandante Geral desta corporação, sr. General Barbieri Cardoso.

Fevereiro, 1 — A Câmara resolve dispender 15 contos na regularização e arrelvamento do aeródromo, e 6 na beneficiação das instalações da Direcção do mesmo.

— Por proposta do sr. Presidente da Câmara, dr. Francisco de Araújo Malheiro, a Câmara aprova por unanimidade sejam atribuídos os nomes de Comendador António Maria Santos da Cunha e Diogo de Teive a duas novas artérias da zona da escola de Maximinos.

Fevereiro, 8 — Na sessão deste dia delibera a Câmara pedir declaração de utilidade pública para expropriação do terreno necessário à construção dum edifício escolar de 2 salas, no núcleo de S. Brás, da freguesia de Merelim (S. Pedro).

— A Câmara resolveu aceitar propostas para obras complementares na Estrada Municipal 627, da Estrada Nacional 309 à Estrada Nacional 103-2 (Guizande), em virtude da na praça, para a construção da referida Estrada Municipal, se ter verificado uma baixa de 30 contos, que ainda podem ser objecto de um reforço de comparticipação.

— O Diário do Governo de hoje insere a nomeação para o cargo de Governador Civil do Distrito sr. dr. Francisco Pessoa Monteiro que, como governador Civil susbstituto, há meses vinha desempenhando estas funções com geral simpatia e muito agrado.

Fevereiro, 14 — O Ministro do Interior conferiu hoje posse do cargo de Governador Civil do Distrito de Braga ao sr. dr. Francisco Pessoa Monteiro. O acto foi muito concorrido. Compareceram personalidades em destaque no meio bracarense, que propositadamente se deslocaram a Lisboa para oferecerem ao novo Governador o seu incondicional apoio e a melhor colaboração.

— Reuniu hoje o Conselho Municipal para apreciar o Relatório da Gerência da Câmara de Braga, durante o ano de 1961. Presidiu o sr. dr. Francisco Araújo Malheiro, ladeado pelos srs. Faustino Pereira e Fernando Marques. Presentes quase todos os conselheiros municipais. O circunstanciado Relatório foi aprovado, nele se salientando que foi mantido o ritmo intenso que vinha sendo processado e seguido. Só em verbas de despesa extraordinária aplicaram-se 2.600 contos, não tendo a receita ordinária atingido os 8.000 contos. Depois de esclarecer sobre o andamento das obras em curso, algumas da maior importância para o progresso da cidade e do conselho, como a conclusão da Piscina, a urbanização da zona sul da cidade, escolas, estradas, etc., e de se referir ao Hotel do Turismo, cuja construção se espera levar a bom termo no mais breve espaço de tempo, o Relatório termina por registar a grande satisfação que causou a visita a esta cidade de Sua Ex.ª o Presidente da República, no mês de Outubro de 1961, para inauguração da Escola de Enfermagem e do Lar das Enfermeiras, anexas ao Hospital de S. Marcos, embora sem carácter oficial de visita à cidade de Braga.

Fevereiro, 15 — A Câmara delibera, por proposta do sr. Presidente, mandar proceder à reparação da Secretaria e sala de espera do Cemitério, dentro da estimativa de dezasseis mil escudos.

— Em sua sessão de hoje, a Câmara aprova a toponímia dos seguintes novos arruamentos: rua de Pedro de Magalhães Gandavo, à rua que, junto da nova escola de Maximinos, haverá de ligar a rua do Comendador António Maria Santos da

Cunha à Rua dos Marchantes; rua de Goa, àquela que há-de ligar a rua do Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira à rua do Raio; rua de Damão, à que segue em arco, e tem os dois extremos sobre a rua do Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira e para o norte desta; rua de Diu, à que descreve arco semelhante, para o sul.

— A Câmara, por proposta do seu Presidente, aprova a cedência de 1900 metros quadrados de terreno à Casa do Povo de Sequeira, sitos no lugar de Barrio desta freguesia, que se destinam a construção dum bairro económico para trabalhadores rurais.

Fevereiro, 16 — O deputado pelo círculo de Braga, comendador António Maria Santos da Cunha, em mais uma intervenção na Assembleia Nacional, expõe o problema agrário da região bracarense, e chama a atenção do Governo para a grave situação económica da lavoura. Reclama, por parte dos poderes públicos, os meios indispensáveis que lhe permitam sair da aflitiva situação económica em que se encontra.

Fevereiro, 22 — A Câmara toma conhecimento de que se encontra concluída, e em condições de ser aceite, a estrada de acesso ao Monte do Picoto.

Fevereiro, 25 — Braga foi visitada por distinto grupo de jornalistas da Galiza, acompanhados por elementos da imprensa portuense e membros da direcção da Associação de Jornalistas e Homens de Letras. Na sede do Turismo, aguardavam os ilustres visitantes o presidente da Comissão Municipal de Turismo, sr. vereador António Leitão de Carvalho, vereadodes dr. Sérgio da Silva Pinto e Manuel da Silva Vilaverde, comendador António Maria Santos da Cunha e elementos da imprensa local. Trocadas as saudações habituais, os visitantes seguiram numa breve digressão pela parte moderna da cidade e triângulo turístico, tendo terminado no Bom Jesus que a todos deixou encantados. Seguiu-se um almoço de confraternização a que presidiu o vereador António Leitão de Carvalho. Na mesa de honra sentaram-se os srs. D. Gonçalo Rey Alar, Hugo Rocha, D. Camilo Veyga Prego, dr. Carlos Vale, Oliveira Guerra, D. José Diaz Jacome, dr. Alberto Uva, dr. Júlio de Almoyna, comendador António Maria Santos da Cunha e D. Júlio Siguenza.

Março, 1 — A Câmara autoriza a montagem da iluminação pública no extremo norte do Bairro da Alegria e no lugar da Poça do Monte.

— A Câmara aprova o Primeiro Orçamento Suplementar do corrente ano, que apresenta uma receita de 676.621$00 e despesa de igual quantia.

Março, 8 — A Câmara considera definitivamente fechado o acordo para a construção do Bairro dos C. T. T.

— Delibera a Câmara incluir no programa em curso a construção dum edifício escolar de 4 salas, no núcleo do Paço, em Gualtar.

— Aprova o Regulamento das Feiras na cidade.

— Delibera proceder à pavimentação da Estrada Municipal que da Estrada da Falpera conduz a Fraião, na parte que serve o Campo Nacional de Escuteiros, a inaugurar brevemente.

— Por motivo da entrada em vigor da nova Postura de Trânsito e consequente proibição do uso de carros de mão e de veículos de tracção animal, resolveu a Câmara suspender a passagem de registos destes, a fim de possibilitar a sua gradual substituição por veículos automóveis.

Março, 9 — O Diário do Governo, II série, n.º 58, publica hoje uma portaria que fixa a zona de protecção do Castelo de Braga (restos), designadamente a Torre de Mensagem.

Março, 15 — Com vista à construção do Hotel de Turismo da cidade, na praceta da av. João XXI, junto do cruzamento desta com a av. Marechal Gomes da Costa, resolveu a Câmara, por proposta do seu Presidente, sr. dr. Araújo Malheiro, adquirir várias parcelas de terreno.

Março, 20 — No Salão da Biblioteca Pública realizou-se um sarau cultural promovido pelo Conservatório Regional de Braga. Perante numerosa e selecta assistênncia o maestro Silva Pereira fez, de início,uma pequena palestra explicativa, e desenvolveu o tema — som e música. Seguiu-se o sarau musical que mereceu vibrantes aplausos a todo sos espectadores. Foram executantes o barítono Alcino Soares e a pianista Maria Vaz e Viana, que

interpretaram composições de Schubert, Schumann, G. Mahler, Dupare e Ricardo Strauss.

Março, 22 — A Câmara aprova as suas Contas de Gerência relativas ao ano de 1961, bem como as da zana de Turismo do mesmo ano.

Março, 27. — A Câmara Municipal de Braga fez inserir na imprensa local um edital no qual se faz saber que, em 19 do próximo mês de Abril, se procederá ao concurso público para a arrematação da obra de construção de um bairro de 32 moradias para o pessoal dos C. T. T., em Maximinos.

Março, 29 — Delibera a Câmara a transferência para a posse da Confraria do Bom Jesus do Monte de todo o mobiliário existente no Casino do Bom Jesus, sob condição do mesmo não poder ser utilizado para outros fins, que não sejam aqueles para que foi adquirido.

— Em sua sessão de hoje, a Câmara aprovou o Regulamento do Mercado Municipal, com as alterações propostas pelo Conselho Municipal.

Abril, 2 — De visita à delegação do Movimento Nacional Feminino esteve hoje em Braga a sr.ª D. Maria Cecília Supico Pinto, presidente da Comissão Central do mesmo Movimento. A recebê-la individualidades do maior destaque da cidade: dr. Pessoa Monteiro, Governador Civil, a sr.ª D. Eva Margarida de Sousa Machado, presidente da delegação local, sr. coronel de Sousa Machado, comandante militar, dr. Feliciano Ramos, reitor do Liceu Nacional, comendador António Maria Santos da Cunha, e muitas mais figuras representativas da cidade. Na sede da Aliança Francesa, na Biblioteca Pública, depois de receber os cumprimentos das individualidades presentes, falou ao distinto auditório sobre as finalidades do Movimento Feminino e do objectivo da sua visita.

Abril, 5 — A Câmara adjudica a obra de pavimentação da Estrada Municipal entre Aveleda e Veiga de Penso por 338.966$01.

— É nomeado para presidir à Comissão de Festas da Cidade o Vereador António Leitão de Carvalho, Presidente da Comissão Municipal de Turismo.

— Por proposta do vereador Dr. Américo Forte Rodrigues Barbosa, a Câmara aprova a implantação de bustos ou estátuas, nos jardins públicos, dos ilustres investigadores bracarenses Dr. Manuel Monteiro e o Cónego Aguiar Barreiros, e que o nome destes, bem como o dos P.e Martins Capela e dr. Alberto Feio, seja atribuído a novas ruas da cidade.

Abril, 6 — Na Academia Portuguesa de História é presente uma comunicação do académico P.e António Brásio, relativa às exéquias da Infanta D. Inês de Castro, em Alcobaça, e à crónica de D. Afonso IV, à qual fica ligada, com grande relevo, a alta figura arquiepiscopal de Braga, D. João de Cardaillac, através do sermão que este ilustre prelado proferiu durante as mencionadas exéquias.

Abril, 11 — A Câmara de Braga, por intermédio do seu Presidente, sr. dr. Francisco de Araújo Malheiro, solicita ao Secretário de Estado da Agricultura a transferência do Posto Agrário, para propriedade mais vasta e adequada aos fins em vista.

Abril, 12 — A Câmara aprova a Postura sobre Bens do Logradouro Comum.

Abril, 13 — Revestiram-se do maior esplendor as festividades em honra de Nossa Senhora das Dores, que hoje se realizaram no templo dos Congregados. Com elas se iniciaram pràticamente as solenidades da Semana Santa que, em Braga, tradicionalmente atingem excepcional imponência. Presidiu às carimónias religiosas o Arcipreste de Braga, rev.º P.e João de Barros. Do lado da Epístola, em recinto reservado, sentaram-se as autoridades e figuras mais representativas da cidade. Do lado do Evangelho, em cadeirões especiais, tomaram lugar SS. Ex.as Rev.mas o Arcebispo Primaz e o Bispo de Telmissus. No corpo do templo, ricamente engalanado, membros da Irmandade e muitos fiéis. No final dos actos religiosos, reunidas as individualidades presentes na Sacristia grande da Igreja, a Irmandade prestou significativa homenagem ao ilustre Prelado da Diocese, D. António Bento Martins Júnior.

Abril, 16 — No Salão Nobre da Biblioteca Pública, e integrada no programa da Semana Santa, o P.e Dominicano, Frei António do Rosário, pronunciou uma notável conferência, subordinada ao tema

«O Rito Bracarense e o seu valor cultural». Fez a apresentação do conferente o sr. Prof. dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador do Pelouro da Cultura da Câmara.

Abril, 18 — Através dum ofício da Junta Autónoma das Estradas, a Câmara inteira-se de que, no mês de Julho próximo, deve ser iniciado o estudo do arranjo do troço da Estrada Nacional 103-3, entre os Peões e o pórtico do Bom Jesus.

— De visita a Braga e ao seu triângulo turístico, estiveram entre nós os médicos que tomaram parte no Congresso de Alergia que se realizou na cidade do Porto. No Bom Jesus eram aguardados pelo Presidente da Comissão Municipal de Turismo, sr. António Leitão de Carvalho, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, comendador António Maria Santos da Cunha e vários médicos bracarenses. O Rancho Folclórico dr. Gonçalo Sampaio executou alguns números do seu reportório, durante o almoço que aos ilustres visitantes foi oferecido no Casino do Bom Jesus.

Abril, 28 — O Secretário de Estado da Agricultura, sr. dr. João Mota de Campos, presidiu no Salão Nobre da Biblioteca Pública a uma sessão solene camemorativa do XXV aniversário da Junta de Colonização Interna. O ilustre membro do Governo era ladeado, à direita, pelo sr. dr. Francisco Pessoa Monteiro, Governador Civil do Distrito, dr. Francisco de Araújo Malheiro, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Eng.º João de Vasconcelos, Director do Posto Agrário de Braga, e dr. Egídio Guimarães, Director da Biblioteca Pública; e à esquerda sentaram-se os srs. Eng.º Manuel Sieuve Afonso, inspector-chefe da Junta de Colonização Interna, coronel Sousa Machado, Comandante Militar de Braga, eng.º António Lacerda, inspector da I Zona Agrícola, e António da Cunha e Melo, Presidente da Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho. Entre a assistência, os presidentes das câmaras municipais do distrito, autoridades, sacerdotes, muitas senhoras e variadíssimas pessoas de representação no norte do País. Foi orador o eng.º agrónomo Manuel José Lopes Cordeiro que apresentou um trabalho subordinado ao tema «Na agricultura o progresso tem um nome: — Mecanismo».

Abril, 30 — A I Semana de Arte Infantil, foi hoje inaugurada com uma exposição de trabalhos, aberta ao público no Salão de Festas da Escola do Magistério Primário de Braga. Ao acto presidiu o senhor dr. Olindo Casal Pelayo, ilustre director deste importante Estabelecimento de Ensino. O programa desta valiosa iniciativa que hoje se inaugura, e se prolongará até ao dia 6 de Maio, compreende várias exposições, conferências e um colóquio entre professores.

Maio, 5 — O Director Geral dos Hospitais, dr. Carolino Ferreira, veio hoje ao Hospital Regional de Braga. Esta visita fez-se com o objectivo da criação da Comissão de Orientação de Doentes, de incalculável valor na orientação da vida hospitalar, e que directamente vai contribuir para a melhoria do estado sanitário duma população tão densa como é a de Braga e seu distrito. À sessão de trabalhos que se realizou no anfiteatro da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian presidiu o dr. Carolinano Ferreira, ladeado à direita pelos srs. dr. Domingos Braga da Cruz, provedor do Hospital Geral de Santo António, do Porto, dr Renato Cantista, presidente do Conselho Executivo da Comissão Inter-Hospitalar do Porto, dr. José João Rodrigues, provedor do Hospital de S. João, do Porto, dr. Frazão Nazaré, director clínico do Hospital de Santo António, do Porto; e à esquerda pelos srs. comendador António Maria Santos da Cunha, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, dr. Diogo Melo Sampaio, director da zona-centro da Comissão Inter-Hospitalar, coronel Américo Oliveira, vogal da Comissão Inter-Hospitalar do Porto e dr. Teotónio Andrade dos Santos, director clínico do Hospital de S. Marcos.

Maio, 9 — O Prof. Dr. Wilhelm Kellermann, catedrático de Filologia Românica na Universidade de Göttingen, pronunciou hoje, no salão da Biblioteca da Faculdade Pontifícia de Filosofia, uma conferência, subordinada ao tema «Idade Média e Renascença nas Redondilhas de Camões».

Maio, 28 — Braga, a Cidade Santa da Revolução, promoveu solenes comemorações do 36.º aniversário do 28 de Maio, que decorreram num ambiente de grande exaltação nacionalista. Presidiu às celebrações o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, dr. Carlos Eduardo Bastos e Soveral. Foram oradores José Armindo de Sousa Pinto, dr. António José

de Brito, dr. Sousa Pinto, major Sousa Meneses e prof. dr. Délio Nobre dos Santos. Encerrou a sessão o Subsecretário de Estado da Educação Nacional.

Maio, 29 — Sob a presidência do dr. José Côtta, delegado do I. N. T. P. de Braga, e por iniciativa da Comissão Distrital de Braga do Plano de Formação Social e Corporativa, em colaboração com a Junta de Acção Social, efectuou-se hoje, no Ginásio da Escola Técnica de Braga, a primeira duma série de sessões sobre «Prevenção de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais».

— Promovida pela Secretaria de Estado da Agricultura — Conselho Regional da Agricultura —, realizou-se hoje, no salão nobre da Biblioteca Pública de Braga, uma conferência proferida pelo eng.º Joaquim Soeiro, sobre «Poluição das águas e os interesses da Piscicultura Nacional».

Maio, 31 — A Câmara delibera lançar uma derrama para fins de assistência, em virtude dos parcos rendimentos do Município não permitirem fazer face ao progressivo aumento de despesas com o tratamento de doentes.

Junho, 2 — O dr. Francisco Prieto, antigo Reitor do Liceu Nacional de Braga, até há pouco Director Geral do Ensino Liceal, cargo onde exerceu uma notável acção em prol do ensino secundário, e que deixou de desempenhar por ter atingido o limite de idade, recebeu hoje, na sala do Conselho do Liceu, uma significativa homenagem de antigos reitores e professores deste Estabelecimento de Ensino.

Junho, 3 — Realizou-se hoje mais uma grande peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora do Sameiro. Esta grande manifestação de fé foi a que nos últimos anos registou maior número de peregrinos.

Junho, 7 — Com vista à construção do Hotel de Turismo da cidade a Câmara delibera permutar com a firma Amadeu Costa & C.ª os terrenos que possui na Av. Marechal Gomes da Costa, junto da Rodovia, onde este hotel deverá ficar implantado.

— Aproveitando a estadia no Continente Português de Sua Ex.ª Rev.ma o Cardeal D. José da Costa Nunes, a Câmara resolve enviar-lhe, em nome do Município e da gente do concelho, um telegrama de saudação e congratulação, pela obra indestrutível de patriotismo e de propagação de Fé por ele realizada, no Oriente Português.

Junho, 9 — O Asilo de S. José, simpática instituição de assistência, homenageou os seus benfeitores drs. Manuel Braga da Cruz, Constantino Velho Sepúlveda e Jaime de Lemos.

Junho, 17 — Os jornalistas espanhóis que participaram na Assembleia Geral da Federação Nacional das Associações da Imprensa do país vizinho visitaram Braga. No Bom Jesus foi-lhes oferecido um almoço pela Comissão Municipal de Turismo.

Junho, 23 — O Ministro das Obras Públicas, eng.º Arantes e Oliveira, visitou hoje oficialmente a cidade de Braga, para presidir a diversas inaugurações do ciclo comemorativo 27 de Abril 1962-28 de Maio, dentre as quais se destaca a da escola primária de Maximinos. O Ministro e a numerosa comitiva que o acompanhava desde o limite do concelho eram aguardados, nesta escola, por elevado número de pessoas, alunas da Escola do Magistério Primário, professores e alunos do novo Estabelecimento de Ensino, que o saudaram com manifestações de simpatia. Depois de se proceder à bênção das novas instalações, efectuou-se uma sessão solene presidida por aquele ilustre Membro do Governo ladeado, à direita, pelo sr. Governador Civil do Distrito, Director Geral dos Monumentos Nacionais e Director Escolar, e à esquerda, pelos srs. Presidente da Câmara ximinos. Em seguida, o Presidente da Câmara Municipal, sr. dr. Francisco de Araújo Malheiro, pronunciou um brilhante discurso. Seguiram-se diversos oradores, tendo encerrado a sessão o sr. eng.º Arantes e Oliveira.

— Tiveram início hoje as tradicionais Festas do S. João de Braga de grande repercussão no País e até no estrangeiro, onde figuram como cartaz turístico de alegria e cor, mormente na vizinha Espanha, que todos os anos se faz representar por numerosos forasteiros.

Junho, 28 — Por proposta do Presidente da Câmara, sr. dr. Araújo Malheiro, foi aprovado por unanimidade um voto de louvor ao vereador sr. António Leitão de Carvalho, como Presidente da Comissão

das Festas da Cidade, pelo particular brilho e boa organização em que decorreram este ano. Consignou ainda o seu agradecimento a todos os componentes da referida Comissão, em especial ao incansável trabalhador que foi o vereador sr. Manuel da Silva Vilaverde.

— Integrado no ciclo de conferências culturais que, há anos a esta parte, o Município bracarense vem promovendo com regularidade, o catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, Prof. Dr. Délio Nobre dos Santos, apresentou um notável trabalho, subordinado ao tema «Pluridimensionalidade da Cultura Portuguesa». A conferência realizou-se no salão nobre dos Paços do Conselho, que estava repleto da mais graduada assistência. Fez a apresentação do conferente, nos termos mais elogiosos, o vereador do Pelouro da Cultura da Câmara, sr. Prof. dr. Sérgio da Silva Pinto, e encerrou a sessão o sr. Governador Civil do Distrito.

Julho, 7 — O Ministro das Comporações, sr. prof. dr. Gonçalves Proença, esteve hoje em Braga, em visita particular, onde estudou alguns problemas do seu departamento. Foi recebido na Câmara pelo sr. dr. Francisco de Araújo Malheiro, Presidente do Município, que estava acompanhado pelos Chefes da Secretaria e da Repartição de Obras, e pelos Comandantes da G. N. R. e da P. S. P. No fundo da Rua da Boavista apreciou os terrenos indicados para a construção dum bairro para trabalhadores. Conforme pensamento do sr. Ministro era seu desejo fazer construir em Braga, com urgência, 100 moradias de rendas entre 100$00 e 200$00. O sr. Presidente da Câmara manifestou todo o interesse em possibilitar a efectivação de tão grande benefício para a classe operária.

Julho, 8 — O Secretário Nacional da Informação, Propaganda e Turismo, senhor dr. César Moreira Baptista, presidiu à inauguração da Piscina Municipal que fica admiràvelmente situada num dos recantos mais aprazíveis do Parque da Ponte. O acto revestiu-se de grande brilho, e foi muito concorrido. Às 17,30 horas, Sua Ex.ª acompanhado pelo sr. Governador Civil do Distrito, sr. dr. Pessoa Monteiro, pelo sr. Presidente da Câmara, sr. dr. Araújo Malheiro, pelo sr. director da Secção de Turismo do S. N. I., Eng.º Álvaro Roquete, chegava ao recinto vistosamente engalanado. À entrada da piscina era aguardado pelos deputados pelo círculo de Braga, pelo Vice-Presidente e vereadores da Câmara, autoridades civis e militares, nadadores do Fluvial, Sport Club do Porto e Futebol Club do Porto, e inúmero público. O ilustre visitante, depois de percorrer todas as instalações da piscina, foi saudado pelo sr. dr. Araújo Malheiro que agradeceu o decisivo impulso dispensado pelo S. N. I. a esta iniciativa em que a Câmara tanto se vinha empenhando desde a administração do sr. comendador António Maria Santos da Cunha, que tornou possível a realização dum anseio de tantos anos. Agradeceu, por fim, o sr. dr. César Moreira Baptista, seguindo-se as provas de natação, com as quais se encerraram os actos da inauguração da Piscina Municipal de Braga, que a partir deste momento, fica a constituir mais um motivo de atracção e progresso da cidade.

Julho, 12 — A Câmara aprova o pedido de declaração de utilidade pública para expropriação de prédios destinados à abertura da extremidade ocidental da rua engenheiro Arantes e Oliveira e das ruas de Damão e Diu, a primeira das quais constitui acesso indispensável ao Liceu Feminino.

Julho, 15 — A Creche de Braga, modelar instituição de assistência local, acaba de ser enriquecida com um notável melhoramento que lhe dará possibilidade de alargamento da sua benemérita acção. Trata-se do «Educandário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro». Fica situado na freguesia de Palmeira, e deve-se exclusivamente ao acto de benemerência do sr. José de Oliveira da Cunha Graça e de sua esposa, D. Leonor da Silva Graça.

Julho, 17 — Na sede da F. N. A. T. teve hoje lugar a sessão inaugural do ciclo de palestras sobre problemas sociais e corporativos. Foi conferente o sr. dr. Fernando de Sousa Garcia que dissertou sobre os vários problemas da Previdência.

Julho, 19 — Por proposta do seu Presidente, a Câmara aprova por unanimidade a abolição dos Impostos Indirectos, a partir do próximo ano de 1963. Fá-lo embora com perspectivas de prejuízo imediato, pois que tal imposto, além das dificuldades de fiscalização e cobrança, é mal acolhido pelos contribuintes.

Julho, 23 — Na Casa da Mocidade Portugusa, à Rua de Santa Margarida, foi inaugurada hoje pelo sr. Governador Civil do Distrito, dr. Pessoa Monteiro, o IV Salão Distrital de Educação Estética. Constuída exclusivamente por trabalhos de jovens, de ambos os sexos, pertencentes aos diferentes Centros de Formação Geral e Escolares Primários da Divisão de Braga da Mocidade Portuguesa, despertou grande interesse.

Julho, 26 — Inteira-se a Câmara ter-lhe sido concedida uma comparticipação de 226.000$00 para obras na Estrada Municipal 563, entre a Estrada Nacional 201 e Gondizalves, e entre Cabreiros e a Estrada Nacional 103.

Agosto, 2 — A Câmara aceita a doação do terreno necessário à construção dum edifício escolar de duas salas, no lugar da Boavista da freguesia de Fraião, feita pelo sr. Egídio Teixeira Xavier de Sousa Guimarães e sua esposa Adelaide da Conceição Amorim Guimarães.

— O sr. Presidente da Câmara expressa ao sr. Prof. dr. Sérgio da Silva Pinto, reveador do Pelouro da Cultura, a satisfação pelo ver ascender às cadeiras universitárias, honrando assim o Município a que tão assinalados serviços tem prestado, particularmente no sector da cultura. Agradeceu, sensibilizado, o sr. dr. Sérgio da Silva Pinto a saudação que lhe foi feita, a qual, disse, representava para ele um grande alento, no exercício das suas novas funções, para poder continuar a servir a sua querida terra.

— A Câmara, por proposta do vereador do Pelouro da Cultura, Prof. dr. Sérgio da Silva Pinto, aprova um voto de pesar pelo falecimento do dr. Alberto Pinheiro Torres, bracarense muito ilustre, patriarca no jornalismo e mestre de patriotismo, que muito serviu Portugal no decurso da sua vida, amando a sua terra natal e prestigiando-a com cintilações da sua inteligência.

Agosto, 30 — A Câmara aprova os termos do contrato a celebrar com o eng.º Acácio César Carneiro Aires, para elaboração do projecto e direcção técnica da obra de abastecimento de água da cidade de Braga, atribuindo-lhe, para efeitos fiscais, o valor de 350 contos.

Setembro, 13 — Em sessão de hoje a Câmara aprova o plano de actividades para o ano de 1963.

— Por proposta do Vereador do Pelouro da Cultura, dr. Sérgio da Silva Pinto, a Câmara delibera encarregar o seu Arquitecto de elaborar o projecto de arranjo urbanístico do local onde se encontra a «Fonte do Ídolo», dispensando a este monumento os cuidados que o seu valor exige.

Setembro, 14 — Reuniu o Conselho Municipal de Braga, sob a Presidência do sr. dr. Francisco de Araújo Malheiro, que aprovou o Plano de Actividades para 1963. Neste Plano, cujo montante da despesa ordinária é de 9.400 contos e o da despesa extraordinária de 9.000 contos, estão incluídos problemas de grande importância para a cidade, como o abastecimento de água, o da urbanização, construções escolares, cultura, hotel de Turismo, etc.

Setembro, 20 — A Câmara aprova o plano de actividades da zona de Turismo para o ano de 1963, que considera não só o prosseguimento e manutenção das actividades que normalmente lhe são adstritas, como ainda outras iniciativas de natureza turística, como a construção do Hotel Turismo que a Câmara se propõe realizar pelo seu orçamento próprio, com o concurso do Secretariado Nacional de Informação.

Setembro, 30 — A primeira e mais antiga paróquia da Arquidiocese, a da Sé, recebeu o seu novo pároco, Rev. do Cónego Manuel Oliveira Veloso. O acto revestiu-se de grande solenidade e nele estiveram presentes o sr. Presidente da Câmara, dr. Francisco de Araújo Malheiro, e Vice-Presidente, dr. José Maria Ferreira de Araújo, vereadores municipais, Secretário Geral do Governo Civil, dr. Eugénio Bacelar Ferreira, membros do Cabido, muitos párocos, dirigentes da Acção Católica, representantes de várias irmandades, etc., etc.

Outubro, 26 — O Ministro da Saúde e Assistência, dr. Henrique Martins de Carvalho, presidiu, hoje, na sala magna da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, à sessão de trabalhos dos delegados distritais do Instituto de Assistência à Família que, desde ontem, se encontram reunidos com o director geral do mesmo Instituto, dr. José Joaquim Romano de

Castro, para tratar dos diversos assuntos relacionados com os problemas da assistência em Portugal. Sua Ex.ª era aguardado à entrada da Escola de Enfermagem pelos srs. dr. Pessoa Monteiro, Governador Civil do Distrito, comendador António Maria Santos da Cunha, eng.º Alberto Amorim e Francisco Cruz, respectivamente Provedor, Vice-Provedor e Secretário da Mesa do Hospital de S. Marcos, dr. Teotónio dos Santos, director clínico deste Hospital e da Escola de Enfermagem, dr. Pestana da Silva, Delegado de Saúde, muitos clínicos e todos os delegados do Instituto de Assistência à Família, que dispensaram ao ilustre homem público calorosa recepção.

Novembro, 8 — A Câmara delibera mandar proceder à execução da obra de cobertura da parte do Estádio 28 de Maio destinada à Imprensa.

Novembro, 9 — Com o fim de estudarem a localização, nesta cidade, de um bairro de 100 casas para trabalhadores e edifícios próprios para a sede da Caixa de Previdência e Serviços Médico-Sociais, avistaram-se com o sr. Presidente da Câmara, dr. Francisco de Araújo Malheiro, o Vice-Presidente da Federação das Caixas de Previdência — Habitações Económicas, eng.º Rafael Santos Costa, e o eng.º Santos Leite, funcionário superior daquele Organismo.

Novembro, 12 — A Câmara assume o compromisso de pagamento do débito das festas do S. João, no ano de 1962, do montante de 79.160$00.

Dezembro, 13 — A Câmara delibera pôr a concurso a obra de construção de novos arruamentos na zona de Maximinos.

Dezembro, 30 — Despertou grande interesse a conferência hoje pronunciada, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelo ilustre bracarense e Assitente da Faculdade de Letras de Lisboa, dr. Luís António de Oliveira Ramos, com o título «Perspectivas Históricas sobre a Revolução de 1640». Integrada nas comemorações do 1.º de Dezembro, foi esta sessão promovida pela Câmara Municipal de Braga e pela Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Presidiu à conferência o Chefe do Distrito, dr. Pessoa Monteiro, ladeado, à direita, pelo Presidente da Câmara, dr. Araújo Malheiro, cónego Martins Gonçalves, em representação do sr. Arcebispo Primaz, Presidente da Junta Distrital, dr. Felicíssimo Campos e o conferente, dr. Oliveira Ramos; e à esquerda pelos srs. coronel José Baptista Barreiros, Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, major António da Costa Antunes que representava o Comandante Militar, rev. dr. José do Patrocínio Bacelar, S. J., Magnífico Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia, e deputado dr. Augusto César Cerqueira Gomes, Delegado Distrital da Mocidade Portuguesa. Fez a apresentação do conferente o sr. coronel José Baptista Barreiros.

ÍNDICE

do volume XIV-XV

Sumário do Fascículo 1-2 (49-50)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1963

Nota da Secretaria Geral do Congresso	Os Secretários Gerais	3
Resenha do Congresso	Os Secretários Gerais	5
Municipalismo e Regime Senhorial	Fernando de Aguiar	22
As Muralhas de Idanha-a-Velha	Fernando de Almeida	26
A História: Função do Espaço e Tempo Humanos	Victorino de Sousa Alves, S. J.	27
Relaciones de Aragón y Portugal durante el siglo XII	António Ubieto Arteta	29
Albufeira Medieval	José Manuel Semedo Azevedo	41
A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147	Ruy Pinto de Azevedo	45
O foral de Santarém, de Maio de 1179, padrão dos forais de Lisboa e Coimbra, da mesma data	Ruy Pinto de Azevedo	67
El Derecho Peninsular y o Derecho Cristiano	Ramón Prieto Bances	74
A baixa Idade Média Portuguesa no livro dos privilégios dos cidadãos de Braga	José Baptista Barreiros	79
La fundamentacion del poder de los obispos medievales como «principes terrae»	Juan Beneyto	80
A mulher na lírica medieval galego-portuguesa	Xose Maria Alvarez Blazquez	86
De onde brotou Vilachã? aldeamento Castrejo? Criação Suevo-Goda?	Manuel Boaventura	103
Reminiscências da Poética Medieval no Cancioneiro Popular	Porfírio A. Rebelo Bonito	108
Vicissitudes dos cristãos no tempo da reconquista — estudo de um documento relativo a moldes de Arouca, de 1091	Domingos de Pinho Brandão	117

Influência do Cisma Castelhano na solução da crise nacional de 1385	António Brásio	118
A tese idealista da identidade entre História e Filosofia	António José Aguiar Alves de Brito	138
Subsídios para a história das Cortes Medievais portuguesas	Marcelo Caetano	139
Seria Mumadona tia de Ramiro II, Rei de Leão?	Mário Cardoso	161
O Corporativismo medieval português	A. L. de Carvalho	177
O feito de Martim Moniz	Fernando Castelo-Branco	184
D. Duarte ensaísta?	Maria dos Remédios Castelo-Branco	201
Para o estudo da Peste Negra em Portugal	Centro de Estudos Históricos (I. A. C.) — Faculdade de Letras de Lisboa	210
Precedenti di una nuova storia nell'opera degli Imperatori di Roma	Giuseppe Chicca	240
A cultura de Portugal na Idade Média através dos cancioneiros primitivos	Hernâni Cidade	257
Toponímia e repovoamento do território	Luís F. Lindley Cintra	270
Aspectos de la dominación angevina en Cataluña (1466-1472) la participacion portuguesa en la revolucion contra Juan II	Francisca Solsona Climent	271
Les Abbayes cisterciennes portugaises du XII^e siècle	Maur Cocheril	281
A legitimidade dos filhos de D. Inês de Castro	Conde de Tovar	301
Uma contribuição do método arquitectonológico para a História Contemporânea	Fernando Seisdedos Velasco Condesso	316
Arte de cultivar a terra do Portugal Medievo	João Afonso Corte-Real	330
Para a História da Cultura Jurídica Medieval em Portugal	Mário Júlio Brito de Almeida Costa	340
Exemplo de Portugal Medievo na Agricultura Comércio e Indústria	José Ribeiro da Costa Júnior	360
O Couto de Ervededo, Encrave de Portugal en Galicia	Jesus Ferro Cousselo	372
A Rainha Dona Teresa, fundadora e primeiro Rei de Portugal	Jesus Ferro Cousselo	378
Um Ciclo de Estudos sobre o Ultramar Português	Redacção	382
Problemas actuais da África Negra	Joaquim Moreira da Silva Cunha	383
Relação entre os Municípios Portugueses daquém e dalém-mar	Sérgio da Silva Pinto	397
Arquivo Municipal	Redacção	406
Efemérides Bracarenses	Redacção	418

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente tomo (2 fascículos) alcança já 50 números, repartidos em 13 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13) já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, — com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal**.

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** sob a direcção do Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto e de J Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 15 volumes, ou sejam: — o II, o III, o IV, o V, o VI-VII, o VIII, o IX-X, o XI XII, o XIII e o XIV-XV do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta**.

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais de papel, reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Quatro Ventos — Revista Lusíada de Arte e de Literatura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Teologia — Revista de Estudos Eclesiásticos.